

BIAZA

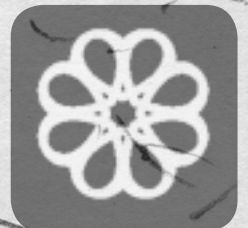
AXO

REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE



agenda 2030 I

n.31, v.8
primavera de 2024





BIAZA

Desenho: Bia Dorfman.

AXO

REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

agenda 2030 I

n.31, v.8
primavera de 2024





Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
<https://wp.ufpel.edu.br/cmasc/>
e-mail: revistapixo@gmail.com

A Revista Pixo é uma publicação conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) “Cidade+Contemporaneidade”, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e “Arquitetura, Derrida e Aproximações”, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Revista digital disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/index>

ISSN 2526-7310

Editores Responsáveis

EDUARDO ROCHA
FERNANDO FREITAS FUÃO

Editores Associados

ADRIANA PORTELLA

Comitê Científico e Conselho Editorial

ADRIANA ARÁUJO PORTELLA
ADRIANA GONI MAZZITELLI
ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA
ALEXANDRE PEREIRA SANTOS
ANA MARIA ALBANI DE CARVALHO
ANA PAULA VIECELI
ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO
ANGELA MARIA ENDLICH
ANGELA RAFFIN POHLMANN
BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO
BEATRIZ DORFMAN
CARLA GONÇALVES RODRIGUES
CARLOS NIGRO
CARMEN ANITA HOFFMANN
CAROLINA CLASEN
CAROLINA CORRÊA ROCHEFORT
CAROLINA MENDONÇA FERNANDES DE BARROS
CELMA PAESE
CHRISTIANO PICCIONI TORALLES
CLÁUDIA MARIZA BRANDÃO
CRISTHIAN MOREIRA BRUM
CRISTINE JAQUES RIBEIRO
DÉBORA SOUTO ALLEMAND
DIRCE ELEONORA NIGRO SOLIS
EDUARDA AZEVEDO GONÇALVES
EDUARDO GRALA DA CUNHA
ELIANA MARA PELLERANO KUSTER
EMANUELA DI FELICEFÁBIO BORTOLI
FERNANDA TOMIELLO
FRANCESCO CARERI
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA
GISELE SILVA PEREIRA
GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES
HARTMUT GÜNTHER
HAYDEÉ BEATRIZ ESCUDERO
HELENE GOMES SACCO CARBONE
IAZANA GUIZZO
IGOR GUATELLI
JAMES MIYAMOTO
JOSÉ CARLOS MOTA
JOSIANE FRANKEN CORRÊA

JUAN MANUEL DIEZ TETAMANTI
JULIAN GRUB
LAURA NOVO DE AZEVEDO
LAURA RUDZEWICZ
LISANDRA FACHINELLO KREBS
LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE
LORENA MAIA RESENDE
LUANA PAVAN DETONI
MARCELO ROBERTO GOBATO
MARC WEISS
MÁRCIO PIZARRO NORONHA
MARIA IVONE DOS SANTOS
MARKUS TOMASELLI
MAURICIO COUTO POLIDORI
PAOLA BERENSTEIN JACQUES
PAULO AFONSO RHEINGANTZ
PRISCILA PAVAN DETONI
RAFAELA BARROS DE PINHO
RAQUEL PURPER
RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO
ROBERTA ROBERTA KRAHE EDELWEISS
SHIRLEY TERRA LARA DOS SANTOS
SYLVIO ARNOLDO DICK JANTZEN
TAÍS BELTRAME DOS SANTOS
THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA
VALENTINA MACHADO
VANESSA FORNECK
VICENTE MEDINA

Equipe Técnica

LUANA PAVAN DETONI
JAQUELINE TAKAHASHI

Suporte Técnico

BEATRIZ DE OLIVEIRA BRUM

Revisão Linguística

ANA DOS SANTOS MAIA
PIERRE MOREIRA DOS SANTOS

Diagramação

EDUARDO ROCHA

Desenhos das capas

BIA DORFMAN

apresentação

A 31ª Edição da Revista Pixo que é fruto da chamada temática “Agenda 2030 I: Os Desafios para o Desenvolvimento Sustentável”, que desde sua adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, a Agenda 2030 tem sido um marco fundamental na busca por um desenvolvimento sustentável e inclusivo. No entanto, a implementação de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tem encontrado diversos desafios globais, regionais e locais, que merecem uma análise aprofundada e crítica. Os desafios para o desenvolvimento sustentável na Agenda 2030 são complexos e interconectados. Enfrentar esses obstáculos requer uma abordagem multifacetada que inclua políticas inclusivas, cooperação internacional, inovação tecnológica e participação ativa de todos os setores da sociedade. Somente através de esforços coordenados e sustentados podemos esperar cumprir os objetivos ambiciosos da Agenda 2030 e criar um futuro mais justo, sustentável e próspero para todos.

A PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE¹ é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e a cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual.

A revista é uma iniciativa conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) Cidade+Contemporaneidade, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Arquitetura, Derrida e Aproximações, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A edição temática “Agenda 2030 I: Os Desafios para o Desenvolvimento Sustentável” é dirigida pelos pesquisadores: Adriana Portella (Heriot-Watt University/UFPEL) e Eduardo Rocha (UFPEL).

Agradecimento as revisoras e revisores da edição: Luana Pavan Detoni, Roberta Mulazzani Doleys Soares, Lisandra Krebs, Angélica Schwanz, Isabella Maricatto, Gabriel Silva Fernandes, Gustavo Gonçalves, Lorena Maia Resende, Bárbara de Bárbara Hypolito, Josana Wesz, Alice Rauber, Karla Fabricia Moroso dos Santos de Azevedo, Carolina Rezende Faccin e Juliana Tasca Tissot.

Adriana Portella e Eduardo Rocha
Primavera de 2024

¹ <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/index>

editorial

AGENDA 2030 Os Desafios para o Desenvolvimento Sustentável.....	10-11
<i>Adriana Portella e Eduardo Rocha</i>	

artigos e ensaios

SOLARPUNK 2030 Tecnologia, justiça social e ação comunitária rumo a um futuro sustentável.....	14-33
<i>Ana Paula Vieceli</i>	
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ENSINO DE COMPONENTES CURRICULARES APLICADOS À ARQUITETURA E URBANISMO.....	34-59
<i>Sergio Rafael Cortes de Oliveira e Tansse Paes Bóvio Barcelos Cortes</i>	
CIDADES EDUCADORAS NA GRANDE VITÓRIA Um panorama infantojuvenil.....	60-83
<i>Liziane de Oliveira Jorge e Caroline Souza Rossoni Sisquini</i>	
VIOLÊNCIA URBANA, DIREITO À CIDADE E AÇÕES EDUCATIVAS O Território Educativo das Travessias no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Educação.....	84-97
<i>Carolina Clasen, Jorge Bassani Adriana Lima e Camila Sawaia</i>	
CAMINHOGRÁFIAS URBANAS E OS DESAFIOS DA AGENDA 2030 Uma Reflexão Crítica sobre Subjetividade, Territorialidade e Sustentabilidade.....	98-107
<i>Eduardo Rocha, Andrea Paola Fondevila Salcedo, Arielly Velasques Pereira, Bárbara de Bárbara Hypolito, Daniela Vieira Goularte, James Silva Couto, Jaqueline Harumi Dias Takahashi e Tuize Silva Rovere Hoff</i>	
PERSPECTIVAS DE GÊNERO NA INFÂNCIA Construindo igualdade desde a escola.....	108-121
<i>Sofia Vezzaro Taiarol, Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira, Vera Regina Tângari e Giselle Arteiro Nielsen Azevedo</i>	
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM SERVIÇOS TURÍSTICOS Um olhar a partir da produção dos periódicos ligados aos Programas de Pós-Graduação em Turismo.....	122-139
<i>Gisele Pereira, Vitor Lopes Machado e Pytter Alves Nobre</i>	

VILA DA PALHA Desafios e estratégias para a Inclusão e Sustentabilidade no Contexto da Agenda 2030.....	140-153
<i>Liliane da Cruz Caldas e Jéssica da Rocha Corrêa</i>	
BRASÍLIA EM CENA Performatividade antidemocrática nos atos de 8 de janeiro e os desafios à Agenda 2030.....	154-169
<i>Jorge Antônio de Oliveira Júnior</i>	
PATRIMÔNIO E SUJEITOS URBANOS Transformação social e o desafio para cidades sustentáveis.....	170-187
<i>Cleyton José de Sousa Ferreira</i>	

autor@s convidad@s

CONTRA CORRENTEZA: OUTRAS PASSAGENS, PARAGENS A ocupação Passo dos Negros, uma caminhografia nas bordas do Canal São Gonçalo e os desafios de um envolvimento sustentável.....	190-227
<i>Fernando Freitas Fuão e Taís Beltrame dos Santos</i>	
O SONHO DA CIDADE TRANSCOLONIAL.....	228-251
<i>José Carlos Lemos</i>	

processos & projetos

CENTRO CULTURAL COOHRREIOS

Um projeto de extensão.....254-263

*Agnes Ramos Rodrigues, Alexandra de Los Santos, André de Oliveira Torres Carrasco,
Maria Fernanda Pinto Neto e Paula Göttems Vendrusculo*

REABILITAÇÃO OU MAIS UM ABANDONO MISTERIOSO?.....264-267

Lucas Pamio e Nilson Ghirardello

ENTRE CHARQUEADAS: UM CAMINHO DE MEMÓRIAS

Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Thereza

e Industrial - Bagé/RS.....268-277

Isadora Alves e Aline Montagna da Silveira

entrevistas

PARQUE ITAIMBÉ

Do projeto ao afeto.....280-287

*Marina de Alcântara, Luiz Gonzaga, Binato de Almeida, Fernanda Rodrigues Vargas,
Juliana Lamana Guma, Hamilton Binato Júnior e Manoel Carlos Cardoso Vicente*

parede branca

OS DESENHOS DE BIA DORFMAN

Capas e inícios de seções.....290-293

Beatriz Dorfman e Eduardo Rocha

SÃO PAULO DEVAGAR

Ensaio fotográfico.....294-301

Larissa Mörschbacher, Marcela da Rosa Dias e Aline Montagna da Silveira

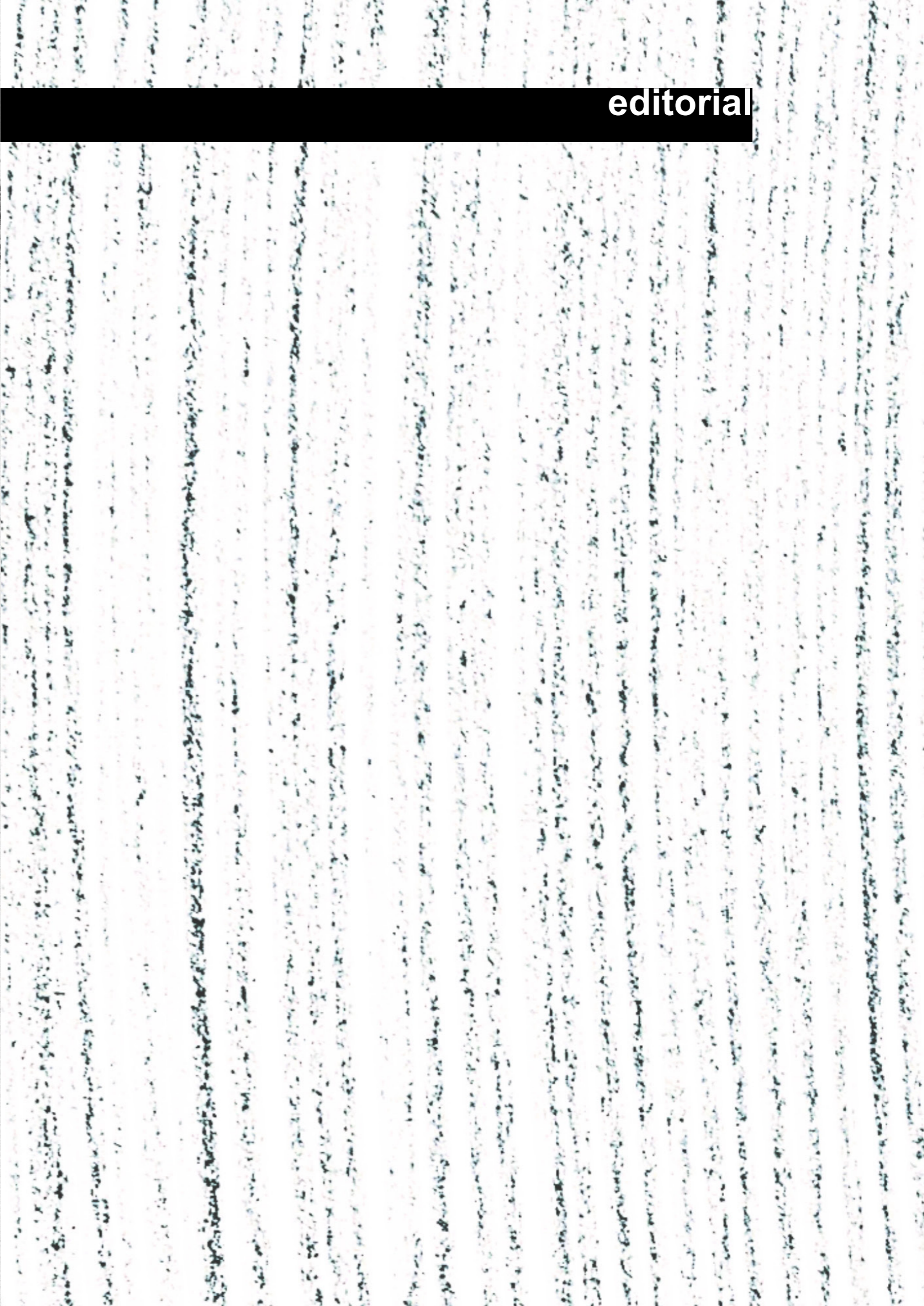
PALAVRAS E FOLHAS

O muro como aspiração de uma rua.....302-309

*Anelis Rolão Flôres, Ana Paula Werner, Juliana Guma, Larissa Lima Schmidt,
Marina de Alcântara, Nicole Santos da Silva, Vanessa Monteiro de Freitas,
Victória de Sá Lara, Rayana Lopes Torri e Thais Scotti do Canto-Dorow*



Desenho: Bia Dorfman.



AGENDA 2030

Os Desafios para o Desenvolvimento Sustentável

Adriana Portella¹ e Eduardo Rocha²

A 31ª edição da Revista PIXO aborda os desafios e oportunidades apresentados pela Agenda 2030, marco global estabelecido pela ONU em 2015, que busca promover um desenvolvimento sustentável, inclusivo e transformador. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma convocação para enfrentar desigualdades, mudanças climáticas e fortalecer a cooperação global. Com um conjunto diversificado de 10 artigos, 2 contribuições de autores convidados, 3 projetos em Processos & Projetos, 1 entrevista e 3 participações na seção Parede Branca, esta edição conecta teoria e prática, propondo reflexões e ações concretas para construir um futuro mais justo e resiliente.

Esta edição inaugura a chamada temática “Agenda 2030: Os Desafios para o Desenvolvimento Sustentável”, que foi dividida em dois volumes. O primeiro, PIXO 31, apresenta materiais focados em educação, cultura e os processos transformadores que conectam as dinâmicas urbanas e sociais aos ODS. O segundo volume, PIXO 32, a ser lançado futuramente, reunirá textos que aprofundam os debates sobre mudanças climáticas, propondo análises e ações voltadas para a regeneração ambiental e a resiliência territorial.

Os artigos exploram aspectos fundamentais dos ODS. Em “Solarpunk 2030”, Ana Paula Vieceli analisa o movimento cultural Solarpunk, destacando sua abordagem otimista, que une tecnologia, ecologia e justiça social rumo a um futuro sustentável. “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Ensino de Componentes Curriculares Aplicados à Arquitetura e Urbanismo”, de Sergio Rafael Cortes de Oliveira e Tansse Paes Bóvio Barcelos Cortes, demonstra como práticas educacionais podem integrar os ODS, formando profissionais preparados para desafios globais. Já “Caminhografias Urbanas e os Desafios da Agenda 2030”, de Eduardo Rocha, Andrea Paola Fondevila Salcedo, Arielly Velasques Pereira, Bárbara Hypolito, Daniela Vieira Goularte, James Silva Couto, Jaqueline Takahashi e Tuize Silva Rovere Hoff, discute subjetividade, territorialidade e sustentabilidade nos espaços urbanos.

Outros artigos também contribuem para o debate. Em “Cidades Educadoras na Grande Vitória: Um Panorama Infantojuvenil”, Liziane de Oliveira Jorge e Caroline Souza Rossoni Sisquini apresentam o papel da educação na construção de cidades inclusivas. “Violência Urbana, Direito à Cidade e Ações Educativas”, de Carolina Clasen, Jorge Bassani, Adriana Lima e Camila Sawaia, reflete sobre a construção de territórios educativos no alcance dos ODS. Em “Perspectivas de Gênero na Infância”, Sofia Vezzano Tairorol, Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira, Vera Regina Tângari e Giselle Arteiro Nielsen Azevedo analisam como a igualdade de gênero pode ser promovida desde a infância.

¹ Doutora em Desenho Urbano pela Faculdade do Ambiente Construído (Oxford Brookes University/2007). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS/2003). Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPEL/2001). Professora na UFPEL e Pesquisadora na Heriot-Watt University..

² Doutor em Arquitetura, Mestre em Educação, Especialista em Patrimônio Cultural, Arquiteto e Urbanista. Email: eduardo.rocha@ufpel.edu.br

Outros autores analisam setores específicos. “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Serviços Turísticos”, de Gisele Pereira, Vitor Lopes Machado e Pytter Alves Nobre, investiga como práticas sustentáveis são articuladas na produção acadêmica em turismo. “Patrimônio e Sujeitos Urbanos: Transformação Social e o Desafio para Cidades Sustentáveis”, de Cleyton José de Sousa Ferreira, aborda a relação entre patrimônio cultural e transformação social nas cidades. Em “Vila da Palha”, Liliane da Cruz Caldas e Jéssica da Rocha Corrêa avaliam estratégias de inclusão e sustentabilidade no contexto da Agenda 2030. Por fim, “Brasília em Cena”, de Jorge Antônio de Oliveira Júnior, analisa os impactos dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro nos objetivos da Agenda 2030.

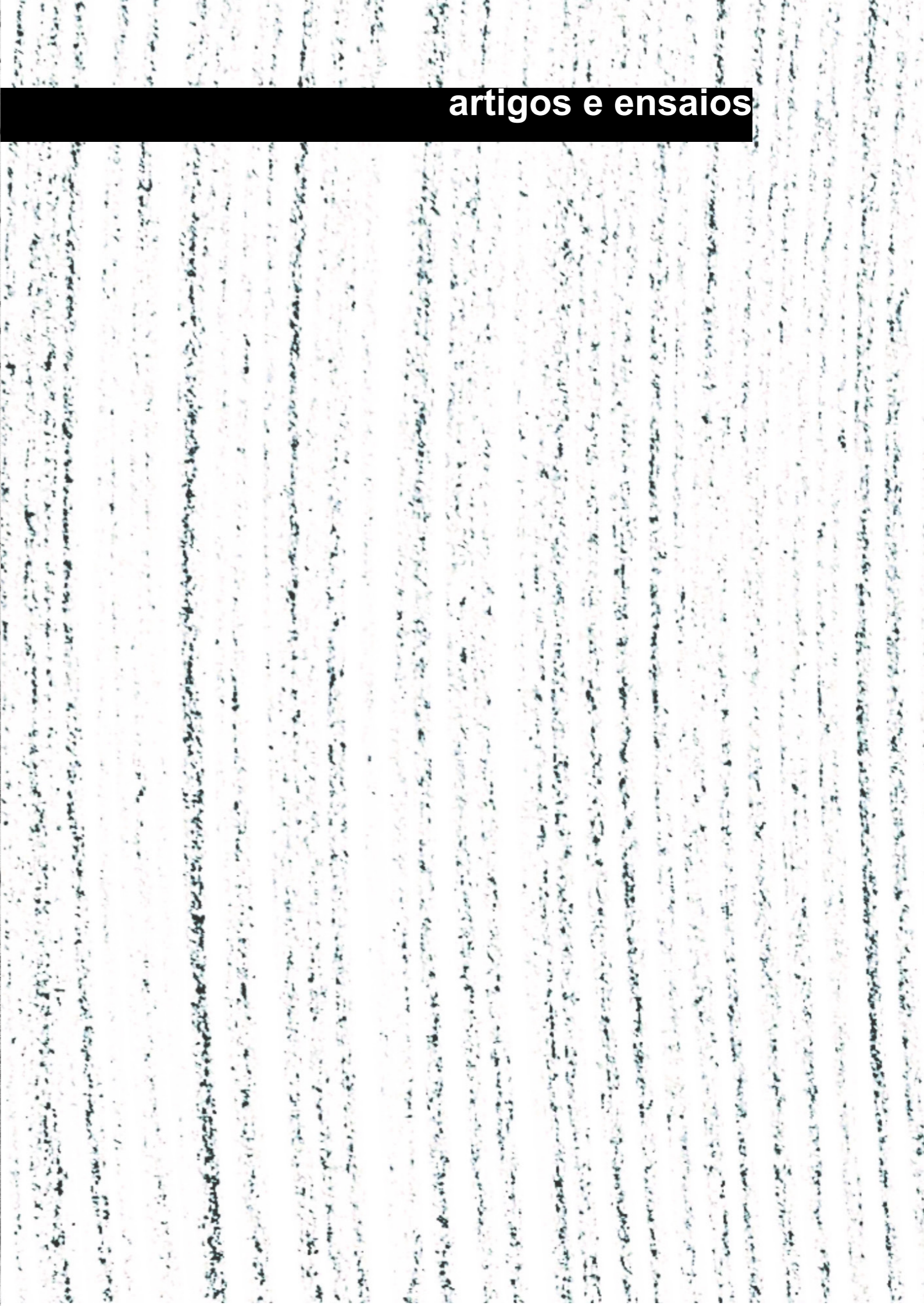
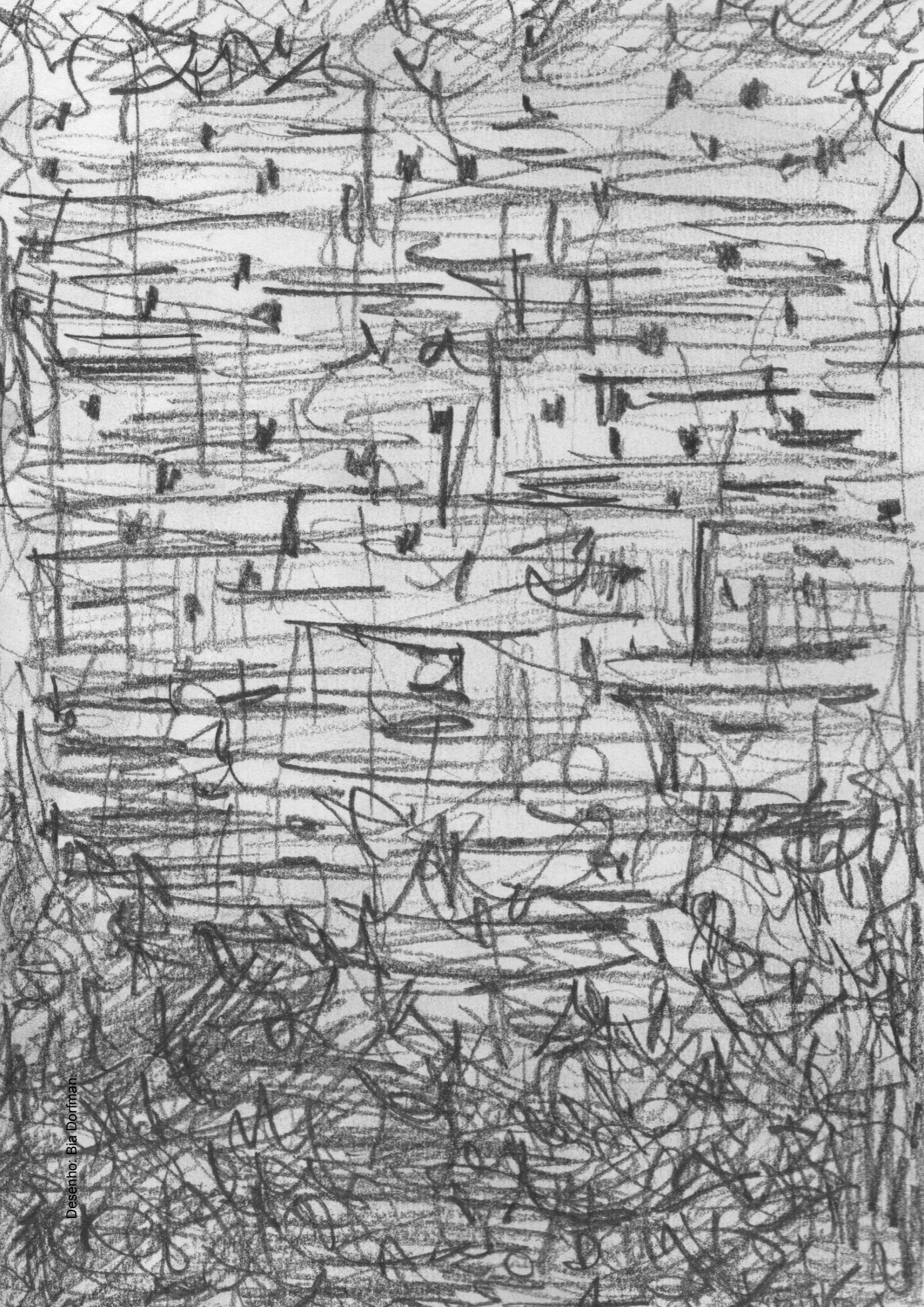
Os textos de autores convidados ampliam as perspectivas críticas. Em “Contra Correnteza: Outras Passagens, Paragens”, Fernando Freitas Fuão e Taís Beltrame dos Santos realizam uma caminhografia nas bordas do Canal São Gonçalo, explorando as interseções entre território e sustentabilidade. Já em “O Sonho da Cidade Transcolonial”, José Carlos Lemos propõe a desconstrução das hierarquias coloniais no planejamento urbano, destacando a urgência de construir cidades inclusivas e equitativas.

Na seção Processos & Projetos, destacam-se iniciativas voltadas para práticas urbanas e preservação. “Centro Cultural Coohreios”, de Agnes Ramos Rodrigues, Alexandra de Los Santos, André de Oliveira Torres Carrasco, Maria Fernanda Pinto Neto e Paula Göttems Vendrusculo, aborda um projeto de extensão que conecta integração social e cultura. Em “Reabilitação ou Mais um Abandono Misterioso?”, Lucas Pamio e Nilson Ghirardello discutem os desafios de preservação do patrimônio histórico. Já “Entre Charqueadas: Um Caminho de Memórias”, de Isadora Alves e Aline Montagna da Silveira, apresenta diretrizes para preservar as vilas Santa Thereza e Industrial, em Bagé/RS, articulando memória e sustentabilidade.

A seção de entrevistas traz “Parque Itaimbé: Do Projeto ao Afeto”, de Marina de Alcântara, Luiz Gonzaga, Binato de Almeida, Fernanda Rodrigues Vargas, Juliana Lamana Guma, Hamilton Binato Júnior e Manoel Carlos Cardoso Vicente, explorando o papel das relações afetivas na construção e uso dos espaços públicos.

Em Parede Branca, os trabalhos artísticos dialogam com os temas da revista. “Os Desenhos de Bia Dorfman”, de Beatriz Dorfman e Eduardo Rocha, ilustram as capas e introduções das seções, traduzindo visualmente as ideias da edição. “São Paulo Devagar”, de Larissa Mörschbacher, Marcela Dias e Aline Montagna da Silveira, oferece um ensaio fotográfico que propõe uma nova percepção do tempo urbano. Por fim, “Palavras e Folhas”, de Anelis Rolão Flôres, Ana Paula Werner, Juliana Guma, Larissa Lima Schmidt, Marina de Alcântara, Nicole Santos da Silva, Vanessa Monteiro de Freitas, Victória de Sá Lara, Rayana Lopes Torri e Thais Scotti do Canto-Dorow, transforma muros em espaços de expressão comunitária, integrando natureza e sociedade.

Com esta edição, a Revista PIXO reafirma seu compromisso em fomentar debates críticos e interdisciplinares, promovendo ideias e práticas que conectam sustentabilidade, cultura e urbanismo. Agradecemos aos autores, revisores e leitores que tornam este projeto possível e convidamos todos a participar ativamente das reflexões e ações propostas.



SOLARPUNK 2030

Tecnologia, justiça social e ação comunitária rumo a um futuro sustentável

SOLARPUNK 2030
*Technology, social justice, and community action toward a
sustainable future*

Ana Paula Vieceli¹

Resumo

O presente artigo explora as interseções entre o movimento Solarpunk e a Agenda 2030 da ONU, destacando como ambos apresentam visões complementares para a construção de um futuro mais sustentável, justo e inclusivo. O Solarpunk, movimento cultural e literário, ao imaginar um mundo em que tecnologia, ecologia e justiça social coexistem de forma harmoniosa, oferece uma perspectiva otimista e realista para enfrentar os desafios globais, como as mudanças climáticas e as desigualdades socioeconômicas. A Agenda 2030, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), oferece uma estrutura prática para transformar essas visões em realidade por meio de ações coletivas e locais. Ambos compartilham o compromisso de promover a regeneração ambiental, a equidade social e o progresso tecnológico de forma ética e sustentável.

Palavras-chave: Solarpunk, Agenda 2030, desenvolvimento sustentável, justiça social, regeneração ambiental.

Abstract

This article explores the intersections between the Solarpunk movement and the United Nations' 2030 Agenda, highlighting how both offer complementary visions for building a more sustainable, just, and inclusive future. Solarpunk, envisioning a world where technology, ecology, and social justice coexist harmoniously, provides an optimistic yet realistic perspective to address global challenges such as climate change and socioeconomic inequalities. The 2030 Agenda, with its 17 Sustainable Development Goals (SDGs), provides a practical framework to turn these visions into reality through collective and local actions. Both movements share a commitment to promoting environmental regeneration, social equity, and ethical technological progress.

Keywords: Solarpunk, 2030 Agenda, sustainable development, social justice, environmental regeneration.

¹ Arquiteta e Urbanista (UNISINOS/2002); Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura (UFRGS/2014); Doutora em Arquitetura pelo mesmo programa (UFRGS/2019), e Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGARq/PUC-Rio/2024).



Prólogo

Sob o céu alaranjado, a cidade vibrava em um ritmo de luzes e vida. As cúpulas solares, flutuando como flores imensas, capturavam os últimos raios do sol antes do entardecer, alimentando a vasta rede de energia que sustentava as ruas arborizadas e os jardins verticais. As superfícies das construções respiravam, como se fossem parte do ecossistema ao redor, absorvendo o dióxido de carbono e devolvendo o ar purificado. As crianças corriam por entre as árvores frutíferas que cresciam nas avenidas, colhendo bergamotas e maçãs diretamente dos galhos, enquanto os adultos se reuniam nas praças comunitárias para discutir os próximos projetos de reflorestamento.

Ali, o progresso tecnológico não era o inimigo da natureza. Pelo contrário, ambos coexistiam em perfeita simbiose. Drones sobrevoavam suavemente, sem emitir um único som, espalhando sementes que brotariam em poucas semanas, alimentadas por um sistema inteligente de irrigação. Pequenas turbinas, quase invisíveis, capturavam a brisa constante e geravam eletricidade suficiente para alimentar as fábricas comunitárias, onde cada cidadão contribuía com suas habilidades para a produção de materiais reciclados e tecnologias regenerativas.

Ao longe, podiam-se ver as florestas se regenerando, resultado dos esforços conjuntos de seres humanos e máquinas, programados para restaurar o equilíbrio perdido. A Terra não era mais vista como um recurso a ser explorado, mas como uma parceira, cuja regeneração dependia do respeito e do cuidado humano. Ali, as fronteiras entre cidade, campo e natureza haviam sido dissolvidas há muito tempo, e a economia não girava em torno do lucro, mas da partilha equitativa e da cooperação.

“Estamos apenas no início”, disse uma voz no meio da multidão. “A verdadeira revolução é feita de pequenos passos, de decisões cotidianas que mudam o mundo pouco a pouco.” A esperança não era mais um conceito abstrato, mas uma força palpável que movia cada ação, cada gesto, cada inovação².

² O prólogo deste ensaio é composto por trechos de uma escrita autoral ensaiada no exercício da oficina Cidade Solarpunk realizada em 2024 na ocasião do estágio pós-doutoral na Faculdade de Arquitetura da PUC-Rio. Ele incorpora os elementos centrais do movimento Solarpunk: tecnologia verde, regeneração ambiental, colaboração comunitária e uma esperança prática. Ele serve como uma introdução criativa que prepara o leitor para as ideias discutidas nos capítulos, que também são abertos pela linguagem literária e poética futurista solarpunk. Todas as imagens são autorais, geradas a partir de Inteligência Artificial.

Introdução

Nos últimos anos, o mundo tem enfrentado desafios ambientais, sociais e políticos sem precedentes. Além das crises climáticas – as cheias, os deslizamentos de terras, a seca, as queimadas, os ciclones – e do aumento das desigualdades socioeconômicas, presenciamos a ascensão de movimentos de extrema direita, que ameaçam os direitos humanos e o progresso social. A precarização do trabalho, impulsionada pela automação e pela busca incessante por lucros, tem levado milhões de pessoas à insegurança financeira, enquanto o individualismo exacerbado e o isolamento social contribuem para uma epidemia de solidão, depressão e ansiedade. A violência urbana e doméstica, junto à crescente insegurança alimentar, afeta as populações mais vulneráveis, exacerbando as tensões sociais e alimentando ciclos de pobreza e violência. Esses problemas, em grande parte, derivam tanto das falhas sistêmicas do capitalismo quanto das consequências das mudanças climáticas, que agravam as desigualdades e desafiam a resiliência das sociedades. Em resposta, surgiram iniciativas globais e movimentos culturais com visões inovadoras para um futuro mais sustentável e justo. Dois desses esforços, embora em esferas distintas, compartilham uma missão comum: a Agenda 2030 das Nações Unidas e o movimento cultural Solarpunk.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada em 25 de setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas. Ela foi resultado de um esforço global para substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que haviam sido estabelecidos em 2000 com um prazo até 2015. Enquanto os ODM se concentravam em questões como a erradicação da pobreza extrema e a redução da mortalidade infantil, a Agenda 2030 apresenta uma abordagem mais ampla e inclusiva, com o objetivo de enfrentar os desafios globais de maneira integrada. A Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que cobrem uma ampla gama de questões relacionadas ao desenvolvimento social, econômico e ambiental. Esses objetivos incluem tópicos como a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de gênero, o combate às mudanças climáticas, o uso sustentável dos recursos naturais e a construção de sociedades pacíficas e inclusivas. O caráter universal da Agenda 2030 significa que todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento, são responsáveis por implementar esses objetivos de forma adaptada às suas realidades nacionais.

A ideia de uma nova agenda global para o desenvolvimento sustentável começou a ganhar força após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em 2012. Durante essa conferência, os líderes mundiais reconheceram que os desafios globais, como a degradação ambiental e as desigualdades crescentes, exigiam uma abordagem mais abrangente. Após longos processos de negociações internacionais e consultas com governos, ONGs, cientistas, representantes do setor privado e outros stakeholders, a ONU lançou a Agenda 2030, que é considerada um dos mais ambiciosos planos de ação já acordados internacionalmente. Ao contrário dos ODM, que eram focados principalmente em países em desenvolvimento, os ODS da Agenda 2030 são universais e visam transformar tanto as nações ricas quanto as pobres. A ideia central é que todos os países devem progredir juntos em direção a um desenvolvimento mais sustentável, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

A implementação da Agenda 2030 é um desafio global, e cada país tem adaptado os ODS às suas políticas nacionais, com diferentes níveis de progresso. Para monitorar os avanços, cada nação se comprometeu a elaborar relatórios periódicos chamados de Revisões Nacionais Voluntárias (RNV), nos quais detalham como estão integrando os ODS em seus planos e estratégias de desenvolvimento. Os países têm adotado

diferentes abordagens para se adequar à Agenda 2030, esta que também incentiva a formação de parcerias entre governos, o setor privado, a sociedade civil e a academia para implementar os ODS. Empresas em todo o mundo estão começando a adotar práticas mais sustentáveis em resposta a demandas crescentes por responsabilidade social e ambiental. Setores como o de energia e a indústria alimentícia estão entre os que mais têm se alinhado aos ODS. Em muitos países em desenvolvimento, a implementação dos ODS apresenta desafios significativos devido a recursos limitados e desigualdades estruturais. No entanto, esses países também têm visto nos ODS uma oportunidade para atrair investimentos internacionais, especialmente em infraestrutura verde, tecnologias, agricultura sustentável e energia limpa como parte de seus compromissos com a Agenda 2030.

A ONU coordena o monitoramento global do progresso em relação à Agenda 2030 por meio de um sistema de indicadores. Anualmente, é publicado o Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável, que avalia os avanços e destaca áreas em que mais progresso é necessário. Além disso, há cooperação internacional para fornecer apoio técnico e financeiro a países com menos capacidade de implementar os ODS. Embora haja um progresso contínuo em várias áreas, ainda existem desafios substanciais para alcançar os ODS até 2030. A mudança climática continua a ser uma ameaça central, exacerbando problemas como escassez de recursos, migrações e conflitos. Além disso, as desigualdades dentro e entre países seguem como um obstáculo significativo para um desenvolvimento inclusivo. No entanto, a Agenda 2030 se mantém como um plano ambicioso, com a esperança de criar um mundo mais justo, sustentável e pacífico.

Ao lado da Agenda 2030, apresentamos o Solarpunk, um movimento artístico e literário emergente, tem como principal escopo, imaginar um futuro otimista em que a humanidade vive em harmonia com a natureza por meio da inovação tecnológica e de valores sociais inclusivos. Esse movimento projeta suas criações literárias em um mundo futurista em que energias renováveis, especialmente a solar, são a base das cidades verdes, e onde comunidades cooperativas se organizam para criar uma sociedade mais equitativa e resiliente. O Solarpunk é um movimento que acredita que a tecnologia verde pode ser utilizada de maneira igualitária para construir um futuro que beneficie a todos, não apenas as elites. (Flynn, 2014; Sage, 2023)

Solarpunk: movimento cultural por um futuro solar

(...) Nós somos solarpunks porque o otimismo nos foi tirado, e estamos tentando recuperá-lo. Nós somos solarpunks porque as únicas outras opções são a negação ou o desespero. No seu cerne, o Solarpunk é uma visão de um futuro que incorpora o melhor que a humanidade pode alcançar: um mundo pós-escassez, pós-hierarquia e pós-capitalista, onde a humanidade se vê como parte da natureza e a energia limpa substitui os combustíveis fósseis. O 'punk' no Solarpunk é sobre rebelião, contracultura, pós-capitalismo, decolonialismo e entusiasmo. Trata-se de seguir uma direção diferente da tendência dominante, que está cada vez mais seguindo por um caminho assustador. (...)" (The Solarpunk Community, 2019).

O movimento Solarpunk surgiu no início do século XXI como uma resposta à crescente preocupação com a crise climática, as desigualdades sociais e o impacto ambiental das tecnologias. Ele nasceu como um subgênero da ficção especulativa, mas rapidamente se expandiu para além da literatura, tornando-se uma filosofia e um movimento cultural que promove uma visão otimista do futuro. Diferente de outros subgêneros da ficção científica, como o Cyberpunk, que frequentemente retratam futuros distópicos e

sombrios, o Solarpunk imagina um futuro em que a humanidade utiliza tecnologias limpas e sustentáveis para viver em harmonia com a natureza.

O termo “Solarpunk” começou a ganhar tração em blogs e fóruns online por volta de 2008, e se popularizou em 2012, com o lançamento de pequenos manifestos que buscavam definir os princípios do movimento (The Solarpunk Community, 2019). Inspirado pelas utopias ecológicas e pelos avanços das tecnologias verdes, o Solarpunk apresenta um futuro em que os seres humanos superam a dependência de combustíveis fósseis, substituindo-os por energias renováveis, especialmente a energia solar, que dá nome ao movimento. Além disso, o Solarpunk também reflete sobre como as cidades podem ser reimaginadas para serem mais verdes, acessíveis e equitativas, com arquitetura sustentável, agricultura urbana e uma forte ênfase na cooperação comunitária (Sage, 2021).

Um exemplo notável de um dos expoentes da ética e da estética Solarpunk é o arquiteto belga Luc Schuiten, conhecido por suas visões futuristas e ecológicas, que se alinham perfeitamente com os princípios do Solarpunk. Schuiten nasceu em 1944 em Bruxelas e, ao longo de sua carreira, desenvolveu uma arquitetura visionária, inspirada na natureza, que ele chamou de “cidades vegetais”. Sua obra está profundamente enraizada em conceitos de biomimética, onde ele observa como a natureza resolve problemas complexos e utiliza esses princípios para projetar ambientes urbanos sustentáveis. Schuiten começou a explorar essa ideia de uma arquitetura verdadeiramente sustentável ainda nos anos 1970, quando suas preocupações com a degradação ambiental e a exploração desenfreada dos recursos naturais se intensificaram. Ele passou a imaginar cidades onde os edifícios e as infraestruturas fossem feitos de materiais vivos, como árvores e plantas, que crescessem junto com a cidade. Em suas visões, a natureza e a tecnologia não estão em conflito, mas sim se complementam para criar ambientes regenerativos (Schuiten, 2010 a e b). O trabalho de Schuiten foi rapidamente identificado pela comunidade Solarpunk como um exemplo tangível e inspirador de como a estética e a ética desse movimento podem ser aplicadas à arquitetura e ao planejamento urbano. Embora Schuiten tenha começado seu trabalho muito antes de o termo “Solarpunk” existir, suas cidades vegetais encarnam a filosofia central do movimento: um futuro onde a tecnologia e a natureza coexistem em harmonia, e onde os seres humanos criam ambientes que não apenas minimizam o impacto ambiental, mas o regeneram³.

Segundo os defensores do Solarpunk, como o artista, escritor e ativista Andrew Sage (2023), o movimento não é apenas uma visão de um futuro idealizado, mas um convite à ação no presente. Ele enfatiza que as soluções tecnológicas e ecológicas já estão ao nosso alcance e podem ser implementadas de forma prática, se houver vontade política e social. Para Sage, o Solarpunk rejeita o pessimismo típico de outras visões futuristas, propondo que, ao invés de temer o futuro, a humanidade pode moldá-lo de forma consciente e ética.

³ Na prática, Schuiten projeta seus edifícios não como estruturas estáticas, mas como organismos vivos que interagem com o ambiente ao seu redor. Ele acredita que, ao desenvolver tecnologias que imitam os processos naturais, podemos construir cidades que sejam resilientes às mudanças climáticas e que ajudem a regenerar os ecossistemas degradados. Essa abordagem é essencialmente Solarpunk, pois combina o uso criativo da tecnologia com uma profunda reverência pela natureza. A filosofia de design de Schuiten vai além da sustentabilidade convencional; ele propõe a regeneração ecológica, um dos pilares fundamentais do Solarpunk, onde a arquitetura e o planejamento urbano não apenas evitam danos ao meio ambiente, mas ativamente contribuem para restaurá-lo.



O movimento se expandiu por meio de coletâneas literárias – a exemplo da antologia luso-brasileira, que se consagrou um marco mundial do movimento, *Solarpunk: Histórias ecológicas e fantásticas em um mundo sustentável* (Lodi-Ribeiro, 2012)⁴ –, blogs, e projetos artísticos que ilustram como as ideias Solarpunk podem ser aplicadas em diversos contextos, desde o urbanismo até a moda sustentável. A estética do Solarpunk também desempenha um papel fundamental em sua identidade. Ela é marcada por imagens de cidades futuristas cobertas de vegetação, com tecnologia avançada integrada à natureza, como turbinas eólicas, painéis solares e jardins verticais. Essa estética positiva e esperançosa se opõe ao cinismo e à desolação de outros movimentos “punk”, como o Cyberpunk, que enxerga o futuro sob a ótica do caos e da degradação. O Solarpunk, em contrapartida, acredita no poder da resiliência comunitária e no uso criativo da tecnologia para resolver problemas ambientais e sociais.

Um dos aspectos mais importantes do Solarpunk é a integração da justiça social com a sustentabilidade ambiental, reconhecendo que qualquer solução climática ou ecológica deve necessariamente incluir a igualdade e a inclusão social. Por tanto, o Solarpunk propõe uma narrativa alternativa para o futuro, onde o progresso tecnológico e a preservação ambiental andam de mãos dadas, e onde as comunidades locais são fortalecidas para se tornarem agentes de mudança.

Tanto a Agenda 2030 quanto o movimento Solarpunk partem do princípio de que o futuro deve ser conscientemente moldado, integrando sustentabilidade e justiça social. Enquanto a ONU propõe metas e políticas globais, governamentais em parcerias público-privadas, o Solarpunk oferece uma narrativa inspiradora que dá vida a essas ideias por meio da imaginação e propõe uma prática local, comunitária e autônoma, que se aproxima de um modo de pensar e fazer artista e anarquista. Ao traçar um paralelo entre esses dois universos, vislumbramos como a cultura e a política podem convergir para a construção de um futuro mais sustentável, inclusivo e esperançoso.

⁴ “Os temas abordados variam do aproveitamento da energia dos relâmpagos atmosféricos à produção de biocombustíveis pelas artes da nanotecnologia; dos grandes veleiros espaciais impulsionados pela pressão da radiação solar aos conversores de matéria em energia; passando pelo advento de humanos fotossintéticos, pela extração da energia da aura humana armazenada noutra dimensão, pelo terrorismo contra empreendimentos e governos verdes, e pelo desenvolvimento precoce de fontes energéticas tidas como convencionais” (Lodi-Ribeiro, 2012, p. 9)

Visão futurista positiva e prática

Os primeiros raios de sol atravessavam os painéis translúcidos das construções, ativando silenciosamente os circuitos que alimentavam a cidade. Nas ruas, cada movimento era planejado para otimizar o fluxo de energia. Nenhum recurso era desperdiçado. As árvores cresciam em fileiras ordenadas, protegendo os caminhos urbanos do calor enquanto os moradores discutiam as novas soluções tecnológicas para integrar ainda mais a natureza à vida cotidiana. Naquele mundo, o futuro não era uma projeção distante, mas uma construção coletiva feita de ideias que floresciam a cada nascer do sol.

Ao longo da história, muitas visões de futuro foram marcadas por distopias, sobretudo a partir do fim do século passado, onde a degradação ambiental e a desigualdade social predominam. Um dos exemplos mais notórios desse gênero é o Cyberpunk, um subgênero da ficção científica que emergiu nas décadas de 1980 e 1990. Cyberpunk, popularizado por obras como *Neuromancer* de William Gibson e o filme *Blade Runner* de Ridley Scott, apresenta um futuro distópico caracterizado por alta tecnologia em um mundo de baixa qualidade de vida. Em 2017 foi lançado *Blade Runner 2049*, dirigido por Denis Villeneuve, uma continuação do clássico de 1982⁵.

O Cyberpunk imagina sociedades onde corporações transnacionais têm mais poder do que os governos, resultando em um cenário de hiperconcentração de riqueza e poder. Essas obras exploram as consequências de um capitalismo desenfreado, no qual a inovação tecnológica está intimamente ligada à opressão social e à degradação do ambiente. A tecnologia avança, mas em benefício de poucos, enquanto o resto da sociedade enfrenta precariedade e marginalização. As cidades, muitas vezes, são retratadas como labirintos caóticos e poluídos, onde a vigilância é constante e a liberdade individual é limitada.

Além disso, o Cyberpunk é marcado por uma estética sombria e pessimista, com ambientes urbanos superlotados, neon e ruas sujas, refletindo a crise ecológica e social. Os personagens são frequentemente anti-heróis solitários que lutam contra os sistemas de controle, tentando sobreviver em um mundo desumano. Este gênero, portanto, reflete o medo de que o futuro seja governado pela desigualdade extrema, controle tecnológico, e degradação ambiental. No entanto, existem abordagens contemporâneas que rejeitam esse pessimismo, oferecendo uma perspectiva mais otimista e fundamentada em soluções práticas. O Solarpunk, por exemplo, não apenas projeta um futuro positivo, mas também coloca grande ênfase em ações práticas que podem ser implementadas no presente. O movimento se baseia na ideia de que o futuro sustentável só será alcançado se a inovação tecnológica for profundamente integrada à vida cotidiana, em harmonia com os ciclos naturais.

O Solarpunk pode ser descrito como uma utopia sustentável que vai além da mera imaginação. Ele se baseia em ações concretas, como o uso de energias renováveis, a transformação de espaços urbanos em ambientes verdes e produtivos, e a organização comunitária voltada para a autossuficiência e a resiliência local. Esse movimento de cunho anarquista, também se afasta das narrativas apocalípticas, comuns em outras vertentes futuristas, ao propor um cenário em que as mudanças climáticas e os danos ambientais são reconhecidos, mas tratados com soluções inovadoras e práticas. A visão futurista de esperança ativa do Solarpunk encontra eco direto nos Objetivos

⁵ O título deste ensaio, *Solarpunk 2030*, faz referência ao título deste filme, como um contraponto ao cyberpunk, também adiantando-se 19 anos no tempo, coincidindo com prazo para atingir os ODS da Agenda 2030 da ONU.



de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. A Agenda 2030 propõe um plano de ação global para enfrentar desafios críticos como a pobreza, as desigualdades e as mudanças climáticas (United Nations, 2015). Tal como o Solarpunk, os ODS não se limitam a apontar os problemas, mas estabelecem metas concretas para transformar o mundo. O ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) e o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), por exemplo, refletem o compromisso com a transição para fontes de energia sustentáveis e com a implementação de medidas para mitigar os impactos climáticos.

Além disso, o Solarpunk valoriza a inovação tecnológica para promover a sustentabilidade. A Agenda 2030, da mesma forma, reconhece a necessidade de um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo inclusivo e sustentável, destacando que as transformações necessárias para criar um futuro sustentável exigem tanto novas tecnologias quanto uma reorganização social. A justiça social e a autogovernança comunitária, pilares da filosofia Solarpunk, se alinham diretamente aos objetivos da ONU de redução das desigualdades (ODS 10) e de promoção de comunidades sustentáveis e resilientes (ODS 11). Tanto o Solarpunk quanto a Agenda 2030 defendem que as soluções para os desafios globais devem ser implementadas de maneira participativa e inclusiva, envolvendo diretamente as comunidades locais na criação de soluções adaptadas às suas realidades.

Em última instância, a visão futurista positiva e prática defendida pelo solarpunk propõe um mundo onde o progresso e a inovação tecnológica não estejam em conflito com o meio ambiente e o bem-estar social, mas sim integrados a uma relação harmoniosa entre humanidade e natureza. A Agenda 2030 e o movimento Solarpunk oferecem uma alternativa viável para o futuro, onde a esperança está enraizada na ação concreta e coletiva, e onde o otimismo não é apenas uma escolha, mas uma estratégia de sobrevivência e prosperidade.

Rejeição do capitalismo e busca por justiça social

Em meio às torres cobertas de hera e vinhas, as praças comunitárias fervilhavam de vozes. Não havia pressa, nem o som estridente do comércio desenfreado. Ali, as trocas eram feitas com equidade e respeito. A moeda mais valiosa era o tempo dedicado à cooperação. Em vez de lojas, oficinas comunitárias se espalhavam por toda a cidade, onde ferramentas eram compartilhadas e conhecimentos passavam de geração em

geração. O capital não ditava as regras daquele lugar, e o crescimento econômico não era medido por cifras, mas pela qualidade das relações humanas.

Tanto o Solarpunk quanto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 compartilham uma profunda crítica às estruturas econômicas e sociais vigentes, especialmente ao modelo capitalista. O Solarpunk se apresenta como um movimento que não apenas propõe um futuro sustentável, mas também uma reorganização fundamental das formas de produção e consumo, visando romper com as desigualdades promovidas pelo capitalismo. Essa visão se alinha diretamente à Agenda 2030, que, embora não rejeite explicitamente o capitalismo, advoga por um sistema global mais justo e inclusivo, capaz de reduzir desigualdades e promover o bem-estar social de maneira equitativa.

O capitalismo, em sua forma predominante, baseia-se na exploração incessante de recursos naturais e humanos para sustentar o crescimento econômico. Como Klein (2014) argumenta, o modelo capitalista de exploração desenfreada tem levado o planeta a um estado de crise climática, ao mesmo tempo que perpetua as desigualdades sociais. Esse modelo de desenvolvimento gera um ciclo de degradação ambiental e perpetuação das desigualdades sociais, exacerbando problemas como a concentração de riqueza, o desemprego estrutural e a exclusão de populações vulneráveis. No Solarpunk, há uma crítica direta a essa lógica de exploração. Em vez de promover o crescimento a qualquer custo, o movimento valoriza a resiliência local, a justiça social e a cooperação comunitária, rejeitando a ideia de que o progresso econômico deve ser construído às custas do meio ambiente ou da dignidade humana. Esse discurso encontra paralelo em vários objetivos da Agenda 2030, especialmente no ODS 10 (Redução das Desigualdades) e no ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Embora a Agenda 2030 reconheça o papel do crescimento econômico no desenvolvimento global, ela propõe um modelo de crescimento que seja inclusivo e sustentável. Nesse contexto, busca-se criar condições de trabalho dignas, eliminar a discriminação e promover oportunidades iguais para todos. Assim como o Solarpunk, a Agenda 2030 enfatiza a importância de colocar o ser humano e o meio ambiente no centro das decisões econômicas, em vez de permitir que o lucro seja o principal motor das ações globais (United Nations, 2015).

A justiça social é outro tema central tanto para o Solarpunk quanto para os ODS. No Solarpunk, a busca por justiça vai além da mera redistribuição de riquezas; trata-se de criar uma sociedade onde as pessoas tenham autonomia sobre suas vidas, com acesso equitativo a recursos, educação, saúde e moradia. Esse ideal se reflete na construção de comunidades sustentáveis e autônomas, onde os recursos são compartilhados e a solidariedade é promovida. O ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), por exemplo, ecoa essa visão ao defender o desenvolvimento de cidades inclusivas, seguras e resilientes, onde todos os indivíduos possam prosperar e viver com dignidade. Além disso, a crítica ao capitalismo no Solarpunk não se restringe às suas consequências econômicas; também abrange as implicações ambientais. A lógica capitalista de exploração ilimitada de recursos naturais tem levado a uma crise climática global, que afeta de maneira desproporcional os mais pobres e vulneráveis. Para combater isso, o Solarpunk propõe uma reconexão com a natureza, onde o ser humano se vê como parte integrante do ecossistema, e não como seu dominador. Essa abordagem encontra eco nas metas do ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), que visa mitigar os impactos das mudanças climáticas, promovendo práticas de produção e consumo que respeitem os limites do planeta.

Ao rejeitar o modelo econômico atual e propor uma organização social baseada na equidade, solidariedade e sustentabilidade, o Solarpunk desafia o status quo, tal como a Agenda 2030 busca reformar as estruturas globais para garantir que ninguém seja



deixado para trás. Ambos reconhecem que o progresso não pode ser medido apenas por indicadores econômicos, mas deve ser avaliado pelo impacto que tem na qualidade de vida das pessoas e na preservação do meio ambiente.

Na obra *The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy* (2005), uma das ideias centrais de Murray Bookchin é a Ecologia Social, esta, que refere-se à ideia de que os problemas ecológicos são, em última instância, questões sociais. Para o autor, a destruição ambiental é resultado das estruturas de dominação e exploração que existem entre os seres humanos – ou seja, a maneira como tratamos o meio ambiente reflete a forma como tratamos uns aos outros. Para o autor, é a hierarquia, e não o capitalismo ou a economia de mercado per se, que é a causa fundamental da opressão social e da degradação ambiental. A hierarquia não se limita à exploração econômica, mas inclui todas as formas de dominação – entre gêneros, etnias, classes e, finalmente, entre humanos e a natureza. Assim, para Bookchin, a verdadeira liberdade só pode ser alcançada pela dissolução da hierarquia. Ele propõe que uma sociedade verdadeiramente livre seria baseada na cooperação, no apoio mútuo e na ausência de estruturas de poder centralizadas. Isso inclui não apenas a hierarquia entre humanos, mas também entre humanos e a natureza.

A busca por justiça social no Solarpunk e na Agenda 2030 parte da premissa de que um futuro sustentável só pode ser construído com base em sistemas que não excluam ou explorem, mas que incentivem a cooperação, a dignidade e o respeito mútuo. As mudanças necessárias para alcançar esse futuro não são apenas tecnológicas, mas também políticas e sociais. O Solarpunk propõe uma revolução cultural em que os valores comunitários, a justiça social e a sustentabilidade guiem as escolhas de desenvolvimento. A Agenda 2030, por sua vez, fornece o mapa global para a implementação dessas transformações, promovendo uma economia mais justa, uma sociedade mais equitativa e um planeta mais saudável.

Tecnologia como ferramenta de sustentabilidade

Os drones circulavam silenciosamente acima das plantações urbanas, analisando o solo e irrigando as raízes com precisão cirúrgica. As construções ao redor vibravam suavemente, alimentadas pela energia solar, e os pequenos dispositivos nas mãos dos moradores monitoravam a produção de energia em tempo real. Cada watt produzido era otimizado, cada gota de água, reaproveitada. A tecnologia ali não era fria nem

distante. Ela era parte da vida, uma extensão das mãos que cultivavam a terra e restauravam o equilíbrio que há muito havia sido rompido.

Uma das marcas distintivas do Solarpunk é a maneira como esse movimento integra a tecnologia em suas visões para o futuro, utilizando-a como uma ferramenta para alcançar a sustentabilidade e o bem-estar social. Enquanto muitas narrativas futuristas retratam a tecnologia como um símbolo de distopia e controle corporativo, o Solarpunk se destaca por imaginar um futuro onde a tecnologia é aplicada de forma equilibrada e ética, sempre em harmonia com a natureza e as necessidades humanas, no qual a inovação tecnológica, quando direcionada para soluções sustentáveis, tem o poder de transformar a relação da humanidade com a natureza, regenerando o planeta em vez de degradá-lo.

Para Bauwens, Kostakis e Pazaitis (2019), as tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, a automação, e as redes blockchain, são vistas como ferramentas que podem ser usadas para o bem comum, desde que sejam apropriadas de forma coletiva. Em vez de serem usadas para concentrar poder e riqueza, essas tecnologias podem facilitar a colaboração e a criação de valor comum. No entanto, os autores também alertam que essas tecnologias podem ser capturadas por interesses privados, tornando-se instrumentos de controle. Por isso, defendem que o desenvolvimento tecnológico seja orientado pelo princípio do comum.

No Solarpunk, a tecnologia não é vista como um fim em si, mas como um meio para promover soluções sustentáveis e inclusivas. Inovações como energia solar, agricultura vertical, sistemas de reciclagem avançados e infraestruturas verdes são elementos centrais da estética e da prática Solarpunk. Essas tecnologias permitem a criação de ambientes urbanos onde as construções, o transporte e a produção de alimentos coexistem em harmonia com o ecossistema natural. O uso de fornos solares, drones para reflorestamento e sistemas de captura de carbono são exemplos de como a tecnologia pode ser utilizada para restaurar o equilíbrio ambiental e combater os efeitos das mudanças climáticas. Diferentemente da visão da tecnologia como algo separado ou superior à natureza, o Solarpunk propõe uma integração íntima entre ambos, onde o progresso tecnológico serve para fortalecer os sistemas naturais e não para destruí-los.

Essa visão está profundamente conectada ao ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), que destaca a necessidade de garantir o acesso universal a fontes de energia renováveis e sustentáveis (United Nations, 2015). O Solarpunk é construído sobre a premissa de que a energia solar, e outras formas de energia limpa, devem ser a base de uma sociedade ecológica e tecnologicamente avançada. No Solarpunk, as cidades são imaginadas como centros autossuficientes de energia limpa, onde as inovações tecnológicas permitem que comunidades inteiras sejam alimentadas por fontes de energia renováveis, reduzindo drasticamente as emissões de carbono e mitigando os efeitos das mudanças climáticas.

Outro aspecto crucial do uso de tecnologia no Solarpunk é sua aplicação para melhorar a resiliência das comunidades. Ferramentas como sensores ambientais, tecnologias de monitoramento climático e sistemas de transporte inteligente são projetadas para ajudar as populações a se adaptarem às condições ambientais em constante mudança, ao mesmo tempo em que reduzem o impacto humano no planeta. Essa abordagem de adaptação e mitigação está diretamente alinhada com o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), que reconhece a necessidade urgente de adotar medidas inovadoras para enfrentar a crise climática. Além de seu compromisso com a energia limpa e a resiliência climática, o Solarpunk também defende o uso da tecnologia para promover a justiça social e a inclusão. Um exemplo disso é o uso de tecnologias



descentralizadas, como a energia solar distribuída, que permite que comunidades anteriormente marginalizadas tenham acesso a eletricidade limpa e acessível. Essa distribuição de poder – tanto no sentido energético quanto social – é fundamental para reduzir as desigualdades e promover um acesso equitativo a recursos essenciais, em linha com o ODS 10 (Redução das Desigualdades). No Solarpunk, a tecnologia é uma ferramenta para empoderar as comunidades locais, garantindo que elas possam controlar seus próprios recursos e viver de maneira mais independente e sustentável. Assim, o Solarpunk desafia a noção de que a inovação tecnológica precisa estar associada à exploração de recursos naturais e à degradação ambiental. No contexto desse movimento, a tecnologia é concebida para trabalhar com, e não contra, os ciclos naturais do planeta. A bioengenharia, por exemplo, é vista como uma ferramenta para restaurar ecossistemas degradados, e a agricultura regenerativa é promovida como uma forma de aumentar a produtividade sem esgotar os recursos naturais. Isso se conecta diretamente ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), que visa garantir que os padrões de consumo e produção sejam sustentáveis e respeitem os limites ecológicos da Terra. Assim como a Agenda 2030, o Solarpunk imagina um futuro onde o progresso tecnológico esteja em harmonia com a sustentabilidade, permitindo que o desenvolvimento humano ocorra sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

Movimento comunitário e ação local

No centro da cidade, o conselho comunitário estava reunido. Cada decisão, desde o plantio de novos bosques até a implementação de projetos energéticos, era tomada em conjunto. As vozes se misturavam em uma melodia de cooperação, onde o bem comum era sempre o objetivo final. Pequenas hortas floresciam em cada esquina, cultivadas por mãos de todas as idades, e as soluções para os desafios locais eram criadas em oficinas colaborativas. Ali, o poder estava nas mãos das pessoas, que entendiam que a força da comunidade residia na ação local e na solidariedade.

Tanto o Solarpunk quanto a Agenda 2030 reconhecem que as soluções para os desafios globais devem ser construídas a partir de uma base sólida de ação comunitária e local. Em um mundo onde problemas como as mudanças climáticas, a desigualdade e a degradação ambiental afetam profundamente as populações locais de todo o planeta, a resposta a esses desafios precisa ser desenvolvida no nível das comunidades,

Imagem 5 - Cidade Solarpunk. Fonte: Autoral, prompt Dall-e, 2024.

onde as necessidades e capacidades específicas podem ser melhor compreendidas e atendidas. O Solarpunk destaca a importância de mobilizar as comunidades para a ação local, promovendo a autossuficiência, a resiliência e a cooperação mútua como caminhos para um futuro sustentável. Da mesma forma, a Agenda 2030 incentiva o fortalecimento das comunidades locais e as parcerias como pilares para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Bauwens, Kostakis & Pazaitis (2019) apresentam uma visão de um novo paradigma social, econômico e político baseado no modelo *peer-to-peer* (P2P, produção entre pares) e na criação de *commons* (bens comuns). Os autores salientam como a tecnologia digital e a cultura colaborativa podem ser usadas para criar uma sociedade mais equitativa e sustentável, centrada na cooperação em vez da competição. O conceito central dos autores é o *peer-to-peer*, uma forma de organização social e econômica em que indivíduos colaboram diretamente, sem hierarquias rígidas ou intermediários. Em vez de depender de estruturas centralizadas, as pessoas se organizam de forma distribuída para compartilhar recursos, conhecimentos e habilidades. Os *commons* são esses recursos compartilhados, geridos coletivamente por comunidades, de forma a beneficiar todos os seus membros, sem que haja apropriação privada ou destruição desses bens. Isso pode incluir desde bens naturais (como água, florestas) até bens digitais (como software de código aberto e dados). Os autores defendem que devemos mudar do atual sistema capitalista, baseado na propriedade privada e no lucro, para um sistema de produção entre pares, onde os recursos são geridos e utilizados de forma colaborativa.

Da mesma maneira, no centro do movimento Solarpunk está a ideia de que as comunidades, em vez de dependerem de sistemas centralizados e muitas vezes ineficazes, devem tomar controle de suas próprias soluções para a sustentabilidade. Projetos como florestas alimentares comunitárias, jardins de guerrilha e redes de energia solar localmente distribuídas são exemplos de como a ação comunitária pode transformar o espaço urbano e rural. As comunidades locais têm o potencial de liderar a transição para uma economia sustentável, ao desenvolverem soluções criativas e colaborativas que desafiam as estruturas globais de poder. Esses projetos, muitas vezes movidos por pequenas iniciativas locais, têm o potencial de criar sistemas alimentares autossuficientes, restaurar a biodiversidade e promover uma economia de baixo carbono. Ao enfatizar a ação local, o Solarpunk busca redesenhar o espaço social e econômico, criando comunidades que são tanto ambientalmente responsáveis quanto socialmente inclusivas. Essas ideias ressoam fortemente com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que defende a criação de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. A Agenda 2030 reconhece que a prosperidade e a sustentabilidade de uma nação dependem em grande parte da força e coesão de suas comunidades. Assim como o Solarpunk propõe uma abordagem de baixo para cima, a ONU também incentiva que as mudanças sejam promovidas a partir de iniciativas locais, onde o impacto das ações pode ser mais direto e efetivo (United Nations, 2015). O empoderamento das comunidades locais não apenas fortalece a coesão social, mas também permite que essas comunidades enfrentem os desafios ambientais de maneira mais eficaz e adaptada às suas realidades.

Na imaginação e prática Solarpunk, a ação comunitária é fundamental para fortalecer a resiliência das populações diante das crises climáticas e ambientais. Iniciativas locais, como a agricultura regenerativa, a conservação de água e a gestão comunitária de florestas, a criação de redes de apoio e proteção, são práticas que não apenas reduzem os impactos ambientais, mas também tornam as comunidades mais preparadas para lidar com os efeitos das mudanças climáticas. O ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) reflete essa abordagem, reconhecendo que a adaptação às mudanças climáticas requer a participação ativa e o fortalecimento das capacidades locais para



responder de forma eficaz aos desastres ambientais. Além disso, o Solarpunk promove o conceito de economia local regenerativa, que favorece a produção e o consumo em escala local, minimizando o desperdício e maximizando a eficiência dos recursos. Isso se alinha com o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), que busca transformar os padrões de produção e consumo em sistemas que respeitem os limites do planeta e favoreçam a sustentabilidade a longo prazo. O movimento comunitário no Solarpunk propõe economias mais circulares, onde os resíduos são minimizados e os recursos locais são aproveitados de maneira mais eficiente, criando uma maior integração entre as necessidades da comunidade e os ciclos naturais.

A ação local, dentro do contexto do Solarpunk, não se limita apenas à esfera ambiental. Ela abrange também o fortalecimento das redes sociais e da solidariedade entre os membros da comunidade. A valorização do trabalho comunitário, das redes de troca e do apoio mútuo são elementos centrais dessa visão. O espírito de cooperação e ajuda mútua, frequentemente associado a iniciativas comunitárias, pode ser visto como um antídoto contra o isolamento e a fragmentação social promovidos pelo individualismo econômico e social. Esse aspecto socioeconômico é destacado no ODS 1 (Erradicação da Pobreza), que considera que o combate à pobreza extrema requer tanto o fortalecimento econômico quanto a criação de redes de proteção social que fortaleçam as comunidades e protejam seus membros mais vulneráveis.

Esperança realista solarpunk

À beira do lago regenerado, uma jovem observava os ciclos de vida ao seu redor. Cada estação trazia consigo uma nova esperança, nascida da certeza de que as mudanças, embora lentas, eram constantes. O céu estava limpo, o ar puro, e os habitantes da cidade não se iludiam com promessas de grandeza imediata. Sabiam que cada passo em direção ao futuro sustentável era um ato de paciência e perseverança. No horizonte, as turbinas de vento giravam suavemente, uma prova de que a esperança realista não era uma crença vazia, mas uma força que movia as engrenagens do progresso.

O conceito de “esperança” é central ao movimento Solarpunk, mas não se trata de uma esperança ingênua ou utópica. No Solarpunk, a esperança é realista, prática e profundamente enraizada na consciência dos desafios ambientais e sociais que o mundo enfrenta. Este movimento reconhece as crises urgentes, como as mudanças climáticas, a degradação ambiental e as desigualdades sociais, mas, ao invés de

sucumbir ao pessimismo ou ao fatalismo, ele propõe uma ação consciente e deliberada para construir um futuro melhor.

Corroborando com o Solarpunk, McDonough e Braungart (2013) argumentam contra o pessimismo ambientalista comum e defendem a positividade radical. Eles acreditam que devemos imaginar e criar um futuro no qual os sistemas humanos, ao invés de serem menos destrutivos, sejam ativamente benéficos para o planeta. A esperança só se sustenta quando associada a uma visão prática e colaborativa, onde cada comunidade contribui para o bem comum, por meio de inovações que regeneram tanto o meio ambiente quanto as relações sociais. Assim, o Solarpunk combina a esperança com uma atitude pragmática e inovadora, que vê as crises como oportunidades para reimaginar e reestruturar a sociedade. Esse conceito também está presente na Agenda 2030, que propõe metas ambiciosas, mas realizáveis, para um desenvolvimento sustentável global.

O Solarpunk recusa a narrativa de que o futuro da humanidade está condenado ao fracasso devido à destruição ambiental e à desigualdade social. Ao contrário de movimentos distópicos ou fatalistas, o Solarpunk acredita que, embora o caminho à frente seja repleto de desafios, a solução está em nossas mãos. Esse movimento promove uma abordagem prática e colaborativa, onde as comunidades, tecnologias e sistemas sociais são utilizados de forma integrada para mitigar os danos ambientais, regenerar ecossistemas e fortalecer a justiça social. No Solarpunk, a esperança é fundamentada na ação: não é simplesmente uma visão otimista de um futuro distante, mas um compromisso em transformar o presente por meio de pequenas e grandes intervenções que podem melhorar a vida das pessoas e do planeta.

Esse tipo de esperança se reflete no espírito da Agenda 2030, que propõe um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com prazos e metas claras, que visam transformar o mundo até 2030. A Agenda reconhece que estamos em um momento crítico, com grandes desafios ambientais e sociais, mas acredita que, através da cooperação global e da ação local, esses objetivos podem ser alcançados (United Nations, 2015). O ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), por exemplo, reflete essa esperança realista ao reconhecer a gravidade da crise climática, ao mesmo tempo em que promove ações práticas para mitigação, adaptação e fortalecimento da resiliência comunitária.

No Solarpunk, o conceito de “esperança realista” está intimamente ligado à ideia de adaptação. Há um reconhecimento claro de que muitos dos danos ambientais já causados não podem ser revertidos imediatamente, e que as mudanças climáticas continuarão a ter efeitos significativos nas próximas décadas. No entanto, ao invés de ver isso como motivo para desistir, o movimento propõe soluções inovadoras que permitam às comunidades se adaptarem e sobreviverem, enquanto continuam trabalhando para restaurar e proteger o meio ambiente. Essa perspectiva é essencialmente prática: a esperança não vem da negação dos desafios, mas da capacidade de enfrentá-los de maneira inovadora e eficiente.

Essa adaptação e resiliência também aparecem no ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que promove a construção de cidades que possam suportar desastres naturais e mudanças ambientais, oferecendo soluções para que os espaços urbanos sejam mais inclusivos, seguros e sustentáveis. Da mesma forma, o ODS 15 (Vida Terrestre) propõe a restauração de ecossistemas degradados e o manejo sustentável dos recursos naturais, alinhando-se ao princípio Solarpunk de regeneração ambiental e cuidado com a biodiversidade.

Outra dimensão da “esperança realista” no Solarpunk é a recusa de uma visão puramente tecnológica ou de mercado como solução para todos os problemas. Ao invés de acreditar que inovações tecnológicas por si só resolverão a crise climática ou que o mercado se autorregulará para alcançar a sustentabilidade, o Solarpunk defende uma abordagem mais integrada, onde a tecnologia é parte da solução, mas apenas quando utilizada de forma ética e em harmonia com as necessidades humanas e ecológicas. A esperança aqui é equilibrada pelo realismo: a crença no progresso é acompanhada por uma compreensão de que esse progresso deve ser direcionado de maneira consciente e responsável.

Esse equilíbrio entre otimismo e pragmatismo também pode ser visto no ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), que promove o uso de energias renováveis como parte da solução para a crise climática, mas reconhece que essa transição energética deve ser acompanhada por políticas que garantam o acesso equitativo e sustentável. O foco não está apenas no desenvolvimento de novas tecnologias, mas também em assegurar que essas tecnologias beneficiem a todos de maneira justa e responsável.

Por fim, a esperança no Solarpunk também é “realista” no sentido de que é um convite à ação. Em vez de esperar por uma grande solução vinda de governos ou corporações, o movimento enfatiza que a mudança começa nas comunidades, nas práticas cotidianas e nas escolhas locais. A regeneração ambiental, a justiça social e a criação de novos modelos econômicos e sociais são todos processos que dependem de pequenos passos acumulados ao longo do tempo. A Agenda 2030 também reforça essa ideia, ao propor que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável só serão alcançados se houver uma mobilização coletiva e individual em todos os níveis da sociedade.

Assim, a esperança no Solarpunk, como na Agenda 2030, é construída sobre uma base de ação concreta, colaboração e inovação. Ela não ignora a gravidade dos desafios que enfrentamos, mas também não se rende ao desespero. Em vez disso, ela oferece uma visão inspiradora de um futuro onde as soluções estão ao nosso alcance, e onde a humanidade pode florescer de forma justa e sustentável, sem comprometer os recursos do planeta ou o bem-estar das gerações futuras. Nesse contexto, a esperança não é uma simples emoção, mas uma estratégia ativa e essencial para criar o mundo que desejamos.

Horizontes: imaginação e ação por futuros desejáveis

Ao longo deste trabalho, exploramos as intersecções entre o movimento Solarpunk e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, destacando como ambas as visões, ainda que provenientes de esferas distintas, compartilham um compromisso com a construção de um futuro mais justo, sustentável e inclusivo. O Solarpunk, ao imaginar um futuro onde a tecnologia, a ecologia e a justiça social coexistem em harmonia, oferece uma narrativa inspiradora que, ao lado da Agenda 2030, estabelece uma base concreta e prática para a transformação do mundo. O Solarpunk projeta uma realidade utópica, mas acessível, baseada em soluções tecnológicas sustentáveis e na reorganização social. Essa proposta encontra ressonância nos ODS, que também sugerem metas claras e realizáveis para enfrentar os principais desafios globais. A combinação de imaginação e ação prática é um dos pilares centrais de ambos os movimentos, que buscam transformar as estruturas atuais em prol do bem-estar comum e da preservação do planeta.



O movimento Solarpunk desafia as lógicas de exploração e desigualdade que permeiam o sistema capitalista. Essa crítica está intimamente conectada à Agenda 2030, que, embora não adote uma postura anticapitalista explícita, propõe um desenvolvimento econômico mais equitativo e inclusivo. Tanto o Solarpunk quanto os ODS entendem que o progresso econômico só é válido se promover a dignidade e o bem-estar de todas as pessoas, sem explorar os recursos naturais de maneira irresponsável. No Solarpunk, a tecnologia é parte integrante de um futuro em que inovação e natureza são aliados, e não inimigos. Esse uso responsável da tecnologia está alinhado com objetivos como o ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) e o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), que promovem a adoção de soluções tecnológicas para enfrentar a crise climática e garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A tecnologia, aqui, não é uma força descontrolada, mas sim uma aliada no esforço de mitigar os danos ambientais e criar sociedades mais resilientes.

Os movimentos comunitários e as ações locais, elementos-chave do Solarpunk, colocam as comunidades no centro da transição para um futuro sustentável. O poder de transformação local, presente em iniciativas como florestas alimentares e redes energéticas descentralizadas, ecoa os princípios da Agenda 2030, especialmente no ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e no ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Ambas as abordagens reconhecem que as soluções globais devem ser enraizadas nas realidades e necessidades das comunidades locais, que têm o conhecimento e a capacidade de criar mudanças significativas e duradouras.

O conceito de esperança no Solarpunk é prático e ativo, promovendo a adaptação às mudanças climáticas e a criação de soluções inovadoras e colaborativas para enfrentar os desafios globais. A Agenda 2030 também adota essa abordagem, propondo metas claras que, embora ambiciosas, são alcançáveis se houver esforço coletivo e contínuo. Essa esperança fundamentada na ação é o que permite que tanto o Solarpunk quanto os ODS inspirem a transformação em direção a um futuro mais justo e sustentável.

Concluimos assim, que o Solarpunk e a Agenda 2030 oferecem não apenas uma visão otimista para o futuro, mas também caminhos concretos para transformar o presente. Através da tecnologia, da ação comunitária e da justiça social, essas duas iniciativas em escalas diferentes, nos mostram que é possível reimaginar e reconstruir o mundo em que vivemos, equilibrando as necessidades humanas com os limites ecológicos do planeta. Se quisermos alcançar o futuro que ambos imaginam – um futuro sustentável, justo e inclusivo – a ação deve começar agora, em nossas comunidades, com as

ferramentas que já temos em mãos e com a esperança fundamentada em uma visão realista de mudança.

* * *

No horizonte, as luzes suaves da cidade brilhavam como estrelas caídas na terra. As florestas regeneradas ao redor respiravam junto à cidade, e o ar puro trazia o frescor de um futuro que antes parecia inalcançável. Nas ruas, as comunidades continuavam a se reunir, seus projetos compartilhados como sementes lançadas ao vento, prontas para germinar em soluções inovadoras. As gerações mais jovens corriam livres pelos caminhos arborizados, já acostumadas a um mundo onde o impossível havia se tornado rotina.

Ao longe, o som das turbinas de vento se mesclava ao canto das aves que retornavam às florestas restauradas. O céu, sempre limpo, refletia o brilho de um mundo que havia aprendido a conviver com a natureza, em harmonia com a tecnologia. O que antes era apenas um sonho distante se tornara palpável, e a esperança, antes tão frágil, agora se solidificava nas ações cotidianas de cada indivíduo, de cada comunidade, de cada decisão coletiva.

Ali, o futuro não era mais temido, mas celebrado. A cada nova solução, a cada avanço, os habitantes sabiam que o caminho para a regeneração não estava concluído, mas que os passos mais difíceis já haviam sido dados. Eles viviam não apenas em uma utopia imaginada, mas em um mundo construído com determinação, ação e uma esperança realista que nunca os havia abandonado. O Solarpunk não era mais apenas uma narrativa; era a vida que eles haviam escolhido para si mesmos e para as gerações vindouras.

E assim, com o sol sempre brilhando e o vento sempre soprando, a história de uma humanidade regenerada continuava a ser escrita, um capítulo por vez, com as mãos que trabalhavam, criavam e sonhavam em conjunto.

Referências

BAUWENS, Michel; KOSTAKIS, Vasilis; PAZAITIS, Alex. *Peer to Peer: The Commons Manifesto*. London: University of Westminster Press, 2019.

BOOKCHIN, Murray. *The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy*. Oakland: AK Press, 2005.

CALLENBACH, Ernest. *Ecotopia. the notebooks and reports of william weston*. Berkeley, California: Banyan Tree Books, 1975.

FLYNN, Adam. *Notes Toward a Manifesto*. 2014. Disponível em: <https://hieroglyph.asu.edu/2014/09/solarpunk-notes-toward-a-manifesto/>

GILLAM, William Joseph. *A Solarpunk Manifesto: Turning Imaginary into Reality*. *Philosophies* 8 (4):73, 2023.

KLEIN, Naomi. *This Changes Everything: Capitalism vs. the Climate*. New York: Simon and Schuster, 2014.

LATOUR, Bruno. *Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime*. Cambridge: Polity Press, 2018.

LODI-RIBEIRO, Gerson. *Solarpunk: Histórias ecológicas e fantásticas em um mundo sustentável*. São Paulo: Editora Draco, 2012.

SAGE, Andrew. *What is Solarpunk?* January 16, 2023a. Disponível em: <https://shadomag.com/know/what-is-solarpunk/>

SAGE, Andrew. *The hope of Solarpunk*. July 12, 2021. Disponível em: <https://shadomag.com/do/the-hope-of-solarpunk/>

SAGE, Andrew. *How To Build A Solarpunk City*. March 8, 2023b. Disponível em: <https://youtu.be/4UmU1dSe3n0>

SCHUITEN, Luc. *Vers une cité végétale*. Paris: Mardaga, 2010a.

SCHUITEN, Luc; LOZE, Pierre. *Archiborescence*. Paris: Mardaga, 2010b.

THE SOLARPUNK COMMUNITY. *A Solarpunk Manifesto. Regenerative Design*. October 12, 2019. Disponível em: <https://www.re-des.org/es/a-solarpunk-manifesto/>

UNITED NATIONS. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations, 2015.

RUPPRECHT, Christoph et al. *Multispecies Cities: Solarpunk Urban Futures*. Albuquerque, NM: World Weaver Press, 2021.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ENSINO DE COMPONENTES CURRICULARES APLICADOS À ARQUITETURA E URBANISMO

THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS IN THE TEACHING OF CURRICULAR COMPONENTS APPLIED TO ARCHITECTURE AND URBANISM

**Sergio Rafael Cortes de Oliveira¹
e Tanisse Paes Bóvio Barcelos Cortes²**

Resumo

A incorporação da sustentabilidade no Ensino Superior é de eminente importância. Isso pode ser feito utilizando ferramentas pedagógicas atraentes, como as metodologias ativas, que promovem um processo de ensino-aprendizagem centrado no discente. Um exemplo é a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), em que os conhecimentos são aplicados de maneira prática na resolução de um problema. Este trabalho tem por objetivo apresentar resultados de experiências avaliativas de levantamentos de campo acerca da Agenda 2030, em componentes curriculares de cursos superiores de graduação e pós-graduação relacionados à Arquitetura e Urbanismo. Com a utilização de conhecimentos de Estatística, de Metodologia e do tema, os discentes construíram os percursos das pesquisas. O texto perpassa pontos relativos à sustentabilidade, às metodologias ativas e à ABP, culminando nos resultados práticos da atividade. Por meio da ação desenvolvida foi possível estimular a formação crítica comprometida com as responsabilidades técnica e social, além da formação cidadã e ética.

Palavras-chave: sustentabilidade, metodologias ativas, Aprendizagem Baseada em Projetos, Arquitetura e Urbanismo.

Abstract

The incorporation of sustainability in Higher Education is of eminent importance. This can be done using attractive pedagogical tools, such as active methodologies, which promote a student-centered teaching-learning process. An example is Project-Based Learning (PBL), in which knowledge is applied in a practical way to solve a problem. This work aims to present the results of evaluative experiences of field surveys on the 2030 Agenda, in curricular components of undergraduate and graduate courses related to Architecture and Urbanism. With the use of knowledge of Statistics, Methodology

and the theme, the students built the research paths. The text covers points related to sustainability, active methodologies and PBL, culminating in the practical results of the activity. Through the action developed, it was possible to stimulate critical education committed to technical and social responsibilities, in addition to citizenship and ethical training.

Keywords: sustainability, active methodologies, Project-Based Learning, Architecture and Urbanism.

Introdução

Na sociedade do século XXI, a sustentabilidade é um conceito de eminente importância, tendo em vista as demandas ambiental, econômica e social, que prezam pelo planeta, incluindo a qualidade de vida e saúde dos habitantes. Trata-se de um compromisso em cuidar do meio ambiente, salvaguardando-o em prol das futuras gerações. Isso está materializado em um conjunto de metas e ações de alcance até 2030, que delineiam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conhecido como Agenda 2030, firmada por países pertencentes à Organização das Nações Unidas (ONU).

Inculcir o conceito da sustentabilidade e as práticas sustentáveis na formação cidadã deve ser um exercício contínuo. Isso reflete na formação profissional, visando a inserção no mundo do trabalho de pessoas conscientes dos impactos de suas ações no planeta. O que inclui os profissionais em Arquitetura e Urbanismo, já que a área de Construção Civil é uma das que mais afeta o meio ambiente, desde as etapas de extração de matérias-primas, produção de materiais, construção e demolição, que envolvem o consumo elevado de recursos naturais e a geração de poluentes e de resíduos.

Com isso, abordar a sustentabilidade desde o ensino primário ao superior, e formar profissionais para uma atuação pautada em princípios sustentáveis é uma necessidade e um desafio da Educação na atualidade. Essa abordagem pode ser realizada de diferentes maneiras, alternativas às práticas tradicionalistas que centralizam a informação no professor, tido como o detentor do conhecimento e da informação. Existem ferramentas pedagógicas bastante interessantes que colocam o aluno como protagonista no processo de ensino-aprendizagem, trazendo sua realidade para o contexto escolar, reconhecendo suas vivências e experiências, inclusive, aproximando-o das atividades de sua atuação profissional. Exemplo disso são as metodologias ativas.

Uma prática educativa compreendida como metodologia ativa é a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), em que os alunos identificam um problema e buscam soluções para resolvê-lo. Dessa forma, os conhecimentos são aplicados de maneira prática durante a investigação do problema.

Este trabalho tem por objetivo geral apresentar resultados de experiências avaliativas de levantamentos de campo acerca da *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, em componentes curriculares de Estatística ou Metodologia, em cursos superiores de graduação e pós-graduação relacionados à área de Arquitetura e Urbanismo, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense), *campus* Campos Centro, instituição pública situada em Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Para a realização do levantamento de campo, os alunos utilizaram conhecimentos teóricos de Estatística, de Metodologia de projetos científicos e revisão da temática sobre sustentabilidade, o que faz parte do processo de realização da ABP. Como resultado de suas pesquisas, os discentes construíram e compartilharam os percursos dos seus processos.

¹ Doutor em Engenharia Civil pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil – Estruturas (UENF/2015), Mestre em Engenharia Civil pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil – Estruturas (UENF/2011), Licenciado em Matemática (UFF/2014) e Engenheiro Civil (UENF/2008). Professor nos cursos: Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias; Pós-graduação lato sensu em Cidades e suas Tecnologias; e bacharelado em Arquitetura e Urbanismo; do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense).

² Doutora em Cognição e Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem (UENF/2019), Mestre em Cognição e Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem (UENF/2014), Especialista em Literatura, Memória Cultural e Sociedade (IFFluminense/2016), Licenciada em Pedagogia (UNOPAR/2021), Licenciada em Letras (UNIVERSO/2015), Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas (Centro Universitário Fluminense/2008). Professora na Coordenação de Linguagens e Códigos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense).

Quanto à classificação metodológica, pela finalidade trata-se de uma pesquisa aplicada (Gil, 2019), por conta da intenção de compartilhar as experiências e os resultados da aprendizagem de disciplinas de cursos superiores a partir do uso de uma estratégia de pesquisa: o levantamento de campo. Ao considerar os objetivos, a pesquisa é descritiva (Gil, 2019), já que se volta à descrição das experiências e dos resultados da proposta avaliativa no que se refere ao emprego do levantamento de campo na abordagem da temática *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* e na interlocução com os conteúdos técnicos, mediada pelas percepções do docente-regente. Além disso, quanto à abordagem metodológica, a pesquisa é qualitativa (Gil, 2019), porque concentra-se sobre as experiências e as formas de apropriação do recurso metodológico, do tema e dos conteúdos por parte dos alunos na resolução dos problemas.

O texto deste artigo aborda questões teóricas relacionadas à sustentabilidade e aos ODS, às metodologias ativas e à ABP. Além disso, apresenta os detalhes metodológicos da proposta, culminando nos resultados práticos da atividade.

De maneira geral, notou-se que por meio da ação pontual desenvolvida, como um ato de acupuntura sustentável, foi possível estimular a formação crítica comprometida com as responsabilidades técnica e social requerida à profissão, além das formações cidadã e ética.

Sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

De acordo com Ching e Shapiro, a sustentabilidade no campos da Arquitetura e do Urbanismo “está relacionada com a promessa de coisas duráveis – de edificações com vidas longas e úteis, fontes de energia renováveis, comunidades que permanecem” (Ching; Shapiro, 2017, p. 1). Ainda, a Arquitetura Sustentável “é um modo de transformar em realidade as promessas de sustentabilidade” (Ching; Shapiro, 2017, p. 1).

Além das dimensões social, econômica e ambiental, de acordo com Ching e Shapiro (2017), há diversos objetivos que motivam o desenvolvimento de projetos sustentáveis na Arquitetura e no Urbanismo. Dentre eles estão:

- os que visam evitar a degradação ambiental, seja com a conservação de energia, com a diminuição da poluição do ar, da água e do solo, com a proteção das fontes de água potável, com a redução da poluição luminosa ou até mesmo com a redução do impacto das inundações, dentre outros;
- os que pretendem melhorar as condições de conforto e saúde das pessoas, por meio da qualidade do ar e da água das edificações, do conforto térmico, da redução da poluição sonora e da melhoria do estado de ânimo das pessoas;
- os que possuem metas de natureza econômica, com a redução de custos de energia, com o aumento da produtividade, geração de empregos sustentáveis, aumento do apelo comercial e melhoria das relações públicas;
- os com metas de natureza política, que buscam reduzir a dependência de combustíveis estrangeiros, aumentar a competitividade nacional, evitar o esgotamento de combustíveis não renováveis, e, também, reduzir a sobrecarga nas redes de energia elétrica;
- os de caráter social, que buscam promover condições de trabalho mais justas, facilitar a acessibilidade, respeitar os consumidores, proteger as reservas florestais, preservar edificações e estruturas históricas, e oferecer moradias de baixo custo;
- os que são reflexo das necessidades específicas do espírito humano, relativos à expressão da conexão e do amor em relação à Terra e à natureza, a ser autossuficiente, a satisfazer ao prazer estético e a busca por status ou prestígio.



Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
Fonte: Adaptada de ONU, 2015.

Vale ressaltar que tais objetivos também estão alinhados com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Arquitetura e Urbanismo (Brasil, 2010) e, no âmbito desta pesquisa, com o Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense (IFFluminense, 2020).

Em 2015, uma cúpula de representantes de 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se reuniram para discutir o futuro da humanidade e do planeta diante dos eventos climáticos impactantes e de uma provável escassez de recursos como alimentos e água. Neste encontro, eles aprovaram um plano de ação para o planeta e seus habitantes, consolidado na *Agenda 2030*, que se volta à transposição dos desafios do desenvolvimento enfrentados no mundo até 2030, corroborando o crescimento sustentável global, promovendo a evolução sem retrocessos (Nações Unidas Brasil, 2015).

A *Agenda 2030* apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são integrados e indivisíveis, e envolvem toda a humanidade em uma sinergia de esforços para a promoção de uma vida digna e respeitosa com o planeta e com as pessoas. Os ODS envolvem as três principais dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, e estão pautados: na erradicação da pobreza, na fome zero e agricultura sustentável, na saúde e bem-estar, na educação de qualidade, na igualdade de gênero, na água limpa e saneamento, na energia limpa e acessível, no crescimento econômico, na inovação em infraestrutura resiliente, na redução das desigualdades, nas cidades e comunidades sustentáveis, no consumo e na produção responsáveis, na ação contra a mudança global do clima, na vida na água, na vida terrestre, na justiça e instituições eficazes e nas parcerias e meios de implementação (Nações Unidas Brasil, 2015). Na Figura 1 sintetizam-se os 17 ODS.

Metodologias ativas

As metodologias ativas aparecem a partir de uma reconfiguração escolar, dos papéis atribuídos aos professores e aos alunos e da evolução tecnológica (Valente, 2019). Assim, são práticas pedagógicas alternativas que conferem autonomia ao discente que, por sua vez, passa a trabalhar de modo colaborativo e integrado (Cavalcante, 2018), ao contrário do que acontece no modelo de ensino tradicionalista, transmissivo, em que o aluno é colocado como um ser passivo no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Moran (2018), as metodologias ativas são “estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem de forma flexível, interligada e híbrida [por estarem em um mundo digital e conectado]” (Moran, 2018, p. 4).

São metodologias que possibilitam problematizações e a valorização das experiências e vivências dos discentes, permitindo uma aproximação dos conteúdos à realidade deles; o que já era defendido por Paulo Freire na década de 1990, que se opunha à educação bancária, da ideia do depósito de informações, mas valorizando a centralidade do aluno no processo, como um sujeito ativo (Freire, 2011). De acordo com Berbel (2011), enquanto o aluno está no centro do processo, tendo a autonomia, a inovação, o trabalho em equipe, o sentimento de engajamento, a percepção de competência e de pertencimento, e a reflexão e a problematização de sua realidade sendo estimulados, o professor faz a mediação do processo, em seu papel de orientação, e não de transmissor de conteúdos, contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem dos discentes.

No âmbito da Educação Superior, Santos *et al.* (2017) defendem que as metodologias ativas, por permitirem um envolvimento ativo e autônomo dos alunos, reconhecendo suas vivências e valorizando suas habilidades, têm potencial para garantir a permanência dos discentes, contribuindo para a diminuição dos índices de evasão. Para Berbel (2011), sua utilização, por conferir autonomia e centralidade ao discente, contribui para a formação profissional em diversas áreas.

No caso do curso de Arquitetura e Urbanismo, objeto de interesse desta pesquisa, Gaklik, Montagner e Lauxen (2020) apontam que o uso das metodologia ativas, simulando situações reais e do trabalho, pode contribuir para o aumento do interesse e do envolvimento dos alunos nas disciplinas, incentivando o estudo e as discussões promovidas. Bertuzzi *et al.* (2021) corroboram isso ao sugerir que as metodologias ativas em um contexto curricular técnico, como o de Arquitetura e Urbanismo, ajuda na formação intelectual e crítica dos discentes, sobretudo para a atuação no mercado profissional, e também, a “[...] desenvolver a inter-relação entre os conteúdos pragmáticos e a discussão de ideias” (Bertuzzi *et al.*, 2021, p. 186). Para Hoffman *et al.* (2020), além da autonomia e do protagonismo discente, aspectos como comunicação, investigação, criticidade, argumentação são aperfeiçoados. As habilidades e competências supracitadas são elencadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Arquitetura e Urbanismo (BRASIL, 2010) e no Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense (IFFluminense, 2020).

Há diversos exemplos de práticas educativas compreendidas pelas metodologias ativas como: Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), Aprendizagem Baseada em Problemas (ABProb), Aprendizagem Baseada em Investigação (ABIn), Sala de Aula Invertida (SAI), Aprendizagem por pares (*Peer Instruction*), Aprendizagem por times (*Team-based Learning*), Estudo de Caso, Gamificação etc. (Moran, 2018).

Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP)

A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) é definida como uma metodologia de aprendizagem em que os discentes resolvem tarefas interdisciplinares ou um projeto relacionado à vida fora da sala de aula, tomando decisões sozinhos e em equipe. A partir dessa metodologia são desenvolvidas habilidades como pensamento crítico e criativo e formação de repertório na busca de resolução de problemas (Moran, 2018), tão importantes para a formação profissional de arquitetos e urbanistas frente às demandas do século XXI (formação de cidadãos críticos, reflexivos, éticos etc.).

Ainda de acordo com Moran (2018), durante a aplicação da metodologia existem momentos de reflexão, de retorno, de autoavaliação, de discussão entre o grupo e com outros grupos, visando a melhoria das ideias. Parte-se da aprendizagem colaborativa, do trabalho construído coletivamente. Os problemas a serem resolvidos são percebidos pelos discentes dentro de uma comunidade.

Para o *Buck Institute for Education* (2008), os projetos efetivos envolvem os discentes em conceitos e princípios centrais de uma disciplina, destacam questões provocativas, estimulam alguma forma de cooperação, entre outros atributos.

Dentre os modelos de implementação da metodologia de projetos têm-se: exercício-projeto, componente-projeto, abordagem-projeto e currículo-projeto. Neste trabalho, interessa o primeiro modelo, em que o projeto é aplicado no âmbito de um única disciplina (Moran, 2018).

Quanto ao objetivo, os projetos podem ser classificados em construtivo, investigativo ou explicativo. Quando se volta para a pesquisa de uma questão, utilizando técnicas científicas, tem-se um projeto investigativo, como o que se propõe neste estudo (Moran, 2018).

Metodologias ativas utilizando projetos, sejam eles dentro de cada disciplina, ou integradores (interdisciplinares) ou transdisciplinares, são alternativas para uma reconfiguração metodológica que promove a sensibilização e o engajamento dos discentes no processo de ensino-aprendizagem, ao contrário dos métodos convencionais, que centralizam a transmissão de informações no professor (Moran, 2018).

Metodologia

Este artigo relata as abordagens adotadas pelos alunos de quatro turmas, em distintos semestres/anos, do sétimo período do curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, em uma disciplina obrigatória, do núcleo profissionalizante do curso, e de natureza mais exata, *Estatística Aplicada à Arquitetura e Urbanismo*; de duas turmas, de anos diferentes, do curso de pós-graduação *lato sensu* em Cidades e suas Tecnologias, em uma disciplina obrigatória, do núcleo de fundamentação do curso, *Metodologia de Pesquisa*; e de uma turma do curso de Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias, em uma disciplina eletiva do curso, *Métodos Estatísticos para Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*; todas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense).

A disciplina da graduação, *Estatística Aplicada à Arquitetura e Urbanismo*, tem apenas dois tempos semanais de 50 minutos cada e dura 20 semanas, contemplando o objetivo de:

[...] Calcular e aplicar métodos estatísticos mais usuais na formação acadêmica e profissional do alunado, utilizando estes instrumentos valiosos com o auxílio de recursos tecnológicos para a compreensão, interpretação e tomada de decisões na esfera cotidiana de um bacharel em Arquitetura e Urbanismo (IFFluminense, 2020, p. 136).

A disciplina da pós-graduação *lato sensu*, *Metodologia de Pesquisa*, e a disciplina do mestrado, *Métodos Estatísticos para Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, têm quatro tempos semanais de 50 minutos e duram 12 semanas. Elas possuem o objetivo de “aplicar os conhecimentos estatísticos (conceitos, instrumentos de apresentação de dados, medidas de posição e dispersão e dimensionamento de amostra) em pesquisas de opinião” (IFFluminense, 2021, p. 24).

Todas as disciplinas perpassam, em síntese, questões relacionadas à população e amostra, variáveis quantitativas e qualitativas, técnicas de amostragem, dimensionamento de amostra, elaboração de questionários, viés de pesquisa, representações gráficas, tabulação de dados e cálculos de medidas de posição (tendência central como: média, mediana e moda; e de dispersão como: variância, desvio-padrão e coeficiente de variação).

Condizente com os objetivos propostos nas disciplinas, logo nos primeiros encontros, assim que o conteúdo de elaboração de questionários foi apresentado, os alunos se organizaram em grupos, foram informados quanto ao tema do trabalho *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* (duas turmas de graduação foram orientadas a explorarem o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: igualdade de gênero, já as outras ficaram livres na exploração) e receberam um texto-base intitulado *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (ONU, 2015) e o enunciado da proposta de trabalho que contempla a realização de um levantamento de campo, compreendendo os seguintes passos do método estatístico:

- 1) Definição do objetivo (qual ação se pretende alcançar?);
- 2) Planejamento (definição do público-alvo e da amostra ideal; elaboração do questionário contendo questões com variáveis quantitativas e qualitativas, abertas, fechadas (incluindo escala de gradação), perguntas de fato, de ação, de ou sobre intenção, de opinião; definição de critérios de aplicação – como?, quando?);
- 3) Coleta dos dados (aplicação do instrumento de coleta e aquisição dos dados da pesquisa);
- 4) Apuração e apresentação dos dados (tabulação das informações e representação gráfica);
- 5) Análise e interpretação dos dados (qual sinalização pode ser percebida a partir da realização da pesquisa?; cálculo do erro a partir da definição do público-alvo e da amostra consultada; cálculo de medidas de tendência central e de medidas de dispersão em uma questão com variáveis quantitativas);
- 6) Divulgação dos resultados (apresentação de todas as etapas da pesquisa).

Apesar do pouco tempo semanal das disciplinas para o cumprimento de suas ementas e a realização do trabalho de pesquisa, durante as semanas de aulas os alunos receberam orientações por parte do professor-regente, sobretudo quanto ao planejamento das pesquisas. Com isso, foi possível rever as estratégias de pesquisa, envolvendo a definição de: público-alvo, técnica de amostragem, quantitativo da amostra, qualidade da redação e perguntas dos questionários, método e momento de aplicação do instrumento de coleta, tratamento e análise das informações.

O recorte do tema e suas delimitações de conteúdo e espaço-temporais ficaram a critério dos grupos, que foram informados sobre a importância de as abordagens

dialogarem com o eixo de formação da disciplina – Arquitetura e/ou Urbanismo – e de que usarem a criatividade. Destaca-se que o levantamento das informações sempre teve caráter estritamente acadêmico.

Durante a divulgação dos resultados, a preocupação maior foi com o processo de realização da pesquisa em si, sua idealização e sua aplicação. Os grupos compartilham suas experiências, êxitos e fracassos e estratégias de (re)condução. A apresentação das métricas pedidas compõe o percurso dos grupos, mas muito além dos valores numéricos, eles são exigidos quanto ao que os números expressam, quais apontamentos são percebidos.

Na graduação, a atividade avaliativa proposta contempla 50% do aproveitamento quantitativo da disciplina. O restante é completado por um instrumento avaliativo do tipo prova escrita, com questões que priorizam competências relacionadas à interpretação e análise de textos/dados, prezando pela abordagem qualitativa e crítica das informações. Nos cursos de pós-graduação, o trabalho de pesquisa é a única atividade avaliativa utilizada na mensuração do desempenho dos alunos.

Como a disciplina de *Estatística Aplicada à Arquitetura e Urbanismo* é pré-requisito de outras como *Metodologia de Pesquisa*, que se volta ao treinamento prático de métodos de pesquisa e à realização do projeto de pesquisa do trabalho final de curso, e *Fundamentos do Trabalho Final de Graduação*, que visa auxiliar o aluno na realização do seu trabalho de campo e na realização de pesquisas de campo (quando é o caso), a proposta avaliativa é de extrema importância por subsidiar de forma prática a realização das outras. Para os cursos de pós-graduação, as disciplinas de *Metodologia de Pesquisa* e de *Métodos Estatísticos para Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, são muito importantes por estabelecerem os fundamentos da pesquisa científica, sobretudo no que tange às pesquisas de opinião, servindo de base para a realização das outras disciplinas do curso e para o trabalho final/dissertação.

Além disso, outro ponto importante diz respeito à aquisição de conhecimentos básicos de Matemática, tal como prevê a atividade proposta, que está em consonância com o ODS 4, que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, garantindo a alfabetização dos jovens e de boa proporção de adultos, homens e mulheres.

Resultados e discussão

Durante a avaliação dos trabalhos realizados pelos alunos, verificou-se a articulação entre os conteúdos das disciplinas da graduação e da pós-graduação, *Estatística Aplicada à Arquitetura e Urbanismo*, *Metodologia de Pesquisa*, *Métodos Estatísticos para Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, e os processos metodológicos do levantamento de campo: planejamento; construção de questionários; coleta, tratamento e análise de dados; acerca da temática *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*.

A utilização dessa dinâmica em grupo, com caráter colaborativo e prático, permitiu a consolidação da aprendizagem conceitual da disciplina, da temática explorada, e do potencial criativo dos discentes, estimulando a motivação, o interesse, a cooperação e o envolvimento dos alunos. Diferente dos instrumentos avaliativos tradicionais, a exploração da problemática pela realização do levantamento de campo, ocorrida de forma mais flexível e autônoma, permitiu que os alunos fossem protagonistas no processo de ensino-aprendizagem.

O resultado mais importante da estratégia pedagógica utilizada foi a apropriação crítica do procedimento metodológico tipo *levantamento de campo* e acerca do tema do desenvolvimento sustentável pelos discentes. O processo criativo dos alunos se iniciou no momento em que foram apresentados ao tema *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* e tiveram que estabelecer recortes de abordagem e espaço-temporais para a sua contemplação.

Ressalta-se que, considerando os diversos fatores envolvidos na dinâmica de um curso de graduação e diante da disponibilidade de tempo ideal e de recursos para a exequibilidade plena da proposta, os alunos tinham consciência da possibilidade de indução de vieses (injustiças sistemáticas em seleção de amostra ou coleta de dados) nas pesquisas, em geral, por uma definição de público-alvo restrito que conduzisse a uma amostra ideal conveniente para o trabalho, e/ou pelo prazo curto de aplicação do instrumento de coleta, e/ou pelas plataformas de aplicação do instrumento de coleta etc. Mais uma vez, com o intuito da alimentação acadêmica, prezou-se pela experientação do processo de pesquisa em sua plenitude, ainda que determinados pontos fugissem do que seria mais adequado nesse processo.

Pela viabilidade de realização das pesquisas, a maioria dos grupos escolheu públicos-alvos pertencentes ao próprio IFFluminense *campus* Campos Centro, sobretudo do curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo. Em alguns casos os públicos foram externos ao ambiente escolar do IFFluminense. Na maior parte deles, nem sempre as amostras ideais dimensionadas seguindo critérios estatísticos, analiticamente ou pelo uso do *software* livre *statdisk online* trabalhado em sala de aula, para obtenção de um bom nível de confiança e margem de erro tolerável, foram alcançadas diante da inviabilidade de realização de uma pesquisa mais acurada em curto período de tempo, o que aumentou os erros previstos nas pesquisas. Além disso, isso pode ter gerado vieses de diversas ordens nas pesquisas.

Os grupos foram orientados quanto à realização de pré-testes com amostras com características similares aos públicos-alvos escolhidos, a fim de verificar importantes elementos do questionário como fidedignidade (qualquer pessoa que o aplique obterá sempre os mesmos resultados), validade (os dados recolhidos são necessários à pesquisa) e operatividade (vocabulário acessível e significado claro). Com isso, puderam verificar falhas como inconsistência ou complexidade das questões, ambiguidade ou linguagem inacessível, perguntas supérfluas ou que causavam embaraço ao informante, se as questões obedeciam à determinada ordem ou se eram muito numerosas. Entretanto, diante do curto tempo, a maioria dos grupos não realizou esse procedimento de acurácia de seus instrumentos de coleta.

Com as informações coletadas, os alunos organizaram-nas fazendo tabulações ou representações gráficas. Os modelos dos gráficos foram escolhidos conforme o teor da informação representada. Além disso, pelos menos uma questão com respostas quantitativas tiveram medidas de tendência central (média, moda e mediana) e medidas de dispersão (desvio padrão, variância e coeficiente de variação) calculadas. Mais do que realizar cálculos de forma correta, os alunos foram orientados a relatar o que cada métrica representava no contexto estudado, ou seja, quais sinalizações puderam ser percebidas a partir dessas representações numéricas.

As principais informações de 36 pesquisas realizadas pelos alunos estão sintetizadas em quadros organizados por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Nos quadros são apresentados os títulos, o objetivo geral, o público-alvo e as sinalizações dos trabalhos. Estas últimas estão expostas tal qual foram apontadas pelos grupos. Diante do caráter expositivo das produções, não são feitas distinções entre os trabalhos resultantes dos cursos de graduação e de pós-graduação.

a) Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 – Saúde e bem-estar

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, saúde e bem-estar, visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; reduzindo a taxa de mortalidade materna global; as mortes de recém-nascidos e crianças de até cinco anos; combater epidemias de doenças transmissíveis; reforçar o tratamento do abuso de substâncias como drogas e álcool; reduzir mortes e ferimentos em estradas; assegurar o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva; atingir o acesso a serviços de saúde essenciais e de qualidade, incluindo medicamentos e vacinas; reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo (ONU, 2015).

No Quadro 1 tem-se uma síntese do trabalho relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, saúde e bem-estar. Os alunos mostraram uma preocupação da relação da pessoa com o lugar, avaliando aspectos como acessibilidade e segurança.

TRABALHO 1		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Boa saúde e bem-estar: a acessibilidade, o direito à atividade física e o impacto do ambiente na realidade de uma academia em Campos dos Goytacazes/RJ.	Evidenciar a relação dos indivíduos com as academias que frequentam e o impacto gerado pela infraestrutura do local nas pessoas.	Alunos da academia X numa quinta-feira de manhã.
SINALIZAÇÕES		
Após a análise dos dados, concluiu-se que na academia X, a acessibilidade é implementada de diferentes formas, seja através de rampas ou corrimãos, ou até mesmo pela tipologia da edificação térrea e sem desníveis, o que possibilita a circulação livre e sem maiores dificuldades. Contudo a acessibilidade não é uma realidade em todas as academias, visto que, para a pesquisa em questão foi consultado apenas um local. A fim de se ter uma análise mais precisa seriam necessárias mais consultas, em diferentes localidades, e um tempo de pesquisa maior. Outro ponto analisado foi a segurança do ambiente, no qual os alunos se mostraram muito satisfeitos, entretanto, a maioria das pessoas demonstrou interesse em mudar o local da prática.		

Quadro 1 – Pesquisas relacionadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, saúde e bem-estar. Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações das pesquisas dos discentes (2024).

b) Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de qualidade

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, educação de qualidade, trata de assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; com a garantia de conclusão para meninas e meninos dos ensinos primário e secundário de forma equitativa e com qualidade; acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância; igualdade de acesso para homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade; aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais; eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis; garantir que todos os jovens e boa parte dos adultos estejam alfabetizados e com conhecimentos básicos de Matemática; garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, com estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural (ONU, 2015).

No Quadro 2 tem-se uma síntese dos trabalhos relacionados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, educação de qualidade. Há trabalhos que se voltam às facilidades de acesso à educação evidenciando a falta de oportunidades; à qualidade dos espaços escolares, sobretudo no que tange a acessibilidade e a infraestrutura, confrontando-se com espaços pouco acessíveis e inclusivos; a como os ODS são

tratados em projetos de pesquisa, evidenciando que a propagação acontece mas ainda merece ser exponencial. Outro ponto discutido foi a alimentação escolar, evidenciando a importância de um restaurante universitário para abrangência de público.

TRABALHO 2		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Acesso à educação: como os profissionais terceirizados do IFFluminense se inserem nesse contexto?	Avaliar a efetividade das políticas públicas de acesso à educação por parte do IFFluminense para com seus funcionários terceirizados; se há incentivo para que alcancem maiores níveis de escolaridade e se os funcionários se sentem convidados a estudar na instituição.	Funcionários terceirizados do IFFluminense.
SINALIZAÇÕES		
A questão de se negar a responder o questionário por medo gera o viés de subcobertura, uma vez que a população-alvo não foi representada de maneira adequada. Deste modo, não se pode compreender integralmente como os funcionários terceirizados entendem e se integram no IFFluminense como ambiente de ensino. Mas é possível observar que o Instituto Federal Fluminense não oferece incentivo para que os funcionários terceirizados alcancem maiores níveis de escolaridade, pois há funcionários trabalhando no local há mais de cinco anos que não sabem nem quais são os cursos oferecidos pela instituição, além de continuarem no mesmo nível de escolarização desde que iniciaram os serviços. O fato de os funcionários não responderem aos questionários talvez por medo de serem demitidos aponta a falha na oferta de conhecimentos e disponibilização de informação a essas pessoas. Pois se eles não se sentem à vontade nem para responder um questionário, evidentemente também não se sentem convidados a estudar na instituição. O Objetivo 4 da ONU está sendo desenvolvido ao assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para alguns, mas falha ao promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos, visto que pessoas que frequentam diariamente o ambiente educacional não se sentem passíveis de serem incluídas em seu corpo discente.		
TRABALHO 3		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.	Compreender sobre a utilização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos projetos de pesquisa e extensão com temáticas voltadas à Arquitetura e Urbanismo e áreas correlatas para levantar quais dos ODS são os mais utilizados nos projetos, assim como identificar conhecimentos e a relevância do tema.	Orientadores, alunos bolsistas e alunos voluntários nos projetos de pesquisa e extensão do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro com temáticas voltadas à Arquitetura e Urbanismo e áreas correlatas nos editais: Edital Original N° 100, de 2021 (Pesquisa); Edital Original N° 101, de 2021 (Pesquisa); Edital N° 225 - Reitoria, de 2021 (Extensão).
SINALIZAÇÕES		
A maioria dos participantes possui pontuações elevadas no que trata dos conhecimentos dos ODS, apesar do coeficiente de variação de quase 30% nas respostas. Apenas metade da amostra considera que as pesquisas em que atuam possuem alta correlação (8, 9 ou 10) com os ODS (em uma pergunta com quase 38% de coeficiente de variação), o que pode representar um significativo desvio dos direcionamentos estabelecido pelos editais de abertura de pesquisa/extensão. Uma possível causa para os valores altos do coeficiente de variação pode ser as diferenças entre os estratos da população da pesquisa (coordenadores, alunos voluntários e bolsistas). Se fosse realizado um questionário distinto para coordenadores e alunos, é possível que o coeficiente de variação fosse menor. A pesquisa ressalta a importância do debate sobre a temática e evidencia que ainda há um grande progresso a ser feito de propagação desses objetivos nos projetos de pesquisa e extensão e, consequentemente, nos reflexos que os mesmos podem ecoar na sociedade. Apesar de estabelecermos critérios estreitos no estudo, dentro de uma área de conhecimento, apenas três dos ODS não possuíram correlação direta com nenhum projeto de pesquisa, fator que pode evidenciar a vastidão dos assuntos correlatos à Arquitetura e Urbanismo e/ou a forma intrínseca a qual os ODS está presente nos nossos cotidianos.		
TRABALHO 4		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.	Sondar o percepção dos alunos de primeiro ano do ensino médio do IFFluminense <i>campus</i> São João da Barra acerca de inclusão e acessibilidade na infraestrutura de seu local de estudo.	Alunos do 1° ano do ensino médio do IFFluminense <i>campus</i> São João da Barra.

SINALIZAÇÕES		
Os alunos consultados sabem sobre o assunto, porém não dominam o suficiente. É necessário que o tema seja mais abordado. Eles avaliam bem a acessibilidade do IFFluminense <i>campus</i> São João da Barra, mas será que alguém que necessita da acessibilidade plena avaliaria da mesma forma? Assim, chegamos a confirmação de que os alunos, que são reflexo da educação atual, ainda não estão sendo preparados, aos moldes da carta dos ODS. Isso prejudica o nosso futuro e ainda mais das Pessoas com Deficiência, enfoque da pesquisa. O resultado positivo da pesquisa não demonstra uma instituição preparada, mas alunos pouco conscientes das necessidades de Pessoas com Deficiência.		
TRABALHO 5		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
A arquitetura dos espaços e a saúde mental.	Investigar como a arquitetura dos espaços que ocupamos afeta a saúde mental.	Turmas 18 e 20 do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense.
SINALIZAÇÕES		
A maioria pensa na experiência psicológica dos usuários ao projetar espaços. Ambientes mal avaliados são decorrência de péssima iluminação e/ou ventilação, ou condições ergonômicas dos mobiliários dos espaços. As pessoas em maioria buscam lugares silenciosos e/ou integrados à natureza, e gostariam de participar de debates acerca da melhoria do espaço que estudam.		
TRABALHO 6		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Satisfação e qualidade na educação: um estudo de percepção.	Conhecer as percepções dos alunos dos cursos superiores em relação ao IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.	Alunos de cursos superiores do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.
SINALIZAÇÕES		
O ponto mais satisfatório para os alunos em relação ao instituto é a estrutura e os recursos para o ensino. Entre as áreas de avaliação, a que os alunos escolheram como a que precise de mais atenção é a de métodos de ensino e avaliação. Na avaliação de todos os quesitos (estrutura e recursos para ensino, métodos de ensino e avaliação, qualificação dos professores, atendimento geral e segurança), os alunos em geral conferiram uma avaliação bem satisfatória. Percebeu-se uma dificuldade de obtenção de respostas pelo envio de questionários on-line.		
TRABALHO 7		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Horários das aulas no IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.	Conhecer a opinião dos alunos de Arquitetura e Urbanismo do IFF <i>campus</i> Campos Centro sobre a grade de horários ofertada.	Alunos de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.
SINALIZAÇÕES		
Questionário enviado para cerca de 200 pessoas e somente 30 responderam, fazendo com que a pesquisa não represente realmente o que a maioria dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro pense sobre o assunto. Baseado nas respostas da pergunta aberta sobre o horário das 16h30min, podemos ver que não só a maioria dos alunos que responderam, mas as pessoas que eles convivem estão insatisfeitos com esse horário pelo fato de muitos saírem do trabalho/estágio às 17 h. Baseado nas respostas da última pergunta, os alunos se interessam em uma pesquisa sobre horários e que eles sejam realmente ouvidos. Sabemos que o horário das 16h30 já foi pauta de algumas reuniões, mas ele foi mantido, o que prejudica muitos alunos. Sabemos que os institutos são feitos para os alunos, então por que não atender suas necessidades?		
TRABALHO 8		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Alimentação no IFFluminense.	Conhecer a opinião dos alunos sobre a alimentação no IFFluminense e o gerenciamento da distribuição informativa/alimentar.	Estudantes do IFFluminense que usufruem da rotina alimentar oferecida na instituição.

SINALIZAÇÕES		
Mesmo fazendo ampla divulgação nos grupos do curso de Arquitetura e Urbanismo e até com outros cursos da instituição, foi obtido um número de respostas bem menor do que o planejado. O questionário foi divulgado em meio a grupos de ensino médio integrado e ensino superior de cursos diversos. Com isso, podemos concluir que a pesquisa não representa completamente a população-alvo, já que obtivemos um número baixo demais de resposta. Notou-se que existe interesse para a implantação de um restaurante universitário e, uma insatisfação eminente com relação às informações do cardápio. Dentre outras conclusões obtidas pela pesquisa, o lanche da tarde aparenta ser o mais procurado, o que explica as imensas filas nesse horário possivelmente, por mediar a entrada e saída de um turno para outro.		

c) Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 – Igualdade de gênero

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, igualdade de gênero, versa sobre o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas, no tocante à extinção das formas de discriminação, das formas de violência (incluindo o tráfico e a exploração sexual) além de práticas nocivas (como casamentos prematuros e forçados); no reconhecimento e na valorização do trabalho de assistência e doméstico não remunerado; na garantia de participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão; além de assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos (ONU, 2015).

No Quadro 3 tem-se uma síntese dos trabalhos relacionados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, igualdade de gênero. Os alunos buscaram verificar as percepções de gênero em diversas situações como quantitativos em cursos e dificuldades percebidas, experiências acadêmicas e profissionais, mobilidade urbana, segurança. De maneira geral, evidenciaram o quanto as mulheres apresentam mais vulnerabilidade que os homens em suas experiências, sejam acadêmicas ou em ambientes de trabalho.

Essas diferenças entre gêneros, no recorte dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo, são bastante expressivas nos resultados apresentados no 1º Diagnóstico de *Gênero na Arquitetura e Urbanismo*, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR, 2020). Uma síntese dos resultados está ilustrada na Figura 2, que apresenta informações sobre o *ranking* de inequidade de gênero na profissão, informando questões acerca de assédio e violência sexual, conciliação de maternidade e criação de filhos, diferença salarial e promoção da equidade de gênero nas cidades.

TRABALHO 9		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Diversidade de gênero nos cursos técnicos integrados de Edificações e Mecânica.	Apontar as divergências de gênero entre os cursos técnicos de Edificações e de Mecânica do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro no ano de 2022, mostrando assim as possíveis limitações acadêmicas no início da formação técnica.	Turma 102 de Edificações e 101 de Mecânica (ambos pertencentes ao primeiro ano do Ensino Médio) do IFFluminense.
SINALIZAÇÕES		
O número de alunas (população feminina) matriculadas em Edificações se destaca em comparação ao número de alunos (população masculina) do mesmo curso. O número de alunos (população masculina) matriculados no curso de Mecânica se destaca em comparação ao número de alunas (população feminina) no mesmo curso. Em ambos os cursos, os alunos identificaram tendências de procura do curso relacionadas ao gênero dos alunos. Das duas alunas (população feminina) consultadas do curso de Mecânica, uma respondeu sentir dificuldade no curso em decorrência do gênero, embora ambas tenham respondido como satisfeita ou muito satisfeita em relação ao curso. De todos os alunos que responderam não se sentir pertencentes ao curso, todas são do sexo feminino.		

TRABALHO 10		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Pandemia, aulas remotas e gênero.	Analisar o impacto da pandemia e das aulas remotas no desempenho na faculdade para homens e mulheres.	Estudantes do curso de licenciatura em Ciências da Natureza do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense) que ingressaram entre os anos de 2018 e 2019.
SINALIZAÇÕES		
A maioria dos respondentes, tanto homens quanto mulheres, cursam Biologia. A habilitação de Física é uma área com frequência maior de homens. Todos os respondentes se sentiram prejudicados, independente do gênero. A maioria dos respondentes avaliou seu próprio desempenho como ruim ou regular, independente do gênero. Todos os respondentes homens não começaram a trabalhar ou estagiar durante esse período. A maioria dos respondentes, tanto homens quanto mulheres, não precisaram interromper seus estudos durante o período. Entretanto, mais mulheres do que homens precisaram interromper os estudos, parcialmente ou totalmente. A maioria dos respondentes, tanto homens quanto mulheres, não teriam feito mais disciplinas do que conseguiram fazer durante o período.		
TRABALHO 11		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Pesquisa sobre desigualdade de gênero no ambiente acadêmico.	Conhecer a percepção de estudantes de Arquitetura e Urbanismo acerca da desigualdade de gênero no ambiente acadêmico.	Alunos do bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro, turmas 2019.1, 2019.2 e 2020.1.
SINALIZAÇÕES		
Pela análise dos resultados obtidos pudemos verificar que, para 78,9% alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro, a desigualdade de gênero se faz perceptível e atrela consequências além do âmbito acadêmico, alcançando o âmbito profissional. 94,7% dos participantes acha o tema relevante para o meio acadêmico, mas 55,3% nunca participaram de nenhum debate sobre desigualdade de gênero. Apesar de 97,4% dos participantes acreditarem que o tema deveria ser abordado e discutido dentro da instituição, 79% deles tiveram pouco ou nenhum contato com o assunto em questão.		
TRABALHO 12		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Levantamento sobre assédio e violência sexual em carros de aplicativo na cidade de Macaé, RJ.	Conhecer as percepções de usuários de carros de aplicativo sobre assédio e violência sexual.	Usuários de carros de aplicativo em Macaé, RJ.
SINALIZAÇÕES		
A maioria das pessoas que responderam ao questionário acham que as empresas não se mostram preocupadas com o usuário e que, dependendo do horário, não sentem segurança em usar o serviço. A maioria já deixou de usar transporte de aplicativo por medo de sofrer alguma violência. Por unanimidade, as mulheres sofrem mais assédio que os homens. A maioria das pessoas que responderam ao questionário não sentiu mudança no comportamento do motorista ao estarem acompanhadas. Nota-se bastante a indicação de inserir mais motoristas mulheres no aplicativo e a opção da passageira escolher o gênero do motorista que preferir na corrida. As mulheres se sentem mais seguras com motoristas mulheres.		
TRABALHO 13		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Mobilidade urbana relacionada ao/à gênero/ orientação sexual.	Apurar o sentimento de segurança de mobilidade entre homens e mulheres jovens estudantes que frequentam o curso técnico integrado de Edificações no IFFluminense.	Estudantes do 2º e 3º anos do curso técnico integrado de Edificações do IFFluminense, turmas 201 e 301.
SINALIZAÇÕES		
Pode-se concluir que o principal público do levantamento deu-se por mulheres, e que as mesmas se sentem reprimidas por conta do gênero ao andar ao redor da região do IFFluminense, como também, os homens, que responderam ao questionário, evitam algumas ruas ao redor do instituto.		

TRABALHO 14		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Assédio sexual sofrido no Transporte Social Universitário (TSU).	Avaliar os casos de assédio sexual dos universitários que utilizam o Transporte Social Universitário.	Usuários do ônibus que sai de Macaé/RJ 16h15min para chegar a Campos dos Goytacazes/RJ, e retorna 21h50min a Macaé/RJ; atendendo ao todo 42 usuários.
SINALIZAÇÕES		
73,8% dos respondentes são do gênero feminino. 11,9% dos respondentes já sofreram assédio, sendo 80% mulheres.		
TRABALHO 15		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
O estágio supervisionado e a questão de gênero.	Investigar o perfil característico médio dos estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos-Centro na iniciação do primeiro estágio obrigatório e sua autossatisfação com o mesmo, levando em conta a temática de gênero.	Alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos-Centro que fazem ou fizeram estágio.
SINALIZAÇÕES		
Predominância de mulheres brancas na pesquisa, que também são maioria no curso. Embora as mulheres tenham maior satisfação geral com o estágio, não foi possível precisar a atuação do gênero, pois o questionário não abrangeu problemáticas como diferentes tipos de assédio e valorização no trabalho. Metade dos homens apontou que tiveram uma boa/ótima evolução no estágio, porém uma porcentagem significativa sentiu o contrário, em contraste com a homogeneidade das respostas de descontentamento por parte das mulheres.		
TRABALHO 16		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Mercado de trabalho da Arquitetura e gênero.	Mapear as áreas de atuação e as áreas almejadas pelos estudantes do mestrado em Arquitetura e Urbanismo no IFFluminense. Verificar o desenvolvimento do mercado bem como projetar o cenário do mesmo no futuro.	Estudantes do mestrado em Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.
SINALIZAÇÕES		
60% acredita que o gênero não faz diferença na área de atuação.		
TRABALHO 17		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Arquitetas invisíveis desvendando o mito do <i>concreto</i> nas barreiras de gênero na Arquitetura.	Realizar um levantamento abrangente para compreender os desafios enfrentados e as oportunidades disponíveis para promover a igualdade de gênero dentro da profissão de Arquitetura.	Estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.
SINALIZAÇÕES		
A maioria dos participantes acredita que existem desafios específicos enfrentados por mulheres que estudam Arquitetura. A maior parte avalia positivamente a inclusão de trabalhos de arquitetas no ensino da instituição. Além disso, pela maioria, em seus locais de estágio, predominantemente da área de interiores, havia mais liderança feminina e colegas de trabalho mulheres. A diversidade de gênero pode enriquecer a profissão agregando diferentes olhares e perspectivas à construção. É possível desafiar estereótipos de gênero e preconceitos na prática da Arquitetura e Urbanismo desencorajando a violência, respeitando, dando voz às mulheres.		
TRABALHO 18		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Agenda 2030: igualdade de gênero.	Conhecer a percepção de cada gênero durante o estágio.	Estagiários em Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.
SINALIZAÇÕES		
Há desigualdade de gênero evidente em todos os aspectos do ambiente de trabalho dos estagiários, tanto para mulheres quanto para homens. Além disso, observa-se uma diferenciação que vai além do gênero, estendendo-se para o nível do cargo ocupado, uma vez que muitos relatos indicaram uma sobrecarga de trabalho, impactando no desempenho acadêmico dos estagiários.		

TRABALHO 19		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Percepção da segurança urbana dos alunos de Arquitetura e Urbanismo.	Analisar a percepção da segurança pública pelo olhar de mulheres e homens, estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense.	Estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.
SINALIZAÇÕES		
A maioria dos respondentes é do gênero feminino, que usa transporte público ou vai a pé para o instituto, e mostrou indiferença quanto ao bairro da instituição. Para a maioria das mulheres, a iluminação urbana e a movimentação são fatores que influenciam os trajetos, o que é diferente na percepção masculina. Para todos, fim de tarde e noite são os turnos de maior insegurança para trajetos.		
TRABALHO 20		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Igualdade de gênero: um estudo estatístico.	Compreender e interpretar de maneira efetiva os desafios e diferentes vivências e pontos de vista dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense frente ao tema proposto.	Estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.
SINALIZAÇÕES		
A maioria dos respondentes é do gênero feminino, que acredita que o gênero influencia no mercado de trabalho de Arquitetura. A maioria das mulheres acredita que as oportunidades foram influenciadas por estereótipos de gênero, diferente da opinião masculina. A maioria dos respondentes acredita que existem diferenças significativas na forma como meninos e meninas são encorajados a seguir determinadas áreas de estudo. A maioria percebe um tratamento respeitoso entre colegas de diferentes gêneros na sua escola ou universidade. A maioria das mulheres já sofreu assédio por parte do gênero oposto, diferente dos homens. A maioria percebe a concentração das tarefas domésticas em seus lares sobre as mulheres.		
TRABALHO 21		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Escolhas de cursos superiores por alunos do curso técnico de Edificações.	Conhecer as preferências dos alunos do curso técnico integrado em Edificações em relação aos cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil.	Alunos do curso técnico integrado em Edificações do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.
SINALIZAÇÕES		
A maioria dos alunos é formada por pessoas do sexo feminino, com idade entre 17 e 23 anos. A porcentagem entre os que querem seguir na área de Construção Civil (17 pessoas), se divide igualmente entre cursar Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil – 70,7% cada.		
TRABALHO 22		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
O mercado de estágio de Arquitetura na turma 21 do IFFluminense.	Explorar como a igualdade de gênero se reflete nas experiências de estágio da Turma 21 de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense, alinhado com o ODS 5. Analisar as oportunidades e desafios enfrentados pelos estudantes, buscando promover uma participação mais equitativa e contribuir para a realização dos ODS.	Turma 21 do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.
SINALIZAÇÕES		

<p>A maioria da amostra é composta por mulheres. Metade da amostra possui entre 20 e 25 anos. A quantidade de estágios realizados varia; maioria entre um e dois.</p> <p>Muitos já enfrentaram dificuldades na busca por estágio, seja por salário justo, por exigência de <i>softwares</i> ou por disponibilidade de horário.</p> <p>A maioria das pessoas não acha a conscientização sobre a igualdade de gênero suficiente, além de acreditarem que existe uma disparidade salarial com base no gênero.</p> <p>Boa parte das pessoas acredita que os esforços das empresas em promover a inclusão de gênero no estágio de Arquitetura varia de regular a péssimo.</p> <p>Mais de 1/4 da amostra diz nunca ter sofrido ou presenciado discriminação de gênero nesse mercado.</p> <p>Sobre mentorias de participação de estudantes no mercado de estágios, 78% da amostra concorda que estudantes de todos os gêneros deveriam ter acesso.</p> <p>A avaliação das condições de trabalho em relação às questões de gênero variam de boa à péssima, com a maioria no regular.</p> <p>Sobre a eficácia das políticas de recrutamento para todos os gêneros, a maioria acha regular, boa, ruim e péssima, respectivamente.</p> <p>A maioria das pessoas não tem uma opinião sobre a necessidade de medidas específicas por parte das instituições de ensino e empresas de Arquitetura para promover uma distribuição mais equitativa de oportunidades de estágio entre estudantes de diferentes gêneros, mas apostam em conscientização e diálogo a respeito da situação.</p> <p>Relacionado à experiência pessoal com estágios na área de Arquitetura, foram relatadas a falta de remuneração justa, a falta de reconhecimento, a demanda destoante do cargo e a falta de oportunidades nas instituições.</p>		
TRABALHO 23		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Liderança feminina na área de Arquitetura e Urbanismo.	Compreender a representatividade da mulher em cargos de liderança na área de Arquitetura e Urbanismo.	Alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.
SINALIZAÇÕES		
<p>A maioria dos respondentes é do gênero feminino e nunca vivenciou ou presenciou alguma situação de discriminação contra o gênero feminino no ambiente profissional na área de Arquitetura e Urbanismo.</p> <p>Apesar disso, a maioria acredita que os principais fatores que contribuem para a baixa representatividade das mulheres em cargos de liderança em Arquitetura e Urbanismo são preconceito de gênero, dificuldade de conciliar vida profissional e pessoal e falta de oportunidades.</p> <p>A maioria acredita que a maior representatividade das mulheres em cargos de liderança pode trazer benefícios para a área de Arquitetura e Urbanismo.</p> <p>É quase unânime que ter exemplos de mulheres líderes na área podem inspirar outras mulheres a buscar tal posição.</p> <p>A maioria acredita que a representatividade da mulher em cargos de liderança precisa de melhorias significativas.</p>		
TRABALHO 24		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Desafios enfrentados pelos homens na participação no programa <i>Au Pair</i> nos EUA.	Entender os desafios enfrentados pelo público masculino para participar do programa de <i>Au Pair</i> .	Ex e atuais " <i>bro pairs</i> " brasileiros que fizeram o programa nos Estados Unidos.
SINALIZAÇÕES		
<p>Mais de mil horas de experiência com crianças e inglês fluente são as exigências mais difíceis no processo de seleção para <i>bro pair</i>.</p> <p>Os respondentes acreditam que as exigências impostas pelas agências de intercâmbio para a aprovação do candidato no programa de <i>Au Pair</i> são mais complicadas que no caso das mulheres.</p> <p>Percepções tradicionais de gênero, questões de segurança e baixa procura de profissionais do gênero masculino são alternativas que contribuem para as agências de intercâmbio dificultarem o processo de aprovação de candidatos homens no programa de <i>Au Pair</i>. Os mesmos motivos são os que contribuem para a dificuldade de aceitação de candidatos homens por meio das famílias anfitriãs.</p> <p>Apesar desses pontos, os participantes acham que vale a pena homens tentarem fazer o intercâmbio.</p>		



Figura 2 – Ranking de inequidade de gênero na profissão de Arquitetura e Urbanismo. Fonte: CAU/BR, 2020.

d) Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 – Energia limpa e acessível

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7, energia limpa e acessível, trata de assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; aumentando de forma substancial a participação de fontes renováveis na matriz energética; facilitando o acesso a pesquisas e tecnologias de energia limpa, incluindo as renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e limpas (ONU, 2015).

No Quadro 4 tem-se uma síntese do trabalho relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7, energia limpa e acessível. Ele se volta à avaliação do desempenho da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ quanto à energia limpa e acessível na perspectiva de um grupo de professores do IFFluminense, deparando-se com a sinalização de grandes desafios e falta de incentivos por parte do governo.

Para fins de ilustração, no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC/BR), que apresenta o desempenho das cidades brasileiras quanto ao alcance dos ODS, visando estimular a Agenda 2030, nota-se que o município de Campos dos Goytacazes perfaz uma pontuação total de 49,93 de um total de 100,00 quanto ao tangenciamento dos ODS, o que lhe coloca na posição 1.619 dentre 5.570 municípios, conferindo-lhe um baixo nível de desenvolvimento sustentável. Apesar disso, considerando o ODS 7 em particular, percebe-se que o município alcança um nível de desenvolvimento muito alto, com nota de 80,00 a 100,00. Esse ODS leva em conta os indicadores: domicílios com acesso à energia elétrica e vulnerabilidade energética (IDSC – BR, 2024).

TRABALHO 25		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Acesso a recursos energéticos sustentáveis.	Coletar informações a respeito da aplicação do ODS 7 na nossa região e a opinião dos professores do IFFluminense da área da Construção Civil acerca dessa temática para o desenvolvimento de um trabalho da disciplina de Estatística Aplicada do Curso de Arquitetura e Urbanismo.	Professores de Arquitetura e Urbanismo e dos técnicos em Edificações e em Estradas do IFFluminense.
SINALIZAÇÕES		
Durante a aplicação do questionário percebemos uma grande dificuldade da amostra escolhida em respondê-lo. Apesar disso, percebemos que as respostas condizem com o grau de alcance da cidade em relação ao ODS 7, apontando grandes desafios e não possui tanto incentivo governamental.		

e) Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 – Redução das desigualdades

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 versa sobre a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles, visando o alcance e o sustento do crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional; o empoderamento e a promoção da inclusão social, econômica e política de todos; a garantia da igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades de resultados; a melhoria da regulamentação e o monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais; a garantia de uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão; e a facilitação da migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas (ONU, 2015).

No Quadro 5 tem-se uma síntese do trabalho relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10, redução das desigualdades. O trabalho enfatiza a importância das bolsas de auxílio para manter e para o desempenho dos estudantes na escola.

TRABALHO 26		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Análise do perfil socioeconômico das turmas finais do curso técnico de Edificações do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.	Estudar alguns aspectos socioeconômicos de alunos das turmas finais do curso técnico de Edificações do IFFluminense, focando na análise da relevância das bolsas de auxílio para os alunos.	Turmas finais do curso técnico de Edificações do IFFluminense <i>campus</i> Campos Centro.
SINALIZAÇÕES		
As bolsas de apoio têm uma ação significativa dentro da vivência dos alunos. Há casos de alunos que não consideram a bolsa tão efetiva dentro de sua renda mensal, possivelmente devido ao fato de muitos desses bolsistas serem beneficiados pela bolsa alimentação, que não é um auxílio financeiro direto. Porém, ainda assim é uma grande economia mensal para alunos que não necessitam gastar com alimentação durante seu período de estudo. Há de se notar também que muitos alunos consideraram o programa de bolsa como relevante para sua manutenção no curso. A bolsa foi de grande auxílio para a permanência de diversos alunos no curso, porém existe uma quantidade grande de alunos que não são assistidos por nenhum outro programa social, o que pode sugerir que nem todos os alunos auxiliados pela bolsa de fato se encontram em situação de vulnerabilidade social.		

f) Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – Cidades e comunidades sustentáveis

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, cidades e comunidades sustentáveis, volta-se à transformação das cidades e dos assentamentos humanos de modo que sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; à garantia do acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos; ao acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para

todos; à urbanização inclusiva e sustentável, também das favelas; ao fortalecimento de esforços para proteger o patrimônio cultural e natural do mundo; à redução do número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes; à redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades (com atenção à qualidade do ar e gestão de resíduos municipais); ao acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência (ONU, 2015).

No Quadro 6 tem-se uma síntese dos trabalhos relacionados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, cidades e comunidades sustentáveis. De modo geral, os trabalhos trataram de questões relacionadas à mobilidade urbana, sobretudo a ativa; aos espaços de lazer e praças públicas; à violência urbana; ao planejamento urbano sustentável; às condições de habitabilidade; e à coleta seletiva; prezando por cidades mais dignas, inclusivas, seguras, vivas, para pessoas e de pessoas, coadunando com o que defendem Jacobs (2011) e Gehl (2013).

Alguns trabalhos relacionados ao ODS 11 versaram sobre a questão do direito à cidade. Um conceito fundamentado nas lutas sociais pelo direito dos cidadãos em permear todas as redes urbanas, sejam conexões de comunicação, de informação, de trocas; o direito à vida urbana, como uma necessidade da sociedade; sobre a liberdade, a socialização, os locais de encontro, o habitar (Lefebvre, 2009).

TRABALHO 27		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Mobilidade urbana.	Entender os modais de transporte utilizados na pós-graduação, a escolha utilizada, relacionar com a segurança, analisar e interpretar dados de horários, gêneros e custos.	Dois turmas de pós-graduação em Cidades e Suas Tecnologias, do IFFluminense, dos anos de 2022 e 2023 com 9 e 15 alunos, respectivamente, foram definidas como recorte para execução desta pesquisa.
SINALIZAÇÕES		
Através dos resultados obtidos pela aplicação do questionário, é possível concluir que o transporte público é o modal mais utilizado, porém não por preferência total dos usuários, mas em maioria por necessidade ou preferência diante das opções apresentadas, considerando as influências de fatores como gênero, segurança, renda e horário. Com isso, entende-se que existem diversas necessidades e demandas que se relacionam à infraestrutura urbana, especificamente focando na mobilidade. Dentre essas, destaca-se a necessidade de segurança, garantindo a liberdade de ir e vir a qualquer momento e através de qualquer modal, para qualquer gênero. Quando a população é impedida ou tem limitado o acesso e trânsito entre as áreas da cidade, ela é privada de uma das bases do direito à cidade. Isso ocorre porque a dificuldade na mobilidade dificulta o acesso aos diversos equipamentos de saúde, educação, lazer e da própria vida da cidade, sua participação política e social. Dessa forma, comprova-se a importância do estudo e melhoria do sistema de transporte, no caso específico da pesquisa relacionada ao acesso ao IFFluminense, para garantir que os alunos e funcionários consigam aproveitar e vivenciar melhor esse espaço e seu entorno.		
TRABALHO 28		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Pesquisa de opinião sobre praças.	Pesquisar sobre a utilização de praças por um grupo específico de pessoas.	Alunos da pós-graduação do IFFluminense dos cursos de: Cidades e suas Tecnologias; Educação, Ambiente e Sustentabilidade; e Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias.
SINALIZAÇÕES		
Trabalhou-se com uma amostra pequena e perguntas mais soltas. Percebeu-se que a opinião quanto à falta ou a presença de segurança nas praças que frequentam foi bastante dispersa.		

TRABALHO 29		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Pesquisa sobre a violência urbana.	Analisar a percepção sobre a violência urbana em uma área específica.	Discentes da matéria de Direito à Cidade e Legislação Urbana da turma 2022.1 do IFFluminense.
SINALIZAÇÕES		
A maioria dos participantes esteve a pé e recentemente na região estudada. Metade deles afirmou nunca ter passado por situações de violência na área destacada. Os participantes que afirmaram ter sofrido violência ou conhecer alguém que passou pela situação, destacaram que a parte da tarde é o período de maior incidência. Um dos principais serviços falhos para eles é o policiamento. Mais de 85% dos participantes concordam que a violência urbana interfere no direito à cidade. No geral, a maioria dos entrevistados gostaria de mais policiamento na região, com o fim de coibir a violência urbana na área.		
TRABALHO 30		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Percepção dos ciclistas quanto ao uso da ciclovia da Avenida 28 de Março na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.	Verificar a percepção dos ciclistas quanto ao uso da ciclovia da Avenida 28 de Março na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.	Grupo do clube de ciclistas de Campos dos Goytacazes/RJ, grupo do mercado de bike e grupo do mercado livre <i>mtb/speed</i> .
SINALIZAÇÕES		
Os resultados não foram assertivos pois o número de indivíduos que responderam foi muito inferior ao ideal. Orientando-se pelas respostas disponíveis, nota-se uma insatisfação dos ciclistas com a ciclovia da Avenida 28 de março sobretudo pela má sinalização, condições do pavimento e presença de vegetação inapropriada, e espera-se por melhorias na sua infraestrutura e manutenção. Pontos positivos como localização e iluminação foram levantados.		
TRABALHO 31		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
O empreendedorismo jovem como agente de ação e contribuinte no alcance das metas da Agenda 2030.	Entender a relação das empresas juniores do Estado do Rio de Janeiro com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	75 diretores conselheiros das empresas juniores do Estado do Rio de Janeiro.
SINALIZAÇÕES		
A partir da análise dos dados obtidos com a pesquisa proposta e considerando o cenário de contribuição do movimento empresa júnior com o tema, podemos perceber que o ODS 8, trabalho decente e crescimento econômico, é o que mais aparece nas respostas que obtivemos; ao contrário do ODS 16, paz, justiça e instituições eficazes, que não foi citado por nenhuma empresa júnior dentre as que responderam. A pesquisa apresentou um erro amostral de 18%, superior ao de 7%, que era o pretendido.		
TRABALHO 32		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Planejamento urbano sustentável.	Analisar se a população tem conhecimento sobre o que é planejamento urbano sustentável e como isso reflete no cotidiano dos mesmos; entender o nível de segurança e mobilidade com o planejamento urbano de Campos dos Goytacazes/RJ; analisar a perspectiva dos alunos dos períodos iniciais do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense sobre o planejamento urbano sustentável.	1º e 2º períodos do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense.
SINALIZAÇÕES		
Após a análise de todos os dados, verificamos que o conhecimento dos alunos nos períodos iniciais de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense sobre a temática de <i>planejamento urbano sustentável</i> é, sobretudo, regular. Apesar disso, é notável que a perspectiva deles sobre a estrutura já existente na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ não sofre grande variação, sendo avaliada, principalmente, de forma negativa. Ademais, apesar de serem estudantes de Arquitetura e Urbanismo e discutirem sobre, muitos não costumam usufruir do espaço livre disponível na cidade. Concluímos também que, por conta da falta de segurança, estrutura e transporte público coletivo, a maioria não se sente segura e confortável ao andar nas ruas, optando por automóvel particular como meio de locomoção.		
TRABALHO 33		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO

Habitação segura, adequada e acessível.	Conhecer a percepção de alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense acerca das condições das habitações e seus entornos.	Três turmas do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense, com 25 alunos por turma.
SINALIZAÇÕES		
Foram tratados pontos a respeito dos bairros que os estudantes residem, o sistema de tratamento de esgoto, a disponibilidade de transporte público na cidade, além da iluminação e da segurança.		
TRABALHO 34		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Coleta seletiva.	Avaliar o conhecimento e a importância da coleta seletiva, a fim de perceber o quanto as pessoas estão engajadas no cuidado com o descarte do lixo.	Alunos de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense.
SINALIZAÇÕES		
Percebemos que a grande maioria está disposta a ajudar na causa e tem a consciência que podem melhorar. Acreditamos que com um maior incentivo do governo e uma ampla campanha de divulgação os índices vão aumentar. A educação nas escolas e influência desde a infância nos faz adultos mais conscientes. É necessário incentivar mais as pessoas para a coleta seletiva. Fazer o uso correto das cores ao separar o lixo. Você pode iniciar separando os plásticos de embalagens em outra sacola, com a certeza de que quando passar a pessoa da coleta, isso irá ajudar muito. É um pontapé para outras melhorias.		
TRABALHO 35		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Espaços de lazer sustentáveis.	Viabilizar a implementação de medidas sustentáveis em parques e jardins públicos já existentes na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ através da opinião da população residente na cidade e que possa fazer uso desses espaços.	Moradores de Campos dos Goytacazes/RJ.
SINALIZAÇÕES		
A maioria dos respondentes apontou que seus bairros apresentam algum espaço público destinado ao lazer, como praças, vilas olímpicas e parques, e que apesar de raramente utilizarem esses espaços, mais atraídos por eventos culturais ou relaxamento ao ar livre, identificaram que estão em estado de manutenção razoável a ruim, carecendo de lixeira, paisagismo, pintura, abrigos sombreados, iluminação etc., e com isso, avaliaram que os espaços não apresentam <i>design</i> e recursos sustentáveis.		
TRABALHO 36		
TÍTULO	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO
Mobilidade ativa.	Conhecer as condições de mobilidade urbana e de uso do transporte público por alunos em Campos dos Goytacazes/RJ.	Estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do IFFluminense <i>campus Campos Centro</i> .
SINALIZAÇÕES		
Com base nos resultados da pesquisa, pode-se concluir que a mobilidade urbana e o uso do transporte coletivo na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ enfrentam desafios significativos. A maioria dos participantes da pesquisa é composta por jovens entre 21 e 25 anos, principalmente do gênero feminino. Eles relataram realizar frequentemente o trajeto até o IFFluminense a pé, com uma distância média de 0 a 500 metros e uma duração média de 1 a 10 minutos. Além disso, a espera pelo transporte público é relativamente longa, com a maioria esperando de 10 a 40 minutos pelo ônibus. Um aspecto preocupante é o fato de que muitas pessoas que fazem o trajeto a pé ou de bicicleta avaliam negativamente a qualidade das calçadas e relatam se sentir assediadas durante o percurso, o que influencia sua escolha de transporte. Isso destaca a necessidade de melhorias na infraestrutura urbana e na segurança nas vias públicas. Quanto ao transporte coletivo em si, a maioria dos participantes expressou insatisfação com a precariedade, escassez e superlotação dos veículos, tornando-os desconfortáveis e inseguros. A falta de oferta de transporte e de horários adequados também foi mencionada como um problema relevante. Portanto, os resultados da pesquisa evidenciam a necessidade de melhorias substanciais na mobilidade urbana e no transporte coletivo em Campos dos Goytacazes/RJ. Isso inclui investimentos em infraestrutura, segurança nas vias públicas e aumento da oferta de transporte, visando proporcionar uma experiência mais eficiente e agradável para os cidadãos, além de tornar o transporte público uma alternativa viável e atrativa para a população.		

Considerações finais

Este trabalho enfatizou o uso de metodologias ativas como estratégia de protagonismo dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Como ilustração, trabalhou-se a estratégia pedagógica da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), na qual os alunos experienciaram a resolução de problemas práticos levantados por eles, usando ferramentas estatísticas e metodológicas apresentadas ao longo de disciplinas em um curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e cursos de pós-graduação da mesma área, promovendo aproximações entre as atividades acadêmicas e as profissionais. O uso dessas estratégias permite a contextualização de diversos temas, desde os simples aos mais complexos. Aqui, enfatizou-se a importância da sustentabilidade, no recorte da Agenda 2030, para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida da sociedade.

Os alunos realizaram levantamentos de campo utilizando instrumentos de coleta do tipo questionários para a contemplação do método estatístico, todo planejado por eles. Percebeu-se que os trabalhos se concentraram nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3 (saúde e bem-estar), 4 (educação de qualidade), 5 (igualdade de gênero), 7 (energia limpa e acessível), 10 (redução das desigualdades) e 11 (cidades e comunidades sustentáveis). Mais do que os resultados dos levantamentos em si, a estratégia pedagógica preocupou-se com o processo de planejamento das pesquisas, suas fragilidades e potencialidades, as decisões de ajustes e as conclusões sobre o processo. Diante da falta de maior tempo para o planejamento e para a realização de todo o processo de pesquisa, notou-se que o alcance da amostra ideal foi um dos principais problemas encontrados pelos alunos, o que pode ter conduzido as viéses.

Almejou-se com a proposta de trabalho estimular a formação crítica dos alunos em comprometimento com as responsabilidades técnica e social exigida no exercício profissional, além da formação cidadã e ética, tendo plena consciência das consequências das ações antrópicas para o meio ambiente e para a qualidade de vida da sociedade. Espera-se que a estratégia aqui relatada sirva como uma acupuntura pedagógica que centraliza o processo de ensino-aprendizagem no aluno, reconhecendo suas vivências e experiências, e que levanta a agenda da sustentabilidade como algo urgente e de extrema relevância.

Referências

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326/10999>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BERTUZZI, Felipe Buller; CORTE, Carla Dalla; KUJAWA, Henrique Aniceto; CARDOSO, Grace Tibério. Aplicação das metodologias ativas de aprendizagem TBL (Team Based Learning) e PBL (Problem-Based Learning) no curso de arquitetura e urbanismo. *Teoria e Prática da Educação*, v. 24, n. 1, p. 171-189, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/57563/751375152313>. Acesso em: 02 set. 2024.

BRASIL. *Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010*. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651rces002-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 ago. 2024.

BUCK INSTITUTE FOR EDUCATION. *Aprendizagem baseada em projetos: guia para professores de ensino fundamental e médio*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. *Diagnóstico revela o perfil da desigualdade de gênero na Arquitetura e Urbanismo*. 04 ago. 2020. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/diagnostico-revela-o-perfil-da-desigualdade-de-genero--arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: 13 set. 2024.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Competência, Aprendizagem Colaborativa e Metodologias Ativas no Ensino Superior. *Folha de Rosto*, v. 4, n. 1, p. 57-65, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/285>. Acesso em: 29 ago. 2024.

CHING, Francis D. K.; SHAPIRO, Ian M. *Edificações sustentáveis ilustradas*. Tradutor Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GAKLIK, Émille Schmidt; MONTAGNER, Paula; LAUXEN, Sirlei de Lourdes. O uso de metodologias ativas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Farmácia da Unicruz. *Revista Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão*, v. 8, n. 1, p. 390-399, 2020. Disponível em: <https://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/revint/article/view/365/288>. Acesso em: 02 set. 2024.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFFMANN, Anelise Todeschini; JACQUES, Jocelise Jacques de; SILVA, Tania Luisa Koltermann da; SILVA, Regio Pierre da. Revisão sistemática da literatura: metodologias ativas de ensino-aprendizagem e sua utilização nos cursos de design, engenharia e arquitetura. In: NUNEZ, Gustavo Javier Zani; OLIVEIRA, Geísa Gaiger de (org.). *Design em pesquisa: volume 3*. Porto Alegre: Marcavisual, 2020, p. 34-54.

IDSC – BR. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. A evolução das 5.570 cidades brasileiras em direção a Agenda 2030 da ONU. *Campos dos Goytacazes (RJ)*. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3301009/>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFFLUMINENSE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. *RESOLUÇÃO N.º 12, DE 10 DE MARÇO DE 2020*. Projeto Pedagógico do Curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo campus Campos Centro. Campos dos Goytacazes, RJ, 2020. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2020/resolucao-8>. Acesso em: 09 set. 2024.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2009.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. 1 ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 15 set. 2015.

SANTOS, Pricila Kohls dos; SPAGNOLO, Carla; NASCIMENTO, Lorena Machado do; SANTOS, Bettina Steren dos. Metodologias ativas para aprendizagem na educação superior: reflexões teóricas para a permanência. In: *CONGRESSOS CLABES*. 2017.

VALENTE, José Armando. Tecnologias e Educação a Distância no Ensino Superior: uso de Metodologias Ativas na Educação. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 97-113, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9871>. Acesso em: 02 set. 2024.

CIDADES EDUCADORAS NA GRANDE VITÓRIA

Um panorama infantojuvenil

EDUCATING CITIES IN THE METROPOLIS OF VITÓRIA
An overview for children and young people

Liziane de Oliveira Jorge¹
e Caroline Souza Rossoni Sisquini²

Resumo

O campo educacional transcende os espaços tradicionais de educação formal para reposicionar a cidade como território vital de práticas educacionais emancipatórias, vitais para o desenvolvimento infantojuvenil. O contato com a natureza combate a obesidade, aflora os sentidos, a criatividade, e favorece o exercício do brincar livre, forma espontânea para a realização de atividades físicas e lúdicas por crianças. À luz dos princípios das Cidades Educadoras, o trabalho procede o mapeamento e a análise de dados relativos às condições de vida urbana dos municípios da Grande Vitória (GV) - ES, no recorte da infância. Investiga dados nutricionais, espaços públicos e equipamentos significativos que empregam os princípios das Cidades Educadoras na GV. Conclui-se que regiões periféricas e de baixa renda apresentam maior índice de excesso de peso em crianças e adolescentes, menor disponibilidade de espaços públicos, bem como menor oferta de equipamentos culturais, de lazer, esportivos e educacionais, reafirmando assimetrias intraurbanas.

Palavras-chave: cidades educadoras, cidade e natureza, nutrição infantil, espaço público, infância e adolescência.

Abstract

The educational field has transcended the traditional spaces of formal education to reposition the city as a vital territory for emancipatory educational practices, essential for developing children and young people. Contact with nature combats obesity, awakens the senses and creativity, and encourages free play, a spontaneous way for children to carry out physical and recreational activities. In the light of the principles of Educating Cities, the work maps and analyzes data on urban living conditions in the municipalities of Grande Vitória (GV) - ES, in the context of childhood. It investigates nutritional data, public spaces, and significant facilities that employ the principles of Educating Cities in GV. It concludes that peripheral and low-income regions have a higher rate of overweight children and adolescents, less availability of public spaces, as well as fewer cultural, leisure, sports, and educational facilities, reaffirming intra-urban asymmetries.

Keywords: educating cities, city and nature, child nutrition, public space, childhood and adolescence.

Contextualização

O campo educacional, à luz das novas demandas sociais e econômicas, transcende os espaços tradicionais e conservadores de educação formal para reposicionar a cidade como território vital de práticas educacionais inovadoras. As políticas educacionais devem estar articuladas às políticas públicas e à vida social cidadã, com atenção aos pilares fundamentais da qualidade de vida urbana. A garantia do Direito à Cidade exige a implementação de processos emancipatórios na vida cotidiana. Nesse sentido, incluir à emancipação a presença da infância, pressupõe reconhecer problemas relativos à desigualdade social e à criança.

As condições multidimensionais de vida urbana - renda familiar, condições de moradia, infraestrutura, educação, saúde, lazer, cultura, violência urbana - afetam diretamente as crianças e adolescentes do país. No plano físico territorial, a segregação urbana e o modo de vida condominial representam uma ruptura dos valores de solidariedade e democracia; a erosão dos espaços públicos é reforçada pela insegurança no trânsito, pela cultura do medo e pela privatização de atividades de lazer e esporte, comprometendo o senso de comunidade; a ruptura entre a infância e a natureza promove a diminuição no uso dos sentidos, dificuldade de atenção e índices mais altos de doenças físicas e emocionais; o sedentarismo, os hábitos alimentares e o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação provocam sobrepeso e transtornos de comportamento. O enfrentamento a esses e outros problemas globais estão pactuados desde 2015 por meio de uma agenda para o desenvolvimento sustentável, com um conjunto de ações para a redução da pobreza, para o enfrentamento às mudanças climáticas, para a promoção da igualdade e do aprimoramento da qualidade de vida das pessoas. Esse pacto supranacional, assinado pelo Brasil e pelos estados membro da Organização das Nações Unidas (ONU), se materializou nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas, estipulando o ano de 2030 como prazo para que a humanidade alcance os compromissos assumidos (ICS, 2023).

O Brasil, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, está entre os dez países mais desiguais do mundo, condição que reforça as diferenças, a miséria do habitar, as desigualdades sociais e afeta, em especial, grupos privados de participação da vida urbana e política, notadamente crianças, mulheres e idosos. (ONU-HABITAT, 2023).

As ODS representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Estão baseados nos compromissos para as crianças e os adolescentes nas áreas de pobreza, nutrição, saúde, educação, água e saneamento e igualdade de gênero contidos nos precursores dos ODS, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os ODS também incluem novos objetivos e metas relacionados à proteção da criança e do adolescente, à educação infantil e à redução das desigualdades. Essa nova agenda apresenta uma oportunidade histórica para melhorar os direitos e o bem-estar de cada criança e cada adolescente, especialmente os mais desfavorecidos, e garantir um planeta saudável para as meninas e os meninos de hoje e para as futuras gerações (UNICEF, 2024).

No contexto da ODS, as principais metas que impactam crianças e adolescentes de maneira direta e estão relacionadas às pesquisas deste trabalho são: ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição), 3 (assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar

¹ Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP/2012); Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFMG/2004); Arquiteta-urbanista (UFES/1998); Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFES.

² Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFES.

para todos, em todas as idades), 4 (assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) e 11 (tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis).

O presente trabalho compreende um recorte temático de uma pesquisa ampla sobre qualidade de vida e saúde urbana na metrópole da Grande Vitória (GV), Espírito Santo. Explora o fenômeno urbano à luz de dados relativos aos cuidados e às condições de vida urbana, com ênfase na criança e no adolescente. Objetiva desenvolver uma cartografia dos municípios da Grande Vitória, e apresentar um panorama comparativo das condições nutricionais de crianças e adolescentes (eixo forte da ODS 2), da oferta de espaços livres e de equipamentos públicos (culturais, de lazer, esportivos e educacionais), dos atributos de desenho urbano e das condições da mobilidade urbana sustentável (eixos da ODS 11), de modo a avaliar as condições intraurbanas dos municípios da metrópole. Objetiva, por fim, investigar experiências de planejamento e projeto urbano que empregam os princípios das Cidades Educadoras na metrópole da GV.

Conceituações

O conceito e o termo “Cidades Educadoras” surgiram em 1990 no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em Barcelona. Neste evento, criou-se a Associação Internacional das Cidades Educadoras - AICE, que constitui um conjunto de cidades representadas por governos locais que têm em interesse comum qualificar as condições de vida mediante um conjunto de ações que estabelecem a educação e a cidadania como eixo central de direcionamento das políticas públicas e sociais nas cidades (AICE, 2019). Para isso, foi criada a Carta das Cidades Educadoras, documento referencial com os princípios básicos educativos que guiam os governos representantes com ações no planejamento urbano para qualificação de cidade educadora (AICE, 2020).

Segundo a Carta das Cidades Educadoras, os princípios norteadores da cidade educadora são divididos em três partes: o direito à cidade, o compromisso da cidade e o serviço integral das pessoas. Em cada uma, são citadas e descritas ações pertinentes que caracterizam uma cidade educadora. Na primeira parte são apontados: educação inclusiva ao longo da vida; política educativa ampla; diversidade e não discriminação; acesso à cultura; e diálogo intergeracional. Já a segunda compreende: conhecimento do território; acesso à informação; governança e participação dos cidadãos; acompanhamento e melhoria contínua; identidade da cidade; espaço público habitável; adequação dos equipamentos e serviços municipais; e sustentabilidade. Enfim, a terceira e última prioriza princípios valorosos: promoção da saúde; formação de agentes educativos; orientação e inserção laboral inclusiva; inclusão e coesão social; corresponsabilidade contra as desigualdades; promoção do associativismo e do voluntariado; e educação para uma cidadania democrática e global (AICE, 2020). Em resumo:

[...] os princípios da cidade educadora estão alicerçados na compreensão de que a política urbana tem impacto educador e formativo; no respeito às diferentes gerações e culturas; no compromisso com a função educadora da cidade associada às suas demais funções essenciais; na importância da preservação da identidade local, mas também da promoção da conexão com a rede cooperação na escala mundial; na valorização da troca de informações; na busca da igualdade e da justiça social por meio

da consolidação de uma cidade democrática; na formação de indivíduos autônomos, críticos, responsáveis e participativos. (Alves; Brandenburg, 2018, p. 73 e 74)

Em suma, tratam-se de medidas que melhoram a qualidade de vida local. Entendendo, principalmente, que a cidade é um organismo complexo e plural, características essas que potencializam o seu poder educativo. Assim como descreve no preâmbulo da Carta, “Na Cidade Educadora, a educação transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade” (AICE, 2020, p. 04). Visto que, devido ao fato de ser um espaço onde há diversidades, é fundamental que se construa um senso de comunidade, de cidadania livre, responsável e solidária em função do bem comum (AICE, 2020). Além disso, é essencial salientar que os princípios da Carta das Cidades Educadoras são bases que orientam políticas públicas e sociais. Posto isso, é importante o respeito à identidade de cada cidade, haja vista que a localidade e a sociedade são organismos intrínsecos que convergem entre si. Logo, as medidas adotadas deverão ser coerentes no meio em que se aplica. Outro fator fundamental abordado é a participação política da comunidade, pois entende-se que, para garantir uma cidade justa, é indispensável a presença de todos os grupos sociais nas decisões políticas.

Desse modo, é nítida a ausência das crianças e dos adolescentes nos espaços públicos, o meio urbano é visto como inseguro e ameaçador pelos pais e responsáveis, logo, como medida de superproteção, emparedam os jovens com processos de institucionalização, privatização e insularização do espaço (Seixas; Tomás; Giacchetta, 2022). Nesse aspecto, nota-se a problemática do lugar da criança na sociedade contemporânea, não só como indivíduo participativo, mas também como complexo e heterogêneo. Diante do cenário da rápida urbanização das cidades, não se pode ignorar as mazelas deixadas. A desigualdade e as segregações, sejam étnicas, raciais, religiosas, partidárias, ideológicas e de gênero, demonstram-se como desafio no planejamento urbano (Moll, 2019).

O planejamento e o desenho urbano são elementos fundamentais que contribuem para determinar as dinâmicas das cidades. Neste desenvolvimento, as cidades surgem a partir de análises de diversas perspectivas, tendo os habitantes envolvidos no decurso. Entretanto, há a invisibilidade de grupos na tomada de decisões, dentre eles, as crianças e os adolescentes. O ambiente urbano que não permite a autonomia, deduz que a sua materialidade, a sua geografia, os seus elementos naturais e construtivos e o usuário, não foram pensados no enfoque da infância e da juventude (Campos, 2022). Crianças e adolescentes não são reconhecidos como cidadãos ativos dentro das discussões políticas e sociais, mesmo possuindo senso crítico e conhecimento empírico, são afastados pela pouca idade. É necessário cuidado e atenção para assegurar a existência e a dignidade das crianças, oferecendo saúde, educação, habitação, brincar, arte e dentre outros (Santos, 2022). A produção da cidade deve ser coletiva e direcionada ao bem comum, discutir e incluí-las é influenciar no crescimento das crianças, da cidade e da sociedade.

No âmbito da saúde, convém salientar que o Brasil passa por um momento preocupante no qual 30% das crianças estão acima do peso. O sobrepeso acarreta vários riscos como: danos articulares, aterosclerose, diabetes e doenças cardíacas e respiratórias, e, quando apresentado desde a infância, torna as crianças propensas a virarem adultos obesos com risco de morte prematura e incapacidade motora. Segundo Silva *et al.* (2022, p. 21), “crianças obesas têm cinco vezes mais chances de permanecer com essa condição na idade adulta quando comparadas às crianças não obesas”. A obesidade infantil é uma doença multifatorial que engloba fatores genéticos, individuais e ambientais que estão presentes em diferentes contextos: familiar, escolar e social. A partir disso, devido à complexidade da doença, é primordial traçar uma intervenção

conjunta de diversos setores além da saúde para reverter essa realidade (BRASIL, 2022).

Para crianças, é considerado sobrepeso quando seu peso é 25% maior que o adequado para a sua idade, quando está com 30% é classificada como obesa (Lima, 2021). Conforme o documento A Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil - PROTEJA (Brasil, 2022), iniciativa do Ministério da Saúde para deter o avanço da obesidade infantil, uma das possíveis ações efetivas para prevenção e reversão do cenário são os ambientes promotores de atividade física. No programa indica que,

As cidades podem se tornar ambientes favoráveis à saúde [...] por meio do incentivo à prática da atividade física, que é considerada uma ação efetiva para o cuidado da obesidade infantil. Além da necessidade da prática da atividade física no ambiente escolar, são efetivas as intervenções que alteram a infraestrutura urbana para promover transporte ativo e aumentar espaços para recreação, por exemplo. Logo, a criação e a manutenção de espaços públicos como parques, áreas verdes, playgrounds e ruas de lazer, devem ser um investimento priorizado para o desenvolvimento sustentável das cidades. Iluminação, segurança e transporte públicos de qualidade também devem ser garantidos para viabilizar a prática do lazer e do esporte nesses espaços. Investimentos em transporte público e ciclovias devem ser considerados para melhorar a qualidade da mobilidade urbana e favorecer a adoção de um estilo de vida saudável (Brasil, 2022, p. 04)

Todavia, não se pode ignorar a mudança de comportamento das crianças e adolescentes dessa geração perante as atividades físicas, o brincar e a relação com a natureza. Com o rápido avanço da tecnologia, os dispositivos eletrônicos tornaram-se indispensáveis na sociedade contemporânea, visto que estão presentes nas esferas do trabalho, do estudo e do lazer. Diferente das gerações anteriores, as crianças e adolescentes do século XXI já nascem com contato direto à *tablets*, computadores, e celulares com acesso à internet desde cedo. De acordo com Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação - Cetic (CGI, 2022), por meio da pesquisa *TIC Kids Online Brasil 2022*, que tem como propósito produzir dados sobre o uso da internet por crianças, das crianças de 9 a 10 anos, cerca de 46% tiveram seu primeiro acesso à internet até os 6 anos, assim como 33% das crianças de 11 a 12 anos. Outra informação importante é a frequência de uso, no qual 83% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos utilizam a internet mais de uma vez por dia. Desse grupo, o celular é o principal dispositivo utilizado para acessar a internet, com 92,5%.

As tecnologias digitais por um lado podem trazer benefícios, como fácil acesso à informação e jogos que estimulem o desenvolvimento cognitivo, porém o uso intenso e excessivo acarreta efeitos negativos à infância, não somente à saúde física, mas também nas esferas afetivas, cognitivas e sociais. O Manual de Orientação *Saúde de Crianças e Adolescentes na Era digital* organizado pela Sociedade Brasileira de Pediatria alega que o uso precoce e prolongado dos aparelhos digitais com acesso à internet pode causar problemas de socialização e de criação de vínculo com outras pessoas, além de dificuldades escolares. A dependência ou o uso adverso das redes sociais causa problemas mentais, aumento da ansiedade, violência, *cyberbullying*, transtornos de sono e alimentação, sedentarismo, problemas auditivos, visuais, posturais e sexuais, compra e uso de drogas, pensamentos ou gestos de autoagressão e, inclusive, suicídio (SBP, 2016).

Outro ponto a ser analisado na estrutura física das cidades é a oferta e o acesso às áreas verdes públicas e privadas de qualidade. Devido ao interesse imobiliário e à crescente urbanização, os espaços livres estão sendo disputados e ocupados

por edificações e áreas impermeabilizadas, o que prejudica a inserção de áreas naturais que possibilitam a prática de atividades físicas, o exercício do brincar livre, a socialização e a contemplação, elementos importantes para a qualidade de vida urbana (Louv, 2016). Além disso, nota-se a perda cultural do espaço da rua como lugar de encontro e brincadeira em função do aumento da frota de veículos motorizados que ameaçam a segurança no trânsito. De acordo com a WHO (2015), para crianças e jovens entre 15 a 17 anos, não há risco maior que o trânsito, e 38% das crianças que sofrem lesões ou morrem no trânsito no mundo todo a cada ano, são pedestres. Diante disso, a insegurança no trânsito e a falta de ambientes adequados distancia as crianças das ruas e do meio urbano e, ainda, afeta a autonomia da mobilidade, sendo que a vivência em espaços públicos é um fator essencial para construção da sua identidade e desenvolvimento da sua cidadania, além de reconhecimento do lugar onde reside (Trevisan *et al.*, 2022). Como enfrentamento a essa conjuntura, de modo a encorajar o uso de espaços ao ar livre de maneira segura, é crucial a adoção de múltiplas estratégias, tais como: i. áreas verdes acessíveis e de qualidade, visto que proporcionam o bem-estar, fortalecem o vínculo com a natureza e favorecem a qualidade do ar; ii. infraestrutura adequada de calçadas, no sentido de incentivar a mobilidade ativa e, conseqüentemente, a explorar a cidade; iii. estabelecer zonas de baixa velocidade, no intuito de garantir a segurança, principalmente, das crianças; iv. designar ruas sem carros para propor atividades diferenciadas para a comunidade; v. planejar o meio urbano considerando o nível dos olhos das crianças, observando as necessidades para incluir de forma eficiente; vi. zonas de ar limpo, as crianças pequenas estão 30% mais expostas ao gás carbônico em razão de sua altura, nessa perspectiva, indicar áreas estratégicas que induzem modos de transporte limpos e infraestruturas verdes colabora com a saúde dos pequenos e os conscientizam sobre práticas sustentáveis (Luke *et al.*, 2020).

Em face da falta de segurança nos centros urbanos, o vínculo das crianças com o meio urbano e natural se encontra debilitado e cada vez mais emparedado e institucionalizado, dificultando, assim, o brincar livre e a experiência autônoma da cidade. Entretanto, é fundamental que se estabeleça o contato de crianças e de adolescentes com a natureza em prol da saúde, da construção de caráter e cuidado com a cidade e o meio ambiente. Segundo Louv (2016), autor que cunhou o termo “transtorno do déficit de natureza”, há uma fratura humana da relação entre a infância e a natureza. Para o autor, “a ruptura entre a infância e a natureza faz parte de um contexto mais amplo: a restrição física da infância em um mundo que está se urbanizando rápido e a experiência na natureza como a maior vítima” (Louv, 2016, p.57.). Em uma sociedade moderna caracterizada pela urbanização acelerada, pela perda de áreas ambientais, pelos hábitos sedentários e pela cultura digital, encontra-se uma geração de crianças e adolescentes adoecida e, certas vezes, solitária. O brincar livre é intrínseco à infância, é por meio dessa prática que a criança aprende e explora o mundo. Quando aliado à natureza, o brincar livre permite que seja exercitada a inteligência do corpo e da mente, e encontre no ambiente natural um lugar de refúgio e solidão. Contudo, o distanciamento entre a infância e a natureza traz conseqüências consideráveis: obesidade, hiperatividade, déficit de atenção, desequilíbrio emocional, baixa motricidade - falta de equilíbrio, agilidade e habilidade física - e miopia (Barros, 2018).

A experiência do brincar livre na natureza é uma resposta eficaz para promover a criatividade, a iniciativa e a autoconfiança das crianças. Contribui, no senso ético e na sensibilidade, a partir do momento que as crianças criam afeto pela natureza, pois desenvolve encantamento, empatia, humildade e sensação de pertencimento (Barros, 2018). Além disso, a proximidade com o ambiente natural diminui os transtornos de comportamento e beneficia no emocional das crianças. O contato direto com a natureza é fundamental para a saúde física e emocional, estimula habilidades cognitivas, reduz sintomas de transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), estresse e

depressão (Louv, 2016). Porém, o brincar livre se diferencia da atividade física, embora em ambos haja o gasto energético, o brincar se estabelece pela espontaneidade, enquanto o exercício físico se constitui pela atividade programada. Para a World Health Organization (WHO, 2022), atividade física é “qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que requer gasto de energia”, portanto, caminhar, correr, pedalar, brincar e entre outros, também se classificam como tal. A prática traz melhorias significativas à saúde, como: controle de doenças cardiovasculares, câncer e diabetes; reduz sintomas de depressão e ansiedade; melhora as habilidades cognitivas; gera bem-estar; promove habilidades de socialização (WHO, 2022).

Metodologia

Este trabalho situa-se no âmbito dos estudos de saúde urbana com a especificidade do público infanto-juvenil como protagonista. A pesquisa espacializa, na escala intraurbana, as taxas de obesidade e sobrepeso infantil nos municípios da Grande Vitória (GV) e estabelece correlações com a oferta de espaços livres de uso público, com a renda familiar e com as propriedades do desenho urbano viário. Por meio de mapas georreferenciados, sobrepõe atributos urbanos para avaliar as desigualdades socioespaciais presentes no território. Os dados nutricionais de crianças e adolescentes advêm da plataforma Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), para o ano de 2023.

O recorte territorial selecionado compreende os cinco municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória que possuem maior integração (Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica, Serra, denominados Grande Vitória - GV). Uma vez tabulados, para todas as unidades de saúde de cada município, os dados foram correlacionados à localização espacial das unidades de saúde, por meio dos códigos do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. O próximo passo foi o desenvolvimento dos mapas comparativos e a correlação de demais atributos, como renda familiar mensal, concentração de crianças, localização das favelas e comunidades urbanas, tratamento de calçadas, rede cicloviária e arborização urbana. Além disso, foram mapeadas, por meio da exploração das fotos aéreas e das bases de aerofotogrametria, todas as praças públicas dos municípios da GV, de modo a permitir a avaliação da estrutura de lazer pública e a sua distribuição nos bairros.

A segunda etapa compreendeu o mapeamento metropolitano da rede de equipamentos (culturais, esportivos, de lazer e educacionais) e a organização de cada estabelecimento e espaço público conforme a vocação e o atendimento ao público prioritário (seja infantil, jovem ou para toda a população). Convém esclarecer que os edifícios educacionais mapeados não se referem à rede escolar tradicional (escolas de ensino médio, fundamental ou ensino infantil, etc.), mas edificações que promovem ações educacionais e usos complementares. Do mesmo modo, os edifícios histórico-culturais e religiosos, usuais nos levantamentos culturais, só constam no mapeamento se, de fato, promovem usos, atividades e ações que vão ao encontro do conceito de cidade educadora, e não pelo simples fato de existirem como exemplares de interesse histórico ou religioso. Por fim, foram selecionados os principais equipamentos e espaços livres para visita *in loco*, de modo a permitir aos pesquisadores capturar as vivências dos usuários e caracterizar melhor os espaços físicos correspondentes.

Breve contexto da Grande Vitória

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) foi instituída em 1995 pela Lei Complementar nº 58 e, originalmente, é integrada pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, denominados Grande Vitória (GV). Mesmo após a integração de outros dois municípios à RMGV, Fundão e Guarapari, este trabalho se restringe às análises específicas da GV, pela sua alta integração e sinergia. A atual configuração espacial da área metropolitana da Grande Vitória foi conformada, a partir dos anos 1960, em substituição do modelo tradicional agroexportador (erradicação dos cafezais) pelo padrão industrial-exportador e pelo adensamento urbano (IJSN, 2018). A capital, Vitória, se estabeleceu como o principal núcleo de aglomeração urbana e sede administrativa da metrópole, e os movimentos migratórios que se sucederam a partir do final da década de 80 foram determinantes para a explosão das desigualdades intraurbanas na metrópole. Inúmeros conjuntos habitacionais populares foram executados no entorno das estruturas funcionais das zonas portuárias, para abrigar a população trabalhadora, entretanto, a cidade formal não foi capaz de absorver a massa de trabalhadores atraídas pela metrópole, condição que deu lugar ao processo de ocupação espontânea de áreas de encosta e de fragilidade ambiental. Essa conjuntura demanda investimentos constantes em planejamento urbano para equilibrar as condições de bem estar urbano.

De fato, nos interessa situar o contexto da Grande Vitória à luz de alguns indicadores que até o momento sustentam as condições desiguais de vida urbana na metrópole e as assimetrias intraurbanas que afetam o cotidiano dos moradores. Os mapas a seguir apresentam um breve panorama da qualidade de vida urbana dos municípios da metrópole considerando dados e indicadores diversos: população, renda do trabalhador, percentual de população em favelas, índice de Bem Estar Urbano – IBEU, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, atendimento de esgoto.

De maneira geral, o mapeamento (figura 1) evidencia algumas condições que merecem atenção: o município de Vitória detém vantagens em quase todos os pilares levantados: melhor infraestrutura de saneamento e rede de esgoto, maior renda do trabalhador, Índice de Desenvolvimento Humano alto (reunindo atributos de educação, longevidade e renda muito acima da média) e um índice de Bem Estar Urbano – IBEU, em geral, alto. Vale ressaltar que o IBEU constitui a média das dimensões (1) mobilidade urbana, (2) condições ambientais urbanas, (3) condições habitacionais urbanas, (4) condições de serviços coletivos urbanos e (5) infraestrutura urbana. Ainda assim, Vitória abriga 33% de domicílios em favelas e comunidades urbanas que, por sua vez, residem em encostas de morros em sua maioria.

No outro extremo situam-se os municípios de Viana (significativamente rural e com baixa população) e Cariacica, com percentuais expressivos da população residindo em favelas, baixo atendimento de esgoto, IDH e renda inferior, e IBEU significativamente abaixo da média. Vila Velha e Serra, por sua vez, estão em *ranking* intermediário e representam dois vetores de expansão metropolitana em processo de crescimento contínuo nas últimas duas décadas. O município de Serra, mais populoso, ultrapassou Vitória na oferta de emprego e em tendência de crescimento acelerado, com absorção de muitos empreendimentos multifamiliares (mais de 60% de toda a produção habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida na faixa de mercado) e absorveu melhorias na infraestrutura urbana recente. Vila Velha tem o setor norte e litoral com as melhores condições de vida, e em tendência de melhorias, com expressivo interesse de investimentos imobiliários pelos atributos do litoral e amenidades. Vale ressaltar que Vitória ainda absorve a centralidade metropolitana e detém protagonismo na oferta educacional, emprego melhor remunerado e lazeres metropolitanos.

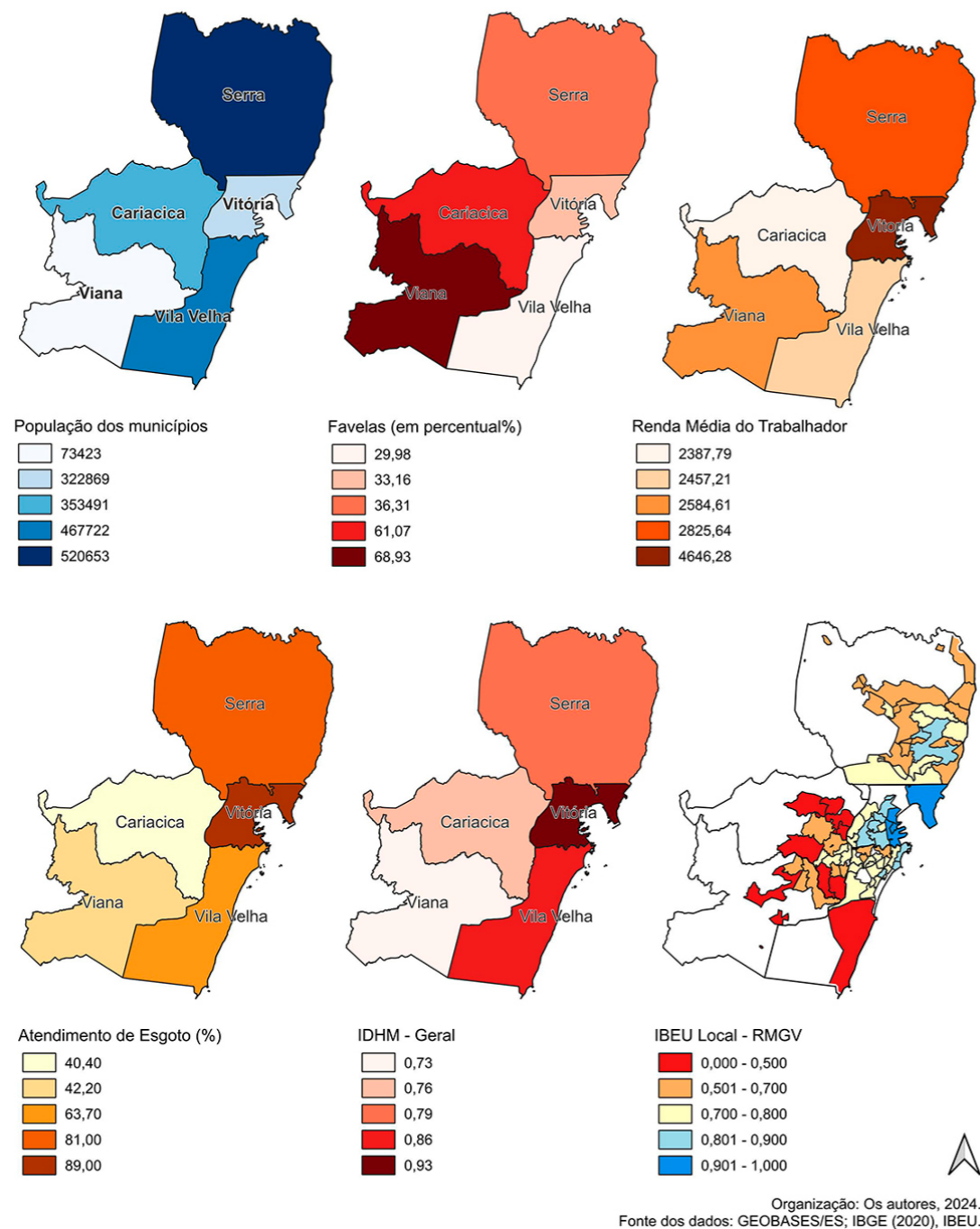


Figura 1 – Mapas comparativos da Qualidade de vida urbana na Grande Vitória. Fonte: autoral, 2024.

Resultados e Discussões

Para Almeida (2020), a constituição de uma cidade educadora demanda a distribuição de uma infraestrutura plural de equipamentos – como bibliotecas, praças, parques, museus, ruas - que promovam a autonomia e o protagonismo dos seus habitantes “na busca pelo sentido de pertencimento e pela inovação, pela resposta aos problemas comuns, pela criatividade de tornar a cidade um lugar democrático, inspirador e bom de se viver” (Almeida, 2020, p. 54).

O compromisso com a redução da pobreza, com a sustentabilidade e com a melhoria da qualidade de vida é uma premissa fundante das cidades educadoras; demanda ações intersetoriais e a apreensão da cidade à luz de geografia, da história e da política, com a materialização de espaços físicos e programas que acolham distintas formas de aprendizado ao longo de toda a vida do indivíduo. Nesse sentido, as análises e levantamentos deste trabalho destacam, no território metropolitano, a rede de espaços físicos e equipamentos com potencial educativo e favoráveis ao acolhimento de crianças

e adolescentes. Discute-se, então, a oferta de espaços públicos (praças, parques, orlas), as condições de infraestrutura urbana e a rede de equipamentos urbanos em contexto metropolitano (Grande Vitória), na perspectiva da infância e da juventude.

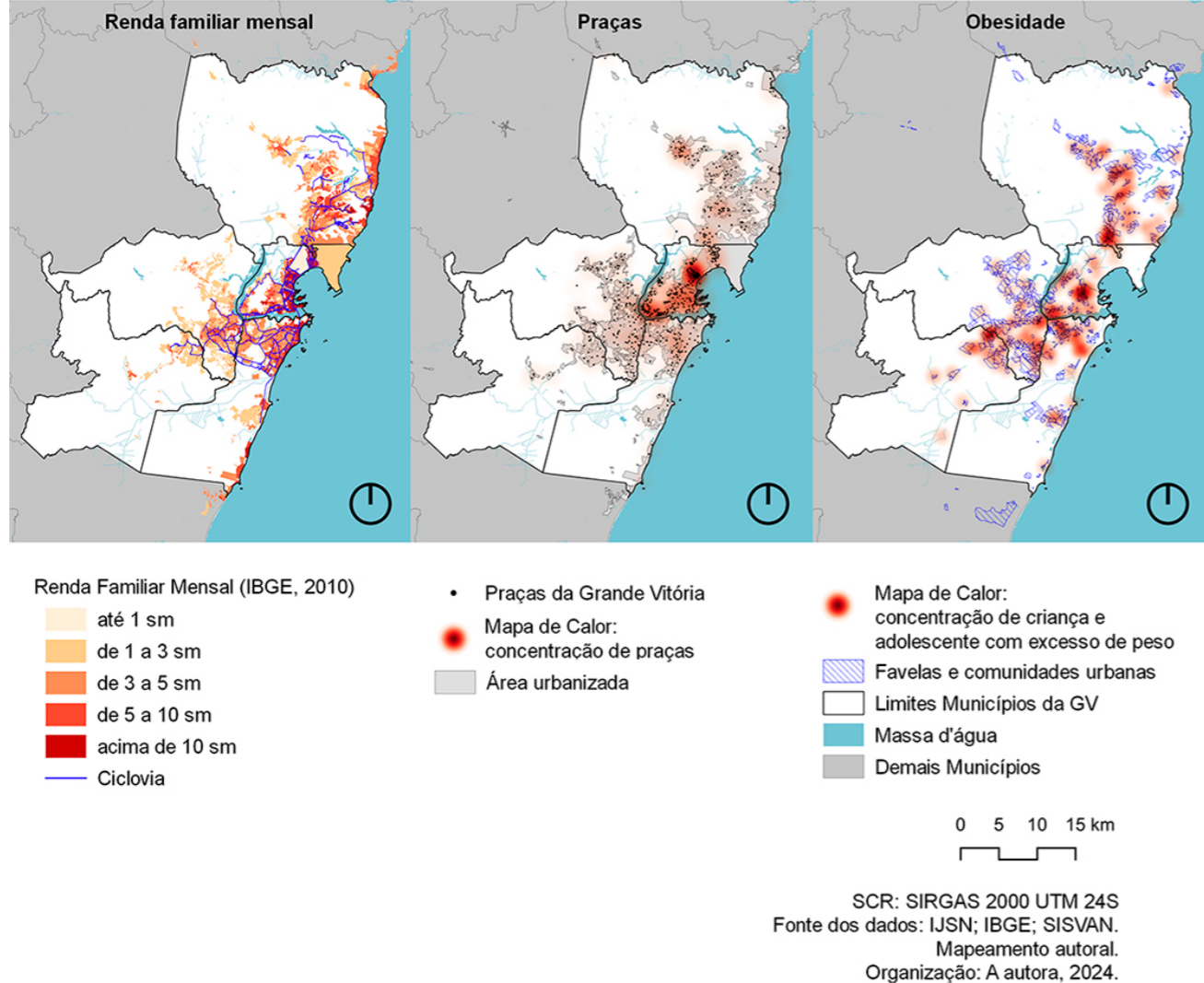
O mapeamento dos espaços públicos da Grande Vitória demonstrou que Vitória, capital, possui a maior concentração de praças (figura 2). Observa-se que uma parte expressiva das praças se localiza nos bairros de maior renda, dotados de melhor estrutura cicloviária (inclusive lindeira às orlas urbanas) que contribui para o transporte ativo, e não há concentração expressiva de crianças com excesso de peso nesses bairros. Por outro lado, outra parcela das praças situa-se nas favelas e comunidades urbanas, territórios caracterizados por população de baixa renda. Esses territórios detêm as maiores taxas de crianças com excesso de peso. Apesar de haver um quantitativo crescente de praças nos territórios populares, percebe-se que os atributos de qualidade dessas praças são inferiores às demais situadas nas centralidades urbanas de maior prosperidade econômica. Além disso, a temporalidade das praças situadas em favelas e áreas advindas de processos de ocupação informal é recente, decorrente de novos investimentos municipais, seja para reforma ou criação de novos espaços públicos e de lazer periféricos. Essas localidades dispõem de menor infraestrutura, maior grau de precariedade urbana, incompletude ou inexistência de acessibilidade e ausência de uma rede ciclável que conecte as praças aos demais equipamentos urbanos.

De modo a permitir uma aproximação e melhor compreensão das características físicas e da qualidade ambiental das praças, foram selecionadas, para cada município da Grande Vitória, duas praças típicas, localizadas em extremos de renda distintos para avaliação preliminar (figura 4 - Quadro I). Essa amostra tipifica padrões ambientais em cada inserção urbana, culminando na seleção de duas categorias: i. praça primária (praças situadas nas manchas de calor de maior concentração) e praça secundária (praças dispersas e periféricas), identificadas no interior das manchas de concentração das praças (ver figura 3).

A categoria praças primárias acolhe atributos físicos e ambientais favoráveis, com maior presença de áreas verdes, paisagismo, equipamentos, mobiliários urbanos e detêm dimensionamento mais generoso. Na capital, constatou-se que o padrão das praças situadas em morros e áreas de topografia acidentada, configuradas por alta densidade populacional e moradores de baixa renda, é determinado pelo dimensionamento exíguo, disperso, com poucas oportunidades de lazer (especialmente quadras e demais equipamentos esportivos que demandam área útil para a sua implantação) e com baixa manutenção, enquanto nas áreas de maior renda há maior diversidade de equipamentos e quadras de esporte, campos oficiais de futebol e tênis, *playgrounds* com maior disponibilidade de brinquedos e arborização mais concentrada. No município de Vila Velha chama a atenção a excepcional estrutura da orla, com alcance metropolitano e dotada de múltiplos espaços de lazer (nota-se inclusive praça adjacente ao calçadão com academia popular equipada e edificação pública dedicada ao exercício programado, com acompanhamento por profissional de educação física como política de promoção à saúde).

Em geral (análise da Figura 4 - Quadro I), percebe-se que, nas praças secundárias, há pouca cobertura vegetal, escassez de áreas sombreadas e abreviação de elementos naturais, além de soluções padronizadas de brinquedos tubulares e de catálogo, ou até mesmo de plástico, em poucas variações. Na avaliação de Dias (2018, p.112), até mesmo nas praças de Vitória, município de maior investimento em espaços públicos, os brinquedos são “[...] despersonalizados, funcionais e monótonos, possuem materiais e formas rígidas e estereotipadas que não estimulam a curiosidade e a imaginação infantil. Restringem o brincar, com movimentos repetitivos, pouca liberdade para exercitar a criatividade e expandir suas habilidades”.

Figura 2 - Mapas comparativos da rede cicloviária, renda, concentração de praças e distribuição de crianças e adolescentes (5 a 17 anos) com excesso de peso. Fonte: autoral, 2024.



Uma avaliação da rede cicloviária (figura 3 e figura 5 - Quadro 2) se revela pertinente especialmente diante da predileção por adolescentes que não dispõem de outros modos de deslocamento sustentável, salvo por deslocamento a pé. Uma rede cicloviária planejada, arborizada, iluminada, segura e conectada aos espaços de convívio e aos equipamentos de uso cotidiano dos jovens é uma oportunidade para promover a autonomia e a vida ativa. A avaliação das condições físicas da rede ciclável da Grande Vitória denuncia, em primeiro momento, a escassez deste modal na malha metropolitana, e a ausência de conectividade entre os bairros.

Percebe-se, pela figura 5 - Quadro 2, a condição favorável do percurso ciclável pelo litoral, lindeiro às orlas de Vitória e Vila Velha, potencializando a relação com a paisagem e com a natureza exuberante das praias nesses dois municípios e como incentivo à prática esportiva. Entretanto, nos demais municípios há poucas conexões entre algumas centralidades e sobre vias estruturantes, sempre em fragmentos. Em Serra, trechos se situam em áreas de expansão urbana e adjacente aos vazios urbanos, sobre rodovias de alto fluxo e velocidade 60km/h, além do tráfego pesado de caminhões; Viana e Cariacica, por sua vez, dispõem de estrutura cicloviária mínima, usualmente disposta em canteiros centrais de vias de alto fluxo, com pouca qualidade ambiental para o conforto dos ciclistas. Percebe-se que especialmente nos municípios de Viana, Serra e Cariacica, a ausência de vitalidade urbana e a presença de cicloviás junto às vias de volume carregado de caminhões e alto tráfego desincentivam o uso e ameaçam a segurança dos ciclistas.

Outra análise correlata propõe elucidar a estrutura física e os atributos relacionados ao desenho urbano dos lugares, fator que impacta diretamente na caminhada e nas condições ambientais que afetam o pedestre. Nesse sentido, buscou-se identificar a

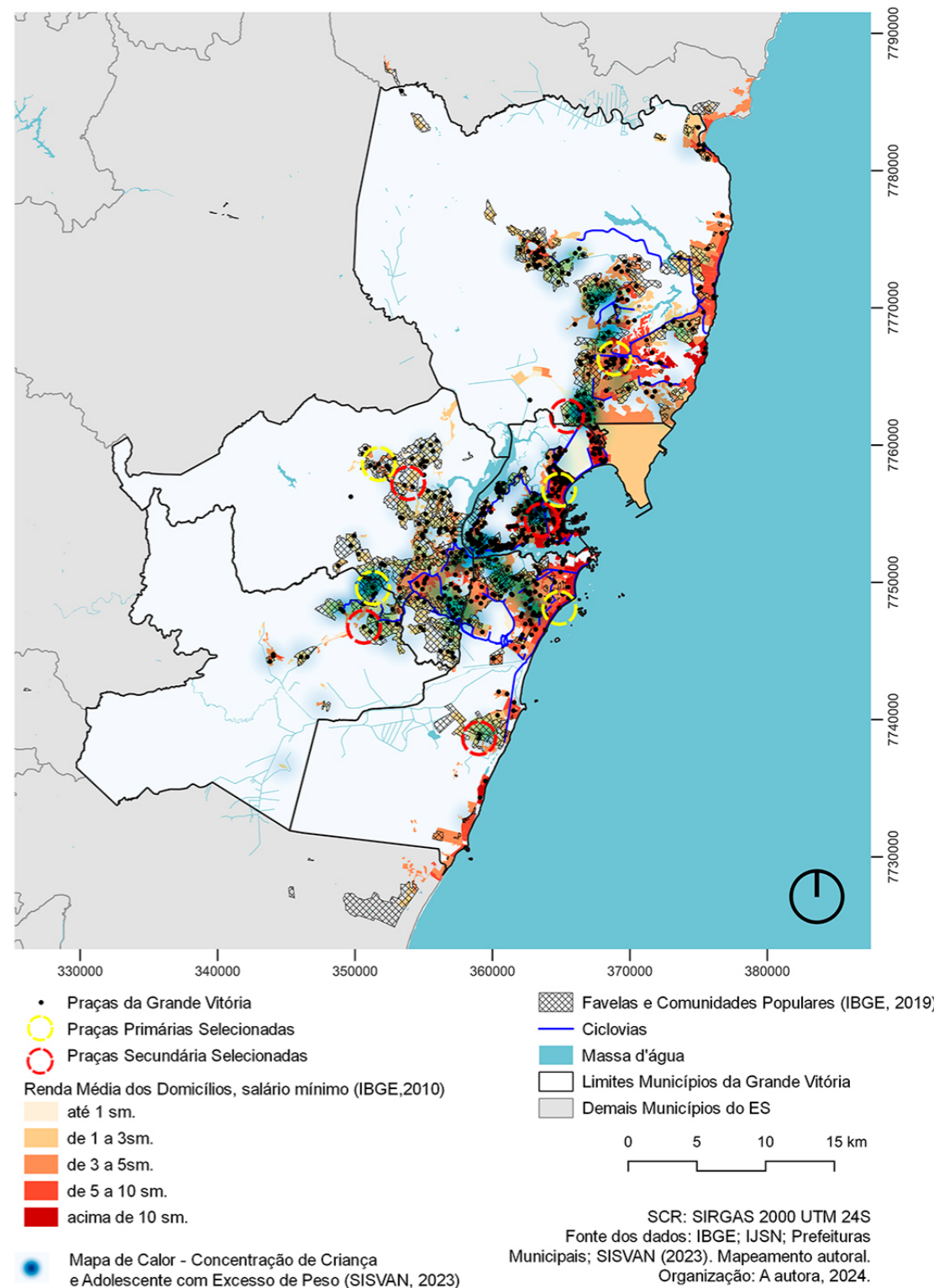




Figura 3 - Mapa de renda, favelas, distribuição de crianças e adolescentes (5 a 17 anos) com excesso de peso, rede cicloviária e seleção de praças primárias e secundárias. Fonte: autoral, 2024.

proporção de arborização urbana e de calçadas nos setores municipais, promovendo cruzamentos com a concentração de crianças e adolescentes com sobrepeso. A partir do mapeamento desenvolvido (figura 6), nota-se uma expressiva concentração de crianças e adolescentes com excesso de peso nas regiões correspondentes aos aglomerados populares e favelas, onde há o menor percentual de arborização. Essa condição relaciona-se às características informais dos territórios populares alheios ao processo formal de planejamento e urbanização, que afetam a qualidade das vias públicas, dos passeios e minimizam as chances de existência de árvores no meio urbano. O dimensionamento exíguo das calçadas, por sua vez, compromete o plantio de árvores e por conseguinte interfere no conforto do pedestre, impactando o uso do espaço público no cotidiano dos moradores nas comunidades urbanas e favelas.

Figura 4 - Quadro 1: Praças típicas em extremos de renda, por municípios da GV. Fonte: Imagens do Google Street View, 2024; Organização e mapas autorais, 2024.

Município	Praça Primária	Praça Secundária
Vitória	 Praça em Jardim da Penha	 Praça em São Benedito
Vila Velha	 Praça em Praia de Itaparica	 Praça em Terra Vermelha
Serra	 Praça em Laranjeiras	 Praça em Jardim Carapina
Cariacica	 Praça Cariacica Sede	 Praça Porto Belo 1
Viana	 Praça Marcílio de Noronha	 Praça em Areinha

Como base metodológica, seguiu-se os conceitos de qualidade pela ferramenta de Índice de Caminhabilidade (iCAM) do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), no qual determina características do espaço urbano que favorecem o deslocamento a pé (ITDP, 2018). O iCAM é dividido em seis categorias, sendo as utilizadas para o estudo o “ambiente”, no qual possui o indicador “sombra e abrigo”, e a categoria “calçada”, que contém os indicadores “pavimentação” e “largura”. Em geral, estes indicadores avaliam a circulação segura e confortável dos pedestres no meio urbano.

Desse modo, percebendo essa relação intrínseca da arborização e das condições das calçadas, os mapas da figura 6 revelam como esses atributos podem influenciar no aspecto da obesidade infantil. Entende-se que o caminhar é a forma de deslocamento

	Ciclovias dos municípios da Grande Vitória	
Vitória	 Ciclovias do litoral, Ilha de Vitória	 Ciclofaixa em setor informal, Ilha de Vitória
Vila Velha	 Ciclovias do litoral, Vila Velha	 Ciclovias de conexão centro-litoral, Vila Velha
Serra	 Ciclovias de eixo estruturante, BR 101 Serra	 Ciclovias de eixo estruturante, Serra
Cariacica	 Ciclovias de eixo estruturante, Cariacica	 Ciclovias de eixo estruturante, Cariacica
Viana	 Ciclovias de eixo estruturante, Viana	 Ciclovias de eixo de desenvolvimento, Viana

Figura 5 - Quadro 2: Rede cicloviária típica, trechos por municípios da GV. Fonte: Imagens do Google Street View, 2024; Organização autorais, 2024.

de curta distância mais saudável, limpo e econômico. A caminhada é um exercício físico de esforço moderado que contribui para a saúde. Contudo, é fundamental que, para uma caminhada agradável, o meio urbano garanta que as ruas e as calçadas sejam seguras, atraentes e ininterruptas para proporcionar acessibilidade a todos. Não somente isso, a presença de sombra e outras formas de abrigo são necessárias para o conforto térmico ao caminhar. Assim, a implantação de árvores é o método mais eficaz para prover sombra e, conseqüentemente, beneficiar a população nos aspectos ambiental e psicológico (ITDP, 2017).

Convém esclarecer que a metodologia utilizada para a extração das taxas e índice de obesidade e sobrepeso adota como parâmetro os dados dos usuários das unidades de saúde, que engloba os bairros atendidos em uma distância de aproximadamente

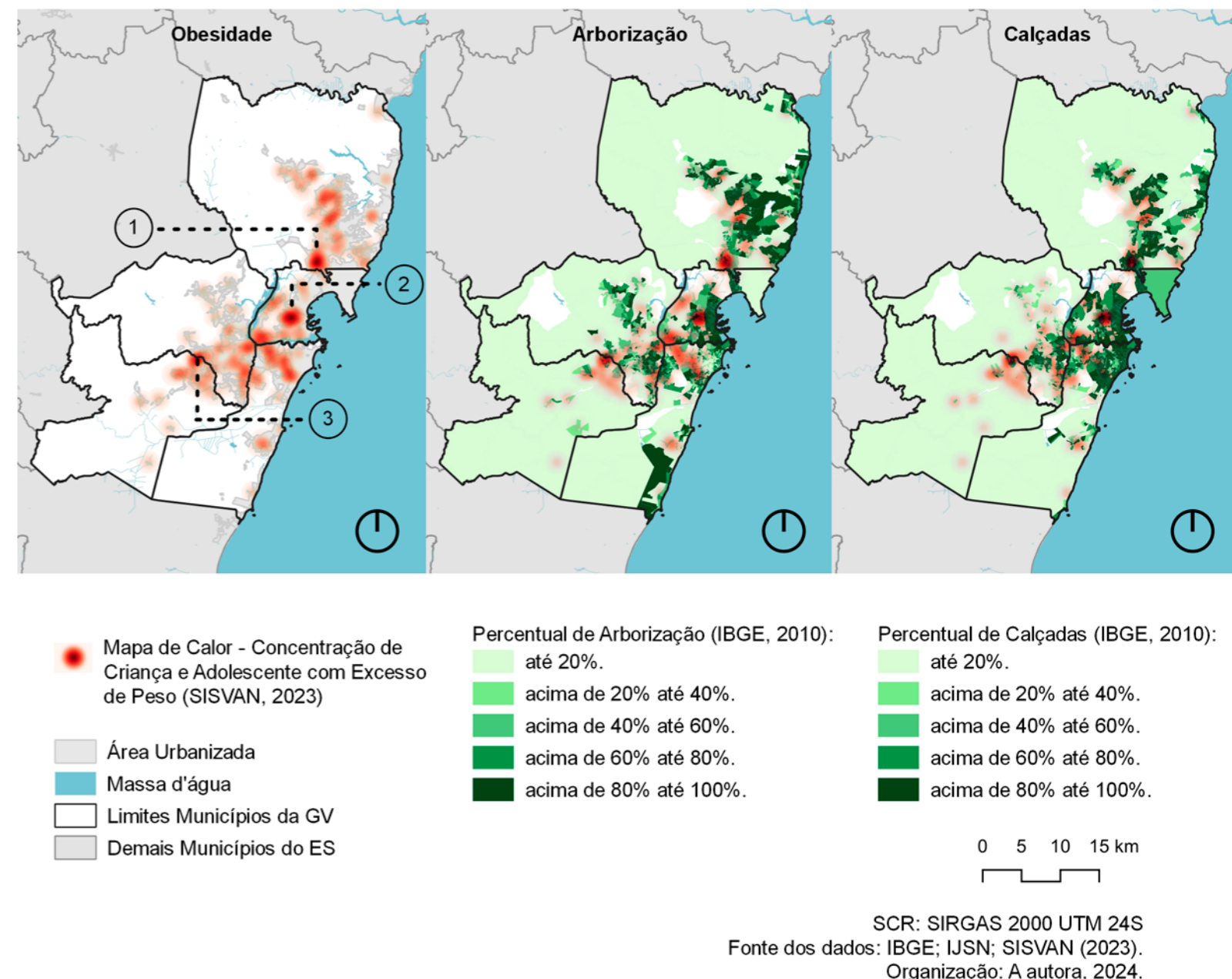
1000m, conforme dados do Sistema Único de Saúde. Considerando a realidade socioeconômica dos pacientes das unidades de saúde atrelada às distintas faixas de renda, entende-se que bairros de melhor poder aquisitivo são por definição usuários do sistema privado de saúde ou compreendem pequena parcela de pacientes da rede pública. Desse modo, os bairros atendidos, selecionados para esta caracterização territorial, são prioritariamente aqueles que abrigam população de menor renda, e por conseguinte, reúnem condições ambientais desfavoráveis, conforme a discussão a seguir.

No mapa da obesidade (figura 6), os municípios de Serra, Vitória e Viana, demonstram de forma mais acentuada as manchas de polarização de crianças e adolescentes com excesso de peso, ou seja, há uma concentração em trechos específicos do território metropolitano. Estes focos de concentração estão marcados e numerados no mapa (figura 6) para as análises consecutivas, e compreendem uma amostra dos bairros que estão na faixa de abrangência de 1000 metros, considerada a distância máxima para o atendimento e deslocamento dos usuários a pé. Os bairros selecionados nesta demonstração compreendem, ainda, bairros de menor poder aquisitivo e que reúnem características físicas e ambientais típicas de territórios informais e populares.

Ainda na figura 6, ao comparar os três mapas, compreende-se que os focos de obesidade coincidem nas áreas de baixo percentual de arborização e alto em calçadas. Todavia, o mapa de calçadas, pela metodologia do IBGE, demonstra apenas a existência dos passeios e não os aspectos qualitativos para o seu uso pleno. Assim, para uma breve demonstração de cada trecho, foram selecionadas algumas imagens das ruas do entorno de cada polo de concentração - respectivamente na Serra (1), em Vitória (2) e Viana (3), para demonstração dos atributos físicos que tipificam o entorno e a qualidade do percurso.

Observa-se, por meio do mosaico da figura 7 - Quadro 3, que o centro polarizador de crianças e adolescentes com excesso de peso em Serra coincide com bairros populares advindos de condomínios fechados (bairro André Carloni), com características de bairro monofuncional, com multiplicação de edifícios multifamiliares em conjuntos murados em entorno sem vitalidade, com calçadas estreitas e sem arborização; no caso do bairro Jardim Carapina, nota-se a presença de calçadas subdimensionadas, obstruções sobre as calçadas e vias com problemas de manutenção. No caso de Vitória, ambos os bairros compreendem ocupação espontânea, seja em encosta acentuada (no caso do Bairro da Penha, ausência de calçadas e vias com alta declividade) e em Itararé vias inclinadas, carros sobre vias estreitas e calçadas quase inexistentes. Viana, por sua vez, dispõe de alta concentração de crianças e adolescentes com excesso de peso no entorno do Bairro Marcílio de Noronha, um dos mais populosos, e há trechos sem calçada e de maior precariedade e trechos centrais com calçadas descontínuas, desniveladas e algum tratamento áreas de terreno comercial. Em todos os trechos, não há arborização urbana e usualmente transeuntes são obrigados a caminhar no leito da via.

A última etapa compreende o levantamento da rede de equipamentos urbanos de esporte, lazer, cultura e educação considerando o conceito de Cidade Educadora. Este levantamento inclui todos os municípios da GV, a partir da junção de dados coletados em órgãos públicos oficiais em âmbito estadual e municipal, bem como em instituições, contatos com profissionais das respectivas Secretarias dos municípios e com investigação em imagens aéreas. A rede foi espacializada, com nome de todos os equipamentos e espaços públicos (praças, parques e orlas), a tipificação e o público prioritário (infantil, jovens, adultos ou todos). Vale destacar que, na categoria cultural, os bens tombados e de interesse patrimonial não constam integralmente no levantamento, sendo necessário, de fato, uma contribuição ativa nos usos e atividades para o público



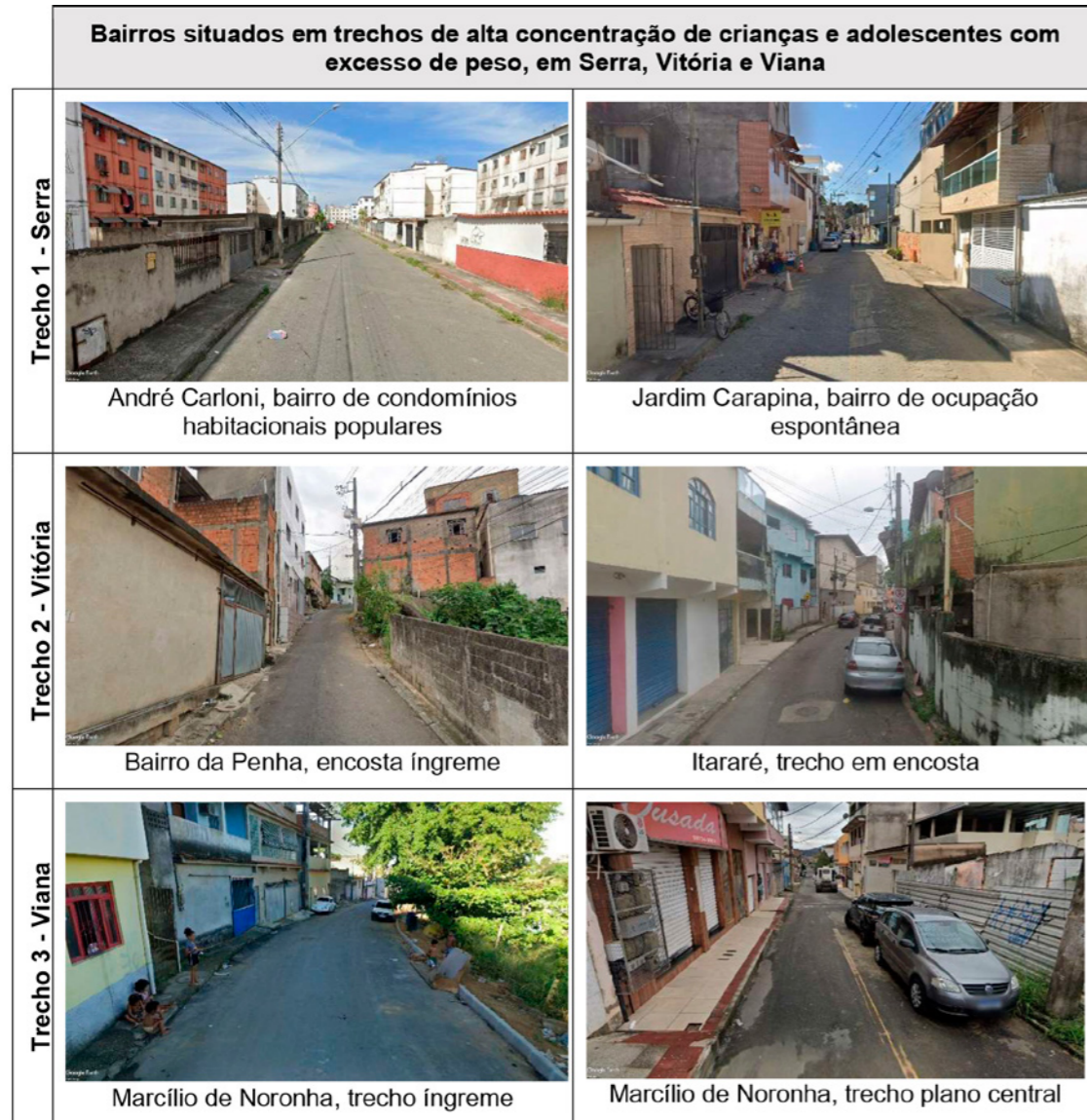
alvo desta pesquisa. A rede foi georreferenciada e classificada, conforme consta na figura 8. No mapa, percebe-se a prioridade de equipamentos para múltiplas idades, havendo menor incidência para públicos exclusivos.

A distribuição espacial da rede de equipamentos de esporte, lazer e cultura, na escala da GV (figuras 8 e 9), aponta para o protagonismo do Centro de Vitória, das orlas do litoral, e do setor norte de Vila Velha. Observa-se a dispersão de poucos equipamentos da rede concentrados em polos específicos e centralidades municipais, como Serra Sede (em Serra), o Centro de Viana e Cariacica. Na Serra, há uma dispersão de praças que se configuram como centro locais de bairro com usos diversos.

Historicamente, há uma reafirmação do significado incontestável dos sítios históricos e dos edifícios capazes de acomodar as transformações programáticas ao longo do tempo e promover usos. Em específico, os equipamentos culturais reafirmam o Centro de Vitória como o polo de cultura criativa, teatro, dança, música e arte. Nesse rol inserem-se o Sesc Glória, com ampla programação para todas as idades, o Palácio Anchieta e outros museus significativos, bibliotecas públicas e escolas de música. No município de Vila Velha, o parque da prainha, revitalizado em 2024, compreende o berço da cultura canela verde e da colonização do Estado, que, juntamente com o Convento da Penha, e a Igreja matriz do Rosário, reforçam a relevância da memória histórico-cultural do município. Sua renovação, associada à uma agenda ativa de eventos e à renovação urbana da sua estrutura física, foi capaz de atrair público de todas as

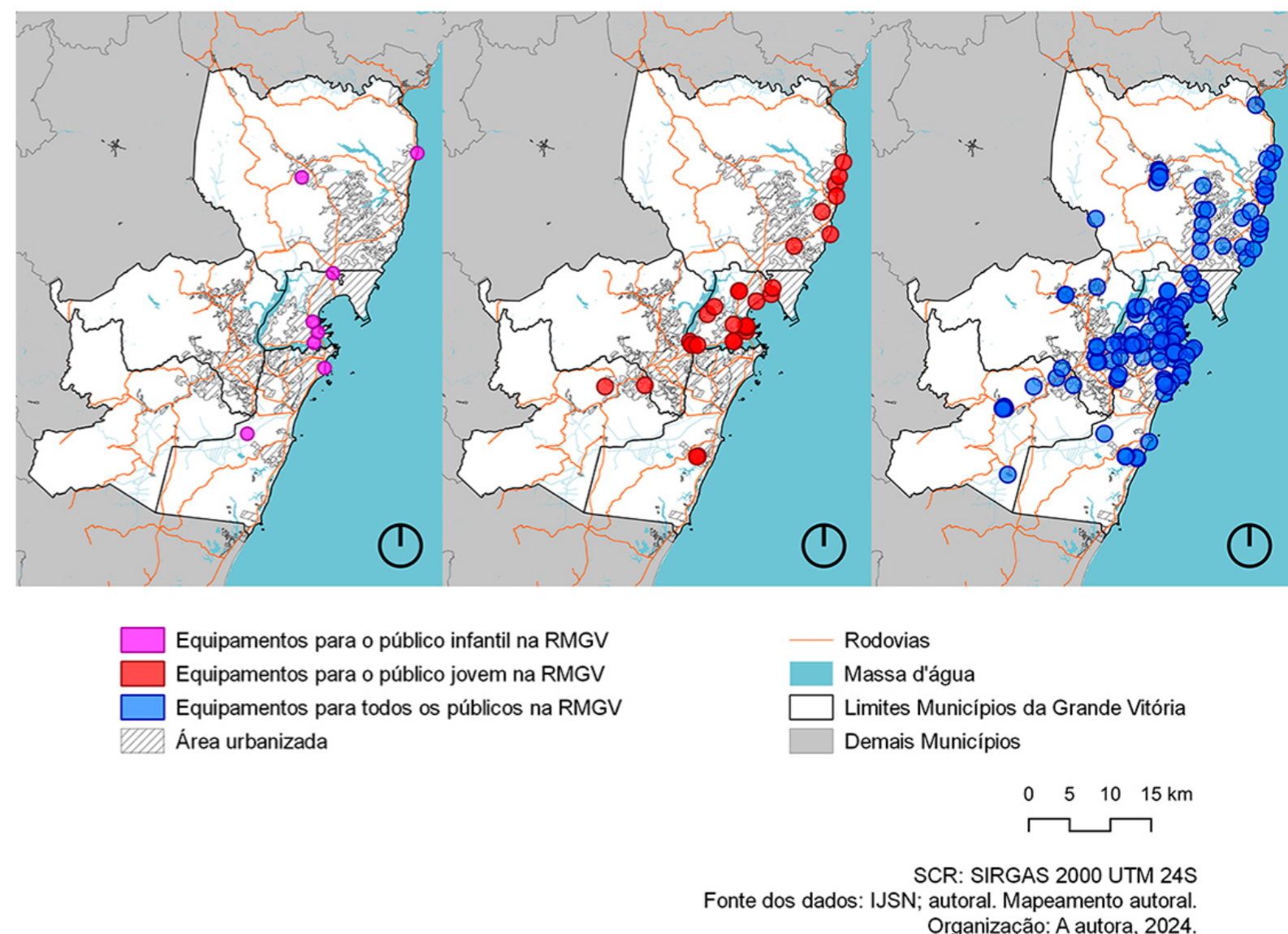
Figura 6 - Relação da concentração de crianças e adolescentes (5 a 17 anos) com excesso de peso na Grande Vitória com percentual de arborização e calçadas. Fonte: autoral, 2024.

Figura 7 - Quadro 3 – Mosaico dos bairros de concentração de obesidade - GV. Fonte: Imagens do Google Street View, 2024; Organização autoral, 2024.



idades. Destacam-se, ainda, no eixo de lazer e esporte, os espaços destinados às orlas urbanas, sejam oceânicas, portuárias ou de manguezal, bem como os parques lineares, com vocações para esporte ativo (esportes náuticos, remo, canoagem, vela), pesca artesanal, surfe, e diversas modalidades esportivas além de ciclismo e corrida. Espaços adjacentes ao mar, com a generosidade das franjas de areia, calçadões e terrenos públicos, possuem a particularidade de acolher quadras esportivas (campos de futebol, quadras poliesportivas, quadras de tênis e vôlei) e práticas esportivas na areia.

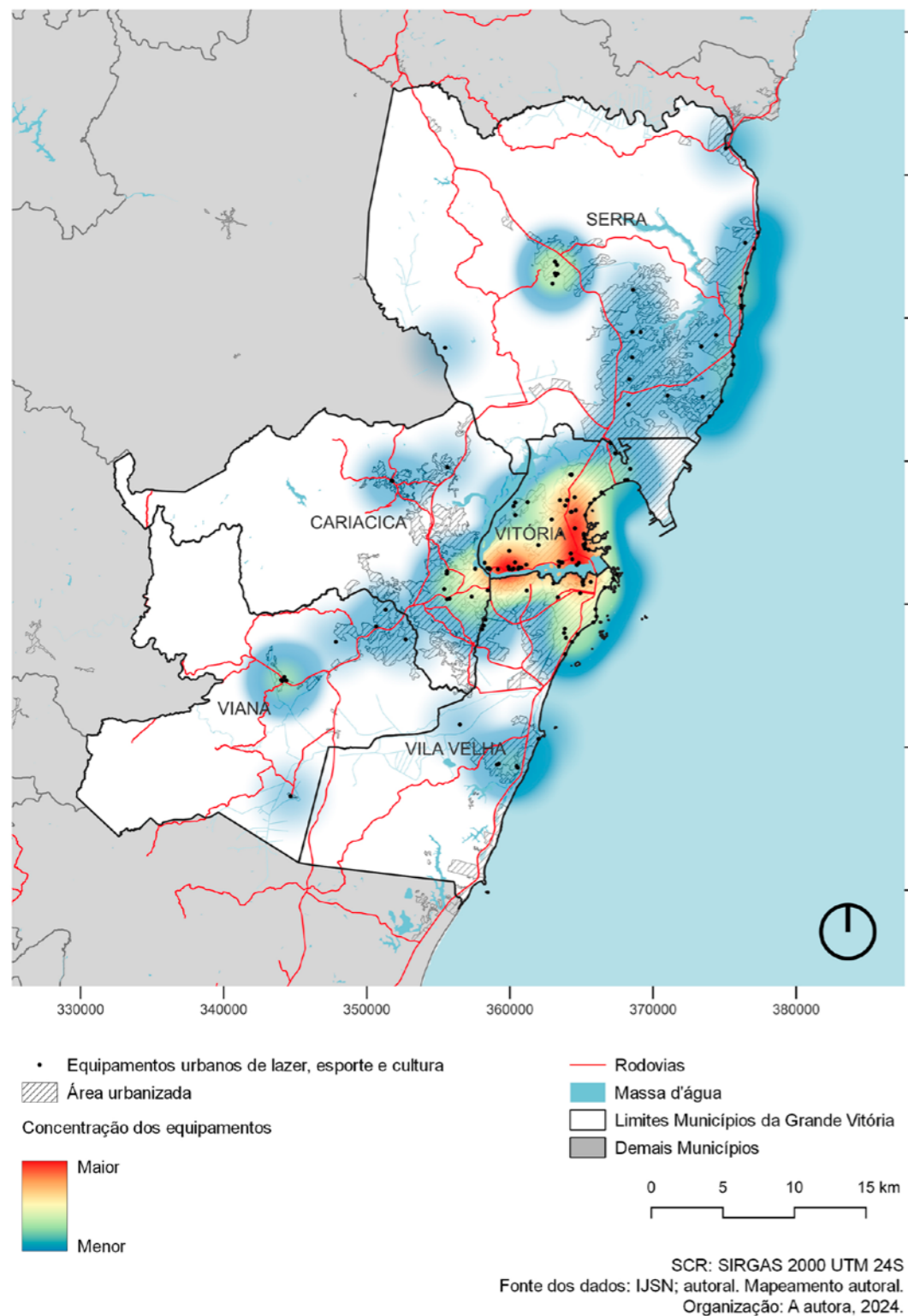
Após o mapeamento e a classificação dos equipamentos, procedeu-se à etapa de seleção dos equipamentos e espaços mais significativos para visita e reconhecimento das instalações e dos espaços físicos. Em algumas ocasiões, foi possível dialogar com gestores das instalações e técnicos do poder público, que contribuíram para esclarecer atividades, formas de uso, integração com o entorno e o alcance de alguns equipamentos. A figura 10 organiza um mosaico de imagens selecionadas para os três eixos temáticos principais, para cada município. Buscou-se, através das imagens, complementar as análises cartográficas e permitir ao leitor reconhecer de forma mais concreta algumas características dos espaços selecionados. Inevitavelmente, há fotos extraídas de dados secundários e disponibilizadas por colaboradores, pois não foi possível, dentro do escopo da pesquisa, visitar integralmente toda a rede mapeada, apesar de tudo, constatou-se a riqueza e os esforços do poder público e dos gestores na criação de novos espaços e na requalificação de muitos outros espaços públicos e equipamentos.



São emblemáticos, ainda, os equipamentos que atuam em comunidades periféricas e fortalecem o enfrentamento da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Destaca-se, sem contestação, a Estação Conhecimento (EC), organização social de referência no estado do Espírito Santo, criada em 2009, sediada no município da Serra (na seleção de imagens da figura 10). Sua gênese remonta a iniciativa da Companhia Vale do Rio Doce, por meio da Fundação Vale e parceria com a Prefeitura Municipal da Serra. Compreende uma estrutura que prioriza o desenvolvimento de comunidades, por meio da inclusão social de crianças e adolescentes em risco social em projetos esportivos, culturais, de qualificação profissional e geração de emprego, tendo como premissa o conceito de formação integral para a autonomia e cidadania. No município de Vitória, destaca-se Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves - Tancredão, criado a partir de iniciativa do estado, ativo desde 2009, com foco prioritário no esporte e na saúde, sediando grandes eventos e competições nacionais e internacionais, pela presença de um ginásio, de um complexo de piscinas públicas. Igualmente, o Tancredão se insere em contexto de comunidades periféricas e de grande concentração de jovens e atua fortemente na inclusão social deste grupo.

Figura 8 - Raio dos equipamentos urbanos divididos por tipo de público. Fonte: autoral, 2024.

Figura 9 - Concentração dos equipamentos urbanos de lazer, esporte e cultura. Fonte: autoral, 2024.



Conclusões

Conforme os resultados obtidos a partir das análises e dos mapeamentos, conclui-se que a qualidade do espaço urbano é determinante para assegurar melhor qualidade de vida para crianças e adolescentes. Na perspectiva da saúde, percebe-se que o maior expoente de crianças e adolescentes com excesso de sobrepeso está em localidades mais vulneráveis, tanto em nível metropolitano quanto intraurbano, afirmando, assim, as assimetrias sociais significativas entre municípios e internamente aos municípios.

No olhar metropolitano, a capital, Vitória, polo econômico e cultural da GV, concentra recursos, investimentos e instalações que garantem melhor infraestrutura urbana para a população. Dessa forma, a oferta de espaços públicos para uso recreativo como praças e parques, demonstram-se concentradas na capital, porém, dispersas no restante dos municípios da Grande Vitória. É válido acrescentar ainda a condição

	ESPORTE	CULTURA/ EDUCAÇÃO	LAZER
VITÓRIA	Tancredão  Imagem autoral, 2024.	Parque Pedra da Cebola  Imagem autoral, 2024.	Sesc Glória  https://centrodevitoria.com.br/wp-content/uploads/sites/13/2023/07/WhatsApp-Image-2023-07-31-at-16.15.42.jpeg
VILA VELHA	Arena Tartarugão  https://agoraes.com.br/imagens/noticias/2581/c8a3bba27784281736aace57d8fd27a8.webp	Parque da Prainha  https://assets.folhavitoria.com.br/imagens/7e448fd0-ee9e-11ee-a2b9-b3f44724c43f--minified.jpeg	Praias de Vila Velha  https://www.brasileiravijante.com.br/2018/10/como-e-praia-de-itapoa-no-espirito-santo.html
SERRA	Estação Conhecimento  Imagem autoral, 2024.	Casa do Congo  https://escolamundoivre.blogspot.com/2008/07/sadas-pedagogicas.html	Parque da Cidade  Imagem autoral, 2024.
CARIACICA	Estádio Kleber Andrade  Imagem cedida por Beatriz Maria Butter, 2024.	CRJ - Flexal  https://www.jornalresgate.com/agora-e-a-vez-de-cariacica-receber-o-projeto-vinil-nos-centros-de-referencia-das-juventudes/	Orla de Cariacica  Imagem cedida por Moisés Andrade Neto, 2024.
VIANA	Estádio Municipal Arlindo Villaschi  https://agoraes.com.br/noticia/532/final-de-semana-de-muito-esporte-e-diversao-em-viana	Galeria de Arte Casarão  https://viana.es.gov.br/noticia	Praça Central Marcílio Noronha  https://torcidaes.com.br/praca-de-marcilio-de-noronha-em-viana-sera-revitalizada-pela-prefeitura/

Figura 10 - Mosaico de tipos de equipamentos por município. Fonte: autoral, 2024.

qualitativa desses espaços, nos quais em bairros de menor renda, além de dispor de um quantitativo de crianças com maiores taxas de obesidade, detém menor oferta de espaços livres de uso público e escassez de arborização urbana, bem como o acúmulo de problemas de infraestrutura urbana. Nesse sentido, áreas periurbanas, bem como áreas que concentram favelas e comunidades urbanas carecem de uma estrutura satisfatória que favoreça o brincar livre, a socialização, a integração com a natureza e a mobilidade ativa. Desse modo, as oportunidades de enfrentamento ao problema da obesidade infantil por meio de uma estrutura pública de lazer, esporte e socialização, bem como estímulo à caminhada agradável e com conforto ambiental são reduzidas.

Ao se tratar da oferta de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, nota-se novamente a polarização em Vitória. Em Vila Velha também há um quantitativo expressivo, devido à intensa relação com Vitória e aos atributos naturais e histórico-culturais. Compreende-se que, no entanto, a relação litorânea favorece e oferece

uma gama de atividades beira-mar em toda extensão metropolitana. Entretanto, os municípios de Cariacica e Viana são escassos na disposição de equipamentos, especialmente quando voltados ao público específico tanto de crianças quanto de jovens. Em contrapartida, Serra, que é o município que mais cresce nos últimos anos, apresenta uma diversidade de equipamentos novos e de qualidade. Convém apontar, em último lugar, que apesar de conquistar o topo no *ranking* de Cidade Educadora da metrópole GV, as desigualdades intraurbanas persistentes na capital segregam e afetam significativamente os moradores situados em favelas urbanas. Revela-se urgente a elaboração de um Plano Metropolitano que distribua de forma mais equilibrada os recursos e investimentos em infraestrutura urbana e instalações para a criança e a juventude nos municípios periféricos.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo (Sebrae-ES) e à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsas de iniciação científica para o desenvolvimento deste trabalho.

Referências

- AICE - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. Apresentação. In: AICE. *Caderno de Debates nº 5: Espaços urbanos e cidades educadoras*. Rosario: AICE, 2019. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2019/08/C.-DEBATE-V-portugues.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.
- AICE - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. *Carta das Cidades Educadoras*. Ajuntament de Barcelona: AICE, 2020. Disponível em: https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.
- ALMEIDA, S. C. D. *A cidade como espaço educador*. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book.
- ALVES, A.; BRANDENBURG, E. *Cidades educadoras: um olhar acerca da cidade que educa* [livro eletrônico]. Curitiba: Editora Intersaberes, 2018.
- BARROS, M. I. A. de. *Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alana, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. *PROTEJA: Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil: orientações técnicas* [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
- CAMPOS, R. (Re)Pensar as cidades pelas lentes das crianças. In: GOBBI, M. A. ; ANJOS, C. I. ; SEIXAS, E. C. ; TOMÁS, C. . *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação (FE-USP), São Paulo, 2022. p. 90-96.

CGI - COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. *Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2022*. São Paulo: Cetic, 2022. Disponível em: https://data.cetic.br/explore/?pesquisa_id=13. Acesso em: 26 de nov. 2023.

DIAS, M. S. Em busca dos espaços públicos de brincar: um estudo das infâncias contemporâneas na cidade de Vitória-ES. *PosFAUUSP*, 25(45), 102-117, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v25i45p102-117>

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS – ICS. *Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasil: IDSC-BR*. 2023. Disponível em: <https://icidades sustentaveis.org.br/>. Acesso em 07 mai. 2024.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Plano de desenvolvimento urbano integrado. Região Metropolitana da Grande Vitória. Diagnóstico integrado, v.2*. Vitória, ES, 2018.

ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. *Índice de caminhabilidade versão 2.0 - ferramenta*. Rio de Janeiro, 2018.

ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. *Padrão de qualidade DOTS 3.0*. Rio de Janeiro, 2017.

LIMA, E. *Conscientização contra a obesidade mórbida infantil*. Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/conscientizacao-contr-a-obesidade-morbida-infantil>. Acesso em: 29 de out. de 2023

LOUV, R. *A última criança na natureza. Resgatando nossas crianças do transtorno de déficit de natureza*. São Paulo: Aquariana, 2016.

LUKE, N.; TAK, R.; SAMIOS, A.; ADRIAZOLA-STEIL, C. What Makes a Child-Friendly City? *Redesigning Safer and Healthier Urban Spaces for Young People*. The City Fix, 2020. Disponível em: <https://thecityfix.com/blog/what-makes-a-child-friendly-city-redesigning-safer-and-healthier-urban-spaces-for-young-people-nikita-luke-rohit-tak-ariadne-samios-claudia-adriazola-steil/> Acesso em: 10 jan. 2024.

MOLL, J. Reflexões introdutórias ao monográfico «cidade educadora: olhares e práticas». Pela utopia de cidades educadoras: Por um mundo onde todos tenham lugar. *Kult-ur*, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 27–38, 2019. Disponível em: <https://www.e-revistas.uji.es/index.php/kult-ur/article/view/3777>. Acesso em: 09 mar. 2024.

ONU-HABITAT. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. *Nova agenda urbana ilustrada*. Nairobi: ONU-Habitat, 2023. Disponível em: <https://unhabitat.org/pt-pt/the-new-urban-agenda-illustrated>. Acesso em mai. 2023.

SANTOS, M. Crianças também habitam cidades: realidades invisíveis; direitos, invenções e inversões possíveis. In: GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação (FE-USP), São Paulo, 2022. p. 97-121.

SBP - SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Manual de orientação: saúde de crianças e adolescentes na era digital*. Rio de Janeiro, 2016: SBP. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023.

SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C.; GIACCHETTA, N. Produção social da infância nos parques urbanos de Lisboa. In: GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação (FE-USP), São Paulo, 2022. p. 67-89.

SILVA, D. A. S.; PELEGRINI, A.; CHRISTOFARO, D. G. D.; FERRARI, E.P.; FERRARI, G. L. M.; SILVA, K. S.; LIMA, L.R.A.; NARDO JUNIOR, N.; SILVA, R.J.S.; BARBOSA FILHO, V. C. *Boletim Brasil 2022: As crianças e os adolescentes são o futuro do Brasil*. Relatório sobre atividade física em crianças e adolescentes brasileiros. 2022. Disponível em: <https://www.activehealthykids.org/wp-content/uploads/2022/08/Brazil-report-card-long-form-2022-pt.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

TREVISAN, G. P.; BENTO, G.; CARVALHO, M.; SILVA, C. F.; SARMENTO, M. J. Infância, espaço público e participação: a abordagem do território de aprendizagem. In: GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação (FE-USP), São Paulo, 2022. p. 35-58.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Ainda é possível mudar 2030*. 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 07 mai. 2024.

WHO - World Health Organization. *Dez estratégias para a segurança de crianças no trânsito*. World Health Organization, 2015. Disponível em: <https://www3.paho.org/hq/dmdocuments/2015/WHO-DIEZ-ESTRATEGIAS-por.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

WHO - World Health Organization. *Physical activity*. World Health Organization, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/physical-activity>. Acesso em: 28 de dez. 2023.

VIOLÊNCIA URBANA, DIREITO À CIDADE E AÇÕES EDUCATIVAS

O Território Educativo das Travessias no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Educação

URBAN VIOLENCE, RIGHT TO THE CITY
AND EDUCATIONAL ACTIONS

*The Educational Territory of Travessias in achieving the
Sustainable Education Development Goals*

**Carolina Clasen¹,
Jorge Bassani², Adriana Lima³ e Camila Sawaia⁴**

Resumo

O artigo analisa como, em um contexto de abandono e violência no centro de São Paulo, um coletivo de escolas públicas de educação infantil promovem ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Nos bairros República e Consolação, o Território Educativo das Travessias destaca-se ao integrar crianças, educadores, famílias e a comunidade local. Iniciativas como o Cortejo da Virada da Educação demonstram como a cidade pode ser um espaço inclusivo e educativo. A presença das crianças no espaço urbano questiona o direito à cidade, confrontando os dados de segurança pública e explora os desafios em potencial para a educação no ambiente urbano. Fundamentado em autores como Bassani e Careri, o artigo aborda o caminhar e o mapear como prática de resistência. Os registros do Grupo de Estudo de Mapografias Urbanas (GeMAP) evidenciam como essas ações promovem uma educação infantil inclusiva, inovadora e de qualidade em contextos urbanos complexos. Palavras-chave: Centro de São Paulo, mapografias urbanas, território das travessias, Virada da Educação, Agenda 2030.

Abstract

This article analyzes how, in a context of neglect and violence in downtown São Paulo, a group of public early childhood education schools promote actions aligned with the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda. In the República and Consolação neighborhoods, the Travessias Educational Territory stands out for integrating children, educators, families, and the local community. Initiatives such as the Cortejo da Virada da Educação (Education Turnaround Procession) demonstrate how the city can be an inclusive and educational space. The presence of children in urban spaces questions the right to the city, confronts public safety data, and explores potential challenges for education in urban environments. Based on authors such as Bassani and Careri, the article addresses walking e mapping as a practice of resistance. The records of the Grupo de Estudo de Mapografias Urbanas (GeMAP) show how these actions promote inclusive, innovative, and quality early childhood education in complex urban contexts.

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo (2018), Pesquisadora da Universidade de São Paulo, Brasil.

² Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Brasil(2005), Docente - RDIDP da Universidade de São Paulo, Brasil.

³ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Pesquisadora da Universidade de São Paulo, Brasil.

⁴ Arquiteta e Urbanista; Pedagoga, Pesquisadora da Universidade de São Paulo, Brasil.

Keywords: Downtown São Paulo, Urban mapographies, territory of crossings, Education Turnaround, Agenda 2030.

Introdução

A cidade de São Paulo, marcada por heranças da colonização e do bandeirantismo, reflete contradições históricas e urbanas que moldaram sua estrutura contemporânea, expondo persistentes ruínas e fissuras no tecido urbano. A violência e a violação de direitos, intrínsecas à fundação da cidade, permanecem em seu cotidiano, configurando uma realidade desafiadora. Esse binômio violência–violação é reforçado pela literatura, como no trabalho de Caldeira (2000), que evidencia a segregação e fragmentação dos espaços urbanos em São Paulo. Em *Cidade de Muros*, Caldeira (2000) analisa como o medo do crime e a privatização do espaço público em São Paulo reforçam a fragmentação urbana e simbolizam resistências à ampliação da democracia.

O centro histórico de São Paulo, que se consolidou como referência urbana e econômica no início do século XX, graças à riqueza cafeeira, sofreu transformações significativas ao longo das últimas décadas. Segundo Frúgoli Jr. (2000), a partir da década de 1960, novas centralidades emergiram, enquanto o centro tradicional perdeu prestígio, sendo gradativamente desocupado pela elite e as grandes empresas, passando a ser ocupado por classes populares. Tentativas de revitalização urbana, como a criação de calçadões e restauração de praças, falharam em conter sua degradação. Dados do Monitor da Violência (G1, 2023), do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV - USP) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que analisam dados sobre segurança pública no Brasil, são analisados destacando os locais com maior incidência de crimes. Segundo esses registros, São Paulo alcançou mais de 46 mil ocorrências de roubo e furtos no primeiro semestre de 2023, sendo mais de 1.400 deles na região central⁵. Esse panorama revela um processo de decadência urbana, impulsionado pela desocupação de equipamentos, empresas e moradores, agravado pela violência e abandono.

Para além da violência e degradação, o centro resiste como espaço plural e dinâmico, mantendo sua vitalidade por meio de ações cotidianas e da presença de classes populares que sustentam o comércio local. Apesar do fechamento de comércios tradicionais, como o centenário Café Girondino, iniciativas voltadas para a memória e a cultura local continuam a oferecer possibilidades de reconexão com o território. Entre essas ações, destacam-se as promovidas pelo Território Educativo das Travessias, que busca ressignificar a relação da cidade com crianças na primeira infância, seus responsáveis e a comunidade local.

⁵ Adendos importantes: Os Relatórios Trimestrais da Secretaria de Segurança Pública estão disponíveis em tempo real < <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados-trimestrais> >. Para obtenção dos dados utilizados, foram analisados exclusivamente os índices de roubos e furtos em geral, bem como roubos e furtos de automóveis, a fim de realizar uma comparação coerente com o Monitor da Violência do G1 < <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2023/furtos-e-roubos-de-veiculos-na-grande-sp/> >. É relevante destacar que os índices de violência não apresentaram crescimento contínuo entre 2000 e 2023. Em determinados anos, como 2006 e 2010, houve uma diminuição nos índices, apesar do aumento populacional na capital paulista. Em média, as ocorrências de roubo e furto na capital estavam em torno de 3.500 incidentes por 100 mil habitantes. Outro fator a ser considerado é o crescimento populacional, que, segundo o IBGE, desacelerou, passando de 12 milhões de habitantes em 2010 para 11 milhões atualmente.

Adicionalmente, é essencial observar que o período pandêmico também teve uma influência significativa nos dados, refletindo nas variações dos índices de violência.

Partindo do trabalho de acompanhamento e registro do Grupo de Estudos de Mapografias Urbanas (GeMAP) o presente artigo busca expor as relações entre a cidade e as práticas pedagógicas voltadas para primeira infância de uso e ocupação desses espaços, em colaboração com a transformação dos territórios. As ações das escolas, como potentes centros cívicos, nos auxiliam a refletir sobre o potencial da ocupação do território como espaço constante de aprendizagem e resistência. Caminhar com crianças permite acessar camadas históricas e contemporâneas do espaço urbano, expondo fragilidades e possibilidades de reconfiguração.

Essa abordagem propõe a cidade como espaço de aprendizagem, integração e cidadania, promovendo oportunidades de conhecimento contextualizado, vivencial e diverso, de forma a ampliar a dimensão do que se entende por educação inclusiva e de qualidade. Ela dialoga diretamente com os objetivos da Agenda 2030, em especial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4: Educação de Qualidade, complementado pelo Currículo da Cidade (2019). Essa relação se estabelece ao reconhecer que a cidade, enquanto território educador, contribui para assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade (meta central do ODS 4) ao transformar espaços urbanos em ambientes de aprendizagem acessíveis e significativos. Alinhada à Agenda 2030, essa abordagem reforça o direito ao aprendizado ao longo da vida, promovendo experiências educacionais que integram diversidade cultural, desenvolvimento sustentável e engajamento comunitário, ampliando as possibilidades de formação integral para todas as crianças, especialmente em contextos urbanos desafiadores. A complexidade do território vigente inserido em uma disputa permanente na financeirização do espaço da cidade de São Paulo, expõe aos estudos urbanos registros fundamentais para atualizar o debate das cidades com as demandas atuais.

Trazemos para exemplificar a reflexão o acompanhamento da ação do Cortejo da Virada da Educação, realizado anualmente pelo Território Educativo das Travessias, que emerge como integração comunitária e prática contra-hegemônica no espaço urbano. Inspirada nas crianças e educadoras, essa iniciativa confronta narrativas de abandono, medo e segregação, destacando o potencial do centro como espaço de desenvolvimento social sustentável. A experiência cotidiana de caminhar pelo centro – marcada por encontros e práticas coletivas – contribui para questionar e reimaginar a cidade.

Em suma, a partir do Território Educativo, buscamos reivindicar os territórios do centro de São Paulo como espaços de educação e transformação. Ao retomar práticas cotidianas como o caminhar, propõe-se reconstruir laços com o território, resgatando o direito à cidade e promovendo uma educação que dialogue com as complexidades e pluralidades da metrópole. Inspirado no coletivo das escolas, o artigo aponta caminhos para uma educação voltada para a dialogicidade freireana, alinhada aos desafios e possibilidades das cidades brasileiras contemporâneas.

O caminhar e a reivindicação do espaço

O exercício de descobrir e se descobrir no espaço, assim como praticar a inserção em estar e acrescentar-se à paisagem por meio do caminhar, podem ser datados antes mesmo das cidades, no momento histórico onde ainda éramos nômades e o caminhar estava atrelado à sobrevivência (Careri, 2017). Mesmo sem a documentação de rastros, havia troca entre o ambiente e seus habitantes. Neste sentido, na relação direta com o território, realiza-se um movimento mútuo: a presença humana em uma dimensão territorial e o território ganha tal denominação a partir das relações de presença que o ativam.

A reflexão sobre a transformação nas diversas dimensões que compõem o espaço construído pode ser datada do século XVII, onde um sujeito pode se relacionar com o urbano de maneira romântica, poética e estética. Nas diversas literaturas da época, começam a surgir registros da cidade, do cotidiano, das mudanças, mesclando em suas narrativas elementos que fogem da cartografia convencional, onde o caminhar era uma arte. Sendo assim, as narrativas contribuem para uma abordagem de cidade que olha pela perspectiva de um paradigma que não mais reduz a experimentação artística em categorias políticas, mas permite que a política - aquilo que é público, exercício de governar, relações de regularidade - seja recomposta por meio da produção estética (Guattari, 1995). Isto quer dizer que, ao forjar novos modos de relação com a *pólis*, exercitamos novas relações de poder e, portanto, novas relações territoriais.

Diante disso, chegamos a psicogeografia que, de acordo com Debord (1955), buscava entender os efeitos do ambiente geográfico sobre as emoções e comportamentos, superando sua organização física. Esse aprofundamento propunha a crítica à alienação da vida cotidiana, na promoção de um protagonismo individual e prazer próprio, em oposição ao autoritarismo estatal e ao capitalismo. O conceito de deriva, introduzido pela Internacional Situacionista (1958), destaca o ato de caminhar como técnica investigativa e ferramenta de resistência, revelando a sensibilidade e vida urbana. O corpo e o caminhar ganham importância como ferramentas, pois representam a resistência, sentido para a produção de material e com isso revolucionam ao revelar a vida.

As discussões sobre cidades também ganharam nova perspectiva focada no ser e na sua capacidade de se relacionar com o meio a partir da revisão crítica dos conceitos de cidade funcional. Podemos apontar um começo do reconhecimento do equívoco do racionalismo pelo próprio CIAM X de 1956, conforme passagem:

O homem pode identificar-se de imediato com o seu próprio lar, mas não se identifica facilmente com a cidade em que está situado. “Pertencer” é uma necessidade emocional básica – suas associações são da ordem mais simples. Do “pertencer” – identidade – provém o sentido enriquecedor da urbanidade. A ruazinha estreita da favela funciona muito bem exatamente onde fracassa com frequência o redesenvolvimento espaçoso (Frampton, 2008, p. 330).

As décadas seguintes de 1960 e 1970, segundo Gehl e Svarre (2018), apresentam um contexto social de revolução por parte de uma população jovem e ativa politicamente. Para além da identificação e admissão da vida urbana de forma conceitual, o relato das relações sociais presentes nas cidades ganhou maiores colaboradores. As críticas presentes nos trabalhos de Kevin Lynch, Jane Jacobs, Gordon Cullen, Edward T. Hall, William H. Whyte, Donald Appleyard, o próprio Jan Gehl e tantos outros, contribuem como inspiração para a reflexão sobre o planejamento urbano. Um caráter específico dessas obras reside nas observações do espaço ou mesmo no aprendizado conquistado pela interdisciplinaridade acadêmica da arquitetura, jornalismo, antropologia, sociologia e psicologia ambiental, que trouxeram o protagonismo às pessoas.

As ruas se tornaram ambientes perigosos, inabitáveis, mas a maior parte das pessoas vive nelas. As ruas precisam ser redefinidas como santuários, como espaços habitáveis, como comunidades; como território para se morar; como locais para brincar, áreas verdes e de história local. Os bairros devem ser protegidos, mas não a ponto de serem excludentes (Appleyard, *apud*. Gehl e Svarre, 2018, p. 55).

Revisar a relação entre o corpo e o espaço, bem como os obstáculos gerados pela histórica produção das cidades em nome da modernização – evidentes especialmente na região central em discussão – direciona nossa reflexão para os impactos concretos no cotidiano. Esses impactos se tornam visíveis quando analisamos as práticas “caminhantes” organizadas por grupos, coletivos, artistas e teóricos. Tomar posse e viver a cidade no momento presente, por meio do ato de caminhar como processo e protesto, revela não apenas a existência, mas também o processo de tomada de consciência e a constituição de desejos diversos e heterogêneos que se manifestam no centro urbano.

Mapas coletivos e as colaborações a partir do sul global

No exercício de praticar a cidade, debatê-la e realizá-la coletivamente, percebemos que a produção mapográfica também corrobora a Agenda 2030 por meio de seus procedimentos. Quando retornamos do território, ou mesmo imersos neles, percebemos as pregnâncias consolidadas na experiência comum e por meio da grafia coletiva documentamos essa comunidade. Para além da habilidade de representar as territorialidades que serviram como verdadeiras plataformas das experiências, o mapa torna palpável o campo de possibilidades que as relações no espaço urbano no centro de São Paulo podem oferecer. De certa forma, acreditamos que essa dimensão cartográfica confronta as noções assentadas de um território violento e abandonado, não como uma paisagem ideal, mas como uma camada de possibilidades que podem ser exploradas a partir da infância em direção a um território comum recriado.

A cartografia se estabelece como ciência, resultado de um processo da execução da reconstrução gráfica do espaço construído, por meio de técnicas visuais, projeções, distorções e cálculos matemáticos. Tem-se como finalidade a apresentação temática, de maneira ordenada e padronizada, enfatizando o item a ser analisado, dentro de um recorte político-administrativo globalizado. Sendo assim, a visão do território que é apresentada ao público, ou mesmo tratada nas grades de ensino, é a escolha de um recorte e sobre o que é importante identificar e reconhecer dentro dele. Em resumo, a cartografia se limitaria a aptidão metodológica de representar um ambiente neutro, limitado, de interesse político e distante da realidade (Fonseca, 2014).

A cartografia, há séculos, tem sido essencial para a representação e delimitação de territórios, servindo como documento de informação e registro de posse. No entanto, antes das projeções cartográficas formais, como as de Gerard Mercator, as comunidades já utilizavam mapas para registrar suas relações com o território.

Dentre os exemplos mais antigos, temos o Mapa de Bedolina, na Itália, datado de 1.500 a.C., que representa as conexões físicas e culturais de uma comunidade agrícola por meio de gravuras em pedras (Careri, 2013). Durante a Idade Média, a produção de mapas por monges, como o Mapa de Beatus Liébana (séc. VIII), refletia uma visão do mundo centrada na religião, utilizando alegorias para indicar o divino, o maravilhoso e o perigoso (Noronha, 2006). Em um salto histórico das grandes navegações, revoluções e evolução tecnológica da cartografia, no século XX, os situacionistas criaram mapas como “The Naked City”, que desconstrói a cartografia tradicional para mostrar as relações e desejos das pessoas em Paris, fugindo da morfologia e topografia convencionais. Na América Latina, os Iconoclastas, um coletivo argentino, produzem uma cartografia crítica que busca a apropriação do mapa pelas comunidades. Eles enxergam o mapa não só como um instrumento de dominação, mas também de resistência, destacando elementos que são normalmente ignorados pelas cartografias tradicionais.

Enquanto por séculos a evolução da cartografia se concentrava na melhor e mais fiel representação da geografia física do local, os mapas concentravam informações de menor escala sobre a existência no território. Diante desse panorama, a todo momento as palavras “cartografia” e “mapa” foram cuidadosa e intencionalmente aplicadas para situações diferentes no presente texto. Enquanto a palavra cartografia se ateve aos processos e situações de representações do espaço físico existente, a palavra mapa foi relacionada às práticas de amostragem do território e as visões culturais sobre ele.

Essa distância de potencial da produção cartográfica frente aos mapas populares já era apresentada por Lévy, Poncet e Tricoire (2004). Enquanto a cartografia concentrava esforços da fidelidade de representação física, negligenciava o enfrentamento e a expressão de novas dinâmicas espaciais, perdendo-se também o processo de reflexão crítica a fomentar pautas de direcionamento do planejamento. Em paralelo, Harley (2005), entendia que nos mapas poderiam ser constituídas inúmeras expressões gráficas ao apresentar um espaço. A ampliação do leque de representação compreendia o contexto cultural, histórico e político, onde as informações e métodos estavam intrinsecamente ligados aos textos e signos utilizados. Dessa maneira, era necessário reconhecer o espaço como processo de construção social, no qual os territórios partem do resultado de interações sociais e dinâmicas urbanas. Sendo assim, segundo Oliva (2018), a evolução da cartografia estaria em se propor como ferramenta de compreensão da dimensão social.

Isso, em parte, se assemelha à visão de Bassani (2019), que acredita no conceito de mapografias. Por meio dos trabalhos de extensão universitária, com o Grupo de Estudo de Mapografias Urbanas (GeMAP), em escolas públicas de São Paulo, vem defendendo que o mapa é o elemento de posicionamento do tempo e espaço frente aos conflitos. Por meio da produção colaborativa, coloca o cidadão em papel politizado sobre a origem e destino do seu território.

[...] este destaque é dirigido à dimensão política que ação cultural confere à construção coletiva de mapas. Ela se apresenta em diversas camadas e em diferentes processos produzindo subjetividades. Se apresenta antes de qualquer outra, no compartilhar sensibilidades, narrativas e expressões, coloca o indivíduo frente ao seu grupo, comunidade, visibiliza o comum. Em outras palavras, extrai o indivíduo da reação automática, da passividade de vítima dos enunciados externos a ele e seu lugar na cidade, e o conduz a de sujeito que constrói seu território. Também se apresenta, e de forma mais aguda, no desafio que é colocado, mapear o território, representá-lo e, mais, torná-lo sensível com recursos, códigos e linguagens próprios do território, e dele sujeito, coloca a necessidade de distinção. Isto impõem posicionamento e senso crítico, logo, político (Bassani, 2019, p. 09).

O mapa, diferente da cartografia atual, ao ser construído de maneira coletiva, tem o potencial de trazer à luz os sentimentos presentes no tempo e espaço. A construção de um mapa abre a oportunidade para o processo de identificação e desconstrução do comum; passa a ser também objeto de reconhecimento e reflexão das dinâmicas do meio; desperta o infinito do imaginário e da proposição de criação.

Território das Travessias e o cortejo da Virada da Educação

O mote deste percurso reflexivo está na sua aproximação com o Território Educativo das Travessias. O Território Educativo das Travessias é um projeto político pedagógico

integrado, que existe há uma década, relacionando as Escolas Municipais de Ensino Infantil da Patrícia Galvão, Gabriel Prestes, Monteiro Lobato e Armando de Arruda Pereira, todas localizadas no centro de São Paulo. A proposta consiste em fortalecer o vínculo entre as escolas, parceiros e famílias, enfatizando o pertencimento ao território por meio da escuta e da programação de atividades internas e coletivas relacionadas à gestão e às crianças.

Há um enfoque na promoção de experiências fora da sala de aula, permitindo que os alunos explorem o espaço e aprendam por meio do contato com o mundo real. Os educadores reconhecem a importância de aprender dentro da cidade, com a cidade e sobre a cidade, pois cada passo dado por uma criança altera a dinâmica temporal do ambiente urbano. Dentro dessas iniciativas colaborativas, destaca-se a Virada da Educação, um evento do calendário unificado das escolas, que reúne atividades conjuntas, como visitas e celebrações, culminado em um cortejo simbólico no território. (Educação e Território, s.d.)

Diante disso, o Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP), vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, retoma o vínculo com o território em 2022, a fim de acompanhar as escolas, suas ações territoriais e as discussões entre o corpo docente decorrentes delas. Desde então, o vínculo vem se estabelecendo com colaborações, proposições e criações conjuntas que, ainda em processo, vem promovendo reflexões substanciais no campo disciplinar do urbanismo. Nos últimos dois anos, no evento de fechamento da Virada da Educação com as escolas, na reunião de um cortejo pelo centro com os alunos, educadores e famílias, foram propostos mapas para interação das crianças. Em 2022, foi proposto o Mapa do Cortejo, como uma foto aérea do caminho percorrido; em 2023 foram propostos os Banner de Fragmentos, onde cada escola levava um *standard* com o entorno da sua escola, depois eram sobrepostos para formar um mapa maior e simbolizar a união do território das escolas presentes.

Quando da elaboração do mapa do cortejo no ano de 2022, compreendemos que o caráter ilustrativo do mapa deveria ser enfatizado, em detrimento da sua escala territorial e fidelidade com o trajeto. Foi utilizada a estratégia de pensar em uma visualidade com colagem, buscando ícones de expressões do território que abrangessem os diferentes grupos sociais ativados no cortejo – crianças, comunidade escolar, skatistas, artistas, etc. Ao qualificar a *collage* como um processo poético de representação, Fernando Fuão (2011) afirma ser esse também um gesto acerca de um cenário hostil (Fuão, 2011). Segundo o autor, recolar é construir um mundo novo. E neste sentido, colaboramos com o Mapa distribuído no cortejo, mas também como possibilidade de documentação do ato territorial em que a caminhada trouxe para o primeiro plano a diversidade de ações que constituem o cotidiano dos lugares apresentados. Apresentado junto ao conjunto de fotos a seguir, utilizado pelas crianças e comunidade, acompanhando seu cortejo:



Figuras 1 e 2 – Fotos do Cortejo da Virada da Educação 2022. Tema do ano: Quilombo Saracura - Nosso Chão, Nossa História. Fonte: Acervo da Escola Municipal de Educação Infantil Gabriel Prestes, 2022.

Figuras 3 e 4 - Fotos do Cortejo da Virada da Educação 2023. Tema do ano: Ampliação de Olhares: da existência e resistência. Autor: Jorge Bassani, 2023. Fonte: Acervo do Grupo de Estudo de Mapografias Urbanas, 2023

Figuras 5 e 6 - Fotos do Cortejo da Virada da Educação 2024. Tema do ano: Direito das crianças à cidade – Ocupações e Desocupações dos espaços culturais. Fonte: Acervo da Escola Municipal de Educação Infantil Gabriel Prestes, 2024.

Com temas variados, os cortejos entoam eixos temáticos que estão sendo debatidos no território. A Virada da Educação de 2022 reivindicava a discussão na sua dimensão comunitária sobre a obra da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo. As crianças, carregando a faixa "Tão perto, tão longe", caminharam em cortejo da escola até o território em questão. Na chegada, debruçadas sobre o mapa, reconheceram o trajeto feito e sua história. No ano de 2023, a temática da Virada permeou a retomada da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) como espaço coletivo e de experiência fundamentalmente comunitária, carregando novamente faixas, estandartes e cartazes; o cortejo atravessou o território talvez mais conflituoso da atualidade e que repetidas vezes ilustra a violência do centro de São Paulo: o Fluxo, também conhecido como Cracolândia. Na última edição, em setembro de 2024, as escolas discutiam o direito das crianças à cidade, reivindicando as condições dos espaços de cultura, também parceiros das escolas no território (caso da Biblioteca Monteiro Lobato e a ocupação da Casa Amarela). Novamente em festa, ocuparam as ruas do bairro de Higienópolis, em movimento de legitimação do espaço público coletivo.

O que nos interessa trazer a partir destas experiências junto às edições da Virada da Educação é a capacidade que o ato de caminhar com as crianças propiciou para a discussão sobre a produção de mapas, a tomada do território, o debate sobre as urgências do espaço público e a diversidade de usos do centro de São Paulo. Além disso, cabe ressaltar o quanto a atuação pautada pelo ato de caminhar - no coletivo *Fluxus*, no Fluxo ou pelas crianças - abrange uma percepção do território balizada pelo cotidiano. Percebemos o quanto o cortejo com mais de trezentas pessoas incide politicamente na cidade, altera seu ordenamento e inaugura um cuidado coletivo. Incluir no debate da violação de direitos maior ênfase às práticas estéticas que historicamente vem colaborando para uma outra vida urbana, é assentar o debate na descontinuidade.

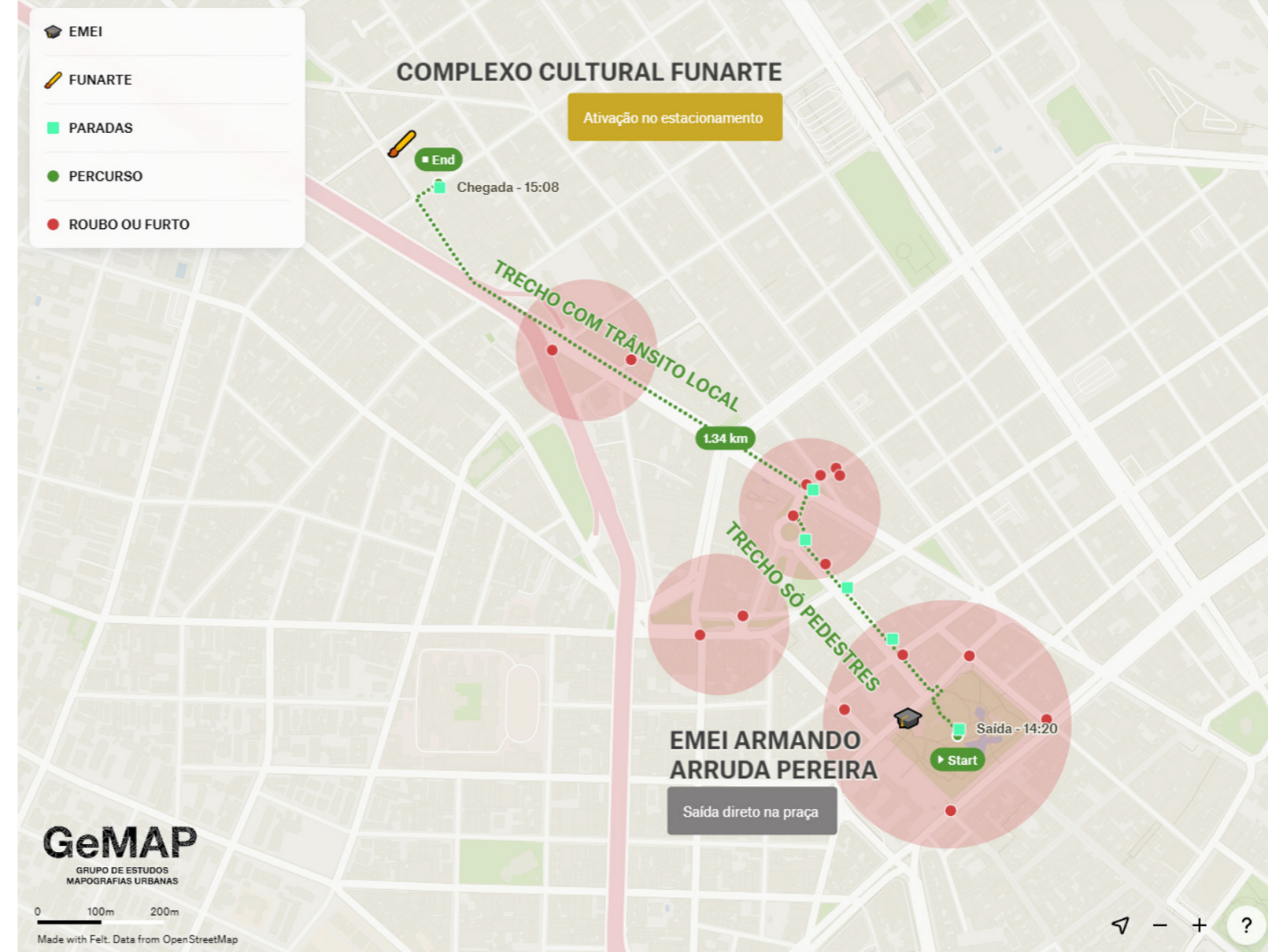
Os conceitos e parâmetros atuais transformam a abordagem, antes centrada no espaço construído e nas suposições de melhorias físicas, para um olhar mais atento à psicologia ambiental, abrindo caminho para possibilidades de planejamento voltadas à escala humana. Essa mudança ressignifica a espontaneidade das crianças ao correrem livremente pelas ruas, ignorando as limitações impostas pela sinalização de trânsito, ao mesmo tempo que expõe os condicionamentos sociais que nos fazem evitar determinados bairros da cidade, influenciados por horários, questões estéticas, de gênero ou narrativas midiáticas.

A relevância do material coletado vai além da simples descrição ou da cartografia quantitativa. A partir dele, os dados são transformados em ferramentas para compreender o território, seus usuários e suas estruturas, respaldando e antecedendo intervenções de cunho urbanístico.

Nesse espaço do encontro, o caminhar revela-se útil a arquitetura, como instrumento cognitivo e projetual, como meio para se reconhecer dentro do caos das periferias uma geografia e como o meio através do qual inventar novas modalidades de intervenção nos espaços públicos metropolitanos, para pesquisa-los, para torna-los visíveis.

Careri, 2013, pág. 32

A evolução das discussões teóricas sobre o caminhar ganha outro patamar de interesse e exploração do assunto por parte do poder público. Seja indiretamente, na solução de problemas de fluxo urbano, ou numa intenção macro de tornar a metrópole mais atrativa e competitiva em escala mundial; os interesses de se colocar os modais ativos como foco das ações e modificações dos espaços urbanos deixa de ser apenas assunto de gabinetes e obras, alcançando uma linguagem prática para a sociedade.



Acreditamos que a experiência com as escolas é disparadora dessa reflexão justamente por promover uma relação da infância com o espaço urbano que está implicada na constituição cidadã, na produção do espaço e na disputa pelos territórios do centro da cidade a partir de sua condição heterogênea. A experiência da vida pública passa a ser conteúdo que colabora com o desenvolvimento das crianças - seja em sua capacidade de elaboração do e com o mundo que os cerca, seja por sua presença que proporciona ao entorno imediato um exercício estético dessa outra relação possível com o urbano.

Sendo assim, o Território Educativo das Travessias, em especial a atividade anual do Cortejo da Virada da Educação – que culmina não apenas no atravessamento, mas em diversos registros – transcende as barreiras da sala de aula, fortalece vínculos comunitários e valoriza a diversidade cultural do território. Ao estimular o protagonismo infantil e uma visão crítica sobre o espaço urbano, o projeto não só contribui para o desenvolvimento pleno das crianças, mas também promove um senso de cidadania ativa, essencial para alcançar o ODS 4 e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. Dessa forma, iniciativas como essa reafirmam a educação como ferramenta transformadora, capaz de repensar as dinâmicas urbanas e de fortalecer a relação entre as gerações futuras e o espaço coletivo.

Figuras 7 – Mapa do Percurso do Cortejo da Virada da Educação 2023. Autor: Adriana Lima, 2023. Fonte: Elaborado na plataforma Felt.com, 2023.

Considerações Finais

Ao acompanharmos o breve recorte do trabalho dos coletivos aqui selecionados na amostragem, podemos ter dimensão de como ações conjuntas com a comunidade e contextualizadas no território têm a capacidade de complementar e qualificar as atividades escolares, expandindo o campo de aprendizagem e a própria educação para além dos muros das casas e escolas. A abordagem proposta, a partir das suas atividades, também amplia o oferecimento de conteúdo, ferramentas e práticas estipulados por programas educacionais básicos. Instaure-se o desenvolvimento de um processo de conhecimento coletivo e participativo, em contraponto à educação bancária (FREIRE, 2005). Isto porque o comprometimento com o desenvolvimento sustentável exige uma atitude sensível com relação ao território pelos diversos atores sociais.

Nesse contexto, quando as crianças em cortejo são alinhadas às práticas coletivas urbanas – com sua expressão diversa e a criação coletiva como mote do encontro, apresentando o território à sua comunidade – emerge a ideia de que essas “andarilhas”, cujos direitos foram violados e que são marcadas pela violência urbana, mas invisibilizadas pelo Estado, caminham portando um projeto de cidade. Esse projeto dialoga tanto com as práticas psicogeográficas quanto com a proposta artística do coletivo alemão Fluxus, ao desafiar a perpetuação de códigos colonialistas e propor novos usos do espaço urbano, impulsionando concepções e cotidianos transformadores.

Os exercícios propostos com as crianças, seja em ambientes digitais ou em experiências no espaço construído, desenvolvem habilidades físicas, motoras e criativas, partindo de uma percepção individual que é compartilhada coletivamente. Além disso, estimulam o senso crítico, a orientação prática no espaço, o reconhecimento do mundo e seus códigos, a educação para o trânsito, a cidadania e o comportamento social (Lévy, Poncet e Tricoire, 2004). Nesse contexto, os trabalhos coletivos sobre mapas assumem o papel de ferramentas analíticas ao atravessar as complexidades do território, decifrando signos e códigos e materializando as relações por meio das linguagens. Diferentemente da cartografia tradicional, frequentemente utilizada como referência para políticas públicas, a construção de mapas por meio de processos mapográficos abre espaço para a subjetividade, o desejo e a construção coletiva, ressignificando o território educativo.

Para além da comunidade escolar, a sociedade como um todo se beneficia das ativações promovidas pelos coletivos, que fortalecem o senso de comunidade e a coletividade. Essas iniciativas expõem novas relações territoriais, destacam suas particularidades e ressignificam singularidades, ampliando as práticas dos territórios educativos e reconstruindo o espaço urbano de forma inclusiva, em diálogo com o conceito dos “olhos da rua” de Jane Jacobs (2011). O caminhar, enquanto ação coletiva, só alcança um aporte crítico quando promove consciência, observação e questionamento sobre o espaço vivido. Caso contrário, seríamos apenas transeuntes, presos à alienação do cotidiano urbano. Como defendia Debord (1958), o caminhar precisa ser um ato de atenção plena, permitindo-nos sentir o território com todos os sentidos. Para além do que é visivelmente belo, como argumenta Pallasmaa (2011), é essencial compreender as sensações e emoções que os ambientes nos provocam. A caminhada, composta por camadas de experiência, constrói nossa relação de prazer ou rejeição ao espaço, como destacado por Tuan (2012), dando forma à maneira como habitamos e vivenciamos o território.

Ao propormos a integração entre gestão do território e práticas pedagógicas, o espaço público emerge como sala de aula, lugar de troca, aprendizagem e convivência coletiva. Desta maneira, os documentos que dialogam com os conteúdos do Currículo da Cidade

encontram eco em compromissos globais que valorizam o pertencimento ao território no cotidiano. Dessa forma, São Paulo pode se tornar referência na construção de políticas públicas que conciliem desenvolvimento urbano, justiça social e sustentabilidade, reafirmando seu papel como laboratório de soluções para os desafios das cidades contemporâneas. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, especialmente em seu tópico 4.7, propõe uma educação que valorize e promova os direitos humanos, a cidadania global e a diversidade cultural, elementos fundamentais para reimaginar a cidade como um território educativo. Além disso, o compromisso com a criação de espaços seguros e inclusivos para a aprendizagem, conforme preconizado no tópico 4.a, é indispensável para garantir o direito à educação em centros urbanos complexos como São Paulo. Por fim, a ênfase no fortalecimento do contingente de professores qualificados (tópico 4.c) reflete o compromisso de formar educadores preparados para enfrentar os desafios das cidades brasileiras contemporâneas, promovendo práticas pedagógicas transformadoras que assegurem uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos.

O mapa, diferente da cartografia atual, ao ser construído de maneira coletiva, tem o potencial de tornar aparente as expressões que compõem o centro da cidade. A sua construção abre oportunidades para o processo de identificação e desconstrução do comum; passa a ser também objeto de reconhecimento e reflexão das dinâmicas do meio; desperta o infinito do imaginário e da proposição de criação.

Sendo assim, admitindo as experiências sociais dos coletivos, o ato de caminhar e a produção de mapas podem prosperar e se complementar como processos de desmistificação do espaço, apresentando as suas camadas e particularidades, alternando entre ação direta no território e conscientização, ocasionando a memória e motivando a imaginação.

Todas as teorias, conceitos, ações e projetos citados constroem um panorama, que enfatiza não apenas o desejo de ocupar e ser ouvido, mas a necessidade de cuidado a um personagem primordial do funcionamento das cidades: o pedestre. Enquanto as cidades olharem suas populações apenas como dados quantitativos ou fluxos de origem e destino, nenhum desenho urbano terá sucesso em abarcar as necessidades das pluralidades e das dinâmicas urbanas. O contato com experiências analisadas na chave da infância, possibilitam a formulação de novos paradigmas para o planejamento e gestão das cidades que corroboram a emergência dos objetivos para o desenvolvimento sustentável voltados para as temáticas da educação

A análise das práticas dos coletivos e das abordagens educacionais expostas neste artigo reforça a importância de se repensar a educação e o espaço urbano como partes de um todo interconectado. Ao ampliar as possibilidades de aprendizagem por meio de ações coletivas, que buscam dar visibilidade aos aspectos subjetivos, culturais e sociais dos territórios, as iniciativas descritas alinham-se diretamente aos princípios da Agenda 2030 e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, da Educação. Experimentos na área pedagógica e com potencial para o campo disciplinar urbano, como o relato aqui em questão, subsidia políticas públicas capazes de integrar pluralidades culturais, econômicas e sociais.

Ao integrar a educação com a vivência urbana, a construção coletiva de mapas e o exercício do caminhar, essas práticas não apenas enriquecem o processo educativo, mas também promovem uma cidadania ativa, onde o sujeito é reconhecido em sua totalidade, contribuindo para o fortalecimento de comunidades mais participativas e conscientes. O espaço educativo vai além dos limites escolares, gerando transformações no entendimento do território e na construção de cidades mais inclusivas e humanas.

Referências

BASSANI, Jorge. Mapas para quê? GeMAP - Grupo de Estudos Mapografias Urbanas. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://gemapfau.wixsite.com/mapografias>>. Acessado em: 20.01.2024.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.

CARERI, Francesco. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo. 1o edição. Editora Gustavo Gili, 2013.

DEBORD, Guy. Teoria da Deriva. Revista 2 Internacional Situacionista. 1958.
FONSECA, Fernanda Padovani. A cartografia no ensino. Os desafios do mapa da globalização. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume especial – Catógeo, pág. 141-154, 2014

FRAMPTON, Kenneth. História crítica da arquitetura moderna. São Paulo. Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRÚGOLI JR, Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. EDUSP, 2º edição, São Paulo, 2000.

G1. Globo.com. Monitor da Violência – Mapa exclusivo: 7 a cada 10 roubos e furtos de veículos no estado de São Paulo estão na região metropolitana; pesquise sua rua. Matéria escrita por Clara Velasco, Mariana Pinhori e Victor Farias para o G1, em 13.08.2023. Disponível em: < <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/08/13/mapa-exclusivo-7-a-cada-10-roubos-e-furtos-de-veiculos-no-estado-de-sp-estao-na-regiao-metropolitana-pesquise-sua-rua.ghtml> >. Acessado em: 20.01.2024.

GEHL, Jan & SVARRE Birgitte. A vida na cidade: como estudar. São Paulo. Perspectiva, 2018.

HARLEY, Brian. Textos y contextos em la interpretacion de los primeiros mapas. *In*: La Nueva Natureza de los Mapas: Ensayos sobre la história de la cartografia. México: Fondo de Cultura Económica, 2005. Pág. 59-78.

LÉVY, Jacques. La cartographie, enjeu contemporain. *In*: Jacques Levy, Patrick Poncet et Emmanuelle Tricoire (org). La carte, enjeu contemporain. La Documentation Photographique, 2004, p. 1-16. Tradução de Eliane Kuvásney.

METRÓPOLES. Além do Girondino: 35% do comércio do centro velho de São Paulo está fechado. Matéria escrita por Bruno Ribeiro em 11.06.2024. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/sao-paulo/girondino-comercio-centro-fechado> >. Acessado em: 01.09.2024.

NORONHA, Isabel. A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo. Manguinhos – História, Ciência e Saúde. Sielo Brasil, 2006. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/hcs/m/a/LxJMWVWzSznq9ZVXDG67WK/> >. Acessado em 20.01.2024.

OLIVA, Jaime. Conversações com a cartografia escolar: pra quem e pra que. *In*: Desnaturalizar o espaço e a natureza: caminho para alternativas cartográficas. São João DelRei: UFSJ, 2018, pág. 17-40.

PALLASMAA, Juhani. Os olhos da pele – A arquitetura e os sentidos. Porto Alegre, Bookman, 2011. SPECK, Jeff. Cidade Caminhável. São Paulo. 1º edição. Perspectiva, 2016.

CAMINHOGRAFIAS URBANAS E OS DESAFIOS DA AGENDA 2030

Uma Reflexão Crítica sobre Subjetividade, Territorialidade e Sustentabilidade

*URBAN WALKGRAPHIES
AND THE CHALLENGES OF THE 2030 AGENDA
A Critical Reflection on Subjectivity,
Territoriality, and Sustainability*

**Eduardo Rocha¹, Andrea Paola Fondevila Salcedo²,
Arielly Velasques Pereira³, Bárbara de Bárbara Hypolito⁴,
Daniela Vieira Goularte⁵, James Silva Couto⁶,
Jaqueline Harumi Dias Takahashi⁷ e Tuize Silva Rovere Hoff⁸**

Resumo

Este artigo analisa criticamente as caminhografias urbanas como práticas capazes de interpelar os desafios para o desenvolvimento sustentável delineados pela Agenda 2030, em especial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à desigualdade social (ODS 10), à ação climática (ODS 13) e às cidades sustentáveis (ODS 11). A partir de uma revisão teórica e de uma experiência prática no âmbito do projeto *Circuito Estadual de Registro de Memória* realizado em Pelotas (RS), argumenta-se que as caminhografias são ferramentas críticas para questionar as estruturas de poder, ressignificar espaços e fomentar a participação cidadã. Mais do que uma prática exploratória, as caminhografias permitem a produção de subjetividades e territorialidades alternativas, colocando em xeque a lógica hegemônica de urbanização e desenvolvimento sócio-territorial.

Palavras-chave: caminhografia urbana, memória, subjetividades, corpo, Estação Pelotas/RS.

Abstract

This article critically analyzes urban walkographies as practices capable of addressing the challenges of sustainable development outlined by the 2030 Agenda, particularly the Sustainable Development Goals (SDGs) related to social inequality (SDG 10), climate action (SDG 13), and sustainable cities (SDG 11). Based on a theoretical review and a practical experience within the Statewide Memory Registration Circuit project conducted in Pelotas (RS), it argues that walkographies are critical tools for questioning power structures, redefining spaces, and fostering citizen participation. Beyond being an exploratory practice, walkographies enable the production of alternative subjectivities and territorialities, challenging the hegemonic logic of urbanization and socio-territorial

1 Doutor em Arquitetura, professor e pesquisador na UFPel.

2 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Geógrafa.

3 Arquiteta e Urbanista.

4 Doutora em Planejamento Urbano e Regional, professora da Faculdade Anhanguera.

5 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural.

6 Arquiteta e Urbanista.

7 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Arquiteta e Urbanista.

8 Pós-Doutoranda PROGRAU/UFPel, Doutora em Desenvolvimento Regional.

development.

Keywords: urban walkgraphy, memory, subjectivities, body, Pelotas/RS Station.

Introdução

A Agenda 2030 surge como um marco político global na busca por um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Desde sua adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, a Agenda tem se consolidado como um documento orientador para as políticas públicas e ações globais voltadas ao desenvolvimento sustentável. No entanto, os desafios enfrentados para a implementação de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) refletem desigualdades estruturais e a persistência de lógicas hegemônicas que reproduzem exclusões e impactos ambientais. No contexto urbano, onde vivem mais de 50% da população mundial, essas contradições tornam-se ainda mais visíveis. A cidade, enquanto espaço de conflito entre diferentes interesses sociais, econômicos, políticos e ambientais, precisa ser repensada à luz dos ODS, especialmente no que se refere ao ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 10 (Reduzir as desigualdades) e ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) (Nações Unidas, 2024).

Diante desse cenário, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre as caminhografias urbanas como práticas que tensionam as formas tradicionais de ocupação, planejamento e governança das cidades. A partir de uma experiência de saída de campo realizada em Pelotas (RS) e fundamentado em autores como Giorgio Agamben, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Paulo Tavares, analisa-se como essas práticas podem contribuir para ressignificar territórios e produzir outras subjetividades urbanas que dialoguem com os desafios da Agenda 2030.

Revisão Teórica

Contemporaneidade como Ruptura

Agamben (2009) define o contemporâneo como aquele que olha para as trevas de sua época, desvelando suas contradições e potencialidades. No contexto urbano, essa perspectiva implica questionar os projetos hegemônicos de modernidade que continuam a marginalizar corpos, territórios, subjetividades e memórias. A análise da contemporaneidade, conforme proposta por Agamben, serve como base para problematizar o papel da arquitetura e do urbanismo na reprodução de desigualdades sociais, econômicas e ambientais.

A contemporaneidade como ruptura também pode ser observada em territórios à margem das estruturas urbanas consolidadas e nos agenciamentos disruptivos que produzem, como é o caso do território ferroviário investigado e analisado neste artigo. Hannah Arendt propõe compreender as rupturas como Brechas (*gap*) existentes entre o passado e o futuro, o “estranho entremeio no tempo histórico, onde se toma consciência de um intervalo no tempo inteiramente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda” (Hartog, 2013, p.21).

Nesse sentido, tanto a paisagem urbana como as práticas sociais contemporâneas revelam que no território coabitam o passado (marcas das experiências) e o futuro (expectativas). A infraestrutura preexistente e parcialmente subutilizada, os destroços espalhados pelo chão, as memórias que rondam o lugar, sejam elas evocadas, ou espontaneamente lembradas, revelam o território que foi, ao mesmo tempo que revelam seu potencial de vir a ser.



Trata-se de um território desterritorializado, em vias de uma reterritorialização (Fig. 1).

Diferença e Relações de Poder no Espaço Urbano

A filosofia da diferença, como apresentada por Deleuze e Derrida (Andrade, 2017), desafia as narrativas totalizantes que sustentam o planejamento urbano convencional. Ao enfatizar a multiplicidade e a alteridade, a diferença se torna uma ferramenta crítica para desvelar desigualdades estruturais e reivindicar o direito à cidade. Essa abordagem contribui para a compreensão de como as cidades podem se tornar mais inclusivas, em consonância com os princípios do ODS 10 (Reduzir as desigualdades). A produção da diferença no contexto sócio-urbano relaciona-se intimamente às relações de poder no espaço urbano que tanto atravessam quanto configuram estruturas, territorialidades e subjetividades. Michel Foucault (1979) compreende o poder não como algo que se possui, mas como algo que se exerce em uma rede de relações, constituindo sujeitos, práticas e espaços. No âmbito urbano, tais relações tanto moldam a cidade enquanto território de diferenciação, disciplinamento e controle, como possibilitam a abertura de brechas para a resistência e a produção de novas territorialidades e subjetividades.

A diferença, nesse sentido, pode ser lida como o resultado da interação entre as práticas hegemônicas e totalizantes que buscam normatizar e ordenar os espaços (por meio do planejamento, da regulação fundiária e/ou da delimitação de usos) e as práticas contra-hegemônicas que desafiam essa normatividade. Para além de mera expressão da diversidade, a produção da diferença se evidencia tanto como reflexo quanto agente das dinâmicas de poder em co-ação no território urbano. Nessa perspectiva, a cidade se torna um território em disputa onde, ao ocupar e usar os espaços de maneira desobediente ou insurgente, os atores urbanos reconstróem seus significados e reconfiguram suas formas desafiando as normativas impostas e seus abandonos, criando espaços de diferença capazes de possibilitar modos outros de habitar e pensar a cidade (Fig. 2).

Corpo, Subjetividade e Ecologia

Deleuze e Guattari (1990) introduzem o conceito de Corpo Sem Órgãos como uma metáfora para a resistência às estruturas normativas que moldam corpos e espaços. Esse conceito se conecta à busca por novas formas de subjetividade que desafiem as normas sociais e urbanas. Guattari (1990), por sua vez, propõe uma ecologia de subjetividades que articula o mental, o ambiental e o social, oferecendo uma lente integradora para abordar os desafios urbanos da Agenda 2030, especialmente aqueles relativos às mudanças climáticas (ODS 13) e à sustentabilidade das cidades (ODS 11). No contexto da caminhografia, a interação entre corpo e espaço se torna um exercício de percepção ampliada, em que os sentidos são mobilizados para produzir novas articulações entre o humano e o não-humano, o individual e o coletivo. Esse movimento não só ressignifica o espaço vivido, mas também potencializa a criação de ecologias singulares, alinhando-se aos desafios contemporâneos de imaginar cidades sustentáveis e inclusivas.

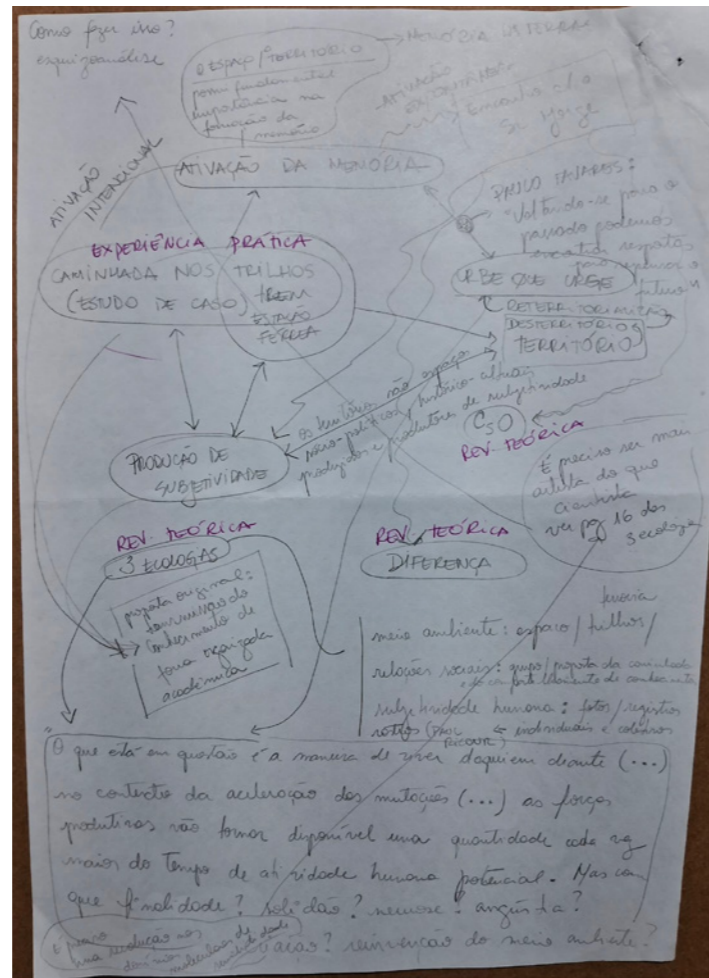
Territorialidade e Memória

Paulo Tavares problematiza o colonialismo como uma lógica persistente nos modos de territorialização contemporâneos, evidenciando como a memória e o território podem ser resgatados como ferramentas de resistência. Trabalhos como *Memória da Terra* (2020) e *Forest Law* (2014) são fundamentais para compreender as caminhografias como práticas que desconstróem narrativas coloniais e hegemônicas, além de contribuírem para a preservação ambiental e o enfrentamento da crise climática (ODS 13) e a promoção da justiça social (ODS 10).

A memória é fortalecida pelo território. O território serve de suporte para um determinado evento, e os elementos presentes no dado momento formam uma estrutura que fortalece a rede de associações das lembranças. Nesse sentido, o território ferroviário - sobre o qual a experiência prática da caminhografia foi proposta - fortalece a memória ferroviária, ativando a mesma de diferentes maneiras.

Memória declarativa proveniente do encontro com o Sr. Jorge, 59 anos, ex-trabalhador da ferrovia aposentado em 1985, que individualmente e espontaneamente se lembrou

Figura 3 - Articulação entre revisão teórica e experiência prática. Fonte: elaborado pelos autores, 2024.



de diversas situações, e declarou-as através da sua história. “Esse caráter declarativo da memória vai se inscrever nos testemunhos, nas atestações, mas também numa narrativa pela qual eu digo aos outros o que eu vivi” (Ricouer, 1998,p.44).

Retórica holística proveniente do grupo organizado, formado por diferentes integrantes, muitos acadêmicos, e também familiares de ex-funcionários da ferrovia, que buscaram produzir narrativas estáveis, coerentes e representativas da coletividade daquele grupo, caracterizando-se pela generalização da representação coletiva (Candau, 2008).

Metodologia

A pesquisa teve início a partir da disciplina de pós-graduação Cidade e Contemporaneidade da Universidade Federal de Pelotas (RS), onde é proposto trabalhar fundamentos e conceitos sobre a cidade na contemporaneidade.

Para sua elaboração, primeiro foram realizados estudos acerca do material dos autores Giorgio Agamben, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Paulo Tavares, paralelamente com a saída de campo para o espaço ferroviário de Pelotas, combinando revisão teórica e prática de campo, utilizando uma abordagem qualitativa e crítica.

A escrita do artigo foi realizada de modo coletivo pelo grupo, propiciando o agenciamento entre a experiência e reflexão de todos (Fig. 3). Dessa maneira, tratamos de analisar a compreensão de conceitos filosóficos e a dimensão da cidade na contemporaneidade dentro do cenário escolhido como uma síntese de ideias coletivas.

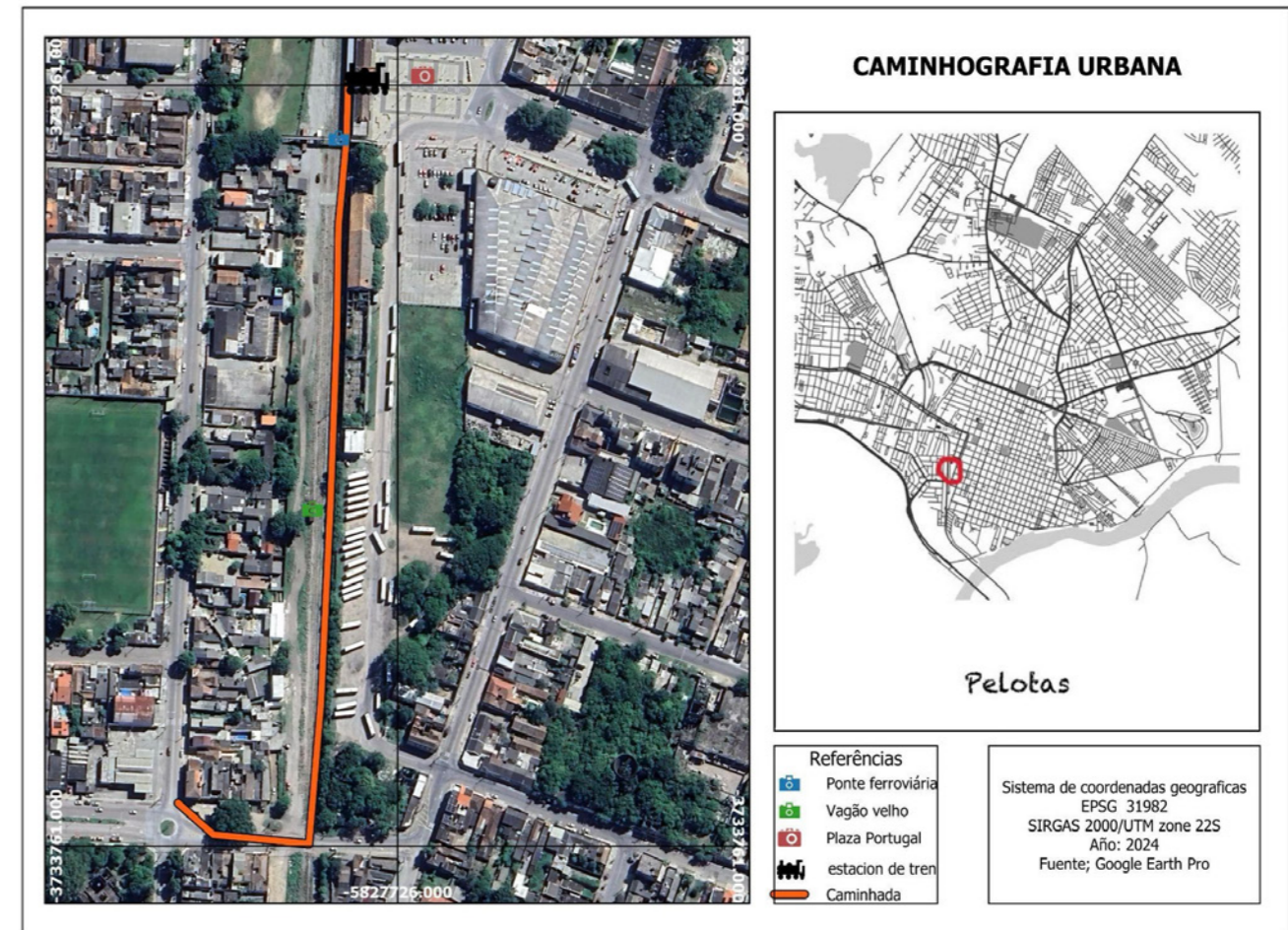


Figura 4 - Mapa do percurso realizado. Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

A saída de campo ocorreu no dia 10 de outubro de 2024, no contexto do projeto *Circuito Estadual de Registro de Memória* - em comemoração aos 150 anos da ferrovia gaúcha. Participantes realizaram uma caminhada exploratória na Praça Portugal (Fig. 4), em Pelotas, registrando memórias, percepções e narrativas relacionadas ao espaço.

O método da caminhografia, descrito em *Verbolário da Caminhografia Urbana* (Rocha e Santos, 2024), foi utilizado como ferramenta para articular corpo, memória e espaço. “Caminhografar é, por si só, uma invenção [...] constrói a ação, o movimento, a temporalidade e a transformação” (ibid., p. 19). Uma experiência de investigação cujo caminhar de forma atenta coloca o corpo todo em contato e encontro com o momento presente e com os territórios pelos quais perambula e percorre. Registra os encontros, agencia suas relações, e assim, produz seus dados. Os dados coletados foram analisados criticamente à luz das teorias de subjetividade, contemporaneidade e territorialidade.

Resultados e Discussão

Ressignificando a Memória Urbana

Os registros da caminhada revelaram memórias marginalizadas e usos do espaço que resistem às intervenções hegemônicas. São narrativas que desafiam as políticas urbanas que privilegiam a homogeneização e a gentrificação, propondo uma visão mais inclusiva e conectada ao ODS 10 (Reduzir as desigualdades). As caminhografias atuam, assim, como uma prática que ressignifica o espaço urbano, revisitando histórias e memórias que, muitas vezes, são invisibilizadas pelo planejamento tradicional (Fig. 5). A memória tangível e intangível subjaz ao presente, o olhar atento permite-nos



encontrar vestígios que não são óbvios. Uma construção, uma destruição, um habitante antigo que contém em si o passado e está disposto a contá-lo, para que não se perca, para que não desapareça.

Durante a caminhada, foi realizada uma entrevista espontânea com um ex-vizinho do bairro e ferroviário “Jorge” (Fig. 6), sua história evoca uma narrativa que rompe com a memória hegemônica do patrimônio cultural, onde a história é contada apenas levando em consideração a posição ou qualificação sociocultural do referente. O encontro com a história de Jorge fez ver que as pessoas que fazem as cidades são aquelas que caminham a pé, as que nelas vivem e trabalham, as que criam ligações entre o território habitado e elas próprias, as que transformam os espaços em lugares, as que se propõem a aquererenciar com eles (Rocha e Santos, 2024). Jorge nos mostrou como a cidade e sua história estão marcadas na memória e nas subjetividades de seus habitantes, para além das narrativas oficiais. A caminhografia urbana ajuda a reduzir as desigualdades, pois ajuda a tornar visível o invisível, às memórias marginalizadas. “Se a margem é encruzilhada de saberes, margear convoca o contágio com epistemologias outras, capazes de convocar comunidades, e de acionar processos de compreensão urgentes sobre o mundo” (Rocha e Santos, 2024, p. 225).

Corpo e Territorialidade como Ação Crítica

A experiência corporal durante a caminhada revelou como o espaço urbano é simultaneamente físico e simbólico, e como as relações de poder moldam o território. O engajamento corporal também evidenciou como práticas de investigação urbana como a caminhografia podem tensionar as normativas e as fronteiras impostas pelo urbanismo hegemônico, conectando-se diretamente ao ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). A caminhada não só revelou uma cidade, mas também a capacidade do corpo em questionar e transgredir as lógicas espaciais dominantes e suas narrativas subjetivantes.

A Caminhografia como Prática Política

Por meio do envolvimento direto com a comunidade local, a caminhografia atuou como uma prática política que promoveu o engajamento crítico e a produção de

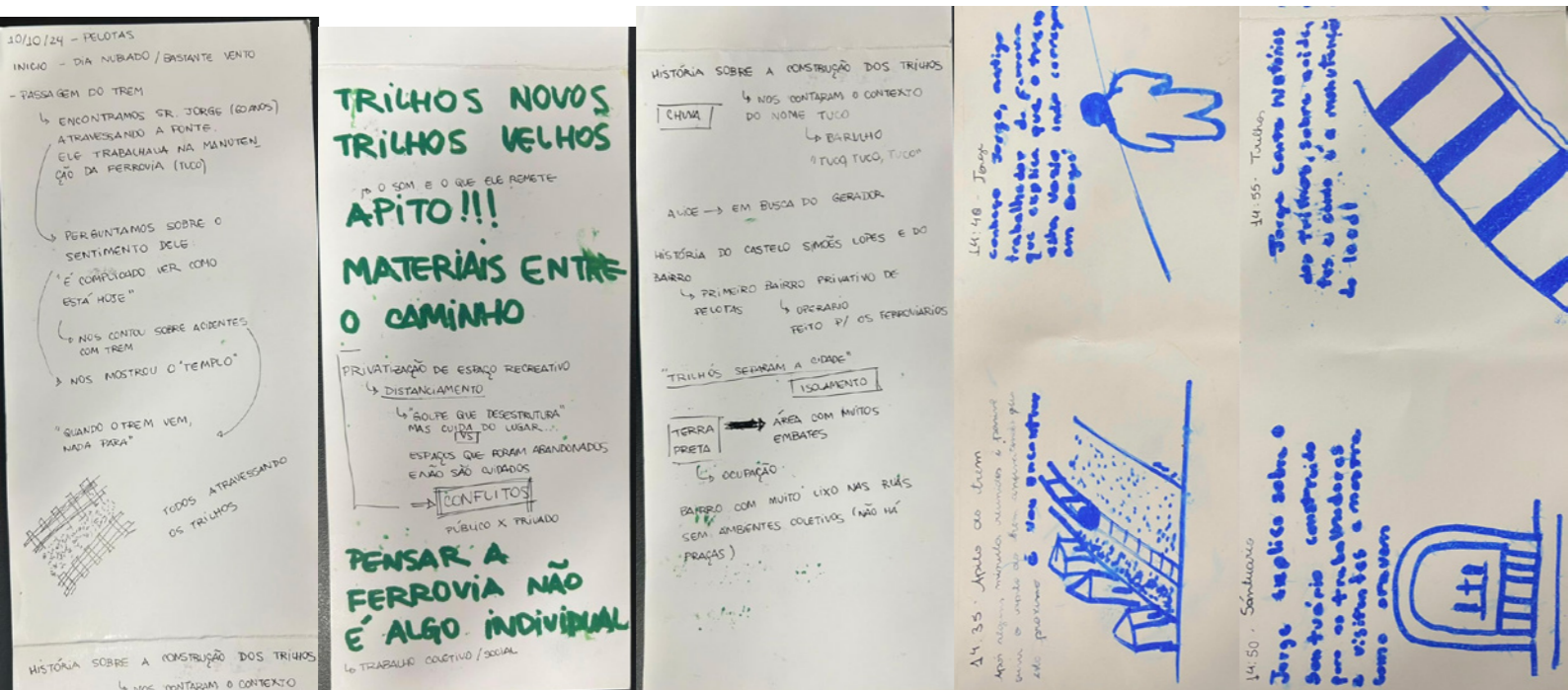


Figura 6 - Entrevista com Seu Jorge. Fonte: registro dos autores, 2024.

novas subjetividades (Fig.7). Isso se alinha ao ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), na promoção de formas mais participativas e inclusivas de construir cidades. A prática também se conecta ao ODS 10 (Reduzir as desigualdades), uma vez que a caminhada proporcionou uma oportunidade de reconhecimento e valorização de sujeitos e territórios marginalizados. A característica multidisciplinar da caminhada urbana exploratória na Praça Portugal, que envolveu arquitetos, urbanistas, geógrafos, antropólogos e historiadores, resultou em uma leitura diversa e heterogênea, gerando maior riqueza aos descobrimentos. A subjetividade de cada caminhante foi somada às subjetividades produzidas no decorrer da caminhada. “Subjetivar é a capacidade de olhar através da concretude do que se vê, perceber o que se coloca além do visível, e deixar-se tocar pelos outros sentidos [...]” (Rocha e Santos; 2024, p. 293). A caminhada foi capaz de aprofundar o entendimento sobre como a relação entre o corpo e o espaço urbano pode afetar a produção da subjetividade. Nesse sentido, as espacialidades, os abandonos, as narrativas sobre um lugar e as táticas de apropriação transgressoras do território são dispositivos subjetivantes capazes de determinar modos de uso, de comportamentos e de leitura da cidade. O que salienta a importância de uma perspectiva multidisciplinar nos processos investigativos sobre o urbano. O caminho para se alcançar cidades mais sustentáveis e inclusivas, reduzindo as desigualdades, requer políticas públicas desenhadas de forma interdisciplinar onde a maioria das vozes sejam ouvidas e reconhecidas.

Tensões e Limitações

Embora a caminhografia tenha se mostrado uma prática potente, sua eficácia depende de um suporte institucional que muitas vezes está ausente. Além disso, a articulação entre práticas locais e metas globais, como as da Agenda 2030, ainda enfrenta desafios metodológicos e políticos significativos. A resistência de instituições locais em abraçar práticas alternativas como a caminhografia também limita o potencial transformador dessas abordagens no contexto urbano contemporâneo.



Considerações Finais

As caminhografias urbanas, ao tensionarem as relações entre corpo, espaço e poder, apresentam-se como ferramentas críticas para abordar os desafios da Agenda 2030. Suas potencialidades residem na capacidade de resgatar memórias, produzir subjetividades alternativas e engajar comunidades na construção de cidades mais justas e sustentáveis. Às caminhografias, ao desafiarem as narrativas dominantes sobre o urbano, oferecem uma possibilidade concreta de ação que pode contribuir para a realização dos ODS, especialmente no que se refere à redução das desigualdades, à promoção de cidades sustentáveis e ao enfrentamento das mudanças climáticas. No entanto, para que essas práticas alcancem maior escala e impacto, é necessário articular esforços institucionais, acadêmicos e comunitários. Estudos futuros devem investigar como as caminhografias podem ser integradas às políticas públicas e como suas ferramentas metodológicas podem ser adaptadas a diferentes contextos urbanos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* Chapecó: Argos, 2009.

ANDRADE, Edson Peixoto. "Derrida e Deleuze: Uma Introdução À Filosofia Da Diferença." *PROMETEUS*, Ano 10, Número 24, set. – dez. 2017.

CANAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs V. 3*. São Paulo: Editora 34, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Rio de Janeiro: Papyrus, 1990.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p.17-41.

NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>

RICOEUR, Paul. *Arquitetura e Narratividade*. In: *Urbanisme*, n. 303, Nov./dez., 1998. p. 44-51.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos (orgs.). *Verbolário da Caminhografia Urbana*. Pelotas: Caseira, 2024.

TAVARES, Paulo. *Forest Law*. Michigan: Broad Art Museum, Michigan State University, 2014.

TAVARES, Paulo. *Memória da Terra*. Brasília: Ministério Público Federal, 2020.

Figura 7 - Anotações feitas durante o percurso. Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

PERSPECTIVAS DE GÊNERO NA INFÂNCIA

Construindo igualdade desde a escola

GENDER PERSPECTIVES IN CHILDHOOD
Building equality from school

**Sofia Vezaro Taiarol¹, Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira²,
Vera Regina Tângari³ e Giselle Arteiro Nielsen Azevedo⁴**

Resumo

Este artigo tem como objetivo explorar como meninas, estudantes de uma escola municipal do Rio de Janeiro, percebem a igualdade de gênero, a partir de suas vivências, e como isso afeta seu comportamento em espaços predominantemente masculinos, seja na escola, no pátio ou na própria cidade. As pesquisadoras acompanharam as experiências e oficinas em campo realizadas em sala de aula, com a supervisão dos professores, e também durante os momentos de recreio, onde, teoricamente, elas teriam maior liberdade. As reflexões destacam a importância de abordar questões de gênero no ambiente escolar, mostrando como essa discussão impacta não apenas as estudantes, mas todo o gênero feminino, que compartilham essas vivências enquanto mulheres que habitam e resistem em espaços historicamente masculinos. Assim, a promoção da igualdade de gênero na escola revela-se essencial para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e consciente.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, gênero, infâncias, escola, Rio de Janeiro.

Abstract

This paper aims to explore how girls, students at a municipal school in Rio de Janeiro, perceive gender equality based on their own experiences, and how this perception affects their behavior in predominantly male spaces, whether at school, in the courtyard, or in the city itself. The researchers observed the girls' experiences in workshops in the classroom under the supervision of teachers, as well as during recess, where they theoretically had more freedom. The reflections emphasize the importance of addressing gender issues within the school environment, showing how this discussion impacts not only the students but also all women who share these experiences of inhabiting and resisting in historically male-dominated spaces. Thus, promoting gender equality in schools proves essential for building a fairer, more equitable, and conscious society.

Keywords: Sustainable Development Goals, gender, childhood, school, Rio de Janeiro.

1 Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura (UFRJ/2025) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFSM/2023).

2 Doutoranda em Arquitetura pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura (UFRJ), Mestre em Arquitetura pelo mesmo programa (UFRJ/2022) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UNESA/2017).

3 Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (USP/2000), Mestre em Planejamento Urbano pela University of Michigan (UOFM/1983) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (IMB/1981).

4 Doutora em Engenharia de Produção pelo Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção (UFRJ/2002), Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura (UFRJ/1995) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFF/1988).

Introdução

Os desafios a serem enfrentados para o cumprimento da Agenda 2030 são complexos e demandam esforços em diversas esferas. A superação desses desafios é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e coerente com políticas que promovam a participação ativa de todos. Cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) poderia, por si só, preencher todas as páginas de um livro. No entanto, este texto se propõe a explorar uma dessas diretrizes, destacando a igualdade de gênero como uma alavanca para a transformação das políticas públicas em prol de todos os cidadãos.

Nesse sentido, o foco recai sobre o ODS 5, que trata da “Igualdade de Gênero”. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), este objetivo visa promover a igualdade entre homens e mulheres e empoderar todas as mulheres e meninas, reconhecendo que o pleno desenvolvimento sustentável depende do equilíbrio de oportunidades entre os gêneros. A igualdade de gênero, neste contexto, abrange uma série de ações, incluindo a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas, seja em espaços públicos ou privados, bem como a garantia de participação plena, efetiva e igualitária em todos os níveis de tomada de decisão, incluindo lideranças políticas e empresariais.

Quando se está tratando da perspectiva de gênero, é necessário ressaltar qual é o grupo social implicado ao abordar o conceito do “gênero feminino”. Assim, como a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1953) salienta no seu livro “O Segundo Sexo”: “as mulheres não nascem, mas são feitas”, o artigo adota essa perspectiva, enfatizando que as identidades femininas são transformações constantes, cultural e socialmente.

Autoras como Judith Butler (1990) reforçam como as normas de gênero são construções sociais, não são características inerentes, mas sim identidades que são constantemente produzidas e reproduzidas através de práticas sociais. Já para a autora Joice Berth (2023), o gênero é o uso social, político, afetivo e cultural da diferença biológica que existe entre as pessoas, transcendendo a simples autoidentificação como mulher. Ou seja, é essencial conceber o “gênero feminino” como um termo abrangente que engloba todos os indivíduos que se identificam como tal.

Além das considerações já mencionadas, é fundamental destacar que, como propõe o ODS 5, a igualdade de gênero deve ser analisada também sob a ótica das meninas, não apenas das mulheres. As violências, discriminações e assédios não fazem distinção de idade, afetando igualmente os corpos femininos desde a infância⁵. Por isso, é essencial que as vozes dessas meninas sejam ouvidas, reconhecendo suas experiências, percepções e aspirações.

Na perspectiva dos adultos, a infância reflete um estado de expectativas, no qual imediatamente pensamos na promessa de esperança que a acompanha; um vir-a-ser futuro envolvido de pureza e inocência. Além disso, são vistas como seres ingênuos e frágeis, sem conhecimento e racionalidade. Essa visão idealizada e estereotipada sobre o ser-criança ainda é bastante perpetuada no inconsciente coletivo ocidental. Como comenta Cohn (2005):

5 Segundo o Atlas da Violência 2024, as crianças foram o grupo mais afetado pela violência no ano de 2022. Meninas entre 0 e 14 anos representaram 25% das vítimas, totalizando mais de 35 mil casos por ano (CERQUEIRA; BUENO, 2024).

A criança pode ser a tábula rasa a ser instruída e formada moralmente, ou o lugar do paraíso perdido, quando somos plenamente o que jamais seremos de novo. Ela pode ser a inocência (e por isso a nostalgia de um tempo que já passou) ou um demoniozinho a ser domesticado (quantas vezes não ouvimos dizer que “as crianças são cruéis”?). Seja como for, em todas essas ideias o que transparece é uma *imagem em negativo* da criança: quando falamos assim, estamos usando-a como um contraponto para falar de outras coisas, como a vida em sociedade ou as responsabilidades da idade adulta. E, pior, com isso afirmamos uma cisão, uma grande divisão entre o mundo adulto e o das crianças. (Cohn, 2005, p.7).

Nesse ínterim, precisamos refletir que a experiência da infância não é universal. Essas especificidades e particularidades individuais, decorrentes de marcadores sociais, como classe, gênero e raça, influenciam fortemente as formas como as crianças são tratadas, reconhecidas e valorizadas pela sociedade. Falando sobre infâncias urbanas, Carvalho e Lansky (2016, p.48) enfatizam que “dentro de uma mesma cidade e amparadas pelas mesmas legislações e políticas, as crianças da cidade não têm acesso aos mesmos direitos”. Isso evidencia as disparidades sociais, econômicas e culturais, que moldam a experiência das diferentes infâncias nos contextos urbanos.

No caso do gênero, é preciso reconhecer que desde a infância, meninas precisam desafiar espaços, práticas e ambiências, para viver em segurança e com dignidade. Tendo em vista que os espaços da cidade refletem as estruturas sociais, é fundamental destacar que sua produção não é neutra. De fato, ela é pensada para um modelo específico de cidadão: branco, masculino, de classe alta, adulto e motorista (Tonucci, 2020). Nesse sentido, qualquer grupo que não se encaixe nesse perfil acaba sendo invisibilizado e subalternizado, ficando à margem da possibilidade de conquistar efetivamente o direito à cidade.

Portanto, incluir as meninas nas discussões sobre igualdade de gênero não é apenas uma questão de respeito aos seus direitos, mas também uma oportunidade de projetar um futuro mais inclusivo. Elas serão as futuras líderes, cidadãs e agentes de transformação, por isso, suas visões sobre o mundo em que viverão são cruciais. Quando escutamos e incorporamos suas perspectivas no desenvolvimento de políticas públicas, construímos uma sociedade que, desde a base, reconhece a diversidade de experiências e necessidades femininas, promovendo, de fato, um ambiente seguro e acolhedor para todas.

Assim, ao dar espaço para essas vozes, podemos “transver o mundo”⁶, como diria Manoel de Barros (2015), enxergando – a cidade e as infâncias – com outros olhos, mais abertos a possibilidades e mudanças. As crianças, com sua maneira de subverter o presente e imaginar o futuro, podem oferecer novas perspectivas sobre o que significa viver em uma sociedade justa e equitativa.

Além disso, ao garantir que meninas cresçam em uma sociedade que respeita seus direitos, oferecemos a elas ferramentas para se desenvolverem, o que impacta positivamente sua autoestima, educação e futura inserção em espaços de poder e liderança. Essas ações não apenas atendem às demandas do ODS 5, mas também criam bases sólidas para uma sociedade inclusiva, de modo que as próximas gerações

⁶ A expressão “O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê... É preciso transver o mundo”, do poeta Manoel de Barros em seu poema *As lições de R.Q.*, traduz a ideia de olhar o mundo de maneira renovada e desautomatizada, enxergando além da superfície e percebendo novas possibilidades de interpretação (Barros, 2015).

tenham as oportunidades e os recursos necessários para prosperar.

A partir dessa reflexão, foram realizadas experiências e oficinas de campo em uma escola da rede municipal do Rio de Janeiro, como um desdobramento do projeto de pesquisa *Mapeamento Afetivo da Cidade do Rio de Janeiro*⁷, desenvolvido pelos grupos de pesquisa Sistemas de Espaços Livres (SEL-RJ), Grupo Ambiente-Educação (GAE) e Projeto e Representação do Ambiente (ProAmb), vinculados ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ/FAU/UFRJ), em parceria com a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento da Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do Escritório de Planejamento Local (EPL) e a Secretaria Municipal de Educação (SME). O objetivo do texto é explorar como essas meninas percebem a igualdade de gênero, a partir de suas experiências, e como isso afeta seu comportamento em espaços predominantemente masculinos, seja na escola, no pátio ou na própria cidade.

O papel da escola na construção da igualdade

Quando falamos em igualdade, consideramos o seu papel importante no combate à violência e às discriminações. Trata-se de garantir que todos os indivíduos, independentemente de classe social, raça, etnia, gênero ou qualquer outra característica, tenham os mesmos direitos e oportunidades.

Nesse caso, considera-se prioritário que essa temática seja introduzida ainda na infância, pois é nesse período que as crianças formam suas primeiras percepções sobre si mesmas, o mundo e os outros. E a escola, como equipamento central da vivência infantil, tem a responsabilidade de ajudar a construir os valores, atitudes e identidades sociais. Ao abordar temas como os direitos humanos, a igualdade e a diversidade, incentiva-se a empatia e alteridade, ajudando a erradicar o racismo, sexismo, a homofobia e outras formas de preconceito.

Apesar de algumas limitações e desafios na inclusão de temas contemporâneos, nota-se um avanço nas discussões e temas relacionados à questão étnico-racial, nos documentos, currículos e políticas educacionais. Leis como a 10.639/2003 e 11.645/2008, que incluíram no currículo escolar oficial a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e de África e Indígena, respectivamente, são exemplos de fortalecimento da luta pelo direito à igualdade.

Porém, ao contrário da categoria étnico-racial, a de gênero tem sido suprimida ou tratada de maneira superficial nas normativas educacionais, como evidenciado na última revisão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2020. Sendo este o documento que estabelece os conteúdos mínimos a serem ensinados nas escolas públicas e privadas de todo o país, cabe problematizar o impacto que isso gera no todo, ao não promover um aprofundamento significativo do assunto.

Diante dessas limitações, as escolas precisam agir localmente, adotando uma postura proativa, para incluir tais reflexões a partir de seus planos anuais e práticas pedagógicas. Sob essa ótica, reitera-se a necessidade de enxergar o equipamento

⁷ O projeto tem o intuito de compreender a diversidade e a complexidade da cidade do Rio de Janeiro, a partir do olhar dos estudantes da rede municipal de educação, a partir de suas percepções e desejos referentes ao caminho casa-escola. Além disso, está articulado ao planejamento municipal, sendo uma ferramenta estratégica de participação social, considerando as crianças e jovens como cidadãos de direitos. A atividade foi aplicada em 2019 e 2022, no dia 8 de novembro, instituído como Dia Mundial do Urbanismo, instigando as escolas da rede municipal a pensar em temas urbanísticos e ambientais, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

escolar como espaço de interlocução, transformação social e formação cidadã, com impacto na comunidade e no bairro, conforme seu alcance e capilaridade em todos os territórios.

Mas, conforme citam Azevedo, Tângari e Flandes (2020, p.112), “é preciso assumir que a escola sozinha já não se basta e o edifício escolar não pode continuar nesse isolamento, desconectado da cidade e alheio ao que acontece no seu entorno e às potencialidades do território onde se insere”. Assim, pensar a cidade como um território educativo implica considerar o processo de formação integral dos sujeitos para além da escola, dando-lhes condições para construir consciência, autonomia e cidadania, a partir das relações com o território.

A discussão se torna ainda mais urgente diante do cenário de múltiplas crises – ambientais, econômicas, sociais e educacionais – que assolam o antropoceno. É preciso, mais do que nunca, incluir as crianças nas discussões sobre o ambiente construído, reconhecendo que suas contribuições estão intrinsecamente atreladas às questões intergeracionais, de gênero, classe, raça e acesso à cidade. Isso se deve às experiências que elas vivenciam no seu cotidiano, que moldam e transformam suas perspectivas e ações no espaço urbano, principalmente para os grupos mais vulnerabilizados.

Nessa perspectiva, destaca-se a Carta das Cidades Educadoras, elaborada em 1990, durante o 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, em Barcelona, como um documento relevante para promover a igualdade entre todas as pessoas, a justiça social e o equilíbrio territorial. Em resposta aos novos desafios e mudanças sociais, foi atualizada em 2020. No que se refere à questão de gênero, abordada neste artigo, é possível identificar que, entre os vinte princípios fundamentais estabelecidos na Carta, quatro possuem uma relação direta com essa temática. São eles:

Princípio 3 - Diversidade e não discriminação: (...) Ajudará a *corrigir desigualdades decorrentes* da classe social, origem, etnia, **gênero**, idade, orientação sexual, diversidade funcional ou qualquer outra.

Princípio 11 - Espaço Público Habitável: A Cidade Educadora prestará uma atenção especial às necessidades da infância, das pessoas com diversidade funcional e dos idosos na sua planificação urbanística, equipamentos e serviços, de forma a garantir-lhes um ambiente amigável e respeitador, no qual se possam deslocar com a máxima autonomia possível. *Da mesma forma, garantirá um urbanismo com perspectiva de gênero.*

Princípio 16 - Orientação e inserção laboral inclusiva: A cidade deve oferecer aos seus habitantes a perspectiva de ocuparem um lugar na sociedade. (...) As cidades trabalharão em prol de uma *oferta de estudos, profissões e comércio livres de estereótipos de gênero.*

Princípio 17 - Inclusão e coesão social: A Cidade Educadora comprometer-se-á a *erradicar todas as formas de violência e assédio*, dedicando uma atenção especial à *violência de gênero* ou com base na identidade e orientação sexual, origem e etnia, idade, aparência física, etc.

Desse modo, consideramos a cidade educadora como uma ideia-força, cuja prática se fundamenta na educação cidadã e na promoção da cidadania participativa. Através da participação e do diálogo, os cidadãos têm a oportunidade de reconhecer seu papel na ação coletiva, explorar as potencialidades do território e discutir, de forma colaborativa, as questões que impactam suas vidas, sempre respeitando a individualidade e a

diversidade de seus habitantes.

Esse movimento deve se manifestar tanto em iniciativas locais quanto em políticas públicas, por meio de uma perspectiva interseccional que considere as múltiplas dimensões de identidade e as diversas formas de desigualdade e privilégio presentes em diferentes contextos sociais.

O olhar das meninas sobre a igualdade de gênero

Como uma ação de desdobramento da atividade denominada “Mapeamento Afetivo da Cidade do Rio de Janeiro”, os grupos de pesquisa GAE, SEL-RJ e ProAMB iniciaram, em 2023, a realização de oficinas de Educação Urbanística e Ambiental.

As oficinas têm como objetivo aprofundar os dados coletados na pesquisa, a partir de uma escuta ativa com os estudantes e a comunidade escolar. Para isso, é utilizado o PesquisadorCOM (Moraes, 2010), como processo de pesquisa que se faz junto COM o outro. Conforme aprofundam Ferraro, Pereira e Azevedo (2024):

A oficina evidencia a importância da prática de campo orientada pelo ‘pesquisadorCOM’ (Moraes, 2014), a qual retira a neutralidade dos pesquisados, de quem apenas responde às intervenções do pesquisador, e coloca-os no posto de experts do assunto, visto que eles têm maior propriedade sobre os territórios, experiências e subjetividades investigadas nas atividades (No prelo).

Com isso, busca-se estimular uma educação crítica sobre o ambiente construído, integrando os conhecimentos do campo da Arquitetura e Urbanismo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os saberes das vivências cotidianas.

A primeira ação aconteceu na Escola Municipal Professora Didia Machado Fortes, localizada no bairro da Barra da Tijuca, zona oeste do município do Rio de Janeiro. A escolha por essa unidade escolar se deu pela aproximação com o corpo escolar durante a aplicação do Mapeamento Afetivo de 2022, havendo um interesse e disponibilidade da escola para receber novas atividades.

A edificação escolar está inserida no condomínio residencial Alfabarra, e foi projetada pelo arquiteto Luiz Paulo Conde, na década de 1980, e inicialmente pensada para atender a população do bairro. Esse planejamento estava alinhado ao Plano Piloto para a Baixada de Jacarepaguá, proposto por Lúcio Costa, em que uma das principais características consistia na formação de condomínios como núcleos autônomos, com escolas públicas, igrejas e centros comerciais, onde se poderia viver sem precisar de grandes deslocamentos (Pereira, 2022). Contudo, no contexto atual, a realidade mudou consideravelmente. A grande maioria dos estudantes matriculados, vivem em bairros e comunidades adjacentes, territórios vulneráveis em relação ao planejamento anterior, como Rio das Pedras, Itanhangá e Cidade de Deus. Esse dado denota aspectos importantes sobre a relação dessas crianças com os espaços livres do entorno escolar, tangenciando marcas de complexidade e desigualdade.

As oficinas foram realizadas com as turmas de 4º e 6º ano, por terem participado do Mapeamento Afetivo em 2022. No artigo abordaremos as atividades que aconteceram com turmas de 6º ano do ensino fundamental, com a aplicação da prática pedagógica “ODS em ação” (Matiello; Ferraro; Gomes, 2021). A proposta, formulada inicialmente

para o Concurso CAU Educa⁸, onde foi premiada, busca sensibilizar e engajar as crianças sobre as relações entre as ações humanas, individuais e coletivas, o território e o futuro que queremos, apoiados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

As atividades foram desenvolvidas em três dias. Cada turma foi dividida em grupos, tendo o apoio e acompanhamento de um pesquisador responsável. No início, foram apresentados os conceitos e intenções de cada ODS, seguidos de uma discussão dinâmica, utilizando o dispositivo jogo da memória, para que os estudantes pensassem e expressassem suas opiniões e experiências sobre aquelas questões. Após essa rodada de sensibilização, cada grupo deveria escolher um dos ODS para realizar uma atividade prática, para melhoria daquele tema. O objetivo era compreender as percepções dos estudantes sobre as ODS e explorar como iniciativas locais poderiam ser aplicadas em seus contextos, incluindo as suas famílias, a escola e a cidade, a partir da perspectiva das crianças e jovens. A forma de realização da atividade era livre, permitindo que a criatividade e as intenções de cada grupo guiassem o processo. Assim, o segundo e terceiro dia ficaram para elaboração de roteiros e a construção do resultado, onde surgiram vídeos, maquetes, músicas e campanhas para se aplicar na escola e/ou comunidade.

Compreende-se que todas as experiências realizadas pelos estudantes são válidas, e seus resultados são significativos para iniciar pequenas transformações sociais. No entanto, neste trabalho, será abordada a experiência do grupo composto majoritariamente por meninas, que escolheu a ODS nº 5: Igualdade de Gênero, para desenvolver em sala de aula. O foco deste trabalho será direcionado para as reflexões sobre o gênero feminino nas escolas, evidenciando como as meninas, enquanto futuras mulheres, pensam e refletem sobre essa temática tão importante de ser discutida no ambiente escolar.

Compete ressaltar que elas escolheram sair da sala de aula, e fazer a proposta da atividade na sala de leitura, com o apoio de um pesquisador homem e uma pesquisadora mulher. Esse espaço reservado colaborou para que elas se sentissem à vontade para conduzir a proposta e se abrir sobre suas experiências. O único menino do grupo preferiu ficar responsável pela filmagem, mantendo-se nos bastidores da atividade, sem emitir opiniões e/ou participar da conversa.

A atividade do grupo começou com uma roda de conversa entre as meninas, onde elas mesmas propuseram a pergunta: “O que pode acabar com a desigualdade de gênero?”. As ideias que surgiram refletiam as experiências cotidianas que vivenciavam, especialmente no ambiente escolar. As reflexões giraram em torno da necessidade de ensinar os meninos desde pequenos para adotarem comportamentos mais igualitários, além de ensinar as próprias meninas para que reconheçam o seu potencial.

Além disso, na infância, o pensamento sobre o futuro e sobre profissões, sejam elas reais ou imaginárias, é muito presente. Durante o diálogo, surgiu com frequência a ideia de que é necessário “ensinar as meninas que elas podem exercer as mesmas profissões que os meninos”. Isso demonstra que a desigualdade de gênero nas escolhas profissionais já impacta as meninas desde cedo, com pessoas ao seu redor impondo limitações sobre o que podem ou não fazer e qual seria o seu “lugar” na sociedade. No entanto, o entendimento das meninas já é claro: o lugar delas é onde elas quiserem estar.

⁸ Promovido pela Comissão de Política Urbana e Ambiental do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CPUA-CAU/BR), teve como objetivo premiar ações de valorização da Arquitetura e do Urbanismo, focadas nos anos iniciais de formação do cidadão, para se tornarem referências em educação sobre Arquitetura e Urbanismo nas escolas de todo o país. (CAU/BR, 2022).

Destaca-se o entendimento e a confiança dessas meninas, apesar da pouca idade, que já demonstram uma consciência sobre quem querem ser e sobre o que acontece ao seu redor. Elas reconhecem que muitos meninos têm a crença de superioridade, mas enfatizam a necessidade de que eles compreendam que todos podem ser iguais. Para elas, é fundamental que se estabeleçam direitos iguais, pois nenhum menino/homem deve ser visto como superior à menina/mulher.

Outro questionamento surgiu durante a conversa entre as meninas: se alguma delas já havia experienciado algo relacionado à desigualdade de gênero ou sofrido algum tipo de discriminação. Uma das participantes decidiu se manifestar, mas relatou com hesitação: “Eu sofri, mas acho que não foi muito isso.” Frases como essa são comuns entre o gênero feminino, onde muitas mulheres tendem a questionar suas próprias experiências e sentimentos, duvidando de si mesmas com pensamentos como “será que estou exagerando?” ou “será que é coisa da minha cabeça?”. Isso revela como, desde cedo, as meninas são levadas a duvidar da validade de suas percepções, muitas vezes minimizando situações de discriminação que realmente enfrentaram.

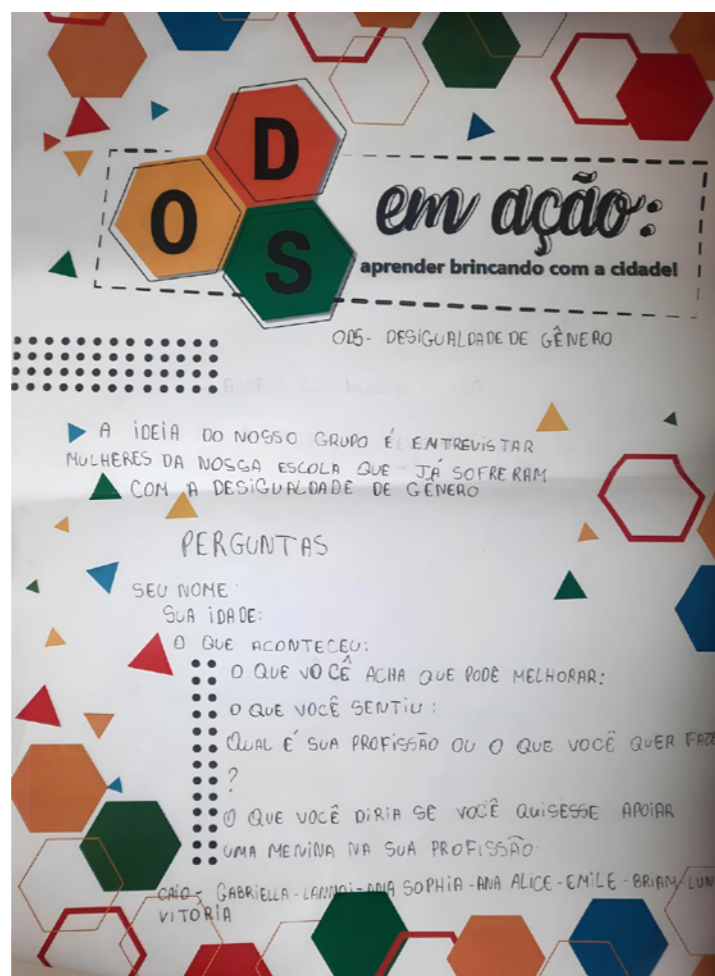
Essa menina compartilhou que gostava de brincar de carrinho na escola, mas os meninos afirmavam que ela não podia participar, pois “carrinho é coisa de menino”. No entanto, ela comenta que a professora interveio, de maneira simples, ao lembrar aos meninos que suas mães dirigiam para levá-los à escola, então por que a colega não poderia brincar de carrinho com eles? Pequenos atos como esse, por parte da professora, fazem com que as meninas se sintam empoderadas, percebendo que são capazes de fazer o que desejam, independentemente de estereótipos ou das expectativas impostas pelos outros.

A última pergunta que norteou a discussão foi: “Como podemos mudar essa realidade na nossa escola?”. As respostas foram criativas e cheias de intenção. As meninas sugeriram organizar uma campanha escolar para conscientizar sobre o que é certo e errado, com foco em temas como violência e assédio. Além disso, destacaram a importância de encorajar as meninas a acreditarem em si mesmas, independentemente do que os outros possam dizer. Outra ideia foi sugerir aulas, pelo menos uma vez por semana, dedicadas à discussão de temas relacionados à igualdade de gênero, para que tanto meninas quanto meninos pudessem entender sobre o assunto. Acreditavam que, com essas conversas regulares, seria possível criar um ambiente escolar mais igualitário e inclusivo (Figura 1).

As discussões levantadas pelas meninas estão relacionadas à forma como as crianças são educadas e moldadas, tanto no ambiente escolar quanto em casa. Para Hooks (2020), a forma como as crianças são educadas, especialmente no que diz respeito ao amor, tem impacto na qualidade de seus relacionamentos e na forma como contribuem para a sociedade. Muitas vezes, elas crescem em ambientes onde o amor é confundido com controle, punição ou obediência, o que as leva a agir acreditando que esses padrões são corretos e desejáveis.

A ética amorosa, por outro lado, propõe que as crianças devem ser ensinadas sobre o amor de uma forma que respeite sua dignidade, liberdade e individualidade. Assim, para Hooks (2020), educar crianças dentro de uma ética amorosa significa também ensiná-las a se preocuparem com o bem-estar coletivo, promovendo a ideia de que o amor pode e deve ser uma força de transformação social. Quando todos aprendem desde cedo sobre o amor, a responsabilidade e o cuidado, constroem-se bases para que se tenham adultos que valorizam a igualdade e o bem comum.

A adoção de uma educação fundamentada na ética amorosa nas escolas representa um passo importante para romper com os padrões de comportamentos prejudiciais

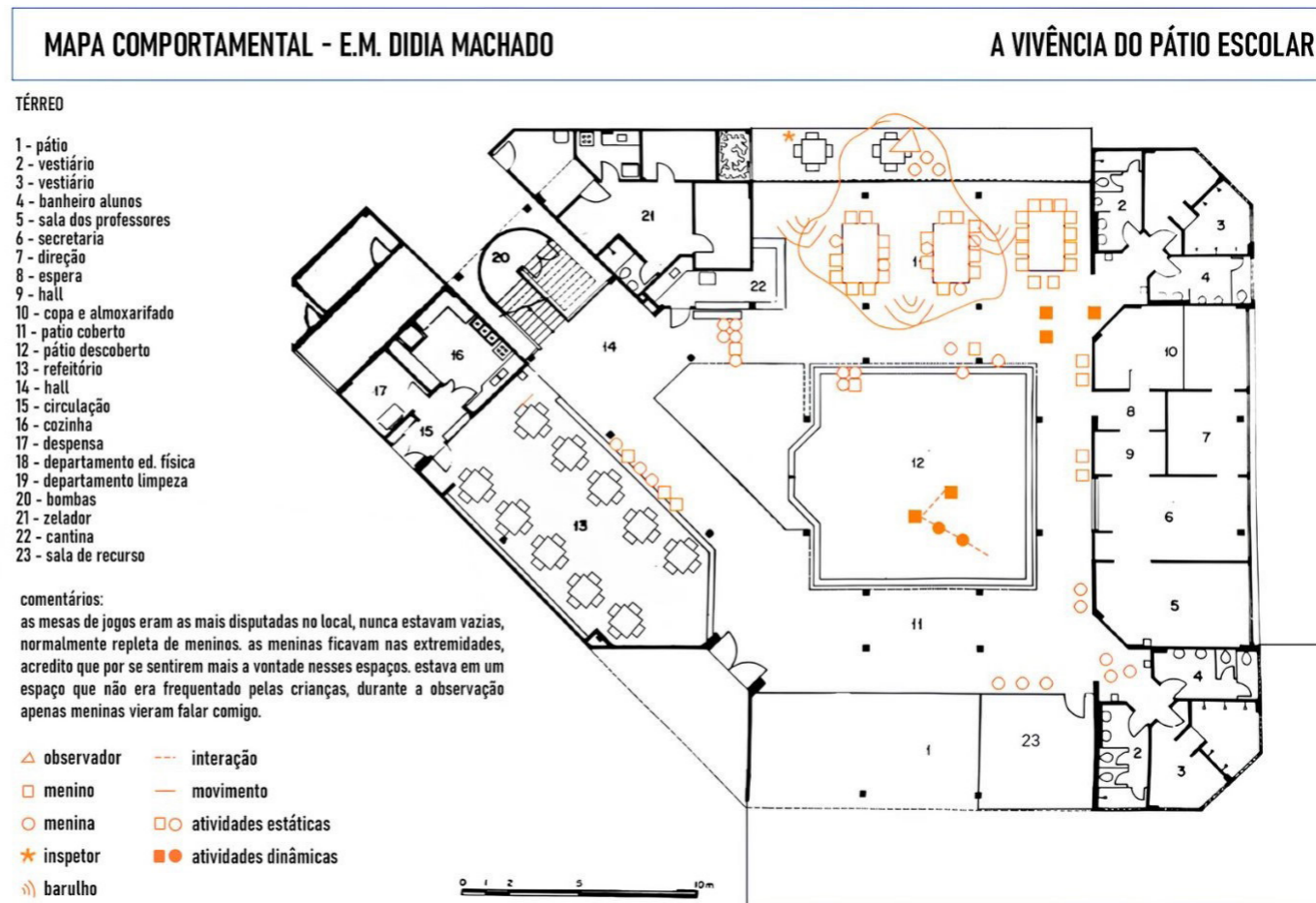


e cultivar uma cultura de respeito mútuo. Ao serem ensinadas desde cedo sobre a importância do valor do cuidado com o outro, as crianças desenvolvem uma visão mais humana e inclusiva do amor. Esse aprendizado as prepara não apenas para suas interações pessoais, mas também para contribuir com suas comunidades, ajudando a construir uma sociedade mais comprometida com o bem-estar coletivo.

A conclusão dessa etapa do trabalho foi especialmente significativa para o grupo. Nos momentos finais, uma das meninas perguntou: “Vocês acham que conseguimos resolver esse problema na escola, mesmo sendo só meninas participando desse grupo?”. A resposta veio em forma de entusiasmo, com todas concordando que sim, era possível. Elas acreditavam que poderiam fazer a diferença, mesmo sendo um grupo composto apenas por meninas, reforçando que o gênero feminino tem força e capacidade para enfrentar esses desafios.

Entre o pátio e o refúgio: observando as práticas socioespaciais das meninas

A segunda ação também ocorreu na Escola Municipal Professora Didia Machado Fortes, mas, dessa vez, a pesquisa se concentrou nos espaços livres da escola, especificamente no pátio. O objetivo era observar as crianças fora das salas de aula, explorando como elas interagiam e utilizavam os espaços livres da edificação durante o recreio, um ambiente com menos “fiscalização” onde poderiam se expressar de forma mais espontânea.



O dispositivo adotado nessa fase foi baseado na avaliação pós-ocupação, tendo como referência as estratégias de mapeamento comportamental descritas no livro *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação* (Rheingantz; Azevedo; Brasileiro, 2009). Para esta pesquisa, foi utilizado o mapa comportamental centrado no lugar, em que a observadora permanece parada em um ponto fixo, com boa visibilidade e interferindo o mínimo possível no ambiente. A observação foi realizada no pátio da escola, com a duração de 15 minutos, o mesmo tempo do recreio (Figura 2).

O principal objetivo da atividade era compreender a relação das crianças com o pátio durante o recreio, sem distinção de gênero. No entanto, logo no início da observação, ficou evidente a existência de barreiras e segregações de gênero na escola, até mesmo entre as crianças. O espaço mais disputado era, sem dúvida, as mesas de pebolim, dominadas pelos meninos. Devido à intensa disputa entre eles, poucas meninas se atreviam a participar da confusão. O recreio dos meninos era ativo, com jogos nas mesas e brincadeiras que ocupavam o pátio (Figura 3).

Por outro lado, as meninas costumavam ficar nas extremidades do pátio, sempre em grupos. Presume-se que esse comportamento seja uma forma de se sentirem mais confortáveis e menos observadas, já que costumavam se posicionar perto de paredes, o que reduzia sua visibilidade para/com os demais estudantes. Além disso, era notável a preferência das meninas por se agrupar perto do sanitário feminino, local que também servia como um refúgio, onde podiam interagir sem a presença masculina.



Figura 3 - Interações dos estudantes durante o recreio. Fonte: Autoras, 2023.

Embora o mapeamento comportamental busque ser uma observação neutra, interferindo minimamente no ambiente, a presença das pesquisadoras no recreio escolar despertou a curiosidade das crianças. Posicionadas em uma área de mesas de xadrez, que não costuma ser usada, um grupo de meninas se aproximou, atraído pela curiosidade de ver outras meninas em sua escola. Elas fizeram perguntas sobre o que estávamos fazendo e, ao explicar os objetivos da atividade, compartilharam suas próprias experiências e preferências durante o recreio. Elas comentaram que gostavam de ficar perto dos sanitários porque consideravam aquele espaço “exclusivamente” feminino, um local onde os meninos não podiam ir, o que as fazia se sentir mais à vontade.

Embora essa informação possa parecer curiosa, ela pode ser facilmente relacionada a questões teóricas, como por exemplo Kern (2021), que reflete que as dinâmicas de gênero se manifestam nos espaços públicos desde a infância e como esses padrões são reforçados no ambiente urbano. Ela observa que, em muitas escolas, os meninos tendem a ocupar o pátio para brincar e correr livremente, enquanto as meninas buscam refúgio em lugares mais privados, como os banheiros, conforme evidenciado no mapa comportamental.

Essa questão escolar está intimamente ligada à relação que as crianças têm com a cidade. Os meninos, normalmente, são incentivados a ocupar os espaços públicos de forma mais expansiva e ativa, enquanto as meninas, muitas vezes, se voltam para lugares de privacidade e segurança, onde podem se reunir e conversar longe do olhar masculino e das pressões comportamentais que enfrentam nesses ambientes.

Para além das questões de segurança, muitas meninas assumem desde cedo a responsabilidade por tarefas domésticas, ajudando suas mães ou avós em casa, em vez de aproveitar o tempo livre para brincar nas ruas ou espaços públicos. Esse papel, muitas vezes imposto de forma implícita, se reflete em uma divisão de tarefas que as afastam das atividades recreativas e, conseqüentemente, da liberdade de explorar o mundo ao seu redor. Essa realidade, que se constrói desde a infância, contribui para a perpetuação das desigualdades de gênero, condicionando as meninas a um papel doméstico, em vez de lhes oferecer a oportunidade de vivenciar o lazer público, reforçando estereótipos que restringem suas possibilidades de ação e autonomia.

Desde a infância, as meninas tendem a internalizar essas defesas e comportamentos, seja na escola, no espaço público ou, mais tarde, na cidade, o que, infelizmente, reflete e reforça a necessidade de encontrar refúgios em espaços predominantemente masculinos.

Reflexões: a igualdade de gênero entre global e local, presente e futuro

Devemos ser realistas e saber que ainda há um longo caminho a ser percorrido. No entanto, é possível perceber que em ambas as situações, as meninas já têm consciência das desigualdades enfrentadas. No caso da primeira atividade, a escolha desse grupo pelo ODS 5 fez bastante sentido e impulsionou uma forte discussão sobre o tema. A partir de suas falas, pode-se perceber que reconhecem (mesmo que intuitivamente) que alcançar a igualdade de gênero, contribui com outros objetivos, como saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), redução de desigualdades (ODS 10) e cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), por exemplo.

Na segunda atividade, foi observado que, mesmo sendo muito jovens e ainda sem rótulos formais, as meninas já vivenciam segregação espacial e situações de intimidação, o que as leva a preferirem manter-se distantes, mesmo na infância. Isso ressalta a importância de abordar questões de gênero desde cedo na escola. A atividade proposta pelo primeiro grupo poderia ajudar essas meninas a se sentirem mais acolhidas no recreio, caso a igualdade de gênero fosse promovida de maneira ampla no ambiente escolar. A união entre meninas nas escolas traz benefícios não só para elas mesmas, mas também para suas famílias e para a própria comunidade.

Nessa perspectiva de pesquisar COM as crianças, e não sobre elas, explicita-se uma relação sensível e dialógica entre pesquisador e pesquisado. Estudar a relação entre infância e gênero, portanto, envolve não só o conhecimento teórico, mas também atravessa a nossa experiência pessoal, enquanto mulheres-pesquisadoras, que, desde o nascimento, habitamos e resistimos nesses espaços predominantemente masculinos. Reconhecer, nessas falas e gestos, ecos de experiências que já aconteceram conosco, mostra que a ação de pesquisar não é neutra. Pelo contrário, ela é intrinsecamente marcada por questões de poder, identidade e subjetividades. Nesse sentido, o posicionamento que aqui se propõe é um compromisso poético e político, com o objetivo de construir igualdade desde a escola, onde as diversidades sejam reconhecidas e respeitadas.

A forma como a atividade foi conduzida mostra que a arquitetura e urbanismo podem contribuir nessa discussão, não apenas com o conhecimento técnico sobre o ambiente construído, mas também ao sensibilizar os estudantes para uma leitura crítica da cidade. Essa abordagem destaca uma educação socialmente territorializada, que, ao discutir problemáticas e perspectivas locais, capacita os estudantes a pensarem e agirem como agentes transformadores dos seus territórios.

Apesar das dificuldades e imperfeições do sistema educacional, a escola continua sendo um espaço importante para a geração de aprendizagens, interações e formação cidadã. Por isso, é essencial incluir discussões sobre essas questões, como forma de questionar estruturas machistas e patriarcais normalizadas no cotidiano, desde a infância, e garantir um espaço democrático, no qual todos os seus estudantes tenham liberdade, respeito e se sintam acolhidos para serem o que são.

Nesse sentido, a formação de professores e da comunidade escolar também precisa ser compreendida como um ponto de fortalecimento para se incluir, de forma crítica e responsável, os assuntos relacionados a gênero. Parcerias com organizações, coletivos e a universidade, podem ser um caminho para consolidar ações e projetos mais consistentes, privilegiando práticas educativas adaptadas às particularidades de cada realidade escolar.

Paulo Freire (2000) defendia que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Nesse sentido, temas como a luta pela igualdade de gênero, o empoderamento feminino e a representatividade de personalidades relevantes em diversas áreas, podem ser integrados ao currículo escolar. Isso ajuda a promover não apenas o reconhecimento da história, mas também o encorajamento quanto aos lugares que podem (e devem) ocupar. Ao mesmo tempo, cabe incluir a valorização de experiências e histórias pessoais, conforme propõe Bell Hooks (2017) na pedagogia libertadora, para um processo de aprendizagem mais crítico e sensível, privilegiando o coletivo, a diversidade e a desconstrução.

O semear dessas discussões pode ter um impacto além dos muros da escola, pois as crianças se tornam agentes multiplicadores, ampliando a reflexão para as famílias e círculos de convivência. Assim, elas influenciam e contribuem ativamente para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e consciente.

Referências

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen; TÂNGARI, Vera Regina; FLANDES, Alain. O habitar das infâncias na cidade: territórios educativos como uma forma de resistência. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 111-126, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/40425>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BARROS, Manoel de. *Meu quintal é maior do que o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BEAUVOIR, Simone. *The Second Sex*. New York: Alfred A. Knopf., 1953.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Chapman & Hall, 1990.

CAU/BR. *Caderno CAU Educa: Educação Urbanística e Ambiental*. Brasília: CAU/BR, 2022.

CARVALHO, Levindo; LANSKY, Sammy. Infância, Espaço Público e Escola. In: AZEVEDO, Giselle; TÂNGARI, Vera; RHEINGANTZ, Paulo. *Do espaço escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 05 out. 2024.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

FERRARO, Luiza Helena; PEREIRA, Mariana; AZEVEDO, Giselle. Função social da Arquitetura e Urbanismo a partir da Educação Urbanística e Ambiental. In: *Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – ANPARQ, VIII*, 2024, Rio de Janeiro. No prelo.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HOOKE, Bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKE, Bell. *Tudo Sobre o Amor: Novas Perspectivas*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2020.

KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

MATIELLO, Alexandre; FERRARO, Luiza Helena; GOMES, Rafael. *Prática Pedagógica ODS em ação*. Brasília: CAU/BR. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/caueduca/wp-content/uploads/2021/06/Inscricao-no-135.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MORAES, Márcia. Do “PesquisarCOM” ou tecer destecer fronteiras. In: TAVARES, G. M., MORAES, M., BERNARDES, A. G. (org). *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia*. Vitória: EDUFES, 2014.

PEREIRA, Mariana Coviello Rei Rebelo. *O território educativo e suas linhas de fuga: práticas infantis nos trajetos casa-escola na 7ª CRE na área de planejamento 4 do Rio de Janeiro*. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

ONU. *Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 nov. 2024.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle; BRASILEIRO, Alice. *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.

TONUCCI, Francesco. O direito de brincar: Uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 16, n. 40, p. 234-257, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6897>. Acesso em: 05 nov. 2024.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM SERVIÇOS TURÍSTICOS

Um olhar a partir da produção dos periódicos ligados aos Programas de Pós-Graduação em Turismo

*THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT OBJECTIVES (SDGs)
IN TOURISM SERVICES
A review of the production of journals
linked to Postgraduate Programs in Tourism*

**Gisele Silva Pereira¹,
Vitor Lopes Machado² e Pytter Alves Nobre³**

Resumo

O objetivo do presente estudo é sistematizar o conhecimento produzido sobre serviços turísticos, a exemplo de agências de turismo e restaurantes, e os ODS a partir da produção dos periódicos ligados aos Programas de Pós-Graduação em Turismo nacionais. Para isso, após a identificação dos periódicos, buscou-se pelas palavras-chave agência(s), restaurante(s) e ODS em cada um deles. No total, foram localizados 3.622 artigos publicados nos periódicos pesquisados, dos quais 26 contemplam o tema de agências de turismo, 20 tratam de restaurantes e apenas quatro versam sobre ODS. Os resultados permitem constatar a existência de uma lacuna na produção científica em turismo nos periódicos ligados aos Programas de Pós-Graduação em Turismo no país, no que tange à consideração dos ODS no contexto desses serviços turísticos, visto que nenhum artigo foi identificado abordando explicitamente essa interface.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), serviços turísticos, agências de turismo, restaurantes.

Abstract

The objective of this study is to systematize the knowledge produced about tourist services, such as travel agencies and restaurants, and the SDGs based on the production of journals linked to national Postgraduate Programs in Tourism. To this end, after identifying the journals, the keywords agency(ies), restaurant(s) and ODS were searched for each of them. In total, 3,622 articles were identified in the researched journals, of which 26 cover the topic of travel agencies, 20 deal with restaurants and only four deal with SDGs. The results allow us to verify the existence of a gap in scientific production in tourism in journals linked to Postgraduate Programs in Tourism in the country, regarding the consideration of the SDGs in the context of these tourism services, as no article was identified explicitly addressing this interface.

¹ Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Faculdade do Ambiente Construído (Oxford Brookes University/2011). Mestra em Turismo e Hospitalidade pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (UCS/2007). Bacharel em Turismo pelo Núcleo de Canela (UCS/2002). Professora na UFPel.

² Bacharel em Turismo pelo Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (UFPel/2024).

³ Graduando em Turismo pelo Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (UFPel).

Keywords: Sustainable Development Goals (SDGs), tourism services, travel agencies, restaurants.

Introdução

No mês de setembro de 2015 reuniram-se em Nova Iorque, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), os 193 Estados-membros os quais acordaram tomar algumas medidas para colocar ao mundo um caminho sustentável, através da implementação de uma nova agenda global comprometida com as pessoas, o planeta, a promoção da paz, bem como engajada com a prosperidade e as parcerias: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Organizações Das Nações Unidas, 2015).

A Agenda 2030 constitui-se de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos quais são listadas 169 metas, todas com uma visão transformadora para tornar o mundo um lugar mais sustentável e resiliente até o ano de 2030. Os ODS são os seguintes: 1) Erradicação da pobreza; 2) Fome zero e agricultura sustentável; 3) Saúde e bem-estar; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água potável e saneamento; 7) Energia acessível e limpa; 8) Trabalho decente e crescimento econômico; 9) Indústria, inovação e infraestrutura; 10) Redução das desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Consumo e produção sustentáveis; 13) Ação contra mudança global do clima; 14) Vida na água; 15) Vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes; e 17) Parcerias e meios de implementação (Organização Das Nações Unidas, 2015).

Existe uma relação direta entre turismo e sustentabilidade, em que se destaca o turismo sustentável. Para Ruschmann (1997, p. 10), turismo sustentável é aquele que “atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras”. Swarbrooke (2000, p. 19) propõe uma definição que integra mais atores do turismo: “formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”.

Partindo dessas premissas, Cândido (2003, p. 179) estabelece que:

[...] pode existir turismo sustentável e que as populações locais podem ser beneficiadas com a atividade. Para tanto, deve existir um trabalho direcionado a um planejamento turístico, que não esteja voltado somente para o lucro gerado pela atividade, mas que busque a perpetuação do espaço, seja este natural ou cultural, e das populações envolvidas, sendo estas locais ou turistas. Esta ação deve ser conjunta entre empresas prestadoras de serviços turísticos, comunidade, instituições de ensino, órgãos governamentais e não governamentais e turistas (Cândido, 2003, p.179).

Conforme ressaltado pelo autor acima, as empresas prestadoras de serviços turísticos desempenham um papel fundamental na implementação do turismo sustentável mediante um planejamento turístico responsável. Os serviços turísticos englobam uma gama extensa de atividades ligadas aos setores de hospedagem, de alimentação, de agenciamento de viagens, de transportes, de eventos, de entretenimento, entre outros. Com base nisso, é importante e necessário compreender de que formas os serviços turísticos têm considerado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em suas práticas profissionais. Assim, surge o objetivo geral do presente estudo que é sistematizar o conhecimento produzido sobre serviços turísticos, a exemplo de agências

de turismo e restaurantes, e os ODS a partir da produção dos periódicos ligados aos Programas de Pós-Graduação em Turismo nacionais. Complementarmente, como objetivos específicos destacam-se: identificar o número de artigos publicados sobre os temas de agências de turismo e restaurantes; verificar o número de artigos publicados sobre o tema dos ODS; e, por fim, listar o número de artigos que abordem os ODS no contexto desses dois serviços turísticos examinados.

Vale mencionar que este trabalho tem ligação com o estudo de Nunes (2019), em que a autora averiguou a implementação dos ODS em serviços de hospedagem na cidade de Pelotas (RS). Embora o presente trabalho não realize pesquisa empírica junto às agências de turismo e os restaurantes de Pelotas, ainda assim, espera-se contribuir no avanço das discussões sobre o tema dos ODS nos serviços turísticos, ao sistematizar o conhecimento produzido nos periódicos vinculados aos programas de pós-graduação em turismo no país.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: uma primeira seção apresentando esta introdução ao estudo; uma segunda seção descrevendo a metodologia empregada; uma terceira apresentando e discutindo os resultados da pesquisa; e por último as considerações finais, retomando os objetivos, refletindo sobre limitações do estudo e propondo pesquisas futuras.

Metodologia

Em relação à metodologia utilizada, este estudo é classificado como descritivo, pois estuda as relações existentes entre duas ou mais variáveis que afetam um fenômeno específico, sem alterá-las (Köche, 2004). Além disso, o estudo é classificado como bibliográfico. Köche (2004) afirma que um dos objetivos da pesquisa bibliográfica é sistematizar o estado da arte que está disponível sobre um determinado tema em um determinado momento.

Para guiar a coleta dos dados e a análise dos resultados, foi usado como referência o estudo de Pereira, Camilotto e De Conto (2018), em que as autoras sistematizaram o conhecimento científico produzido nos periódicos nacionais, vinculados a programas de pós-graduação com área básica em Turismo, quanto à dimensão ambiental e o planejamento de eventos turísticos, com ênfase, em particular, em megaeventos esportivos.

Assim, a exemplo do trabalho das autoras, foi realizada uma consulta na Plataforma Sucupira, que é um portal que disponibiliza informações sobre os cursos de pós-graduação no país. A consulta foi realizada com o intuito de verificar os dados cadastrais dos programas de pós-graduação na área básica de turismo ativos até o momento de execução desta pesquisa (agosto de 2024). Foram encontrados 11 programas de pós-graduação na área básica de turismo (Plataforma Sucupira, 2024), os quais estão listados no Quadro 1:

Nome do Programa	Universidade	Nível	Início
Gestão de Negócios Turísticos	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Mestrado profissional	2012
Gestão em Alimentos e Bebidas	Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	Mestrado profissional	2016
Hospitalidade	Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	Mestrado acadêmico Doutorado	2002 2015

Turismo	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)	Mestrado profissional	2016
Turismo	Universidade de Brasília (UNB)	Mestrado profissional	2007 (em desativação)
Turismo	Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN)	Mestrado acadêmico Doutorado	2008 2014
Turismo	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Mestrado acadêmico	2015
Turismo e Hotelaria	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	Mestrado acadêmico Doutorado	1997 2013
Turismo	Universidade de São Paulo (USP)	Mestrado acadêmico Doutorado	2014 2019
Turismo	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Mestrado acadêmico	2013
Turismo e Hospitalidade	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Mestrado acadêmico Doutorado	2000 2015

Os periódicos atrelados aos Programas de Pós-Graduação em Turismo apresentados no Quadro 1 são os seguintes (Quadro 2):

Periódico	Início	Vinculação - PPG
Turismo em Análise	1990	Turismo, Universidade de São Paulo [USP]
Turismo: Visão e Ação	1998	Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí [UNIVALI]
Caderno Virtual de Turismo	2001	Turismo, Universidade Federal Fluminense [UFF] [publicação em parceria com outras instituições]
Revista Hospitalidade	2004	Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi [UAM]
Turismo e Sociedade	2008	Turismo, Universidade Federal do Paraná [UFPR]
Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade	2009	Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul [UCS]
Cenário	2013	Turismo, Universidade de Brasília [UnB]
Revista de Turismo Contemporâneo	2013	Turismo, Universidade Federal de Rio Grande do Norte [UFRN]

Não foram obtidos resultados de periódicos vinculados aos programas a seguir: Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará, e Gestão em Alimentos e Bebidas da Universidade Anhembi Morumbi.

Todos os periódicos identificados possuem edições digitais disponibilizadas. Para a busca de artigos, procedeu-se pelo acesso aos sites de cada um dos periódicos, até o mês de agosto de 2024, onde se pesquisou os artigos pelas seguintes palavras-chave: “agência(s)”, “restaurante(s)” e “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. No total, foram identificados 3.622 artigos publicados nos periódicos examinados, até agosto de 2024, período de recorte da pesquisa. Na seção seguinte são apresentados os resultados da sistematização para cada um dos periódicos analisados.

Quadro 1 - Relação dos Programas de Pós-graduação em Turismo. Fonte: Dados da pesquisa (2024) com base em Pereira, Camilotto e De Conto (2018).

Quadro 2 - Periódicos vinculados a Programas de Pós-Graduação (PPG) em Turismo. Fonte: Pereira, Camilotto e De Conto (2018).

Resultados da sistematização

O periódico **Turismo em Análise** possui 85 edições sendo considerado o mais antigo entre os pesquisados, tendo um acervo que contabiliza um total de 760 artigos publicados desde sua primeira edição em 1990 (Turismo em Análise, 2024). Também se destaca por ter o maior número de publicações que abordam o tema de agências a partir da busca por esta palavra-chave. Foram encontrados 15 artigos relacionados a esse tema, três sobre restaurantes e um sobre ODS (Quadro 3).

Agências	Restaurantes	ODS
As mídias sociais sob à ótica das agências de turismo de Florianópolis	Escolhendo um Restaurante: atributos importantes e suas respectivas dimensões consideradas no processo de decisão do consumidor	O turismo criativo na agenda política e urbana: possibilidades de contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável
Gestão de crise nas agências de viagens do Brasil: um estudo a partir da percepção dos representantes da Associação Brasileira de Agências de Viagens	Gastronomia sustentável: análise da logística reversa em restaurantes de Florianópolis, Brasil	
Gerenciamento da cadeia de suprimentos e relacionamento nas agências de viagens de Santa Catarina	Gastronomia e Sustentabilidade: uma análise da percepção da sustentabilidade ambiental em restaurantes buffet	
Os produtos turísticos de Curitiba, PR, Brasil na perspectiva de gestores de agências de turismo receptivo		
Uso das capacidades dinâmicas - análise da presença online das agências de turismo receptivo		
Pós-modernidade e turismo: reflexões acerca da experiência turística no contexto das agências de viagens		
Segmento do turismo de negócios para as agências de viagem: perfil de clientes corporativos de Fortaleza e região metropolitana-CE		
Demanda e competências dos profissionais: estudo em agências de viagens e hotéis em Aracaju, Sergipe		
A dimensão oferta à luz do radar da inovação: um estudo sobre desempenho de agências de turismo do Recife-PE no período de 2012 a 2016		
Análise da satisfação dos funcionários com as políticas e práticas de recursos humanos, utilizadas pelas agências de viagem e turismo da cidade do Recife-PE, Brasil		

O processo de criação de novos negócios em turismo: estudo de casos múltiplos em agências de viagens em Curitiba, Paraná		
Comércio eletrônico em agências de viagens: estratégias competitivas e de marketing		
Agências de turismo: oferta de serviços e satisfação do cliente		
Problemática de las agencias de viajes em Latinoamérica: análisis y perspectivas		
Relacionamento entre agência de turismo e fornecedores de serviços turísticos: agência de turismo e transportador aéreo		

Nos 15 artigos encontrados sobre agências, constata-se que as temáticas abordam: mídias sociais (Santos; Valer, 2024; Albuquerque; Barros; Ferreira, 2022), gerenciamento de crise (Tito; Ferreira, 2021), gestão de suprimentos (Ruschmann; Rossini, 2013), produtos comercializados nas agências de turismo receptivo (Pazini; Gândara, 2016), possibilidades mercadológicas na pós-modernidade (Tito; Brumatti; Nóbrega, 2017), tendências do setor de turismo de negócios (Mota; Maciel Filho, 2011), demanda e competências dos profissionais de agências e hotéis (Corrêa; Teixeira, 2014), inovação (Aires, 2018), Recursos Humanos (RH) (Souto; Oliveira, 2007), criação de negócios de turismo (Teixeira, 2012), marketing no comércio eletrônico (Toledo; Rubal, 2001), serviços na oferta turística para a satisfação do cliente (Oliveira; Ikeda, 2002), mudanças que surgem no setor de turismo (Acerenza, 1990), e relacionamento entre agências e transportadores aéreos (Pelizzer; Scrivano, 1990).

Quanto aos três artigos identificados sobre o tema de restaurantes, o primeiro deles intitulado "Escolhendo um Restaurante: atributos importantes e suas respectivas dimensões consideradas no processo de decisão do consumidor" investigou os atributos que influenciam os consumidores na escolha de restaurantes, visando identificar quais aspectos são considerados no processo decisório de compra. O estudo concluiu que a preocupação ambiental dos gestores é somente com o que já é exigido pela legislação e não uma filosofia da empresa (Azevedo; Moura; Souki, 2017).

O artigo seguinte "Gastronomia sustentável: análise da logística reversa em restaurantes de Florianópolis, Brasil" analisou a logística reversa nos restaurantes da Grande Florianópolis, focando na recuperação e gerenciamento de resíduos para avaliar impactos ambientais e de imagem corporativa. Concluiu-se que as ações ambientais dos gestores estão restritas às exigências legais, sem adoção de uma filosofia ambiental própria (Vasconcellos; Vogel, Bortnowska, 2017).

Já o terceiro artigo "Gastronomia e Sustentabilidade: uma análise da percepção da sustentabilidade ambiental em restaurantes buffet" examinou a percepção dos gestores de restaurantes buffet com relação às 'boas práticas' de sustentabilidade. O estudo revelou que grande parte dos gestores reconhecem algum impacto ambiental causado por suas atividades, enquanto uma minoria acredita não causar impacto negativo. Contudo, a maioria dos gestores afirmaram adotar ações sustentáveis para minimizar impactos ambientais (Puntel; Marinho, 2015).

Ainda no periódico **Turismo em Análise** também foi buscada a palavra-chave Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em que se obteve o resultado de um artigo

localizado, dentre os 760 publicados na revista (Quadro 3).

O artigo intitulado “O turismo criativo na agenda política e urbana: possibilidades de contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável” teve como objetivo compreender determinadas políticas públicas de fomento ao turismo criativo, analisando se estão alinhadas com o ODS de número 11, que propõe o design de cidades e comunidades sustentáveis (Silva; Paiva Junior; Santana, 2021).

O periódico **Turismo Visão e Ação**, o segundo mais antigos em atividade, com suas 75 edições, publicou 610 artigos (Turismo Visão e Ação, 2024). A busca tanto pela palavra-chave “agência(s)” quanto pela “restaurante(s)” gerou apenas um resultado para cada uma delas (Quadro 4). Já a busca pela palavra-chave Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não se obteve resultado.

Agências	Restaurantes	ODS
Imigrantes ou consumidores de intercâmbio? As agências como possíveis facilitadores da imigração de brasileiros para Austrália	A relação dos restaurantes de um destino turístico com a produção orgânica local	

O artigo intitulado “Imigrantes ou consumidores de intercâmbio? As agências como possíveis facilitadores da imigração de brasileiros para Austrália” teve como objetivo compreender o papel das agências de intercâmbio de estudantes como facilitadores de imigração (Cruz; Falcão; Paula, 2022).

O artigo “A relação dos restaurantes de um destino turístico com a produção orgânica local” analisou a relação entre restaurantes de Balneário Camboriú-SC e produtores locais de orgânicos, buscando compreender como a gastronomia sustentável é praticada. Os resultados mostraram que a adoção de produtos orgânicos não está diretamente ligada à capacidade, tipo ou serviços do restaurante. Além disso, foi identificado um distanciamento na relação entre restaurantes e produtores orgânicos locais (Costa; Pires, 2022).

O periódico **Caderno Virtual de Turismo** publicou 77 edições, com um total de 577 artigos (Caderno Virtual de Turismo, 2024). Desse total, apenas quatro artigos foram localizados sobre agências, um sobre ODS e nenhum sobre restaurantes (Quadro 5).

Agências	Restaurantes	ODS
A importância do guia de turismo na experiência turística: da teoria à prática das agências de receptivo de Curitiba-PR		Turismo e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma análise a partir da produção nacional e das políticas públicas brasileiras
Fundamentos da Marca Brasil: uma análise da comunicação virtual em websites de agências de turismo		
A influência da internet no mercado turístico: um estudo de caso nas agências de viagens de Piracicaba (SP) e região		

Quadro 4 - Artigos publicados no periódico Turismo Visão e Ação com os termos “agência(s)”, “restaurante(s)” e “ODS”. Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quadro 5 - Artigos publicados no periódico Caderno Virtual de Turismo com os termos “agência(s)”, “restaurante(s)” e “ODS”. Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O impacto das novas tecnologias nos canais de distribuição turística: um estudo de caso em agência de viagens		
---	--	--

Ao analisar-se os artigos do Quadro 5, no que tange à temática de agências, verifica-se que três deles tratam de temáticas similares, tais como internet, comunicação virtual e Tecnologias de Informação e Comunicação no contexto das agências de turismo (Pazini; Braga; Gândara, 2017; Mariutti; Giraldo, 2012; Longhini; Borges, 2006; Flecha; Costa, 2006). Já no tema dos ODS, o artigo “Turismo e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma análise a partir da produção nacional e das políticas públicas brasileiras” teve como objetivo apresentar um levantamento de dados feito em pesquisas científicas e das políticas públicas sobre ODS e turismo no Brasil em um período de cinco anos, e como conclusão que o setor turístico do Brasil caminha muito lentamente no que tange à sustentabilidade, tendo em vista as poucas pesquisas acadêmicas sobre o assunto (Traverso *et al.*, 2023).

Na **Revista Hospitalidade** foram publicados 358 artigos, em 39 edições (Revista Hospitalidade, 2024). Contudo, apenas um artigo foi encontrado na busca pela palavra-chave “agência(s)”. Já sobre o tema de restaurantes foram localizados nove artigos. Na pesquisa pela palavra-chave ODS não foi encontrado artigo que a contemplasse (Quadro 6).

Agências	Restaurantes	ODS
Usos das tecnologias de comunicação nos meios de hospedagem e agências do município de Parnaíba/Piauí/Brasil	A Curitiba dos Restaurantes: Uma análise da evolução dos estabelecimentos de alimentação comercial com base nos registros do Guia Quatro Rodas – 1989/2014	
	Orientação para o Mercado: estudo de restaurantes da Região da Foz do Itajaí no período de crise do Covid-19	
	Percepção dos Colaboradores Internos da Prestação de Serviços em Restaurantes Institucionais	
	Relações de trabalho em restaurantes em tempos de crise pandêmica	
	Qualidade dos Serviços Turísticos no Setor de Restaurantes: Uma Aplicação do Modelo SERVPERF	
	Custos e preço de venda: um estudo em restaurantes à la carte	
	Comida boa, lugar bonito: a dimensão estética de restaurantes em destinos turísticos	
	Qualidade de serviços em restaurantes de São Paulo premiados pelo TripAdvisor: análise do conteúdo gerado pelo usuário	
	Tecnologia da informação na gestão de restaurantes: uma revisão sistemática	

Quadro 6 - Artigos publicados no periódico Hospitalidade com os termos “agência(s)”, “restaurante(s)” e “ODS”. Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O estudo "Usos das tecnologias de comunicação nos meios de hospedagem e agências do município de Parnaíba/Piauí/Brasil" identificou o uso das tecnologias de informação e comunicações (TIC's) nas agências e nos meios de hospedagem do município de Parnaíba (Piauí) (Perinotto *et al.*, 2018). Entre os nove artigos relacionados a restaurantes, um explora a evolução dos restaurantes (Bizinelli, 2016), enquanto dois analisam influências do mercado e de ambiência e localização (Carvalho, 2021; Flores, 2022), outro artigo investiga a tecnologia da informação (Santos, 2023). A qualidade dos serviços é discutida em dois estudos (Corrêa, 2015; Silva, 2009). Também há artigos que tratam de custos e valores (Cardoso, 2011), dos impactos da pandemia (Del Rio, 2023) e da percepção dos trabalhadores (Faião *et al.*, 2013).

No periódico **Turismo e Sociedade** houve 43 edições, totalizando 323 artigos publicados (Turismo e Sociedade, 2024). Destes, apenas dois artigos foram localizados a partir da busca pela palavra-chave "agência(s)". Já na pesquisa pela palavra-chave "restaurante(s)" foram encontrados três artigos. No entanto, com o tema dos ODS não foram identificados quaisquer resultados (Quadro 7).

Agências	Restaurantes	ODS
O processo de recuperação de serviços em agências de turismo através da abordagem do sistema sócio-técnico	Acessibilidade: visita técnica a três dos melhores restaurantes de Natal, Rio Grande do Norte, Brasil	
A qualidade no atendimento: O futuro das agências de turismo	Custos e preço de venda: Um estudo em restaurantes bufê por peso	
	Dimensões da hospitalidade em um restaurante comercial	

Os dois artigos sobre agências apresentam enfoques distintos; o primeiro possui uma abordagem quantitativa (Dantas; Gosling; Coelho, 2013) e o segundo qualitativa (Silveira, 2015). Quanto aos artigos relacionados a restaurantes, o primeiro estudo "Acessibilidade: visita técnica a três dos melhores restaurantes de Natal, Rio Grande do Norte, Brasil" avaliou a acessibilidade em três restaurantes de Natal, no contexto do turismo inclusivo, para verificar se atendiam aos padrões necessários para pessoas com deficiência. Constatou-se que, embora a maioria dos requisitos legais de acessibilidade fosse cumprida, dois dos restaurantes apresentaram problemas na qualidade e adequação dos serviços prestados a esse público. Apenas um restaurante se destacou por oferecer um atendimento mais adequado e inclusivo (Silva; Leal, 2011).

O segundo artigo "Custos e preço de venda: Um estudo em restaurantes bufê por peso" buscou identificar como os custos são apurados e como influenciam a fixação de preços de venda em restaurantes de bufê por peso. Os resultados mostraram que os custos fixos não são diretamente alocados nas preparações, que o mercado tem forte influência na definição de preços, e que o método de custeio variável é o mais representativo na alocação de custos (Cardoso, 2013).

O terceiro estudo "Dimensões da hospitalidade em um restaurante comercial" aborda a hospitalidade e investigou o restaurante Madalosso, em Curitiba, para compreender as relações e vínculos sociais estabelecidos no local. Constatou-se que o restaurante, com tradição italiana e gestão familiar, fortalece sua identidade no turismo e lazer. Os resultados mostraram bom atendimento, familiaridade, informalidade e uso de rituais, que promovem a interação entre clientes e funcionários (Boer; Rejowski, 2016).

Na **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade** houve 59 edições, com a publicação de 595 artigos (Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade, 2024).

Da busca pelas palavras-chave "agência(s)" e "restaurante(s)" não se obteve resultado, enquanto da busca pela palavra-chave ODS resultou dois artigos (Quadro 8).

Agências	Restaurantes	ODS
		Rede Turismo Rural Consciente no Brasil e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030
		Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e relação com as pesquisas de Turismo: revisão da literatura em periódicos nacionais

O primeiro artigo "Rede Turismo Rural Consciente no Brasil e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030" relatou a experiência de um estudo de caso realizado com membros da Rede Turismo Rural Consciente (TRC) para enfrentar os desafios impostos pela pandemia de Covid-19, enquanto discutia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O trabalho foca especialmente no ODS 12, que visa assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis. Os resultados destacam a importância de experiências prazerosas no turismo rural, que favoreçam o convívio entre visitantes e anfitriões, e a necessidade de implementar novos paradigmas de sustentabilidade nas comunidades (Cunha *et al.*, 2024).

O segundo artigo "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e relação com as pesquisas de Turismo: revisão da literatura em periódicos nacionais" identificou a presença explícita ou implícita dos ODS nas pesquisas publicadas em periódicos científicos de turismo no Brasil, em especial, buscando identificar os ODS mais frequentes. Dos artigos analisados, destacam-se os ODS 8, 12, 16, 11, 14 e 15, em ordem decrescente de frequência (Napoli *et al.*, 2023).

O periódico **Cenário**, um dos mais recente dos periódicos analisados, teve 22 edições publicadas, com 174 artigos (Cenário, 2024). Na busca pelas palavras-chave "agência(s)" e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não foram encontrados artigos que contemplassem os termos pesquisados. Já sobre o tema de restaurantes foram identificados dois artigos (Quadro 9).

Agências	Restaurantes	ODS
	Sou consumidor: percepção de consumidores cegos em restaurantes de um shopping de Brasília (DF)	
	A hospitalidade como diferencial na gestão de restaurantes	

O primeiro artigo "Sou consumidor: percepção de consumidores cegos em restaurantes de um shopping de Brasília (DF)" investiga as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência visual ao atuarem como consumidores, em um sistema que ignora seu potencial de consumo. Os resultados revelam a insatisfação desses consumidores em relação à falta de preparo dos atendentes e à inadequação dos estabelecimentos (Lima; Curado; Araújo, 2020).

O segundo estudo “A hospitalidade como diferencial na gestão de restaurantes” teve como objetivo identificar os aspectos da hospitalidade na perspectiva dos gestores de restaurantes em Palmas, Tocantins, e relacionar esses aspectos às necessidades dos clientes. Os resultados mostraram que a hospitalidade pode ser uma vantagem competitiva para os restaurantes da cidade, e foram propostas mudanças e melhorias para a gestão dos empreendimentos (Erig; Nascimento, 2017).

Na **Revista de Turismo Contemporâneo** houve 29 edições, em que foram contabilizados 225 artigos (Revista de Turismo Contemporâneo, 2024). Destes, apenas três artigos foram identificados pela palavra-chave “agência(s)”, um pela de “restaurante(s)” e nenhum pela de “ODS” (Quadro 10).

Agências	Restaurantes	ODS
Tecnologia da informação e comunicação como ferramenta de aprendizagem: um estudo de casos múltiplos em agências de viagens de Natal/RN	Turismo religioso e os impactos do COVID-19 no setor de bares e restaurantes de São José de Ribamar – MA	
Hospitalidade como fator competitivo em agências de viagens e turismo na cidade de Palmas/TO		
Turismo receptivo em Curitiba: Uma perspectiva da comercialização on-line pelas agências de turismo		

A análise dos artigos permite verificar que as temáticas abordadas pelos artigos de agências estão ligadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (Silva; Lima; Mendes Filho, 2020); à comercialização *on-line* (Pazini *et.al.*, 2014) e à hospitalidade (Erig; Nascimento, 2015).

O artigo de restaurantes intitulado “Turismo religioso e os impactos do COVID-19 no setor de bares e restaurantes de São José de Ribamar – MA” parte de uma pesquisa realizada durante a pandemia em São José de Ribamar, cidade conhecida por sua cultura religiosa, e analisa os impactos da crise no setor de bares e restaurantes. Os resultados mostraram a falta de uso de mídias digitais para divulgação, descontentamento com medidas governamentais, endividamento e uma leve melhora com o retorno das atividades, embora ainda de forma regular (Soares; Souza; Cutrim, 2022).

Considerações finais

O objetivo geral do presente estudo foi sistematizar o conhecimento produzido sobre serviços turísticos, a exemplo de agências de turismo e restaurantes, e os ODS a partir da produção dos periódicos ligados aos Programas de Pós-Graduação em Turismo nacionais. Já os objetivos específicos foram: identificar o número de artigos publicados sobre os temas de agências de turismo e restaurantes; verificar o número de artigos publicados sobre o tema dos ODS; e, por fim, listar o número de artigos que abordem os ODS no contexto desses dois serviços turísticos examinados.

Os resultados da pesquisa permitem concluir que;

De 3.622 artigos publicados nos periódicos pesquisados, 26 contemplam o tema de agências de turismo, 20 abordam o tema de restaurantes e 4 versam sobre ODS;

De 26 artigos que contemplam o tema de agências de turismo e de 20 que abordam restaurantes, nenhum estabelece relação explícita com os ODS;

De 4 artigos que versam sobre ODS, nenhum possui relação com agências de turismo ou restaurantes.

Assim, em atendimento ao objetivo geral do trabalho, constata-se a existência de uma lacuna na produção científica em turismo nos periódicos ligados aos Programas de Pós-Graduação em turismo no país, no que tange à consideração dos ODS no contexto de serviços turísticos, a exemplo de agências de turismo e de restaurantes, visto que nenhum artigo foi identificado tratando explicitamente dessa interface. Por sua vez, o estudo revelou que os ODS, apesar do baixo índice de publicações, estão sendo mais pesquisados sob as perspectivas do turismo rural e da revisão de literatura sobre o tema em periódicos nacionais do turismo e das políticas públicas. Portanto, é necessário avançar as pesquisas sobre as relações entre os diversos serviços turísticos e os ODS, para a implementação mais efetiva de um turismo mais sustentável que possa contribuir para a Agenda 2030.

Algumas limitações foram encontradas no decorrer da realização desta pesquisa. É possível que a busca por palavras-chave nos periódicos não tenha localizado todos os artigos disponíveis sobre os temas de agências de turismo, de restaurantes e de ODS. Dessa forma, é possível que haja outros mais artigos que não foram identificados e, portanto, apresentados neste estudo.

Como sugestões de pesquisas futuras, seria importante replicar este trabalho em bases de dados, a exemplo do Portal de Periódicos da Capes e do Catálogo de Teses e Dissertações também da Capes. Além disso, seria válido aplicar pesquisa de campo, envolvendo questionários e/ou entrevistas, com gestores destes e de outros serviços turísticos para compreender melhor a relação desses com os ODS.

Referências

- ACERENZA, Miguel Angel. Problemática de las agencias de viajes en Latinoamérica: análisis y perspectivas. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 2, p. 5–23, 1990. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v1i2p5-23. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/63865>. Acesso em: 28 set. 2024.
- AIRES, Jussara Danielle Martins. A Dimensão Oferta à Luz do Radar da Inovação: um estudo sobre o desempenho de agências de turismo do Recife-PE no período de 2012 a 2016. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 29, n. 1, p. 89–107, 2018. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v29i1p89-107. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/128844>. Acesso em: 28 set. 2024.
- ALBUQUERQUE, Mariene Cavalcante Borba de; BARROS, Alice Emanuele de Almeida; FERREIRA, Lissa Valéria Fernandes. Uso das Capacidades Dinâmicas – Análise da Presença Online das Agências de Turismo Receptivo. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 2, p. 308–327, 2022. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v33i2p308-327. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/199336>. Acesso em: 28 set. 2024.
- AZEVEDO, L. Lorna das Graças Martins Rosa P. Pinheiro de; MOURA, Luiz Rodrigo Cunha; SOUKI, Gustavo Quiroga. Escolhendo um Restaurante: atributos importantes e suas respectivas dimensões consideradas no processo de decisão do consumidor. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 2, p. 224–244, 2017. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v28i2p224-244. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/121322>. Acesso em: 16 out. 2024.

BIZINELLI, Camila; MANOSSO, Franciele Cristina; ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. A Curitiba dos Restaurantes: Uma análise da evolução dos estabelecimentos de alimentação comercial com base nos registros do Guia Quatro Rodas – 1989/2014. *Revista Hospitalidade*, v. 13, n. 1, p. 09–28, 2016. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/554>. Acesso em: 16 out. 2024.

BOER, Luciema De; REJOWSKI, Mirian. Dimensões da hospitalidade em um restaurante comercial. *Turismo & Sociedade*, v. 9, n. 1, 2016, p. 1-23, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/tes.v9i1.45020>. Acesso em: 16 out. 2024.

CADERNO VIRTUAL DE TURISMO. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno>. Acesso em: 28 set. 2024.

CÂNDIDO, Luciene Aparecida. Turismo e espaços naturais. In: BALDISSERA, Rudimar; ASHTON, Mary Sandra G. (orgs.). *Turismo em perspectiva*. Novo Hamburgo: Feevale, 2003. p.179.

CARDOSO, Jaqueline de Fátima. Custos e preço de venda: um estudo em restaurantes à la carte. *Revista Hospitalidade*, v. 8, n. 2, p. 103–120, 2011. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/395>. Acesso em: 16 out. 2024.

CARVALHO, Isabele de Souza; CHEMIN, Marcelo; VALDUGA, Vander. Comida boa, lugar bonito: a dimensão estética de restaurantes em destinos turísticos. *Revista Hospitalidade*, v. 18, n. 02, p. 75–97, 2021. DOI: 10.29147/rev Hosp.v18i02.965. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/965>. Acesso em: 16 out. 2024.

CATZIN-TAMAYO, Abril Hired Catzín Tamayo; FRAUSTO-MARTÍNEZ, Oscar; ARROYO-ARCOS, Lucinda; PALAFOX-MUÑOZ, Alejandro. Sustentabilidade nas Políticas Públicas para a Gestão Local do Turismo em Cozumel, México. *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, v. 14, n. 3, p. 842-865, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i3p8658430>. Acesso em: 28 set. 2024.

CENÁRIO: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/>. Acesso em: 28 set. 2024.

CORRÊA, Cynthia; HANSEN, Débora Rondello. Qualidade de serviços em restaurantes de São Paulo premiados pelo TripAdvisor: análise do conteúdo gerado pelo usuário. *Revista Hospitalidade*, v. 11, n. 2, p. 271–290, 2015. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/558>. Acesso em: 16 out. 2024.

CORRÊA, Juliana Maria Ferreira Gomes; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Demanda e Competências dos Profissionais: estudo em agências de viagens e hotéis em Aracaju, Sergipe. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 2, p. 422–449, 2014. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v25i2p422-449. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rt/article/view/83787>. Acesso em: 28 set. 2024.

CRUZ, Eduardo Picanço; FALCÃO, Roberto Pessoa de Queiroz; PAULA, Fábio de Oliveira. Imigrantes ou consumidores de intercâmbio? As agências como possíveis facilitadores da imigração de brasileiros para Austrália. *Turismo Visão e Ação*, v.22, n. 2, p. 297-317, 2020. DOI:10.14210/rtva.v22n2.p297-317. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/16674>. Acesso em: 28 set.2024.

CUNHA, Aline Moraes; ROQUE, Andréia Maria; POLIBICHARA, Marcia Queiroz; MACHADO, Odaléia Telles Marcondes; KER, Rosane Harder. Rede Turismo Rural consciente no Brasil e os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, v. 16, n. 1, p. 102-116, 2024. DOI:10.18226/21789061.v16i1p. Disponível em: <https://sou.ucs.br/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1062/424>. Acesso em: 28 set. 2024.

DA COSTA, Leila Aparecida; PIRES, Paulo dos Santos. A relação dos restaurantes de um destino turístico com a produção orgânica local. *Turismo: Visão e Ação*, v. 24, n. 2, p. 245-269, 2022.

DANTAS, Roberto Gualberto; GOSLING, Marlusa; COELHO, Mariana de Freitas. O processo de recuperação de serviços em agências de turismo através da abordagem do sistema sócio-técnico. *Turismo & Sociedade*, v. 6, n. 2, p. 440-461, 2013. DOI:10.5380/tes.v6i2. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/29447/21387>. Acesso em: 28 set. 2024.

DEL RIO, Lilian Veronica Rodrigues; SCHERER, Laura Alves. Relações de trabalho em restaurantes em tempos de crise pandêmica. *Revista Hospitalidade*, v. 20, p. 1–31, 2023. DOI: 10.29147/rev Hosp.v20.1010. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/1010>. Acesso em: 16 out. 2024.

ERIG, Geruza Aline; NASCIMENTO, Maria Elenita Menezes. Hospitalidade como fator competitivo em agências de viagens e turismo na cidade de Palmas/TO. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/5557>. Acesso em: 28 set. 2024.

FAIÃO, Ana Maria Prado; MARANHÃO, Ricardo; TORRES, Ricardo de Gil; BUENO, Marielys Siqueira. Percepção dos Colaboradores Internos da Prestação de Serviços em Restaurantes Institucionais. *Revista Hospitalidade*, v. 10, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/529>. Acesso em: 16 out. 2024.

FLECHA, Ângela Cabral; COSTA, Jane Iara Pereira da. O impacto das novas tecnologias nos canais de distribuição turística um estudo de caso em agência de viagens. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n. 4, 2006. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/69>. Acesso em: 28 set. 2024.

FLORES, Luiz Carlos da Silva; BORINELLI, Débora Bortolomeoti; FLORES, Guilherme Oliveira de Mattos da Silva. Orientação para o Mercado: estudo de restaurantes da Região da Foz do Itajaí no período de crise do Covid-19. *Revista Hospitalidade*, v. 19, p. 268–292, 2022. DOI: 10.29147/rev Hosp.v19.1007. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/1007>. Acesso em: 16 out. 2024.

KÖCHE, Jose Carlos. *Fundamentos de metodologia científica*. 34 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

KOGA, Érika; LEVENHAGEN Blanche; ANDRADE, Carolina; SANTOS, Glauber. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Relação com as Pesquisas de Turismo: Revisão da Literatura em Periódicos no Brasil. *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, v. 15, n. 1, p. 85-104, 2023. DOI:10.18226/21789061v15i1p85. Disponível em: <https://sou.ucs.br/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/253/222>. Acesso em: 28 set. 2024.

LIMA, Letícia; CURADO, Raquel Rodrigues Gonçalves; ARAÚJO, André Luiz Mendes. Sou consumidor: percepção de consumidores cegos em restaurantes de um shopping de Brasília (DF). *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, v. 8, n. 15, p. 64–77, 2020. DOI: 10.26512/revistacenario.v8i15.28979. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/28979>. Acesso em: 16 out. 2024.

LONGHINI, Fernanda Otaviani; BORGES, Marta Poggi e. A influência da internet no mercado turístico: um estudo de caso nas agências de viagens de Piracicaba (SP) e região. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 5, n. 3, 2006. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/90>. Acesso em: 28 set. 2024.

MARIUTTI, Fabiana Gondim; GIRALDI, Janaina de Moura Engracia. Fundamentos da Marca Brasil: uma análise da comunicação virtual em websites de agências de turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 12, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/635>. Acesso em: 28 set. 2024.

MOTA, Keila Cristina Nicolau; MACIEL FILHO, José Ari Cosme de Lima. Segmento do turismo de negócios para as agências de viagem: perfil de clientes corporativos de Fortaleza e região metropolitana - CE. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 22, n. 2, p. 428–444, 2011. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v22i2p428-444. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/14256>. Acesso em: 28 set. 2024.

OLIVEIRA, Tânia Veludo de; IKEDA, Ana Akemi. Agências de Turismo: oferta de serviços e satisfação do cliente. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 1, p. 35–47, 2002. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v13i1p35-47. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/63578>. Acesso em: 28 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. *Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 28 agosto 2024.

PAZINI, Raquel; BIZINELLI, Camila; MANOSSO, Franciele Cristina; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Turismo receptivo em Curitiba: Uma perspectiva da comercialização on-line pelas agências de turismo. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/5054>. Acesso em: 28 set. 2024.

PAZINI, Raquel; BRAGA, Debora Cordeiro; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. A importância do guia de turismo na experiência turística: da teoria à prática das agências de receptivo de Curitiba- PR. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 17, n. 2, 2017. DOI: 10.18472/cvt.17n2.2017.1269. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1269>. Acesso em: 28 set. 2024.

PAZINI, Raquel; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Os Produtos Turísticos de Curitiba, PR, Brasil na Perspectiva de Gestores de Agências de Turismo Receptivo. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 3, p. 568–595, 2016. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v27i3p568-595. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/105742>. Acesso em: 28 set. 2024.

PELLIZZER, Hilário Ângelo; SCRIVANO, Nivaldo Bruneau. Relacionamento entre agência de turismo e fornecedores de serviços turísticos: agência de turismo e transportador aéreo. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 2, p. 24–43, 1990. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v1i2p24-43. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/63866>. Acesso em: 28 set. 2024.

PEREIRA, Gisele Silva; CAMILOTTO, Samara; De CONTO, Suzana Maria. Produção do conhecimento sob a dimensão ambiental em eventos turísticos e megaeventos esportivos: uma análise dos periódicos vinculados a programas nacionais de pós-graduação em Turismo. *Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, v. 10, n. 1, p. 153-168, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i1p136>.

PERINOTTO, André Riane; VERAS, Adyelle Lima; CHAVES, Thaianne Maria Torres; SILVA, Leticia Maria Barbosa da. Usos das tecnologias de comunicação nos meios de hospedagem e agências do município de Parnaíba/ Piauí/ Brasil. *Revista Hospitalidade*, v. 15, n. 1, p. 50–72, 2018. DOI: 10.21714/2179-9164.2018v15n1.800. Disponível em: <https://www.revosp.org/hospitalidade/article/view/759>. Acesso em: 28 set. 2024.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2024.

PUNTEL, Laura; MARINHO, Katarzyna Bortnowska. Gastronomia e Sustentabilidade: uma análise da percepção da sustentabilidade ambiental em restaurantes buffet. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 3, p. 668–694, 2015. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v26i3p668-694. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/99186>. Acesso em: 16 out. 2024.

REVISTA DE TURISMO CONTEMPORÂNEO. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo>. Acesso em: 28 set. 2024.

REVISTA HOSPITALIDADE. Disponível em: <https://www.revosp.org/hospitalidade>. Acesso em: 28 set. 2024.

REVISTA ROSA DOS VENTOS – Turismo e Hospitalidade. Disponível em: <https://sou.ucs.br/revistas/index.php/rosadosventos/index>. Acesso em: 28 set. 2024.

REVISTA TURISMO EM ANÁLISE. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta>. Acesso em: 28 set. 2024.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável: a Proteção do Meio Ambiente*. São Paulo: Papirus Editora, 1997.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o Século XXI*. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, Évelin Silveira de Vargas; VALER, Salette. As mídias sociais sob a ótica das agências de turismo de Florianópolis-SC. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 34, p. 186–203, 2024. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v34i1p186-203. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/208081>. Acesso em: 28 set. 2024.

SANTOS, Letícia Oliveira Claizoni.; GUIMARÃES JUNIOR, Djalma Silva. Tecnologia da informação na gestão de restaurantes: uma revisão sistemática. *Revista Hospitalidade*, v. 19, p. 345–375, 2023. DOI: 10.29147/revhosp.v19.995. Disponível em: <https://www.revosp.org/hospitalidade/article/view/995>. Acesso em: 16 out. 2024.

SILVA, Jéssyca Rodrigues Henrique da; LIMA, Daene Silva de Moraes; MENDES Filho, Luiz. Tecnologia da Informação e Comunicação como ferramenta de aprendizagem: um estudo de casos múltiplos em agências de viagens de Natal/RN. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v. 8, n. 2, p. 222–250, 2020. DOI: 10.21680/2357-8211.2020v8n2ID20158. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/20158>. Acesso em: 28 set. 2024.

SILVA, Luana Alexandre; PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de; SANTANA, Rebeqa Cristiny Barbosa de. O turismo criativo na agenda política e urbana: possibilidades de contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 2, p. 323–343, 2021. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v32i2p323-343. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/184798>. Acesso em: 28 set. 2024.

SILVA, Carliane Ileicy; LEAL, Sérgio Rodrigues. Acessibilidade: visita técnica a três dos melhores restaurantes de Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. *Turismo & Sociedade*, v. 4, n. 2, p. 343-362, 2011.

SILVA, Leilianne Michelle Trindade da; MEDEIROS, Carlos Alberto Freire; COSTA, Benny Kramer. Qualidade dos Serviços Turísticos no Setor de Restaurantes: Uma Aplicação do Modelo SERVPERF. *Revista Hospitalidade*, v. 6, n. 2, p. 115–139, 2009. Disponível em: <https://revhosp.org/hospitalidade/article/view/306>. Acesso em: 16 out. 2024.

SILVEIRA, Elton José da. A qualidade no atendimento: o futuro das agências de turismo. *Turismo & Sociedade*, v. 8, n. 1, p. 180-194, 2015. DOI:10.5380/tes.v8i1. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/42846/26072>. Acesso em: 28 set. 2024.

SOARES, Maria; RODRIGUES DE SOUSA, Lucyane; GUEDES CUTRIM, Kláutenys Dellene. Turismo religioso e os impactos do COVID-19 no setor de bares e restaurantes de São José de Ribamar - MA. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.21680/2357-8211.2023v11n1ID27125. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/27125>. Acesso em: 16 out. 2024.

SOUTO, Christiane de Melo Rêgo; OLIVEIRA, Lúcia Maria Barbosa de. Análise da satisfação dos funcionários com as políticas e práticas de recursos humanos utilizadas pelas agências de viagem e turismo da cidade do Recife-PE, Brasil. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 1, p. 109–124, 2007. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v18i1p109-124. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/62611>. Acesso em: 28 set. 2024.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. São Paulo: Aleph, 2000.

TEIXEIRA, Rivanda Meira. O Processo de Criação de Novos Negócios em Turismo: estudo de casos múltiplos em agências de viagens em Curitiba, Paraná. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 2, p. 464–483, 2012. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v23i2p464-483. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/52429>. Acesso em: 28 set. 2024.

TITO, Ana Luiza de Albuquerque; BRUMATTI, Paula Normandia Moreira; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Pós-modernidade e Turismo: Reflexões Acerca da Experiência Turística no Contexto das Agências de Viagens. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 3, p. 424–437, 2017. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v28i3p424-437. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/126046>. Acesso em: 28 set. 2024.

TITO, Ana Luiza de Albuquerque; FERREIRA, Lissa Valéria Fernandes. Gestão de crise nas agências de viagens do Brasil: um estudo a partir da percepção dos representantes da Associação Brasileira de Agências de Viagens. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 3, p. 494–512, 2021. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v32i3p494-512. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/173600>. Acesso em: 28 set. 2024.

TOLEDO, Geraldo Luciano; SZTUTMAN, Léo; RUBAL, Jacques Melul. Comércio eletrônico em agências de viagens: estratégias competitivas e de marketing. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 2, p. 90–116, 2001. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v12i2p90-116. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/63544>. Acesso em: 28 set. 2024.

TOMELIN, Carlos Alberto; RUSCHMANN, Doris Van De Meene; ROSSINI, Diva de Mello. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos e Relacionamento nas Agências de Viagens de Santa Catarina. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 3, p. 576–600, 2013. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v24i3p576-600. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/79788>. Acesso em: 28 set. 2024.

TRAVERSO, Luciana Davi; PATIAS, Tiago Zardin; TOSELLI, Claudia; SILVA, Lenise David da. Turismo e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma análise a partir da produção nacional e das políticas públicas brasileiras. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 23, n. 1, p. 79–91, 2023. DOI: 10.18472/cvt.23n1.2023.2073. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/2073>. Acesso em: 28 set. 2024.

VASCONCELLOS, Beatriz Ingrid; VOGEL, Douglas Ricardo; BORTNOWSKA, Katarzyna. Gastronomia sustentável: análise da logística reversa em restaurantes de Florianópolis, Brasil. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 3, p. 403–423, 2017. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v28i3p403-423. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/127550>. Acesso em: 16 out. 2024.

VILA DA PALHA

Desafios e estratégias para a Inclusão e Sustentabilidade no Contexto da Agenda 2030

VILA DA PALHA
*Challenges and Strategies for Inclusion and Sustainability
in the Context of the 2030 Agenda*

Liliane da Cruz Caldas¹ e Jéssica da Rocha Corrêa²

Resumo

A cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, é marcada por seu patrimônio histórico-cultural ligado às charqueadas. Inserida nesse contexto, a Vila da Palha, fundada possivelmente em meados de 1938, apresenta um rico potencial histórico e cultural, mas permanece marginalizada em relação aos benefícios do turismo que prospera ao seu redor. Este artigo, fundamentado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, analisa as dinâmicas históricas e sociais da vila, propondo estratégias de inclusão social e sustentabilidade alinhadas aos ODS 8, 11, 12, 14 e 17. A pesquisa, baseada em revisão bibliográfica e documental, evidencia que a integração da Vila da Palha ao turismo sustentável pode gerar emprego, valorizar o patrimônio local e promover desenvolvimento socioeconômico. No entanto, conclui-se que superar a exclusão histórica e estrutural exige ações concretas, como a capacitação comunitária e parcerias estratégicas, garantindo que a população local seja protagonista no processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: sociedade e turismo, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Vila da Palha, charqueadas.

Abstract

The city of Pelotas, in Rio Grande do Sul, is renowned for its historical and cultural heritage linked to the charqueadas. Within this context, Vila da Palha, likely founded around 1938, presents a rich historical and cultural potential but remains marginalized from the benefits of the thriving tourism around it. This article, grounded in the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), analyzes the historical and social dynamics of the village, proposing strategies for social inclusion and sustainability aligned with SDGs 8, 11, 12, 14, and 17. Based on bibliographic and documentary research, the study highlights that integrating Vila da Palha into sustainable tourism can create jobs, enhance local heritage, and foster socioeconomic development. However, it concludes that overcoming historical and structural exclusion requires concrete actions, such as community capacity-building and strategic partnerships, ensuring the local population takes an active role in the development process.

Keywords: society and tourism, Sustainable Development Goals, Vila da Palha, charqueadas.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Mestre em Dirección y Planificación del Turismo- Universidad de Málaga- Espanha (2011). Graduada em Tecnologia em Hotelaria- UFPel (2018) e em Turismo Cultural- UCPel (2003). Especialista em Atrativos Culturais- IFPR (2022).

² Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas(2018). Atualmente é Assessora Administrativa da Tecnosul Parque Científico E Tecnológico. Tem experiência na área de Nutrição.

Desenvolvimento Urbano de Pelotas e da Vila da Palha: Contexto Histórico

O desenvolvimento de Pelotas, cidade localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul do Brasil, está profundamente vinculado a sua história como centro produtor de charque no século XIX. O Charque, um tipo de carne salgada destinada a alimentação da mão de obra escrava em diferentes atividades econômicas no Brasil, e fora dele, transformou-a no principal motor econômico da região durante décadas, o que permitiu que o município se convertesse em um dos centros econômicos mais importantes da época do império no Brasil.

Esta porção de terra foi doada pelo governador Gomes Freire de Andrada à Tomás Luís Osório em 1758, durante o período em que a Coroa Portuguesa buscava consolidar a ocupação da fronteira sul do continente americano, em disputa com a Coroa Espanhola (Carrasco, 2017). O interesse e a ocupação do local foram favorecidos por diversos fatores, entre eles, a presença de rebanhos livres das Vacárias do Mar e as condições naturais, uma vez que região possui muitos cursos d'água que facilitavam a locomoção. Por ser um território em disputa e, conseqüentemente com constantes guerras, no ano de 1777 por meio do Tratado de Santo Idelfonso assinado entre Espanha e Portugal, ficou determinada as possessões dos dois reinos na América do Sul, principalmente com relação a região do Prata, resultando assim, em um período de paz entre as duas coroas na disputa deste território.

Com a chegada do José Pinto Martins em Pelotas (português que vivia na cidade de Aracati, no Ceará, e produtor da carne-seca, mas que enfrentou grande dificuldade devido ao longo período seca enfrentada no Nordeste que quase dizimou o gado da região), inicia-se a produção, em larga escala do charque na região. Esta produção se manteve como uma das principais atividades econômicas durante décadas e, segundo Furtado, o Rio Grande do Sul impulsionou o setor pecuário através das exportações, especialmente de charque, que representava a metade das vendas totais do estado no final do século XIX (Furtado, 2005). Estas charqueadas, situadas principalmente às margens do Arroio Pelotas, se beneficiaram da utilização da mão de obra escrava, da abundância de água e da proximidade ao porto de Rio Grande tornando a cidade, segundo Vargas, responsável por 75% a 90% do charque produzido no país (VARGAS, 2012), o que impulsionou o seu crescimento urbano e econômico, resultando na construção de grandes mansões e a expansão do seu núcleo urbano de forma independente de Rio Grande de São Pedro, localizada cerca de 50 quilômetros de distância, consolidando-a como uma cidade proeminente.

O auge da produção também causou profundas implicações sociais, uma vez que os charqueadores, proprietários das fábricas de produção do charque, não só concentravam o poder econômico, mas também político e social em Pelotas, que por sua vez, dependiam em grande escala do trabalho escravo. E assim, a produção do charque ocasionou a concentração de terras, gado e escravos nas mãos de alguns poucos (Carrasco, 2017).

O crescimento da cidade esteve atrelado a grandes e constantes problemas urbanos. Mesmo com os avanços na infraestrutura, como a construção de edifícios residenciais, comerciais e de utilidade pública, financiados pela elite, as classes mais pobres foram marginadas. Como indica Maciel, "diversas foram as tentativas de afastá-los do centro urbano, numa falsa perspectiva de que o afastamento dessas habitações populares resolveria de fato os problemas de infraestrutura enfrentados pelos seus moradores" (Maciel, 2014). E assim, Pelotas tornou-se um exemplo claro de segregação urbana, entre a opulência do centro e a pobreza das periferias.

A transição de Pelotas, de uma economia baseada no charque a uma base mais diversificada, foi impulsionada pelo declive da indústria saladeira no início do século XX, sendo um dos fatores deste, a concorrência com as charqueadas do Rio da Prata, que utilizavam a mão de obra assalariada em lugar da escrava, refletindo a concorrência entre dois sistemas econômicos opostos: o colonial e escravista, frente ao capitalista. Esta tentativa de modernização e diversificação da economia, através da instalação de fábricas têxteis e de produtos derivados da agroindústria, entre os anos de 1890 e 1920, acarretou em uma elevação de 114% da população urbana (Maciel, 2014), intensificando ainda mais os já existentes, e graves, problemas de saúde e de habitação.

Esta situação urbana se manteve sem que houvessem políticas públicas eficazes no enfrentamento ao problema. Somente foram tomadas medidas sanitárias que se dedicavam em acabar “com os cortiços na região central da cidade, e não forneciam de forma adequada o abastecimento de água e tratamento de esgoto, eficazes no combate das doenças” (Medvedovski, 2021). Mantendo, assim, a dualidade da cidade de Pelotas que ficava evidente na sua forma urbana, já que a “cidade dos casarões, de arquitetura sofisticada, dos teatros e dos chafarizes, era também a cidade das senzalas e dos cortiços” (Carrasco, 2017).

Nesta forma urbana se expressava o tipo de sociabilidade derivada das ideias que conformavam o arcabouço ideológico sobre o qual se justificavam e se legitimavam as contradições latentes observadas entre os modos de pensar e de agir, entre a moral pública e a privada e entre a reivindicação da civilização como horizonte a ser alcançado a partir da generalização da barbárie (Carrasco, 2017). Esse contraste refletia as contradições da sociedade pelotense, que, ao mesmo tempo em que aspirava à civilização e o progresso, mantinha as desigualdades sociais e econômicas entre a elite e os mais pobres. Assim, ao invés de oferecer soluções integrais, como um melhor acesso à moradia, água potável e saneamento, as autoridades se limitaram apenas em deslocar à população pobre para as periferias, sem qualquer tipo de investimento em infraestrutura. Este processo de “higienização” urbana, aconteceu no início do século XX e consistia em eliminar os cortiços do centro da cidade.

Estes cortiços eram residências de aluguel em péssimas condições, além das vilas e casa em fita, como descreve Rubira:

Em relação à vivenda popular foram dotadas três alternativas: os cortiços, as vilas e as casa em fita e a produção de loteamentos distantes do núcleo original. Os mais pobres alugavam quartos em porões, em edículas nos fundos dos terrenos ou em casas velhas subdivididas, chamadas de cortiços. Todas essas opções tinham como característica: o estado precário das edificações, o espaço mínimo por família e o banheiro e o tanque coletivos. Não muito longe do centro urbano, dois tipos de conjuntos habitacionais foram erguidos para alugar às chamadas classes laborais: as vilas e as casas em fita. Nas vilas, as habitações formavam uma fita perpendicular à calçada e tinham seu acesso por uma rua interna. As casas em fitas, colocadas umas às outras, estavam todas voltadas para a rua pública. Em grupos de três até dezesseis residências iguais, tinham corredor lateral ou central. Principalmente, a cidade cresceu através de loteamentos populares, primeiro em direção ao oeste, depois leste. A ampliação deixou vários vazios urbanos (Rubira, 2014. p.518 e 516).

Após a quebra das charqueadas, os terrenos antes utilizados para a indústria do charque, se transformaram em espaços para vários fins coletivos públicos e privados, como o hipódromo, clubes sociais, aeroporto e loteamentos como as COHAB-RS, destinados à faixa de 3 a 5 salários-mínimos (Medvedovski, 1998). Outros espaços permaneceram desocupados ou foram ocupados pelas populações ainda mais pobres, como escravos libertos e seus descendentes ou ainda por trabalhadores de menor capacidade econômica. Em um destes espaços, encontra-se a Vila da Palha, situada entre dois antigos empreendimentos charqueadores, a São João do ano de 1810 e a Santa Rita de 1826.

A Vila da Palha no contexto histórico do desenvolvimento urbano de Pelotas

A história da Vila da Palha, localizada às margens do Arroio Pelotas, carece de registros documentados, o que dificulta saber com precisão os fatos e as razões de sua ocupação. Poucos são os estudos realizados sobre o local, assim como destaca Souza,

as produções historiográficas sobre o período de transição da cidade de Pelotas quase colonial para a cidade moderna, ou já com traços de modernização [...] são relativamente escassas, se comparada com a produção historiográfica do período imperial, considerado o da opulência da cidade charqueadora (Souza, 2017, p.15).

A vila está entre dois importantes estabelecimentos do período áureo da produção do charque no município e, atualmente, relevantes para o setor turístico. Segundo a Secretaria de Regulamentação Fundiária da Prefeitura Municipal de Pelotas, os primeiros moradores se estabeleceram no local a partir de posses irregulares de terras por volta do ano de 1938. Este assentamento estava próximo ao local que se realizava a travessia de balsa no Arroio Pelotas em direção às terras da família Assumpção, onde se encontra a praia às margens da Lagoa dos Patos. Este serviço ocorreu até o ano de 1949, quando foi construído o primeiro pontilhão em madeira, facilitando o acesso à praia e substituindo a balsa. Na época o local era muito pouco utilizado pelos pelotenses como um espaço de lazer, diferente dos dias atuais onde o bairro se desenvolveu e recebe o nome de Laranjal.

Em entrevista ao jornal Diário Popular, uma moradora relata suas memórias de quando chegou à vila por volta dos anos de 1960: “Era tudo tapado com palha. A gente cortava junco, deixava secar e fazia a cobertura. E as casas eram de madeira”³, refletindo assim, as condições das moradias construídas que serviu de referência para o seu nome. Na entrevista, a moradora também identificou que o abastecimento de água era feito por meio de poço artesiano e que somente após algum tempo houve o fornecimento através de uma “bica”, ou seja, o primeiro abastecimento por meio de encanamento público, que ficava na margem do Arroio Pelotas. Quanto à regulamentação dos terrenos, esta ocorreu somente no ano de 2018 quando foram entregues 126 lotes às famílias, possibilitando assim, o direito à moradia e o reconhecendo oficial da vila, composta pelas ruas Augusto Sant Hilaire e Rua 1.

Mesmo que sejam escassos os registros sobre o histórico da Vila da Palha, identifica-se que o serviço de acesso à praia, o tipo de material utilizado para os telhados e a posse irregular dos terrenos, já então inutilizados para a produção do charque, nos

³ Entrevista extraída do jornal Diário Popular. Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/geral/areal-uma-das-primeiras-regioes-a-se-desenvolver-170927/>. Acessado em: 14/10/2022.

permite compreender parte de sua história e contextualizá-la ao período de formação urbana do município, refletindo as precárias políticas públicas e os grandes problemas ocasionados pelo acelerado desenvolvimento urbano de Pelotas.

Este contexto de poucas intervenções e ações voltadas à melhoria da qualidade de vida desta comunidade se mantém até hoje, somados à atual conjuntura econômica em que está inserida, mais uma vez, permanece invisível: expectadora diária dos turistas que passam à sua porta, não interage e não está inserida na atividade turística, como tampouco os estabelecimentos turísticos vizinhos estão integrados à comunidade. A Charqueada São João e a Charqueada Santa Rita, empreendimentos turísticos adjacentes à vila que atraem milhares de turistas ao ano, não são capazes de proporcionar e atrair maior interesse público e o desenvolvimento de estratégias que mudem esta realidade, uma vez que a comunidade está totalmente à parte do desenvolvimento turístico, das decisões e de seus benefícios, colocando em evidência a complexidade do desenvolvimento urbano de Pelotas que se mantém, incapaz de atender a todas as parcelas da população de uma maneira justa e sustentável.

Como destaca Milton Santos em seu livro *Da Totalidade ao Lugar* (2005),

o espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais. O espaço reproduz a totalidade espacial na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas (Santos, 2005, p.33).

O espaço tem muita influência na vida de uma comunidade, não sendo ele um cenário passivo ou neutro onde ocorrem as atividades humanas, mas desempenha um papel ativo na evolução das formações econômicas e sociais, refletindo e reproduzindo as necessidades e as dinâmicas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Assim, o espaço construído é uma produção social que não só responde às exigências de desenvolvimento econômico, mas também configura e transforma as relações sociais.

Este conceito, ressalta que a estrutura do espaço é resultado de processos históricos e políticos, que influenciam no comportamento e nas dinâmicas das formações sociais. Conforme destaca o informe que fundamentou a criação da Área de Especial Interesse Cultural (AEIC) do Sítio Charqueador Pelotense, evidencia-se que esta região foi crucial para a preservação da memória histórica e cultural de Pelotas, ainda assim, permanece desvalorizada (Gutierrez, 2006). Portanto, fica claro que a Vila da Palha espelha um processo histórico e social caracterizado por marginalizações e exclusões, onde o espaço teve um papel ativo na formação das desigualdades. A participação da comunidade em processos de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis, particularmente no setor turístico, é um desafio que ainda precisa ser superado para assegurar que a vila possa ter um papel ativo no progresso socioeconômico do lugar em que está inserida.

O turismo como instrumento de implementação dos ODS na Vila da Palha

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 metas globais estabelecidas em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como parte da Agenda 2030, que abordam os desafios mais urgentes do mundo e buscam melhorar a vida das pessoas, além de proteger o planeta, promovendo o desenvolvimento sustentável de forma integral a nível mundial (ONU, 2015). Sendo assim, o turismo pode ser um poderoso instrumento para a implementação dos ODS ao promover um

desenvolvimento inclusivo, sustentável e respeitoso com o meio ambiente e a cultura local.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) em 2015, junto a outras entidades, assumiu o compromisso do Desenvolvimento Turístico embasado nos ODS (UNWTO, 2015). Sabe-se que o turismo é uma ferramenta de grande impacto no âmbito social, ambiental e econômico e que os destinos turísticos cada vez mais sofrem com o aumento significativo desta atividade (Panayiotopoulos & Pisano, 2019), evidenciando assim, que na maioria dos casos, não é uma atividade sustentável, com exceção de alguns poucos que trabalham com esta perspectiva. Sabendo da grande importância deste setor na economia mundial, em 2017, a ONU determinou o ano do turismo sustentável, por reconhecer nesta atividade, sua capacidade de desenvolver um ambiente que traga benefícios e proteção ambiental e cultural a todos aqueles destinos e cidadãos envolvidos, isto se bem planejado. Ações como estas, da OMT e da ONU, impulsionam para que a atividade repense sua forma de atuação, uma vez que alguns caminhos percorridos se tornam de difícil retorno, com impactos irreparáveis ao destino, e o que vemos, na maioria dos casos, é uma atividade que vem degradando ambientes e culturas em prol do desenvolvimento econômico e do enriquecimento de poucos. Assim, se faz importante projetar ações que favoreçam o alcance das metas dos ODS.

No âmbito da Vila da Palha, o turismo ocorre de forma isolada, incluindo somente os atrativos do entorno, enquanto a comunidade se torna expectadora dos visitantes que passam diariamente à sua “porta”. Com potencial para trazer desenvolvimento, uma vez que sua trajetória histórica tem se demonstrado falha ao atender suas demandas sociais e infraestruturais básicas, o envolvimento da comunidade com o desenvolvimento de um turismo sustentável, oportuniza que os benefícios sejam distribuídos de forma justa, além de resultar em fortalecimento econômico e social da Vila da Palha.

Ao integrar os princípios dos ODS no planejamento turístico, é possível garantir que o crescimento econômico seja acompanhado pela preservação ambiental, a valorização do patrimônio cultural e a promoção da inclusão social. A geração de empregos, o estímulo ao empreendedorismo local e a conscientização ambiental, são apenas alguns dos impactos positivos que podem ser alcançados, ajudando a transformar o lugar em um exemplo de desenvolvimento turístico em Pelotas, alinhado com os objetivos globais da Agenda 2030.

Assim, este trabalho engloba a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que realiza um estudo sobre o processo de desenvolvimento da Vila da Palha dentro do contexto urbano de Pelotas através de fontes bibliográficas e outros documentos históricos, além de integrar a análise qualitativa, utilizando os ODS da ONU, como um quadro teórico com o intuito de propor estratégias de desenvolvimento sustentável e de inclusão social da Vila da Palha que possam servir às instituições, sejam elas do setor público, privado, sociedade civil ou aos indivíduos interessados, no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

A seguir, se destacam quais, e como, os ODS podem favorecer a esta comunidade.

ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico

O ODS nº 8 visa incentivar que o crescimento econômico seja inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno e produtivo, assim como condições dignas de trabalho para todos. Portanto, o setor do turismo pode desempenhar um papel fundamental na criação de empregos e no fomento de um crescimento econômico sustentável,

gerando oportunidades através de diferentes atividades que atendam ao turista, como a hoteleira, de alimentação, transporte, entre outros.

Em Pelotas, o turismo cultural relacionado às charqueadas, representa uma chance singular de integrar a Vila da Palha nesse processo de desenvolvimento econômico através da possibilidade de gerar empregos vinculados ao turismo. Integrando de maneira harmoniosa e permitindo que a população se empodere dos benefícios e das decisões, utilizando-se do auxílio do Sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT E SESCOOP) e prefeitura local, por exemplo, é possível fomentar a criação de pequenas e médias empresas que possam abastecer os já existentes empreendimentos turísticos do entorno, fomentando a geração de novos, ou qualificando os já existentes, que na atualidade muitos permanecem na informalidade, como por exemplo, a produção de doces típicos de Pelotas, para que estes possam ser integrados e comercializados pelos estabelecimentos turísticos lindeiros.

Outra oportunidade é o desenvolvimento de uma linha de artesanato típica e a capacitação de agentes de turismo e guias de turismo locais, que possam desempenhar um atendimento receptivo às excursões, dando um maior valor cultural além da integração da comunidade com o turista, uma vez que são os moradores que vivenciam cotidianamente a vida no local. Estas iniciativas estimulam o empreendedorismo e geram oportunidade de melhoria de vida e redução de desigualdades.

Um exemplo concreto que demonstra o potencial do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 é o Quilombo do Campinho da Independência⁴, localizado em Paraty, Rio de Janeiro. Neste lugar, os habitantes promovem atividades de turismo comunitário, que englobam a venda de produtos locais, tais como artesanato tradicional e pratos tradicionais da culinária quilombola, elaborados com ingredientes produzidos pela comunidade. Ademais, o quilombo incentiva a formação de seus integrantes em áreas como atendimento ao público e empreendedorismo, fomentando a liderança local e a criação de postos de trabalho. Este modelo ilustra como a utilização de recursos locais, juntamente com a valorização da cultura e a formação, pode impulsionar o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, servindo de inspiração para a Vila da Palha engajar a comunidade no progresso turístico da Rota das Charqueadas. Assim, é possível estabelecer um modelo de desenvolvimento que além de gerar emprego e renda, pode contribuir para a redução das desigualdades, valorização do patrimônio cultural e promoção da sustentabilidade.

ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

O ODS 11 busca tornar cidades e comunidades inclusivas, seguras e sustentáveis, promovendo a melhoria da infraestrutura urbana e o acesso a serviços essenciais. Na Vila da Palha, a implementação de estratégias sustentáveis pode transformar o ambiente local, favorecendo a criação de espaços públicos mais acessíveis e a valorização do patrimônio cultural. Ao integrar o turismo com práticas urbanas sustentáveis, como a melhoria das vias de acesso, saneamento e a preservação ambiental, é possível fortalecer a comunidade, garantindo que o desenvolvimento econômico gerado pelo turismo seja harmonioso com as necessidades ambientais e sociais no local. Além disso, por meio de iniciativas que promovam moradias dignas, infraestrutura adequada e envolvimento na tomada de decisões, é crucial para o sucesso desse processo.

⁴ Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cairucu/visitacao/atrativos-culturais.html?start=1>.

Não que se deseje tornar a Vila da Palha em um atrativo turístico em si, mas é possível aproximar os moradores do desenvolvimento e dos resultados da atividade, aglutinando empreendimentos e residentes, de forma a comporem a cadeia produtiva do turismo no local, tornando-os agentes fiscalizadores e promotores, favorecendo a sustentabilidade desta comunidade e preparando-os para atuarem diretamente no desenvolvimento do turismo sustentável no local. Através de programas de formação em práticas sustentáveis, somadas à uma consciência turística, torna-se possível contribuir para que a comunidade se aproprie de seu papel e das oportunidades geradas pela atividade. Com uma população mais qualificada, se promove e viabiliza um desenvolvimento social e econômico mais sustentável a longo prazo.

A exemplo disto, o projeto Centro Cultural Vila Flores⁵, em Porto Alegre, foi desenvolvido em um conjunto arquitetônico histórico, o Vila Flores, formado por três edificações e um pátio no centro destes, foi revitalizado para se tornar um espaço cultural e colaborativo, promovendo práticas sustentáveis e a inclusão social. O projeto transformou o local em um polo de economia criativa, onde são realizadas atividades culturais, educativas e comunitárias, envolvendo diretamente os moradores e pequenos empreendedores da região. Além disso, o espaço integra iniciativas de preservação do patrimônio histórico e oferece infraestrutura acessível, fomentando o uso sustentável do ambiente urbano. Este modelo demonstra como a valorização do patrimônio cultural, aliada à inclusão comunitária e práticas sustentáveis, pode transformar realidades urbanas, inspirando a Vila da Palha, na aplicação de estratégias semelhantes, uma vez que poderia promover a integração da comunidade local ao desenvolvimento turístico sustentável, fortalecendo tanto a infraestrutura urbana quanto o senso de pertencimento dos moradores.

ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis

Para promover o consumo e produção responsáveis, o ODS 12 propõe que sejam desenvolvidas práticas que respeitem os recursos naturais e que minimizem os impactos negativos no meio ambiente. Neste contexto, o turismo pode ser uma ferramenta de promoção de sensibilização quanto ao respeito e preservação da cultural local.

Ao aplicar o ODS 12 no turismo que se desenvolve a partir das charqueadas, neste caso, ao incluir mais ativamente a Vila da Palha na atividade, deve-se prepará-la, por meio de oficinas ou programas educativos, quanto a valorização e preservação dos recursos locais, tornando-a agente fiscalizador e promotor da proteção do entorno natural e das tradições locais, por meio do turismo sustentável, e assim contrastar os efeitos negativos da exploração capitalista.

Ações como o desenvolvimento e promoção de artesanato local, contribui para criar produtos com identidade cultural, contribuindo com a economia local. O desenvolvimento de programa de turismo de base comunitária, a utilização de energias renováveis, a gestão responsável dos resíduos sólidos gerados pelo turismo, a reciclagem, a redução do uso de plásticos, o consumo de produtos de baixo impacto ambiental, a promoção de programas educativos, tanto para a população local quanto para o turista, o desenvolvimento de parcerias sustentáveis com organizações locais, podem favorecer a aplicabilidade do ODS 12 de forma a trazer resultados duradouros à comunidade.

O Projeto Bagagem, uma iniciativa de turismo comunitário no Brasil, ilustra de maneira prática o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12, ao promover o consumo e a produção responsáveis. O projeto conecta turistas a comunidades tradicionais, proporcionando experiências genuínas que valorizam a cultura local e reduzem os

⁵ Vila Flores: <https://vilaflores.org/about/>.

impactos ambientais. Por meio da venda de produtos artesanais e alimentos produzidos de forma sustentável, o projeto impulsiona a economia local e promove o consumo consciente. Além disso, são conduzidas oficinas para os residentes, instruindo sobre a administração responsável dos recursos naturais e a manutenção de suas tradições culturais.

ODS 14: Vida na Água - Integração da Vila da Palha no Turismo Costeiro Sustentável

Por estar situada às margens do Arroio Pelotas, considerado Patrimônio Cultural de Pelotas, o ODS 14 também pode ser desenvolvido, mesmo com seu caráter mais voltado à vida marinha, entende-se seu papel de conservação e uso sustentável de ecossistemas aquáticos, incluindo rios, lagos e outros corpos d'água interiores, uma vez que existe atividade econômica e turística sendo realizada na água próximo à Vila da Palha, como passeios de barco, esportes náuticos e pesca, além de muitos moradores serem pescadores.

Além disso, a criação de rotas turísticas que incluam a visita a pontos naturais próximos à vila, ajudará a valorizar o patrimônio natural local, promovendo a conscientização ambiental e incentivando práticas de consumo responsável.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 da ONU, visa conservar e usar, de forma sustentável, os oceanos, mares e recursos marinhos. Ao implementar um projeto de turismo costeiro, entende-se que este desempenhará um papel crucial na conservação dos ecossistemas nativos. Isto pode ser alcançado através do uso de embarcações sustentáveis, com o desenvolvimento de infraestruturas verdes, como passarelas ecológicas, mirantes, etc., projetados a minimizar a erosão costeira e o impacto sobre os habitats naturais, além da possibilidade da elaboração de programas de Educação Ambiental desenvolvidos pelos próprios residentes da vila com o objetivo de apresentar à comunidade pelotense e aos turistas, práticas sustentáveis e de sensibilização quanto ao cuidado da natureza, além do apoio à pesca sustentável, já que muitos moradores têm esta atividade como sua principal fonte de renda. Estas são algumas das ações possíveis de serem implementadas por este ODS.

O Great Barrier Reef Protection⁶, na Austrália, é um exemplo significativo de implementação do ODS 14, unindo a preservação ambiental e o turismo sustentável para salvar um dos maiores ecossistemas marinhos do planeta. O projeto aplica medidas como o acompanhamento constante dos recifes, utilização de embarcações sustentáveis, estabelecimento de zonas de proteção marinha e sensibilização de visitantes e residentes acerca da relevância da proteção do habitat natural. Adicionalmente, o projeto incentiva a pesca sustentável e estimula atividades turísticas que reduzam os impactos ambientais, tais como excursões orientadas e mergulhos supervisionados. A vivência mostra que a combinação de preservação ambiental e turismo pode proporcionar vantagens econômicas e sociais, ao mesmo tempo que salvaguarda recursos naturais de grande valor. Este modelo tem potencial para motivar a Vila da Palha a implementar ações sustentáveis ligadas ao Arroio Pelotas, criando um turismo alinhado à preservação do patrimônio natural e à valorização da comunidade local.

⁶ Mais informações sobre o projeto em: <https://www.dcceew.gov.au/parks-heritage/great-barrier-reef/protecting>

ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação

O turismo não ocorre sem meios de implementação e formação de parcerias, uma vez que é uma atividade que envolve muitos setores e muitos agentes para consolidar com sucesso de seu desenvolvimento. Assim, o ODS 17, no contexto do turismo na Vila da Palha como já destacado anteriormente, deve ser desenvolvido a partir de coordenação estratégica de planejamento e execução. Estas parcerias devem ser sólidas e diversas, já que envolvem desde o preparo da comunidade à execução e manutenção de um projeto turístico sustentável.

As alianças devem ser consolidadas na perspectiva de atender equilibradamente às necessidades da comunidade e as demandas dos turistas, e não a favorecer a um pequeno grupo ou a uma pauta política. Organizações não-governamentais, governo local, associações, empresários, universidades e institutos de pesquisa, são alguns atores que podem cooperar para trazer inovação e soluções criativas para os desafios que serão enfrentados continuamente pela comunidade.

Além das parcerias, deve-se considerar o investimento em capacitações, cursos de qualificação para os moradores da Vila da Palha e ações de mobilização para a integração entre empreendimentos e moradores, uma vez que estas são as primeiras parcerias fundamentais a serem fortalecidas, já que são os principais entes que devem trabalhar em cooperação.

Assim, um exemplo marcante é o da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário⁷ (TURISOL), que promove parcerias e meios de implementação para o desenvolvimento de iniciativas sustentáveis no turismo. A rede conecta comunidades locais, ONGs, empresas e órgãos públicos para fortalecer o turismo de base comunitária, criando uma plataforma colaborativa que estimula a troca de conhecimentos e recursos. A TURISOL apoia comunidades no desenvolvimento de suas potencialidades turísticas, oferecendo capacitação, acesso a mercados e orientação para práticas sustentáveis, além de promover o respeito à cultura e aos saberes locais. Este modelo mostra como parcerias estratégicas podem alavancar o turismo como ferramenta de inclusão social e geração de renda. Na Vila da Palha, a implementação de uma rede semelhante poderia articular esforços entre a comunidade local, empresários e o poder público, promovendo o turismo sustentável e integrando os moradores como protagonistas do processo de desenvolvimento econômico e social.

Conclusão

A história da Vila da Palha reflete às complexidades do desenvolvimento urbano de Pelotas, uma cidade marcada com ambiguidades sociais. Apesar de sua proximidade geográfica com atrativos turísticos de importância histórica para o município, como a Charqueada Santa Rita e São João, a Vila da Palha historicamente está marginada e excluída, uma vez que é resultado de ocupação informal, sem planejamento urbano adequado e com intervenções públicas paliativas e tardias. A falta de registros históricos precisos reforça ainda mais esta exclusão, dificultando a compreensão total de seu processo de formação.

⁷ Conheça a Rede TURISOL: https://issuu.com/projetobagagem/docs/rede_turisol_13_propostas_rede_turisol_primavera_d/s/18232226

Como defendido por Milton Santos, o espaço construído e a distribuição da população não são neutros, eles refletem as necessidades sociais, econômicas e políticas de uma sociedade (Santos, 2005). Neste sentido, a Vila da Palha é um exemplo claro de como a urbanização e a exclusão coexistem em Pelotas. Seu isolamento da atividade turística também é evidente, o que manifesta a necessidade de políticas mais inclusivas e sustentáveis no desenvolvimento estratégico do turismo e do reconhecimento da comunidade local como agente ativo e não como simples expectadora do processo de desenvolvimento, o que resulta em uma perda significativa de oportunidades, tanto econômica como sociais.

No entanto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU oferecem um marco para reverter esta situação. Através de iniciativas que promovam cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), implementação de um consumo e produção responsáveis (ODS 12) e trabalho decente e o crescimento econômico (ODS 8), é possível integrar a Vila da Palha no turismo de maneira sustentável e inclusiva. Esta integração não é somente fundamental para o desenvolvimento econômico da comunidade, mas também contribuirá para a preservação da rica história e cultura de Pelotas.

Além disto, a vila tem um grande potencial para alinhar-se com o ODS 14, que enfoca a proteção da vida aquática e a sustentabilidade dos ecossistemas costeiros. Implementando práticas que promovam a proteção da biodiversidade marinha e a infraestrutura verde, a comunidade local poderia se beneficiar economicamente, ao mesmo tempo que, conservam os recursos naturais do Arroio Pelotas, patrimônio cultural da cidade. Tudo isto, através de Parcerias e Meios de Implementação (ODS 17), resultaria em uma combinação em prol ao desenvolvimento econômico e conservação ambiental e cultural, promovendo transformações na Vila da Palha além da implementação de um modelo de turismo sustentável dentro do município, beneficiando aos residentes e seu entorno.

No entanto, mesmo que o trabalho aborde de maneira promissora o potencial da Vila da Palha para se integrar a práticas de desenvolvimento sustentável e inclusão social, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ainda assim, existem desafios significativos a serem enfrentados para que essas metas sejam alcançadas. Um dos principais desafios é a histórica exclusão social da comunidade, resultado de décadas de marginalização e falta de políticas públicas efetivas. A inclusão da população local no processo de desenvolvimento turístico requer estratégias claras para capacitação, participação ativa e garantia de benefícios equitativos. Sem a superação dessas barreiras estruturais, há o risco de replicar modelos de turismo excludentes, que beneficiam apenas determinados atores econômicos, deixando a comunidade alheia aos resultados positivos.

Além disso, a sustentabilidade no contexto da Vila da Palha apresenta entraves práticos, como a carência de infraestrutura básica, saneamento precário e ausência de práticas ambientais consolidadas. A implementação de turismo sustentável depende de recursos financeiros, técnicos e humanos, que podem não estar plenamente disponíveis para a comunidade. A preservação do patrimônio cultural e natural também se torna um desafio em um ambiente marcado pela vulnerabilidade social e pela falta de integração entre as partes interessadas. Assim, é imprescindível garantir que as propostas sejam adequadas à realidade local, com soluções que respeitem as necessidades da população e promovam um equilíbrio entre conservação e desenvolvimento.

Quanto à pesquisa, ao empregar uma abordagem qualitativa, ancorada em revisão bibliográfica e análise documental, identificam-se inúmeras possibilidades, oportunizando um estudo inicial. No entanto, essa metodologia apresenta limitações

importantes. Primeiramente, a ausência de registros históricos completos sobre a Vila da Palha limita a capacidade de compreender plenamente os fatores que moldaram sua formação e exclusão social. Além disso, abre oportunidade de enriquecê-lo através de dados primários, como entrevistas ou consultas diretas com a comunidade, que seriam essenciais para captar as percepções, necessidades e aspirações dos moradores. A exclusão dessas vozes pode resultar em estratégias desalinhadas com as realidades locais.

Faz-se necessário, também, uma análise empírica detalhada sobre a viabilidade das propostas apresentadas. Aspectos como a disponibilidade de recursos financeiros, o engajamento de parceiros estratégicos e os impactos ambientais e sociais potenciais que não são explorados com profundidade, o que compromete a aplicabilidade das estratégias sugeridas. Para superar essas limitações, pode-se incorporar métodos participativos, como workshops ou consultas comunitárias, além de estudos de viabilidade econômica e ambiental, garantindo que as soluções propostas sejam exequíveis e adaptadas ao contexto local.

Conclusivamente, entende-se que os ODS são fundamentais e proporcionam uma orientação quanto à implementação de ações a serem executadas em prol do desenvolvimento sustentável, neste caso, na Vila da Palha na cidade de Pelotas. Integrar as realidades globais, com as particularidades locais, é a chave para alcançar, não só benefícios econômicos e sociais, mas também fortalecer o sentido de identidade e responsabilidade social e ambiental entre as comunidades.

Referências

CARRASCO, André de O. Torres. O processo de produção do espaço urbano na cidade de Pelotas: Subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia. *Oculum Ensaios*, Vol. 14. Núm. 3. P 596-677, Pontifícia Universidade Católica de Campinas 2017.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (coord.). *Diretrizes para a área de especial interesse cultural "sítio charqueador pelotense" /Relatório Final*. Ministério da Educação Prefeitura /Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Secretaria Municipal de Cultura/ Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira/ Municipal de Pelotas /Secretaria Municipal de Urbanismo. Pelotas, 2006.

MACIEL, Letícia N. *Uma abordagem arqueológica sobre os cortiços pelotenses entre os séculos XIX e XX*. 2014. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em antropologia – Linha de Formação em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. *A vida sem condomínio: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social*. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; CARRASCO, André Oliveira T.; SILVA, Fernanda Lima. *Direito à Cidade e Habitação: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Pelotas-RS*. Relatório Final, 2021.

ONU, *Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Pacto 2030*. 2015. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods-e-agenda-2030/>. Acesso em 05/09/2024.

PANAYIOTOPOULOS, A., & Pisano, C. Overtourism dystopias and socialist utopias: Towards an urban armature for dubrovnik. *Tourism Planning and Development*, 16(4), 393–410, 2019. <https://doi.org/10.1080/21568316.2019.1569123>

RUBIRA, Luís (Org.) *Almanaque do Bicentário de Pelotas*. 2ª edição. Pelotas: Armazém Literário, 1997-1998. 2 vol, 2014.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SOUZA, M. J. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. *Revista Graphos*, vol. 16, n° 1, UFPB/PPGL, 2014.

UNWTO. *UNWTO: Tourism in the 2030 Agenda*. 2015. Disponível em: <https://www.unwto.org/global/press-release/2019-07-09/world-tourism-organization-leads-discussion-tourism-financing-2030-agenda-a>. Acesso em: 08/01/2025.

VARGAS, Jonas Moreira. “UM OLHO NO ATLÂNTICO, OUTRO NA FRONTEIRA”. Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e as suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, 30 (2), p. 1-23, 2012.

BRASÍLIA EM CENA

Performatividade antidemocrática nos atos de 8 de janeiro e os desafios à Agenda 2030

BRASÍLIA ON STAGE
Antidemocratic Performative Acts on January 8 and Challenges to the 2030 Agenda

Jorge Antônio de Oliveira Júnior¹

Resumo

Os ataques de 8 de janeiro de 2023 à Praça dos Três Poderes, em Brasília, ilustraram a tensão entre democracia e autoritarismo, revelando tanto a fragilidade quanto, em certa medida, a resiliência das instituições democráticas brasileiras. Este artigo analisa os fatores que culminaram nesses eventos — desinformação, mobilização bolsonarista e instrumentalização de símbolos nacionais — sob a perspectiva da Agenda 2030 e do ODS 16, que promove paz, justiça e instituições eficazes. Exploram-se a estética do ressentimento e a performatividade política como expressões de conflitos urbanos que transformaram o espaço público em palco de ações antidemocráticas. Por meio de uma análise crítica da teatralização política e do imaginário urbano, o texto reflete sobre os desafios à democracia brasileira e propõe o fortalecimento do espaço público e das instituições como resposta às dinâmicas de polarização e violência, conectando os princípios globais da Agenda 2030 aos esforços locais por uma sociedade mais inclusiva.

Palavras-chave: democracia, autoritarismo, Agenda 2030, estética do ressentimento, performatividade política.

Abstract

The January 8, 2023 attacks on the Praça dos Três Poderes in Brasília highlighted the tension between democracy and authoritarianism, revealing both the fragility and, to some extent, the resilience of Brazil's democratic institutions. This article examines the factors leading to these events — disinformation, Bolsonaro supporter mobilization, and the instrumentalization of national symbols — from the perspective of the 2030 Agenda and SDG 16, which promotes peace, justice, and strong institutions. It explores the aesthetics of resentment and political performativity as expressions of urban conflicts that turned public spaces into stages for antidemocratic actions. Through a critical analysis of political theatricality and urban imaginaries, the text reflects on the challenges to Brazilian democracy and proposes strengthening public spaces and institutions as responses to polarization and violence, linking the global principles of the 2030 Agenda to local efforts for a more inclusive society. Keywords: democracy, authoritarianism, 2030 Agenda, aesthetics of resentment, political performativity.

¹ Doutor (2024) e mestre (2017) pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB) e arquiteto e urbanista formado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG, 2011).

Introdução

Os ataques de 8 de janeiro de 2023 à Praça dos Três Poderes, em Brasília, marcaram um ponto de inflexão na história política recente do Brasil, evidenciando tensões profundas entre democracia e autoritarismo. Esses eventos, caracterizados pela violência e pela tentativa de subversão institucional, devem ser entendidos como parte de uma dinâmica mais ampla que envolve desinformação, radicalização política e mobilização em torno de narrativas antidemocráticas. Compreender a complexidade desse ataque exige uma análise da interação entre espaço urbano, estética e as disputas simbólicas que permeiam o cenário político brasileiro. Este artigo adota uma abordagem que explora como o espaço público urbano se configura como palco e arena de disputas políticas, conectando a análise aos desafios contemporâneos da democracia e da participação cidadã no Brasil.

A cidade, como destaca Massimo Cacciari (2010), é tanto cenário quanto protagonista das relações sociais, atuando como espaço de conflitos e negociações de poder. No Brasil, essas disputas estão profundamente vinculadas ao imaginário coletivo, que, segundo Gilbert Durand (1999), é formado por narrativas, símbolos e mitos que moldam percepções sociais e espaciais. Os ataques em Brasília ilustram como o imaginário pode ser manipulado para sustentar agendas excludentes e autoritárias. Ao mesmo tempo, a estética, entendida como “partilha do sensível” por Jacques Rancière (2009), emerge como um elemento crucial para reorganizar modos de ver, sentir e habitar o espaço urbano, expondo contradições e resistências à hegemonia capitalista e às hierarquias políticas.

O artigo examina a mobilização que resultou nos ataques à Praça dos Três Poderes, analisando a estética do ressentimento para interpretar a performatividade antidemocrática. Situada no escopo da Agenda 2030 das Nações Unidas, a análise enfatiza o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes), que propõe metas como a redução da violência, o fortalecimento do Estado de Direito, decisões inclusivas e instituições transparentes, essenciais para fortalecer a democracia (IPEA, 2019). Fundamentado na teoria do agonismo de Chantal Mouffe (2005), o texto posiciona o espaço público como uma arena de confronto legítimo entre visões de mundo, onde narrativas diversas disputam poder e visibilidade. No entanto, os atos de 8 de janeiro rompem com essa lógica agonística, ao buscarem a eliminação do dissenso e a imposição de uma ordem autoritária. Por meio dessas perspectivas, o artigo explora como a estética do ressentimento e a violência simbólica moldaram esses eventos, conectando-os às transformações sociais e políticas do Brasil e destacando a cidade como espaço político central onde conflitos entre democracia e autoritarismo se manifestam material e simbolicamente.

Janeiro de 2023: golpismo, fake news e crise democrática

As manifestações bolsonaristas que se intensificaram no Brasil após as eleições de 2022 culminaram no ataque à Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. Esses atos, que incluíram invasões de prédios governamentais e atos de vandalismo, foram uma tentativa explícita de instigar um golpe militar para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, recém-eleito presidente do Brasil. O episódio expôs a fragilidade das instituições democráticas e as ameaças à estabilidade política no país, evidenciando a importância da Agenda 2030 das Nações Unidas. Este pacto global, adotado em 2015, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltados para erradicar a pobreza, proteger o planeta e promover paz e prosperidade para todos. Entre esses objetivos, o ODS 16 é especialmente relevante neste trabalho, pois busca fortalecer o Estado de Direito e promover sociedades pacíficas, inclusivas e

resilientes, destacando a necessidade de instituições eficazes e justiça acessível como pilares fundamentais para a democracia.

O contexto desses eventos é marcado por uma série de fatores que remontam às eleições presidenciais de 2022, em que Jair Bolsonaro perdeu para Lula. No período eleitoral, Bolsonaro e seus apoiadores lançaram uma campanha massiva de desinformação, alegando, sem provas, que o sistema eleitoral brasileiro havia sido fraudado. Essas alegações foram amplificadas por grupos de extrema direita e disseminadas por meio de redes sociais, criando um clima de descrédito sobre a legitimidade do processo eleitoral. Tais ações contradizem diretamente metas como a 16.3 (IPEA, 2019), que visa fortalecer o Estado de Direito e garantir o acesso igualitário à justiça para todos.

Desde o dia 30 de outubro de 2022, quando o resultado das eleições foi anunciado, uma série de protestos começaram a tomar forma em diferentes partes do Brasil (Gragnani, 2022). Grande parte desses protestos foi composta por apoiadores de Bolsonaro que, incentivados por discursos de líderes do movimento, começaram a se reunir em frente a quartéis militares, exigindo uma intervenção militar com base em uma interpretação equivocada do artigo 142 da Constituição Federal². Essa interpretação, defendida pelos manifestantes, sustentava a ideia de que as Forças Armadas poderiam atuar como um “poder moderador” e intervir nos poderes constituídos para impedir a posse de Lula.

Com o passar do tempo, esses protestos foram ganhando força e se estruturando de maneira mais organizada, com a formação de acampamentos em frente a prédios do Exército, especialmente em Brasília. Os manifestantes montaram uma infraestrutura considerável nesses locais, incluindo barracas, tendas para alimentação, banheiros químicos e até mesmo palcos para a realização de discursos e arrecadação de fundos³. Uma característica notável desses acampamentos foi a presença de tendas equipadas com tecnologia de ponta, como computadores, geradores de energia e roteadores de internet, o que demonstra o nível de organização e a quantidade de recursos financeiros disponíveis dos manifestantes.

A narrativa da fraude eleitoral e a ideia de um golpe militar foram alimentadas por discursos incendiários nas redes sociais e em plataformas como o *Telegram* e o *WhatsApp*, onde vídeos e mensagens convocando os apoiadores de Bolsonaro para uma “resistência” contra o governo eleito circulavam amplamente⁴. Muitos desses apoiadores acreditavam que a única maneira de “salvar” o Brasil era através de um golpe militar, uma crença que refletia a retórica antidemocrática que permeou grande parte da campanha bolsonarista, resgatando o imaginário de 1964 e da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que evocava a defesa de uma moralidade tradicional e a suposta necessidade de intervenção militar para preservar a ordem e os valores conservadores.

Um dos momentos mais significativos no caminho para o ataque de 8 de janeiro foi a diplomação de Lula como presidente, em 12 de dezembro de 2022. Naquela noite, atos

² Redação da Câmara dos Deputados, 2020.

³ Essa ideia de ocupar como forma de protesto é recorrente, mas nesse caso deve ser examinada com cautela. Ocupação, no contexto dos protestos no Brasil, adquire diferentes significados a depender do grupo e do momento histórico. As ocupações realizadas pelos apoiadores de Jair Bolsonaro em 2022, em frente aos quartéis, tinham como objetivo contestar os resultados eleitorais e solicitar uma intervenção militar, evocando um discurso conservador e antidemocrático. Esse movimento contrasta com ocupações progressistas, como, por exemplo, as ocupações estudantis de 2016, que visavam resistir à reforma educacional proposta pelo governo e defender uma educação pública de qualidade, e o movimento “Ocupe Estelita”, no Recife, que mobilizou a sociedade civil em torno da luta contra a especulação imobiliária e pela preservação do Cais José Estelita, defendendo a cidade como um espaço de uso comum e democrático.

⁴ Folha de São Paulo, 2022.

de vandalismo tomaram conta de Brasília, com tentativas de invasão à sede da Polícia Federal e ataques a delegacias⁵. Esses episódios foram um prenúncio do que estava por vir. No entanto, as forças de segurança enfrentaram dificuldades em desmobilizar os manifestantes e desmontar os acampamentos nos dias que antecederam o ataque.

Em 7 de janeiro de 2023, cerca de 100 ônibus transportando apoiadores de Bolsonaro chegaram a Brasília, aumentando consideravelmente o número de manifestantes. Esses grupos vinham sendo convocados desde o início daquele mês por meio de redes sociais, e a tensão na capital do país estava em níveis alarmantes. Mesmo com a reunião de várias autoridades de segurança, incluindo representantes do governo federal e do Distrito Federal, a resposta das forças de segurança se mostrou insuficiente para conter o que estava prestes a acontecer.

No dia 8 de janeiro, uma multidão estimada em cerca de 4 mil pessoas marchou em direção à Praça dos Três Poderes (Teles; Godoy, 2023). Ao longo do caminho, os manifestantes foram escoltados pela Polícia Militar do Distrito Federal, o que gerou críticas posteriores sobre a possível leniência das autoridades locais. Quando chegaram ao Congresso Nacional, os invasores romperam as barreiras de proteção e começaram a depredar o prédio, quebrando vidraças, invadindo escritórios e danificando patrimônio público. O Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) também foram invadidos, e imagens de manifestantes vandalizando esses locais rapidamente se espalharam pelas redes sociais.

A reação das forças de segurança foi lenta, e as imagens transmitidas ao vivo de policiais interagindo pacificamente com os invasores levantaram suspeitas de conivência (LIMA, 2023). Em resposta aos ataques, o presidente Lula, que estava em São Paulo no momento, decretou uma intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal e nomeou Ricardo Cappelli como interventor⁶. Essa medida permitiu que as forças federais assumissem o controle da situação, e ao longo das horas seguintes, a polícia começou a dispersar os manifestantes e prender centenas de envolvidos nos ataques. Os danos causados aos prédios públicos foram severos, não apenas em termos materiais, mas também simbólicos. Obras de arte de valor inestimável, como o painel de Athos Bulcão no Congresso Nacional e o relógio de pêndulo de Balthazar Martinot no Palácio do Planalto, foram danificados (Turtelli, 2023). Entre os atos de destruição, destaca-se o ataque à tela *As Mulatas* de Di Cavalcanti, esfaqueada durante a invasão. Esses gestos transcendem o mero vandalismo, evidenciando uma rejeição simbólica à representação oficial da nação. A destruição de ícones culturais, especialmente vinculados à estética modernista de Brasília, reflete uma dinâmica insurrecional que busca questionar e negar os valores e significados associados à identidade nacional consagrada nesses símbolos. A restauração desses bens culturais foi uma prioridade nos dias que se seguiram aos ataques.

Não é leviano dizer que o impacto político e social do 8 de janeiro ainda está sendo sentido no Brasil. Diversas investigações foram abertas para identificar os financiadores e organizadores dos ataques⁷, muitos dos quais estão ligados a setores do agronegócio e empresários apoiadores de Bolsonaro. Além disso, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) foi instaurada para investigar os atos de 8 de janeiro e apurar as responsabilidades das autoridades envolvidas, incluindo o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres, que foi preso logo após os ataques. Durante uma busca em sua residência, a polícia encontrou uma minuta de decreto que sugeria a

⁵ G1 DF, 2022.

⁶ O Globo, 2023.

⁷ BBC News Brasil, 2023..

possibilidade de instaurar um estado de defesa, uma medida que poderia ter sido usada para alterar o resultado das eleições.

As investigações também revelaram a participação de militares da reserva e de alguns membros das forças de segurança nos atos golpistas, levantando preocupações sobre a infiltração de elementos antidemocráticos nas instituições brasileiras. Em imagens divulgadas após os ataques, é possível ver membros do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), incluindo o general Gonçalves Dias, interagindo de maneira suspeita com os invasores dentro do Palácio do Planalto. Essas evidências resultaram na queda de Dias, acusado de leniência com os golpistas (Falcão, 2023), e reforçaram o debate sobre a necessidade de fortalecer mecanismos institucionais para prevenir tais violações.

A presença de agentes públicos coniventes com práticas antidemocráticas está intrinsecamente ligada à manipulação do imaginário social, que utiliza narrativas carregadas de emoção para enfraquecer a coesão social e promover a polarização. Por meio da distorção de fatos e da amplificação de medos e ressentimentos, essas estratégias criam divisões profundas entre grupos sociais, favorecendo um ambiente propício à violência simbólica e física. Essa dinâmica contraria diretamente os objetivos da Meta 16.1 (IPEA, 2019), que busca reduzir todas as formas de violência e fortalecer os vínculos sociais como pilares para sociedades mais pacíficas e inclusivas. A exploração emocional, frequentemente alimentada por desinformação e discursos de ódio, intensifica o antagonismo entre visões de mundo opostas, dificultando o diálogo e a construção de contextos harmônicos.

O ataque de 8 de janeiro de 2023 é frequentemente comparado à invasão do Capitólio dos Estados Unidos, ocorrida em 6 de janeiro de 2021, devido às semelhanças significativas em termos de motivação, organização e execução (Craveiro, 2023). Em ambos os casos, grupos radicalizados atacaram as instituições democráticas, expondo o impacto de narrativas polarizadoras, a fragilidade dos mecanismos de contenção à violência política e a urgência de abordar o ressentimento político para reforçar a confiança nos sistemas democráticos, conforme preconiza a Agenda 2030. No entanto, ao refletir sobre a existência de um sujeito político nesses casos, segundo a perspectiva de Jacques Rancière (2018), a resposta é intrincada. Para Rancière, o sujeito político é definido por sua capacidade de interromper a lógica consensual do poder, introduzindo um dissenso que redefine o espaço público e as relações sociais. Nas palavras do filósofo:

Um sujeito político não é um grupo que “toma consciência” de si, se dá voz, impõe seu peso na sociedade. É um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, quer dizer, no nó entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições (2018, p. 51).

Portanto, o sujeito político não é uma entidade estática, mas uma figura que emerge quando a estrutura social dominante é desafiada. Nesse contexto, os participantes desses ataques podem não se enquadrar plenamente como sujeitos políticos. Embora seus atos representem uma ruptura com uma dada ordem, eles não criam um campo de visibilidade ou emancipação política, mas, ao contrário, reforçam uma lógica de exclusão e a manutenção de uma ordem antidemocrática. A recusa em aceitar a pluralidade democrática e o desejo de restaurar uma ordem hierárquica contradiz a noção de dissenso político produtivo que Rancière descreve. Assim, embora tenham exercido uma forma de contestação, os invasores não operaram dentro do campo da

emancipação política que caracteriza o sujeito político, mas sim em um antagonismo que visa a eliminação do dissenso legítimo.

Este episódio exemplifica o que Chantal Mouffe (2005) define como antagonismo, onde as diferenças políticas se transformam em um confronto irreconciliável, alimentado por uma divisão extrema e uma rejeição à legitimidade do outro. O uso estratégico de *fake news* intensificou esse antagonismo, distorcendo a realidade e promovendo uma reação emocional visceral contra as instituições democráticas, como os pedidos por intervenção militar e as alegações infundadas de fraude eleitoral. Esses elementos criaram um ambiente de hostilidade e desconfiança, aprofundando as tensões sociais e fragilizando os pilares democráticos. Superar essa lógica exige a construção de uma arena política inclusiva e representativa, alinhada à meta 16.7 da Agenda 2030 (IPEA, 2019), que busca garantir decisões responsivas, participativas e adequadas em todos os níveis. Como sugere Mouffe, uma democracia agonista requer o enfrentamento construtivo e pluralista dos conflitos, permitindo que diferentes posições coexistam sem que se recorra à violência ou à destruição institucional. A restauração da confiança nas instituições, o fortalecimento da participação cidadã e o combate à desinformação são, assim, passos indispensáveis para essa transformação.

Estéticas do ressentimento

A violência performática que se insere na estética dos protestos não é um fenômeno novo. Eugênio Bucci (2016, p. 104) destaca que, “assim como as guerras mais odiosas servem de insumo a obras-primas da literatura, desde o *Baghavad Gita*, texto sagrado do hinduísmo, ou a *Ilíada*, de Homero, as confluências, sobreposições e compartilhamentos de linguagem entre política e espetáculo (oratória, drama e teatralização) vêm, no mínimo, desde a Grécia antiga”. É difícil contestar que a política depende de uma teatralização performática, onde discursos e gestos são meticulosamente construídos para causar impacto. Esse fenômeno, de certa forma, atinge sua expressão mais intensa na era atual, onde a imagem e o espetáculo visual dominam a maneira como a política é percebida e compreendida.

O que Javier Cercas (2012) faz em *Anatomia de um Instante* exemplifica isso. Na obra, Cercas examina o golpe militar frustrado ocorrido na Espanha em 23 de fevereiro de 1981. Liderado pelo tenente Antonio Tejero, um grupo armado invadiu a câmara dos deputados com o objetivo de colocar o país sob controle militar, apenas seis anos após o fim da ditadura franquista⁸. Sob a mira de metralhadoras, quase todos os parlamentares obedeceram à ordem dos golpistas de se agacharem, exceto três figuras centrais: Adolfo Suárez, o general Gutiérrez Mellado e o líder comunista Santiago Carrillo, que permaneceram de pé em uma demonstração de resistência física e simbólica. Cercas explora como essa consciência de cena dos políticos, especialmente de Suárez, revelou a teatralidade inerente à política e, de certa forma, mudou o curso da história ao expor a fragilidade e o fracasso do golpe, que teve seu impacto multiplicado pela transmissão ao vivo das câmeras no local. Suárez, ao se manter de pé enquanto os tiros cruzavam o plenário, demonstrou uma compreensão da dimensão performática da política, revelando que a política é, em grande medida, uma questão de visibilidade e controle da narrativa.

⁸ Cercas descreve sua proximidade ao relatar que, nas palavras dele: “Falei com políticos, militares, guardas civis, espíões, jornalistas, pessoas que viveram na linha de frente da política durante os anos de transição do franquismo para a democracia e que conheceram Adolfo Suárez, o general Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo, além de pessoas que viveram o 23 de fevereiro nos locais onde se decidiu o desfecho do golpe” (traduzido pelo autor) (Cercas, 2012, p. 12).

Essa teatralização da política, conforme observado por Cercas, revela como gestos políticos assumem uma estética própria, carregada de simbolismo e transmitida globalmente pela mídia. Mas o que leva alguém a agir como Suárez? Quais sentimentos e motivações se entrelaçam no agir estético-político de um indivíduo em um momento de crise? Suárez, ao permanecer de pé diante de um golpe militar, estava ciente do impacto simbólico de sua ação. Contudo, o que define essa consciência? Em situações como essa, o indivíduo parece agir movido por uma complexa rede de emoções, como o medo, a coragem e a indignação, que se imbricam na sua percepção do que está em jogo. Muitas vezes, há uma consciência parcial dessa dimensão estética — o indivíduo entende que seu ato é também um gesto performático que dialoga com a história e com o imaginário coletivo. Bucci argumenta que esse fenômeno não está restrito ao passado ou a figuras históricas como Suárez. Na política contemporânea, fragmentos estéticos derivados da indústria do entretenimento são usados estrategicamente para construir suas imagens (Bucci, 2016, p. 107), tornando a política cada vez mais uma disputa pela atenção e pela imagem.

Contudo, a estética performática dos protestos no Brasil, especialmente a partir de 2013, também está profundamente enraizada em sentimentos de frustração e ressentimento. Pensar especificamente sobre ressentimento, de acordo com Maria Rita Kehl (2020, p. 9), é abordar uma “constelação afetiva que serve aos conflitos característicos do homem contemporâneo, entre as exigências e as configurações imaginárias próprias do individualismo e os mecanismos de defesa do eu a serviço do narcisismo”. A autora acrescenta que “ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer” (Kehl, 2020, p. 9) e, nesse contexto, torna-se importante analisar as estéticas das manifestações brasileiras sob essa perspectiva.

No contexto da cultura política brasileira, o ressentimento, segundo Kehl (2020, p. 22–25), se manifesta em dois aspectos principais. O primeiro está relacionado à herança do autoritarismo paternalista, que fomentou a expectativa de que os líderes políticos deveriam resolver todos os problemas da sociedade. Esse paternalismo criou uma passividade na população, que se vê mais como expectadora do que como agente ativa das transformações políticas. Assim, é comum surgirem cobranças ressentidas quanto ao que os governantes não fizeram, enquanto se espera passivamente que esses problemas sejam resolvidos. No entanto, é importante distinguir esse ressentimento conformista dos movimentos populares genuínos de reivindicação e luta, que envolvem uma participação ativa e engajada. Ao longo da história, especialmente durante o processo de redemocratização nos anos 1980, essa diferença ficou evidente, quando setores da sociedade que se beneficiaram das reformas econômicas acusavam os militantes sociais de ressentidos por insistirem em reparações de injustiças que não deveriam ser ignoradas.

O segundo aspecto do ressentimento político no Brasil decorre de um certo purismo presente na esquerda, aliado à falta de autocritica de alguns militantes, ainda de acordo com Kehl (2020, p. 22–25). Esses grupos tendem a externalizar a culpa pelas suas derrotas políticas, acusando os poderosos sem refletir sobre sua própria responsabilidade nos fracassos. Essa postura age como um disfarce em sua amargura sob uma pretensa superioridade moral. No entanto, tal atitude mantém o ressentido numa posição passiva e reativa, incapaz de transformar a realidade. Essa dinâmica é amplamente retratada na arte contemporânea, onde o personagem ressentido é construído como uma figura moralmente superior, silenciosamente acusadora, mas raramente questionada em sua própria integridade. Ou seja, estar ressentido cria a ilusão de estar automaticamente na posição de quem tem razão.

O ressentimento, aqui, deve ser compreendido de maneira distinta das formas tradicionais de opressão discutidas por autores como Giorgio Agamben (2007). Em regimes autoritários, o ressentimento pode vir da impossibilidade de agir contra a opressão, uma vez que os direitos são suspensos e a vida humana é reduzida à sobrevivência biológica, como ocorre na “vida nua” descrita por Agamben⁹. No entanto, nos protestos bolsonaristas e em manifestações que buscam desestabilizar o sistema democrático, esse ressentimento não se baseia em uma condição de opressão real, mas sim na percepção de que os manifestantes são vítimas de um sistema que os frustra. A frustração se origina, paradoxalmente, de expectativas não atendidas em um contexto democrático, onde as promessas de igualdade e representatividade não se concretizam conforme suas aspirações pessoais e políticas¹⁰. No caso das manifestações brasileiras, o ressentimento foi alimentado por expectativas não cumpridas em um regime democrático, onde a promessa de igualdade social e de melhorias em áreas como saúde e educação foi frustrada, gerando uma sensação de traição. Embora essas demandas fossem legítimas, elas foram manipuladas por forças políticas da direita, que canalizaram o sentimento de indignação gerado por questões como a reeleição de Dilma Rousseff em 2014.

Nesse cenário, a mistura entre política e espetáculo se intensifica, com a raiva e frustração dos manifestantes sendo expressas esteticamente, enquanto se percebem não como agentes de transformação, mas como vítimas de um sistema que os teria traído. Essa narrativa de vitimização, carregada de simbolismo e performatividade, contribui para a ampliação do ressentimento, em vez de promover mudanças estruturais. Desde as manifestações de 2013 até o ataque a Brasília em 2023, a estética dos protestos desempenhou um papel ímpar na sua visibilidade e mobilização. Elementos como bonecos infláveis gigantes, bandeiras, cores e vestimentas simbólicas se tornaram frequentes, refletindo a tentativa de garantir presença e ocupação dos espaços urbanos e tornando essa estética mais própria e característica desse tipo de manifestação ao longo dos anos.

Essa nova estética de confronto transcende o campo político e conecta-se com uma lógica de visibilidade global, como observado em protestos ao redor do mundo, incluindo os manifestantes tailandeses em 2014 que adotaram o gesto dos três dedos da série Jogos Vorazes. O desejo de visibilidade, mais estético do que ético, revela uma centralidade da imagem na política contemporânea. No entanto, o que se configura como um “desejo de ser visto” oculta uma tensão mais profunda: a transformação da frustração e da raiva em um ressentimento canalizado para pautas reacionárias, como a defesa de intervenções militares e o desrespeito às instituições democráticas, temas recorrentes nessas manifestações.

Para Kehl, o ressentimento nas democracias liberais emerge justamente na discrepância entre a promessa de igualdade e sua não realização prática. Os movimentos sociais que se originam desse ressentimento tendem a oscilar entre tentativas ativas de transformação social e manifestações reativas de insatisfação, como as que vimos

9 Giorgio Agamben explora como o Estado moderno coloca a “vida biológica” no centro de suas práticas, conectando-se a uma lógica antiga de poder sobre a vida e a morte, que ele chama de “vida nua”. Ele argumenta que essa gestão biopolítica da vida humana é uma atualização de um princípio arcaico de poder, no qual o Estado exerce controle sobre a vida desprovida de direitos, revelando a continuidade entre práticas modernas e antigas de dominação (Agamben, 2007, p. 14).

10 “O que dizer da frustração? É um dano imaginário. [...] A frustração não produz a passividade impotente e lamuriosa, característica do ressentimento; ao contrário, mobiliza uma intensa atividade reivindicativa: ‘A frustração é por si mesma o domínio das exigências desenfreadas e sem lei’, porque o objeto desse dano imaginário é um objeto real. Ao menos do ponto de vista fenomenológico, tais ‘exigências desenfreadas e sem lei’ não se parecem com as manifestações mais comuns do ressentimento. Na frustração, o objeto perdido é real, ‘por mais imaginária que seja a frustração’” (Kehl, 2020, p. 12).

no Brasil a partir de 2013. Porém, diferentemente dos movimentos insurgentes que lutam por mudanças estruturais, os protestos bolsonaristas carregam uma insatisfação passiva, que bloqueia a ação efetiva. O ressentimento político, ao ser alimentado por uma frustração constante e pela percepção de vitimização, impede que esses movimentos resultem em mudanças de fato, pois os manifestantes se mantêm em uma posição reativa, não propositiva. Esse ressentimento político pode gerar uma estética que expressa o sentimento de traição em relação à promessa de igualdade ou justiça não realizada, podendo-se cristalizar em uma forma marcada por uma ausência de futuro, onde os elementos simbólicos e visuais se tornam performáticos, mas vazios de conteúdo emancipatório real. Assim, a estética do ressentimento reflete uma reação à experiência de falência política, onde a ação parece estar sempre à beira de desaparecer, sem jamais se realizar completamente (Safatle, 2022).

Essa estética pode, então, ser compreendida como uma tentativa de reapropriação de uma autonomia perdida, mas que, tal como a autonomia estética descrita por Vladimir Safatle (2022, p. 31), não consegue superar a sensação de impotência diante das estruturas que a produzem. Pode-se falar de uma estética que molda comportamentos e práticas e, em certa medida, esses campos podem buscar uma autonomia em suas próprias lógicas operacionais. O ressentimento estético no campo político se articula pela reiteração de símbolos e performances que ecoam lutas passadas, mas que já não possuem a força transformadora original, pois estão desprovidas de um projeto efetivo de mudança (Kehl, 2020, p. 11). Em vez disso, tornam-se uma forma de expressão impotente que se repete incessantemente, como uma reação que busca visibilidade, mas não encontra meios para efetivar uma ruptura.

Esse tipo de ressentimento é fundamental para entender as mobilizações recentes no Brasil. Os manifestantes, ao se identificarem como vítimas de uma conjuntura que os oprime — mesmo sem operarem em condições de subordinação —, constroem uma narrativa de vitimização que legitima suas ações de resistência ao que percebem como um sistema injusto. Isso é evidente nas manifestações pós-impeachment, nas quais o discurso de que os “cidadãos de bem” estavam sendo prejudicados por um governo corrupto e ineficaz foi intensamente promovido. O ressentimento dessas pessoas, então, é canalizado para uma raiva direcionada contra instituições democráticas, que culmina em atos violentos e em apelos por soluções autoritárias.

Nesse sentido, o ressentimento político se torna uma força que impede o avanço democrático. A dinâmica paternalista, que gerou “a expectativa popular de que os líderes tenham o poder e a obrigação de ‘resolver’ os problemas que afligem a sociedade” (Kehl, 2020, p. 22), caracteriza parte da política brasileira e alimenta uma frustração. A igualdade é vista como uma concessão dos poderosos, e não como uma conquista popular e, assim, o ressentimento assume um caráter profundamente passivo: em vez de lutar por uma transformação real, os manifestantes esperam que as mudanças venham como dádivas, perpetuando uma narrativa de subordinação e vitimização. Isso explica por que muitas das mobilizações pró-impeachment e bolsonaristas, apesar de seu impacto visual e simbólico, não resultaram em transformações estruturais concretas. Assim, uma outra estética dos protestos, que vai desde as manifestações pró-impeachment até os atos bolsonaristas, se mostra como uma estética construída sobre as bases desse ressentimento. Ela se expressa por meio de uma raiva difusa e performática, mais voltada para o espetáculo e a visibilidade do que para a articulação de uma agenda política consistente. Os indivíduos, presos em uma narrativa de queixa constante, alimentam uma frustração contínua, sem, no entanto, gerar movimentos que promovam uma verdadeira transformação social.

Forma-limite: a escalada violenta em Brasília

A sociedade brasileira carrega, de maneira muitas vezes velada, um profundo ressentimento que permeia suas relações sociais e políticas. Maria Rita Kehl, em suas análises, identifica esse sentimento como um elemento estrutural que influencia o comportamento coletivo no país. Segundo a autora, embora haja uma aparência de alegria e festividade, impulsionada pelo imperativo da cordialidade e pelo apelo a um “país pra frente”, o ressentimento se manifesta em ironias sutis, queixas constantes e na tendência de culpar um “outro” pelas mazelas sociais. O sujeito ressentido passa a ver o mundo como um lugar injusto, onde ele é constantemente prejudicado, o que pode criar uma postura de permanente antagonismo e desconfiança. Esse sentimento é resultado de uma dificuldade histórica em reconhecer-se como agente de mudança, fruto da já citada herança paternalista que mantém a população em posição de dependência frente às autoridades (Kehl, 2020, p. 185).

A falta de enfrentamento dos traumas passados, como os crimes cometidos durante a ditadura militar, exemplifica essa dinâmica. Diferentemente de outros países latino-americanos que julgaram seus torturadores, o Brasil optou pelo esquecimento e pela anistia, reforçando um ambiente de tolerância com abusos atuais (Kehl, 2020, p. 185–186). Esse esquecimento impede a elaboração do luto coletivo e mantém o ressentimento latente, influenciando negativamente a capacidade de mobilização e de transformação social. O ressentimento, quando não reconhecido e elaborado, torna-se corrosivo, afetando, além do indivíduo, o tecido social. Ele alimenta uma visão distorcida da realidade, onde o sujeito se vê constantemente prejudicado e injustiçado, levando, em casos extremos, à violência. Esse sentimento pode ser instrumentalizado por movimentos populistas e extremistas, que canalizam a frustração coletiva em discursos de ódio e ações antidemocráticas.

Suely Rolnik, ao descrever como as forças capitalistas capturam e exploram as energias vitais e criativas dos sujeitos, transformando-as em ferramentas de dominação, ajuda a compreender como as manifestações pró-Bolsonaro exemplificam o desvio dessas energias de um potencial criativo transformador para reações destrutivas e violentas. Em vez de promover mudanças positivas, essas manifestações expressam uma subjetividade alienada, que recorre à violência como resposta à frustração política (Rolnik, 2018, p. 39). Esse poder das práticas destrutivas, especialmente em momentos de crise política e social, é sustentado por uma lógica que prioriza a crença emocional e simbólica em líderes ou ideais, deixando a racionalidade em segundo plano, como afirma Slavoj Žižek (2015, p. 26–27). Nesses contextos, os indivíduos se submetem a sacrifícios sem questionamento, aderindo a uma servidão voluntária em nome de uma missão percebida como “superior”. Essa submissão emocional, que muitas vezes renuncia aos interesses pessoais e ignora a crítica racional, estabelece um vínculo entre o sujeito e o poder, em que a entrega emocional prevalece sobre a reflexão crítica.

Essa forma de subordinação, comumente vista em regimes fascistas, permite que o poder simbólico seja materializado através de atos e rituais que reforçam a lealdade e a devoção ao ideal ou líder (Žižek, 2015, p. 29). A ausência de racionalidade é não apenas ignorada, mas convertida em uma virtude dentro desse sistema, onde o questionamento seria visto como uma ameaça à coesão emocional do grupo. A crença absoluta no líder ou na causa torna-se o elemento central que organiza as ações dos seguidores, levando-os a praticar atos destrutivos e a se sacrificar em nome de uma causa que é percebida como inquestionável. Essas práticas refletem uma rejeição à complexidade e às soluções racionais, sendo substituídas por uma obediência cega a um poder que não precisa justificar suas demandas.

Nesse contexto, destaca-se a urgência de fortalecer instituições eficazes e responsáveis, conforme a meta 16.6 da Agenda 2030 (IPEA, 2019), que enfatiza a ampliação da transparência e da *accountability* em todos os níveis. Ao criar barreiras institucionais contra a manipulação emocional e o autoritarismo, essa meta oferece um caminho para conter dinâmicas destrutivas e reforçar o diálogo racional e democrático. Ao invés de debater ou buscar alternativas construtivas, os seguidores, movidos por forças emocionais continuamente reforçadas por rituais ideológicos, consolidam um ambiente em que o sacrifício e a violência se tornam ferramentas legítimas de expressão, evidenciando a necessidade de estruturas institucionais sólidas para reverter esse quadro.

Dessa maneira, o ressentimento social, exacerbado pelo neoliberalismo, prende os indivíduos em uma lógica de impotência e frustração, onde as possibilidades de ação construtiva são bloqueadas. Dessa maneira, o sujeito ressentido, de acordo com Kehl (2020, p. 161–162), alienado de sua própria capacidade de agir politicamente, torna-se vulnerável à manipulação que transforma sua energia em violência. A destruição, como nos ataques em Brasília em 2023, vem não como uma expressão de resistência criativa, mas como o reflexo de uma subjetividade capturada e esvaziada, incapaz de reconfigurar a realidade de forma positiva. Essa ideia se justifica sobretudo pelo fato de que Bolsonaro, ícone maior do grupo de pessoas que invadiu a capital federal, é, nas palavras de Kehl, “um dos mais escandalosos ressentidos contra a grande repercussão favorável ao trabalho da Comissão da Verdade” (2020, p. 204)¹¹. Logo, atos criminosos como esses que ocorreram em Brasília podem ser pensando enquanto uma forma-limite desse ressentimento.

A forma-limite do ressentimento, manifestada nos ataques violentos em Brasília, representa o esgotamento de qualquer possibilidade de transformação construtiva, atingindo um ponto onde a energia vital do sujeito, já completamente capturada e manipulada, se expressa de forma destrutiva e autossabotadora. Trata-se de uma subjetividade que, em sua alienação, não encontra mais caminhos para reconfigurar sua realidade e, assim, recorre à violência como último recurso de expressão. Esse limite é marcado pela incapacidade de articular um projeto político criativo ou de resistência que, de fato, questione as estruturas de poder vigentes. Ao contrário, o sujeito ressentido, completamente imerso em um ciclo de frustração, é conduzido a destruir aquilo que ele julga ser o obstáculo à sua sobrevivência, sem perceber que está sendo utilizado como peça de uma engrenagem maior que perpetua sua própria impotência. A forma-limite do ressentimento reflete, assim, a total submissão à impotência, onde a violência não é mais um meio, mas o fim em si mesma, consolidando a alienação e o vazio político. Esse ciclo de ressentimento pode ser observado de maneira emblemática na gestão da pandemia de COVID-19 pelo governo Bolsonaro. Suas ações — ou a ausência delas —, deixando milhares de pessoas desassistidas, refletem a indiferença à vida

¹¹ Contextualizando: a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada em 2011 com o objetivo de investigar violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). A comissão focou principalmente em crimes como tortura, desaparecimentos forçados e execuções, cometidos por agentes do Estado. Embora o relatório final da CNV, publicado em 2014, não tivesse poder punitivo, ele foi uma importante ferramenta para o reconhecimento e a reparação simbólica das vítimas, promovendo a memória e a verdade sobre o regime militar. No entanto, o trabalho da comissão gerou reações adversas em setores ligados às Forças Armadas e aos defensores da ditadura. Um dos mais notórios críticos foi Jair Bolsonaro, então deputado federal, que expressou ressentimento em relação à repercussão positiva da CNV. Em 2014, durante uma audiência pública em Brasília sobre torturados e desaparecidos políticos, Bolsonaro homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido por ser um dos mais violentos torturadores da ditadura. Essa atitude foi uma tentativa de deslegitimar o trabalho da CNV e proteger a memória dos militares envolvidos na repressão, além de suscitar a questão sobre o receio de que figuras como Bolsonaro, que frequentemente exalta o regime militar, tenham que esse processo de revelação possa eventualmente atingi-los diretamente (Barba; Wentzel, 2016). Cf. cnv.memoriasreveladas.gov.br

humana como parte desse processo de violência (Brum, 2021). As políticas adotadas, como a negação da ciência e a demora na compra de vacinas, demonstram que a destruição, aqui, não é direcionada a um propósito político construtivo, mas sim uma manifestação final de impotência e alienação. A violência, neste caso, manifesta-se no abandono e na inação, consolidando-se também como um fim em si mesma, reforçando o ciclo de ressentimento e a perpetuação do caos sem a intenção de transformação social. Ou seja, a gestão da pandemia por Bolsonaro pode ser interpretada como uma manifestação desse ressentimento em escala governamental.

Para Žižek, o sujeito, ao se submeter a uma lógica autoritária, não age por convicção política genuína, mas por um gozo obscuro e autodestrutivo, uma forma de satisfação perversa em obedecer a uma lei que ele próprio não entende nem internaliza de maneira consciente. Segundo o autor:

A despsicologização significa que o sujeito se vê confrontado com uma cadeia significante inerte, não dialetizada, em que falta o bastamento, ou seja, que não capta o sujeito de maneira performativa: o sujeito preserva uma certa relação de exterioridade. Essa despsicologização, portanto, só faz destacar a exterioridade originária e irreduzível da ordem significante no sujeito; além disso, isso também explica a maneira como o discurso fascista capta e subjuga seus súditos: justamente, na medida em que ele é despsicologizado, sua lei adquire a forma de uma injunção não dialetizada, incompreendida, absurda, e surge como um texto que de modo algum permite ao sujeito reconhecer ali a riqueza afetiva de seus anseios, ódios, temores etc. (Žižek, 2015, p. 31).

As pessoas que atacaram e violaram os prédios da Praça dos Três Poderes em Brasília podem ter agido sob a lógica descrita pela “despsicologização”. Isso significa que muitos dos indivíduos envolvidos nesses atos não necessariamente foram capturados por um discurso emocional forte ou por uma paixão política autêntica, mas sim subjugados por uma ideologia que funcionava como uma imposição vazia. Esse discurso não estabeleceu uma conexão afetiva ou racional com os sujeitos, mas, mesmo assim, conseguiu exercer um poder sobre eles, levando-os a agir de maneira automática e alienada.

O que pode ter ocorrido é que, em vez de se sentirem emocionalmente engajados ou conscientes dos motivos reais por trás de suas ações, muitos desses indivíduos foram empurrados por uma “lei” social que lhes foi imposta sem que compreendessem plenamente o porquê. O discurso autoritário que cercava esses atos funcionava como um imperativo, uma ordem incompreendida, mas poderosa, que exigia deles um comportamento destrutivo e sem reflexão crítica. Eles estavam, de certo modo, desconectados da lógica interna e dos significados que deveriam legitimar suas ações, mas ainda assim obedeciam a essa força coercitiva. Eles seguiram as ordens, talvez por medo de exclusão ou simplesmente por estarem imersos em um ciclo de obediência cega, onde os rituais e a performance violenta pareciam justificar-se por si só, resultando em uma forma de ação alienada sem que eles sequer compreendam a profundidade daquilo que estão replicando.

A violência que emerge dessa forma-limite do ressentimento, como dito, não carrega em si um potencial de transformação criativa ou emancipatória, mas apenas o vazio de uma subjetividade esvaziada e instrumentalizada. Ao se distanciar da ética, qualquer análise que busque estetizar esses atos corre o risco de neutralizar a gravidade de suas consequências e, pior, de transformar a destruição em um espetáculo, desconsiderando os danos reais que ela provoca e a manutenção das dinâmicas de

opressão que alimentam tais explosões de violência.

A análise de Javier Cercas sobre o golpe fracassado de 1981 na Espanha, no qual setores militares tentaram derrubar a democracia recém-restaurada, mostra que esse golpe, ao invés de destruir o regime democrático, acabou fortalecendo-o. A tentativa de subversão gerou um efeito inesperado: despertou a opinião pública espanhola para o valor da democracia, até então subestimado ou negligenciado. Ao serem confrontados com a possibilidade real de perdê-la, a sociedade e as instituições se uniram em defesa do regime democrático, consolidando-o de forma mais robusta do que antes.

No Brasil, o ataque às sedes dos três poderes, embora realizado em um contexto diferente e com motivações distintas, ecoa lições semelhantes. A tentativa de subversão liderada por extremistas, que buscavam desestabilizar o governo recém-eleito de Luiz Inácio Lula da Silva, fracassou em seus objetivos. Assim como na Espanha, o fracasso dos golpistas ressaltou a importância das instituições democráticas e mobilizou uma reação firme da sociedade e das autoridades. A resposta rápida das instituições brasileiras, aliada ao apoio internacional, foi fundamental para transformar uma crise em um momento de reafirmação da democracia, fortalecendo-a em meio à adversidade. A restauração das estruturas danificadas foi rápida e eficiente, como exemplificado pela reconstrução do plenário do STF em apenas três semanas, sob a liderança da ministra Rosa Weber (Santi, 2024). Esse esforço não foi apenas físico, mas carregou um peso simbólico profundo: a reconstrução imediata dos espaços demonstrou a resiliência das instituições diante de uma tentativa de desestabilização. A mensagem transmitida foi clara: a destruição material não seria capaz de minar os princípios democráticos que sustentam o Brasil. No Senado, a pressa em restaurar as instalações também refletiu o compromisso com a continuidade institucional e a preservação da democracia. Embora vidros, obras de arte e móveis tenham sido destruídos, o foco na recuperação dos espaços simbolizou mais do que reparação material, reafirmação, sobretudo, de que os valores democráticos permanecem intactos.

Embora o sistema capitalista pareça limitar a capacidade da sociedade de imaginar novas formas de viver, ainda é possível vislumbrar caminhos que desafiem essa captura, orientados pelos princípios da Agenda 2030. Esses princípios, alinhados ao ODS 16, destacam o fortalecimento das instituições democráticas como fundamento para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e resilientes. No entanto, é crucial reconhecer que essa visão, embora inspiradora, não abarca todas as complexidades políticas e sociais envolvidas. A continuidade da democracia, por si só, não garante seu funcionamento ideal, já que persistem desafios como desigualdade social, falta de representatividade e a necessidade urgente de reformas políticas. Expressões como “manutenção crítica da democracia”, “resistência institucional diante de desafios latentes” e “afirmação democrática com vistas a reformas estruturais” ajudam a articular a dualidade entre valorizar as respostas institucionais e reconhecer a necessidade de mudanças para tornar o sistema democrático mais inclusivo e eficaz. Assim, preserve-se uma visão esperançosa, sem ignorar os obstáculos que precisam ser superados para o aprimoramento da democracia no Brasil.

Conclusão

Os ataques de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, ilustram a complexidade das dinâmicas de protesto no Brasil contemporâneo, evidenciando como as instituições democráticas podem ser simultaneamente fragilizadas e fortalecidas em contextos de crise. Esses eventos revelaram tanto a tensão entre uma estética de resistência e sua captura pelo autoritarismo quanto o papel essencial das estruturas institucionais na contenção de forças antidemocráticas. Nesse contexto, os princípios da Agenda 2030, especialmente

o ODS 16, emergem como uma bússola ética e prática para enfrentar tais desafios, ao propor o fortalecimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes como base para sociedades mais inclusivas e resilientes.

Nesse cenário, a performatividade política, ao invés de reorganizar sentidos e criar possibilidades de novas subjetividades políticas, foi utilizada para reforçar narrativas de controle e exclusão, esvaziando o potencial emancipatório dos protestos. Contudo, a resposta institucional eficiente, exemplificada pela rápida reconstrução física e simbólica das sedes dos Três Poderes, demonstrou que a democracia brasileira possui mecanismos de resiliência. Para evitar a repetição de episódios semelhantes, é urgente enfrentar as causas estruturais do ressentimento político, promover políticas públicas que combatam a desinformação e garantir espaços públicos mais pluralistas, alinhados à lógica agonística de Chantal Mouffe.

Assim, os eventos de janeiro de 2023 não devem ser vistos apenas como um ponto de ruptura, mas como uma oportunidade para reflexão e transformação. Reconfigurar o espaço público como um campo legítimo de disputas produtivas exige a revitalização do caráter insurgente e democrático dos protestos, prevenindo sua captura pelo capital ou por lógicas autoritárias. A resiliência democrática não reside apenas na sua capacidade de resistir a crises, mas na habilidade de se reinventar, construindo uma sociedade mais inclusiva e responsiva às demandas de seus cidadãos, como preconizado nos princípios da Agenda 2030.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. *Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarrecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação*. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 10 out. 2024.
- BBC NEWS BRASIL. *Por que Alexandre de Moraes mandou soltar Anderson Torres após quase 4 meses na prisão*. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c10qrrv9j3po>. Acesso em: 24 out. 2024.
- BRUM, Eliane. *Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”*. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 23 out. 2024.
- BUCCI, Eugênio. *A forma bruta dos protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CACCIARI, Massimo. *A cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili SL, 2010.
- CERCAS, Javier. *Anatomia de um instante*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2012.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964*. *Revista de História, [S. l.]*, n. 180, p. 1–19, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214.

CRAVEIRO, Rodrigo. *Comunidade internacional condena o "Capitólio brasileiro"*. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5064614-comunidade-internacional-condena-o-capitolio-tupiniquim.html>. Acesso em: 24 out. 2024.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

FALCÃO, Tainá. *Após vídeos revelados pela CNN, Gonçalves Dias pede demissão do GSI*. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-videos-revelados-pela-cnn-goncalves-dias-pede-afastamento-do-gsi/>. Acesso em: 24 out. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. *TSE dá ordens em série para derrubar grupos golpistas que se multiplicam nas plataformas*. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/tse-da-ordens-em-serie-para-derrubar-grupos-golpistas-que-se-multiplicacao-nas-plataformas.shtml>. Acesso em: 24 out. 2024.

G1 DF. *Bolsonaristas radicais tentam invadir prédio da PF e incendiam carros e ônibus em Brasília; vias são bloqueadas*. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/12/bolsonaristas-radica-is-depredam-carros-em-frente-ao-predio-da-policia-federal-no-df.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2024.

GRAGNANI, Juliana. "Não vamos parar": a reação de grupos bolsonaristas nas redes ao discurso de Bolsonaro. *BBC News Brasil*, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63480237>. Acesso em: 24 out. 2024.

IPEA. *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes*. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods16.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

LIMA, Pedro Valente. *Autoridades brasileiras investigam eventual convivência da polícia nos tumultos - Renascença*. 2023. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/mundo/2023/01/09/autoridades-brasileiras-investigam-eventual-convivencia-da-policia-nos-tumultos/315067/>. Acesso em: 26 out. 2024.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, [S. l.], n. 25, p. 11–23, 2005. DOI: 10.1590/S0104-44782005000200003.

O GLOBO. *Lula decreta intervenção federal na segurança do Distrito Federal*. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/lula-decreta-intervencao-federal-no-distrito-federal.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2024.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: Estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 2018.

REDAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Câmara emite parecer esclarecendo que artigo 142 da Constituição não autoriza intervenção militar - Notícias*. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/667144-camara-emite-parecer-esclarecendo-que-artigo-142-da-constituicao-nao-autoriza-intervencao-militar/>. Acesso em: 24 out. 2024.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SAFATLE, Vladimir. *Em um com o impulso*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

SANTI, Maurício De. *8 de janeiro - Democracia Restaurada*. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2024/01/04/8-de-janeiro-democracia-restaurada>. Acesso em: 10 out. 2024.

TELES, Levy; GODOY, Marcelo. *Extremistas bolsonaristas articulavam invasão de sedes dos três Poderes nas redes desde 3 de janeiro*. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/extremistas-bolsonaristas-articulavam-invasao-de-sedes-dos-tres-poderes-nas-redes-desde-3-de-janeiro/>. Acesso em: 26 out. 2024.

TURTELLI, Camila. *Ministro mostra obras de arte do Planalto destruídas por terroristas [08/01/2023]*. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/terroristas-destroem-obras-de-artes-no-planalto-mostra-ministro.htm>. Acesso em: 26 out. 2024.

ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

PATRIMÔNIO E SUJEITOS URBANOS

Transformação social e o desafio para cidades sustentáveis

HERITAGE AND URBAN SUBJECTS

Social transformation and the challenge for sustainable cities

Cleyton José de Sousa Ferreira¹

Resumo

O patrimônio cultural arquitetônico não é apenas um acervo de bens históricos de valor afetivo, ele serve para formar pessoas. Neste sentido, é imprescindível estudar as dinâmicas da paisagem citadina, e como elas repercutem no processo de transformação dos sujeitos urbanos. A metodologia de estudo é a de revisão bibliográfica, partindo do estudo de autores renomados no campo das ciências humanas. O objetivo deste trabalho é elencar alguns pontos incontornáveis na preservação dos bens culturais arquitetônicos, propondo uma reflexão do seu papel para obtenção de uma cidade sustentável. Ao final das ponderações realizadas compreende-se que a tarefa está distante do seu melhor momento devido a pressão exercida pela especulação imobiliária, práticas políticas e dos sujeitos urbanos que, em grande medida, podem estar inconscientemente colocados em posição de distanciamento com sua história; pela perda dos referenciais mnemônicos outrora presentes na paisagem citadina.

Palavras-chave: patrimônio arquitetônico, história, cidade, sustentabilidade, transformação urbana.

Abstract

Architectural heritage is not only a collection of historical assets with emotional value, it also serves to shape people. In this sense, it is essential to study the dynamics of the cityscape and how they affect the process of transformation of urban subjects. The methodology of the study is a bibliographical review, based on the study of renowned authors in the field of human sciences, and photographs will be used to exemplify historical assets. The aim of this work is to list some unavoidable points in the conservation of architectural heritage, proposing a broad and critical reflection on their social role. At the end of these reflections, it is clear that the task is far from being the best, due to the pressure exerted by real estate speculation, political practices, and urban subjects who, to a large extent, may be unconsciously distancing themselves from their history due to the loss of mnemonic references once present in the cityscape.

Keywords: architectural heritage, history, city, sustainability, urban transformation.

Introdução

A expressão: Patrimônio Cultural Arquitetônico é utilizada para classificar os objetos materiais dignos de preservação por sua relevância histórica para uma determinada comunidade. Mais do que simples objetos antigos fora do seu contexto de produção, eles são elementos materiais históricos do processo de desenvolvimento urbanístico em uma localidade inseridos nos contextos de suas épocas de produção.

Portanto, a preservação destes acervos não é apenas um dever da administração pública, dependente da ação de tombamento, mas também um direito dos munícipes. Pois tem suas memórias vinculadas aos acontecimentos em torno destes bens culturais, algumas delas imprescindíveis para o estudo da história das famílias, comunidade, religião, cidade; enfim, o arcabouço cultural que formou sua identidade e sentimento de pertencimento com a cidade.

Muitas das edificações que compõem o Patrimônio Arquitetônico Cultural foram produzidas em períodos nos quais a influência cultural e financeira estrangeira, era o que movimentava em grande medida a economia nacional. A presença de europeus, por exemplo, que tentaram reproduzir nos sertões as linguagens arquitetônicas de seus Países de origem; tornam estas residências e imóveis um elemento étnico do período de colonização no Brasil.

O que não o isenta de ter sido produzido em grande medida com materiais brasileiros, por mãos de mestres construtores e trabalhadores brasileiros e, não obstante, serem artefatos que se tornaram brasileiros; por terem sido produzidos em solo do Brasil.

Neste artigo, discutiremos oito pontos de vista em defesa do Patrimônio Cultural Arquitetônico de uma cidade de maneira breve, porém, assertiva. Na tentativa de propor um debate em torno da necessidade e da importância destes acervos patrimoniais – contíguos ou não – para a história local, a memória dos habitantes, as identidades e o sentimento de pertencimento com a cidade.

As edificações históricas são vestígios históricos imprescindíveis para os historiadores urbanos, elas podem ser o ponto inicial da pesquisa que leva ao conhecimento de camadas da história da cidade até então desconhecidas pelos seus pares e pela comunidade como um todo. O processo de urbanização que ocorre em cidades específicas, escolhidas para serem centros culturais, políticos e econômicos do interior dos Estados; pode revelar que seus planejamentos de implementação foram sectaristas e pouco democráticos, considerando o período dos acontecimentos.

A arquitetura oitocentista brasileira teve vários movimentos convivendo e conflitando entre si até o período em que o modernismo na arquitetura começa a ser implementado e busca negar esse passado estético e cultural dos valores aristocráticos eurocentristas em nome da nova tendência arquitetônica que buscava criar valores nacionais a partir de sua edificação.

Este trabalho se insere no arcabouço de produções sobre o tema Patrimônio Cultural Arquitetônico que o autor tem se dedicado a compreender. Assim como, é um trabalho que produz uma satisfação pessoal por se tratar de um assunto que evoca as memórias urbanas de sua cidade natal, Garanhuns/PE.

¹ Professor Mestre em História, UFCG, ICOMOS, ANPUH-PE.

A definição do patrimônio cultural arquitetônico

De um ponto de vista semântico, o termo **patrimônio** remete a conjunto de bens acumulados por alguém para serem legados; deixados como heranças. O que ela não estabelece é se há alguma aplicação estrita para o termo, ou se pode ser usado tanto para questões relacionadas a heranças familiares quanto para saberes, fazeres e produções coletivas de uma dada comunidade. Sendo assim, o termo carrega em si ambivalência de servir tanto a questões pessoais e do âmbito particular, quanto a bens culturais que guardam algum valor para a sociedade sem distinção.

As linguagens arquitetônicas centenárias que integram a paisagem citadina são exemplos de um patrimônio cultural que, apesar de servir a interesses e propósitos distintos. Por um lado, estão em domínio dos seus herdeiros consanguíneos; e, portanto, podendo ser comercializadas, demolidas, abandonadas e sujeitas à degradação urbana.

Por outro, servem como elementos históricos de uma sociedade que se formou em torno destas edificações, numa determinada temporalidade e nos informa a cultura que originou o núcleo urbano daquela localidade; e neste sentido, não poderiam ser/ estar sujeitas há nenhum tipo de especulação econômica. Pois é um elemento cultural daquela comunidade.

Ou seja, o Patrimônio Cultural Arquitetônico encontra-se em meio a uma disputa pela sua permanência ou não integrando esta paisagem. De um lado, seus proprietários por direito de herança reivindicam este poder para fazer deles o que bem entenderem; de outro, os setores intelectuais da sociedade tentam impedir que essas edificações sejam demolidas, pois segundo estes, elas representam a história da cidade aonde foram construídas. E, portanto, são fontes históricas imprescindíveis. Para Oliveira e Callai:

Proteger o patrimônio é manter vivas as marcas da história, assegurando a possibilidade de que as gerações futuras tomem conhecimento das manifestações produzidas socialmente ao longo do tempo, seja no campo das artes, nos modos de viver, nas crenças, lugares ou na paisagem da própria cidade, com seus atributos naturais, tangíveis e intangíveis (Oliveira e Callai, 2018, p.143).

Em outras palavras, a existência do patrimônio arquitetônico para compreender as relações de desenvolvimento urbano e de uma sociedade; é imprescindível. As informações contidas em sua arquitetura, bairro e nos saberes populares serão os dados iniciais que devem nortear os trabalhos dos cronistas memorialistas e outros estudiosos. Dialeticamente o Patrimônio Cultural Arquitetônico revela, porém, encobre informações sobre a história local; o historiador sabe disso.

Nas muitas vozes que são ouvidas durante as pesquisas patrimoniais arquitetônicas, outras tantas serão silenciadas. Daí a necessidade de ter o acervo preservado, para que estas vozes que num primeiro momento foram negligenciadas possam ter sua reparação feita pelos estudiosos do Patrimônio. O filósofo marxista Walter Benjamin escreveu que:

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. [...] Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs delas que não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém

na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso (Benjamin, 1994, p.223).

O Patrimônio Cultural Arquitetônico pode proporcionar sentimentos, afetos e sentimentos identitários e de pertencimento distintos para a coletividade. Quando alguém toma conhecimento da história de um bem cultural, basicamente há dois caminhos a serem seguidos pelo observador: a consideração ou a indiferença. Em ambos os casos, estas vivências produzem heterogeneidades afetivas que formam um complexo sistema de interações culturais que hora interagem entre si, hora são influenciadas pelos sistemas que também se estruturaram em torno dos seus lócusos.

No livro Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (2006) o Arquiteto Geraldo Gomes Serra escreveu que:

Um sistema é um conjunto de objetos, entendido como uma totalidade de eventos, pessoas ou ideias que interagem uns com os outros. Estão incluídos nessa definição os conceitos de 'conjunto' e de 'interação' e subjacente está a noção de 'processo', uma vez que a interação pressupõe sucessão de diferentes estados do sistema no tempo (Serra, 2006, p.70).

Para Oliveira e Callai:

O espaço urbano contemporâneo, destituído de várias edificações e conjuntos arquitetônicos, transformam-se em espaços heterogêneos que muitas vezes não valoriza os edifícios com relevância arquitetônica remanescentes (Oliveira e Callai, 2018, p.143).

Esta condição de objeto históricos ameaçado de desaparecimento do seu espaço original, faz dos bens culturais materiais, algo que reforça a importância de preservá-los transformando-os em Patrimônio Cultural daquela comunidade. Ainda que não resolva as questões relacionadas às contradições históricas que podem evidenciar, ao menos mantém o debate vivo; sobre a importância de manter acervos culturais preservados. Os estudos da história da cidade dependem deles. Segundo Oliveira e Callai:

As demolições relacionam-se principalmente com a perda da memória da evolução urbana e com o empobrecimento da ambiência que poderia ser mais diversa e rica. Estes fatores corroboram para seu futuro desaparecimento e indicam a necessidade imediata da preservação do que há, de ações de educação patrimonial e da conscientização da população quanto ao significado e importância dos prédios existentes como fator de identidade e pertencimento do cidadão com o seu local de origem (Oliveira e Callai, 2018, p.143).

Neste sentido, compreender o conceito de Patrimônio Cultural Arquitetônico é entender que sua existência transcende as simplistas questões referentes ao campo da economia, do embelezamento da paisagem urbana e reconecta o cidadão com sua história. Não obstante, é revelador dos processos formativos de sua comunidade e de como a cultura em sua região vem se transformando. O Patrimônio serve para preservar os saberes populares e as técnicas dos mestres, os discursos políticos, as mudanças econômicas e a formação social. Preservar, não é apenas um dever, mas um compromisso com as futuras gerações.

A preservação da identidade cultural

O Patrimônio Cultural Arquitetônico é necessário para manter, até certo ponto, as identidades locais em debate. Não se pode pensar uma localidade heterogênea como uma cidade reificando apenas uma expressão das tantas identidades formativas dela. A cultura que constitui uma área urbana é muito diversa para ter apenas este ou aquele referencial cultural.

Portanto, estes objetos formativos do sistema cultural que compõem os saberes urbanos, podem servir como elo mnemônico que aporta o cidadão, no presente, com o passado da sociedade que ele vive. Não obstante, com os desdobramentos que se seguiram aos processos de transformações econômicas, políticas e sociais. A preservação do patrimônio é imprescindível para manter e ampliar o conhecimento acerca das histórias e memórias coletivas de uma determinada coletividade.

Para preservar esta identidade cultural de uma comunidade há uma série de desafios a serem superados. As instituições e os instrumentos legais nem sempre dão conta de promover estas conservações de maneira satisfatória. E nessas lacunas metodológicas, as demolições, descaracterizações, abandono e arruinamentos acontecem. Para Oliveira, Müller, Wildner e Lopes:

A degradação da arquitetura patrimonial é uma questão preocupante nas mais diversas possibilidades de análise. Mesmo sendo amparada por uma ampla legislação para sua preservação, na prática se observam falhas e morosidade no seu cumprimento, acarretando a perda de bens patrimoniais em função da ineficiência de fiscalização. A valorização do patrimônio arquitetônico e sua inserção no cotidiano dos cidadãos permite que tais edificações sejam percebidas, constituindo-se como parte integrante do passado e da história local. A identidade e o pertencimento de uma comunidade se efetivam ao passo que o campo afetivo se relaciona com o espaço físico cotidiano, isto é, a sociedade que experiencia em seu cotidiano a presença do patrimônio tem sua autoestima e seu pertencimento consolidados. (Oliveira, Müller, Wildner e Lopes, 2019, p. 585- 586).

Neste sentido, a presença de leis protecionistas federais, aliadas os programas de valorização da cultura estabelecidos pelos Governos Estaduais a jusante dos planos diretores (quando existem e estão atualizados) que contemplem esta dimensão do patrimônio são alguns dos mecanismos que podem promover a preservação destes bens históricos. Contudo, não é suficiente para mantê-los preservados *ad eternum*.

Pois, a dimensão de propriedade privada destes bens culturais, quando recebidos por direito de herança, passado entre gerações; podem se tornar empecilhos inclusive para o tombamento e a aplicação de diretrizes preservacionistas. O que pode tornar o bem cultural numa ruína pelo abandono e esquecimento por parte de seus proprietários. As mudanças ideológicas, o esclarecimento, o debate; podem determinar a ressignificação da visão que se tem das edificações que um dia representaram o apogeu econômico de uma família. O que facilita o seu processo de apagamento na história por meio de sua demolição; ou seu esplendor reestabelecido por meio de trabalhos de revitalização. Numa sociedade que tem como um dos seus maiores ativos econômicos o turismo cultural, o Patrimônio pode ser um atrativo que gera empregos e renda para a sociedade em que ele está inserido. Há inúmeros casos de cidades brasileiras que transformaram seus acervos arquitetônicos centenários em atrativos turísticos, Salvador (BA), Ouro Preto (MG), São Luis (MA), Olinda (PE), São Cristóvão (SE), dentre outros. E nem sempre precisa ter a composição de um acervo, em muitos casos a visitação turística

se dá numa única edificação, isoladamente do seu contexto urbano, como um castelo, igreja ou casarão que virou museu.

Ribeiro e Simão afirmam que (2014, p. 3):

As características da cidade seja enquanto obra ou produto histórico tem relação estabelecida entre a transformação e manutenção de seu tecido urbano refletindo em condições específicas da sua materialidade como sua permanência; mas também estabelecem diálogos intrínsecos com sua significação, com a memória, com as disputas simbólicas que permeiam a produção do espaço a partir de sua representação e de suas relações de poder. Diversas contradições entre materialidade, símbolo, memória, objetividade, subjetividade e poder constroem o campo da preservação de patrimônio cultural urbano (Ribeiro e Simão, 2014, p. 3).

Por fim, no Brasil, a legislação imposta a todos os municípios estabelece que é seu dever (municipal) reconhecer, proteger, preservar os bens culturais representativos da história daquela sociedade. Cabendo as cidades criar planos diretores e pôr em prática diretrizes que de maneira efetiva a proteção do Patrimônio Cultural. Desenvolvendo políticas que possam servir à conservação e defesa destes bens patrimoniais visando não apenas a sua permanência, mas, igualmente, o desenvolvimento de sua condição de protegido da especulação imobiliária e do vandalismo.

Educação e pesquisa

Estes acervos de edificações antigas, algumas centenárias, contíguas ou não, pode ter um atributo educativo para a sociedade que é preciso *a fortiori* ressaltá-lo: estudar e ensinar qualquer história pode se tornar mais eficaz quando referenciais estão nas mãos (ou diante) dos estudantes e professores. Portanto, a presença do Patrimônio na paisagem urbana proporciona aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento desenvolver pesquisas utilizando-os como objeto destas. Áreas como Arquitetura, Urbanismo, História, Geografia, Sociologia, Turismo, Antropologia e até mesmo a literatura podem se valer dessas edificações históricas para produzir trabalhos.

Estes trabalhos por sua vez, precisam ser compartilhados, tornados de conhecimento público para que mais pessoas – e sobretudo as futuras gerações – possam compreender a importância destes acervos em sua cidade, e porquê preservá-los. Uma articulação entre as redes educacionais, com o auxílio das universidades e centros de pesquisa, pode tornar a educação patrimonial uma realidade. José Reginaldo dos Santos Gonçalves escreveu que:

[...] O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (Gonçalves apud Abreu-Chagas; 2003).

A relevância do Patrimônio Cultural Arquitetônico para a formação de um imaginário urbano é imprescindível. Ainda que pesem contra estas formações desvios pequenos burgueses que levem o cidadão a reificar os senhores de escravos, latifundiários e grandes produtores rurais em detrimento daquele e daquelas que com suas vidas e trabalho, realmente construíram estas edificações naquele período.

Neste sentido, o Patrimônio é, para além de um elemento mnemônico da sociedade, uma forma de educar politicamente o cidadão. Constrói e desconstrói identidades, repara injustiças históricas, traz o cidadão invisibilizado para o centro do debate histórico; a mesma medida em que desempenham um papel vital na educação das futuras gerações. Ensinando a história local e, pelo encantamento, produzindo um sentimento de pertencimento e identificação com a cidade.

No livro Patrimônio Cultural, Realidade Viva o jurista e político português Guilherme D'Oliveira Martins escreveu que:

Trata-se, no fundo, de tentar entender a importância fundamental do valor acrescentado que as novas gerações somam e incorporam na realidade cultural dinâmica de que somos protagonistas, não como realidade autónoma ou de geração espontânea, mas como algo que se insere na afirmação histórica de uma humanidade que evolui através de sua ilimitada capacidade de contrariar os determinismos de um destino cego (Martins, 2020, p. 44).

Posto isso, é um dever compreender e ensinar que todo o acervo patrimonial cultural arquitetônico urbano contribui para a compreensão das dinâmicas formativas de uma cidade. Estando ele disposto de maneira contígua ou não. Considerando que as transformações, ainda que parte de um processo histórico natural dos elementos constitutivos destes bens (materiais de construção), implicam em ressignificações destes.

A preservação e a conservação dos bens patrimoniais históricos podem desempenhar um papel fundamental para revitalização da paisagem urbana. O geógrafo Milton Santos escrevera que:

Em realidade, a paisagem compreende dois elementos: 1. Os objetos naturais, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele. 2. Os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como presente. A paisagem nada tem de fixo, imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade (Santos, 2021, p.53-54).

A necessidade de conhecer a história de uma localidade pode fazer com que a preservação de acervos históricos seja uma necessidade atual da história. Os professores dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo podem levar os seus alunos para conhecer e estudar *in loco* quais eram os processos construtivos no século XIX, e início do século XX. Bem como, os estudantes da educação básica podem realizar visitas acompanhados de seus professores para estudar a história da cidade a partir de suas edificações históricas.

Desenvolvimento econômico

Apesar dos defensores pragmáticos do Patrimônio Cultural Arquitetônico - aqueles que compreendem o Patrimônio pelos seus significados mais profundos – não receberem muito bem a perspectiva de desenvolvimento econômico atrelados aos bens históricos, não se pode negar que dentro de uma sociedade capitalista como a nossa, atribuir-lhes o aspecto de geração de receita, pode ser mais uma das formas de mantê-los

preservados pelos poderes público e privado.

Para visitar determinados espaços da Catedral de *Notre Dame* em *Paris*, o turista precisa pagar uma certa quantia. A simples entrada na Catedral é gratuita, porém para acessar suas torres, segundo o site Tudo sobre *Paris* os valores variam: “Adultos: € 7 (US\$ 7,60). Jovens de 14 a 26 anos: € 5 (US\$ 5,50). Menores de 14 anos: entrada gratuita”².

Excetuando-se o fato de que aparentemente não há protestos por parte dos visitantes em pagar uma cifra tão alta para visitar uma Igreja – ainda que largamente incensada pela cultura - mostra que o passeio por uma rota patrimonial é possível. E pode ser muito interessante, educativo, barato e contribuir com a geração de empregos e reverter parte da arrecadação para a preservação do Patrimônio.

Em Pernambuco, o Instituto Ricardo Brennand cobra ingressos dos seus visitantes com direito a guias que vão explicando a história das peças do acervo. Para ver a maior coleção do mundo das peças de *Frans Post*, além de um rico acervo de armas, estátuas, pinturas, moedas e outros exemplares da cultura mundial o visitante desembolsa a quantia de:

De Terça-feira a Domingo Inteira: R\$ 50,00
Meia*: R\$ 25,00 *Meia entrada
Mediante documentação comprobatória *Pessoas com deficiência, estudantes, professores e idosos acima de 60 anos
Visita exclusiva com Educadores
Horários: 13:30 | 15:30 (quinta-feira, sexta-feira e sábado)
Investimento: R\$ 300,00 + ingresso individual (on-line ou na bilheteria local)
Tempo de visita: duração de até 02h (duas horas)
A visita contempla as exposições Coleção Ricardo Brennand (Pinacoteca e Castelo São João e Galeria)
- Observações:
Grupos com máximo de 15 integrantes.
Em caso de atraso, o tempo de visita será descontado.
O valor de R\$ 300,00 é para o acompanhamento do serviço educativo, sendo necessário adquirir o ingresso de cada membro do grupo (inteira ou meia) de modo on-line ou na bilheteria local.
Dirigir-se a recepção para iniciar o acompanhamento com o educador, apresentando o comprovante do horário agendado para a visita³.

O mesmo pode dizer do Cristo Redentor, no Corcovado/RJ:

Os turistas que desejarem chegar ao Corcovado a pé e quiserem acessar o Cristo Redentor deverão pagar apenas o ingresso de acesso ao Cristo. Este bilhete é adquirido direto na bilheteria do Trem do Corcovado que fica no alto do Corcovado. Neste local, é realizada a venda da entrada cobrando apenas o valor de ingresso ao monumento e cuja tarifa é estabelecida pela União. Veja os preços ao lado: **Preços Para qualquer visitante:** R\$ 55,50 – alta

2 [https://www.tudosobreparis.com/catedral-notre-dame#:~:text=Adultos%3A%20%E2%82%AC%207%20\(%20US%24,Pass%20e%20Paris%20Museum%20Pass.](https://www.tudosobreparis.com/catedral-notre-dame#:~:text=Adultos%3A%20%E2%82%AC%207%20(%20US%24,Pass%20e%20Paris%20Museum%20Pass.) Acesso em 22/08/2024.

3 <https://www.institutoricardobrennand.org.br/index.php/horarioseingressos#:~:text=O%20valor%20de%20R%24%20300,line%20ou%20na%20bilheteria%20local.> Acesso em: 27/08/2024.

temporada, finais de semana e feriados; R\$ 30,50 – baixa temporada; Estudantes, PcD e ID Jovem: R\$ 30,50, na alta temporada / R\$ 18,00 na baixa temporada; Descida de trem: R\$ 33,50 (valor para qualquer pessoa)⁴.

Ou seja, quando não estamos falando da visita paga de Patrimônios Culturais brasileiros ou estrangeiros, estamos falando de acervos patrimoniais, como é o caso do Instituto Ricardo Brennand.

Inúmeras cidades com um acervo patrimonial arquitetônico são atrativas de turistas, e isso contribuiu significativamente com o desenvolvimento econômico local. É possível, que surjam articulações com artesões, pintores, desenhistas, escultores que através de suas obras podem reproduzir em miniaturas os bens culturais arquitetônicos; outrossim, grupos de atores locais pode reencenar eventos que aconteceram com estas edificações históricas como palco. Além de fomentar a movimentação econômica da rede de hotelaria, cafés e restaurantes.

O Pesquisador Tiago Juliano no Dicionário Temático do Patrimônio (2020) ponderou que:

O turismo constrói, representa, apropria-se, faz uso, consome, transforma e ressignifica patrimônios. Todas essas possibilidades demonstram que patrimônio e turismo estão imbricados em processos de subjetividade e alteridade, que ganham contornos próprios no tempo contemporâneo a nós (Juliano APUD Carvalho e Meneguello, 2020, p.96).

E mais adiante:

Nesse contexto, uma rede de patrimônios oficialmente protegidos visava difundir a ideia de herança e responsabilidade coletiva pela identidade nacional, permitindo que o turismo emergisse como um método de educação pública, concorrendo para educar o olhar de indivíduos (moradores e visitantes) em torno de um conjunto de memórias selecionadas (Juliano APUD Carvalho e Meneguello, 2020, p. 96-97).

Os historiadores, na maioria das vezes, cultivam um ceticismo quando se coloca o patrimônio como uma categoria que possa ser utilizada como mercadoria, inserindo-a dentro da lógica do capitalismo; e tudo bem. O problema é que estes bens já estão sujeitos a esta lógica mercadológica, através da especulação imobiliária; independentemente de estarem ou não dentro de um esquema turístico local.

Revitalização urbana

A presença de um Patrimônio Cultural Arquitetônico preservado pode ser o elemento central do argumento que leve os poderes constituídos a considerar a revitalização de espaços urbanos. Esta estratégia visa preservar e valorizar o legado histórico daquela comunidade e ao mesmo tempo requalificar os espaços públicos de convivência social. A existência de uma edificação centenária ou um acervo delas permite pensar na

⁴ [https://parquenacionaldatijuca.rio/como-visitar-o-corcovado/#:~:text=R%24%2055%2C50%20%E2%80%93%20alta,50%20\(valor%20para%20qualquer%20pessoa\).](https://parquenacionaldatijuca.rio/como-visitar-o-corcovado/#:~:text=R%24%2055%2C50%20%E2%80%93%20alta,50%20(valor%20para%20qualquer%20pessoa).) Acesso em 27/08/2024.

transformação de áreas urbanas esquecidas ou degradadas em espaços funcionais e esplendorosos.

Desde que estas ações sejam feitas seguindo um cronograma redigido por um corpo técnico de especialistas em restauro, história, arquitetura e urbanismo; levando a incluir no uso cotidiano das cidades as edificações patrimoniais. Seus usos podem ir de residências, escritórios, museus, espaços culturais preservando suas características originais e ao mesmo tempo se inserindo nas demandas atuais da cidade e da própria edificação.

Para a Historiadora Françoise Choay:

Dar-lhe uma nova destinação é uma operação difícil e complexa, que não deve basear-se apenas em uma homologia com sua destinação original. Ela deve, antes de mais nada, levar em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo dos usuários potenciais (Choay, 2017, p. 219).

Note que o texto da historiadora apresenta um certo cuidado ao sugerir a possibilidade de reutilização da edificação histórica. Porém, das alternativas que se apresentam esta pode ser a mais eficaz neste processo de revitalização urbana. Preservar, não implica em apenas reutilizar o imóvel, mas também requalificar suas áreas adjacentes, criando para este um espaço de proteção que vai desde suas estruturas até o seu entorno.

É neste ponto que o paisagismo dentro da urbanização entra como uma forma de requalificar estes espaços que se desenvolveram originalmente a partir do imóvel histórico. A Carta Patrimonial de Veneza, um documento internacional contendo diretrizes e recomendações para revitalização, requalificação e reutilização desse conjunto patrimonial (sítio): Edificação histórica e área em seu entorno; traz a seguinte ponderação:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (Carta de Veneza, 1964, p.1).

A revitalização urbana começa com o tratamento de valorização dos bens materiais históricos (ou não) que compõe aqueles logradouros. Estamos falando de praças, jardins, canteiros, boulevards e as fachadas das antigas edificações; representativas do processo de urbanização que ocorrera naquele recorte espacial.

Requalificar os espaços urbanos, e seus respectivos acervos históricos, desde que respeitem sua estética não é só parte de um processo de embelezamento da cidade, mas um investimento na qualidade de vida proporcionada aos moradores.

Partindo desta premissa, o geógrafo francês *Bernard Kayser* estipula que a revitalização do espaço urbano, inserindo-se a este o Patrimônio Cultural Arquitetônico, deve antes de qualquer coisa buscar quais benefícios a população poderá ter com a realização deste processo. Dirá o Geógrafo:

O restauro de uma pequena igreja, de uma quinta, a renovação de uma praça da aldeia só farão sentido se provocarem um afluxo

turístico, ou podem ser realizados para o simples prazer, para a cultura dos habitantes? Porque uma das componentes principais da cultura é o ambiente cotidiano, que é agora, para quase toda gente, o patrimônio arquitetônico. A qualidade estética desse ambiente eleva o nível cultural dos habitantes (Kayser, 1994, p.4-5).

É possível citar como exemplo de sucesso deste processo de revitalização urbana a partir dos bens culturais imóveis, o centro histórico da cidade de Salvador, na Bahia. O bairro do pelourinho fora revitalizado nos anos 90, mantendo o foco na restauração das edificações históricas de arquitetura colonial. Atualmente, conta com uma significativa melhoria infraestrutural que é capaz de promover e comportar diversas atividades culturais o que resulta, para além da ampliação da sua condição turística, a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores.

Portanto, esta revitalização urbana quando centrada na preservação e conservação do Patrimônio Cultural Arquitetônico e suas áreas adjacentes, se bem planejada e executada com a devida responsabilidade pode alcançar resultados de desenvolvimento urbanístico que respeite e valorize este legado cultural ao mesmo passo que atende as necessidades modernas. Talvez, o caminho esteja em encontrar o equilíbrio entre preservação e revitalização, conclamando a comunidade e garantindo que os benefícios resultantes serão amplamente distribuídos.

Qualidade de vida

Atualmente a expressão qualidade de vida designa um conjunto de decisões, ações e escolhas tomadas por homens e mulheres, que se seguidas com disciplina ideal, é possível obtê-la e gozar dos seus benefícios a longo prazo. Portanto, quando se fala em qualidade de vida, imagina-se um séquito de pessoas indo a parques ou praças para realizar sua ginástica cotidiana, fazendo dieta *low-carb*, indo dormir cedo, bebendo muita água e se alimentando principalmente de frutas e verduras.

É bem verdade que esse cenário descrito acima tenha de fato algum resultado para determinado quantitativo de pessoas, ainda que os custos para os manter as vezes seja maior que os resultados apresentados, e disto resulte em mais uma frustração ao invés de qualificação de vida. No entanto, o objetivo deste subitem é discutir como o Patrimônio Cultural Arquitetônico pode proporcionar qualidade de vida para os cidadãos. A relação da discussão que se segue com a anterior, é que em ambas, qualidade de vida significa idealizações.

A especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, Daniela Bobsin (2005) escreveu que:

(...) Qualidade de vida é um ideal, o que implica no fato de nunca ser plenamente conquistada. Quando uma comunidade chega num certo patamar de qualidade de vida, certamente outros objetivos e necessidades aparecerão, pois a cultura é uma esfera caracterizada por seu dinamismo e os valores mudam. Assim, não se pode falar que certo local atingiu uma qualidade de vida, mas que melhorou sua qualidade de vida (Bobsin, 2005, p.10).

Neste sentido, o Patrimônio, inserido em espaços bem cuidados, que promovam um sentimento de pertencimento, sejam reveladores de um passado cheio de memórias e recordações que apóiem os seus espectadores a momentos inesquecíveis da história local, também é uma forma de lhe conferir qualidade de vida. A memória dos laços

afetivos que podem ser proporcionados pelo Patrimônio cultural, é significativa para o bem estar da sua comunidade.

Os ambientes proporcionados pelo Patrimônio Cultural Arquitetônico bem preservado e que recebam cuidados periodicamente, se tornam lugares agradáveis aos seus visitantes. Criam um senso de comunidade, fazendo até com que os moradores se empenhem em preservar aquele espaço; pois trata-se de algo que carrega uma importância histórica para eles. Segundo Bobsin:

Para os turistas e outras pessoas de fora as construções dos locais visitados, são símbolos com menor densidade de significados. Na maioria das vezes representa, uma bela paisagem, um local diferente, um ambiente agradável, ou despertam uma lembrança de algum outro lugar. Para os moradores esses mesmos lugares ou construções são densamente carregados de significados, representam seu espaço vivido. Uma praça pode ter sido o lugar de importantes manifestações cívicas na história local, pode ter sido significativa na infância de muitos moradores, que quando crianças brincavam em suas árvores ou quando jovens namoravam em seus bancos; uma igreja pode representar o lugar de união de muitos casais ou o lugar de despedida de entes queridos (Bobsin, 2005, p.16).

É preciso ressaltar, antes de tudo, que por qualidade de vida o texto aqui se refere à possibilidade de harmonia entre a comunidade, seu ambiente urbano, as expressões culturais; inseridos dentro de um contexto político, econômico e social. E que estejam coadunados com os valores que permeiam suas épocas. Para Bobsin:

Ao beneficiar primeiro os autóctones, a valorização acaba por redundar numa melhoria da qualidade de vida das pessoas do lugar. Entendemos aqui, por qualidade de vida a possibilidade de determinada comunidade de viver em condições - ambientais, culturais, econômicas e sociais - consideradas ideais de acordo com seus próprios valores. Neste sentido, qualidade de vida é uma categoria cultural, pois os valores de uma comunidade são determinados por sua cultura (Bobsin, 2005, p.9).

O patrimônio histórico também contribui para a qualidade de vida dos residentes. Edifícios históricos e áreas preservadas oferecem um ambiente estético agradável e criam um senso de comunidade e pertencimento. Eles frequentemente proporcionam espaços públicos e culturais que são utilizados para eventos, festivais e encontros sociais.

Sustentabilidade

A reutilização de edificações históricas presentes no ambiente urbano pode ser uma forma de torna-lo sustentável. Como foi discutido anteriormente, a revitalização dos bens culturais materiais representativos da história de uma sociedade, pode evitar, além da perda irresponsável dos seus referenciais; uma reconfiguração urbana degradante ao sítio histórico.

Em seu processo de conservação há maneiras de manter a composição do acervo histórico urbano necessário ao imaginário da coletividade de maneira sustentável. O arquiteto e urbanista Júlio César Pereira escreveu que: "Sustentabilidade, a priori, tem a ver com sustentável, com aquilo que é durável, que se sustenta por muito tempo."

(Pereira, 2018, p.4). Ou seja, a criação de uma estratégia de reutilização dos Patrimônio Cultural Arquitetônico que respeite sua condição histórica, importância para a memória local, seu valor artístico e o direito a salvaguarda da memória para as futuras gerações.

No sentido oposto a esta postura, seu abandono pode ocasionar a proliferação de pragas e animais peçonhentos que poderão se utilizar das dependências abandonadas para se abrigar e se reproduzir. Não obstante, a demolição destes imóveis pode comprometer a rede de esgotos, distribuição de água, eletricidade e o paisagismo que é um dos atrativos turísticos da cidade. Ferreira (2024) dirá que:

Preservar é também uma forma de política ambiental, no sentido de que uma edificação - além de compor o ambiente urbano - se encontrando em risco de desabamento oferece perigo para os sistemas de escoamento de águas, eletricidade; para as edificações em torno e para os cidadãos que diuturnamente estão diante desses imóveis de valor histórico (Ferreira, 2024, p.128).

Neste sentido, preservar edifícios antigos pode sair mais barato aos cofres públicos e privados do que demolir e reconstruir novas instalações prediais. Os avanços tecnológicos e científico dos quais podem lançar mão a Arquitetura, Engenharia, Urbanismo e outras áreas da construção civil, podem preparar estas edificações para sua reutilização segura. Reduz-se o impacto no ambiente e pode ainda servir como fonte de empregabilidade e renda para a população local. Nas atas do Encontro De Especialistas em Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável que se realizou em Ouro Preto/MG ano de 2012, traz o seguinte trecho:

Sistemas de gestão para a proteção de sítios considerados como Patrimônio Mundial devem assegurar a viabilidade financeira e a sustentabilidade de sua gestão, a longo prazo, por meio de recursos econômicos adequados. Ao mesmo tempo, devem buscar garantir que sejam aproveitadas todas as oportunidades de oferecer às comunidades Ata da Reunião Consultiva de Especialistas em locais o mais alto nível de benefícios em termos de bem-estar social e oportunidades de renda, preservando ou restaurando o Valor Universal Excepcional do sítio (2012, p.34).

O Patrimônio Cultural Arquitetônico integrado de maneira sustentável ao ambiente urbano, podem promover não apenas a manutenção do próprio espaço urbano histórico, mas iniciar uma cultura de reconhecimento dos espaços históricos da cidade. Levando a educação patrimonial a jusante dos processos de sustentabilidade das edificações históricas. Pereira (2018) dirá que:

A sustentabilidade é uma mudança cultural em que o novo paradigma é um novo modelo de desenvolvimento. Ela tem como características ser um sistema aberto e complexo. A busca por soluções para sustentabilidade deve acontecer de forma inventiva, criativa e dialética. É nítido que o tema da sustentabilidade, com destaque para as edificações históricas, vem ganhando abrangência no contexto global e tem um peso certamente crescente e determinante para a concepção da arquitetura e do ambiente construído como um todo (Pereira, 2018, p.08).

Criação de leis específicas, porém articuladas com o plano diretor da cidade e as leis ambientais, a participação da comunidade; para o uso sustentável dessas edificações históricas podem se tornar uma medida eficaz de preservação dos imóveis históricos

e da paisagem urbana de uma localidade. Mas é preciso ter cuidado, nem sempre os processos de reutilização destes espaços garantem sua preservação ou conservação de maneira satisfatória. Sobre este aspecto, Julio César Pereira escreveu:

Os princípios fundamentais da sustentabilidade incluem o desenvolvimento de uma maior compreensão do ambiente histórico, uma maior participação do público, mantendo nossas atividades para níveis que não danifiquem permanentemente o ambiente histórico, e garantir que as decisões sobre o ambiente histórico sejam feitas com base na melhor informação possível (Pereira, 2018, p.5).

Desafios e equilíbrio

Em que pese o fato de haverem vantagens no processo de preservação de um Patrimônio Cultural Arquitetônico, esta ação pode apresentar desafios. Na maioria das cidades as edificações novas não mantêm uma relação harmoniosa com as edificações antigas. Neste sentido, a ameaça aos bens culturais é uma constante. A historiadora Kátia Bogéa, que já foi Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em entrevista respondendo a um questionamento sobre tais conflitos respondeu que:

Essas ameaças vão desde a banalização de elementos sagrados de determinados grupos culturais devido à sua utilização indiscriminada como “símbolo étnico” em produtos comerciais voltados para turistas e visitantes (processos comumente denominados como “folclorização” da prática cultural) até a pressão mercadológica sobre formas de produção tradicionalmente voltadas para o atendimento de escalas locais ou regionais e que, em contextos de modernização, passaram a ser impactadas pelas demandas de um mercado que opera a partir da lógica industrial (Bogéa apud Junior e Gosciola, 2018, p.6).

Encontrar o ponto de equilíbrio entre ter um acervo histórico com seu entorno preservado e um desenvolvimento econômico a partir do turismo – que tanto deseja estes espaços – não é uma tarefa simples e as vezes requer a intervenção do Poder Executivo Municipal.

Ferreira (2024) dirá que:

Produzir um acervo iconográfico destacando a condição atual deste Patrimônio Cultural Arquitetônico Eclético e concomitantemente realizar reflexões que possam contribuir com sua preservação, é um passo inicial de um processo de problematização desta questão histórica. Mas o acervo não encerra as atividades em busca da salvaguarda destes bens culturais (Ferreira, 2024, p.126).

Porém, é preciso mais que um catálogo iconográfico amplamente preenchido com informações possíveis e disponíveis sobre este Patrimônio Cultural Arquitetônico para que o desafio de preservar sua memória comece a ser enfrentado.

Incluir a comunidade neste debate, sensibilizar os órgãos municipais responsáveis pela salvaguarda da cultura local, notificar o IPHAN sobre a presença de um acervo de bens materiais que necessitam de cuidados; além da realização de oficinas e palestras sobre o tema junto a escolas, organizações da sociedade civil e, não obstante, unir

em torno desta temática os Cursos de Arquitetura, Urbanismo, Turismo, História, Engenharia, Geografia, Antropologia, Educação e outras áreas do conhecimento que possam contribuir no enfrentamento à perda dos referenciais históricos Patrimoniais Arquitetônicos. Segundo Bogéa:

Objetivo da salvaguarda de bens registrados é construir meios para a política participativa dos atores sociais diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural em questão (detentores) e as instituições parceiras. Trata-se de política orientada para aumentar a participação democrática dos detentores dos bens culturais na formulação, planejamento, execução e no acompanhamento de políticas de preservação do patrimônio cultural e, com isso, promover o alcance da sustentabilidade cultural dos Patrimônios Culturais do Brasil. Buscam-se desenvolver programas e projetos que tenham sido formulados com a participação efetiva dos segmentos sociais diretamente envolvidos com o bem cultural registrado, articulando instituições privadas com entes governamentais municipais e estaduais (Bogéa apud Junio e Gosciola, 2018, p.5).

Outro desafio, já colocado neste texto, mas que vale a pena retornar a ele, é a busca do equilíbrio entre as edificações históricas e as edificações contemporâneas. Modernizar é uma necessidade do desenvolvimento urbano, mas preservar é uma necessidade que atende os anseios da memória humana. A maioria das cidades europeias que por tanto tempo serviram de referenciais culturais ao nosso País, destruíram seu Patrimônio Cultural Arquitetônico em benefício do capitalismo. O jurista e político português Guilherme d'Oliveira Martins, escreveu em seu livro Patrimônio Cultural – Realidade Viva (2020):

O Patrimônio cultural é visto como um valor e um recurso que tanto serve o desenvolvimento humano em geral, quanto um modelo de desenvolvimento econômico e social assente no uso durável dos recursos, respeito pela dignidade da pessoa humana, enquanto valor primordial ou valor-fonte de todos os demais valores (Martins, 2020, p.50).

Resumidamente, o Patrimônio Cultural Arquitetônico é uma necessidade para o estudo da história das cidades, e transcende o valor cultural – que não é pouco – impactando de maneira política, econômica e social numa determinada comunidade. O desafio de preservá-lo é grande, temos consciência disto, mas é preciso fazê-lo. Lutar pela sua integridade como se faz pela dignidade do habitante da cidade; afinal, ele é mais um. Este equilíbrio entre o novo e o antigo na arquitetura pode ser conseguido criando parcerias entre instituições que possam se beneficiar por meio de permutas com a contribuição solidária à manutenção destes bens. Além dos proventos pecuniários que ajudarão na restauração, a sensibilização na hora da ampliação de suas instalações. Para Kátia Bogéa:

O IPHAN ainda tem como desafio manter uma estrutura adequada para fortalecer a promoção dos bens registrados, inclusive atuando junto a outros órgãos cujas políticas públicas afetam as dinâmicas de bens culturais registrados. Outro desafio é estruturar política para o fomento à estruturação de Centros de Referência no território de ocorrência dos bens, espaços não apenas de difusão cultural, mas também de articulação dos detentores, que devem participar ativamente da gestão desses espaços (Bogéa apud Junio e Gosciola, 2018, p.6).

Uso de maquinário pesado pode corromper as estruturas das edificações vizinhas se não utilizados com cuidados. As fachadas de lojas e seus letreiros, evitar fazer com eles encubram as platibandas das edificações históricas. Isso ajuda a identificar possíveis rachaduras ou avarias que precisem ser cuidadas antes que evoluam para quadros de arruinamentos.

Para finalizar, ainda citando o Jurista e Político Português:

O monumento histórico, um lugar, de tradição têm de ser defendidos e preservados não só porque representam um sinal de presença de vida de quem nos antecedeu, mas também porque contribuem decisivamente para enriquecer a nossa vida e nossa existência – alimentando ainda os desígnios de futuro (Martins, 2020, p.44).

Conclusão

Por todos esses oito pontos discutidos - ainda que de maneira breve - acerca do Patrimônio Cultural Arquitetônico é que ele se torna imprescindível para compreender os processos históricos que deram origem aos espaços urbanos que hoje chamamos de cidade. E não apenas, ele é um legado histórico repleto de representatividades, algumas mais latentes, outras que necessitam serem trazidas à luz dos debates. Mais que isso, o Patrimônio Cultural Arquitetônico fala de futuro a partir do presente das sociedades.

Sua preservação e conservação é uma medida que pode servir para discutir as identidades locais, a cultura, envolver a educação, trazer desenvolvimento econômico e produzir sustentabilidade. Em nenhuma cidade de algum País “desenvolvido” o seu patrimônio cultural fora deixado de lado ou abandonado em prol das modernas tendências desenvolvimentistas contemporâneas. Eles sabem que preservar um patrimônio cultural é um investimento em um futuro de uma sociedade se não mais coesa, ao menos mais consciente de si mesmo e reivindicadora dos seus direitos enquanto povo.

Portanto, o Patrimônio Cultural Arquitetônico é um bem cultural inestimável que pode desempenhar funções diversas, porém, essenciais para a sociedade em que está inserido. Não servindo apenas como elo entre passado e o presente, mas permitindo que nos conheçamos no presente; e valorizemos aquilo que nos constitui enquanto uma comunidade.

É preciso ressaltar que a Arquitetura Histórica, seja ela de que estilo ou tendência estética for, além de ser um testemunho material dos saberes e técnicas construtivas do passado, tem um papel educativo no processo de explicar como mudanças ocorreram nesse processo. Fomenta, além de tudo a educação de novos construtores, engenheiros, arquitetos, urbanistas, paisagistas e tantos outros profissionais dedicados a compreensão do desenvolvimento urbano.

A preservação destes bens culturais não é apenas um mero capricho de manter a qualquer custo a estética e os valores dos períodos aristocráticos brasileiros, longe disso. Mas é proteger a possibilidade das vozes que foram silenciadas nesse processo de edificação, finalmente serem ouvidas. E quem sabe, até terem sua reparação histórica assegurada, pois afinal, são parte indissociável deste processo de produção de uma paisagem urbana através do seu trabalho.

Esta preservação contribui com a investigação e difusão dos saberes locais, muitas das peças e materiais utilizados nas edificações não eram produzidos no Brasil até 1920, como cerâmicas e outros adornos, então os mestres e pintores se encarregavam de produzir estes artefactos, artesanalmente para compor o conjunto de adorno que enfeitava os prédios que estamos defendendo neste artigo.

Não obstante, pode promover um turismo sustentável, revitalização urbana, processos educacionais, ambientes que promovam qualidade de vida, ou seja, transformar a cidade num ambiente agradável.

Investir na preservação e conservação de um acervo ou apenas uma edificação histórica, é um assumir um compromisso de salvaguarda da memória e da história urbana, assegurando que as futuras gerações terão referências diante de si quando se perguntarem os porquês da cidade. Além de poderem gozar dos benefícios de ter uma cidade que possa lhes oferecer espaços de convivência repletos de cultura e história, que somente esses acervos podem proporcionar.

Este esforço desafiador exige participação, compromisso, engajamento, reconhecimento e proteção de todos os setores da sociedade. Numa ação em conjunto que aproxime a população dos órgãos competentes e poderes público e privado, criando uma gestão democrática do patrimônio com a participação popular ao invés de apenas esperar por leis impostas pelos poderes legislativos.

Referências

ALVES, Heberton Fabrício Inocêncio. *Identidade, Patrimônio Cultural e Qualidade de Vida: O papel da administração municipal em Cristina - MG*. IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável Joinville - 2004.

BENJAMIN, W. *Teses sobre o conceito de História*. In: W. BENJAMIN, *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, p. 222-232, 1994.

BOBSIN, Daniela. *Patrimônio Histórico e Qualidade de Vida*. Santa Maria/RS, UFSM, Centro de Tecnologia, Curso de Especialização em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, 2005.

CARTA DE VENEZA, *Cartas Patrimoniais*. Veneza/Itália, 1964, Consultado do Site do IPHAN.

CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina (org.). *Dicionário Temático de Patrimônio*. Campinas/SP, Ed. UNICAMP, 2020.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 6ª edição, São Paulo: Estação Liberdade, Ed. UNESP, 2017.

FERREIRA, Cleyton José de Sousa. *O Patrimônio Eclético Arquitetônico de Garanhuns: Reflexões Sobre a sua Preservação*. Campina Grande/PB, Dissertação de Mestrado, 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; IPHAN, 2003.

JÚNIOR, Urbano Lemos; GOSCIOLA, Vicente. Desafios e Possibilidades na Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, Uma conversa com Kátia Bogéa. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas/SP, v.12, n.1, Jul/2018.

MARTINS, Guilherme D'Oliveira. *Patrimônio Cultural Realidade Viva*. Lisboa/PT, Ed. Fundação Francisco Manuel dos Santos - FFMS, 2020.

OLIVEIRA, T. D. de; MÜLLER, J. T. R. V.; WILDNER, G. da S.; LOPES, C. E. J. Educação e Arquitetura: a educação patrimonial preservando o patrimônio arquitetônico. *Terr@Plural*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 577-588, 2019.

OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de; CALLAI, Helena Copetti. Cidade e Arquitetura: (Re) Conhecer e Preservar através da Educação Patrimonial. Ribeirão Preto/SP, *Revista Plures Humanidades*, v.19, n.1, 2018.

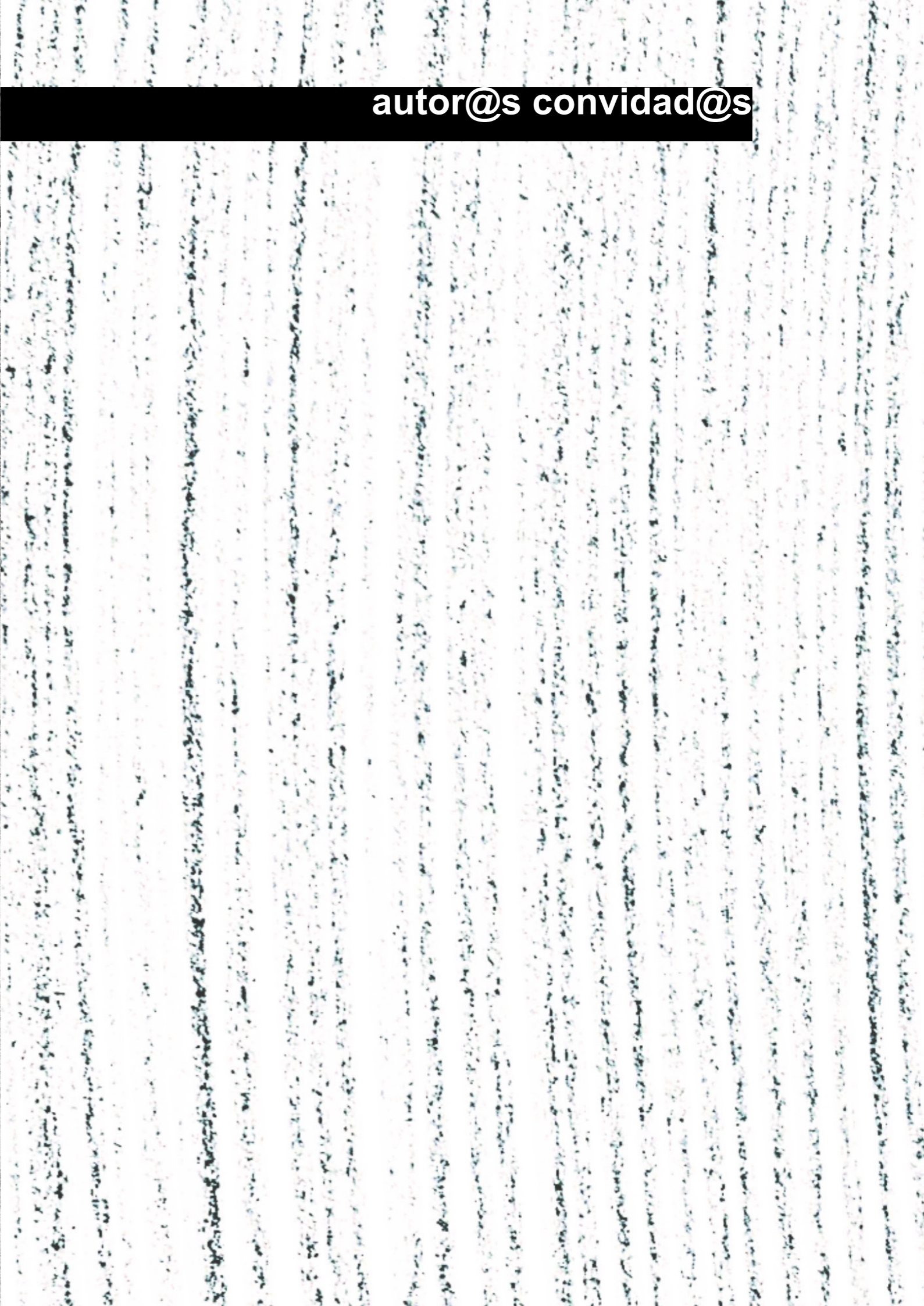
Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável, *Atas do Encontro De Especialistas em Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável*. Ouro Preto/MG, 2012.

PEREIRA, Júlio César. *Sustentabilidade no Patrimônio Histórico nas Edificações revitalizadas*. Rio de Janeiro, 6ª Conferencia Sobre Patologia e Reabilitação de Edifícios - PARTORREB, POLI/UFRJ, 2018.

RIBEIRO, Cláudio Rezende; SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Relações e Contradições: Direito à Cidade e Patrimônio Urbano*. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. 4ª reimpressão, São Paulo, Ed. USP, 2021.

SERRA, Geraldo Gomes. *Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*. São Paulo, Ed. EDUSP: Mandarim, 2006.



CONTRA CORRENTEZA: OUTRAS PASSAGENS, PARAGENS A ocupação Passo dos Negros, uma caminhografia nas bordas do Canal São Gonçalo e os desafios de um envolvimento sustentável

*AGAINST THE CURRENT: OTHER PASSAGES, AND STOPS
The Passo dos Negros Occupation, a Walkography along the
margins of the São Gonçalo Stream, and the Challenges of
sustainable engagement*

Fernando Freitas Fuão¹ e Taís Beltrame dos Santos²

Resumo

Percorre-se a ocupação Passo dos Negros ao longo do Canal São Gonçalo, em Pelotas (RS), a partir de caminhografias e narrativas de quatro pesquisadores: Fernando Fuão, Taís Beltrame dos Santos, Simone Fernandes Mathias e Ana Langone. Reflete-se sobre a relação histórica da ocupação com as charqueadas, a escravidão, o engenho de arroz e as tensões geradas pela especulação imobiliária. Durante as caminhadas emergem as questões centrais do debate sobre a remoção dessa comunidade que sempre viveu na margem, e à margem. Nessas caminhadas ressurgem a ideia de querências, pertencimento, insurgências e resistências. O texto conecta essas questões aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidenciando contradições nas abordagens desenvolvimentistas que perpetuam lógicas de exclusão urbana. Propõe-se, assim, uma análise sensível das dinâmicas locais, integrando memória, ancestralidade e práticas contemporâneas, enquanto se criticam as pressões desenvolvimentistas e seus impactos socioespaciais.

Palavras-chave: Passo dos Negros, caminhografia urbana, ocupações, Arroio São Gonçalo.

Abstract

The Passo dos Negros occupation is explored along the São Gonçalo Canal, in Pelotas (RS), based on p walkographies and narratives by four researchers: Fernando Fuão, Taís Beltrame dos Santos, Simone Fernandes Mathias and Ana Langone. It reflects on the historical relationship between the occupation and charqueadas, slavery, the rice mill and the tensions generated by real estate speculation. During the walks, the central questions of the debate about the removal of this community that has always lived on the margins, emerge. In these walks the idea of desires, belonging, insurgencies

¹ Doutor em Projetos de Arquitetura, Texto e Contexto pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona (1992) com a tese "Arquitetura como Collage". Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel, 1980) e é pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é professor titular na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Doutoranda em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Orientador: Fernando Freitas Fuão. Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2021) e Arquitecta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2019).

and resistances resurfaces. The text connects these issues to the Sustainable Development Goals (SDGs), highlighting contradictions in developmental approaches that perpetuate logics of urban exclusion. Therefore, a sensitive analysis of local dynamics is proposed, integrating memory, ancestry and contemporary practices, while criticizing developmental pressures and their socio-spatial impacts.

Keywords: Passo dos Negros, walkographies, occupations, Arroio São Gonçalo.

Previsão

Esta escrita surge a partir de caminhadas, escutas, pensamentos que passaram e foram capturados durante o trajeto, compondo uma caminhografia na Ocupação Passo dos Negros, em Pelotas. Foram produzidas durante o pós-doutoramento de Fernando Fuão, realizado no PROGRAU-UFPel sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Rocha, de novembro de 2022 a outubro de 2023; e também a partir de deslocamentos realizados entre fevereiro e julho de 2024 por Taís Beltrame dos Santos para sua pesquisa de doutoramento no PROPAR-UFRGS. Ambas as escritas entrelaçam-se com outras interlocutoras, escritoras e caminhantes deste lugar sensível, especialmente Ana Langone (2021) e Simone Fernandes Mathias (2024), pesquisadoras da antropologia e duas lideranças negras de muita força, que lutam pelo reconhecimento patrimonial do local. Além disso, dialogam com as histórias de alguns moradores que abriram suas portas no meio do caminho, para nos ajudar a pensar.

Trata-se, portanto, não apenas de uma experiência cartográfica de registro, mas também de uma vivência da própria escrita que cada um dos autores desvela através múltiplos aspectos relacionados à ocupação centenária do Passo dos Negros, em Pelotas. Caminhografar implica, de alguma forma, inscrever-se no território, deixar que ele se desvele e inscreva memórias, potências numa multiplicidade de histórias, essa tem sido uma das múltiplas possibilidades da caminhografia urbana (Rocha, Santos, 2024). A abordagem adotada nessa caminhada, em particular, buscou evidenciar a questão histórica a partir de uma prática sensível, enquanto também expõe as tensões higienistas de limpeza urbana e desenvolvimentismo que pressionam esse lugar ancestral.

Nesse artigo ao considerar as pressões da cidade formal sobre a comunidade Passo dos Negros, buscou-se ampliar o olhar também sobre a temática desse número da revista Pixo que versa sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), princípios estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU. Essa conexão é especialmente evidente no ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, que visa tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, promovendo o acesso universal aos espaços urbanos e garantindo a valorização de áreas históricas e ancestrais (ONU, 2015). Além disso, o tema relaciona-se ao ODS 10 - Redução das Desigualdades, ao questionar as dinâmicas que marginalizam populações vulneráveis e ameaçam seus modos de vida. Por fim, a discussão integra o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ao fomentar a inclusão e o fortalecimento das comunidades na tomada de decisões sobre seus territórios, alinhando-se à perspectiva de justiça histórica e social (ONU, 2015).

Este texto não se exime de ser crítico em relação aos princípios da Agenda 2030 da ONU, reconhecendo que ela se sustenta no modelo econômico capitalista, que, por sua natureza, é intrinsecamente insustentável. O crescimento econômico baseado no consumo incessante de recursos naturais e a desestruturação das comunidades historicamente constituídas, principalmente quando se trata da miséria. Essa Agenda, senso comum, contraria os próprios princípios de equilíbrio ambiental e justiça social. No caso do Passo dos Negros, práticas menores e locais, como as que envolvem a

resiliência comunitária, a autonomia territorial e a conexão íntima com a água, como a pesca de subsistência, apresentam exemplos de sustentabilidade, embora também estejam imersas em contextos de violência. Essas práticas demonstram que o cuidado com o ambiente e a sobrevivência podem ser viabilizados por meio de relações harmônicas com o território, em vez de grandes empreendimentos urbanos e imobiliários que, embora ostentam o selo de uma pretensa sustentabilidade, sejam projetados como parques ou condomínio de alto padrão, exercem uma pressão sobre comunidades pobres e seus modos de vida, frequentemente consideradas subdesenvolvidas. O Passo dos Negros evidencia que alternativas locais e não hegemônicas oferecem lições mais significativas sobre envolvimento³ e sustentabilidade, em contraste com a lógica do capital, que frequentemente prioriza o lucro em detrimento das populações e do meio ambiente.

Fuão no te vayas sólo

O meu coração bate forte
Estamos adentrando o território sagrado
Fecho os olhos
Escuto sussurros
São os meus
[...]
As figueiras da noiva e da ponte têm tanto a dizer
A ponte dos dois arcos de 1854
Continua sendo passagem
Nossas tecnologias ancestrais
Estão por toda princesa do sul
O Engenho Pedro Osório já foi referência
Muito arroz se produziu
(Simone Fernandes Mathias, 2024, p.280).

Busquei na escrita deste relato reflexionar a partir do local e de minha presença ali, escutar aquilo que o lugar me soprava e tudo que poderia absorver, procurei estabelecer a cronografia dessas idas e vindas, ainda que ciente que elas escapariam e se embaralhariam propositadamente nessas relações tempo espaço. Todos esses aspectos e a forma como as conto e conduzo, e sobretudo como fui conduzido pela escrita seguem metaforicamente o fluxo inevitável das águas do São Gonçalo. Porém, contra a correnteza. Em outras palavras, essa caminhografia tornou-se um estímulo para conhecer aspectos históricos da cidade onde nasci, e perambulava quando criança.

³ A escolha de utilizar a palavra “envolvimento” em vez de “desenvolvimento” está alinhada com as ideias de Nego Bispo em “A Terra dá, a terra quer” (2023), que critica o conceito de desenvolvimento como um processo que frequentemente desconecta as pessoas de seus territórios, saberes e práticas ancestrais. Segundo Bispo, o desenvolvimento é uma forma de *cosmofobia*, ou seja, um medo ou rejeição à pluralidade de cosmovisões que compõem as diferentes formas de existência no mundo. Ele argumenta que o desenvolvimento, na sua lógica dominante, prioriza a homogeneização, a extração de recursos e a imposição de uma única visão de progresso, rompendo vínculos históricos e culturais essenciais para a sustentabilidade e a autonomia dos povos. Por outro lado, o termo “envolvimento” sugere uma relação de integração, respeito e reciprocidade com o entorno — humano e não-humano. Envolver-se implica em reconhecer e valorizar os saberes locais, as práticas tradicionais e a pluralidade de existências, promovendo conexões em vez de rupturas. Sob essa perspectiva, o envolvimento é um caminho para superar a cosmofobia, pois busca dialogar com as diversas formas de habitar e co-criar o mundo, respeitando as especificidades e ritmos de cada território.

Cheguei lá já no final daquela tarde ventosa e fria, típica do outono, para visitar a ocupação Passo dos Negros. Fui de Uber e havia solicitado ao motorista que me deixasse no Clube Veleiros, o lugar onde praticamente começa a Avenida do Engenho. Queria percorrê-la de ponta a ponta. Sentia uma preocupação que eu mesmo não compreendia, pois era um lugar onde, na infância, íamos brincar e passear. Haviam me dito que não deveria ir sozinho porque era perigoso. Sempre duvido dessas recomendações, especialmente quando vêm de acadêmicos, que costumam temer áreas periféricas e ermas. Creio que o medo e o receio são parte do preconceito.

Durante a viagem conversei com o motorista do Uber quase meia hora sobre questões políticas e como a cidade de Pelotas havia crescido. Nessa primeira ida, minha ideia era apenas fazer uma caminhada de reconhecimento; se tivesse sorte entraria em contato com moradores; se entrasse em contato com as lideranças, melhor.

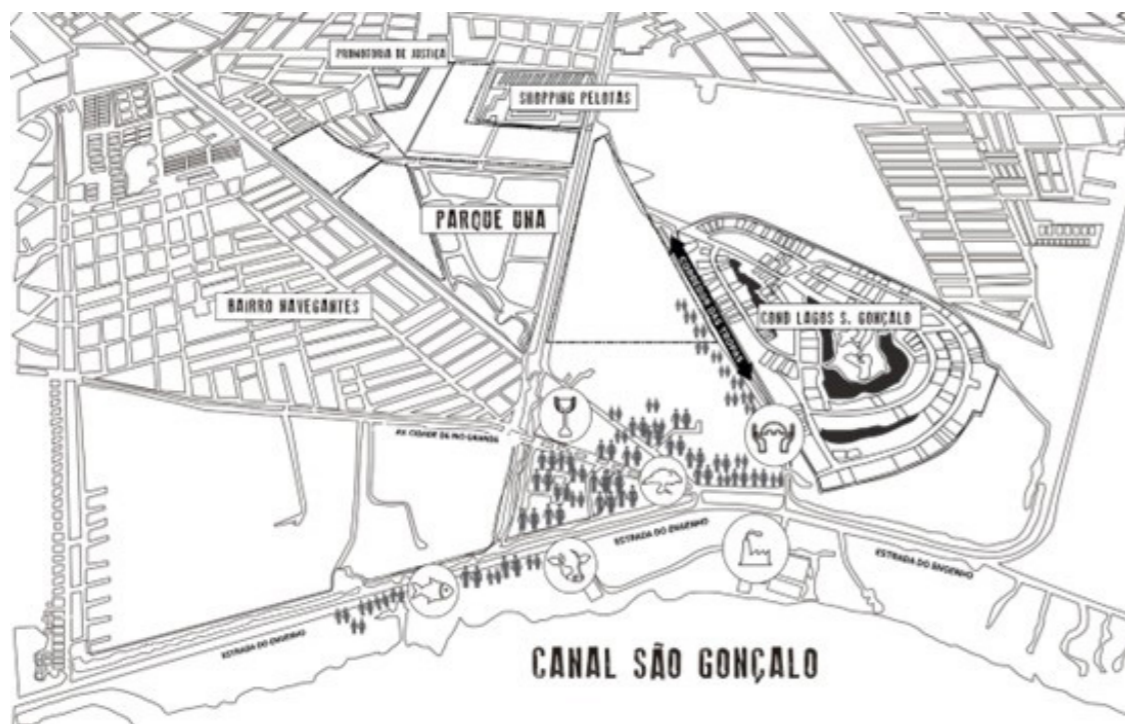
A ocupação Passo dos Negros é muito antiga e fica ao longo do Canal São Gonçalo, em uma zona marcada pela indefinição espacial nas suas margens que se alastram por zonas de banhados. Sua conexão com o canal é mediada por uma estrada-contenção, a Estrada do Engenho, que também é um dique de contenção da cidade, construído após a enchente de 1941. Essa estrada recebeu o nome de Estrada do Engenho, pois nela também se encontra o antigo Engenho Coronel Pedro Osório.

O percurso perpendicular à Avenida do Engenho era o Corredor das Tropas, não só das tropas de gado que iam para o matadouro das charqueadas, mas também das tropas de escravizados. O Corredor das Tropas faz parte de um longo roteiro do sul até São Paulo por onde os tropeiros levavam o gado. No Passo dos Negros está localizada a antiga ponte dessa estrada.

Lembrei que, na minha infância, ao lado desse engenho, havia uma balsa que transportava carros para o outro lado do canal, em direção a Rio Grande, e vice-versa. Durante a construção da ponte que ligaria Rio Grande a Pelotas, nos anos 1960, a balsa foi amplamente utilizada. Por isso, o local ficou conhecido como “Balsa”. Tinha olhado no Google Maps antes de ir, pois fazia muitos anos que não visitava o local. Mesmo antes de voltar a pisar ali, esse lugar já me trazia muitas recordações (Fuão).

O Passo dos Negros, localizada em Pelotas - Rio Grande do Sul, às margens do Canal São Gonçalo, é uma ocupação histórica. Segundo a artista e pesquisadora Ana Langone:

O local é conhecido por estar ligado à criação da cidade por meio da escravização de trabalhadores/ras negros/as na produção do charque (meados de século XIX até início do século XX e, posteriormente, na grande instalação de um dos maiores engenhos de arroz da América Latina (1912), desativado em 1994. Hoje, os/as moradores/as, inclusive remanescentes operários/as do próprio engenho, compartilham de forma sensível suas experiências em relação a esse espaço, pois muitos elementos são importantes para a identidade e história deles/as. Na arquitetura, por exemplo, a Ponte dos Dois Arcos, construída pelos negros em 1854, é um marco não só histórico da cidade, como também faz parte da vida e das narrativas dessas pessoas. Quanto mais narram suas histórias, essas comunidades encontram e fortalecem suas autoestimas, entendendo que o Passo dos Negros só continuará vivo se as gerações seguintes tiverem o direito de experienciar o espaço onde também viveram seus antepassados (Ana Langone, 2021).



O Passo dos Negros é um desses territórios que se constrói e reconstrói por meio de várias histórias, narrativas e memórias. Na época das charqueadas, o Passo dos Negros foi um importante porto: local de travessia do gado, fiscalização, cobrança de impostos e comercialização de escravizados. Também teve grande relevância na época do cultivo de arroz, sendo fundamental para várias famílias, algumas das quais permanecem ali há muitas gerações, tornando aquele território sua casa

Passo dos Negros, essa terra tem dono

Havia lido pouca coisa sobre a ocupação, e a luta que a Associação levava adiante para poderem ficar ali no local. Como todas as outras remoções, o que está por trás sempre são os interesses econômicos e especulação sobre a terra: os donos da terra sempre amparados pelas Prefeituras.

No decorrer desta escrita, em 2022, lá estava eu, frente a uma interminável avenida de terra batida, o sol se pondo, e o vento tocando forte. De um lado um longo muro branco, não o suficiente alto, porque permitia ver os mastros das embarcações, e logo adiante se podia observar as embarcações. Pouca gente, quase ninguém, um que outro às vezes vinha de bicicleta, as poucas luzes ao longo começavam a acender, e a terrível melancolia dessa área se acometia sobre mim. Não conheço nenhum lugar mais melancólico que as aforas de Pelotas, nesses lugares que lembram as charracas inglesas. Umidade e frio são elementos e sentimentos que nunca aprendi a conviver desde pequeno, estão entranhados até o fundo da alma. Já não era só a melancolia que o vento carregava, mas uma tristeza profunda da infância. Não sei qual a impressão para um estranho que esse lugar pode causar.

Observei de imediato que a colocação dos postes de iluminação eram recentes, logo me chamou a atenção que havia movimentação de 'urbanização'. A estrada é literalmente um dique, de um lado o canal e do outro um riacho que corre em paralelo devido ao lençol freático, e a seu lado um grande banhado que fica totalmente alagado quando chove. Essa área sempre foi um limite da cidade, mas pouco a pouco foram aterrando e ocupando. Sem dúvida é um lugar visualmente excepcional para se morar, mas um lugar insalubre.



Ao contrário da zona norte da cidade, a zona sul é uma das partes mais antigas da cidade. O dique agora é lugar tomado pelos descendentes daqueles outrora escravizados que passavam e repassavam o lugar: como ligados às charqueadas; como ligados às tropas; como ligados ao gado; como ligados aos campos; e outras ligações. Esta estrutura hoje escondida daquele novo caminho por uma frondosa árvore [A FIGUEIRA], jaz inerte como marca do tempo, em que para este lugar centenas, talvez, milhares de negros escravizados foram sacrificados ao trabalho e aos mandos dos senhores locais. Mas também é o lugar onde resistem, até hoje!

Agora desse passado a sombra destas árvores jaz apenas a sede daquele espaço de pujança criado sobre o trabalho dilapidante das vidas consumidas pelo sal de cada dia. A visão não faz beleza, mas demarca que entre o tempo da passagem contínua de gado, no caminho das tropas e a presença dos catadores e pescadores atuais, esteve lá a imagem do gado, transformado em charque, pelas mãos carcomidas dos negros escravizados no saladeiro. As mortes provocadas por este escárnio são também lembradas na casa de "religião" e na esquina da figueira, lugar de expressão dos imaginários africanos tão antigos quanto o próprio lugar (Carle, 2017, p.211).

No entrecruzar das ruas lá está a Figueira centenária fazendo a ligação entre os lugares do Passo dos Negros. Não é por acaso que encontramos oferendas aos seus pés, pois esse tipo de árvore entre algumas culturas de matriz africana está ligada à figura do Exu, o guardião das encruzilhadas que tem o poder da comunicação. A Figueira, que ultrapassa séculos, não é uma simples repetição - uma árvore que é de Exu na encruzilhada de Exu - e sim um conhecimento ancestral que apresenta-se através do material e imaterial, que coexistem dentro de uma circularidade atemporal atualizada constantemente. Outra narrativa muito interessante entre a comunidade do Passo dos Negros sobre a Figueira é a imagem de uma noiva que dizem aparecer perto da Figueira durante a madrugada. A associação da árvore com o feminino também está presente na cosmologia afro diaspórica,

ao referenciar a pomba gira da Figueira nesta encruzilhada. Narrativas cruzadas que geram conflitos entre crenças distintas, são neutralizadas pelo respeito ao espaço que a grande árvore centenária impõe. Uma coisa é certa: ao referenciar a Figueira, conseguiremos entrar em contato com a ancestralidade que brota através das raízes negras (Ana Langone, 2024).

Veleiros

Caminhei novamente ao longo do Canal, minha atenção se voltava outra vez para o lado do Veleiros, as embarcações continuavam a ser o grande atrativo. A dita Avenida nesse trecho estava asfaltada, mas esburacada, certamente fazia muito tempo que acontecera isso. Novamente quase ninguém na rua, um carro branco totalmente insulfilmado em suas janelas se dirigia ao veleiros, um tipo de carro que provavelmente dos sócios do Clube. Segui adiante na minha caminhada solitária, ao longe e vi uma pessoa que se dirigia em minha direção. As poucas casas que havia do lado esquerdo, o lado oposto do Canal, de repente desapareceram, e deram lugar a imensa várzea e a um riacho, clareando a ideia do dique como comentei na minha caminhada anterior. Estava literalmente sobre um dique, e agora num chão de terra batida. Fazia sol, o chão estava seco, e algumas vacas pastavam no charco. Então imaginei que eram as vaquinhas que o pessoal que moram ao longo do canal possuem, para ter leite. Agora observava melhor como se dava essa ocupação ao longo do dique. E esse cenário me era muito familiar. Pequenos barracos localizados na estreita fimbria do dique pouco antes do desnível, nesses pequenos espaços as casas iam se acomodando conforme dava. E certamente, os esgotos devem ser despejados direto no Canal.

A maioria dos barracos em madeira, alguns construídos com restos de construções, e algumas pequenas casas em alvenaria. Várias casas com cerquinhas na frente, e como de costume a cada passo um latido de cachorro, avisando que há gente nova no pedaço. As cerquinhas de todo tipo: taquaras, entramados de sarrafos, restos de telhas de fibrocimento. Na frente de algumas casas um carrinho de catador. Em alguns trechos as cercas eram altas que ocultavam toda a casa, somente se podia observar a imensa paliçada. E os latidos. Também imaginei que muitas dessas pessoas devem sair para trabalhar, ficando a casa vazia durante muito tempo.

As casinhas algumas coloridas, multicoloridas, uma verdadeira paleta de cores de das peças que conseguem obter para construir suas casas. Cenário típico das vilas em Pelotas e Porto Alegre. Casas remendadas, construídas como se fosse um patchwork. Cada casa é um caso, um motivo para querer entrar e conversar com os moradores. Não pude deixar de observar um pequeno barraco em uma de suas faces da parede toda revestida com caixas de tetrapak. Então o olhar se dirigiu ao detalhe, a maioria desses barracos obviamente tem frestas, não são paredes 'dupladas', o vento invernal entra com toda franquia nesses pequenos barracos, que alguns nem piso tem. Junto às casas, pequenos telheiros e pequenos galpões onde os carrinheiros guardam os resíduos sólidos que catam.

Comecei a observar mais atentamente a isso, e logo percebi que a maioria dessa população deveria viver da catação.

Como comentei antes, isso me era familiar. O lugar era muito semelhante à famosa Vila Dique, em Porto Alegre, uma vila que se estabeleceu em um longo dique construído durante a ampliação do aeroporto da cidade, também sobre uma várzea. Na Vila Dique, os dois lados do dique possuem casas que variam entre pequenos barracos e pequenas construções de alvenaria. A maioria dos moradores vive da catação.



A organização é similar: cerca na frente e nas laterais das casas, enquanto nos fundos, há áreas destinadas ao armazenamento dos materiais coletados. Além disso, misturam-se cães e, em algumas casas, a criação de porcos. No limite dos pequenos lotes, o lixo que escapa ao controle acaba caindo no grande banhado, formando ao longo um quase tapete colorido de resíduos.

Na Estrada do Engenho, o cenário era quase o mesmo, mas um pouco melhor. Nem tudo girava em torno da catação, como imaginei à primeira vista. Havia pequenas embarcações, pequenos barcos em trapiches simples. Concluí que ali vivia uma pequena comunidade de pescadores.

Esse dique, como bem explicou Cláudio Carle, em *O imaginário do espaço arqueológico do Passo dos Negros*:

propicia que os seus moradores refaçam o próprio sentido do lugar, o reocupem, agora como catadores, e assentem-se diretamente sobre o dique, ruptura marcante do próprio dique. O contágio do imaginário social (Silva, 2012, p. 4) frutifica na mente daqueles que observam os outros; pelo campo mítico (Durand, 1997), através do imaginário, é possível compreender as materialidades sociais, o pensamento humano em sua comprovação pela cultura material e nas significâncias dos cotidianos dos inconscientes coletivos (2017, p.210).

Ao longo do Canal, muitas árvores compõem uma paisagem extremamente pictórica romântica com barquinhos coloridos, pequenos barracos de madeira, e trapiches. No meio dessa paisagem, que parece sempre estar em construção, não se sabe se é ruína, ou construção, ou moradia mesmo. Tudo parece confuso, mas não é. Cada pequeno espaço tem sua lógica de implantação. Vejo que algumas casas caixas d'água ficam em estruturas independentes. As embarcações, assim como as residências, seguem a lógica de fazer a cobertura e o abrigo com o que se tem à mão. O que torna singular ainda seu barquinho. Lonas coloridas em cada embarcação.



Entre a parte superior e inferior do dique há um desnível bem acentuado na ordem de três a cinco metros. Ao contrário da Vila Dique, não vi nenhum lixo boiando no Canal, ele estava limpo e com as águas tranquilas.

Confesso que, quando saí da clínica de idosos, estava com a cabeça cheia e cansada; achei que era o momento de sair para caminhar. Melhor ainda se eu pudesse ver algo de natureza, espriar. O São Gonçalo parecia lavar minha mente a cada passo que eu dava, transformando todo o meu pensar. Estava ali, por inteiro, aberto a tudo que surgia diante de mim, encontrando beleza nas pequenas coisas.

Não sabia onde estava, não tinha mapa e tampouco abriria o Google Maps para verificar. Estava, no entanto, bem no meio da faixa da Estrada do Engenho, no que poderia ser chamado de centro dessa linha ou caminho. Ali, o espaço era diferenciado: a estreita faixa se alargava, formando um pequeno meandro que, de alguma forma, parecia comunicar – ou talvez não – o canal com o riacho do outro lado do dique. Não consegui perceber claramente, em parte pela vegetação densa, mas parecia desdobrar-se em uma pequena marina, como se fossem quadras com casas dispostas junto a seus barquinhos.

Nesse trecho, o espaço se abria para acomodar dezenas de casas organizadas segundo uma lógica de fluxo que, do meu ponto de vista, era difícil compreender. Pareceu-me a área com melhores condições de vida, onde os moradores, ao que tudo indicava, eram pescadores, e não viviam da catação – isso se tornaria evidente mais adiante, ao voltar a aparecer a questão da reciclagem. Enquanto isso, do outro lado do dique, vacas e cavalos pastavam tranquilamente.

À medida que avançava em direção ao antigo engenho, os sinais da catação tornavam-se mais evidentes: grandes *bags* encostados nas casas, sucatas espalhadas pelos terrenos. Tudo que pudesse ser aproveitado para venda permanecia ali, aguardando o momento certo. Nada era descartado; tudo se misturava. Barracos construídos com restos de demolição compartilhavam o espaço com objetos recicláveis. Na verdade, nada era considerado lixo ali; tudo era “material” que um dia seria comercializado, compondo uma espécie de peculiar cultivo, uma guardação constante.



As coberturas das casas eram variadas: algumas de placas de fibrocimento, outras de folhas de zinco, metálicas e certamente todas reaproveitadas. Na frente das casas lixeiras improvisadas e criativas para o recolhimento do lixo. Do lado esquerdo como já comentei: postes novos de iluminação pública, altos e com luminárias, do lado do Canal pequenos postes de madeira onde passa a antiga rede elétrica, e com alguns pontos de luz de vez em quando. [Na volta entenderia como a iluminação é deficitária nesse lugar].

No artigo: *Um movimento contra a violação de direitos: a Estrada do Engenho resiste*, Nino Kruger, Caroline Kruger e Cristiane Ribeiro discutem a luta pelo direito à moradia, centrando-se na Ação Civil Pública (ACP) que visava a remoção da comunidade da Estrada do Engenho, no município de Pelotas. Os autores destacam que as 56 famílias residentes à margem do canal São Gonçalo também estão à margem da sociedade há muitos anos, vivendo em uma área que, embora tradicionalmente habitada, se tornou alvo de disputa devido ao crescente interesse do mercado imobiliário na região. O artigo aponta como a expansão do mercado imobiliário transformou a área do bairro Areal, estendendo-se até as margens do São Gonçalo, uma região de várzea, tornando-se um espaço de confluência de interesses contraditórios e conflitos sociais.

Dentro desse contexto, diferentes modos de habitar se confrontam, revelando uma tensão entre uma suposta “civilização” do mercado e a “barbárie” da miséria, com foco nos excluídos da legalidade: aqueles sem registro de propriedade, considerados fora da norma e socialmente anômalos. Essa oposição evidencia o conflito entre a lógica do mercado e a preservação de práticas comunitárias ancestrais, que buscam resistir e afirmar seu direito ao uso do espaço. Enquanto marinas, condomínios de alto padrão e empreendimentos comerciais avançam sem qualquer diálogo com as formas históricas de ocupação, a comunidade local se vê cada vez mais vulnerável. Esse processo reflete a desigualdade social, evidenciada pela negação de um direito fundamental: o acesso à moradia. A ausência de diálogo entre os novos projetos urbanos e as formas tradicionais de habitação agrava a exclusão social, colocando os moradores em situações de precariedade e marginalização.

Entre moscas e mosquitos: penso

Indo em direção ao Engenho. Onde termina o asfalto, percebi que a partir do meio da longa estrada havia movimentação de terra e piquetes cravados ao longo da estrada. Logo entendi o porque da insistência da Prefeitura em remover esse pessoal: abram alas que a estrada vai passar⁴.

Passou uma caminhonete rapidamente por mim, era da Prefeitura, setor de obras. Continuei passo a passo, não tinha pressa, olhava cada casa, cada detalhe construtivo, queria fotografar tudo quase numa escala 1:1, não podia. Avistei algo que me parecia familiar, mais adiante: um carrinho de catador.

Lembrei-me da Inalda. Caminhar e recordar por territórios já pisados sempre nos traz lembranças. Como poderia uma cartografia não trazer memórias?

Inalda trabalhava para minha mãe, cozinhando e limpando. Seu marido, Paulo, era uma pessoa excelente e tinha uma carroça puxada por cavalo. Ele fazia pequenos fretes e viviam da catação. Certa vez, fui à casa deles, próximo dali – ou melhor, daqui –, para levar algo para o Lorde, o cachorro. Até hoje, essa imagem não me sai da cabeça: um barraco de madeira, caindo aos pedaços, algumas sucatas espalhadas pelo chão ao redor da casa e duas lindas meninhas, loiras como Inalda, brincando de pés descalços naquele frio. Estavam na terra batida em volta do barraco. Lá dentro, o chão continuava de terra. Havia mais material – resíduos sólidos – e gigantescas frestas nas paredes que deixavam passar o vento gélido de um final de tarde cinzento de inverno. Parecia que eu estava revivendo aquela cena. Através da memória, podia conhecer e imaginar cada um desses barracos por dentro, mesmo sem entrar.

Na frente da casa com o carrinho, duas mulheres conversavam e uma menina brincava. Era impossível passar sem dar boa tarde, até porque elas me observavam de longe. “Boa tarde”, disse. “Boa tarde”, responderam. Aproveitei para iniciar a conversa que tanto desejava. Perguntei: “A Prefeitura está em obras aqui, né?” Foi o suficiente.

Uma das senhoras começou a contar que estava sendo vítima da Prefeitura e da especulação imobiliária. Ela me explicou que essa estrada iria conectar a zona sul da cidade à Ferreira Viana, uma grande avenida já consolidada que leva ao balneário do Laranjal. A outra senhora, percebendo que a conversa ia se alongar, deu tchau para sua amiga e se foi. A conversa continuou. De repente, mudei de assunto.

⁴ O projeto da Estrada do Engenho considera quatro trechos, totalizando 3.747 metros. O trecho 1, entre a rua Tiradentes e o Clube Veleiros, tem 117 metros; o 2, entre o Veleiros e o início das moradias, tem 380 metros; o 3, do início ao final das moradias, possui 580 metros; e, o 4, do fim das casas até a avenida Ferreira Viana, conta com 2.670 metros de extensão. Somadas as vias beneficiadas no contrato, serão pavimentadas com asfalto 4.570 metros. Em setembro de 2022, o jornal local de Pelotas noticiou o início da primeira etapa de revitalização da Estrada do Engenho, no bairro São Gonçalo. Com orçamento de R\$8,5 milhões. Financiada pelo Programa Pavimenta do governo estadual e pela Prefeitura, o projeto incluiu a requalificação de trechos da Estrada Passo dos Negros e da Rua Gomes Carneiro. As obras previram a terraplanagem, pavimentação asfáltica, ciclofaixa, drenagem, iluminação em LED e sinalização, transformando o local em um potencial ponto turístico às margens do Canal São Gonçalo. Além de contribuir para o lazer e a mobilidade urbana, a requalificação também visou melhorar o acesso entre as regiões do Areal, Laranjal e Porto, além de otimizar a entrada e saída da cidade pela BR-471 (Jornal Local, 28 set. 2022). Até maio de 2023, grande parte das obras já havia sido concluída, contemplando 3.747 metros da Estrada do Engenho, salvo um trecho de 600 metros ocupado por famílias em Área de Preservação Permanente (APP). A pavimentação desse trecho está condicionada à transferência das famílias para novas residências em construção nas proximidades. O projeto total abrange ainda 500 metros da Estrada Passo dos Negros e 323 metros da Rua Gomes Carneiro, totalizando 4.570 metros de vias asfaltadas, sendo executado pela SBS Engenharia Ltda. sob fiscalização da Secretaria de Planejamento e Gestão (Prefeitura de Pelotas, 24 maio 2023).

“Há muitos carroceiros aqui, né? A maioria do pessoal daqui vive da catação?” perguntei. Ela me respondeu que, na verdade, metade da população vivia assim, mas que também havia pescadores, que eram mais antigos na região, e que ela não fazia muito tempo que morava ali. Perguntei se o carrinho era dela, e ela me contestou que não. Era da vizinha, mas seu marido tinha uma carroça e tinha saído para trabalhar. Ela me contou que ele ia longe para catar material e vender, e que guardavam tudo no fundo da casa, onde organizavam e separavam.

Fiquei ali quase uma hora. Ela me disse que todos os moradores haviam participado de uma reunião na Prefeitura para lutar pelo direito de permanecer ali. Nessa altura, disse a ela que estava ciente da luta deles, que era professor de arquitetura em Porto Alegre e que agora estava em Pelotas para estudar as ocupações, junto com o pessoal da Universidade Federal de Pelotas. Ela se apresentou como Ketlen.

Então, comentei que estava indo até o antigo Engenho e que queria ver também a pequena ponte histórica dos Passos dos Negros. Ela me explicou que eu deveria dobrar à esquerda naquele poste que se avistava à distância. Eu, atordoado, fingi que havia identificado o local. Agradei pela explicação e pela conversa e segui passo a passo em direção ao Engenho. Confesso que fiquei turvado; os pensamentos que passavam pela minha cabeça retiravam minha atenção. Caminhava sem prestar atenção a nada, via e não via. Era como se tivesse delegado à besta corpo a autonomia para que ele pudesse viajar, andar em meus pensamentos. Não sei quantos metros caminhei nesse estado de alienação. Não foi pouco, e, quando percebi, já estava no cruzamento. Tinha que decidir se ia olhar a ponte ou o Engenho. Optei por seguir adiante. Percebi também que a caminhonete que havia passado por mim estava mais adiante. A estrada estava praticamente bloqueada, havia muita movimentação de terra e três sujeitos pareciam estar trabalhando freneticamente ali.

A tarde baixava. As tardes no Sul, no inverno, são muito curtas e melancólicas. Havia até sinal de que poderia chover. O chão estava bem irregular, o que dificultava o acesso. Percebi o Engenho agora muito próximo.

Do outro lado do canal, uma paisagem no mínimo insólita: um grande banhado com algumas vacas pastando – elas estavam ali todos os dias – e, ao fundo, uma série de altos edifícios recém-construídos, como se quisessem avançar como estacas, adentrando a várzea. Compreendia, do ponto de vista especulativo, a necessidade da retirada dessas pessoas.

Primeiro: a estrada iria passar por ali, e essas casas não poderiam ficar ao longo, justo ao lado da estrada. A estrada, como falei, conectaria diretamente ao Laranjal, e seria uma via de acesso rápido. Além disso, do lado do canal, havia uma área ambiental, onde fariam um grande parque de lazer. Lembrei-me agora que a senhora havia me dito que até uma roda gigante instalariam ao longo do parque, e que esse projeto previa muitas atividades. Esse era o lado da fantasia, da ilusão para enganar as massas. Imaginei que seria mais um subproduto cultural, imitando a orla do Guaíba de Porto Alegre ou a Orla de Balneário Camboriú.

Segundo: a questão ambiental. Acusam esses moradores, que não têm lugar para morar, de poluírem com sua atividade de catação esse local.

Terceiro: ali estava a justificativa maior. As grandes construtoras e empreiteiras descobriram a várzea como um lugar barato e razoável para seus empreendimentos, para a implantação de alguns condomínios com marinas no São Gonçalo. Tudo estava agora claro. Trata-se, sim, de uma limpeza da pobreza para que os ricos possam se estabelecer. Logo, logo, as vacas já não teriam espaço para pastar. E os pescadores

não teriam mais um horizonte para pescar.

Esse lugar sempre foi um lugar de matança. As charqueadas se estabeleceram ao longo do São Gonçalo, e a água era fundamental para os gigantescos abates. Contam as crônicas da época que, em determinadas charqueadas, a água ficava vermelha de tanto sangue.

Como nos narra o historiador pelotense Mário Magalhães, o ambiente para a execução do trabalho nas charqueadas era escolhido estrategicamente devido à proximidade com a água do rio, facilitando o descarte do que não era aproveitado da carne animal diretamente no oceano Atlântico. Estima-se que Pelotas abrigava cerca de 40 charqueadas, processando aproximadamente 600 bois por dia em cada uma delas, o que gerava 6,5 toneladas diárias de sangue por estabelecimento. O charque, principal produto dessas indústrias, era destinado à alimentação de escravizados e marinheiros, utilizando principalmente os músculos intercostais dos animais. Para os escravizados, trabalhar nas charqueadas era considerado uma das piores condições laborais da época colonial. Pelotas era vista como um “castigo”, devido ao ambiente insalubre e às condições degradantes: o manejo da carne com sal corroía os dedos, o mau cheiro era constante, animais peçonhentos proliferavam, infecções eram comuns e a violência dos capatazes era extrema, configurando um cenário de sofrimento e exploração (Magalhães, 2000).

Apesar das condições desumanas impostas, os escravizados resistiram de diversas formas, seja por meio de fugas, lutas ou formação de quilombos – espaços de sobrevivência e resistência que simbolizam a luta pela liberdade. Presentes em Pelotas, Tapes, São Lourenço do Sul e regiões próximas, os quilombos representavam não apenas refúgio, mas também a preservação de culturas, dialetos e conhecimentos.

A história de Pelotas foi marcada por “sangue e doce”, um “sangue doce” que representa o contraste entre o sofrimento dos escravizados e a riqueza dos oligarcas da região. Segundo Esther Gutiérrez (2004), pesquisadora e historiadora fundamental para a história de Pelotas, os escravizados na cidade desempenhavam diversas funções especializadas, que eram essenciais para o funcionamento da economia local e para o desenvolvimento urbano. Em sua tese de doutorado *Barro e Sangue: urbanismo, arquitetura e mão-de-obra. Pelotas (1777-1888) (1999)*, Gutiérrez destaca que além de trabalhos agrícolas, como o cultivo de arroz e a produção de charque, muitos eram empregados em tarefas especializadas, como carneadores, salgadores, tanoeiros, graxeiros e sebeiros. Essas atividades não apenas sustentavam a economia local, mas também estavam profundamente ligadas à construção e ao crescimento urbano de Pelotas, refletindo a dependência da cidade no trabalho escravo, tanto no campo quanto na cidade.

A pesquisa da professora Esther Gutiérrez revela a complexidade das relações sociais e econômicas em Pelotas, onde a mão-de-obra escravizada foi fundamental para a configuração urbana da cidade. Além disso, seu estudo destaca as tensões entre os grupos sociais, particularmente entre os senhores de engenho, que detinham o controle econômico e político, e os trabalhadores escravizados, cuja força de trabalho era essencial para a formação da cidade como a conhecemos. Pelotas era conhecida como o inferno para os escravizados, pelas péssimas condições e pelo árduo serviço a que eram submetidos.

Dreys, citado por Mário Magalhães (2000), relatava que os escravizados de outras regiões do Brasil, ao demonstrarem mau comportamento, eram ameaçados com a venda deles para o Rio Grande do Sul. Essa região, era marcada por condições climáticas adversas, insalubres e pantanosas, e sobretudo pelo trabalho árduo nas

charqueadas, vir para Pelotas significava uma punição severa e disciplinadora. Essa prática evidenciava o caráter brutal de um sistema que via nos corpos negros apenas ferramentas de produção, como sugere o título *Barro e Sangue* proposto por Gutiérrez (2000); e nada doce.

Com a riqueza das charqueadas em 1860, já havia indícios de salas de leitura e publicação de livros e jornais na cidade. Os saraus, companhias teatrais e os recitais musicais, entre outras atividades, tinham programações praticamente diárias no interior da arquitetura grandiosa de prédios e casarões. Os doces eram servidos nos intervalos desses saraus envolvidos em papeis de seda rendados e franjados. Sua produção era realizada de maneira caseira pelas mulheres e principalmente por suas mucamas. O açúcar utilizado nas mais variadas sobremesas, como os camafeus, bem-casados, fios-de-ovos, papos-de-anjo, ninhos e os pasteis de Santa Clara, era proveniente da região Nordeste do Brasil em troca do charque. A carne voltava açúcar. Conforme (Magalhães, 2001), a sociedade pelotense procurou abrandar sua imagem rústica e selvagem saladeiril através da adoção de requintados costumes, constantes atividades intelectuais e imponentes construções.

Neste contexto é que o doce se insere, embora não como protagonista principal, pois a economia estava baseada no trabalho dos negros, na punição dos escravos, na degola do boi, nas mantas de carne sob o calor do sol, nos açoites, e nas doenças causadas pelo sal, como o câncer de pele. Enfim, Pelotas estava imersa no ciclo do sal, onde os rituais de castigo e brutalidade eram amenizados pela produção de poesias rimadas, cortesias, amabilidades, saudações solenes e dedicatórias rebuscadas, veladamente sensuais.

Da mesma forma, a contemporaneidade ainda depende de práticas violentas que recaem sobre os mais vulneráveis, principalmente negros e pobres, que continuam a ocupar posições precárias em um sistema econômico análogo às antigas charqueadas. Assim, a história das charqueadas ecoa e sopra no Passo dos Negros, nesses casebres à margem do São Gonçalo. As novas formas de exploração manifestam-se, agora, por exemplo, no ato de viver da catação de lixo.

Como rememora Esther Gutierrez, em que pese a condição dos cativos moradores do centro urbano na época das charqueadas, a maioria estava empregada em ocupações domésticas, e a riqueza – e desenvolvimento- alta sociedade contribuía para que alguns proprietários tivessem vários escravos a seu serviço. Outra parcela considerável, entretanto, dividia-se em ocupações urbanas, como os negros e as negras de ganho, que vendiam quitutes ou carregavam mercadorias pelas ruas, trabalhando como carroceiros, aguadeiros, remadores, marinheiros ou realizando outros serviços. A construção civil e trabalhos vinculados ao porto empregavam muitos desses trabalhadores. Especialmente na construção civil, o tempo de trabalho, durante o verão, era de sol a sol, enquanto as condições laborais favoreciam o desenvolvimento de doenças respiratórias no inverno, além de traumatismos ou ferimentos em qualquer época do ano. Como consequência, muitos desses trabalhadores acabavam sendo encaminhados para a Santa Casa, não apenas no período em análise, mas também em outras décadas, conforme revelado em um estudo específico sobre esses operários (Gutiérrez, 2004).

Caminhava e não sentia o característico cheiro de sangue; “*inolvidable*”, para qualquer criança que o experimenta. Meu pai com frequência ia comprar carne num abatedouro nas aforas da cidade, e cada vez que chegava na proximidade já sentia aquele cheiro inesquecível. Aqui e agora não havia cheiro nenhum de sangue, exceto aquele que a história nos faz imaginar. Quando muito, um leve cheiro da reciclagem que o vento do final da tarde carregava. Esses pensamentos iluminaram uma inesperada relação



entre a antiga atividade das charqueadas e o universo da reciclagem, os escravos e os catadores de lixo. Essa leve brisa da história trazia à superfície o ambiente insalubre e pestilento das charqueadas. Não somente atraía moscas e outros insetos, mas também a grande quantidade de matéria orgânica deveria atrair roedores e outros animais. Os restos deixados seriam um interminável banquete para vermes e gusanos. E também, não deveriam faltar espantalhos por toda a rua da secagem da carne ao sol, assim como vigilantes escravos, noite e dia.

Beatriz Loner, Lorena Gill e Micaele Scheer em *Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880* (2012), lembram que a região das charqueadas em Pelotas era marcada por condições ambientais degradantes, frequentemente mencionadas por viajantes que ali passavam. Relatos de forte odor e a presença massiva de insetos eram recorrentes, como observado pelo missionário holandês Thomas Schoenaerts em 1904, que ficou impressionado com a quantidade de moscas e as dificuldades enfrentadas durante sua passagem, especialmente no período de safra, caracterizado por altas temperaturas. Apesar de suas adversidades terem sido resolvidas com sua partida para outro destino, essas condições permaneciam uma realidade inescapável para os moradores mais pobres, que viviam cotidianamente expostos a esses desafios. Mesmo no contexto da decadência das charqueadas, com uma redução significativa no número de estabelecimentos ativos em relação ao auge de 1878, os impactos socioambientais persistiam, refletindo desigualdades estruturais que afetavam de maneira mais aguda os grupos socialmente vulneráveis.

Entendia agora que caminhava sobre 300 anos de história, e que essa história emergia a cada passo. Como se, em cada movimento, escavasse o chão e dela brotasse poças de sangue. Pensei: tanta crueldade não pode ser levada pelas águas do esquecimento do São Gonçalo. A natureza conserva essa história; ela a revela o tempo todo, basta ter ouvidos para escutá-la. Aquelas vacas ali, justamente aquelas poucas vacas pastando, simbolicamente remetem ao mesmo cenário de séculos atrás. As novas charqueadas estão agora representadas pelos altos edifícios que avançam como joio em direção ao canal, entre marinas e construções, enquanto ao lado persiste a senzala, símbolo de exploração e resistência. Talvez não exatamente isso, mas algo que nos faz lembrar. É claro que essas memórias precisam de uma existência prévia de vida; talvez por isso

essa caminhada, essa caminhografia, pudesse intitular-se *Viagem ao Redor de Minha Querência*. Querência que nunca senti impregnada pelo cheiro da matança do gado, exceto aquela que narrei, mas essas inesquecíveis moscas e mosquitos sempre me acompanharam até o século XX, nos galpões de reciclagem.

Também querência de carne. Agora posso entender melhor a dieta alimentar de meus pais e avós que não comiam verduras, quando muito batatas e arroz. Diz, obviamente, que existia uma abundância de carne. Mas isso não implicava necessariamente uma boa alimentação. A dieta, marcada pelo excesso de proteína animal, contrastava com a ausência de hortaliças. “A situação do negro ou pobre livre era diferente, já que certamente poderia vir a apresentar doenças decorrentes de carência alimentar. A esse respeito, há notícias de que, logo após a abolição, em 1890, houve grande falta de alimentos na cidade” (Loner; Gill; Scheer. 2012, p.139).

Engenho e memória

Resolvi pegar o Uber e ir por outro caminho, não tinha tempo para percorrer tudo novamente, desci bem próximo do Engenho; e lá estavam o pessoal do DMAE, eram três, dei boa tarde e prontamente responderam boa tarde, vi que um deles em meio a um monte de terra tentava reconectar um cano. Perguntei se estava arrebitado, disseram que o pessoal que está fazendo o trabalho de terraplanagem havia arrebitado. E que a vizinhança havia reclamado que estavam sem água.

Aproveitei para puxar uma conversa. Vai ficar boa essa estrada, eu disse, ao que prontamente um deles disse: sim. E começou a me explicar que essa estrada permitiria andar do porto até o laranjal, iria conectar-se com a avenida Ferreira Viana, estrada essa que leva aos balneários de Pelotas. Vai ficar muito linda, vai ser um grande Parque ao longo do Arroio, vai ter uma série de coisas como canchas de futebol, lugar para as crianças brincarem e até uma roda gigante. Então, perguntei às famílias que ali viviam se ele sabia o que seria feito. Não, não sabia, mas sabia que havia tido várias reuniões na Prefeitura com eles. A água escorria entre suas mãos, não conseguia conectar um cano com outro. Nesse ínterim veio um terceiro que estava mais afastado do que os outros dois, e falava ao telefone. Se aproximou e disse para se apressarem que não queria pegar noite adentro consertando aquilo.

Falei que estava indo ver o antigo Engenho. E segui adiante. Foi uma das charqueadas que originou o Engenho Pedro Osório, engenho de beneficiamento de arroz, localizado às margens do Canal São Gonçalo, implantado por Coronel Pedro Osório, em 1922, produtor de arroz da época. O engenho encerrou suas atividades em 1994 (Silveira; Jantzen, 2020).

O Engenho finalmente estava próximo, a uns duzentos metros. Meus tênis sujos de barro. Forcei minha memória para retornar sessenta anos atrás, mas aquela imagem do Engenho não me dizia nada. Era como se ele estivesse fora do lugar original de seu contexto, mesmo estando ali. Esperava que a medida em que me aproximasse, algo, alguma coisa me lembrasse. Segui em frente.

Em volta do Engenho, nada como se diz, uma grande vegetação típica de várzea, e algumas árvores entre elas a Figueira, daquela distância pude observar que embora em uma zona alagadiça, o Engenho estava situado num pequeno e baixo promontório, por assim dizer, uma parte elevada do terreno. E o que eu achava que estava próximo na realidade, estava mais distante, pois ele se localizava mais próximo ao arroio, e até chegar até ele, distava mais de duas quadras.



Agora podia perceber que aquilo que parecia ser uma estrutura única, marcada pelo grande ‘falo industrial — a chaminé — e agora pelo novo símbolo, uma antena de energia elétrica, era, na verdade, um complexo de prédios. O antigo engenho estava em ruínas, sem telhado, e sua arquitetura me lembrou o prédio da antiga cervejaria Brahma, na rua Benjamin Constant, próximo ao porto, hoje ocupado pela Universidade. Talvez fosse pela semelhança dos três ou quatro pavimentos, os volumes distintos e a imponente chaminé de tijolos. As platibandas semicirculares e as janelas verticais e redondas reforçavam a conexão entre ambos. Pensei: seriam da mesma época? Teriam sido construídos pelo mesmo arquiteto? Uma coisa era certa: quando nasci, já existiam, como outros prédios da Benjamin, o Anglo e a Cooperativa de lã, hoje a Faculdade de Arquitetura da UFPel. Lembro-me de ir à cooperativa com meu tio, quando tinha 4-5 anos, empoleirado na carroceria da caminhonete GMC cheia de lã. O cheiro impregnava meu corpo, mas estar sobre aquela lã fofa e macia, atirando-me nela, era um privilégio infantil, cuja lembrança hoje é vista com nostalgia.

Me dei conta, cada vez mais, de que caminhografar pode ter muitos sentidos, direções e finalidades. Uma delas é registrar o que se observa em lugares desconhecidos. Outra é cartografar locais reconhecíveis, onde circulamos diariamente ou eventualmente, buscando captar fatos, situações e até arquiteturas que normalmente nos passam despercebidos, distraídos por outras coisas ou perdidos em pensamentos enquanto caminhamos mecanicamente. E uma terceira, como esta, é caminhar sobre o chão do passado — um passado distante — onde tempos se misturam em um espaço imaginário, e os fatos perdem o rigor científico de datas precisas. Tenho refletido sobre essa elasticidade do espaço humano, algo comparável ao tempo cronológico (*Chronos*) e ao *Kairós*, o tempo subjetivo e maleável. Vou mais adiante, a experiência do caminhografar depende do corpo, e da idade desse corpo, quando se amadurece ao caminhar é corrente ocorrer lembranças do lugar ou de qualquer sensação ou sentimento que o lugar propicie, ou mesmo o ritmo dos passos que marca a passada e acorda o passado.

Nos anos 60, houve um grande incêndio na fábrica de bolachas chamada ‘Cotada’ nesta zona portuária. Era pequeno e morávamos longe, num moderno edifício chamado Uruguaiana. Lembro de meu pai me levar para ver o incêndio. No fusquinha novo, chegamos lá, e pela primeira vez assisti hipnotizado ao fogo crepitando e devorando prédio todo.

Comecei a aquecer a memória. Descobri assim esses sentidos-direções que se podem classificar numa cartografia, quiçá hajam mais alguns. Tudo faz diferença: o tamanho da passada, o ritmo, a parada necessária para fitar e fotografar, Caminhava, e agora parecia que mergulhava nas águas barrentas e melancólicas de minha infância.

Acho que o cheiro do São Gonçalo me colocava num lugar que não posso afirmar que já estive aqui: no Engenho. Era familiar, porém não sei se estive aqui antes, ou se essa sensação era fruto de minha imaginação, de uma fotografia, de uma memória artificial como as do replicantes em *Blade Runner*.

Junto às ruínas do Engenho, um outros galpão novo, um desses galpões iguais a todos retangulares modernos, com uma cobertura em arco abatido e metálico. E, próximo dali, uma grande antena elétrica que mais adiante percebi que confundia a compreensão da articulação desses volumes.

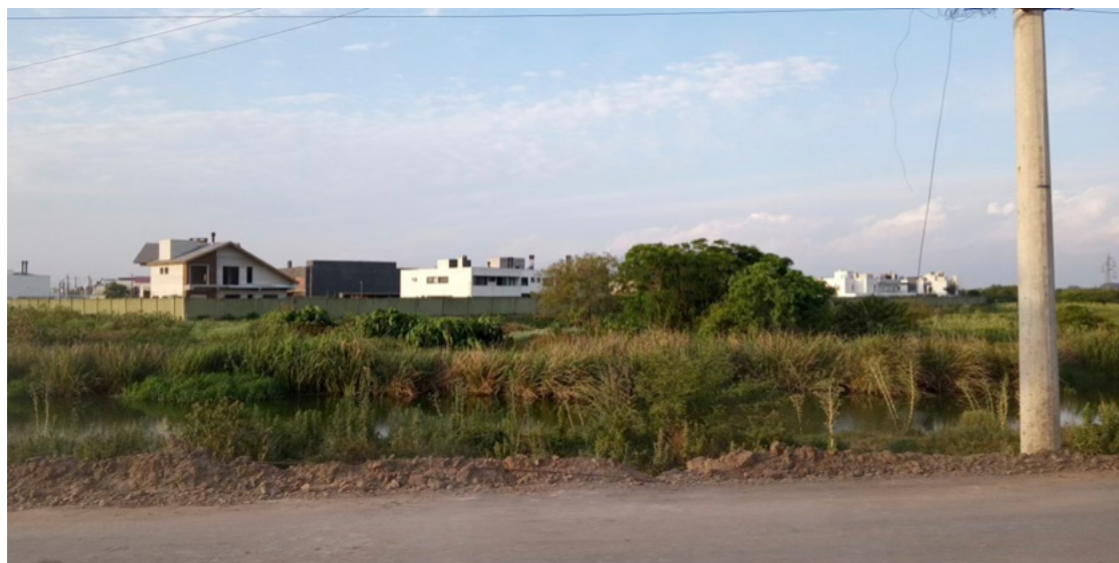
Segui em frente, com a intenção de chegar mais perto e talvez entrar no Engenho. Observando melhor, percebi que o local consistia em vários prédios, de alturas diversas e diferentes estados de conservação. Havia atividade no lugar: um caminhão-caçamba e uma caminhonete estavam estacionados, e notei duas pessoas se movimentando. Tentei me aproximar, mas o terreno estava cercado, com o portão fechado. Além disso, vi sucatas de caminhões espalhadas, dando a impressão de ser um depósito de veículos pesados.

Virando para o oeste, do outro lado da estrada observei agora algumas casas de algum loteamento classe média alta, casas brancas de dois pavimentos com telhados expressivos. Acho que esse era o lugar que uma antiga amiga e colega de arquitetura, brilhante, Marta Amaral, me falou que morava. Há muitos anos atrás ela me falou que havia se mudado e estava morando por essas imediações, acho. Olhando no mapa quando cheguei em casa vi que aquilo que era inóspito havia se tornado um loteamento. Contou-me que quando chovia ela ficava ilhada, e cercada de nuvens de mosquitos insaciáveis por sangue, imaginei que eram os gerações sucessivas daqueles mosquitos robustos, alimentados pelo sangue das boiadas e dos escravos negros que escorria por tudo. Mas, a vista é linda, me falou. A esquerda da avenida no pequeno canal esquerdo via que eles estavam despertando e se levantando aos milhares.

Imaginei que o território da Avenida do Engenho logo teria uma população heterogênea e também totalmente distinta do que agora observo. Era como se estivesse fixando em meus olhos as últimas imagens de um passado que ainda remonta a uma Querência. E me perguntava, qual seria o destino do prédio antigo do Engenho Pedro Osório⁵, outrora um dos maiores engenhos de arroz da América Latina.

O Engenho Pedro Osório, situado no Passo dos Negros, permanece nas memórias não só dos moradores locais, mas se constitui num espaço de significado para muitos pelotenses. Encerradas as atividades do engenho, muitos habitantes se adaptaram

⁵ O Engenho Pedro Osório, conhecido como símbolo da produção em massa no setor arroseiro, chegou a produzir 700.000 sacos de arroz em casca e 1.200.000 sacos em dez horas de trabalho, consolidando a imagem do coronel Pedro Osório como o “Rei do Arroz” (Costa, 1922).



a novas ocupações, pescadores e gente que vivia e vive ainda a borda de tudo, a margem da margem, como recicladores. As antropólogas Simone Fernandes Mathias e Louise Prado Alfonso, no artigo *Engenho Pedro Osório: Narrativas entre o Passado e o Presente (2019)*, relembram que o Engenho, em seu auge, foi sinônimo de fartura e empregou grande parte da comunidade local.

Ainda hoje, suas ruínas evocam lembranças dessas rotinas, horários e histórias que misturam realidade e imaginário, como o relato sobre o Negrinho do Engenho, que simboliza a ligação entre passado e presente. O Negrinho do Engenho dizem o pessoal que mora ali que é menino escravo, esse ser, um fantasma, um espectro que mora

no Passo dos Negros desde o tempo das charqueadas e hoje continua a aparecer e interagir com as/os moradoras/es.

Vazamentos

Enquanto eu fitava o Engenho, sentia-me dividido entre estar presente e perdido em meus pensamentos. Desde que deixei os trabalhadores do DMAE tentando conectar os canos arrebitados, coloquei meus fones e me deixei levar pela música. Caminhar assim é prazeroso, mas me desconecta do chão, da realidade sem trilha sonora. Anotava palavras soltas em uma folha dobrada no bolso, pistas para o relato: “bolachinhas, Cotada, mosquitos, roda gigante, vazamentos”.

Tudo parecia desconectado para mim. Depois, organizei-me, como quem segue o curso das ideias. Tudo estava inserido na mesma corrente da industrialização de Pelotas, nos anos 30, 40 e 50. Grande parte da produção e circulação era estruturada pelo São Gonçalo e, anteriormente, pelo Arroio Pelotas. Ou seja, boa parte do que saía e chegava passava pelo porto nas margens do São Gonçalo, onde fábricas e engenhos se localizavam. Até a produção do sul do sul, em Santa Vitória do Palmar e no Uruguai transitava por aqui.

Lembrei-me do porto impressionante de Santa Vitória do Palmar, com arquitetura autenticamente expressionista, típica da era Getúlio Vargas. Um pequeno terminal, de onde a produção seguia por embarcações na Lagoa Mirim até o São Gonçalo e dali para a Lagoa dos Patos, com destino ao Oceano. Refletia então sobre como essas pessoas conseguiam viver e trabalhar nos banhados insalubres. Me sentia como um desses “mosquitos”, gestado ali. Tudo estava conectado. Fitava, o mosquitil.

Segui adiante e resolvi ver a vila operária do Engenho, logo à frente. Tratava-se de quatro casas com cobertura de telha de barro, cada uma com quatro a seis janelas, o que me levou a suspeitar que poderiam ser duas casas geminadas sob o mesmo teto. Uma estava com a cobertura em ruínas e outra, um pouco menos, todas em estado de abandono.

Certamente, o patrimônio da prefeitura e os projetos do Monumenta⁶ ignoraram essa parte da história da cidade. Como eu estava em cima da avenida, comentei que ela funcionava como uma espécie de dique. Olhava para essa pequena vila de cima para baixo e me voltava à mesma sensação: como essas pessoas poderiam viver em cima desse banhado, e que umidade não haveria dentro dessas casas? Atrás delas, a vegetação tomava conta, dando ainda mais os ares de total abandono.

A vila estava ao lado do engenho, fazendo parte do conjunto todo. Creio que, na época, essa paisagem deveria ser bem melhor do que hoje. Pensei em descer, mas era de difícil acesso descer o pequeno barranco. Suspeitei até que algumas pessoas poderiam estar ocupando essas casas, uma ou duas, pois havia observado que havia

⁶ O Programa Monumenta foi uma iniciativa do governo federal brasileiro, implementada entre 2000 e 2009, com o objetivo de promover a recuperação e a preservação do patrimônio cultural urbano e histórico em diversas cidades do país. A proposta visava, principalmente, restaurar áreas urbanas de grande relevância histórica, revitalizando centros históricos e monumentos arquitetônicos, além de fomentar o turismo cultural e a inclusão social. O programa envolvia tanto a recuperação de edificações de valor histórico quanto a implementação de projetos urbanos, buscando integrar o patrimônio arquitetônico ao contexto contemporâneo das cidades. Embora tenha contribuído significativamente para a conservação do patrimônio cultural, o Monumenta também foi alvo de críticas, principalmente por não considerar integralmente as realidades sociais das áreas restauradas e por, em alguns casos, não envolver suficientemente as comunidades locais nos processos de revitalização.

um contador de luz no poste à frente e os fios pareciam estar ligados. Olhando melhor, vi que as janelas e portas estavam todas lacradas com tijolos, pelo menos na frente. Isso era a imagem da melancolia, que se espalha por toda a região sul, indo até o Uruguai. Caminhei um pouco mais à frente e, ali, a terra que estavam colocando para a terraplenagem era mais abundante, não estava socada, e meus pés começaram a afundar. Achei que já tinha visto o suficiente; era hora de voltar.

A tarde parecia mais longa do que de costume, havia sol ainda, mesmo em meados de agosto. Vi, à distância, que o pessoal do DMAE continuava lá e a caminhonete também. Passei por eles e brinquei, dizendo que ainda não haviam consertado. Um deles riu. O que antes falava no celular continuava falando no celular. Agora, o que antes era uma pequena poça de água se tornara um barro só, e tive que dar a volta para não molhar os pés.

Caminhar e demorar: ser lento e atento

Segui em frente com a ideia de pegar o Uber lá no Veleiros. Fiquei com pesar de não ter ido adiante; minha intenção era chegar até onde a estrada se bifurcava. Uma dessas estradas conectaria com a Avenida Ferreira Viana (Areal), e a outra seguiria costeando o Arroio. Isso terá que ficar para outro dia.

Ando lentamente, no meu ritmo. Por isso, não gosto de companhia nessas caminhadas. O professor Edu me comentou que o professor Careri, em suas caminhadas com os alunos, caminhava muito depressa, no estilo “siga o chefe”. Fiquei imaginando e refletindo sobre essa velocidade: será que a beleza da caminhada não está justamente em demorar-se, em habitar o caminho por algumas horas, para observar a riqueza dos detalhes, enxergar aquilo que um olhar apressado não consegue captar? Imaginei que essa é a típica postura urbanoide moderna, que caminha depressa, sem tempo para poetizar o lugar ou criar raízes, ainda que sejam rasteiras. Eu, ao contrário, demoro.

A cada dia, nessas caminhadas, procuro me tornar um ser lento, como aqueles que Tais Beltrame estuda. Por isso, tudo pode ficar para uma próxima vez, que talvez aconteça, ou talvez não.

O caminhar não é apenas caminhar. O caminhar contemplativo implica sonhar, pensar, deixar marcas na terra, abrir trilhas, rastros. É viajar, contemplar, e refletir na velocidade ditada pelos pés e pernas, sem forçá-los.

Caminhava e já estava próximo da casinha da minha conhecida Katlen, quando vi que ela estava na frente de casa com a filhinha, que brincava no meio de sucatas e segurava uma bonequinha toda arrebitada. Parei e aproveitei para conversar. Disse que tinha ido ver o Engenho, pois naquele primeiro dia não consegui chegar até lá, e que também havia visto as casinhas dos operários. Comentei ainda sobre o pessoal do DMAE, ao que ela respondeu que agora apareciam com frequência por causa das obras da avenida, mas que antes nunca apareciam quando faltava água.

Nesse instante, ela olhou para o lado e disse que seu marido estava chegando com a carroça. Me assustei, pois não entendi bem o tom com que ela falou, mas logo complementou que ele fora buscar algo. Logo chegou o marido, cujo nome não lembro, mas que era bastante simpático. Ele me explicou que havia ido buscar restos de frutas e legumes que não eram comercializáveis no fim do dia.

Lembrei-me dos carroceiros da Vila Dique, que moram próximos à CEASA e vão com carroça ou carrinho pegar alimentos descartados: frutas machucadas, levemente

danificadas, tomates quebrados, abacates, mamões, bananas maduras, alfaces, repolhos, batatas. Tudo o que não dá para ser comercializado, mas que seria jogado fora. Para os carroceiros, o que seria lixo se torna recurso, se torna dinheiro.

Ele descarregava um monte de caixas com frutas e verduras, muitas delas já com cheiro de apodrecimento, mas, mesmo assim, aproveitáveis. Ele mostrava, com felicidade, um mamão e dizia: “É só retirar essa parte, e está pronto para comer.” Nesse momento, vi duas senhoras — uma da casa ao lado e outra de uma casa mais distante — se aproximando, como se soubessem que ele sempre repartia algo com elas. Dito e feito. Elas conversaram sobre a safra, agradeceram e voltaram para suas casas.

Voltei meu olhar para a carroça puxada pelo cavalo e percebi que havia muito verde ali. Ele explicou que também recolhia esses vegetais para alimentar o cavalo, pois a pastagem ali, em frente à casa dele, no meio do charco, não era suficiente.

Ele entrou, e fiquei conversando um pouco mais com a Katlen. Perguntei se havia uma associação de moradores na região, e ela respondeu que sim, explicando que a presidente era dona Arlinda. Era ela quem articulava e reunia os moradores para enfrentar a Prefeitura.

“Olha, ela mora ali”, disse Katlen, apontando para uma casa verde em frente ao poste de luz. No entanto, confesso que não consegui distinguir se era o primeiro ou o segundo poste, e a tal casa verde também não consegui enxergar. Meus olhos, ao final da tarde, ficam muito ruins. Fingi que vi.

Despedi-me e disse que iria até lá.

Isolas e margens

Eles ali, na maior miséria, e, a poucos metros, a burguesia em seus condomínios cercados, com laguinhos artificiais e uma ostentação de riqueza: casas maravilhosas, cheias de conforto — televisores, computadores, carros potentes de 200 mil reais, árvores nativas que custam 30 mil. Enquanto isso, eles vivem em um casebre cheio de frestas e com uma carrocinha puxada por um cavalo, em meio ao lixo. Quanta diferença do lado de fora desses muros!

Fiquei revoltado, mais do que já sou. Não é possível viver em meio a tanta desigualdade. Lembrei-me de que alguns documentos históricos faziam referência à bondade do Coronel Pedro Osório⁷. Talvez ele tivesse uma consciência um pouco melhor, mas não passava de um coronel como os do Nordeste. E nem sei se ele realmente era coronel — vou verificar isso depois. E, talvez sua família fosse escravagista.

⁷ A história da cidade de Pelotas inicia em 1758, quando o então governador do Rio de Janeiro Gomes Freire outorga ao Coronel Thomaz Luiz Osório, uma sesmaria que possui como limites o Rio Santa Bárbara, o Rio das Pelotas e o canal São Gonçalo, parte do território atual do município. Por volta de 1780 se dá a instalação das primeiras charqueadas, propriedade rural onde era produzido o charque. Esta atividade eleva a economia de Pelotas até tornar-se uma das maiores economias do estado. Em 1830 a Freguesia se torna Vila, para mais tarde em 1835 tornar-se cidade com o nome de Pelotas, nome originado das embarcações de varas de corticeira forradas de couro, usadas para a travessia dos rios na época das charqueadas, e que permanece até hoje. Para que tal fato acontecesse era necessária a construção de uma escola e de uma sede para o governo, que foram bancadas pelos charqueadores por volta de 1832. Desta época também datam as construções do Theatro Sete de Abril, o primeiro teatro a ser construído no Rio Grande do Sul e um dos mais antigos no Brasil; e a Praça da Regeneração, que hoje é chamada de Praça Coronel Pedro Osório, e abriga o teatro.



Pensei nas imagens do Condomínio Lagos de São Gonçalo, uma afronta. Parece que o mundo se torna cada vez mais um filme de ficção científica: os ricos vivem em seus condomínios e redomas, enquanto os pobres são lançados no mundo de fora para se tornarem marginais, que simplesmente quer dizer àqueles que vivem na margem, ou à margem. Não pude deixar de lembrar do livro que acabei de escrever, *A Casa de Robinson Crusó: Sobre Arquitetura e Domesticação* (2023). Embora leve esse nome, o livro reflete sobre a questão da ilha (isola) e dos isolamentos. Nele, discuto os condomínios e os encapsulamentos humanos.

O condomínio é essencialmente uma ilha — mas uma ilha habitada por vários Robinsons, sempre acompanhados de seus espectros canibais, que justificam o amuralhamento. Trata-se de uma ilha de muitas ilhas: um arquipélago dito humano e civilizado, com pouca interação, mas repleto de Robinsons. Em outras palavras, lotado de pessoas e famílias solitárias, que pouco se comunicam entre si, mas que aparentemente se bastam, graças aos recursos econômicos e tecnológicos que possuem.

Alguns meses depois, fevereiro de 2024. Taís.

Do lado de lá do dique para o Loteamento Estrada do Engenho

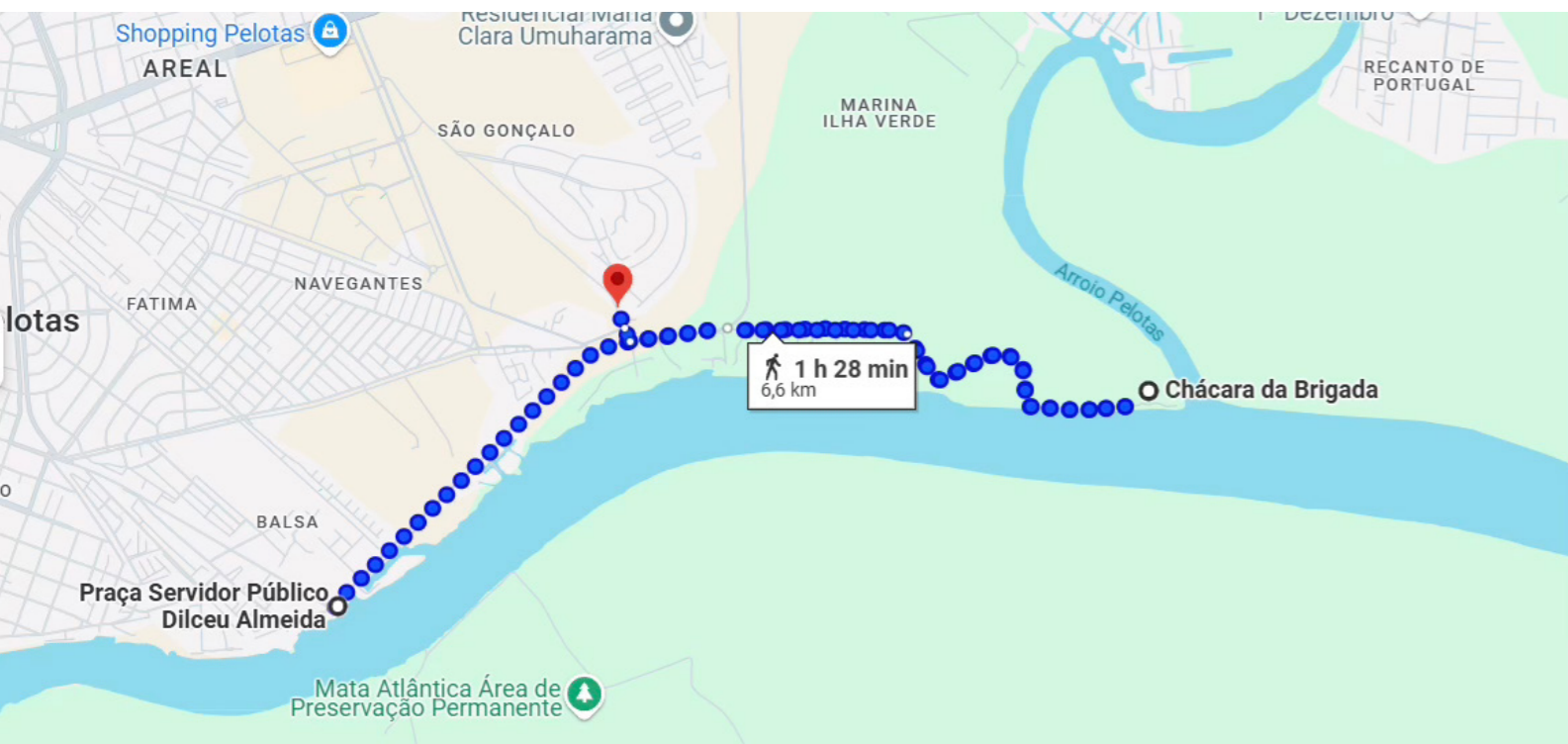
Minha companheira de caminhada Ana sentiu o mesmo
Conversamo-nos com o olhar
Foi dolorido ver os escombros da remoção
Muita coisa ficou para trás
Sonhos, perdas, promessas
O poder deixa marcas
iram o telhado, portas e janelas
Quebram os banheiros
A dignidade do ser humano
Estratégias de higienização
Às vezes perdemos as forças
Mas deixei na cartografia

O barro daquele grande passo
Casarão ainda se acende
Creio que o negrinho do engenho
Anda correndo pelas bandas de lá
(Simone Fernandes Mathias, 2024, p.280).

Alguns meses depois, em fevereiro de 2024, acontece o Curso de Caminhografia urbana. Mais de 30 pessoas caminhavam, caminhavam e viam a remoção. Mais um horror a céu aberto. Um cemitério de querências. Removem as casas, para ver o canal. Para ver o canal de carro. Passear. Para passar a Estrada e o desenvolvimento. Uma vida às moscas. O cheiro não era ruim, mas fedia. Fedia como a aquela gente fétida que escraviza os negros na charqueadas,

O espetáculo da gentrificação: substituir pobres e suas formas de habitar; não apenas redefine o espaço físico, mas sobretudo redefine as formas de vida e de pertencimento, impondo uma domesticação ao outro diferente. Ao invés de “acabar com a pobreza”, as políticas de remoção eliminam o pobre e seus casebres, é insano; ou seja, elimina sua capacidade de existir de forma autêntica e histórica naquele espaço. A remoção das querências, ao lado da imposição de um novo projeto urbano que visa apagar a pobreza, revela um movimento contínuo de deslocamento de valores e memórias.

Nesse processo, o passado é apagado e substituído por uma ideia de progresso que não leva em conta as particularidades dos corpos e das histórias que habitam o território. Progresso esse que só leva ao fim do mundo. A querência, como uma herança viva, permanece um espaço de resistência e reconstrução identitária, mas é desafiada constantemente pelas forças do mercado e pelo urbanismo hegemônico. E quando a margem é o alvo, tudo está errado.



A margem transbordou: as querências e a enchente de 24

É julho de 2024, faz sol e vento, muito vento. É quarta-feira. A água segue alta. Muito alta. Caminho sozinha. Saio da Praça da Balsa, ali, onde antigamente a Balsa Passava, e sigo a Estrada do Engenho para a direção leste, na Chácara da Brigada. O último ponto onde a margem é acessível pela malha urbana antes do Arroio, que por sinal, marca o ponto final das caminhadas que viemos fazendo em pesquisas.

Passo pela cooperativa de pescadores, pelos veleiros e sigo, passando na altura do dique, ou da estrada do Engenho, onde à esquerda vejo as novas casinhas coloridas. Casinhas coloridas que já estão sendo completamente transformadas por quem vive ali. Pelo que sei, as pessoas que vivem ali foram realocadas. Viviam à margem do dique, ao lado direito da estrada do engenho, com perigo de alagamento. Preciso ir ali olhar de perto.

Sigo pela estrada cheia de entulhos, Estrada do Engenho, que foi aterrada durante a cheia de maio para conter as enchentes. Um pouco espiada e atenta, tiro algumas fotos.

Ao chegar no último local, onde a última casa foi removida, antes de outra que parece ser a única casa que restou, um senhor me chama: moça, quer vir tirar foto da água? Entra aqui em casa. Vou te mostrar onde a água chegou. Não precisa ter medo. Obviamente aceito o convite. “Não precisa ter medo”, ele diz.

Entramos por uma ponte de madeira e chegamos a um cômodo com algumas ferramentas. Seguimos até a cozinha, um espaço com piso cerâmico, uma geladeira apoiada sobre tijolos e um fogão a lenha. Seu Paulo me conta que não sabe ler nem escrever, tem 73 anos e mora ali há 40 anos. Ele diz que sua casa nunca havia alagado antes, mas agora sua cozinha alaga um pouco toda vez que o vento para.

“Por isso, faço feijão e levo para o quarto”, comenta, sem que eu pergunte nada. Ele continua falando e me mostra uma bacia de metal com mais de 60 anos, que atualmente serve como seu chuveiro, porque o banheiro está alagado. Ele aponta para o banheiro e repete várias vezes:

“Pode tirar foto, fica à vontade.”

Tiro algumas fotos, ainda que de forma tímida. A casa é pequena, e o celular não captura a perspectiva. As fotos revelam apenas fragmentos.

A arquitetura à margem é essa: uma arquitetura sem espaço, quase *infotografável*. Um tanto empilhada, permeável, mas cheia, lotada, acumulada. Embora esteja à margem, nem sempre contempla um horizonte. É uma arquitetura em que nada é resíduo, porque tudo se transforma em recurso.

É nesse cenário que me recebe Seu Paulo, um sujeito que aciona um acolhimento quase incondicional. E, ao mesmo tempo, me pergunto: talvez eu esteja recebendo Seu Paulo tanto quanto ele me recebe. Será isso? Será que, no fundo, é sobre mim? O que institui essa querência?

O mais frequente é nos referirmos à querência como o lugar onde passamos a infância, mas não necessariamente a querência se atrela a essa matriz; ela pode se relacionar, sim, a qualquer lugar e tempo que marca, incide marcas e cria raízes. Em alguns lugares no interior dos pampas, enterrava-se o umbigo do menino que havia nascido justamente na porta, na porteira dos sítios e das estâncias, para que um dia ele pudesse voltar ou nunca sair dali. Na querência parece estar (ou ser) o lugar da lembrança. As lembranças boas sobre o lugar são reveladoras da existência de uma relação direta da memória com esse lugar; como se os momentos do tempo vivido fecundassem o lugar e ali deixassem sua ruga. E, ao voltar, ao colocar os pés ali, esse mesmo lugar nos devolvesse as lembranças, revivendo a cada passo, em sua gratuidade, todas elas. Querências aqui endereçadas principalmente àqueles destituídos dos quereres e acolhimentos, querências e de ‘ninhos’ e outros doces. Aos destituídos das heranças e aos deserdados. São eles, enfim, que sentem, sabem - em sua radical existência ‘simples’, em sua vida nua - que não possuem querência nenhuma, e, se um dia tiveram... perderam; e que talvez já não haja nenhum lugar a que um dia possam voltar. A lógica da querência, esse sentimento que emerge como uma herança ao permanecer em um lugar por um certo tempo, pode se aproximar daquilo que Jacques Derrida chama de “lógica do dom”, que também se manifesta como “amizade”. O dom, na

perspectiva derridiana, desafia as estruturas do *logos* (razão), do *nomos* (norma) e até mesmo do *oikos* (casa ou lar). Ele é, por essência, *alogos* (fora da razão) e *atopos* (fora de lugar), desprovido de um sítio fixo ou pertencimento estável. Em sua errância, o dom não permanece, mas circula, movendo-se de mão em mão com uma dinâmica própria, como uma herança peculiar que recusa a fixidez. Essa interpretação ressalta a natureza paradoxal e incontornável do dom, que existe como uma força disruptiva e transformadora, sempre em trânsito.

O dom autêntico é uma forma de herança (herança errante), que está em constante movimento, criando e sendo criado pelo ritmo do tempo. Essa reflexão remete, de forma provocativa, ao modo de vida dos moradores de rua, exilados e refugiados. Por onde passam, essas pessoas oferecem aquilo que não têm, consumindo tudo de imediato e deixando para trás o que carregam, muitas vezes na tentativa de esquecer o que foi perdido. Seus contextos de vida não permitem acumular quase nada; são frequentemente obrigados a se desfazer do excedente, seja por necessidade de aliviar o peso em sua caminhada, seja pela perda forçada, provocada por furtos, pela ação da polícia ou por outros moradores de rua. O que lhes resta é inevitavelmente compartilhado, quase como uma lei implícita, que rege a necessidade de que as coisas não permaneçam consigo, reiterando a lógica de um dom que é movimento, transitoriedade e desapego.

O sentido de lugar como querência também exige uma ausência, um afastamento físico-temporal, uma presença resgatória. Esta é a estrutura mesmo da querência, feita de saudade, muitas vezes de querer voltar a rever e não poder, ou ainda da contradição de não querer voltar e querer lá no fundo. Uma vez retornando, retornado, parece que o sentido do dom se anula. Para Derrida (2003) é o simbólico que abre e constitui a ordem do intercâmbio e da dívida; a lei ou a ordem da circulação é onde se anula o dom, basta que o outro, o que recebe o dom, perceba a intenção e se converta em reconhecimento para anular o dom. A mera identificação do dom parece destruí-lo. Querência é um lugar especial, um sentido especial que se diferencia da ideia de espaço e também de lugar como portador de identidade e memória; distintamente, mas sem negar o conceito de lugar, a querência introduz algo mais, que parece contraditório, pressupõe um certo esquecimento, um abandono, uma impossibilidade para que o sentido de querência possa aparecer.

Tenho um pouco de medo, estou entrando em uma querência alheia. Mas como sou curiosa, vou cedendo ao desafio, entendendo o limites das condições, dos domínios. Será meus olhos azuis que me fazem ser recebida? No meu corpo de mulher, sempre há uma dúvida. Sou atenta. Há uma espécie de alerta que pendula entre a coragem e a cautela, a imprudência e a responsabilidade. Marcela Montalvão Teti, chama isso, no verbolário urbano de intuir: “um tipo de precipitação que só funciona se você confia em algo que não pode explicar, mas sabe que deve fazer. A intuição é um súbito saber. É um acúmulo de experiências” (2024, p. 209).

Seu Paulo me pergunta se sou de igreja, e, ao responder que não, me leva para conhecer seu quarto, que tem o altar de sua mãe e de seu pai, além das imagens de Iemanjá e Ogum. Pergunto por que ele é o único morador que ainda está ali e não foi removido desde as enchentes. Ele me diz que foi atrás de uma advogada, que, aliás, também se chama Tais e é da defensoria pública. Ele explicou que, como mora há mais de 40 anos ali, tem luz e água, e a prefeitura não pode removê-lo. Me disse que dali não sai, é pescador. Nasceu na beira da água. Tem 3 barcos. Se sair dali, mesmo com enchente, levam tudo. “A prefeitura não vê a hora de eu sair daqui. Só saio para comprar comida.” Se a prefeitura não leva, os assaltantes levam. Não dá pra se descuidar. “Pobre roubando de pobre, onde já se viu?!”



Pergunto como tá de peixe no canal. Ele diz que tá difícil. “O único peixe que eu conseguia vender era o cação, agora não tem nem isso.” Não tem peixe nem pra comer, nem para vender. Ele me diz que ali está perigoso também, porque tem muita cobra cruzeira. Me fala sobre os barcos e sobre pescaria. Pergunto se o barco dele está funcionando, soando um pouco como convite, um pouco como desafio. Ele me diz que sim. Vamos dar uma volta. Subimos no barco verde: ele, eu e a cachorrinha. Passamos pela vila, agora completamente alagada. Não há mais morador, exceto seu Paulo (é o que ele conta). Enquanto rema, me mostra a geografia do canal, as correntezas, os cuidados, a troca de luas. Faço um monte de perguntas, e ele me responde todas elas. Ele rema entre as casas e entra nas garagens, agora inundadas, contando sobre a vida de cada morador: quem coloca som alto, quem acredita em Deus, quem mata cobra na cozinha, quem é filho de professor. Sempre alerta: “Cuidado para não tomar choque”, “Cuidado com a cobra cruzeira”.

Passamos pela ponte que antes existia, e que fiz uma foto na primeira caminhada que fiz com Otávio por essa margem, no começo de 2024. Não existe mais, foi derrubada. Dali, restou apenas seu Paulo. Quero tirar fotos, mas quero me atentar ao que seu Paulo diz. Não me dei conta de registrar e estar presente. Tiro menos fotos do que gostaria.

Parece que aconteceu. Desencantou. Tudo mudou. Habitar a margem não é mais um encanto. Mas era? As casas que eram banhado, agora são canal. O que é então, habitar a margem?

Faço tantas perguntas para seu Paulo, que queria lembrar das respostas. Gravo que ele acha que a água vai demorar mais muitos meses para baixar, e que em setembro terá outra cheia. Que ele foi morar ali com um grupo de pescadores. Que sua casa é de madeira. Que ele cria galinhas. Que ele já teve 180 redes de pesca. Que sua mulher faleceu há um ano. Que as coisas que se faziam antigamente eram pra durar. Que hoje as coisas são feitas para jogar fora. Que ele não sabe o que vai acontecer. Que estamos em uma crise climática e o culpado é o homem.

Imagem 17 e 18 - Casas Alagadas. Julho de 2024. Tais Beltrame dos Santos, 2024. Seu Paulo me conta suas travessias pelo canal.

“A água a gente tem que respeitar, mas não pode ter medo”. Sempre que a gente sai de barco tem que levar faca. É proibido e perigoso sair de barco sozinho. Disse que se eu voltar lá ele me ensina a remar. Mas não na correnteza. Voltamos para terra, descemos pela pequena ponte de madeira e um senhor nos espera. Ele chegou quando estávamos saindo. É amigo do seu Paulo, aposentado, mora ali na Vila Perret, a vila da rua ao lado, que pelo que falam, parece um lugar longínquo. Nunca foi pescador, mas já teve barco. Me conta que tinha um barco grande, ficava 4 ou 5 dias fora pra pescar lá na saída de Rio Grande. Leva 6 horas de barco até lá. Me diz que hoje, com a inundação, é capaz de levar até 8 horas. Pergunto se tem como parar na margem, e eles pensam.

Dizem que em algum lugar sempre dá pra parar, só que esse lugar sempre muda. Falamos mais coisas, assuntos pequenos, rimos. Nenhum dos três tinha pressa. Mas chega o final do dia, e começa o frio. O sol baixa. Ainda é inverno. Decido continuar a caminhada. Eles me dizem que indo adiante, não vou chegar em lugar nenhum. Digo pra ele, que conheço o caminho, vou ir até o Corredor das Tropas e sair atrás do Shopping. Se mudar de ideia, eu volto. Estou caminhando sem rumo.

A coisa, a querência, não está só num lugar, não é uma só, são várias as querências ao longo da vida; não estão num único tempo da rememoração, elas são portadas pelo tempo, ritmadas, ‘espaciadas’ temporalmente, estanciadas, seu sentimento está na passagem do tempo, como apontou Derrida. A querência é uma herança, mas não é necessário herdá-la para se ter a querência do lugar, da casa. Querência não é qualquer lugar, seu sentido é mais profundo e mais íntimo (estrutural) do que a ideia de lugar, topos, domus, e não se refere somente a uma espacialidade, a um lugar específico, mas sempre a uma coisa construída pelo tempo da vivência; também há querências por pessoas, querências por um tempo. Essa intimidade da querência é a intimidade com a natureza e com as coisas do local em que se vive. A querência, terra, casa, tem um querer próprio para além dos querereres dos humanos, mas a querência da terra mãe não é a mesma querência dos homens. A querência da terra gaúcha é inseparável dos querereres dos humanos, dos animais, plantas; inseparável também dos espectros humanos e não humanos, dos antepassados, inseparável de todos vivos e não mais vivos que ali vivem.

O querer da querência requer tudo que está ali. Nos pampas gaúchos, diz-se que uma pessoa ‘apegada’ a um determinado lugar é uma pessoa “aquenciada”, e esse (a)pego é o ser junto, colado, por inteiro com o lugar. Do mesmo modo, o verbo ‘aquenciar’ expressa o processo de colamento com o justo lugar. Parece que, para os gaúchos do sul do Brasil, do Uruguai e também da Argentina, a felicidade está nesse sentido de pertencimento, não de ter o pertencimento do lugar, mas justamente o contrário: ‘ser pertencido pelo lugar’.

“Eu te vi passar outro dia sozinha aqui, com cara de quem tava procurando alguma coisa. Eu sabia que tu ia voltar”

Nos apresentamos, e ele começou a contar a história do lugar. Disse que, quando construíram o condomínio, os moradores foram pagos para sair dali, recebendo cerca de 7 mil reais por casa. Na época, todos os outros moradores foram embora, mas ele apenas mudou de lado no Corredor das Tropas. Antes, morava onde hoje está o muro do condomínio. Desmontou sua casa de um lado e a remontou no outro. Com o dinheiro recebido, fez alguns investimentos.

Ele contou também que foi trabalhador do engenho de arroz e que, quando o engenho fechou, permaneceu ali. Tanto os moradores do Passo dos Negros quanto os da Estrada do Engenho eram trabalhadores do engenho. Após o fechamento, nos anos 1980, as terras – incluindo as ilhas e o banhado – pertencentes ao engenho foram ocupadas pelos ex-trabalhadores, que ficaram sem casa e sem trabalho.

Seu Pedro vive ali há 58 anos. Disse que, inicialmente, não havia água nem luz, mas hoje sua casa tem banheiro completo e uma caixa d’água, o que lhe proporciona maior segurança. Ele afirmou ser um dos poucos moradores a possuir uma caixa d’água.

Apesar de todas as dificuldades, ele não reclama. Diz gostar de viver ali, cercado por seus filhos e netos. Agradece por ter seu lugar, vivendo na paisagem como se ela fosse parte dele. E, de fato, é. Pois, a ideia de querência implica uma ideia de familiaridade. A querência manifesta-se inicialmente como um sentimento relacionado ao lugar, mas não necessariamente no lugar, mas sobretudo das pessoas e familiares que residiam no lugar. O sentimento de Querência é um sentimento simultâneo de apego ao lugar e as pessoas que ali viviam e vivem, Todo ser é indissociável do lugar. É uma espécie de saudade: saudade do rincão onde se viveu a infância ou de qualquer outro espaço experimentado ao longo da vida. É similar ao “banzo” dos africanos, que evoca uma querência irretornável. Como escreveu Rufino Becker em uma troca de correspondências, a querência é ação e estado: “a ação/atividade do querer; querência é resultado do querer, um estado do querer – querer a um lugar. Não um querer qualquer, mas um querer bem. Querência que vem sem a gente querer.”

A querência é evocada, sobretudo, por aqueles que estão afastados, no espaço ou no tempo. Fala-se de querência quando se sente saudade do rincão, do torrão, daquele espaço que, na impossibilidade do retorno, resigna-se à espera. Essa querência, descrita como um “dom derridiano”, é uma *propriedade sem propriedade*. É evocada por aqueles que deixaram o lugar para trás, muitas vezes sem a possibilidade de retorno, ainda que habitem ele. Habitam o agora na querência de um querer de outro tempo, que é também agora, mas não apenas.

No discurso da arquitetura, escrever sobre querência não é apenas discutir um espaço específico. É falar de vivência – não de edifícios analisados retoricamente ou de visitas a prédios –, mas de algo profundamente enraizado, pessoal, a partir do qual emergem os verdadeiros ensinamentos.

Porém, poeticamente encantadora, a ideia da querência no imaginário gaúcho carrega também uma relação arcaica entre amorosidade, felicidade e posse da terra. Essa narrativa está ligada ao *domínio* de quem detém a terra, das coisas e dos seres sobre ela, perpetuando “mal querereres” e exclusões para com os errantes e os sem-terra. O passado de dor, sofrimento e exploração – seja dos escravizados ou dos animais – está inevitavelmente ligado a essa construção cultural que caminha sobre ela, terra dos mortos.

Por outro lado, na cultura gaúcha, o indivíduo infeliz é aquele que não encontrou o seu lugar no mundo: o “desaquenciado”. Este, desprovido de parada ou pouso fixo, vive inquieto, em busca constante de um outro lugar. Seu estado é de carência (*care*), de ausência, de uma falta que inclui a ausência de propriedade. A narrativa tradicional associa autenticidade e felicidade humanas à posse da terra. Assim, o desaquenciado é aquele que nunca teve herança ou um pedaço de chão – seja rincão, torrão, morada ou casa –, seja no campo ou na cidade. E os torrões se desmancharam com a água e a remoção das casas.

Seguimos o caminho do corredor das tropas, agora corredor da desolação, até passar por uma mulher sentada em frente a uma casa, em uma cadeira de praia, catando piolho na cabeça de uma criança. Não me lembro do seu nome. Perguntamos se podemos fazer uma entrevista, e ela diz que não vive ali, e que é melhor falarmos com o pai dela. Ela entra na casa para procurá-lo, mas ele não está. Puxamos assunto da mesma forma. Ela responde, dizendo que seu pai mora ali há 3 anos e que ela vai pouco ali. Vive no Meneghetti -indicação à principal rua do Bairro Fátima, que fica nas proximidades; na casa que era do avô, com os dois filhos. Seu pai e sua irmã moram ali. Seu pai trocou o terreno por duas máquinas de cortar grama e, depois, comprou o terreno da irmã dela por 500 reais. Disse que ali, de vez em quando, falta água, e o maior problema é quando chove, pois tudo alaga. De resto, é tranquilo. Às vezes, falta luz também. Aí tem que esquentar água para tomar banho de bacia. Perguntamos se ela sabe se todas as casas do corredor têm banheiro. Ela diz que não sabe, mas que a casa das meninas, Amanda e Sara, não deve ter. A do pai dela tem.

Nos leva na parte de trás do terreno para nos mostrar o alagamento. O terreno é um banhado. Por isso está alagado. A casa do pai dela não possui quase nenhum desnível do chão. Mas é extremamente caprichada. Seu pai trabalha de bico. Eles não tem nem nunca tiveram barco, ou qualquer relação com a água. Mas vivem ali, onde puderam comprar a terra. Embora a terra não seja deles. São desaquerenciados, buscando uma nova querência, enquanto adiam a possibilidade de perderem tudo outra vez.

Seguimos o caminho. Paramos em frente a uma casa de 2 x 3 no máximo. Há uma criança e alguém que aparece adolescente em frente a casa. Perguntamos se podemos conversar e um homem levanta do sofá que fica em frente a porta e começa a nos olhar curioso, tomando a frente da conversa. Disse que ali tudo alaga e é ruim. Os comentários sobre os alagamentos parecem estar em alta. Nos conta também que ali às vezes falta água, aí tem que buscar água lá na figueira (apontam). A água dali dá dor de barriga nas crianças e vem toda suja de barro. Na medida que conversamos, entendo que Paulo, o homem que saiu do sofá, não mora ali, mora quase ao final do corredor, algumas casas mais pra lá. Paulo é um homem negro, muito magro. Está sujo, muito sujo.

Não cheira bem, tem as roupas rasgadas e as pontas dos dedos muito pretas. Diz que é amigo da Amanda. Nos conta que morou 5 anos na rua, mas que isso não é vida. Pergunto se eles trabalham, e eles dizem que não. Amanda diz que cuida das 6 crianças, 2 filhos dela e os outros de sua irmã. Amanda não é criança, tem 23 anos. Mas saiu de casa com 15. Ela não fala muito, Paulo toma a frente. Mas Amanda é atenta, e na sua expressão é visível suas concordâncias e discordâncias com Paulo. Faz frio, mas Amanda usa menos roupas do que deveria para um dia frio. Seus dentes da frente são cariados. Seus pés calçam chinelos de dedo.

Pergunto porque eles não fazem melhorias na casa, a partir de alguns apontamentos bem simples que melhorariam a qualidade de vida deles, a partir das necessidades que eles mesmo apontam e de recursos ali disponíveis. Me dizem que não vale a pena, porque podem ser removidos dali a qualquer momento. Parece que a impossibilidade de saber o dia de amanhã os impede de viver o hoje.

Amanda enche os olhos de lágrima quando diz que tudo o que mais queria era uma casinha como as coloridas, que não chovesse dentro nem entrasse água. Uma casa para chamar de sua. Para ela, sua irmã e as crianças.

Ela diz que moraria em qualquer lugar da cidade que tivesse uma casa boa para ela e para as crianças. Não importa o bairro.

Paulo não concorda. Diz que não moraria em outro lugar com tudo diferente. Sem saber onde ficam as coisas. Sem ter conhecidos. Conta que não pode morar no centro e nem em alguns bairros (não conta o porque).

Pergunto se ele faz reciclagem, digo que já vi ele por aí. Ele diz que às vezes até faz, mas tem pagado muito mal ultimamente. Não vale a pena.

Dizem que mal saem de casa, ficam ali. São os seres mais lentos que encontrei. Vivem na precariedade. Não praticam quase nenhuma técnica ou tática. Esperam que algo lhe aconteça. Vivem apenas pelo dia de hoje, na incerteza de amanhã, que altera o que acontece no dia de hoje. Não vislumbram muitos planos futuros. Estão sempre à mercê. Tem relação com o território imediato, mas não amor. Não habitam a margem, mas estão ali. Não sabem sobre o ciclo da água, nem sobre o sentido dos ventos. Aprenderam sozinhos o que foi possível. São seres violentados pela velocidade. Conformes, mas não conformados. Tem plena noção que habitam um “outro mundo”, completamente diferente do mundo do outro lado do muro. Já até trabalharam em alguma casa ou obra dentro do condomínio. Odeiam o condomínio. “Quando chove, toda água que sai dos laginhos de lá vem aqui pra nós, deu toda aquela confusão nas enchentes com a bomba, mas isso acontece sempre”.

Isso acontece porque o condomínio das ilhas “do lado de lá” foi aterrado, embora mantenha em seu desenho algumas “ilhotas” de água ou pequenos lagos, preservados sob a justificativa paisagística. No entanto, essas ilhotas denunciam que o território aterrado é, na verdade, um banhado. Naturalmente, quando o solo fica encharcado, os lagos do condomínio não conseguem comportar todo o excesso de água. Para resolver isso, algumas bombas despejam o excedente da água para o lado de fora do muro: no Corredor das Tropas, que, por sua vez, já costuma estar alagado e saturado, incapaz de suportar ainda mais água.

Problemas como esse têm sido recorrentes em Pelotas e explicam, para além da crise climática, por que áreas que historicamente não registraram alagamentos agora enfrentam enchentes frequentes. Cada vez que um banhado é aterrado – como vem acontecendo nos últimos anos⁸, não apenas devido ao condomínio, mas também pela pressão do mercado imobiliário sobre o território do Passo dos Negros e outras zonas de águas lênticas que caracterizam as margens do canal no Pampa –, elimina-se a capacidade de drenagem natural da água no local. Esse impacto atinge todo o macroterritório. A água, inevitavelmente, precisa encontrar um caminho. E encontra.

Além disso, em maio de 2024, durante o caos das enchentes no Rio Grande do Sul, foi registrada uma denúncia envolvendo a instalação de bombas de drenagem no condomínio. Segundo o jornalista Pedro Duran, em reportagem para a CNN (2024): O duto estava ligado a uma bomba, instalada dentro de um conjunto habitacional privado que fica no bairro de São Gonçalo, o Condomínio Lagos de São Gonçalo. A propriedade é considerada pela administradora como “primeiro condomínio fechado com terrenos de alto padrão em Pelotas” que tem “uma estrutura completa, cercada por natureza e espelhos d’água em um espaço harmônico” e conta com salão de jogos, de festa, quadra poliesportiva e três lagos.

O duto foi considerado pelas autoridades como uma estrutura clandestina, irregular.

⁸ Conflitos e denúncias relatados em *Um movimento contra a violação de direitos: a Estrada do Engenho resiste*, Nino Kruger, Caroline Kruger e Cristiane Ribeiro (2021).

De acordo com a denúncia, caso o condomínio acumulasse muita água, esta seria bombeada para fora dos muros – como já relatado por Paulo –, evitando que as grandes casas dos “Robinsonianos” fossem alagadas, que sua ilha paradisíaca fosse alagada. Contudo, essa medida comprometeria gravemente as casas do Corredor das Tropas e de outras áreas no Passo dos Negros. Segundo representantes do condomínio, “se fosse necessário drenar a água, o território ao lado, por estar em um nível topográfico muito mais baixo, já estaria alagado”.

No final da caminhada, Paulo me diz “eu te vi passar outro dia sozinha aqui, com cara de quem tava procurando alguma coisa. Eu sabia que tu ia voltar”. Disse que eu saí ali pra não ter que fazer uma baita volta. Ele “bota fé”. Nos despedimos. “É bom que vocês venham ver como a gente vive”, diz Paulo. Já cansei de ir lá na prefeitura, ninguém quer nos ver”. “Estamos aqui livres, mas somos os mais murados”.

Para além do terror criado pela mídia, que introjeta o medo nas narrativas de horror, percebo que, para a maioria das pessoas que conheço – brancos, acadêmicos –, o difícil de habitar a rua nos bairros mais marginalizados é o desconforto de entrar na casa de um desconhecido. A rua é parte da casa. O espaço público é como uma extensão da sala de estar. Você está à mercê do outro.

Quando você passa, é identificado como alguém de fora. Alguém que não pertence ao lugar, ao querer, às heranças. As pessoas se conhecem, caminham, andam de bicicleta e até de carro. Mas o carro anda na velocidade da bicicleta; não pode correr, pois a rua é esburacada. Mesmo no carro, você é visto.

Assim, pessoas, animais e automóveis preservam a rua mista e o espaço privado-público. A violência da velocidade só se faz presente pela sua falta. De modo geral, faltam infraestruturas. A tecnologia do atraso é a tecnologia do reaproveitar e reutilizar. Nas margens, tudo é recurso para a inventividade; tudo o que está disponível no território pode ser utilizado para uma urgência. E tudo pode esperar. Tudo está à espera. Mesmo que seja a espera de uma herança.

As casinhas coloridas: o novo Loteamento estrada do Engenho

Levy me pergunta: “Onde está aquela casinha rosa que ficava aqui?” Eu respondo que não existe mais; todas foram removidas. Olhando para as pedras que ficaram no lugar, sinto vontade de chegar até a beira, mas não vou. Seu Paulo me alertou várias vezes sobre a presença de cobras cruzeiras naquela área. A Estrada do Engenho, que foi asfaltada, foi posteriormente coberta pelas enchentes de maio. O asfalto foi soterrado por caminhões e caminhões de pedras e areia, que tinham o objetivo de proteger a cidade, mas, sobretudo, os condomínios e o parque da classe alta que ocupam os banhados, logo ali, depois da Estrada. Onde também habitam diversas outras pessoas, tidas pelo poder público como invasoras da Área de Proteção Ambiental. Na notícia de lançamento do empreendimento na página da secretaria de habitação do governo do RS, o intuito das remoções fica claro:

O governador anunciou, ainda, que em breve será assinado um convênio para repassar R\$17 milhões à prefeitura de Pelotas para a construção de um parque municipal no local onde antes ficavam as famílias. O espaço é uma área de preservação ambiental e imprópria para moradia. O valor também contemplará a conclusão da pavimentação da Estrada do Engenho (SULZBACH; MONDIN, 2024).

Parece engraçada a ideia de preservar uma área de interesse Ambiental e ao mesmo tempo asfaltá-la. Quem eles acham que enganam?



Imagem 19 - Destroços das casas removidas na Estrada do Engenho. Julho de 2024. Taís Beltrame dos Santos, 2024.

Descemos da estrada do Engenho e caminhamos em direção ao novo loteamento, onde foram construídas 57 casas. Passamos pelas diversas casinhas coloridas que estão ali. São iguais a projetos de outros lugares, do tipo “carimbo do governo”, mas coloridas. A cor faz tudo parecer mais alegre. Pelo que procuro, elas são parte de uma política do estado para famílias do CadÚnico e devem 40m², dois quartos, sala cozinha e banheiro. Pelo que sei, deveria considerar os hábitos da população beneficiada, talvez por isso, notam-se os chaminés. É recorrente, ouvir dos moradores que vivem ali, que as casas foram feitas com material de baixa qualidade, que o esgoto entra pelos ralos do banheiro

Em algumas casinhas já há muros, ou alpendres. Em geral, existe uma espessura entre o espaço público e o privado, que não é a mesma que acontecia antes das remoções. Se nos outros lugares, e até mesmo nas casas antigas do lá de lá do Dique as casas não eram bem limitadas, no espaço ordenado das casas coloridas, parece ser.

Imagem 20 - Loteamento Estrada do Engenho “As casas coloridas”. Julho de 2024. Taís Beltrame dos Santos, 2024. Imagem 21 - Loteamento estrada do Engenho. Imagem das 57 unidades habitacionais. Fonte: SULZBACH; MONDIN, 2024.

Alguns criam animais (porcos, cabras, cavalos), mas são poucos. Mas o tempo parece ser o mesmo. Espera. Novas reestruturas, algumas readaptações. Da necessidade de criar uma querência de criar animais, para ter o que comer, o espaço público vai se convertendo novamente em outra coisa. Que é menos privada, e mais pertencente. Arrisco dizer que em breve estas casas estarão todas transformadas, mais próximas daquelas que habitavam a margem à margem, menos parecidas com as casinhas desenvolvidas de concreto barato. Vão sendo feitos puxadinhos, chalés. A família vai crescendo. Talvez, daí, façam novas remoções, para então, construir novos condomínios de luxo. Quem sabe? Talvez alguns passem adiante essas casas, ‘vendam’, mesmo que não possam vender, e passem a ocupar outros banhados.



Imagem 20 - Loteamento Estrada do Engenho "As casas coloridas". Julho de 2024. Taís Beltrame dos Santos, 2024. Imagem 21 - Loteamento estrada do Engenho. Imagem das 57 unidades habitacionais. Fonte: SULZBACH; MONDIN, 2024.

Alguns meninos que passam por nós, na saída do loteamento, são alunos do Levy, na EMEF Ferreira Viana. Dizem que gostam de morar ali. "O problema é que as coisas não funcionam tão bem como deveriam". Algumas famílias foram removidas da beira do arroio, e foram parar lá no Getúlio Vargas. Nunca é tão bom quanto contam.

Na beira do canal, em área de preservação ambiental, o que vemos é mais do mesmo. Entregam desenvolvimento e não envolvimento. O cheiro ali é forte. Há diversas moscas e animais. Nos corpos de água que se notam, desemboca esgoto a céu aberto. Na água doce. A escravidão continua escravizando a céu aberto. No corpo preto dentro das casinhas coloridas

É certo que essas questões conceituais e poética da querência apontam a dimensão ética e política, de uma política contra o dom como propriedade, contra os 'Dons' de tudo e da cidade, contra a domesticação da vida, contra a doma da terra, contra até mesmo o sentido comum da querência encontrado na cultura gauchesca. Queremos querências sem querências de propriedade, querências aquerenciadas pelos fazendeiros. Queremos o sem querer querendo, heranças sem heranças, lugar sem lugar que dá lugar ao lugar, sobretudo querências de acolhimento para todos 'desaquerenciados', querências para os miseráveis, querências para os sem teto, e sem trabalho, Querência de pensamento, compartilhamento de pousadas temporárias, pousares. O 'pousare' mesmo, talvez mais um dos sentidos antigos latinos contidos na etimologia da palavra querência. Querência/estância têm também seu segredo em *pausare*, *pousare*, fazer uma parada, descanso; na querência sempre se faz tempo. Entretanto, é necessário reafirmar essa *querência*, essa *herencia*, compreendendo-a como algo que deve ser constantemente reativado e mantido vivo, mas de forma dinâmica, transformando-a e desviando-a. A vida, ou o "ser em vida", pode ser definida por essa tensão interna da *herencia*, ou herança, em relação às coisas já dadas no mundo. Essa reafirmação, no entanto, exige sempre uma decisão. Talvez possamos pensar a vida através da *querência*, assim como Derrida propõe com a ideia de herança, em vez de inverter essa lógica. Derrida, ao refletir sobre suas próprias heranças de pensamento, sugeriu um movimento de aceitação e transformação: um "sim" à herança, a esse enraizamento sem raiz fixa, seguido pela necessidade de transformá-la, sem deixá-la intacta ou protegida. Ele enfatizava a importância de não apenas respeitar a

herança, mas também reafirmá-la e referenciá-la continuamente. Essa postura ativa frente à *herencia* nos convida a repensar a relação entre o passado e o presente, reconhecendo o caráter inacabado e em constante movimento das tradições e vínculos que moldam a existência.

Resistências e reticências

Caminhografar a margem tem sido um deleite, mas também uma inquietação. Ao caminhar entre o canal e a cidade formal, identifica-se uma série de violências, sistematizadas e orquestradas pelas diversas instituições que deveriam assegurar a sustentabilidade dos espaços de proteção ambiental e também dos modos de vida que sobrevivem nesse espaço, que está em constante disputa e mercantilização. É notória a pressão do desenvolvimento, que vem desde as ilhotas cheias de idiotas, prédios em altura, heranças das mesmas famílias que colonizaram a margem, escravizaram e agora lucram ainda com a violência contra aqueles que herdaram a resistência, porque não lhe são dadas outras opções.

A cidade, que nunca quis habitar a margem como querência, agora olha para ela como produto. Nesse cenário, a pobreza, e todos aqueles que restaram de um modelo falido nos anos 1980, são indesejados. A marginalização vai mudando, assim como a margem. Os marginalizados são obrigados a seguir o fluxo do poder – central. E para isso, são obrigados a deixar de seguir o fluxo natural das águas e seus ciclos.

Alguns que se encontram ali, não são de água. Poderiam, talvez, habitar outros lugares, onde o conhecimento sobre os ciclos não fosse impreterível. Mas aqueles que vivem da margem, e desses ciclos, esses precisam ficar. É preciso que sejam desenvolvidos, juntos aos conhecimentos dos antepassados locais, de outras querências, novas tecnologias, para que as casas se adaptem às novas invenções, e também às invasões, daqueles que continuamente querem apropriar-se do centro e também da margem.

Resistir e viver
Resistir ao lado de quem cuida as nossas encruzilhadas
Resistir ao toque do sopapo Resistimos ...
Laroyê Mojubá
(Simone Fernandes Mathias, 2024, p.281)

Referências

BISPO, Nego. A terra dá, a terra quer. 2. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

CARLE, Cláudio Baptista. *O imaginário do espaço arqueológico do Passo dos Negros*. Tessituras, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 205-215, jan./jun. 2017.

COSTA, Alfredo R. da. O Rio Grande do Sul. Vol. I. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, Barcellos, Bertaso & Cia. 1922.

DERRIDA, Jacques. *Given Time: I. Counterfeit Money*. Translated by Peggy Kamuf. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

DERRIDA, Jacques. Dar (el) tiempo. El tiempo del rey. Em http://jacquesderrida.com.ar/textos/tiempo_del_rey.htm

DERRIDA, Jacques. *Escoger su herencia. Diálogo com Élisabeth Roudinesco em: Y mañana qué...* Buenos Aires, julio de 2003, F.C.E, p.9-28. Edición digital de *Derrida em castellano*. Em: <http://jacquesderrida.comtextosherencia.htm>

DURAN, Pedro. *Polícia retira duto clandestino usado para escoar água de condomínio em Pelotas (RS)*. *CNN Brasil*, São Paulo, 27 maio 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/pedro-duran/nacional/policia-retira-duto-clandestino-usado-para-escoar-agua-de-condominio-em-pelotas-rs/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FUÃO, Fernando. *A casa de Robinson Crusoe: sobre arquitetura e domesticação*. 1. ed. Porto Alegre: Fernando Freitas Fuão, 2023.

LANGONE, Ana. *Narrativa transmídia em expansão no Passo dos Negros*. Pelotas: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.analangone.art>. Acesso em: 2 dez. 2024.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene. *Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.133-152.

KRUGER, N. R. M.; KRÜGER, C.; RIBEIRO, C. J. Um movimento contra a violação de direitos: a Estrada do Engenho resiste. *Cadernos Metrôpole*, [S. l.], v. 23, n. 50, p. 281–306, 2020. DOI: 10.1590/2236-9996.2021-5011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2021-5011>. Acesso em: 2 dez. 2024.

MATHIAS, Simone Fernandes. *Resistir*. In: ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame dos. *Verbolário da Caminhografia Urbana*. Pelotas: Editora Caseira, 2024, p.277-281.

MATHIAS, Simone Fernandes; ALFONSO, Louise Prado. *Engenho Pedro Osório: narrativas entre o passado e presente*. In: ANAIS DO XXI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO – ENPOS, 2019, Pelotas. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2019/CH_04000.pdf. Acesso em: 2 dez. 2024.

MAGALHÃES, Mario. *Pelotas, toda a prosa vol.1*. Pelotas: Armazém Literário. 2000.

GUTIERREZ, Ester J. B. . *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. 1. ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2004. v. 200. 549p

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SILVEIRA, Melina Monks da; JANTZEN, Sylvio Arnoldo Dick. *Arquitetura e paisagem: análise das transformações, dinâmicas e permanências na paisagem do Passo dos Negros a partir do Engenho Pedro Osório em Pelotas/RS*. ENPOS, 2020.

SULZBACH, Nathalie; MONDIN, Thamiris. *Em Pelotas, Estado entrega as primeiras 35 unidades habitacionais do programa A Casa É Sua*. *Governo do Estado do Rio Grande do Sul*, 2024. Disponível em: <https://www.habitacao.rs.gov.br/em-pelotas-estado-entrega-as-primeiras-35-unidades-habitacionais-do-programa-a-casa-e-sua>. Acesso em: 10 dez. 2024.

O SONHO DA CIDADE TRANSCOLONIAL

Surrealismo na arquitetura moderna do século XXI¹

THE DREAM OF THE TRANSCOLONIAL CITY
Surrealism in modern architecture of the XXIst century

José Carlos Freitas Lemos²

Resumo

O artigo analisa manifestações arquitetônicas significativas ocorridas em comunidades suburbanas desfavorecidas de cidades da Modernidade Ocidental desde o início do século XX. Sugere a emergência de um padrão multigeracional de arquitetura-manifesto, despercebido em todo este tempo, relacionado com a expressão surrealista e batizado com o neologismo “transcolonial”. Diante da falta de repertório arquitetônico ou urbanístico propriamente surrealista, partimos do levantamento de espaços indicativos da afeição dos surrealistas históricos. O objetivo é procurar mostrar o uso espontâneo de recursos pertencentes à dimensão conceitual surreal deste padrão emergente. Pretende-se discutir o irracional, o ilógico, o mágico, o surpreendente que estão presentes nestas arquiteturas de proclamação como aspectos de crítica à Razão Capitalística e Colonizadora Moderna. O objetivo final é apresentar o regime arquitetônico transcolonial suburbano como uma possibilidade de superação da desigualdade das cidades, e quiçá da própria Modernidade. Portanto, um dos condicionantes fundamentais da Agenda 2030, que almeja desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: arquitetura, cidade, surrealismo, modernidade, transcolonialidade.

Abstract

The article analyzes significant architectural manifestations that occurred in disadvantaged suburban communities in Western Modernity cities since the beginning of the 20th century. It suggests the emergence of a multigenerational pattern of manifest architecture, unnoticed throughout this time, related to the surrealist expression and baptized with the neologism “transcolonial”. Given the lack of a properly surrealist architectural or urban planning repertoire, we started by surveying spaces indicative of the affection of historical surrealists. The objective is to seek to show the spontaneous

¹ O objetivo neste artigo é falar de aspectos da arquitetura de populações desfavorecidas em Porto Alegre - RS, Região Sul do Brasil, no ano de 2024. Os comentários são parte de minha pesquisa docente de crítica à condição colonial da arquitetura moderna brasileira e latino-americana, “Arquitetura moderna da colonialidade”, desenvolvida há mais de quatro anos na UFRGS. É preciso dizer que, além da relação com a pesquisa, o tema é diretamente vinculado às minhas práticas de graduação e extensão. Desde 2017, participo da disciplina de Projeto Arquitetônico II (trata-se de uma disciplina do meio do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, quarto semestre de um total de dez.), com o colega professor Fernando Fuão (Professor Titular, Departamento de Arquitetura; Faculdade de Arquitetura; UFRGS; Porto Alegre; Brasil), diretamente em ocupações urbanas (até 2022 na Ocupação Ksa Rosa, Bairro Floresta, e a partir daí na Ocupação Preta Velha, Vila Tronco). A experiência tem sido sensibilizar e capacitar estudantes na atuação de problemas reais em ocorrência nas cidades contemporâneas. Compreender aspectos escamoteados das zonas urbanas, como injustiças, desigualdades e ingerências. E resolver, mediante a atividade de projeto arquitetônico, demandas das populações ligadas a seus espaços de vivência. A extensão age como reforço e apoio da graduação, trazendo estudantes de arquitetura e urbanismo mais avançados e de outros campos de conhecimento, para encaminhar a conclusão de projetos iniciados na graduação.

² Professor Associado, Departamento de Arquitetura; Faculdade de Arquitetura; UFRGS; Porto Alegre; Brasil.

use of resources belonging to the surreal conceptual dimension of this emerging pattern. The aim is to discuss the irrational, the illogical, the magical, the surprising that are present in these proclamation architectures as aspects of criticism of Modern Capitalistic and Colonizing Reason. The final objective is to present the suburban transcolonial architectural regime as a possibility of overcoming the inequality of cities, and perhaps of Modernity itself. Therefore, one of the fundamental conditions of the 2030 Agenda, which aims at sustainable and inclusive development.

Keywords: architecture, city, surrealism, modernity, transcoloniality.o.

Preâmbulo

A “transcolonialidade” é aqui percebida como presença obrigatória e constante a atravessar, transpor e transpassar todas as dimensões do manejo, organização e desenvolvimento sustentável-inclusivo pretendidas pela Agenda 2030. O transcolonial é visto como parte do acervo arquitetônico fundamental da periferia das cidades. A transcolonialidade serve como uma lente que foca sobre o periférico, faceta irrecusável das cidades. Pretendeu-se escamotear a periferia durante muito tempo. Esquivar sua feiúra, evitar sua sujeira, desviar suas feridas, doenças, e pobreza. Hoje, mais da metade dos oito bilhões de pessoas do mundo vivem em cidades. Destes quatro bilhões, um quarto vive em condições de periferia. Até 2050, a estimativa é de que a concentração nas cidades se aproxime de 80% do total. Portanto, não se trata apenas de “reduzir”, “remendar” e “limpar” a periferia, mas sim compreendê-la. Entender os manifestos arquitetônicos das periferias: os exemplos de transcolonial, que têm a relevância de servir de base para a plena identificação cultural e estética coletiva de suas comunidades. Todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 30 são permeados pela transcolonialidade. E todos os ODS parecem gravitar em torno do ODS 11, que aponta para cidades inclusivas, sustentáveis e justas.

Um neologismo como “transcolonialidade” tem um objetivo muito específico: recorrer, aproveitar e explorar a coragem, a gana daqueles que usam a qualificação transgênero em nossa atualidade de século XXI. Não existe grandeza maior do que o destemor de milhares ou talvez milhões de pessoas pelo mundo que aceitam tal conceito como suas próprias auto definições e automaticamente se posicionam em guarda contra um mar viscoso de maldades, incoerências e ataques. Ser *trans* é se assumir como ser-manifesto, como corpo-manifesto. É se deixar penetrar na dimensão simbólica do corpo e do ser, explorando sua representação, cerzindo e suturando imagens numa performance que traduza aquilo que é incompreensível para a maioria. Significa gritar para a sociedade, sacudi-la, mostrando a importância premente desta compreensão. Todos nós colonizados, ao recusarmos a opressão colonizadora tornamo-nos “trans”, convertemo-nos em “transcolonizados”, porque não nos identificamos como o enquadramento colonizador. Sob o prefixo “trans” se desfazem os gêneros masculino e feminino, de discursos rançosos e bolorentos, e emerge uma identidade política, combativa, cheia de esperança. O olhar colonizador é assumido sendo desvirtuado. O transcolonial é a nova virtuosidade resistente ao ódio e ao poder destrutor da colonização, continuamente reinventados e de maneiras sempre diferentes. Sofremos a ação colonizadora, mas desprezamos seu resultado, sua orientação, assim como os transgêneros sofreram imposições absurdas, irresponsáveis e desumanas da sociedade sobre suas próprias experiências internas e individuais de gênero. “Trans”, no caso, quer dizer “coragem de aceitar respeitosamente o que cada um quer ser. Abraçar, acatar o que cada pessoa diz que é.” Somos transcolonizados quando abandonamos ou transfiguramos o corpo colonizado em outra coisa ou noutras coisas. Se quer falar então dos corpos humanos e da corporalidade dos edifícios e espaços urbanos das vivências periféricas de nossas cidades mediante uma verve transcolonial. Queremos ser capazes de ler na materialidade das construções populares o manifesto arquitetônico



transcolonial que nelas se esconde. Portanto, é necessária uma inversão de pauta: ao invés de desprezo dirigido a tudo que é comum e ordinário nas zonas urbanas pobres, que tanto usuários das cidades modernas, quanto arquitetos e urbanistas tenham a capacidade de reverenciar, considerar, honrar, venerar e admirar seus arranjos e ímpetos arquitetônicos. Que aprendamos com as comunidades marginalizadas para que, assim, nos capacitemos a apoiá-las. Ganha vulto a costura de nova expressão de colonialidade, que faça com que sejamos o que quisermos e pudermos ser. Elocução que contenha resposta sociocultural compatível de arquitetura moderna para os grandes contingentes populacionais que vivem nos ambientes suburbanos de nossas cidades. “Sonhos transcoloniais” remete à onipolítica³ e ao surrealismo, à constituição de uma (*trans*) cidade sonhada pelas comunidades desfavorecidas.

Cabe dizer ainda, antes de avançar no texto que, mesmo se tratando de uma crítica à prática colonial eurocêntrica, muitos aspectos da Europa e de sua história exigirão nossa análise e crítica, mesmo que impregnados por um olhar “transcolonizado”.

³ O termo “Onipolítica” decorre das atividades acadêmicas das colegas professoras do Instituto de Psicologia da UFRGS, Cláudia Perrone e Rose Gurski, que atualmente se encontram também atuando na Ocupação Preta Velha (ver nota 1). As professoras-pesquisadoras propõem a reflexão sobre a existência de uma política do desejo que combina a psicanálise iniciada por Sigmund Freud (1856-1939) com o pensamento de Walter Benjamin (1892-1940). Referem seu trabalho como “dimensão sócio-política do sofrimento de grupos sociais historicamente marginalizados”. Para esta efetivação constroem pontes entre a escuta psicanalítica, a universidade e o espaço público, mais recentemente focando sobre a narrativa dos sonhos. Compreende-se grande o potencial para o trabalho conjunto entre uma proposta integrada de trabalhos pesquisa-extensão de transcolonialidade associada ao surrealismo em arquitetura e da onipolítica em psicologia.

Moderno e Modernidade

Sendo a crítica arquitetônica e urbanística aqui produzida dirigida ao “Moderno”, torna-se necessário destacar uma específica e justa qualificação do termo e de outros correspondentes como “Modernidade” e “Modernismo”.

A compreensão do “Tempo Moderno” remete hoje a múltiplas e diferentes possibilidades. Temos convivido com o entrecruzamento de periodizações historiográficas tradicionais e outras identificações de momentos, etapas, fases, estágios, épocas, tempos, eras, ciclos. Tradicionalmente, a Idade Moderna é parte de uma cronologia histórica em que é antecedida pela Pré-história, Idade Antiga (Antiguidade), Idade Média e sucedida pela Idade Contemporânea. Em tal linha de tempo, a Idade Moderna teria como evento demarcador inicial, o ano 1453, em que a Europa sofreu violento trauma social, cultural, econômico e político com a perda de Constantinopla (atual Istambul) pelos europeus para os turcos otomanos. Esta época teria seu final delimitado pelo ano de irrupção de outro evento de profundos efeitos, a Revolução Francesa, em 1789. Obviamente tais demarcações não devem ser usadas como balizas absolutas, são mais sinalizadores simbólicos. A Idade Contemporânea seguinte chegaria aos nossos dias.

Somado a isto, “Modernidade” é outra referência idealizada por historiadores que não corresponde exatamente à “Idade Moderna”. Usualmente a Modernidade é tida como iniciando nos séculos XVII e XVIII, com o *Iluminismo* e a *Supremacia da Razão*⁴, e findado ao final na Segunda Grande Guerra ou (noutras perspectivas) nas décadas de 1980 ou 1990. Neste texto e na pesquisa maior a que se submete, estes parâmetros não serão seguidos. Idade Moderna e Modernidade serão aqui tratadas como sinônimos e constituirão os últimos quase cinco séculos de história da Europa e suas relações coloniais, englobando inclusive o tempo presente em que vivemos.

O motivo desta definição e equiparação entre moderno e modernidade é a identificação dos acontecimentos do *Capitalismo* e da *Razão (Logos)* que os acompanharam como principais acontecimentos e desenvolvimentos históricos. O binômio *Capital* e *Razão* constituiu tanto a colonialidade quanto a Idade Moderna/Modernidade. Tais qualificações identificaram estes últimos cinco séculos. A colonização foi a ação política e econômica de nações europeias de raptos das riquezas das colônias que cobriam a totalidade do continente americano, quase totalmente o continente africano e parte do continente asiático. Principalmente mediante os efeitos da colonização *Capital* e *Razão* se uniram como componentes de um amálgama explosivo que resultou infinitamente poderoso e destrutivo. Essa aliança insólita e fulminante é a nossa Época Moderna ou Modernidade. Modernidade é então o período de séculos em que a *bomba* está sendo montada e ativada, e cujos respingos de resíduos nocivos têm atingido principalmente as massas populacionais desfavorecidas. Acontece, que é chegado o momento fatídico em que esta montagem conduziu à exaustão de todos os recursos energéticos naturais, e este quadro passa a ameaçar também o pequeno grupo de favorecidos até agora. A *Razão*, o *Logos*, é o componente da liga, mediante a qual não podem cessar os avanços de uma tecnologia cada vez mais destrutiva da natureza (e, como consequência, das condições da vida humana, animal e vegetal no planeta). Assim, a *Razão*, que tende a ser lida e apresentada teórica e filosoficamente em seus

⁴ A palavra *Razão* tem origem na palavra latina *Ratio* e na palavra grega *Logos*, que significam reunir, juntar, medir, calcular. *Razão* é o uso do pensamento e das ideias, que é ligado ao comportamento de época. Exemplos diferentes são a mais comumente estudada *Razão* dialética da aristocracia grega na Antiguidade, mas que não deixou de conviver com uma *Razão* militar e expansionista. E a *Razão* que principalmente trataremos aqui, a *Moderna*, que será em sua essência disciplinadora, desigual, produtivista, capitalista, progressista, competitiva. Para cumprir tais objetivos esta *Razão* não terá dificuldades de se tornar policialista, militarista e excessivamente cruel.

aspectos positivos, não é necessariamente parte de um procedimento de construção para o bem comum da comunidade global, é muito mais uma metodologia, que serve a propósitos muito pouco humanizadores. É parte de uma estratégia de “racionalização” de procedimentos, disciplinamento, condicionamento, automatismo e, finalmente, industrialização dos comportamentos. Tudo isto em nome do *Capital*.

E, detalhe muito importante, neste modelo, o capital gerado forçosamente pertence e é destinado a poucos. A desigualdade é um aspecto determinante do dispositivo da Modernidade. Existe uma maioria absoluta que trabalha e ativa a máquina moderna, a faz funcionar, e que é muitas vezes profundamente miserável. Pessoas mantidas na ignorância de seus reais direitos e tendo apenas parte de suas mais básicas necessidades vitais atendidas. E, de outro lado, existe também uma minoria absoluta que apenas usa e esbanja para si as imensas sobras de riqueza. A compreensão neste ponto é a de que somente será superada a Modernidade quando tal tensão for dissipada e o dispositivo destruidor desarmado. A Idade Moderna é um período de profunda ignorância e atraso em que a civilização humana trabalha em favor de sua própria eliminação. Encontramo-nos em plenas vias da consumação disto.

Dessa maneira, compreendemos a validade crucial aqui de desenhar este grande ciclo da Modernidade que se inicia com o aparecimento concomitante da burguesia e do capitalismo na Europa. A *Razão*, que vivia enredada e aprisionada nos estritos condicionamentos da religião cristã medieval, inicia a ser libertada justamente do alvorecer da Modernidade. Sabemos que este processo foi e ainda é progressivo e desigual, porque ainda hoje existem lugares e comunidades que vivenciam o atrelamento da *Razão* a credices e fantasias. Mas, a partir deste ímpeto libertário da *Razão* há quase cinco séculos (mais ou menos no tempo de germinação do *Capitalismo*), logo foi ouvido (questão de décadas ou no máximo um século) em todos os lugares o estampido de sua união sonora com a *Ciência*. A este processo filósofos deram o nome de “autonomização da *Razão*”⁵, ou seja, o seu desprendimento do viés religioso. Dessa maneira, o motor da *Razão* é ativado e sob sua influência a Modernidade se caracteriza por se constituir neste dispositivo tenebroso, que tem a perfeição performática de um moto contínuo, o *perpetuum mobile*, a bomba de movimento perpétuo que promete, se compromete competentemente com o fim da humanidade. Sobre isto, de maneira irônica, mas ao mesmo tempo com perspicácia impressionante e muito perturbadora, ainda no século XIX, Nietzsche apontou o homem Moderno, o homem da Modernidade, como o *último homem* (Giacóia Junior, 1999, p. 6). Zombeteiramente, para ele, o homem Moderno é o homem da tranquilidade ignorante, da passividade simplória, da “pacífica felicidade das verdes pastagens” (idem). Tudo está bem para este homem fechado para o outro porque nele são vitoriosas as pequenas políticas, são bem-sucedidos os feitos vulgares e são triunfantes as ideias desprezíveis. Este é o homem anônimo de corpo e mente afeitos à produção e ao consumo em grandes escalas (idem).

Esta *Razão* perfaz uma genealogia que emerge lentamente por volta do século XV europeu, com a instalação e a novidade do trabalho dos primeiros capitalistas (antigos camponeses e vassallos do regime feudal em decadência, tornados financistas) nos burgos ainda medievais. A *Razão* vai gradualmente aumentando sua sugestão de velocidade ao passar pelos sucessivos tempos diferentes. Se acelera em sua emergência no mercantilismo e humanismo renascentista das caravelas e se torna ainda mais rápida, ao novamente emergir numa formatação “racional”, no científico século XVII de Descartes, Leibniz e Newton. A *Razão* aperta sua cadência ainda mais no Iluminista século XVIII de Kant, Hegel e Rousseau e explode freneticamente sua

⁵ Por exemplo, o filósofo holandês Herman Dooyeweerd (1894-1977) vê a “autonomização da *Razão*” como uma proposição crítica de construção filosófica.

agilidade do apogeu mecânico e industrializado dos séculos XIX e XX. Finalmente, esta *Razão*, chega aos nossos dias, em sua última conhecida emergência, ao quase inacreditável momento dos compartilhamentos em tempo real de dados e imagens digitais de qualquer lugar do globo terrestre. É o *Capitalismo* de tempo zero dos *bitcoins* e criptomoedas dos séculos XX e XXI. Aqui o disciplinamento não é mais física e materialmente imposto, mas auto imposto. As pessoas escolhem (são sugestionadas a se prender de telas de celulares, tablets, notebooks e PCs de diversos tipos a maior parte de seus tempos. Zygmunt Bauman (1925-2017) refere estas últimas fases da Modernidade como *Modernidade Sólida* e *Modernidade Líquida* (Bauman, 1999). Nesta última fase, atualmente vivida, pessoas de todas as classes sociais lutam pela oportunidade de ter e usar estas tecnologias. É muito comum observar nos subúrbios das cidades atuais, pessoas desfavorecidas, com dificuldade de viver suas vidas, indistintamente, quase sempre fazerem uso de celulares. A *Razão* veiculada dessa maneira desinforma ou informa enganando. Ajuda a constituir aberrações como seitas e bolhas populacionais de credices, superstições, preconceitos e fanatismos. Nestes casos, a conveniente veiculação de uma nova *Razão* colada a religiões cumpre missões capitalísticas. Os trabalhadores são mantidos em sua ignorância completa, circunstância valiosa para a destinação correta das riquezas para as mãos dos sempre mesmos e poucos detentores do poder.

Até quando a humanidade suportará isto?

Modernismo

Igualmente é preciso esclarecer o significado de *Modernismo*: diz respeito a um conjunto de práticas e movimentos culturais, escolas e estilos de pintura, escultura, arquitetura, design, literatura, teatro e música que ocorreram no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Tais movimentos e estilos não foram unificados, ao mesmo tempo que alguns convergiram, outros se afastaram e até se opuseram. Os discursos e manifestos modernistas proclamavam que as formas “tradicionais” do passado das artes plásticas, da literatura, do design e da arquitetura haviam sido ou deveriam ser superadas. Para estes ativistas e artistas era urgente e vital a criação de um novo sistema formal que viesse substituir outras formas ultrapassadas.

A *Razão* Moderna agiu aqui no sentido de simplificação das formas em muitas das manifestações artísticas. Esta sintetização das formas, recurso a formas geométricas básicas conhecido também como *Racionalismo* (se evita *Razão Racionalista* ou *Razão Racionalizada* por constituir pleonasma), aconteceu indistintamente na escultura, artes visuais, design e arquitetura.

Do ponto de vista desta pesquisa este talvez seja o momento da assunção de um dos formalismos mais literais, evidentes e explícitos já idealizados pelo homem ocidental. Formas e geometrias descomplicadas foram buscadas e pesquisadas, antes apenas reconhecidas em padronagens de pinturas corporais e tatuagens de povos originários, padronagens de tecidos e tipologias cerâmicas medievais. O formalismo e geometrização elementares que apareciam antes como detalhes estéticos periféricos, adjacentes e coadjuvantes, assumem paulatinamente, na sociedade Moderna Ocidental, não só o protagonismo de representação de seus espaços de vivência, mas da própria autorrepresentação geral de sua cultura (artes bi e tridimensionais, literatura e poesia). A *lógica racionalista* desta *Razão* Moderna (*Modernista*) talvez seja o principal motivo pelo qual Formalismo Russo, Construtivismo, Modernismos europeus, Gestalt e Estruturalismo foram tão intimamente implicados.

A arquitetura, focada isoladamente, e assim como as outras manifestações artísticas, também compreendeu uma gama variada de ativismos, movimentos e escolas desde

o século XIX e na primeira metade do século XX. Algumas destas práticas igualmente foram chamadas modernistas ou, de maneira mais vaga, de arquitetura moderna. Como em outros movimentos das artes, na arquitetura aconteceram práticas diversas que se aproximaram e se distanciaram. Aqui a *Razão Moderna* já era impositora de padrões transformadores visíveis desde o planejamento e construções de cidades entre o final do século XVIII e início do XIX. A aplicação e expansão da industrialização e a ampliação das migrações campo/cidade em regiões inicialmente europeias e depois no mundo todo, gradualmente conformam um amplo cenário de modificações sociais, culturais e técnicas. Decorre do modelo Moderno "*Capitalismo e Razão*" de qualquer período a necessidade óbvia de reduzir os custos das construções para as novas e grandes hordas de imigrados, de produzir artefatos, instrumentos, móveis e dispositivos industrializados em quantidade, simplificados, padronizados e com facilidade de uso. Os próprios armazéns e silos de fábricas, passam a ser referências arquitetônicas para novas maneiras de pensar a organização de espaços sociais e culturais das cidades. Esta linguagem produziu a limpeza de ornamentos de fachadas e platibandas, muito usados nos séculos anteriores (no renascentista XVI, no barroco XVII, no classicista XVIII e no eclético XIX). O cubismo das vanguardas pictóricas foi a base que inspirou e condicionou o regime arquitetônico das cidades. A síntese produzida em 1928 no pavilhão alemão para a Feira Mundial de 1929 em Barcelona, de autoria de Ludwig Mies van der Rohe e Lilly Reich, poderia ser referida como exemplo simbólico deste "cubismo arquitetônico" (que se reflete ainda hoje).

Assim, no tempo de transição dos séculos XIX e XX, a *Razão* construtiva na arquitetura decorrente desta *racionalidade* precipita mudanças profundas nas cidades. Por volta de 1920, na Alemanha, França, Estados Unidos e Rússia e em muitos outros lugares, por força da necessidade de empreender a reconstrução das cidades após a Primeira Grande Guerra, eclodem iniciativas que vão conformar o futuro ideário arquitetônico e urbanístico moderno. É criada na Alemanha neste período uma das escolas de arquitetura e design mais emblemáticas de todos os tempos, a Bauhaus, precursora do Modernismo. É famoso o resultado da ação *racional* do design revolucionário Bauhaus que disseminou linhas e formas simples e orientadas pela funcionalidade em objetos domésticos, arquitetônicos e urbanísticos.

Oito anos depois (1928) a convergência de todos os esforços é buscada mediante os CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna). A partir daí o formalismo modernista será levado a todos os confins do mundo. O Estilo Internacional como foi chamado tinha alto componente político (seu sentido era melhorar a vida das pessoas e aumentar as oportunidades sociais e econômicas) e foi apregoado aos sete ventos (e ainda continua a ser) como: "o renascimento da arquitetura social". Esta arquitetura modernista influencia ainda hoje a maneira como arquitetos, urbanistas, professores e estudantes de arquitetura pensam o uso do espaço e compõem seus projetos arquitetônicos e urbanísticos em suas escalas mais variadas. A estrita *Razão Arquitetônica* hegemônica é, em todo este tempo, uma *Razão Modernista*. Vivemos uma realidade retrógrada, atrasada, identificada com uma *Razão* arquitetônica envelhecida, mais que secular, em que as principais escolas e faculdades de arquitetura do mundo ainda ensinam projeto arquitetônico e planejamento urbanístico sob moldes de inspiração *Modernista*. Estes "projetos" são pertencentes a uma metodologia gráfica e conceitual que traduz como "receita" o pensamento *racionalista*.

A *Razão Arquitetônica Modernista* atendeu e ainda atende muito bem à, mais geral, *Razão Moderna*. Até porque muitos dos prédios construídos em nossos centros urbanos foram e são parte de uma estratégia capitalística de especulação imobiliária. Ou seja, são espaços criados para não serem habitados ou usados, apenas para servirem de objetos de compra e venda. São artigos quase que exclusivamente direcionados ao negócio. É claro que a maioria esmagadora das populações fica excluída destes jogos.

Nem fica sabendo deles. Apenas participa de fora, olhando-os a distância em suas andanças pela cidade, observando sem entender os gigantes arquitetônicos frios, vazios e sem vida.

Existem, claro, os defensores do antigo sistema de exclusões e de divisão desequilibrada de riquezas. Claro, que os poucos que detêm o poder não querem perdê-lo. Mas, como estes grandes ricos são poucos, quem efetivamente defende o "Binômio Capital e Razão Moderna" no mundo todo, quem faz o corpo-a-corpo, o "trabalho de formiga", são as legiões de profissionais liberais e de servidores públicos de classe média que, ou são satisfatoriamente remunerados para fazê-lo, ou são temerosos de que uma revolução de costumes os deixe em piores circunstâncias. Todo um mundo de argumentações é elaborado nesta proteção. Acontece que a formação profissional mais antiga, conservadora, detinha (em alguns lugares infelizmente persiste em acontecer) integralmente todas aquelas qualidades da *Razão Moderna*. Eram (são) segregacionistas, empregados devem usar uniformes, muitas vezes humilhantes. Não devem participar da vida dos patrões, aliás ninguém de poucas posses deve. Porque são sujos, malvestidos e desagradáveis. Os lugares em que moram também são parte de uma *Razão* segregadora, devem ser limpos, ter árvores podadas, gramados perfeitos, jardins organizados e a estrutura de suas casas é irrepreensível. A *Modernidade* veiculou um sonho de pureza, de limpeza, um mundo alvo. Não há lugar para o encardido, para o imundo. Por isso os desfavorecidos moram longe. Em seus bairros não há infraestrutura, ruas não têm pavimentação, tampouco sistemas de esgoto e muitas vezes não há luz. Esta casta de profissionais conservadores mais antigos (mas que se renova) acreditava (acredita) que tudo isto está correto. Estas pessoas imundas devem ser afastadas de suas residências. Existem grades e muros para esta proteção e as ruas dependem do olhar vigilante e permanente de policiais.

Quem tem 60 anos hoje lembra bem da predominância destas situações há apenas 30 anos atrás (mas não desapareceram totalmente). Neste procedimento de acordo com a *Razão Moderna*, os profissionais graduados em universidades (conhecidos em nossa sociedade como "doutores") tinham (têm) o conhecimento absoluto de seus campos (o que é ridículo), impondo suas concepções em formulações criativas que não poderiam ser desrespeitadas ou questionadas por pessoas de pouco estudo. O ensino de arquitetura tradicional hoje vigente infelizmente pertence em parte a esta mentalidade fundada na *Razão Moderna*. Ainda são citadas qualidades *Modernistas* como parâmetros da "boa arquitetura", atualizada e sofisticada. Até hoje muitos professores pesquisadores mantêm o que aprenderam de seus mestres e repassam a seus "alunos" (para eles de etimologia adequada, considerados sem *lumni*, estudantes sem luz; que chegariam sem saber absolutamente nada e devem aprender tudo de seus professores que sabem tudo). Estes estudantes são preparados para obterem inspiração de *pop-stars* da arquitetura global, de tipos de arquitetura muitas vezes descontextualizados para suas regiões. São formatados para serem substitutos destes grandes personagens bem-sucedidos. E a metodologia de trabalho muitas vezes ainda incentivada para o seu ofício após sair dos bancos universitários é a de escritórios de arquitetura, onde exercem estes papéis demiúrgicos. Estes profissionais graduados entendem que devem ser respeitados, mas que não precisam respeitar. Aliás era (é) muito comum o uso de escárnio e zombaria dirigido a comunidades desfavorecidas. São competitivos, e, neste sentido, consideram que os pobres são perdedores, maus competidores, seres de pouca inteligência e incapacitados para vencer. São acumuladores e patrimonialistas, as riquezas são suas e de mais ninguém. Quanto mais tiverem, melhor se sentem, mais tem com o que simbolizar o *status Capital* e *Razão Moderna*. Possuem muito mais do que são capazes de usar ou mesmo conhecer (nem sabem o que têm). Muito do que têm não é usado, imóveis vazios, automóveis parados, mas são objetos seus, ninguém pode pensar em usar.

O *Modernismo Arquitetônico* foi (e continua a ser) uma arquitetura pensada como solução sob a influência estrita e para dar conta do binômio *Razão e Capital Moderno*. É parte da história, mas deveria ser passado, usuários não devem jamais ser obrigados a experimentar projetos unilaterais, apenas pensados por pretensos deuses arquitetos e urbanistas que se imaginem conhecedores de todas as circunstâncias possíveis. Hoje, após conhecermos toda a história da *Racionalidade Moderna*, do disciplinamento dos corpos, da domesticação de hábitos, como profissionais, docentes e pesquisadores de arquitetura não seria mais possível admitir tais proposições. Também não é humana a arquitetura de inspiração Modernista pensada padronizada para os grupos desfavorecidos, os chamados conjuntos habitacionais. Mesmo o formalismo simplificado (mas tido como de geometria sofisticada) do Modernismo tem formulações diferenciadas conforme o padrão social do usuário. Caso seja um intelectual ou um bilionário capaz de ler as intenções do gênio projetista a arquitetura pertence a um campo de formulação, caso seja dirigida a populações carentes outras tipologias são usadas. Jogos complexos de volumetrias que possam ser importantes na definição de espaços humanos somente são dirigidos ao alto da pirâmide social. Quando o *formalismo Modernista* é dirigido a conjuntos habitacionais a primeira e mais importante regra é a padronização, a serialidade, a repetição de formas e elementos arquitetônicos. A expressão é baixa e a simbologia displicente, levando a uma baixa articulação espacial para motivar interesses de uso. Não há interesse algum dirigido a demandas naturais de usuários neste tipo de arquitetura, nem de solucionar aspectos socioculturais ou tampouco suas dimensões econômicas ou políticas. As pessoas não são chamadas a ocupar as ruas. Inexistem praças e parques. A arquitetura é pensada como um conjunto inesgotável de caixas nas quais serão alojadas pessoas sem alma. Depositados corpos, não seres vivos. Em nada, estes lugares são familiares, ou lembram outros locais afetivos dos passados destes usuários. Facilmente, diante de tais condições o tecido social se corrói e a gestão passa para as mãos de bandidos e traficantes de drogas.

Mas, por que mesmo entendemos ser extemporânea esta *Razão Arquitetônica Modernista*? Porque há muito pouco tempo atrás se constituiu uma *crítica, Razão Crítica interna à Modernidade* que está crescendo e se fortalecendo. Esta *Razão crítica* é o que Enrique Dussel⁶ chama *Ética da Vida*, nova *Razão* que deve substituir a *Ética do Lucro*. É desta perspectiva que participamos e mediante a qual somos capazes de apontar várias questões problemáticas. A *Crítica à Razão Moderna* em nossos dias tem lugar justamente porque os valores balizadores da *Razão* mudaram. Há muito poucos anos vivemos uma crítica generalizada a estes padrões do *Binômio Capital e Razão Moderno*. Alguns dos pensadores que dão suporte a este movimento de crítica são, além do recém citado Dussel, os peruanos José Carlos Mariátegui (1894-1930) e Aníbal Quijano (1930-2018); o martinicano Frantz Fanon (1925-1961); os franceses Gilles Deleuze (1925-1995) e Jacques Derrida (1930-2004); o brasileiro Paulo Freire (1921-1997); mais recentemente, o argentino Walter Mignolo (1941-____) a italiana Silvia Federici (1942-____), o krenaque-brasileiro Ailton Krenak (1953-____) e a norte-americana Judith Butler (1956-____). Neste sentido, não são mais, ética, moral ou racionalmente, admissíveis racismos dirigidos à cor de pele ou desrespeito de culturas diferentes. Todos devemos ser iguais perante a lei⁷ perante essa emergente *Ética da vida, crítica da Modernidade*. Os povos originários devem ser acolhidos e respeitados. Devemos aprender com eles. Não deve haver valorizações entre sexos diferentes ou entre opções de gênero sexual⁸.

6 Enrique Dussel (1934-2023) foi um filósofo argentino radicado (exilado) no México.

7 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, já enuncia este direito, que na realidade, inacreditavelmente, ainda não foi efetivado totalmente.

8 Aqui adquire grande importância a teoria *queer* (do inglês: queer theory), campo da teoria crítica pós-estruturalista que surgiu no início da década de 1990 abordando questões sobre orientação sexual e

Segundo esta *Crítica da Razão Moderna* ou *Ética da Vida*, Alunos não são seres “sem luz”, são pessoas detentoras de seus próprios repositórios de conhecimento e a sala de aula é um lugar de troca de discussões respeitadas entre todos. Onde professores e estudantes aprendem indistintamente. Da mesma maneira, participantes de comunidades desfavorecidas devem ser respeitados. A relação universidade e regiões suburbanas deve ser de aprendizado recíproco. A universidade não existe para amassar populações com conhecimentos prontos. Precisa identificar valores reais de pessoas reais e articular ações que possam dar apoio e transformar conforme a vontade, as demandas daquelas populações. Este tem sido o esforço das atividades de graduação e extensão que temos promovido em ocupações urbanas da cidade de Porto Alegre.

Cidade e arquitetura surrealista

É muito instigante que o Surrealismo em sua origem seja justamente um movimento artístico que se contrapôs à *Razão Moderna*, ao seu *racionalismo* e ao que constituía a *materialidade modernista*. Criticavam o aspecto redutor, simplificador da estética modernista, suas práticas progressivamente pragmáticas, excessivamente disciplinadoras das malhas urbanas, desdenhosas de características locais. Em 1924, o então dadaísta e escritor francês André Breton (1896-1966) rompe com o líder do movimento Tristan Tzara (1896-1963) e lança o *Manifesto Surrealista*, com sua peculiar maneira de encarar a arte:

“Automatismo psíquico puro pelo qual se propõe exprimir, seja verbalmente, seja por escrito, seja de qualquer outra maneira, o funcionamento real do pensamento. Ditado do pensamento, na ausência de todo controle exercido pela Razão, fora de toda preocupação estética ou moral”⁹.

Não se trata aqui de uma adoção direta e ortodoxa das orientações surrealistas. Não haveria sentido em produzir poeticamente uma arquitetura que siga um “automatismo psíquico puro”, “sem controle da Razão, sem preocupações estéticas ou morais”. Estas eram máximas de seu manifesto. Tinham dimensão política na época, mas seriam inadequadas se adotadas levemente ao pé da letra em qualquer tempo pelo campo da arquitetura. Mesmo assim, nos acrescenta em compreensão de sua postura política o comentário proferido por Salvador Dalí em 1935:

“Nossos contemporâneos, sistematicamente cretinizados pelo maquinismo e pela arquitetura de autocastigo”¹⁰.

Obviamente, quase cinquenta anos depois do Manifesto de Breton, Gordon Matta-Clark (1943-1978) não tinha interesse em se auto intitular um surrealista em seu período de atuação na década de 1970. Mas, se pode falar de uma aproximação, devido a sua dimensão eminentemente crítica, surpreendente, inusitada, irracional de suas obras de artes sempre realizadas sobre objetos arquitetônicos abandonados, o que foram chamados “building cuts”. Nestes edifícios em vias de destruição Matta-Clark compunha cenários removendo partes do piso, teto e paredes dos andares. Pela impossibilidade de uso arquitetônico de seus produtos de arte, estamos falando mais de um tipo de

identidade sexual ou de gênero dos indivíduos. O termo “teoria queer” está amplamente associado ao estudo de minorias sexuais (LGBTQIAPN+) e à teorização de gênero, e práticas sexuais que existem fora da heterossexualidade e que desafiam ou subvertem a noção de que a heterossexualidade é a norma.

9 Breton, 1924, p. 10.

10 Dalí *apud* Ramirez, 1983.

escultura, ou colagem do que de um resultado arquitetônico surrealista. Mas, Matta-Clark se credencia num domínio de avizinhamo às proposições surrealistas de sonhos, de impacto, de insólito, de mágico. Parte fundamental da proposição artística de Matta-Clark era o momento fotográfico em que compunha, desconstruía, colava de maneiras expressivas as imagens fazendo que ganhassem ainda mais em termos de inusitado, de choque visual. Hoje se abrimos o Pinterest existe uma legião de fotógrafos anônimos que se aventuram em composições fotográficas digitais de arquitetura numa linha semelhante a de Matta-Clark. Claro que nestes casos as alterações, inversões, cortes e colagens são apenas recursos de computador, efeitos gráficos que Matta-Clark morreu sem ter visto ou conhecido. As possibilidades somente fotográficas ou com adaptações via computação gráfica são infinitas. Os surrealistas não chegaram a conhecer tais ferramentas. Mas, elas dão competentemente o tom contemporâneo dos pensamentos de Breton e amigos.

Os professores Robert C. Ponge¹¹, linguista, e Nara H. N. Machado, arquiteta¹², propõem em seus múltiplos e importantes escritos sobre o surrealismo que os próprios surrealistas não tiveram um programa ou teorização expressa sobre intervenções em arquitetura e no urbanismo. Os surrealistas do início do século XX sabiam das limitações de exequibilidade de sonhos em termos espaciais. Apesar de criticarem a cidade Modernista nunca propuseram cidades surreais. No entanto, referem também os dois professores que, mediante textos, fotografias e desenhos aqueles surrealistas históricos propuseram preferências ambientais e expuseram certa relação com o fantástico, o mágico, os sonhos como ingredientes espaciais e formais da cidade de Paris (o palco da origem deste movimento). O olhar destes ativistas, no impulso de encontrar ambientes e monumentos constituintes de uma surrealidade, repousou sobre cenas muito variadas e por motivos diversos. Mercados, empórios, secos e molhados por exemplo, foram seu alvo, provavelmente pela variabilidade de produtos, pela ordem insólita de coisas diferentes à venda, dentro e fora de espaços fechados. As feiras com suas profusões de antiguidades, curiosidades, moedas, selos, louças, relógios, roupas, e muitas outros objetos e utensílios, tudo exoticamente colocado lado a lado. Os mercados de Les Halles e das Pulgas em Saint-Oen são exemplos parisienses disto. Também as galerias e passagens cobertas de Paris, tradicionalmente encimadas por grandes telhados translúcidos, de certa maneira, repetiam este interesse dos mercados e empórios. Estas passagens foram idealizadas para restringir o uso e passeio a aristocratas e personagens da moda parisiense. Seus ambientes limpos e requintados impediam que estes selecionados usuários se misturassem ao povo e sujassem seus caros sapatos na lama das ruas. As galerias acrescentavam experiências ambientais, dada a influência cromática do vidro nas diversas¹³ fases do dia e sob condições atmosféricas diversas. Nas galerias, assim como nos mercados, chamam a atenção as formas inusitadas e as conformações espetaculares, lúdicas e oníricas. Talvez o olhar diferenciado e os sentimentos extravagantes de Breton e seus contemporâneos fosse também o calor e o burburinho das pessoas que buscavam comprar artigos ainda por serem descobertos. Sempre há uma surpresa entre o objeto buscado e o finalmente adquirido numa feira. Como nos mercados, nas galerias, a organização e exposição das mercadorias para venda, por si só produz um universo de sonhos, onde os olhos viajam, o olfato experimenta diferentes odores e as opiniões exclamadas tão diversas são completamente mimetizadas com o sempre único caminhar entre estandes.

A Torre de Saint-Jacques é também exemplo de suas indicações, mas por outros motivos, provavelmente surpreendia pela imponência. Se trata de um objeto destacado

11 Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e docente convidado, pesquisador e orientador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

12 Professora titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC/RS, Porto Alegre.

13 Ponge, Machado, 2003, p. 424.

na paisagem urbana. A antiga torre do século XVI com seus rendilhados góticos e aberturas ogivais é tanto um monumento quanto um mirante, acessado por uma pequena escada enclausurada e escondida numa das paredes. A experiência de olhar a cidade de cima é mágica, a vertigem é um sentimento que embriaga, remete à fuga da *Razão*. E certamente, a proposta de um prisma vazio interno muito alto, aberto a grandes janelas de baixo a cima, suscitava um ambiente de sonhos. Certamente, na Paris de 1924, época dos surrealistas, a torre era muito impactante.

Outras referências surrealistas são porta de Saint-Denis, a Praça Dauphine, na île de la Cité e o Parque Buttes-Chaumont. Que portal é este no Boulevard Saint-Denis, que leva de nenhum lugar para lugar nenhum? Com requintes de acabamento, o magnífico portal arquitetônico clássico foi autoria do conhecido arquiteto François Blondel (1618-1686). A simetria quase absoluta, o arco pleno que enquadra a perspectiva do bulevar através do portal são convites às divagações e sonhos surreais. Na Praça Dauphine, a formatação inusitada, não usual, de largo triangular delimitado por fachadas de edificações do século XVII suscita também uma ambientação mágica, algo de sombrio e escondido. Diferente destes dois, o Parc des Buttes-Chaumont (1867)¹⁴ introduz toda uma linguagem de exotismo artificial, misturado à natureza. Pontes, rampas, grutas, cascatas e lagos são produzidos e integradas a uma vegetação exuberante causando um efeito mágico muito apreciado pelos surrealistas parisienses¹⁵.

Paris foi a cidade surrealista por excelência¹⁶. Lá surgiu o movimento e lá viveram seus participantes desde a origem até o tempo das Grandes Guerras. Não produziram uma arquitetura propriamente surrealista, mas indicaram cenários compatíveis com suas ideias. A transcolonialidade guardará similaridades, mas sob uma eclosão completamente distinta.

Transcolonialidade: a surreal arquitetura dos desfavorecidos

Existe em arte o termo pejorativo *naïf*, carregado de designações negativas de menosprezo em relação a uma produção artística, considerada pretensiosa, incapaz, falsa, ignorante e despreparada. A palavra advém do francês *naïve*, feminino de *naïf*, “ingênuo, simples, sem experiência, sem treinamento”, que por sua vez, se origina do Latim *nativus*, “nativo, originário de...”, que nunca se afastou”. Ou seja, a própria etimologia já é carregada de preconceitos. Em síntese, as raízes da palavra indicam com crua honestidade concepção muito clara: *naïf* é um selvagem bruto e incapaz. Com tudo o que um europeu tradicional possa pensar a respeito de um quase sempre atrasado representante de povos originários colonizados. Usualmente a explicação menos antipática é que refere a produção de artistas autodidatas, que aprenderam sozinhos tudo o que sabem de suas expressões pessoais, fazendo com que estas sejam muito originais. O termo ficou conhecido no mercado de arte em 1886, ocasião da participação de Henri Rousseau (1844-1910) no *Salon des Indépendants*¹⁷. A referência a Rousseau é muito importante porque a partir destes eventos a expressão ganhou notoriedade. Independente do tratamento preventivo de grande parte da opinião intelectual e erudita, sua expressão e outras similares ganharam muitos apreciadores.

14 Louis Aragon (1897-1982) descreve passeios noturnos com os amigos Andre Breton (1896-1966) e Marcel Noll que são aventuras poéticas e mágicas pelo Parque Buttes-Chaumont na obra “Le paysan de Paris” (Ponge; Machado, 2021, p. 532-545).

15 Poderiam ser citados também os eventos do Art Nouveau como sendo apreciados pelos surrealistas, chegando ao exemplo máximo da obra do espanhol Antonio Gaudi (1852-1926) em Barcelona. E, finalmente, outro exemplo, é o jardim produzido pelo excêntrico inglês Edward James (1907-1984) no México.

16 Também é verdade que a Barcelona de Gaudi disputa esta distinção.

17 No ano interior havia já participado do *Salon des refusés*.



Desde então foi conhecida esta manifestação como “*arte naïf*”, e tanto a expansão da apreciação quanto do preconceito têm corrido lado a lado, se alternando, sobrepondo. Na expressão da *arte naïf* são identificados padrões gerais recorrentes, que são ao mesmo tempo aceitos e afastados, marginalizados no grande mercado. Enquanto é motivo da admiração de muitos, para outros tantos, *naïf* nem mesmo arte é.

Ocorre que tal manifestação advém de linguagens populares, se identifica com o fazer, o viver, o ser de pessoas excluídas, apagadas da vida social conhecida das cidades. Muitas vezes homens e mulheres diferentes, desfavorecidos, descapitalizados, pobres, apartados, desviados, desautorizados de participar dos eventos mais reconhecidos em sociedade, que são informados pela mídia como sendo o status padrão de qualidade e beleza minimamente dignas. A estética que emerge das manifestações artísticas e arquitetônicas dessa população tornada invisível é diferente, dificilmente aceita, não se identifica com o Binômio *Razão e Capital Moderno*. Enquanto os Modernismos da primeira metade do século XX valorizaram o poder da máquina, da tecnologia, do capitalismo e do progresso, a manifestação que pejorativamente chamaram “*naïf*” procurou ser romântica, original, particular, ligada ao lugar. A *Ética do Lucro* não tem lugar a seu lado.

Em nossa presente formulação crítica recusamos o termo depreciativo “*naïf*” para usarmos o termo “*transcolonial*” comentado na abertura do texto. Sustentamos que não há expressão de estética popular que possa ou deva, em arte ou arquitetura, ser motivo de vergonha, de condenação. O desacordo com a ordem Moderna hoje vigente (e também com o “*Mercado de Arte*” relacionado) com os produtos desta estética popular é parte de uma política sistêmica, de estruturação das coisas nos lugares consagrados da *Modernidade da Razão e do Capital*.

Assim, o que propomos aqui é a convergência de todo um repositório teórico e filosófico de crítica à *Modernidade Colonizadora da Razão e Capital* desenvolvido e aqui comentado desde os pensamentos e discursos de Mariátegui no início do século XX até Krenak e Butler em nosso momento presente, com as manifestações materiais da arquitetura transcolonial ocorridas, talvez sem coincidência, neste mesmo e exato intervalo de tempo. A crítica acadêmica não assumindo posição de superioridade, mas associada à prática popular. Interpretando, aprendendo e desvendando o caminho das populações desfavorecidas e predominantes do tempo Moderno. Únicas comunidades carentes capazes de orientar um caminho de superação da Modernidade, na medida em que forem apoiadas pelo pensamento acadêmico de crítica consciente à *Razão*

Moderna, ao *Capital* e à conseqüente metodologia colonizadora. É importante compreender que o “*inconsciente*”, o “*irracional*” presente na surrealidade das materializações arquitetônicas transcoloniais têm lugar é claro como parte de uma expressão, uma proclamação estética e política exteriorizada. Contudo, as relações sociais de bem-viver necessitam obviamente ser conscientemente abordadas.

É irrefutável a afirmação de que a arquitetura existente, o acontecimento generalizado da arquitetura nas cidades reais, é muito mais abrangente, muito mais numeroso e complexo do que a arquitetura ensinada nas faculdades do mundo inteiro. Ensinam-se recortes, pior que isto, excertos envelhecidos, encarquilhados, totalmente enredados no pensamento modernista da primeira metade do século XX. A academia não dá atenção muitas vezes para a arquitetura popular, por desconsiderar e desqualificar tudo o que venha do ignorante, do desorientado, do desregrado. Não há como pensar na cidade como um todo se insistirmos em deixar de lado a maioria de sua população. As arquiteturas dos subúrbios, das favelas, das margens da cidade são a maioria. Compõem a imensa globalidade que nossos olhos podem abarcar. Não considerar estas comunidades desfavorecidas e seu ambiente de vida em termos de ordenamento de nossas cidades é perpetuar a história de planejamentos modernos fracassados. Sempre há “*margem de erro*”, porque nestas “*margens*” da cidade, os “*marginais*” são “*erros*” de existência.

Ao contrário, se erra porque não consideramos seriamente os pobres, simples assim. Apenas os gentrificamos, empurramos para onde não podem ser vistos. É trivial e incontestável que a sociedade e a cidade moderna até hoje nunca puderam se sustentar diante desses equívocos cruciais (persistindo no erro, continuarão sem solução). Basta ter a coragem de sair das pequenas bolhas planejadas, onde tudo é feito para funcionar e adentrar o mundo do varrido, do marginalizado, do negado para vislumbrar esta verdadeira *Metafísica Moderna*. Tudo isto é alucinadamente desdenhado, não priorizado, nos estudos, pesquisas e sessões de ensino das universidades.

Concebemos que a única maneira de se reverter o enjeitamento das populações desfavorecidas e trabalharmos verdadeiramente em seu benefício, seja valorizar o ímpeto que vem do interior de suas almas enjeitadas.

Esta pesquisa propõe que a atitude arquitetônica transcolonial tenha relação com a surrealidade. É claramente insuspeito que os “*arquitetos populares*” aqui tidos como transcoloniais não tenham intencionado se autointitular-se surrealistas. E, é preciso dizer, nem mesmo transcoloniais. A transcolonialidade é aqui uma visão acadêmica. Parte de uma perspectiva que procura, conversando com a filosofia, a psicologia, a antropologia de pensadores conhecidos, aproximar manifestações humanas multigeracionais, presentes em tempos diferentes. Espécie de cronologia, no sentido nietzschiano com emergências e proveniências¹⁸.

Nesta cronologia apresentaremos cinco emergências: (1) o *Palais ideal*, construído entre 1879 e 1912 em Paris, pelo carteiro, trabalhador rural e auxiliar de pedreiro francês Ferdinand Cheval (1836-1924); (2) a *Casa Flor*, erguida entre 1912 e 1985 em São Pedro da Aldeia-RJ, pelo salineiro brasileiro, Gabriel Joaquim dos Santos

¹⁸ No procedimento genealógico de Friedrich Nietzsche (1844-1900), mais tarde muito usado por Michel Foucault (1926-1984), *herkunft*, é palavra alemã para emergência e *entstehung*, para proveniência. Emergências e proveniências de acontecimentos comporiam uma cronologia que não atém ou busca uma origem (*ursprung*) no sentido histórico ou metafísico. Tanto para Nietzsche quanto para Foucault, não existem origens, mas sim emergências como aflorações provisórias de práticas, que mais tarde podem ressurgir na figura de uma proveniência, que remete à emergência anterior. Uma proveniência é uma nova emergência, sempre remete a uma emergência passada.

(1892-1985), filho de uma índia e de um ex-escravo africano; (3) a *Casa Amarela Providência*, articulada de 2009 até hoje no Morro da Providência, cidade do Rio de Janeiro, pelo artista francês JR e o fotógrafo brasileiro Maurício Hora em interação com a comunidade local; (4) a *Ksa Rosa*, produzida entre 2014 e o presente no Bairro Navegantes em Porto Alegre-RS, pela ativista popular Maristoni Moura; e (5) a Casa do Xiru, construída na Vila Tronco, Porto Alegre-RS, pelo pedreiro aposentado de apelido Xiru, segundo vizinhos há mais de vinte anos em realização.

Assim, a *Casa do Xiru*, a *Ksa Rosa* e a *Casa Amarela da Providência* são propostas, mesmo considerando suas inerentes diferenciações, como emergências de transcolonialidade no século XXI, e, ao mesmo tempo, proveniências das emergências transcoloniais do *Palais Ideal* na virada do XIX para o XX e da *Casa da Flor* da primeira metade do século XX. Assim como nenhum destes arquitetos populares destes diferentes tempos nunca se viu como surrealista ou transcolonial, também, de maneira óbvia, não se entenderam como parte de uma cronologia. Jamais souberam uns dos outros ou desconfiaram que pertencessem a uma rede de emergências e proveniências que guardasse uma coerência. Mesmo, assim, propomos seus esforços como parte de uma ampla ação, a transcolonialidade, que acreditamos talvez seja representada por muitos outros exemplares ainda por serem encontrados.

Cada uma destas arquiteturas foi, é e continuará a ser transcolonial porque se recusaram e continuam se recusando a seguir a regra de uma vida árida, pobre e sem ideias. Todos foram e são colonizados, inclusive Cheval, o francês, mesmo diante dos casos mais evidentemente colonizados brasileiros. Numa sociedade moderna, ser carteiro e trabalhador rural e auxiliar de pedreiro é ser obviamente colonizado. O colonizado é complexado, sua mentalidade se traduz como tendo cultura, etnia e linguagem inferiorizados em relação ao colonizador. Um morador do campo é colonizado pela cultura urbana. Uma ocupação singela como a de carteiro é colonizada por boa parte da sociedade. Assimila a crença de superioridade daquilo que desconhece. A França foi, reconhecidamente, uma nação europeia colonizadora de outras regiões nas Américas, África e Ásia. Mas, independentemente deste dado, qualquer sociedade moderna tradicionalmente constituída reproduz o sistema colonizador em sua estrutura interna. Portanto, a transgressão transcolonial de Cheval é legítima e maiúscula.

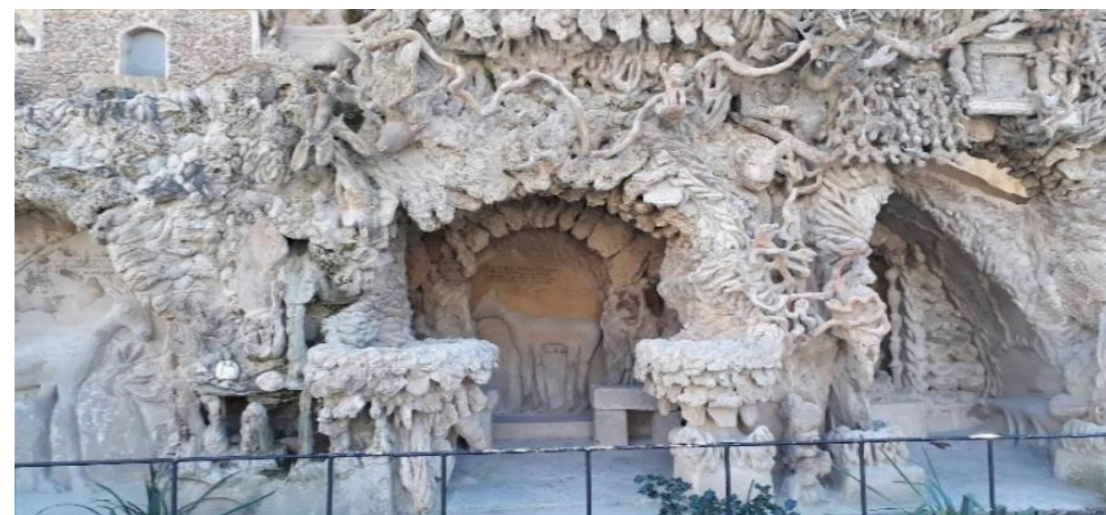
Cada um dos cinco casos foi e é transcolonial porque se recusou à submissão colonizadora. Cada uma destas arquiteturas foi e é uma produção-manifesto, uma exclamação para as pessoas que vivem ao seu redor: “podemos ser diferentes, podemos ser mais, existem maneiras de dividirmos com o mundo nossa beleza, podemos expressar nossas ideias e valores”. E a afinidade com o surreal adveio desta vontade de surpreender, de enfeitiçar, de sacudir.

Não é novidade a associação do Palácio Ideal de Cheval e da Casa da Flor de Gabriel dos Santos com o surrealismo¹⁹. O próprio Breton conheceu e se impressionou com a criação arquitetônica de Cheval. Mencionou por diversas vezes em textos e artigos publicados na década de 1930, relacionando o palácio com a “convicção surrealista” e comentando que “(...) a criação e a beleza não são monopólio exclusivo dos criadores profissionais e da arte erudita (...)”²⁰.

O carteiro rural Cheval não se acomodou com sua vida simploriamente formatada e foi capaz de sonhar. Trouxe o material de seu sonho para a realidade conformando

19 Sobre o *Palais Ideal*, Nara Machado (1999) e Nara Machado e Robert Ponge (2023) e sobre a *Casa Flor*, Fernando Fuão (1999) e (2001).

20 Machado e Ponge, 2023, p. 100.



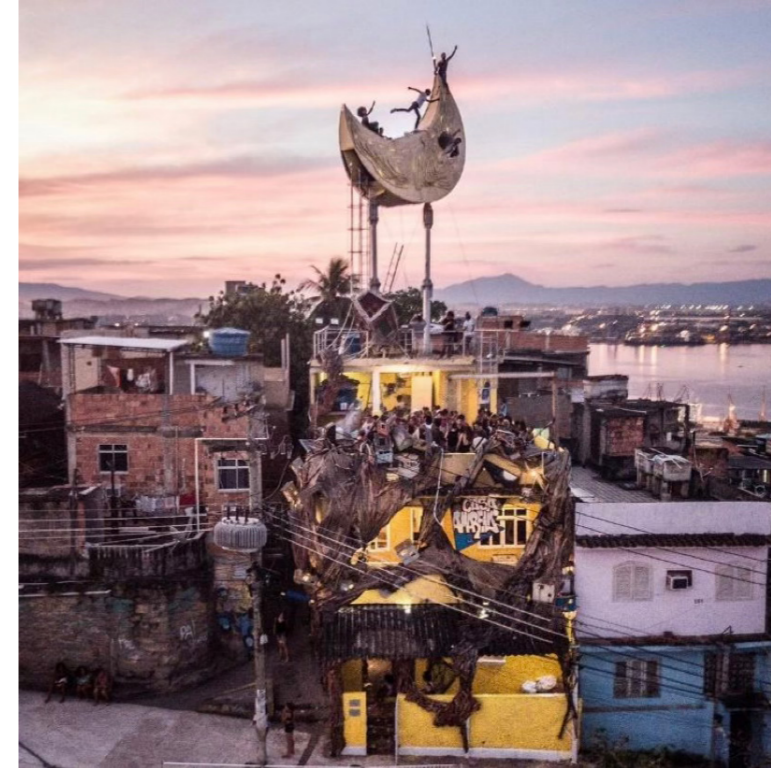
Palais Ideal, F. Cheval, 1879-1912, Paris. Fotos Robert Ponge e Nara Machado, fonte: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/artic/view/7044/5918>

uma ambiente surreal. Usou todo seu tempo vago e suas últimas gotas de suor para confeccionar algo que tinha o que dizer às pessoas. O palácio de Cheval urrou contra a conformidade.

A *Casa Flor* iniciou a ser construída no último ano de construção do palácio de Cheval. Escreveu Fuão sobre ela:

Breton e Dalí, se a vissem, elevariam seus cânticos a ela, pois nela tudo é surreal. Tudo desabrochando, explodindo em flores. Pratos viram tubulação. Conchas e telhas de barro se transfiguram em plantas e flores, revelando a estranha gênese que liga as formas da natureza à arquitetura. Nessa casa, todos os materiais, objetos – sejam eles inteiros ou quebrados – adquirem uma vida muito distinta daquela para a qual foram destinados originalmente (Fuão, 2001).

Mais uma vez nos perturba, desacomoda perceber que o segundo exemplo transcolonial, a *Casa Flor*, foi construída por um negro salineiro. O trabalho em salinas hoje, apesar de muito melhorado, continua muito duro. Mas, as condições que Gabriel dos Santos vivenciou nas salinas fluminenses até a década de 1970 foram trágicas. O fato de ser negro, filho de mulher indígena e pai escravizado num país de histórico racista como o Brasil, certamente acrescentou peso às condições desoladoras. A extração do sal marinho era efetuada por homens, mulheres e crianças no entorno da Lagoa de Araruama (Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama). As mulheres recebiam menos que os homens pelo mesmo ofício e as crianças não eram protegidas por regulação alguma de trabalho infantil. São estas as condições de um homem cruelmente colonizado que Gabriel produz a explosão de seu manifesto arquitetônico.



Casa Flor, Gabriel dos Santos, 1912-1950, São Pedro da Aldeia-RJ. Foto superior: divulgação, turismo e lazer, fonte: <https://noticia1.com.br/sao-pedro-da-aldeia-para-que-busca-beleza-historia-e-culmarial/>; foto inferior Nelson Kon, Fonte: <http://www.nelsonkon.com.br/casa-da-flor/>

Diferentes do caso de Paris e de São Pedro da Aldeia, os três próximos exemplos arquitetônicos de transcolonialidade no século XXI são eminentemente urbanos e todos pertencentes a regiões de populações desfavorecidas.

A *Casa Amarela da Providência* foi pensada e articulada por artistas profissionais, mas usando a iniciativa social e materiais existentes no lugar. O sítio foi apelidado originalmente como Morro da Favela, não como alusão ao conjunto de barracos pobres, mas em lembrança do monte semelhante existente em Canudos na Bahia, local da encarnizada chacina em que estes ex-combatentes atuaram (1896-1897). Ocorre que, em Canudos, o monte era coberto por uma vegetação conhecida como faveleiro ou favela²¹. Dessa maneira, no Rio, por identificada semelhança, a nova elevação foi chamada de “o Morro da Favela”. Somente mais tarde outros morros foram chamados da mesma maneira e ainda depois a designação acabou passando para as concentrações de habitações humildes, as *favelas*.

Tal lugar, importante para a cultura popular brasileira e simbólico para a história de sua arquitetura e urbanismo, foi o cenário escolhido para a arquitetura transcolonial de JR e Maurício Horta. Fundaram aí em 2009 o Centro de Educação, Arte e Apoio Social, Casa Amarela da Providência. O centro neste local esquecido e desassistido pelos governos municipais sucessivos objetiva apoiar as atividades sociais com aulas de dança, música, informática, empreendedorismo, saúde e bem-estar, aprendizado da língua inglesa, escrita, skate dirigidas por artistas locais, moradores, ativistas, professores e voluntários de várias partes do mundo. Não bastasse a função cultural que já grita entre as outras construções da favela, a alegoria de fachada produzida se traduz numa ação transcolonial evidente. Como um tecido, uma epiderme de caixas, canos, cordas, fios e sucatas se retorcendo e abraçando a fachada, encimada pela Lua de JR (o pináculo obra de arte), o resultado é inequivocamente um cenário transcolonial. A Casa Amarela vibra e conclama os membros da favela da Providência a participarem de suas atividades e faz com que suas fotos na internet chamem a atenção daqueles que desconhecem o mundo marginal das cidades.

Quarto exemplo de transcolonialidade, a *Ksa Rosa*, é ocupação urbana localizada

21 *Faveleiro*, *faveleira* ou *favela*, é uma planta com sementes semelhantes às sementes de fava (daí o nome dado à planta). É da família das euforbiáceas. Trata-se de um arbusto dotado de espinhos e flores brancas, dispostas em cimeiras.

no Bairro Floresta, em Porto Alegre-RS. No ano de 2014, a ativista em ocupações e outrora participante do MTST, Maristoni Moura, acompanhada por um grupo de ocupadores entra na edificação. Pessoa impressionante, Mari, como é conhecida por amigos e pessoas da localidade, dedicou sua vida inteira a ações de redução de danos e de educação de populares, catadores, moradores de rua. Se presume que o sobrado de dois andares, sede da Ksa Rosa, tenha sido construído próximo à virada dos séculos XIX e XX. A Ksa Rosa situa-se na Rua Voluntários da Pátria, lugar esse que sofreu um longo processo de degradação. Atualmente é uma das zonas de maior concentração de comerciantes da reciclagem de resíduos sólidos, zona de prostituição miserável e também de concentração do crack, a “Cracolândia” de Porto Alegre. Esta construção foi escolhida por Mari para sediar o Centro Cultural Ksa Rosa com cinema para crianças, aulas, biblioteca, atividades culturais diversas, dança, brechó e muitas outras atividades sonhadas²².

A força presente em Mari e na Ksa Rosa passou para os estudantes e professores do Curso de Arquitetura da UFRGS durante o tempo que aí apoiaram as atividades de produção do local. De maneira inexplicável, a transcolonialidade penetra nas veias e irrompe em mosaicos, cerâmicas, peças de vestuário nos muros, interferências arquitetônicas diversas como grandes furos, rebocos, lixações, colagens, pinturas. Se trata de um processo de tempo, como as emergências transcoloniais do início do século XX de Cheval e Nascimento (cada uma daquelas com mais de trinta anos de trabalhos). A Ksa Rosa é um processo arquitetônico camaleônico, não para de mudar, de ter coisas acrescentadas, conforme a cabeça da Mari orienta. Todas estas intervenções/exclamações artísticas e arquitetônicas reverberam nos ouvidos, olhos e cérebros de professores e estudantes, produzindo discussões críticas muito profundas sobre a cidade real e aprendizados indistintos sobre uma outra (ou outras) maneira(s) de pensar a arquitetura e a urbe. Como resultado adicional se tem muito interessante interação com sofrida comunidade vizinha que vem conversar, se impressionar, ajudar, sugerir, perguntar. O tempo de contato de estudantes de graduação de arquitetura com a arquitetura transcolonial, talvez represente uma provável semente de mudança futura na política pedagógica das faculdades e depois nas políticas de intervenções nas cidades.

22 A disciplina de Projeto Arquitetônico II, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, sob a orientação dos Professores Fernando Fuão e José Carlos Lemos esteve atuando em interação com o processo transcolonial da Ksa Rosa desde o primeiro semestre de 2017 até o primeiro semestre de 2022.

Casa Amarela da Providência, JR e Maurício Horta, Morro da Providência-RJ, 2009. Foto superior: Equipe do Dicionário de Favelas Marilene Franco, fonte: https://wikifavelas.com.br/index.php/Casa_Amarela; foto inferior “divulgação – ANF, Agência de Notícias das Favelas, Bruno Almeida, fonte: <https://www.anf.org.br/museus-e-acoes-em-favelas-e-quiombos-do-rio-de-janeiro-sao-reunidos-em-guia/>



Último e quinto exemplo escolhido de transcolonialidade é a *Casa do Xiru*, localizada na Vila Tronco, seção da Vila Grande Cruzeiro. Xiru é membro da comunidade da Tronco, que teve tragicamente sua nucleação decepada e arruinada, com vários de seus membros extraditados, transferidos, removidos de suas casas. Ouve-se muito ainda hoje entre os moradores locais, “fulano morreu de desgosto, porque perdeu a casa e nunca recebeu nada em troca”. A grande tragédia é um filme repassado milhões de vezes em todas as cidades modernas do mundo. As iniciativas de “modernização” que passam por zonas pobres, interferem em zonas de comunidades excluídas, que tem lixo, que são sujas e por isto zonas preteridas, de consenso para suas destruições entre setores institucionais de gestão e níveis sociais mais abastados (que detem o poder de solução das cidades). Esta antiga vila de Porto Alegre estava no caminho da ampliação de um caminho, a moderníssima via de seis pistas “Avenida Tronco”, que ceifou milhares de barracos por onde passou. Como dizia uma matéria informativa da época “As casas foram sendo demolidas deixando um Iraque no lugar”²³.

A *Casa do Xiru* impõe curiosidade e espanto para quem por lá passa. Situa-se à beira da Avenida Tronco. Ali Xiru, pedreiro aposentado, há muitos anos também elabora o seu processo arquitetônico. Sozinho vai elevando mais e mais a casa. Acrescentando contrafortes, pilares e mãos francesas que desafiam a física e a confiança dos observadores. Novos quartos, salas e terraços, a maioria com acesso dificultado pela imensa concentração de sucata e materiais de construção que parecem esperar por seu uso na própria obra de Xiru. Neste caso, o discurso silencioso de Xiru com sua obra parece pedir o silêncio dos vizinhos para que não sejam ouvidos pelos narcotraficantes que dominam a região. Os moradores, velhos, mulheres e crianças não conseguem

²³ Weissheimer, 2017.



andar livremente entre setores da Vila Cruzeiro sem a permissão destas lideranças violentas. A pena da transgressão é a morte. A *Casa do Xiru*, à beira da avenida e exclamando novidades, surpresas e segredos, em seu caso parece dizer: “esperem meus amigos e vizinhos, mudanças são concebíveis, exequíveis, é possível viver e ser feliz, acreditem”.

Epílogo

Dessa maneira, propusemos a existência de um ímpeto multigeracional na produção do espaço suburbano e também do espaço de ocupações urbanas que, mesmo hoje na segunda década do século XXI, indicam guardar potenciais estético-formais a espera de exploração por várias áreas do conhecimento. A pesquisa onipolítica²⁴ pode resultar num rico e vantajoso repositório de ideias para a efetiva materialização arquitetônica de sonhos suburbanos.

A surrealidade entra aí como o inusitado, o improvável, o assombroso, muito identificado com os atos populares transcoloniais. Nossas cidades carecem deste trabalho que têm muitos indícios de importância, carregado da energia e coragem dos usuários populares das cidades. A transcolonialidade como reunião destas ideias pretende acionar esta ousadia repleta de força, em estado de latência nos cinturões de pobreza de nossos centros urbanos. O objetivo acadêmico de interagir com a criatividade popular, trazendo amparo de investimento, de conhecimento e tecnologia²⁵ somente

²⁴ Ver nota 3.

²⁵ Sempre lembrando que o trabalho junto a comunidades desfavorecidas deverá respeitar o código

será alcançado com o trabalho de arquitetos e urbanistas abertos aos diversos campos de conhecimento. A arquitetura e o urbanismo precisam aprender, ampliar seus horizontes, no contato com a psicologia, a antropologia, a filosofia e tantos outros campos quanto se façam necessários. Apenas desta maneira serão preparados para atender e apoiar as manifestações que partem da sabedoria popular. Arquitetos e urbanistas que julguem saber mais que as comunidades urbanas, que desprezem e nem ouçam seus clamores, não tem mais lugar na construção de nossas cidades. Homens e mulheres, rapazes e moças que aprendam tais lógicas egoísticas de se constituírem gênios solitários e autossuficientes nas escolas de arquitetura precisam rever e urgentemente mudar suas posturas. Estão em conflito, em discordância com a real necessidade de nossas urbes. A insistência em práticas arrogantes, a insistência em sua repetição, somente alimenta o *status quo* da *Modernidade* fundada na *Razão* e no *Capital*. Ou seja, preservam o desequilíbrio, a desigualdade assombrosa de nossas cidades.

A iniciarmos este tratamento das urbes, dando atenção ao potencial criativo das comunidades desfavorecidas daremos verdadeiramente corpo, talvez pela primeira vez na história, à expressão de Breton, dirigida, em nossa compreensão, à agitação, à revolta social:

“A beleza, ou será convulsiva, ou não será”²⁶.

Referências

- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRETON, A. Manifesto do surrealismo. (1924). In: BRETON, A. *Manifestos do surrealismo*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, pp. 219-226.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DERRIDA, J. *Escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DERRIDA, J. *O monolinguismo do outro: ou a prótese de origem*. Porto: Campo das Letras, 2001.
- DUSSEL, Enrique. *Para uma Ética da Libertação Latino-Americana*. São Paulo: Loyola, 1980.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. Curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FUÃO, F. A Casa da Flor. *Arquiteturas fantásticas: os caminhos da imaginação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 1999. pp. 57-62.
- FUÃO, F. A Casa da Flor. *Arquitextos*, São Paulo, ano 01, n. 012.02, Vitruvius, mai. 2001.
- FUÃO, F. As formas do acolhimento. In SOLIS, D.E.N.; FUÃO, F. *Derrida e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Eduerj. 2014.
- FUÃO, F.; LEMOS, J.C.; EI KHOURI, G.A. a. *Entre Remendos e Acolhimentos. A Ocupação Ksa Rosa*. PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. Pelotas: Vol.1, N.3, pp. 188-203., primavera, 2017. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/465/425>
- FUÃO, F.; LEMOS, J.C. *A Morada Charneira: Ocupação Ksa Rosa*. PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. Pelotas: Vol.8, N.28, pp. 188-203., primavera, 2017. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/7195/6048>
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LEMOS, J.C. *Arquitetura ética da alteridade*. PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. Pelotas: Vol.2, N.5, pp. 28-40., outono, 2018. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/1530/1106>
- LEMOS, J.C. Abya-ayala, um grito ante a arquitetura colonialista da modernidade. In: SOLIS, D.E.N. *Resistências e descolonialidades*. Rio de Janeiro: UERJ 2020, pp. 44-93.
- LEMOS, J.C.; FUÃO, F.; ZANATTA, C.V. *Artefurar: ocupação Ksa rosa*. Contemporânea - Revista do PPGART/UFSM [online], Vol.3, N.5, 20 jul. 2020. <https://periodicos.ufsm.br/contemporanea/article/view/45288/46127>
- LEMOS, J.C. *Escudos de papel, cigarros de palha: lugar de preto no sul do Brasil*. PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. Pelotas: Vol.6, N.21, pp. 530-554., outono, 2022. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/2988/2383>
- MACHADO, N.H.N. O Palácio Ideal de Ferdinand Cheval. *Arquiteturas fantásticas: os caminhos da imaginação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 1999. p. 63-82.
- MACHADO, N.H.N. Frederick Kiesker: críticas, interferências e contribuições às práticas vanguardistas. In: KOTHER, M.B. et alii. *Arquitetura & Urbanismo: posturas, tendências e reflexões*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2008. pp.165-179.

cultural do grupo social envolvido. É necessário o relacionamento freireano, horizontal, entre academia e população. A ética e a estética espacial, a própria Razão que emerge da coletividade deve ser visada. 26 André Breton em seu livro Nadja.

MACHADO, N.H.N. Surrealismo, cidade real e passagens cobertas. In : LEMOS, R. et alii. *Entre mundos: ensaios sobre vanguardas, literatura e tradução, em homenagem a Robert Ponge*. Porto Alegre: FCM, 2020, p. 118-143.

MARIÁTEGUI, J.C. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MIGNOLO, W. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

PERRONE, C.; GURSKI, R. *La oniropolítica como política del psicoanálisis*. Revista Guillermo de Ockham. Vol.20, N.2. Jul,-dic. 2022, pp. 305-314.

PONGE, R. Mais luz! In: PONGE, R. *O Surrealismo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

PONGE, R. ; MACHADO, N.H.N. Mandiargues et le passage Pommeraye à Nantes. In: *Actes du 12º Sedifrale*, vol. 3. Rio de Janeiro: APFRJ, 2003, p.423-429.

PONGE, R. ; MACHADO, N.H.N. “O parque Buttes-Chaumont em Le paysan de Paris, (1926), de Louis Aragon”. In: TAUFER, A. D. et alii. *Ensino da literatura, poéticas e teorias*, vol. 2. Porto Alegre: Bestiário/Class, 2021. pp. 532-545.

PONGE, R.; MACHADO, N.H.N. *O Poema de Pedras de Ferdinand Cheval: Uma gigantesca collage arquitetural para ser saboreada*. PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. Pelotas: Vol.7, N.27, p. 88-109, primavera 2023. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/7044/5918>

QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.

RAMIREZ, J.A. La ciudad surrealista. In: CORREA, A.B. *El surrealismo*. Madrid: Cátedra, 1983. p. 71-90.

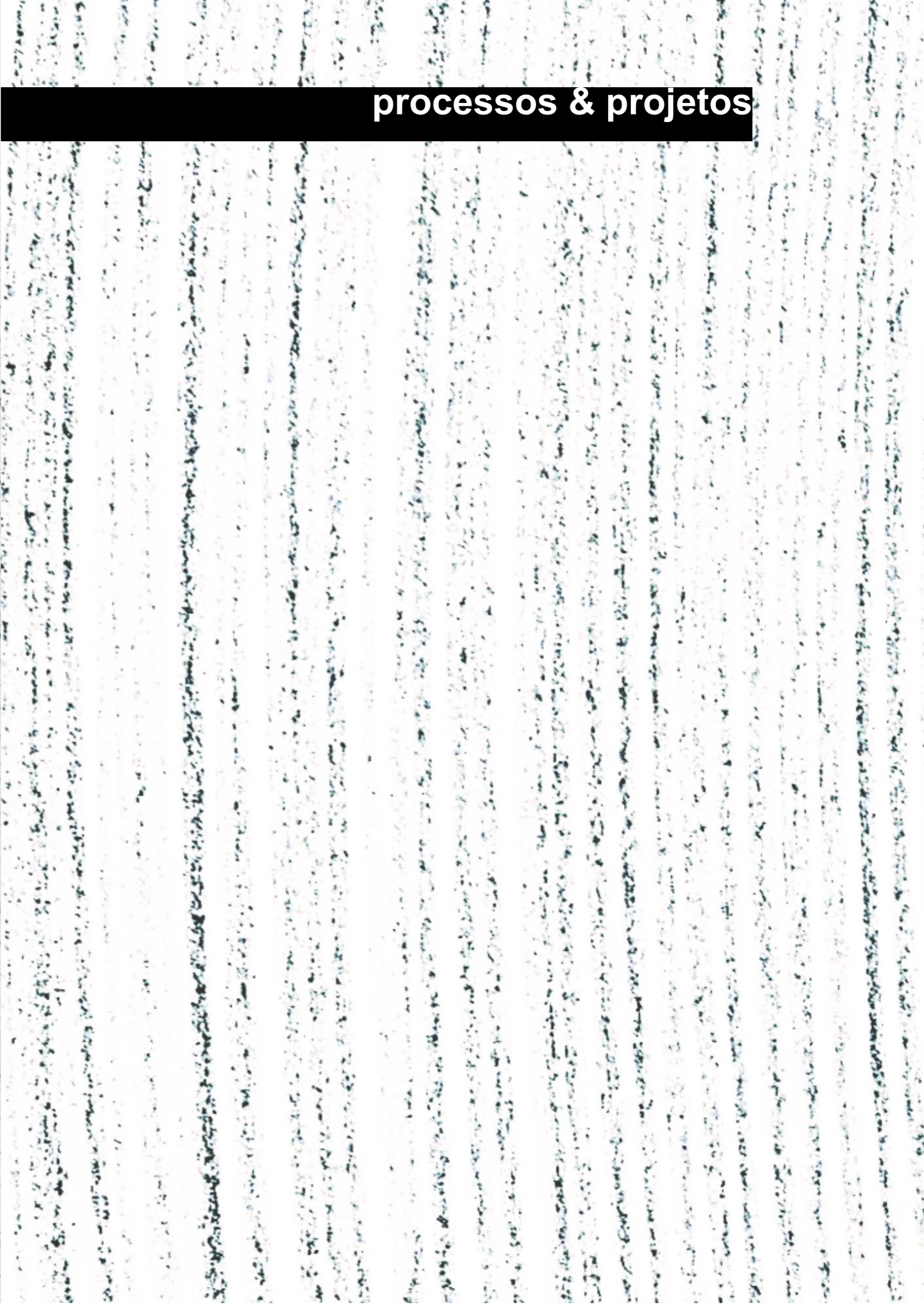
ZALUAR, A. M. A Casa da Flor: uma tentativa de compreensão. In: FUÃO, Fernando. (Org.). *Arquiteturas fantásticas: os caminhos da imaginação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 1999. p. 45-56.

WEISSHEIMER, M. Vila Tronco: ‘As casas foram sendo demolidas deixando um Iraque no lugar’. Sul21, 14 ago 2017. <https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/vila-tronco-as-casas-foram-sendo-demolidas-deixando-um-iraque-no-lugar/>



Desenho: Bia Dorfman.

processos & projetos



CENTRO CULTURAL COOHRREIOS

Um projeto de extensão

**Agnes Ramos Rodrigues¹, Alexandra de Los Santos²,
André de Oliveira Torres Carrasco³,
Maria Fernanda Pinto Neto⁴ e Paula Göttems Vendrusculo⁵**

Seguindo a partir do argumento de que que o acesso ao espaço urbanizado, à moradia adequada e aos serviços públicos deveriam ser prioridades para arquitetos e urbanistas no Brasil, o Projeto de Extensão “Assessoria técnica e projeto popular: construindo outras abordagens sobre o espaço habitado” visou conectar a produção de conhecimento, ensino e atividades extensionistas em Pelotas a partir dessa premissa, contribuindo desse modo para a formação de profissionais e cidadãos atentos às questões sociais. Através da ação extensionista da Universidade Pública com a população, foi proposta uma perspectiva participativa com a comunidade partindo da prática do assessoramento técnico que “aponta para uma relação sem dominação, ainda que assimétrica” (BALTAZAR e KAPP, 2016). Dessa forma, há a promoção da troca de conhecimento entre a universidade e a comunidade, contrariando o pensamento hegemônico, no qual

o argumento comumente usado em favor da assistência e do assistencialismo é a dificuldade que esses grupos têm de superarem sua condição por conta própria. Contudo, há uma diferença relevante entre prestar assistência na perspectiva de que as pessoas se adaptem cada vez melhor a um padrão prescrito de necessidades e satisfações ou, inversamente, buscar uma assessoria na perspectiva de que consigam articular suas próprias demandas e orquestrar, com autonomia crescente, os meios de satisfazê-las. (Baltazar e Kapp, 2016, p.5).

O projeto teve início a partir do contato da assistente técnica social do Loteamento 25 de Julho – financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida / Modalidade Entidades – da Cooperativa Habitacional dos Empregados dos Correios - COOHRREIOS/RS, com o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, orientador deste projeto. Essa interação ocorreu em resposta à solicitação do Coletivo de Mulheres do loteamento, o qual tinha como objetivo reivindicar junto à prefeitura a construção de um Centro Cultural no espaço já reservado para área institucional. Para tanto, era necessário um projeto arquitetônico, em nível de estudo preliminar, que pudesse servir como subsídio para esta solicitação. Com isso, os autores deste texto, em conjunto com outras estudantes da faculdade e participantes do projeto de extensão, começaram a produção de esboços.

1 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

2 Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Linha de Pesquisa: Teoria e Patrimônio Cultural.

3 Professor Adjunto / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Pelotas.

4 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

5 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

O Centro Cultural foi concebido para promover maior autonomia tanto para a cooperativa quanto para as mulheres que a integram, em consonância com os objetivos da Agenda 2030 da ONU, como a igualdade de gênero (ODS 5) e a redução das desigualdades (ODS 10). O projeto inclui espaços destinados à geração de renda, áreas para reuniões e atividades que fortalecem o Coletivo de Mulheres e promovem a inclusão social. Além disso, busca fomentar políticas solidárias e a integração comunitária, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local. Com um enfoque em práticas colaborativas, o Centro Cultural também visa incentivar o consumo responsável (ODS 12) e valorizar a cultura local como forma de preservação da identidade comunitária.

A ação extensionista proposta pelo projeto utilizou-se de métodos voltados para a reflexão e intervenção do espaço habitado, com enfoque na autonomia da comunidade envolvida. Os moradores atuaram como interlocutores em um processo de produção conjunta com as estudantes, expondo os seus conhecimentos, necessidades, vontades e possíveis soluções para as demandas.

O desenvolvimento do projeto foi estruturado nas seguintes etapas: reuniões periódicas com o grupo de alunas envolvidas no projeto, para discussão e tomada de decisões conjuntas, bem como leituras e discussões de textos teóricos; reuniões com o Coletivo de Mulheres; desenvolvimento do projeto arquitetônico orientado pelo professor responsável.

Os encontros com o grupo do loteamento e o grupo do projeto de extensão ocorreram em duas ocasiões. O primeiro (Figuras 3, 4, 5 e 6) teve como premissa a apresentação de todos os agentes envolvidos e uma discussão sobre projeto arquitetônico e referências. Para tanto, foi organizado da seguinte forma: I. Apresentação do grupo da Universidade, e da atividade; II. Apresentação do Coletivo de Mulheres e de seus objetivos com o projeto; III. Apresentação de referências da Arquitetura; IV. Realização de uma colagem em grupo; V. Encerramento e considerações sobre a oficina.

Partindo das demandas (Figura 7) que surgiram na primeira reunião o programa da primeira versão do projeto abarcava os seguintes aspectos:

- a) Recepção: para direcionar os moradores e visitantes para as salas do Centro Cultural;
- b) Administração;
- c) Biblioteca: local amplo voltado para crianças e adolescentes do loteamento, mas aberta ao público geral;
- d) Sala de Aula: ambiente para que pudessem ser realizadas aulas de reforço em horário inverso às aulas;
- e) Sala do Coletivo de Mulheres: lugar reservado para as reuniões e encontros do Coletivo de Mulheres dos COOHRREIOS/RS;
- f) Sala de Geração de Renda: um ambiente voltado para o desenvolvimento de atividades como o artesanato, para a produção de artigos que pudessem ser vendidos. Criando uma fonte de renda extra para as famílias;
- g) Sala de Computadores: local para que fossem desenvolvidas aulas de inclusão digital para os moradores do loteamento e para fornecer apoio àqueles que precisassem dos computadores para o desenvolvimento de atividades do dia a dia;
- h) Sala de Arte e Cultura;
- i) Sala de Exposições: ambiente para prestigiar e vender os artigos produzidos dentro do Centro Cultural;
- j) Brechó;
- k) Pequeno Consultório: uma sala de apoio para os moradores que precisassem de atendimento não emergencial;
- l) Sala de Fisioterapia: local para dar continuidade aos atendimentos do consultório e

- oferecer atendimento fisioterapêutico aos moradores;
- m) Sala de recreação: local para o desenvolvimento de atividades lúdicas com as crianças do loteamento, um suporte para os pais que trabalham em tempo integral e não possuem um local adequado para deixar as crianças durante todos os períodos necessários;
- n) Cozinha: ampla para que pudessem ser ministradas aulas de culinária e para comportar eventos que ocorressem no salão de festa;
- o) Salão de Festas: espaço separado para que também pudesse ser aproveitado para alugar para visitantes, gerando uma renda extra para a manutenção do Centro Cultural;
- p) Horta;
- q) Redário.

Além de buscar abarcar todas as ideias que foram apresentadas, o projeto também se empenhou em atender às intenções de forma e design do centro cultural levantadas durante a primeira oficina. A princípio, a proposta desejada seria circular e com uma cobertura cerâmica com estrutura aparente em madeira, comportando todo o programa em um único volume.

Durante o processo projetual foi descartado o princípio de volume único, visto que o terreno existente possui um formato trapezoidal e não seria possível adequar a circunferência com o diâmetro necessário para todo o programa. Dessa forma, foram pensados dois volumes circulares contornados por semicírculos, mantendo os volumes circulares desejados pelo Coletivo de Mulheres e inseridos novos volumes que também seguissem a mesma linguagem formal. Além do projeto para a edificação em si também foram planejados os jardins e áreas não pavimentadas do terreno, para que pudessem receber a horta e o redário, de maneira integrada com a construção (Figuras 11, 12 e 13).

A segunda reunião (Figuras 14, 15, 16 e 17) foi dedicada à apresentação da primeira versão do projeto, seguindo as diretrizes da oficina anterior. Neste encontro, também foram discutidas alterações de acordo com o que o grupo gostaria para este espaço. É importante frisar que todo o processo extensionista realizado neste projeto considera a extensão como uma ação política, compreendo a mesma como aquilo que envolve escolhas que se relacionam a vida como sociedade (D'ottaviano e Rovati, 2017), integrando universidade e sociedade com base na prática democrática. Assim, o conhecimento gerado pela universidade cumpre seu papel transformador, unindo teoria e ação. A intervenção na realidade depende de um conhecimento aberto à complexidade e comprometido social, ética e politicamente, objetivo central deste projeto de extensão.

Após o encontro com o grupo do loteamento, foram discutidas as alterações do projeto de acordo com as demandas específicas do Coletivo das Mulheres da cooperativa, as quais são baseadas nas vivências e relatos dos outros associados. Diante disso, o grupo da faculdade encaminhou uma nova proposta. A última versão do projeto (Figuras 18, 21, 22, 23, 24) conta com um programa reduzido, mas mantendo os espaços julgados como essenciais para o Coletivo de Mulheres. O programa final abarcou os seguintes ambientes:

- a) Recepção;
- b) Administração;
- c) Biblioteca;
- d) Sala de Geração de Renda;
- e) Sala de Exposições;
- f) Brechó;
- g) Consultório;

- h) Cozinha;
- i) Salão de Festas;
- j) Horta;
- k) Redário.

Em relação à materialidade do Centro Cultural, desde o início foi pensado em trazer materiais mais puros e simples, valorizando os mesmos e voltando a atenção para o programa, não necessariamente para a forma. O uso de alvenarias de tijolos cerâmicos aparentes além de trazer cor e personalidade ao projeto também foi escolhido por facilitar a execução das linhas circulares presentes em toda a edificação. Foram propostos também pórticos de concreto para sustentar a cobertura vegetada nos volumes lineares. Já para o volume circular principal a cobertura escolhida foi a de telha cerâmica, pedida anteriormente pelo Coletivo de Mulheres durante a primeira reunião, para sustentar o vão criado pelo diâmetro da circunferência e seguir utilizando o material desejado foi necessário desenvolver uma estrutura específica de madeira e aço que resolvesse essa exigência espacial.

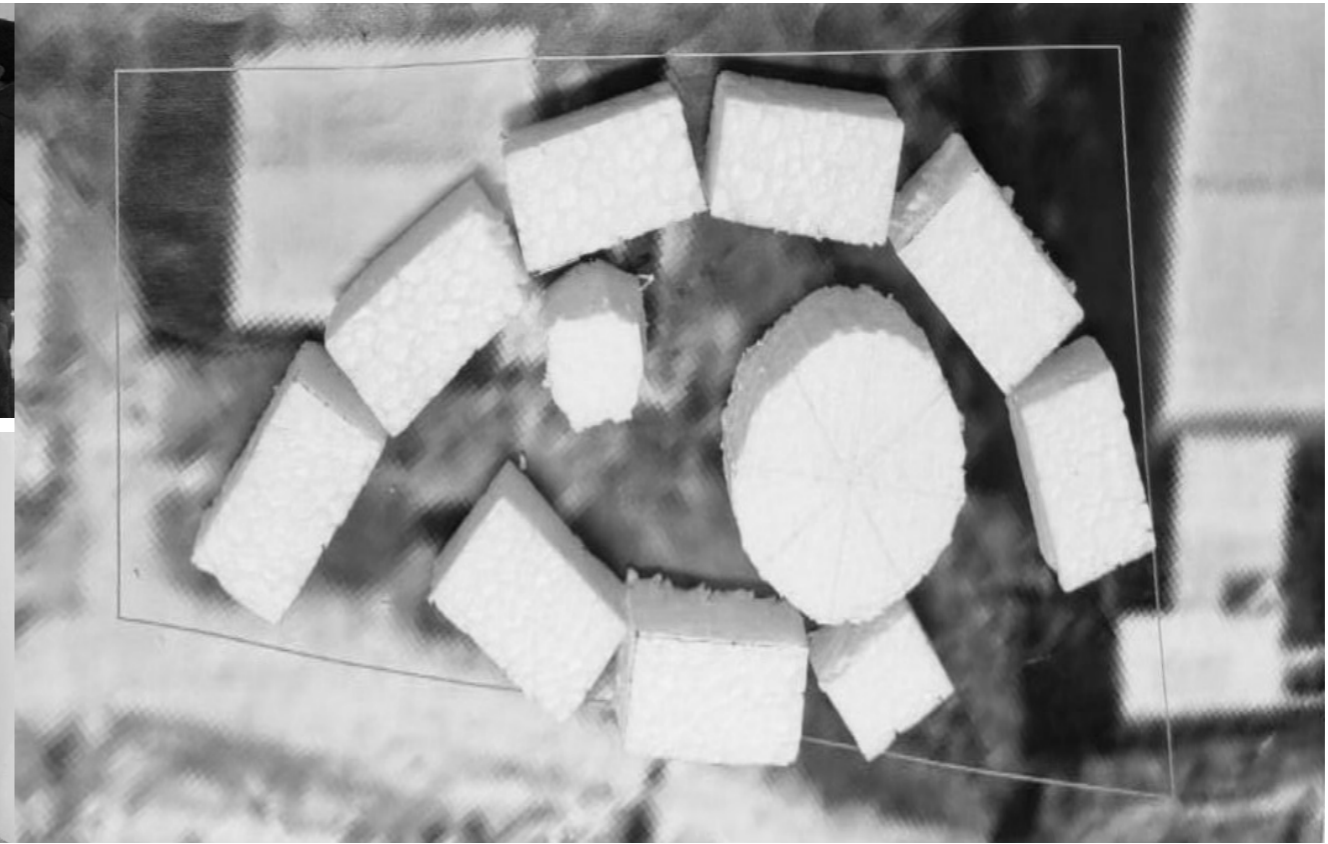
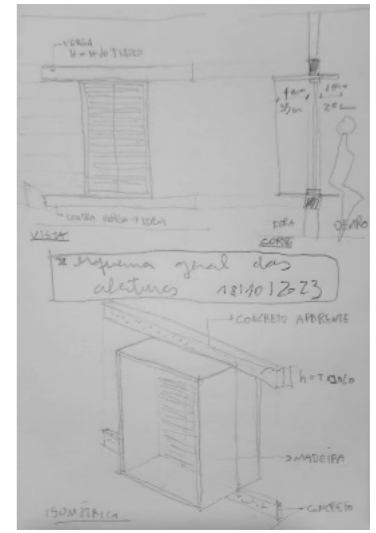
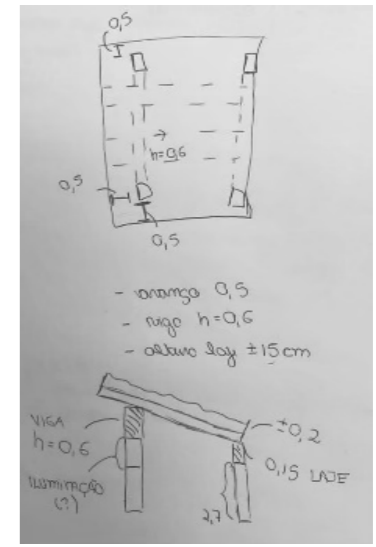
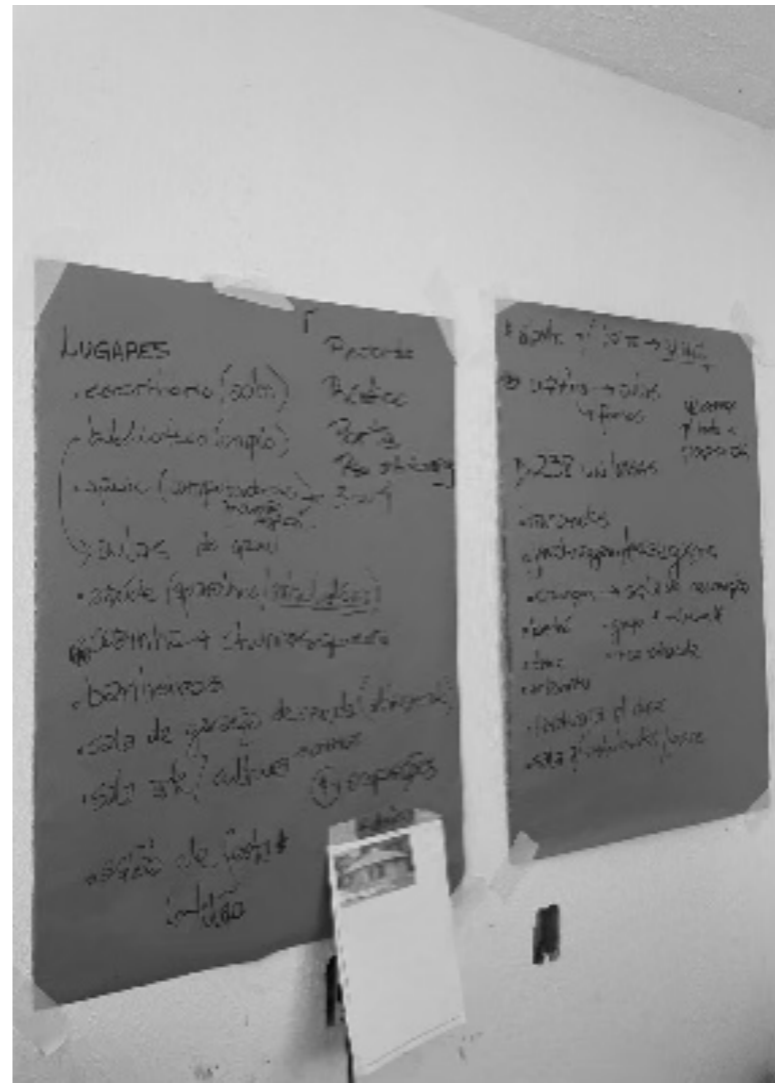
Chegado ao fim do projeto foi evidente como a abordagem da assessoria técnica promoveu uma maior abertura e franqueza por parte das associadas dos COOHRREIOS/RS para retornos acerca do aperfeiçoamento do projeto. Essa autonomia influenciou diretamente o processo de elaboração, evidenciado quando, após a primeira apresentação aos membros da cooperativa, os retornos mostraram que a versão inicial não correspondia totalmente aos ideais e expectativas do grupo. Verifica-se assim que as avaliações expostas pelos moradores foram de suma importância para a evolução de um projeto que gere um sentimento de identificação e apropriação do espaço planejado.

Referências

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria Técnica com Interfaces. ANAIS ENANPARQ IV, Porto Alegre, seção 22-01, 2016.

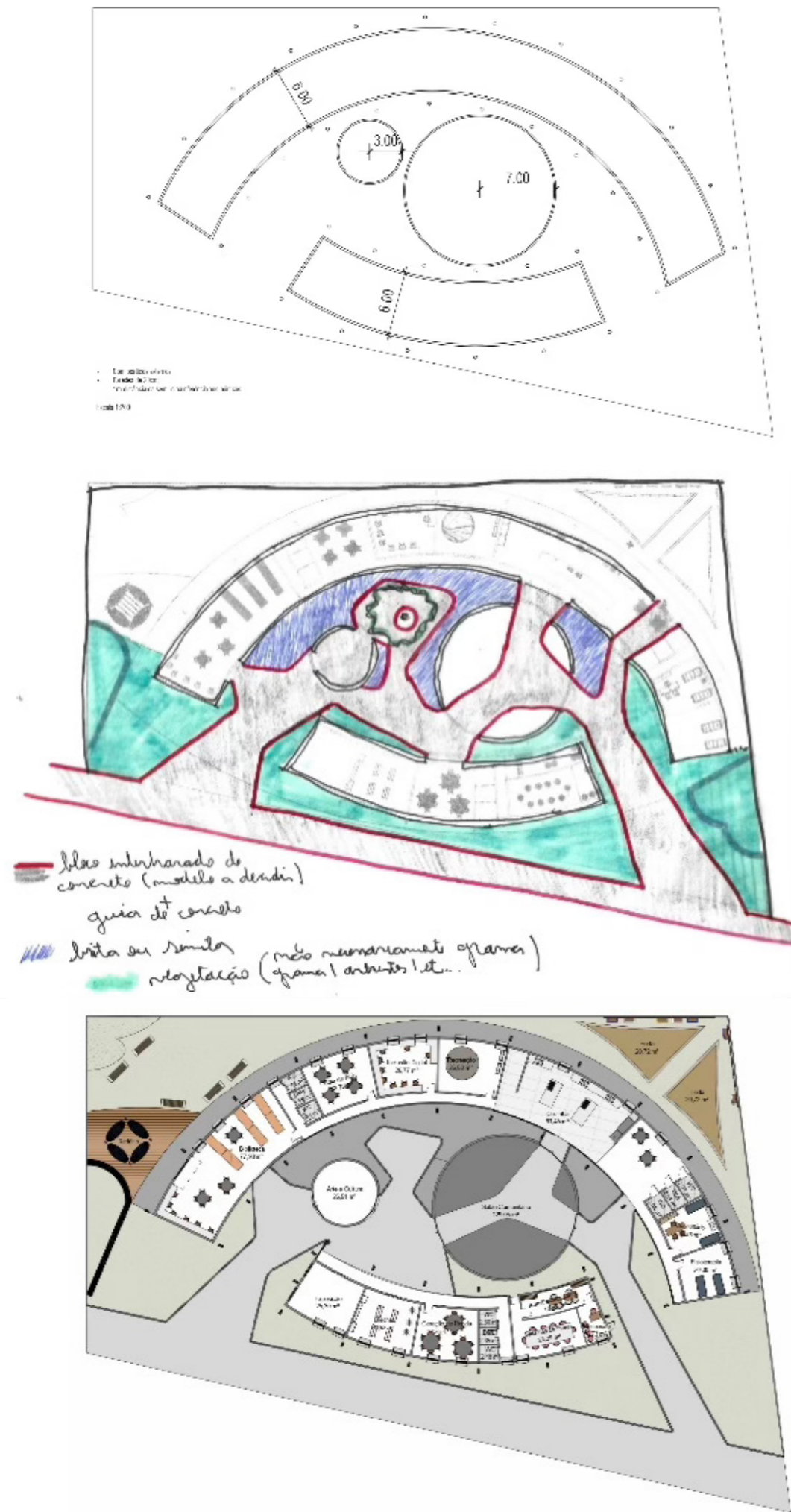
BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 04 DE JULHO DE 2023, 04 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/base-juridica/instrucoes-normativas/INSTRUONORMATIVAN28DE4DEJULHODE2023INSTRUONORMATIVAN28DE4DEJULHODE2023DOUImprensaNacional.pdf>. Acesso em: 04 set. 2024

D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. A extensão universitária na ANPUR: um primeiro ciclo. PARA ALÉM DA SALA DE AULA, AMPUR, v. 1, n. 1, p. 8-11, Nov. 2017.

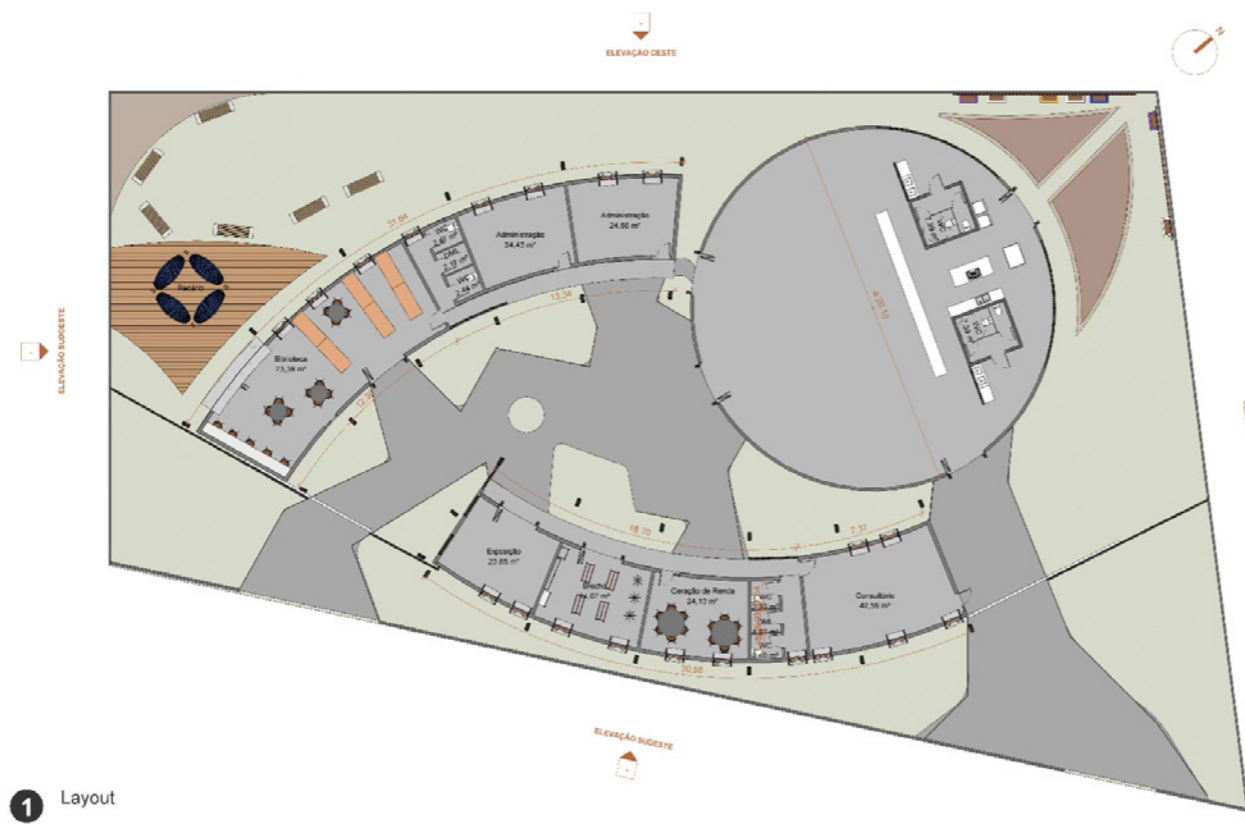


Figuras 1 e 2 – Imagem satélite para localização do Loteamento 25 de Julho. Fonte: Google Earth. Figura 3 – Apresentação da dinâmica da primeira reunião. Figura 4 – Apresentação de referências na primeira reunião com o coletivo de mulheres. Figura 5 – Preparação da atividade com os cartazes. Figura 6 – Realização da atividade de referências/collage com o coletivo de mulheres. Figura 7 – Imagem dos cartazes produzidos na oficina. Figura 8: Estudo de volumetria com blocos de isopor. Figura 9: Esquema estrutural da cobertura inclinada vegetada. Figura 10: Esquema da guarnição das janelas. Figura 11, 12 e 13: Processo projetual da primeira versão do centro comunitário. Fonte: autora.

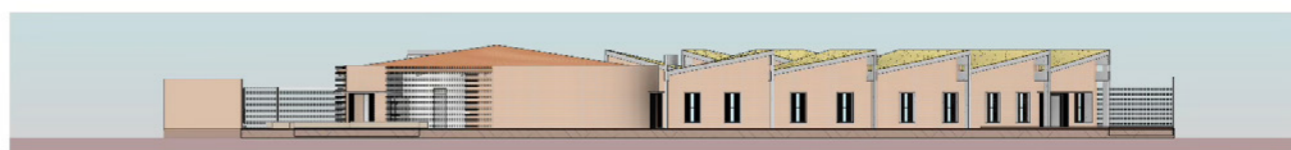
Figura 11, 12 e 13: Processo projetual da primeira versão do centro comunitário. Fonte: autora.



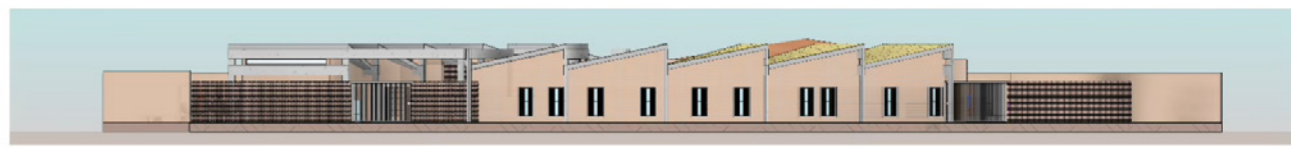
Figuras 14, 15, 16 e 17 – Imagens da segunda reunião com o grupo do loteamento para apresentação da primeira versão do projeto desenvolvido.



1 Layout



1 ELEVÇÃO OESTE



2 ELEVÇÃO SUDESTE



3 ELEVÇÃO SUDOESTE



4 ELEVÇÃO LESTE

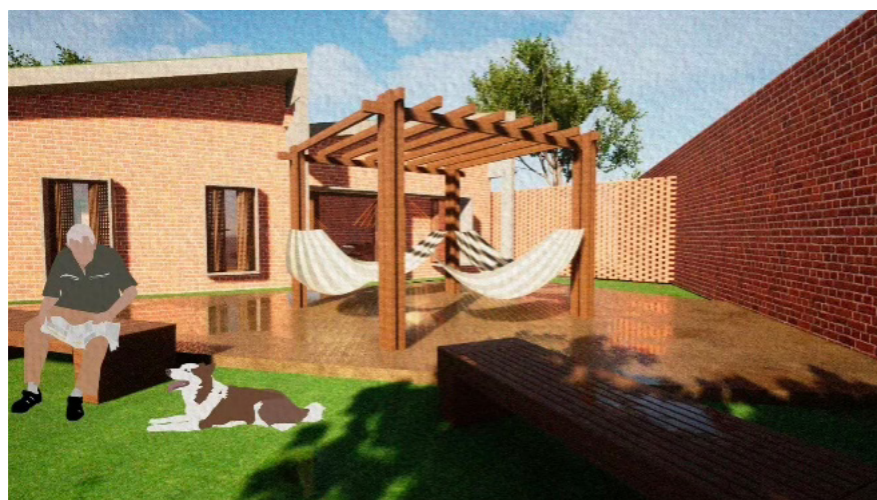


Figura 18 – Planta baixa mobiliada sem escala. Fonte: autoras. Figura 19 – Render da entrada ao sul. Figura 20 – Render da área do redário. Fonte: autoras. Figuras 21, 22, 23 e 24 – Fachadas com aplicação de textura sem escala. Figura 25 – Corte esquemático sem escala. Figura 26 – Perspectiva 3D do centro comunitário. Figura 27 – Render área central. Figura 28 – Render da área do redário. Figura 29 – Render da área da horta. Figura 30 – Render das aberturas e com utilização de sua guarnição. Fonte: autoras.

REABILITAÇÃO OU MAIS UM ABANDONO MISTERIOSO?

Lucas Silva Pamio¹ e Nilson Ghirardello²

Estamos atrasados na resolução dos problemas que criamos e na garantia de uma vida justa e equitativa para todos. A Agenda 2030, que deveria ser um plano concreto de ação, muitas vezes parece um exercício de projeção para um futuro distante. Enquanto isso, o consumo excessivo e a falta de envolvimento com questões críticas do mundo continuam a persistir. Embora existam iniciativas isoladas, o esforço para enfrentar esses problemas ainda é mínimo, e a demanda por soluções é cada vez mais urgente. Talvez, mais do que uma agenda, precisemos de algo que abranja as múltiplas complexidades que enfrentamos – como um “caderno de 12 matérias” para anotar as diversas necessidades e desafios que ainda permanecem.

A falta de moradia adequada, por exemplo, é um desses desafios críticos que afetam a sustentabilidade em diversas frentes. Ela intensifica a desigualdade social e cria barreiras ao desenvolvimento inclusivo, conforme destacado pelo ODS 11. Nesse sentido, é urgente promover debates e alocar recursos para a reabilitação edilícia. A ocupação de edifícios abandonados ou subutilizados surge como uma alternativa viável para garantir moradia digna, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade social, ambiental e econômica. Nas grandes capitais, essa prática já é uma realidade, embora ainda insuficiente diante da crescente demanda por habitação. A adequação de imóveis antigos – sejam eles residenciais, comerciais, hotéis ou outros tipos de edificações – pode ser feita de forma relativamente simples e econômica, especialmente com o apoio de pequenas empresas especializadas em projetos de menor porte, como sugere o Instituto Pólis (2009).

Garantir que essas reformas sejam de qualidade é crucial para oferecer ambientes habitáveis e confortáveis, evitando que as moradias se tornem precárias, como frequentemente ocorre em ocupações irregulares. Nas cidades de Bauru e São Paulo, por exemplo, onde muitos imóveis estão desocupados enquanto inúmeras famílias buscam por habitação, a revitalização de espaços urbanos representa uma oportunidade para resgatar memórias arquitetônicas e, ao mesmo tempo, reduzir o impacto social da insegurança habitacional.

Essas iniciativas não só oferecem um teto, mas também diminuem a pressão sobre os sistemas de saúde pública, além de promover um desenvolvimento mais inclusivo, alinhado aos princípios da Agenda 2030. Embora essa abordagem não resolva completamente o déficit habitacional, ela contribui significativamente para mitigar o problema, permitindo que diferentes períodos arquitetônicos sejam adaptados às necessidades crescentes de moradia. Como aponta Maricato (2002), possibilitar o acesso à moradia é assegurar que a vida humana ali residente tenha uma escolha colaborativa sobre seu cotidiano, o que é essencial para garantir a resiliência sociocultural e fortalecer os vínculos comunitários de forma sustentável.

¹ Lucas Silva Pamio (@lucasspamio) é formado em Arquitetura e Urbanismo, especialista em Planejamento Urbano e Políticas Públicas e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNESP – Bauru/SP. E-mail: lucas.s.pamio@unesp.br.

² Nilson Ghirardello é Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Prof. Associado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na UNESP – Bauru/SP. E-mail: nilson.ghirardello@unesp.br

Em Bauru, há aproximadamente 8.300 imóveis desocupados, um aumento estimado de 10% desde 2019. Desde 2022, a cidade tem aplicado o IPTU Progressivo para penalizar os proprietários de imóveis ociosos, e a Lei 7.566 permite a arrecadação de imóveis abandonados após cinco anos de inadimplência. Dentre as edificações que poderiam ser revertidas em habitações, destaca-se o Edifício Caetano Sampieri, localizado na Avenida Rodrigues Alves. Em São Paulo, o número de imóveis desocupados chega a 87 mil. A reocupação de edifícios ociosos em áreas centrais, não apenas para pessoas em situação de rua, mas também para habitação de interesse social de forma mais ampla, contribui para evitar a expansão urbana descontrolada que impacta o solo, a vegetação e o clima. Além disso, essa prática oferece uma inserção sociocultural mais rica para os grupos sociais envolvidos. Um exemplo disso é o Edifício Prestes Maia, que abrigou a Ocupação Prestes Maia por mais de 30 anos. Hoje, por meio de um projeto público da Prefeitura de São Paulo e da Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab), através do Programa Pode Entrar, o edifício modernista de 1956 passa por um processo de retrofit, preparando-se para se tornar o lar definitivo de 287 famílias.

Referências

INSTITUTO PÓLIS. *Moradia é central: inclusão, acesso e direito à cidade*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-192.



ENTRE CHARQUEADAS UM CAMINHO DE MEMÓRIAS

Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Thereza e Industrial – Bagé/RS

Isadora Baptista Alves¹ e Aline Montagna da Silveira²

Os vestígios do patrimônio industrial proveniente do período do charque são uma parte integrante do cotidiano da cidade de Bagé, especialmente nas Vilas³ Santa Thereza e Industrial. Essas Vilas surgiram com a instalação das primeiras charqueadas de grande porte na cidade, no final do século XIX e, ao longo do tempo, passaram por diversas transformações, testemunhando as mudanças nos processos de produção, que transitaram do charque às indústrias frigoríficas. As Vilas estão situadas a aproximadamente 7 quilômetros do centro da cidade de Bagé. A principal via de acesso, Avenida Visconde de Ribeiro Magalhães, é também responsável pela conexão entre as duas Vilas. A paisagem do local é caracterizada pela vegetação do bioma pampa, complementada pela área edificada que inclui as moradias, teatro, igrejas e instalações das antigas charqueadas.

O Trabalho Final de Graduação, realizado em 2019, buscou destacar a relevância da preservação do patrimônio do sítio fabril-charqueador, através da perspectiva da paisagem cultural. Ao investigar as interações entre a paisagem construída, o ambiente natural e as relações sociais, o trabalho contribuiu para um olhar mais atento sobre a diversidade do patrimônio existente no local. A salvaguarda desse patrimônio pode fomentar novas oportunidades econômicas, algumas atreladas ao incentivo ao turismo, valorizando a história local e incentivando práticas sustentáveis. Por meio deste trabalho, buscou-se também estimular a conscientização da comunidade local sobre a importância de conservar sua herança cultural, assegurando que futuras gerações possam desfrutar e aprender com esses legados.

O trabalho abordou a temática do planejamento em um sítio fabril-charqueador localizado na cidade de Bagé/RS. Partindo da premissa da importância da salvaguarda deste complexo industrial, o estudo teve como finalidade criar instrumentos para a proteção e preservação da área. O projeto dialogou diretamente com a Agenda 2030, principalmente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao integrar ações que contemplam a preservação cultural, ambiental e social do contexto local. A gestão da paisagem natural foi uma prioridade, na qual foi proposta a criação de uma Área de Preservação Permanente (APP) para proteger a mata ciliar e recuperar áreas

1 Graduação em Arquitetura e Urbanismo (2020). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPel), na linha de Pesquisa Teoria, História, Patrimônio e Crítica. Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (PPGMSPC/UFPel).

2 Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2009). Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Brasileira (NEAB/FAUrb/UFPel). Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPel), na linha de Pesquisa Teoria, História, Patrimônio e Crítica.

3 O trabalho intitulado *Entre Charqueadas: Um caminho de Memórias*, foi orientado pela professora Dra. Aline Montagna da Silveira (FAUrb/UFPel). Este estudo apresenta uma versão parcial do trabalho, que está disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/neab/trabalho-final-de-graduacao-patrimonio/> e cadastrado da Rede PHI (PATRIMÔNIO HISTÓRICO+CULTURAL IBERO AMERICANO) disponível em: <https://phi.aq.upm.es/static/visor.html?id=678>.

degradadas, reforçando a biodiversidade local e o compromisso com o ODS 15 (Vida Terrestre).

Em relação ao patrimônio edificado, o projeto estabeleceu diretrizes de uso e ocupação do solo por meio de guias de desenho urbano, que definiram parâmetros para construções, como tamanhos de lotes, volumes, alturas e usos. Também foi proposto um plano de intervenções para os prédios de valor cultural, incluindo orientações para alterações nas fachadas públicas, de forma a qualificar os conjuntos residenciais, garantindo a valorização da identidade local e se alinhando ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Os ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis) foram contemplados por meio da criação de um espaço para feiras permitindo a venda de produtos artesanais e tradicionais, como os pastéis de Santa Thereza. Foram sugeridos novos usos em edificações abandonadas atendendo às demandas da comunidade, como um posto médico e centro de informações. Em alinhamento com o ODS 4 (Educação de Qualidade) foi criada uma cartilha educativa para incentivar a população a conhecer e proteger seu patrimônio natural, material e imaterial.

Por fim, o projeto fomentou o turismo sustentável através da criação de uma rota entre as duas Vilas, explorando suas particularidades culturais e paisagísticas. A implementação de um sistema cicloviário e projetos de sinalização turística complementam essas iniciativas. Além de valorizar e proteger a herança cultural das Vilas de Santa Thereza e Industrial, o projeto se configurou como uma estratégia abrangente que articula preservação ambiental, desenvolvimento econômico e coesão social, pilares centrais da Agenda 2030.

Referências

ALVES, Isadora Baptista. *Entre Charqueadas: Um caminho de memórias. Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Thereza e Industrial – Bagé/RS*. 2019. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BOUCINHA, Claudio Antunes. *A História das Charqueadas de Bagé (1891 – 1940) na Literatura*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 1993.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Agenda 2030. ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Ipea, 2018. Acesso em 09 jan 2025. Online. Disponível em: <https://bit.ly/2oJPWy0>.

TICCIH. *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), jul. 2003. Acesso em 21 out. 2024. Online. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>.



ENTRE CHARQUEADAS: UM CAMINHO DE MEMÓRIAS

Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bagé/RS



JUSTIFICATIVA

Os vestígios do patrimônio industrial estão presentes no cotidiano da cidade de Bagé, mais especificamente quando nos referimos às Vilas de Santa Theresia e Industrial. As duas tiveram sua origem com a implantação das charqueadas no final do século XVIII e ao longo do tempo foram se modificando, tornando do charque as indústrias frigoríficas. Estas Vilas vivenciaram mudanças tanto nos processos de produção quanto na vida cotidiana de seus moradores.

O caráter fabril se mantém vivo até hoje. As edificações, os locais de produção, bem como os espaços que configuram as atividades sociais do lugar fortalecem a justificativa de importância para que este local seja preservado.

TEMA E INTENÇÕES

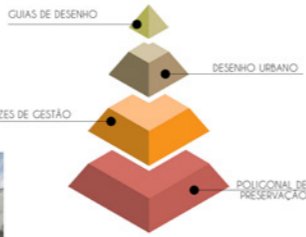
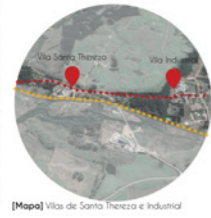
Este trabalho aborda a temática do planejamento urbano em um sítio fabril, charqueador/localidade adonada de Bagé/RS. Partindo da premissa da importância da proteção deste complexo industrial, este estudo tem a finalidade de criar instrumentos para a proteção e preservação da área. Em termos gerais, busca-se identificar as tipologias presentes no local para definir uma poligonal de proteção e, assim, as diretrizes e formas de aplicação da legislação sobre o sítio.

CONCEITO

O grande princípio norteador deste projeto é o conceito de preservar a paisagem cultural do local. O patrimônio cultural, material/imaterial, abrangendo as inter-relações entre a paisagem construída e o ambiente natural. Os estudos e análises buscam entender e valorar esses aspectos ainda presentes no local. A partir deste entendimento, esses elementos são identificados e trabalhados nas diretrizes de preservação do local.

O LOCAL

As Vilas de Santa Theresia e Industrial se localizam a 100 km do centro da cidade de Bagé no Rio Grande do Sul. A principal via de acesso é a Avenida Visconde de Ribeirão Magalhães. É esta também responsável pelo conexão entre as duas vilas. A paisagem do local é marcada pela vegetação da bacia pantaneira e a área edificada, constituída pelas vilas de moradores, teatro, igrejas e instalações das antigas charqueadas.



ENTRE CHARQUEADAS. UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bagé/RS

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação II

Acadêmica: ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2 **01/13**

PROPOSTAS



GESTÃO DA PAISAGEM NATURAL

Definição de uma APP - Área de Preservação Permanente objetivando proteger a mata ciliar existente no entorno do Arroio Quebrachinho e recuperação das áreas degradadas.



DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO DO ENTORNO

Através de guias de desenho urbano serão apontados procedimentos para a ocupação e uso do solo, definindo tamanhos de lotes, volumes e alturas.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Proposta de restaurar e novos usos para os prédios de valor patrimonial. Através de guias de desenho urbano nos consultas residenciais, serão apontados encaminhamentos para intervenções em fachadas, colorística, futuras ampliações, entre outros.



DIRETRIZES SOCIO-AMBIENTAIS

Proposta de um espaço para feiras que possibilitem a venda de produtos artesanais e produção dos pastéis de Santa Theresia. Indicação de tipologias representativas do conjunto para atividades de uso da comunidade - posto médico, associação de bairro, centro de informações turísticas.

Será desenvolvida uma corralha educativa como forma de estimular a população para um novo olhar sobre o território no qual está inserida. Através da educação patrimonial a população passa a conhecer e atuar ativamente na construção e proteção do patrimônio material, imaterial e natural presente no local.



DIRETRIZES DE INCENTIVO AO TURISMO

Criação de uma rota turística entre as duas vilas se apropriando de suas particularidades, além da paisagem, a cultura ou os bens edificados. O caminho autoguiado com placas indicativas e sinalização adequada permite que caminhantes possam realizar o trajeto sozinhos.

MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE

Proposta de sistema elevatório, além de projeto de sinalização turística e aparatos publicitários.



ENTRE CHARQUEADAS. UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bagé/RS

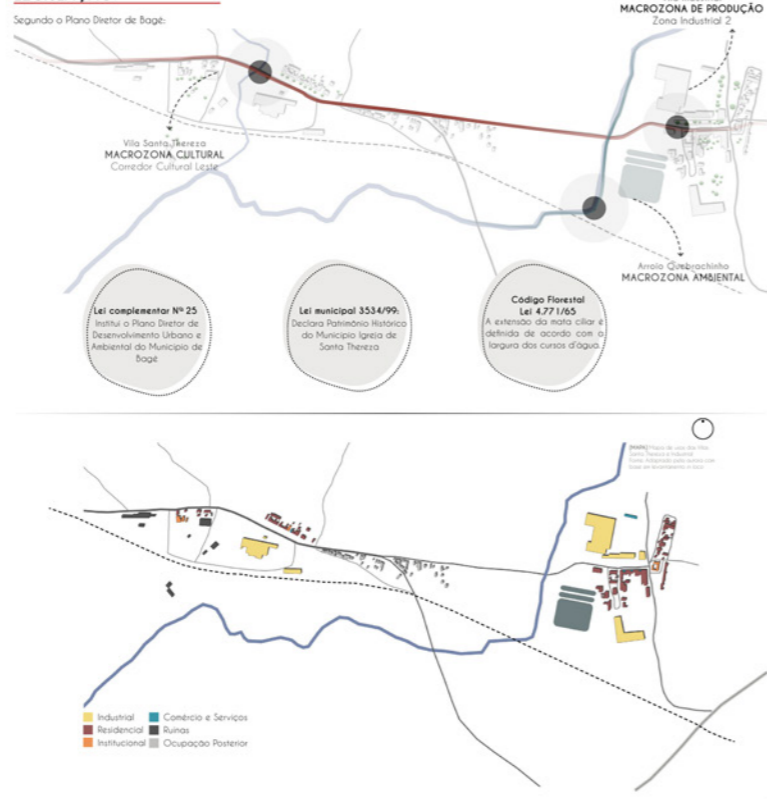
Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação II

Acadêmica: ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2 **03/13**

O TEMPO



LEGISLAÇÃO



ENTRE CHARQUEADAS. UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bagé/RS

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação II

Acadêmica: ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2 **02/13**

GESTÃO DA PAISAGEM NATURAL

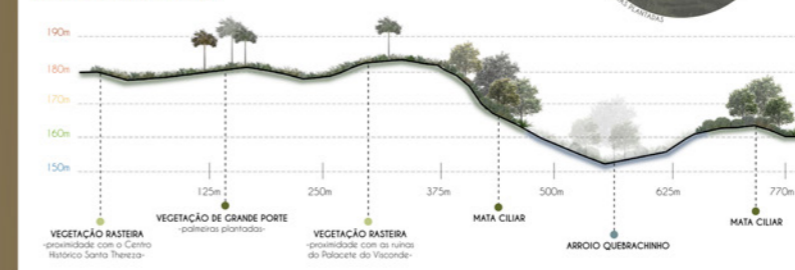
POLIGONAL DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

A Área de Preservação Permanente da mata ciliar é demarcada com o objetivo de preservar o ambiente natural. A mata ciliar formada ao longo do Arroio Quebrachinho foi considerada como uma importante moldura para a paisagem do local, preservando sua cobertura vegetal nativa.

Segundo o Código Florestal - Lei 4.771/65 a extensão da mata ciliar é definida de acordo com a largura dos cursos d'água. O Arroio Quebrachinho possui 12m de largura, portanto, a área de mata ciliar a ser preservada é de 30m.



CORTE AA' CENTRO HISTÓRICO SANTA THERESIA



ENTRE CHARQUEADAS. UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bagé/RS

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação II

Acadêmica: ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2 **04/13**

GESTÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO
DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO DO ENTORNO

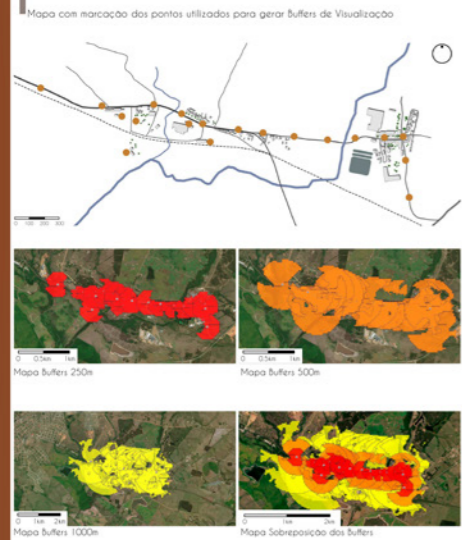
POLIGONAL DA PAISAGEM NATURAL

Segundo o Plano Diretor de Bogé, a Macrozona de Adensamento Restrito é caracterizada por áreas periféricas com traçado irregular e ocupação pouco densificada, presença de habitações irregulares, áreas vazias ocasionando descontinuidade da malha urbana, uso residencial unifamiliar com existência de equipamentos urbanos e áreas de lazer e recreativos projetados sem infraestrutura.

As vilas de Santa Thereza e Industrial apresentam estas características, embora não estejam definidas nesta zona.

Para a definição da poligonal foram estabelecidos pontos importantes ao longo das duas vilas. Utilizando o programa Global Mapper foram traçados buffers de 250m, 500m, 1000m e 2000m a partir destes pontos.

Com o objetivo de criar uma poligonal de preservação da paisagem natural, foi estabelecida a seguinte delimitação:



DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Todos os setores deverão atender as seguintes especificações:

MANUTENÇÃO DAS VISUALS.

As visuais e perspectivas devem ser mantidas desobstruídas, constituindo critério para análise dos projetos de intervenção. Não serão permitidas construções com mais de dois pavimentos.

MANUTENÇÃO DO GABARITO.

Até as análises arquitetônicas percebe-se que o gabarito da área é predominantemente horizontal, apresentando um ou dois pavimentos. Esta característica deve ser mantida, com o intuito de preservar o entorno das edificações de valor histórico, cultural e arquitetônico.

MANUTENÇÃO DO CONTROLE AMBIENTAL.

As áreas com remanescentes de vegetação nativa, a mata ciliar e a vegetação plantada devem ser mantidas. É proibida, ao longo do Anelo Quebracho, práticas consideradas potencialmente poluidoras ou consideradas de risco ao ambiente natural.

MANUTENÇÃO DA CONTINUIDADE DE LEITURA DOS QUARTERÕES.

Não será admitida a construção de novas edificações que quebrem a volumetria dos quarterões, nem de balanças que avancem o alinhamento predial característico da área. Os quarterões serão especificados para cada setor.



ENTRE CHARQUEADAS. UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Thereza e Industrial - Bogé/RS

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação II

Acadêmica ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2

05/13

CENTRO HISTÓRICO SANTA THEREZA
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

ESPAÇOS

- 01 Pedras Centro Histórico
- 02 Área de Permanência
- 03 Espaço para feiras
- 04 Área de Contemplação
- 05 Estacionamento
- 06 Coreto

PAVIMENTAÇÃO

- Piso externo de calcário
- Gramado existente
- Concregrama
- Sabão

VEGETAÇÃO

- Árvores propostas
- Palmeiras

MOBILIÁRIO

- Banco Coletivo
- Banco Individual
- Mesa
- Diccionário
- Lixeira
- Smalizador
- Luminária Geral Baixa
- Luminária Geral Média

INTERVENÇÃO CENTRO HISTÓRICO

O Centro Histórico Santa Thereza caracteriza-se por uma área de permanência e contemplação, com seu verde. A área oferece bancos para uso em grupos, porém, não são suficientes para o público que frequenta o local principalmente aos finais de semana.

Outro problema levantado é a existência de estacionamento, fazendo com que os carros fiquem a visibilidade dos bens arquitetônicos e naturais do espaço.

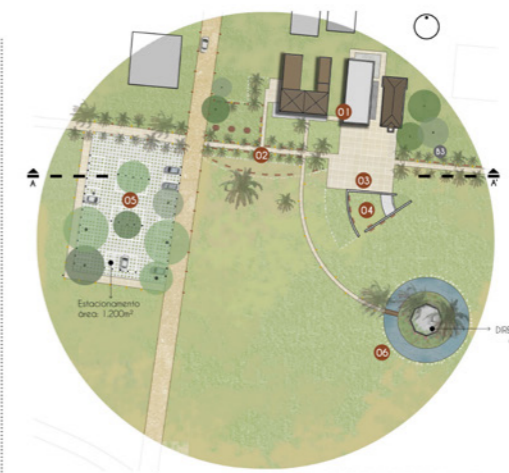
Assim, é proposta uma área para o estacionamento, permitindo que o centro histórico seja apropriado pelos usuários e assim, possam usufruir do espaço por completo.

Atualmente, no Centro Histórico, existe um eixo onde palmeiras foram plantadas no antigo lote ferroviário. A proposta é de que este eixo se estenda, passando do estacionamento, pela Capela Santa Thereza e vá em direção ao antigo fabricado entorçados.

São propostos bancos, mesas coletivas, uso de iluminação geral de altura média e iluminação de destaque entre os bancos, procurando evidenciar melhor o eixo proposto.

Quão direita possível é a rejeição do antigo coreto. Reaproveitado o coreto era utilizado para apresentações de bandas musicais e era cercado por um lago com diversas espécies de peixes e vegetação exótica.

A proposta é que o coreto seja requilibrado levando em consideração as características orgânicas. A ideia é de que o coreto possa ser utilizado como um espaço de contemplação, um mirante.



VEGETAÇÃO PROPOSTA

- AROEIRA SALSA** (Cithna mollis)
Porte de 10m a 25m
Flores pequenas, numerosas e amareladas.
Frutos de dezembro a março.
- CEDRO** (Cedrela fulta)
Porte de 10m a 25m
Flores surgem em cachos, no cor cime.
Frutos na primavera e verão.

ÁRVORES PERENIAIS

- Árvore frutífera
- Árvore frutífera

MOBILIÁRIO PROPOSTO

- Banco coletivo
- Banco individual
- Mesa
- Diccionário
- Lixeira
- Smalizador
- Luminária geral baixa
- Luminária geral média

CHARQUEADA

- Quiosque
- Playground

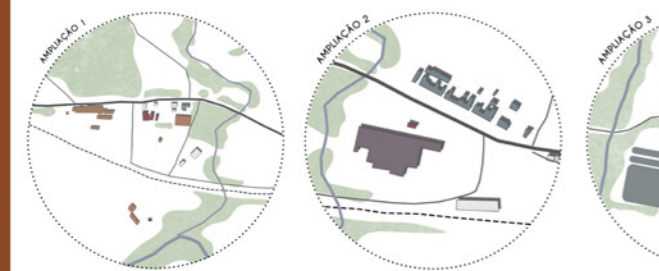
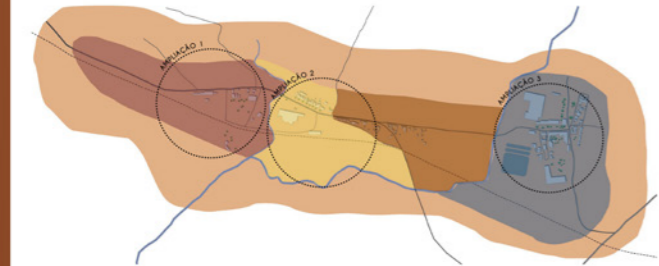
ENTRE CHARQUEADAS. UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Thereza e Industrial - Bogé/RS

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação II

Acadêmica ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2

07/13

GESTÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO
POLIGONAL RESTRITA E NÍVEIS DE PROTEÇÃO



AMBIÊNCIA 1
A ambiência das ruínas deve ser preservada, entretanto seu estado atual em termos de conservação, pode ser resgatado as antigas volumetrias, com utilização de materiais e acabamentos oriundos da região, destacando-a assim da nova intervenção mantendo-a visível ao entorno.

AMBIÊNCIA 2
Deverá ser preservada a estrutura arquitetônica, ornamental e decorativa original, a intervenção deve respeitar as características possíveis de trabalho e a preservação em âmbito municipal deve ser mantida. Não poderá, em hipótese alguma, serem inseridas ou desconectadas. Não poderá haver seu entorno requalificado, a intervenção deve respeitar a visibilidade lateral, interna.

AMBIÊNCIA 3
As intervenções devem manter suas características externas, como fachadas e volumetrias, possibilitando a leitura topológica do conjunto. Podem sofrer alterações em seu interior, sem que estas afetem as características externas e a paisagem do local.

AMBIÊNCIA 4
As intervenções das antigas Charqueadas Santa Thereza e Industrial devem manter suas características externas, possibilitando a leitura topológica do conjunto. Podem sofrer alterações em seu interior, sem que estas afetem as características externas e a paisagem do local.

CENTRO HISTÓRICO VILA SANTA THEREZA

É caracterizado pelo Centro Histórico Santa Thereza, ruínas da fábrica de derivados e vila operária. Mantém preservada a leitura de continuidade do conjunto urbano e apresenta um número significativo de edificações de interesse, apesar de algumas já estarem em situação de ruína.

CHARQUEADA SANTA THEREZA:

Engloba a antiga Charqueada Santa Thereza, o antigo estação ferroviária e a vila de moradores. Mantém preservada a leitura de continuidade do conjunto urbano e apresenta um número significativo de edificações de interesse, como a antiga charqueada e o conjunto de vilas de operários.

ÁREA DE TRANSIÇÃO ENTRE VILAS:

Constituída por edificações de período posterior. Apresenta rupturas na leitura de continuidade do conjunto urbano e não apresenta concentração de bens de interesse de preservação. Sua função é garantir uma zona de transição entre os espaços mais preservados da Vila de Santa Thereza e Vila Industrial, funcionando com uma área de "amortecimento" de impactos sobre o patrimônio cultural do área.

VILA INDUSTRIAL:

É constituída pelas instalações da Antiga Charqueada Industrial, vila de moradores, escola e Igreja Cristo Redentor. Mantém preservada a leitura de continuidade do conjunto urbano e apresenta um número significativo de edificações de interesse, como a antiga charqueada industrial e o conjunto de vilas de operários.

PATRIMÔNIO PROTEGIDO POR TOMBAMENTO MUNICIPAL:

Até o reconhecimento dos bens patrimoniais de interesse cultural e histórico presentes nas vilas de Santa Thereza e Industrial, se propõem que as seguintes edificações sejam incluídas como patrimônio municipal da cidade de Bogé:



REGISTRO DE BENS CULTURAIS MATERIAIS

Os bens culturais de natureza material contemplam os lugares de referência para a comunidade.

ENTRE CHARQUEADAS. UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Thereza e Industrial - Bogé/RS

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação II

Acadêmica ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2

06/13

PRAÇA CENTRAL - VILA INDUSTRIAL
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

- 01 Área de Permanência
- 02 Quiosques
- 03 Playground

PAVIMENTAÇÃO

- Piso de concreto 1.20x1.20
- Piso de concreto branco 1.20x1.20
- Tablado de madeira Jatobá
- Gramado

VEGETAÇÃO

- Vegetação proposta
- Vegetação existente

MOBILIÁRIO

- Banco Coletivo
- Banco Individual
- Mesa
- Bicicletário
- Lixeira
- Luminária Geral Baixa
- Luminária Geral Média

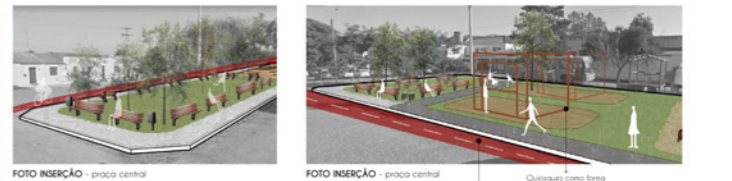
PRAÇA CENTRAL DA VILA INDUSTRIAL

O centro central da Vila Industrial é um local de encontro da população. Por se localizar próximo a entrada principal e a entrada de caminhões do Frigorífico Mercosul, o local demanda de uma área de permanência, com a presença de bancos, mesas e fontes para fornecer sombra para os usuários.

A iluminação da área segue o dimensionamento dos bancos, com luminárias mais altas na presença de árvores e mais baixas próximas aos bancos.

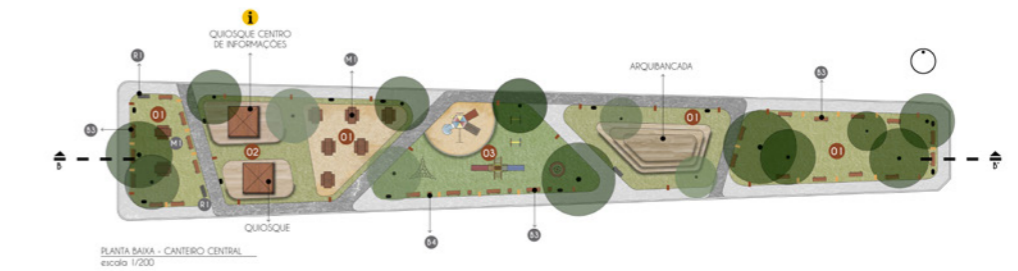
Quão proposta foi a colocação de quiosques para venda de produtos da comunidade, bancos de som, ou outra alternativa que possa gerar renda para a população local.

O playground existente foi mantido, passando por tratamento de pisos e paisagístico.



ÁRVORE PERENIAIS

- CEDRO** (Cedrela fulta)
Porte de 10m a 25m
Flores surgem em cachos, no cor cime.
Frutos na primavera e verão.



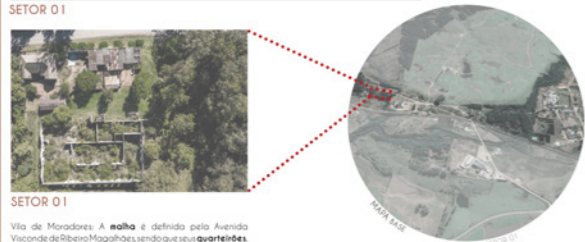
ENTRE CHARQUEADAS. UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Thereza e Industrial - Bogé/RS

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação II

Acadêmica ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2

08/13

SETORES - SIMULAÇÃO DAS DIRETRIZES



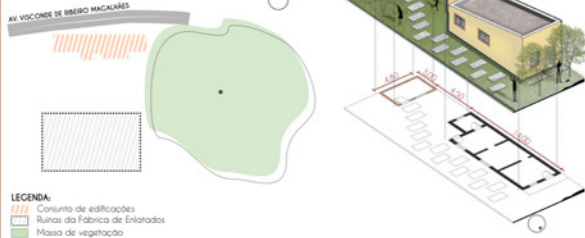
SETOR 01
Vila de Moradores 01, apresenta um padrão topológico adaptado a de "cachaço-entado".

PROPOSTA
A Vila de Moradores 01, apresenta um padrão topológico adaptado a de "cachaço-entado".

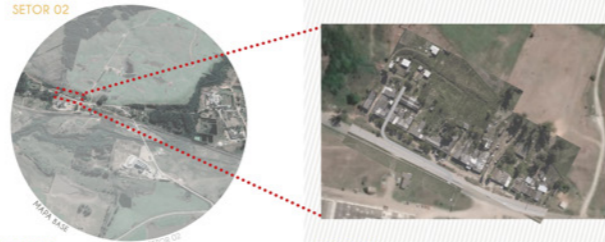
AMPLIAÇÃO
Em casos de reformas com propostas de expansões, as diretrizes referentes à ambientação ao qual o lote está inserido deverão ser seguidas.

Tendo em vista a grande massa de vegetação já consolidada e a presença da ruína da antiga indústria de derivados nos fundos das edificações residenciais, não indicamos a construção de novos conjuntos.

A área verde, deve ser preservada com a intenção de servir de suporte a um parque urbano, integrando as ruínas da indústria de derivados, que passará por intervenção.

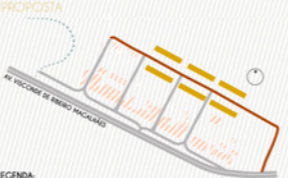


ENTRE CHARQUEADAS, UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bogé/R5



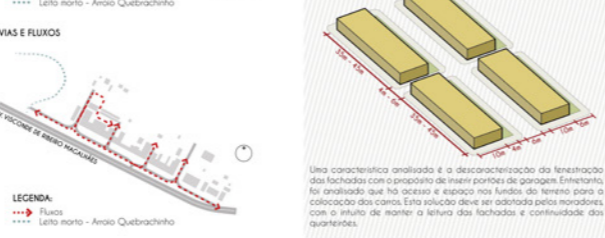
SETOR 02
Neste setor, a morfologia das vilas abertas é marcada pelos conjuntos residenciais em file e alinhamento predial constante.

PROPOSTA
Neste setor, a morfologia das vilas abertas é marcada pelos conjuntos residenciais em file e alinhamento predial constante.



AMPLIAÇÃO
Em casos de reformas com propostas de expansões, as diretrizes referentes à ambientação ao qual o lote está inserido deverão ser seguidas.

A área verde, deve ser preservada com a intenção de servir de suporte a um parque urbano, integrando as ruínas da indústria de derivados, que passará por intervenção.



ENTRE CHARQUEADAS, UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bogé/R5

Acadêmica ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2 **09/13**

GESTÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

DIRETRIZES - VILA DE MORADORES 01

USOS
Propõe-se o uso residencial, comercial de pequeno porte e serviços.

ALTURAS
Considera-se o limite de altura das edificações a altura do platibando das edificações de tipologia original. Esta altura pode variar de **4,20m a 4,50m**.

RECUSOS
As edificações devem manter o alinhamento predial existente no conjunto apresentando recuo frontal em relação a Avenida Visconde de Ribera Magalhães e preservando os recuos de fundo.

EQUIPAMENTOS (Ar condicionado e antena)
A instalação deve ser de **caráter reversível**, não podendo ser feita na janela ou local que descaracterizem as fachadas. Deve ser instalado em **local menos visível**, sendo proposta nos laterais ou fundos das edificações.

VOLUMETRIAS
Observar a **continuidade da face de quadra**. As construções não podem, em hipótese alguma, alterar o volume das construções.

MATERIAIS
Propõe-se a colocação de telhas metálicas ou elementos que se assemelhem à cobertura de telha cerâmica. As edificações deste setor devem manter o **uso das platibandas**.

REVESTIMENTOS
O revestimento indicado para o setor é o **reboco liso pintado**, presente em todas as edificações do conjunto. É vedado o uso de revestimentos em pedras, cerâmicas, pastilhas, porcelanato, azulejo ou qualquer outro revestimento diferente do indicado.

FECHAMENTO DE VÃOS
Os vãos devem ser mantidos, conservando a fenação das esquadrias originais, podendo estas serem substituídas por outros que remetam ao tipo original (material). É vedado a abertura de novos vãos. **No caso das edificações com vãos já descaracterizados, recomenda-se a retomada do vão original.**

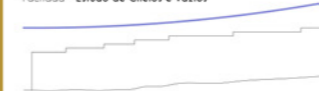
COLORÍSTICA
A paleta de cores foi composta levando em consideração as cores das componentes arquitetônicas e materiais presentes nas Vilas de Santa Theresia e Industrial.
Propõe-se a seguinte paleta cromática para TODO SETOR:



APARATO PUBLICITÁRIO
Os serviços de sinalização e serviços devem ser perpendicularmente à fachada, respeitando a inventividade e integridade da edificação. O aparato publicitário deve ser fixado na parede, com um distanciamento mínimo de 1,5m da fachada e numa posição máxima de 80cm sobre a calçada, a uma altura livre de 2,50m.

VILA 01

ANÁLISES - Situação Atual



FACHADA - PROPOSTA

ESPAÇO GASTRONÔMICO SANTA THERESIA

Como alternativa de trabalho e renda, é proposta um espaço gastronômico na Vila de Moradores 01, onde as 3 últimas unidades ocupam apenas o espaço das fachadas. O espaço é pensado como uma sala de jantar dentro do andar das tradicionais pontas de Santa Theresia e espaço para venda de produtos feitos pela comunidade local.



NOVAS ESQUADRIAS
Os vãos que não possuem esquadrias originais devem seguir o modelo apresentado, que leva em consideração a fenestração e o grandiosidade e a portico presente nas tipologias originais.

Detalhamento - Acesso
escala 1/20

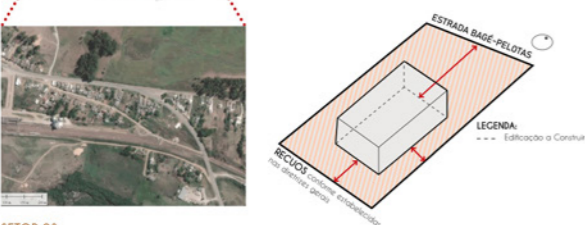
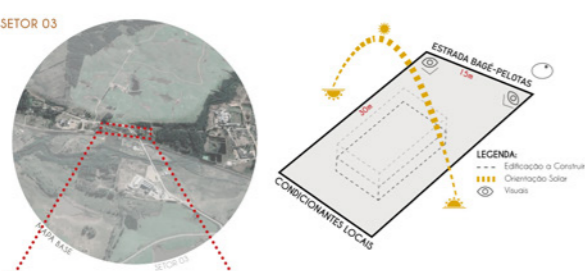


Detalhamento - Acesso
escala 1/20

ENTRE CHARQUEADAS, UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bogé/R5

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação II

Acadêmica ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2 **11/13**



SETOR 03
A área de ocupação posterior deve manter as características de volumetria e altura das edificações - no eixo das paralelas, apresentando recuos de ajardinamento, laterais e de fundo.

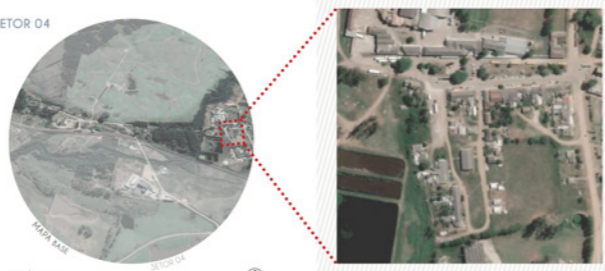
PROPOSTA
Para esta área propõe-se adotar as dimensões que devem ser seguidas por todas as setores da poligonal de uso e ocupação do solo. Portanto, é feita uma simulação de novo lote nesta área analisando a ocupação existente.

As dimensões dos terrenos devem ser de **15m x 30m**. A edificação deve ficar isolada no lote, possuindo recuos de ajardinamento, laterais e de fundo.

A nova edificação não pode ultrapassar os 6m de altura.



ENTRE CHARQUEADAS, UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bogé/R5



SETOR 04
No setor 04, a morfologia das vilas abertas é marcada pelos conjuntos residenciais em file e alinhamento predial constante. No quarteirão de maior dimensão, três conjuntos formam um grande meio-vazio.

PROPOSTA
No setor 04, a morfologia das vilas abertas é marcada pelos conjuntos residenciais em file e alinhamento predial constante. No quarteirão de maior dimensão, três conjuntos formam um grande meio-vazio.

Os novos conjuntos deverão manter o comprimento de no máximo **50m**.

Para a proposta de expansão, é importante considerar a existência do campo de futebol no meio do quarteirão, como um **limite para a expansão**. Assim, a expansão se dá em direção ao sul, até formar linhas características já existentes.

Outra característica analisada é a descaracterização da fenestração das fachadas com o propósito de inserir pontos de garagens. Entretanto, foi analisado que há acesso e espaço nos fundos do terreno para a colocação das casas. Esta solução deve ser adotada pelas moradoras, com o intuito de manter a leitura das fachadas e continuidade dos quarteirões.



ENTRE CHARQUEADAS, UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bogé/R5

Acadêmica ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2 **10/13**

GESTÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

DIRETRIZES - VILA DE MORADORES 02 e 03

VILA 02

ANÁLISES - Situação Atual



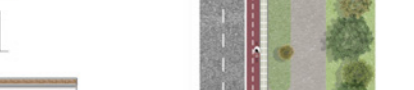
FACHADA - PROPOSTA

VILA 03

ANÁLISES - Situação Atual



FACHADA - PROPOSTA



ENTRE CHARQUEADAS, UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bogé/R5

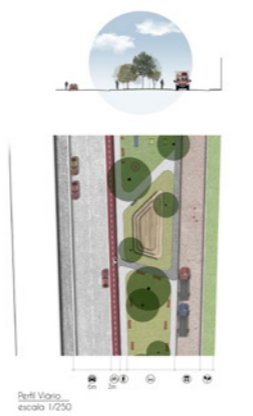
Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação II

Acadêmica ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2 **12/13**

DIRETRIZES DE INCENTIVO AO TURISMO
CIRCUITO TURÍSTICO - ENTRE CHARQUEADAS



A proposta do roteirista tem o objetivo de preservar as tipologias representativas das edificações das vilas. Para isto, foram escolhidas edificações que possam ser utilizadas de forma institucional ou comunitária. Em Santa Theresia, as edificações que se encontram em ruínas poderão funcionar como espaço gastronômico, atendendo turistas e incentivando o comércio local. A antiga estação ferroviária poderá funcionar como uma associação de bairro. Na Vila Industrial, o antigo armazém CICADE poderá funcionar como uma cooperativa em prol dos moradores da Industrial.



ENTRE CHARQUEADAS, UM CAMINHO DE MEMÓRIA
Diretrizes de Preservação para as Vilas Santa Theresia e Industrial - Bogotá/RS

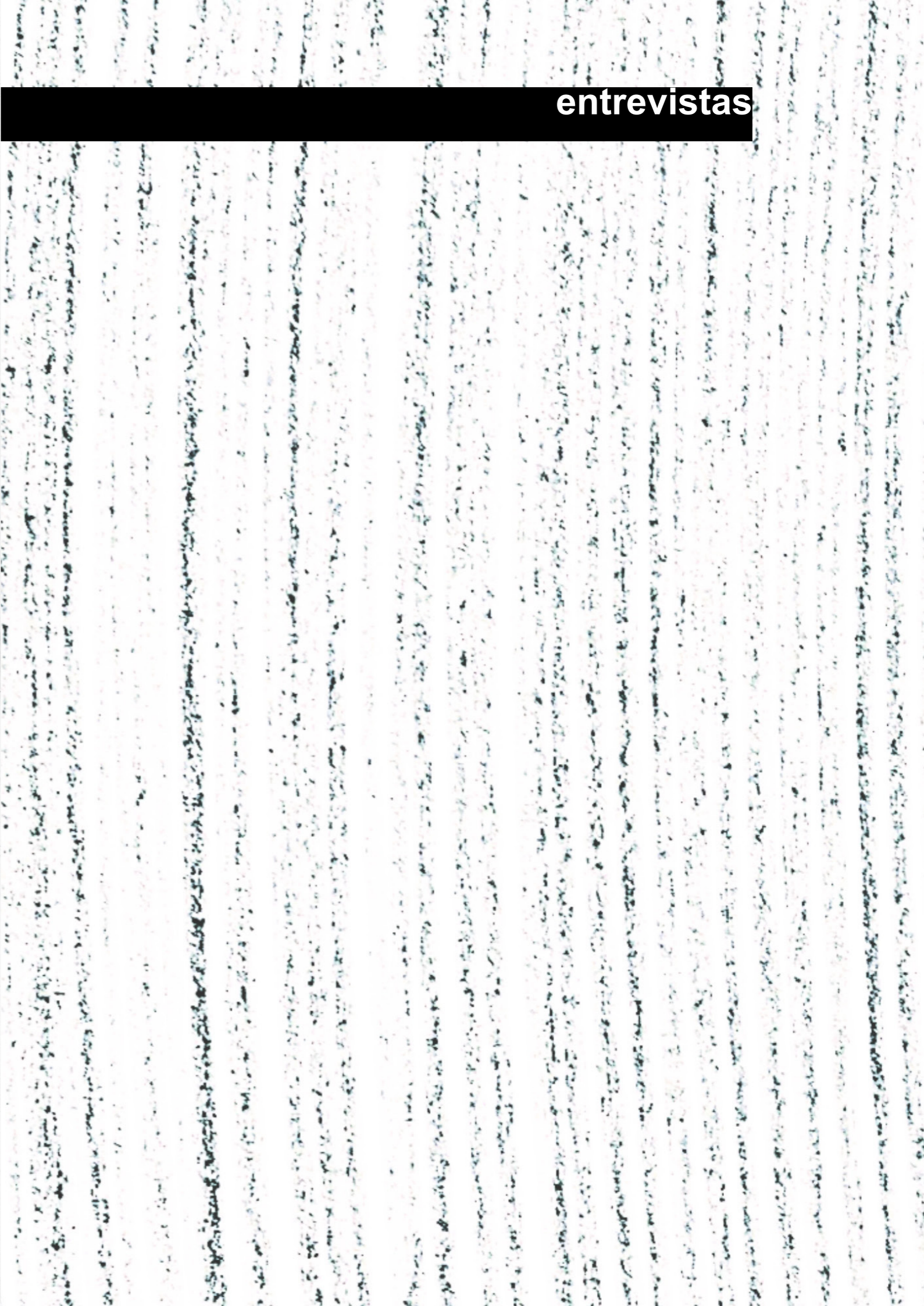
Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação II

Acadêmica: ISADORA BAPTISTA ALVES
Prof. Orientadora: ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA
2019/2



Desenho: Bia Dorfman.

entrevistas



PARQUE ITAIMBÉ: DO PROJETO AO AFETO

Entrevista com o Arquiteto Luiz Gonzaga Binato de Almeida

**Luiz Gonzaga Binato de Almeida¹,
Fernanda Rodrigues Vargas², Hamilton Binato Júnior³,
Juliana Lamana Guma⁴, Marina de Alcântara⁵ e
Manoel Carlos Cardoso Vicente⁶**

Apresentação

O Programa CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada foi lançado em nível federal no Brasil na década de 1970 e previa a realização de diversas intervenções urbanas nas cidades brasileiras. Em Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, um dos legados deste período foi a implantação do Parque Itaimbé.

O Parque Itaimbé traz na sua história de implantação a canalização do leito do Arroio Itaimbé. O Parque se desenvolve acompanhando o traçado do leito e margens, organizando-se em cota inferior às ruas adjacentes. Concluído no início da década de 1980, com aproximadamente 3 km de extensão e localizado no centro da cidade, o Parque destaca-se na paisagem local por ser uma das poucas áreas verdes disponíveis à população.

Entre os envolvidos na elaboração da proposta do Parque está o arquiteto Luiz Gonzaga Binato de Almeida, que acompanhou o projeto executivo e vivencia a evolução urbana do espaço até os dias atuais. Para além de compartilhar a experiência profissional da implantação do Parque Itaimbé na carreira do então jovem arquiteto Luiz Gonzaga Binato de Almeida, essa entrevista revela os afetos do entrevistado a partir da sua história pessoal com o Parque.

O arquiteto Luiz Gonzaga Binato de Almeida concedeu essa entrevista ao Projeto de Extensão [com]VIDA no dia 10 de março de 2023, cujos registros realizados em vídeo e áudio estão transcritos nestas páginas. O grupo extensionista trabalha com o tema do Parque Itaimbé desde 2021 e, entre as ações promovidas está o projeto denominado “História oral do Parque Itaimbé: afetos, memórias e evolução urbana”, buscando reconhecer o território, seus atores e dinâmicas.

1 Mestre em Patrimônio Cultural pelo programa de Mestrado Profissionalizante da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

2 Arquiteta e Urbanista pela Universidade Franciscana (UFN). Realizou a entrevista quando era estudante da graduação e bolsista de extensão UFN.

3 Arquiteto e Urbanista pela Universidade Franciscana (UFN). Egresso da primeira turma de Especialização Residência em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou a entrevista quando era estudante da graduação e bolsista de extensão UFN.

4 Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNISC). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

5 Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora do Projeto de Extensão [com]VIDA.

6 Cinegrafista da UFN TV, TV Universitária da Universidade Franciscana (UFN).

Ainda que enfrente as dificuldades da gestão pública municipal para a sua manutenção, qualificação e uso efetivo da população, entende-se o Parque Itaimbé como um espaço verde público em potencial para a qualidade de vida urbana dos santamarienses. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo [com]VIDA buscam resgatar e divulgar a história e atualizar o olhar da comunidade e da governança pública para o parque, entendendo-o como um aliado para superar os desafios para a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 que reconhecem as dimensões econômica, social e ambiental das cidades.

Entrevistadores

Fernanda Rodrigues Vargas e Hamilton Binato Júnior.

Roteiro

Fernanda Rodrigues Vargas e Juliana Lamana Guma.

Revisão

Juliana Lamana Guma e Marina de Alcântara.

Imagens

Manoel Carlos Cardoso Vicente

Entrevistado

Luiz Gonzaga Binato de Almeida – é natural de Carazinho/RS e formou-se em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1972. Possui especialização em Engenharia de Segurança (1978) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foi professor na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), na UFSM e na Universidade Luterana do Brasil/SM (ULBRA/SM) e também coordenador dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo da UFSM e da ULBRA/Santa Maria. Integrou a Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Projeto CURA (Programa Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) em Santa Maria, que viabilizou a implantação do Parque Itaimbé.

“Quando eu vim para Santa Maria, eu tive a oportunidade de participar de vários projetos urbanísticos. Não sou o autor do projeto do Parque Itaimbé, mas o acompanhei de maneira muito próxima. Depois de passar tantos anos, eu percebo que foi uma grande oportunidade, eu, recém-formado, ter a chance de estar em Santa Maria e participar de projetos importantes como o do Parque Itaimbé.”

Fernanda Rodrigues: Professor Binato, muito obrigada por aceitar nosso convite para participar dessa entrevista. Então vamos começar perguntando qual é a sua relação com a região antes do Parque?

Luiz Binato: Eu não nasci em Santa Maria, eu vim para Santa Maria. Começou uma verdadeira revolução urbana a partir de 1977, quando entrei na Prefeitura para um cargo em comissão, no sentido de pleitear recursos junto ao BNH, através do projeto CURA e alguns outros projetos específicos, que eu tive a oportunidade de acompanhar: o Plano Diretor Físico Territorial, através de uma empresa de São Paulo, a Proplasa, e alguns projetos pontuais que estavam incluídos nessa renovação de Santa Maria no final da década de 70. Houve realmente grandes reformas na cidade, principalmente na estrutura viária.

Havia o caso da chamada Avenida Itaimbé, que fazia parte do Plano Diretor anterior a esse que depois eu tive a oportunidade de coordenar e acompanhar através da empresa Proplasa. Havia uma tendência no Brasil de implantar avenidas laterais a cursos d'água. Muito antigamente eram arroios como o da Avenida Ipiranga, de Porto Alegre. O arroio Dilúvio fica a céu aberto. Depois, houve uma tendência de cobrir tudo com placas de concreto e criar uma avenida, porém, diga-se de passagem, é muito importante isso: havia aqui desde remotas eras o arroio Itaimbé, o curso d'água que dificultava a expansão da cidade na direção leste.

A gente pode ver - até eu trouxe aqui e depois podemos olhar um mapa de 1902 de Santa Maria - que a expansão urbana era na direção oeste. A leste, interrompia porque o arroio Itaimbé era generoso e as barrancas inclinadas dificultavam a movimentação de pessoas, a circulação viária e até a ocupação do solo. Fala-se nas pinguelas sobre o arroio Itaimbé para a passagem de pedestres, mas de maneira muito precária.

Então, quando eu cheguei aqui em 1977, houve necessidade de uma decisão. Já havia o projeto, o básico pelo menos, para que fosse implantada a Avenida e também havia uma série de viadutos sobre o arroio canalizado, o da Silva Jardim, o da Tuiuti etc. Todos já prontos, esperando um dia passar por baixo deles uma avenida. Mas nós percebemos o seguinte: em primeiro lugar, historicamente Santa Maria é muito precária em termos de áreas verdes, ou seja, logradouros tipo praça para diversão etc., as nossas praças centrais são do século XIX, vejam bem, e nós estamos no século XXI. Então, diante disso, percebia-se também que aquela avenida levaria a nada muito necessário. Não era interessante porque ela começaria nos trilhos da Viação Férrea e levaria à antiga Rodoviária, do outro lado.

Além de uma obra cara, parece que havia necessidade mais premente de criar um parque de recreação, elementos de lazer e esporte, aproveitando o leito do arroio que já estava canalizado, que continua até hoje lá, subterrâneo. Então se deparou com essa decisão e optou-se então pelo Parque, tendo em vista a proximidade do Centro e a possibilidade também de uma grande renovação urbana, através da implantação e valorização dos imóveis. Seria um chamamento muito grande para novos empreendimentos imobiliários, o que de fato aconteceu.

Então essa era a situação: um arroio já canalizado, os viadutos já existentes, mas sem uma solução. Eram barrancos, era um lodaçal, difícil até de transpor. Essa era a situação.

Fernanda Rodrigues: E qual era a expectativa da população com o projeto do Parque Itaimbé?

Luiz Binato: Havia sim, algumas pessoas que insistiam muito na questão do rodoviarismo, um urbanismo rodoviarista que eu não sou tão favorável. O automóvel é importante, mas eu acho muito mais interessante uma cidade ter um bom transporte coletivo. Mas aqui nós ainda temos muita vinculação com o automóvel particular, então parece que urbanizar, tratar de planejamento urbano, é resolver problemas de circulação de automóveis.

As tendências da época já traziam os calçadões. Eu tive a oportunidade de fazer o primeiro projeto do Calçadão. Foi inaugurado em 1979, oportunizando a humanização ao Centro da cidade. Estava embutida, também nessa continuidade natural do Calçadão, a Praça e o Parque, pois este seria uma atração muito grande. A população aceitou, ficou muito contente porque resolveu-se um problema. Antes eram alguns quilômetros de lodaçal. Então, tudo que se fizesse era bom, principalmente até porque representou áreas de lazer, esportes e quiosques naquela região.

A resposta melhor é justamente a valorização de todo o entorno. A regularização foi uma fase bastante interessante: regularizar todos os lotes, as divisas, as questões imobiliárias, não foi fácil. Algumas desapropriações aconteceram para permitir isso. A resposta é essa: houve uma solução bem mais humana do que uma avenida.

Fernanda Rodrigues: E como se deu o seu envolvimento com a equipe do projeto?

Luiz Binato: Bom, eu era assessor. No início, o único arquiteto vinculado ao planejamento urbano na Prefeitura de Santa Maria. Não era cargo efetivo, era um cargo em comissão. Eu era assessor de planejamento do gabinete do prefeito. Nós tivemos uma pessoa fundamental na época: o secretário de administração Carlos Alberto Robinson, muito sensível para o planejamento urbano, tanto que ele já tinha cursado na UFRGS o Propur, Programa de Pós-graduação em Urbanismo. Era advogado. Tinha experiência. Ele tinha sido vereador. Foi a cabeça pensante nessa administração para criar, inclusive, uma secretaria de planejamento, fazer novo plano diretor e tratar dessas obras.

O meu papel foi o seguinte: como eu acompanhava diversos projetos, um deles fundamental e executivo que era o projeto CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, o qual existia em várias cidades, tratei de alguns projetos isolados, como o Calçadão, que foi implantado com recursos a fundo perdido do Programa de Apoio às Cidades de Porte Médio. Eu acompanhei o projeto do Parque, mas não o realizei, porque nem haveria tempo e nem possibilidade de executar um projeto com tanta complexidade em termos de paisagismo, aspectos viários, essa questão toda das propriedades... Era tudo realmente muito complexo. Como eu sempre fui professor, fui docente também na UNISINOS e me lembrava de um ótimo aluno que hoje é arquiteto consagrado aqui, o Carlos André Fernandes Arzeno. Ele não era da Prefeitura, mas foi contratado para realizar o projeto. Na parte da vegetação, contamos com a ótima arquiteta Silvia Zembruski Nunes, formada na UFPel, a qual fora minha colaboradora no projeto do Calçadão. A execução e a responsabilidade eram deles. Eu só acompanhava e administrava. Foi muito interessante a complexidade, desde a questão técnica da topografia, das questões fundiárias, das decisões sobre o projeto em si. Eu me lembro que foi dividido em vários setores, um setor com prioridade para a recreação, outros, com mais esportes, canchas, além de alguns quiosques para criar atrações, então ele é claramente dividido em setores e é bem longo. É um parque linear. Começa na Avenida N.^a Sr.^a das Dores e termina nos trilhos da Viação Férrea.

Fernanda Rodrigues: Qual era a sua expectativa?

Luiz Binato: Bom, eu sou muito otimista. Toda obra nova eu a vejo com bons olhos. Foi bem pensado, havia muita necessidade de áreas verdes e áreas públicas para recreação, lazer e principalmente esportes. O fato de terminar a dificuldade de expansão da cidade na direção leste, isso em termos de urbanismo, eu achava de excelente qualidade. E eu previa justamente que houvesse a recuperação do entorno. Acho que o projeto foi muito bom, muito bem concebido. Só que eu aproveito agora a oportunidade para falar um pouco sobre a nossa realidade: há uma tradição que eu acho muito própria da nossa cidade, a de conseguir recursos para implantar a obra, mas a manutenção sempre deixar a desejar. Então é como a residência, se não cuidamos da nossa casa, ela tende a tornar-se ruína.

As árvores levam algum tempo para crescer. A vegetação foi toda implantada, não tinha nenhuma árvore no local porque, como falei, lá era um lodaçal, então levou muito tempo pra elas chegarem ao porte desejável. A população aderiu, ocorreu a ocupação. Quantos blocos, quantos apartamentos, quantos edifícios e empresas se localizaram ao longo do Parque? Depois teve a implantação de um prédio importante, o SESC, aquela arquitetura contemporânea, mais para baixo, perto do antigo Clube Lanterna Verde. Tudo isso foi em função do Parque. Eu gosto de caminhar por ali, então eu lamento pela falta de manutenção. Aquele anfiteatro, por exemplo, está péssimo. Era bom quando a gente chegava e os artistas estavam por lá, mas a manutenção falhou. A da vegetação também. Acho que também não foi boa a ocupação embaixo dos viadutos. Acho que não ficou adequado. Houve falhas na manutenção, hoje tudo está bastante precário, mas é recuperável. Isso se refere a qualquer obra pública, não só ao Parque.

Fernanda Rodrigues: Como foram definidos os limites do Parque?

Luiz Binato: Como a maior parte dos limites eram fundos de terrenos, a maioria das propriedades tinha frente não para o futuro Parque, pois não havia nem avenida, nem parque. Eram bastante irregulares os limites das propriedades. Já comentei que havia necessidade de regularizá-las. Elas avançavam além do que estava no Registro de Imóveis. Houve necessidade de um certo alargamento. Ocorreram, então, desapropriações e indenizações a proprietários.

Foi uma ação muito complicada. Primeiro, ter a certeza das dimensões de cada lote, um levantamento topográfico bastante delicado e realmente muito importante. Depois, toda a parte jurídica dessas questões também, mas aceitou-se que não tivesse um traçado ideal de duas curvas sinuosas paralelas. Isso criou um dinamismo bastante interessante, na minha opinião. Essa irregularidade se percebe mais na parte sul, porque quando vai-se chegando nos trilhos o Parque é mais amplo. Ali os terrenos eram menos valorizados, então houve oportunidade de fazer, inclusive, as pistas de esportes naquela região. Foi um trabalho realmente muito sério e muito interessante.

Fernanda Rodrigues: O Parque e a Avenida Itaimbé realmente surgiram como uma forma de ligar a Estação Férrea com a antiga rodoviária?

Luiz Binato: Não era essa a ideia. Isso nunca foi cogitado. Porque a gente percebia, já na década de 70, que haveria a decadência do transporte de trem. Poderia mesmo alguém dizer isso, que ligaria a ferrovia à Rodoviária, mas não havia nem expectativa, nem necessidade, porque se percebia cada vez mais que o trem estava sendo utilizado cada vez menos, até que chegou à extinção como meio de transporte.

Realmente, seria uma avenida cara, suntuosa, pode-se dizer, mas quase um modismo que não era prático. E veja bem, coerente com essa questão da avenida, muitas pessoas não sabem o porquê da localização ali de um bom hotel na época, que é o

Hotel Itaimbé. Porque estava previsto, nesse contexto de avenida, um hotel de alta categoria, como ele realmente foi construído, e uma Esplanada Cívica para a Prefeitura, coerente com a Avenida. Então o Hotel Itaimbé ficou até meio isolado enquanto não houve o Parque e depois, como uma alternativa mais modesta e menos ambiciosa, que é o prédio da Prefeitura do lado de cá, que não corresponde àquele ideal se fosse em uma avenida.

Fernanda Rodrigues: Se o senhor pudesse mudar algo no projeto do Parque, o que seria?

Luiz Binato: Bom, eu nunca pensei nisso. Acima de tudo, eu acho que eu não mudaria muita coisa. Porque eu penso que o problema ali é de manutenção. Qual é a função daquele parque? Quadras de esportes. Então o problema é de manutenção das quadras de esportes, zeladoria, cuidados, vestiários, etc... ou seja, eles estão bem localizados. A vegetação é bonita, é agradável, mas se ela fosse bem cuidada, podada quando os galhos caem e tudo fosse limpo, arrumado... Os quiosques deixam a desejar, os usos não foram os ideais, são meio precários. Aquele que a gente chama de Bombril, o Garibaldi Pogetti, é um auditório muito interessante. Eu me lembro muito bem que foi feito em função do Parque para atividades múltiplas. É bem versátil, só que sempre, conforme eu digo, nosso problema é conseguir recursos e uma política de manutenção. Sinceramente, não iria modificar. Acho que eu faria os quiosques um pouco mais generosos em termos de área.

Fernanda Rodrigues: Atualmente o senhor frequenta o Parque?

Luiz Binato: Digo e repito: é um verde muito ameno. Eu faço minha caminhada, então vou até a antiga rodoviária, depois volto por outro lugar. Percebo aquela oxigenação, os verdes, os pássaros e até mesmo as pessoas. Vejo pessoas fazendo yoga, curtindo espaços, mesmo que precários, não limpos e organizados como gostaríamos. Mas a resposta principal é que ele é utilizado pelo público. Quando eu passo pelo anfiteatro, imagino tudo arrumadinho ali, podendo ser usado dia e noite.

Fernanda Rodrigues: O que o senhor acha que o Parque significa para Santa Maria?

Luiz Binato: O pessoal não percebe o quanto ele é importante porque ninguém se dá conta de que um dia ele foi um prejuízo, uma impossibilidade, uma barreira de expansão da cidade. Então só isso já dá uma resposta positiva da importância desse Parque para Santa Maria.

Fernanda Rodrigues: E o que o Parque significa para o senhor?

Luiz Binato: Eu estou com 75 anos. Quando tinha 29, 30 anos, eu recém tinha saído da Faculdade. Pode-se dizer que era um jovem arquiteto. Ter a oportunidade de com menos de 30 anos coordenar um Plano Diretor, acompanhando e fiscalizando essa grande empresa de São Paulo, a Proplasa, com excelentes arquitetos, até Burle Marx esteve aqui dando palestra, o projeto do Calçadão, entre outros... Quatro ou cinco anos depois de terminar o Curso de Arquitetura eu tive essa chance aqui em Santa Maria, dada pelo Carlos Alberto Rosa e pelo prefeito da época.

Só que foi um período muito curto. Tive que ir para a Europa para um curso, então eu passei pouco tempo nessa atividade. Não pude acompanhar até o final a implantação, por exemplo, do projeto CURA que eu também coordenei.

Eu lembro como uma oportunidade em termos profissionais e do amor que passei a alimentar por esta cidade. Quando eu vim para cá, em 1977, por exemplo, os fundos do Colégio Centenário era um verde sem fim e não havia nada daquilo, a Rodoviária, tudo seria novo para nós.

Inúmeras avenidas que hoje existem eram barro. Nos dias de chuva não dava para transitar. Calçamento, pavimentação... foi tudo muito forte e eu participei... Eu tinha consciência disso. Participei de projetos fundamentais para a melhoria da cidade. É assim que eu vejo hoje e é por isso que eu venho com muito prazer dar esse depoimento para vocês, para ajudar e sempre dizer para os acadêmicos que eles procurem as oportunidades, que elas não vêm do céu. A gente tem que bater na porta e conseguir. Não é só de aulas que existe o Curso, não só de projetos e práticas, mas também da experiência profissional.

Fernanda Rodrigues: Chegamos ao fim do nosso roteiro da entrevista, mas eu queria perguntar se o senhor tem alguma história com o Parque, alguma memória **pessoal**...

Luiz Binato: Não é coisa do outro mundo, mas quando iam começar as obras eu morava em uma casa em uma esquina ali que existe até hoje, eu tinha bons vizinhos e tal... A minha história é justamente esta. Eu tinha um menino pequenininho de 1 ano e pouco e de vez em quando ele fugia por ali e a gente tinha que caçar o Luciano pela zona, porque ele adorava tudo aquilo ali, ainda tudo meio provisório. Eu saía correndo atrás do menino perdido. Depois nasceu o segundo filho, mas em outro local. Então é mais um aspecto sentimental também essa questão. Eu só tenho coisas boas para falar sobre aquele lugar, eu também vivenciei a implantação da obra por pouco tempo, não mais que dois anos. Não chegou a ficar totalmente pronto.

Fernanda Rodrigues: O senhor gostava de morar ali na região do Parque?

Luiz Binato: Gostava. E hoje seria melhor, pois não estava pronto ainda. Eu acho muito interessante e eu gosto da Zona Central ou muito próxima do Centro por causa dos equipamentos que oferece. Só que eu gostaria, se eu morasse ali, que o Bombril oferecesse shows, que o anfiteatro estivesse funcionando, que estivesse tudo muito bem nas canchas, que eu pudesse fazer um esporte ali, caminhadas e tal... Sempre minha queixa é essa, a questão da continuidade das obras.

Fernanda Rodrigues: Muito obrigada pela participação no nosso projeto.

Luiz Binato: Foi um prazer, sempre que precisarem estarei à disposição.

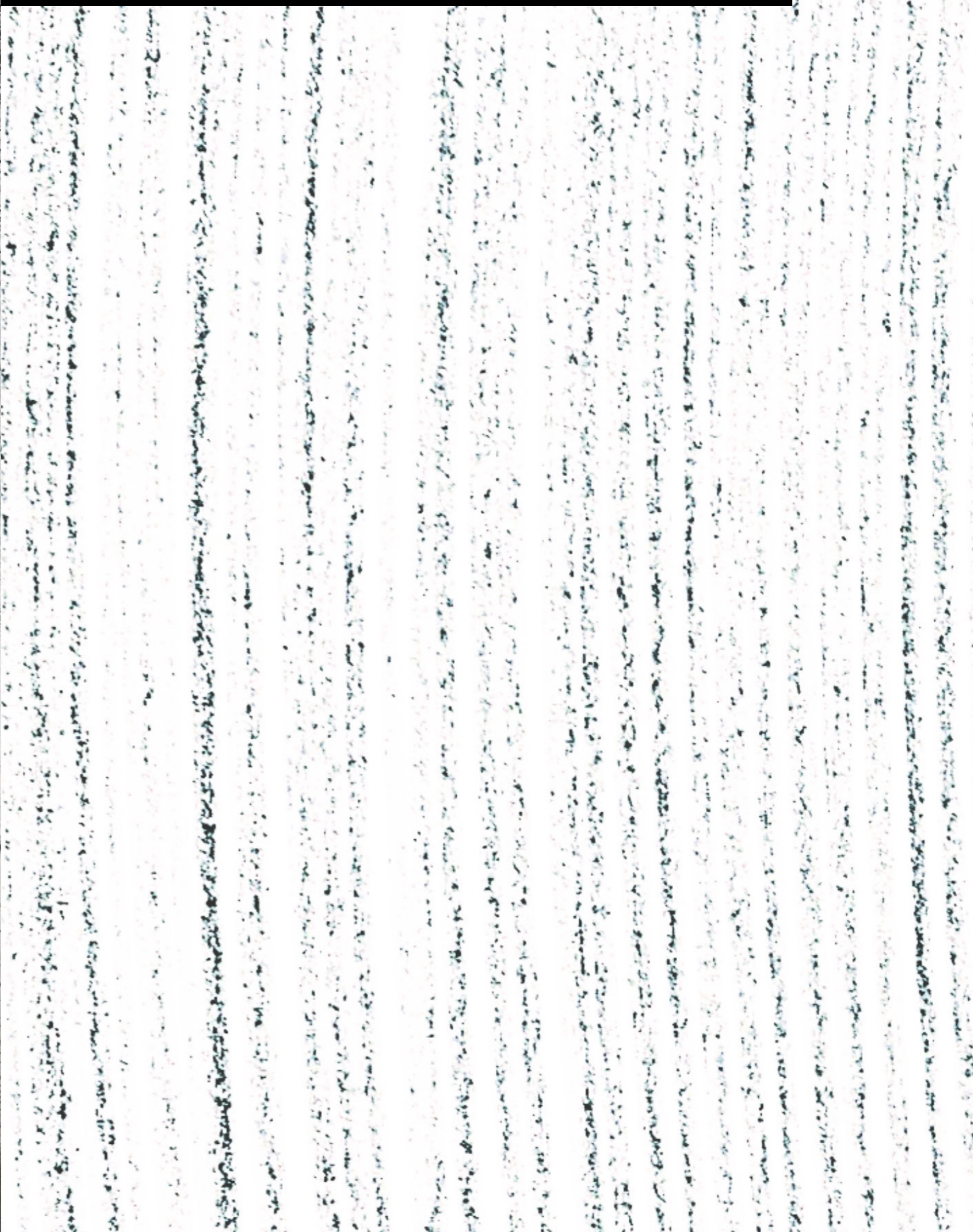


Imagem 1 - Luiz Gonzaga Binato de Almeida durante a entrevista concedida a Fernanda Rodrigues Vargas e Hamilton Binato Júnior. Imagem 2 - Luiz Gonzaga Binato de Almeida mostra fotos antigas do centro de Santa Maria para os entrevistadores.



Desenho: Bia Dorfman

parede branca

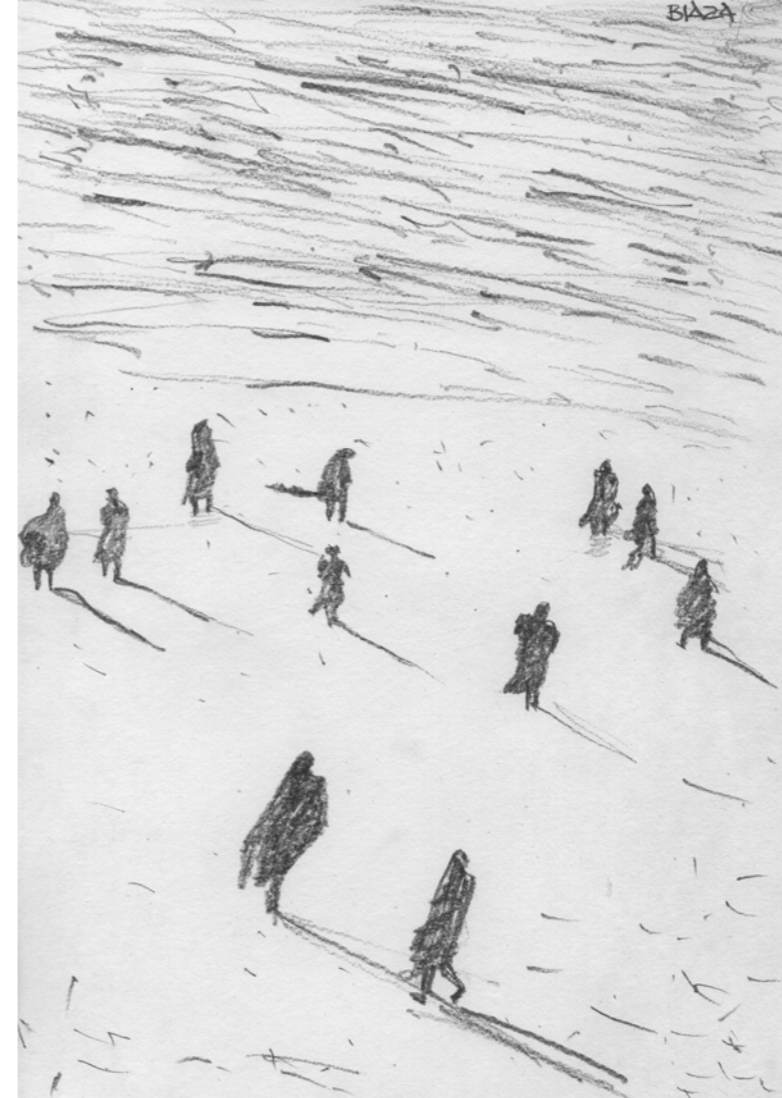


OS DESENHOS DE BIA DORFMAN I

Beatriz Regina Dorfman¹ e Eduardo Rocha²

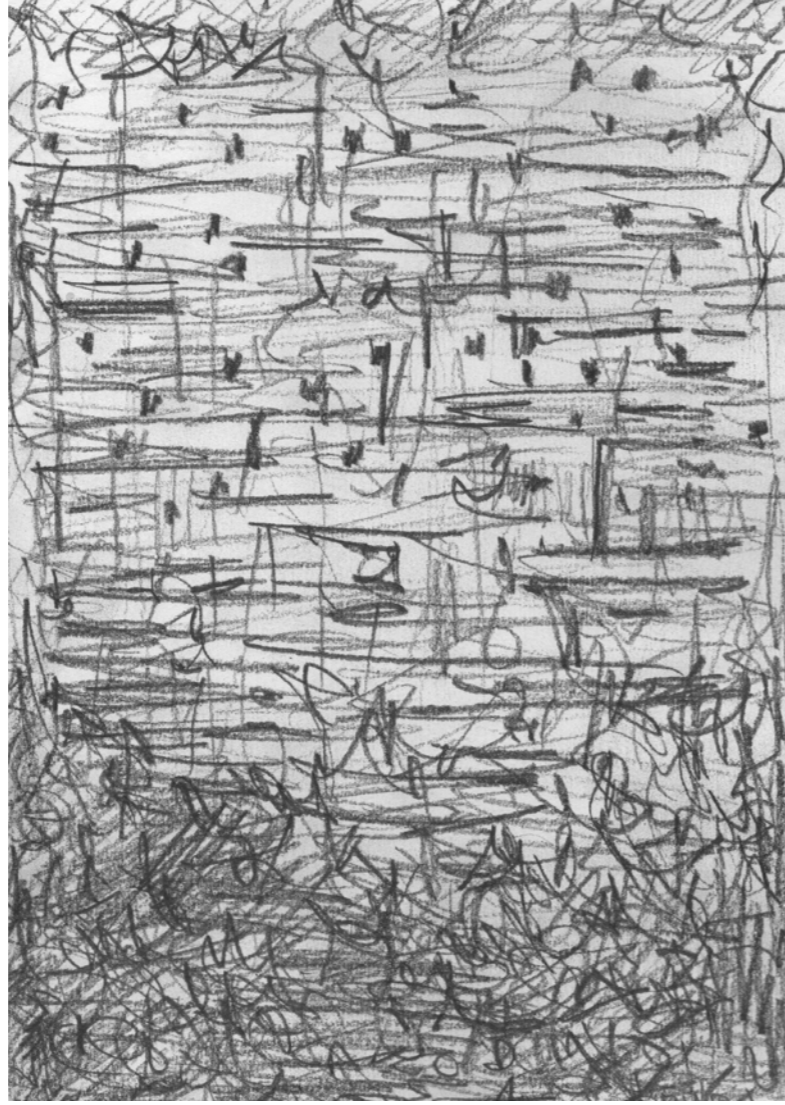
Os desenhos de Bia Dorfman, utilizados nas capas e seções da revista PIXO 31 - Agenda 2030 I, destacam-se pela sensibilidade e pela habilidade gráfica única da autora. Beatriz Regina Dorfman, arquiteta, urbanista e artista plástica, combina sua expertise em expressão gráfica com uma abordagem crítica e poética, traduzindo conceitos complexos como a utopia, a urbanidade e os desafios contemporâneos das cidades.

Esses trabalhos ilustram temas como a Praia Deserta, as Andanças Utópicas e representações de contextos urbanos e marginais, como a Favela. Cada desenho, criado funciona como uma narrativa visual que provoca reflexão e engajamento sobre o futuro sustentável e inclusivo das cidades.



¹ Arquiteta e Urbanista e Artista plástica, doutora em Teoria, História e Crítica da Arquitetura (PROPAR UFRGS), especialista em Expressão Gráfica (FAU PUCRS). Professora e pesquisadora no curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola Politécnica da PUCRS.

² Doutor em Arquitetura. Professor e pesquisador na UFPel.



SÃO PAULO DEVAGAR Ensaio Fotográfico

*Larissa Mörschbacher¹,
Marcela da Rosa Dias² e Aline Montagna da Silveira³*

Um *parque flutuante*, como definiu a garota que performava na janela, é o que os frequentadores do viaduto, popularmente conhecido como “Minhocão”, encontram ao caminhar no local à noite, aos sábados, domingos e feriados. Com uma extensão de aproximadamente 3.400 metros, o viaduto liga a região da Praça Roosevelt, no centro da cidade de São Paulo, ao Largo Padre Péricles, na Barra Funda. Nesses dias e horários, a paisagem, que usualmente é marcada pela predominância de veículos e escassez de pessoas, é transformada e tem sua lógica invertida.

Este ensaio fotográfico surge a partir do foco na modificação da paisagem e nas dinâmicas estabelecidas com o espaço e a região circundante, construindo outras formas de territorialidades. Os registros, realizados em um percurso no dia sete de abril de 2024, exploram as relações alternativas que os sujeitos estabelecem nesse lugar, que não é só viaduto nem só parque.

Nas fotografias, é possível observar as relações de fronteiras que se configuram, o caminhar e o pausar ao longo do percurso, as interações com as edificações do entorno que se tornam vitrines, palcos e quadros, além do contraste entre o mobiliário dinâmico e a paisagem consolidada. Nesse cenário, São Paulo, marcada pelo agito e pressa, torna-se, enfim, *devagar*.

¹ Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP). Mestra em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). Pesquisadora Colaboradora do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (UFPel). E-mail: larissa.morschbacher@usp.br

² Mestranda em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Arquiteta e Urbanista (UFPel). Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (UFPel). E-mail: marcelar.dias@outlook.com

³ Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAUrb/FAUrb/UFPel) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP). Coordenadora do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (UFPel). E-mail: alinemontagna@yahoo.com.br









PALAVRAS E FOLHAS

O muro como aspiração de uma rua

**Anelis Rolão Flôres¹,
Ana Paula Werner², Juliana Guma³, Larissa Lima Schmidt⁴,
Marina de Alcântara⁵, Nicole Santos da Silva⁶,
Vanessa Monteiro de Freitas⁷, Victória de Sá Lara⁸,
Rayana Lopes Torri⁹ e Thais Scotti do Canto-Dorow¹⁰**

Era uma vez um muro da nossa universidade, na rua Silva Jardim, que ficava em frente ao estacionamento do Conjunto II e inquietava os acadêmicos que por ali transitavam, diariamente entre os conjuntos, durante suas graduações (Figura 1). Sempre que percorriam a rua, em sua calçada estreita, podiam observar as antigas edificações, com traços únicos, sendo substituídas por edifícios genéricos, os pátios e as árvores, sendo substituídos por metros quadrados, provenientes dos excessivos índices construtivos permitidos pelo poder público. A partir disso, o percurso tão característico do Bairro do Rosário, acabou perdendo suas principais características para a especulação imobiliária. Esta estória, história, está acontecendo, neste momento, na maioria das cidades e devemos manter um olhar crítico, assim como realizar ações táticas de resistência.

Portanto, como forma de reflexão, para todos que ali passam, resolvemos propor um mural coletivo que expressa nossos anseios para a área, e que permita o pensar sobre a cidade. Em dezembro de 2023, participantes do grupo de extensão “[com]VIDA” e do grupo de pesquisa “Jardins com plantas que inspiram fé” se reuniram para planejar uma intervenção do curso de Arquitetura e Urbanismo no local, cujas ações incluiriam a pintura do muro e uma série de atividades na rua, junto à comunidade. Na ocasião, a atividade da pintura foi proposta em duas etapas, na primeira o [com]VIDA preparou uma série de PALAVRAS que compreendia a “educação” como elemento principal e, na segunda, o grupo dos Jardins aplicou diferentes formas de FOLHAS.

As PALAVRAS partiram do termo educação, o qual se relaciona com a vocação da área em que o muro está instalado, pois além da universidade, a quem pertence o muro, do outro lado da rua há uma escola de educação básica. A segunda palavra que compõe o mural é “pessoas”, sabendo-se que é nas relações entre pessoas (no coletivo), que as habilidades e competências dos processos de aprendizagem são estimulados. Relacionando-se com educação e pessoas, aparecem em menor

1 Arquiteta e urbanista. Mestre e Doutora em Arquitetura (PROPAR/UFRGS). Professora do curso de Arquitetura da Universidade Franciscana.

2 Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo e bolsista PROBIC, Universidade Franciscana.

3 Arquiteta e urbanista. Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Professora do curso de Arquitetura da Universidade Franciscana.

4 Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo e bolsista PROBIC, Universidade Franciscana.

5 Arquiteta e urbanista. Mestre em Patrimônio Cultural (PPGPC/UFSM). Professora do curso de Arquitetura da Universidade Franciscana.

6 Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Franciscana.

7 Acadêmica do ensino médio e bolsista CNPQ ensino médio, Universidade Franciscana.

8 Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo e bolsista PROBIC, Universidade Franciscana.

9 Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo e bolsista PROBEX, Universidade Franciscana.

10 Bióloga. Doutora em Ciências/Botânica. Professora do curso de Farmácia e do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Franciscana.

escala, as palavras “rua”, “cidade”, “praça”, “mobilidade” e “passeio”, marcando essas o espaço como nosso lugar de trocas. As palavras estão conectadas por uma linha azul, que desenha no muro o perfil vertical de uma cidade e faz referência às cores da universidade (Figuras 2, 3 e 4).

As FOLHAS partiram do levantamento realizado na área, onde se constatou, praticamente, a inexistência de arborização pública e a constante supressão de vegetação. As folhas também representam a reflexão do grupo sobre a ausência de conexão com a grande diversidade de vegetação existente no nosso país e com o reducionismo aplicado nas cidades, que impactam diretamente na redução da qualidade de vida da sociedade. Outra intenção foi a de questionar sobre a possível recuperação da paisagem por meio das plantas, de forma abstrata com as folhas grandes e pequenas (Figuras 5, 6 e 7).

Com essa intervenção, as ideias partiram do papel para o muro e, nos próximos passos, sairão do muro para a rua, para as ações de urbanismo tático, para os canteiros e, ainda, para a construção de um novo espaço público na nossa cidade (Figura 8).

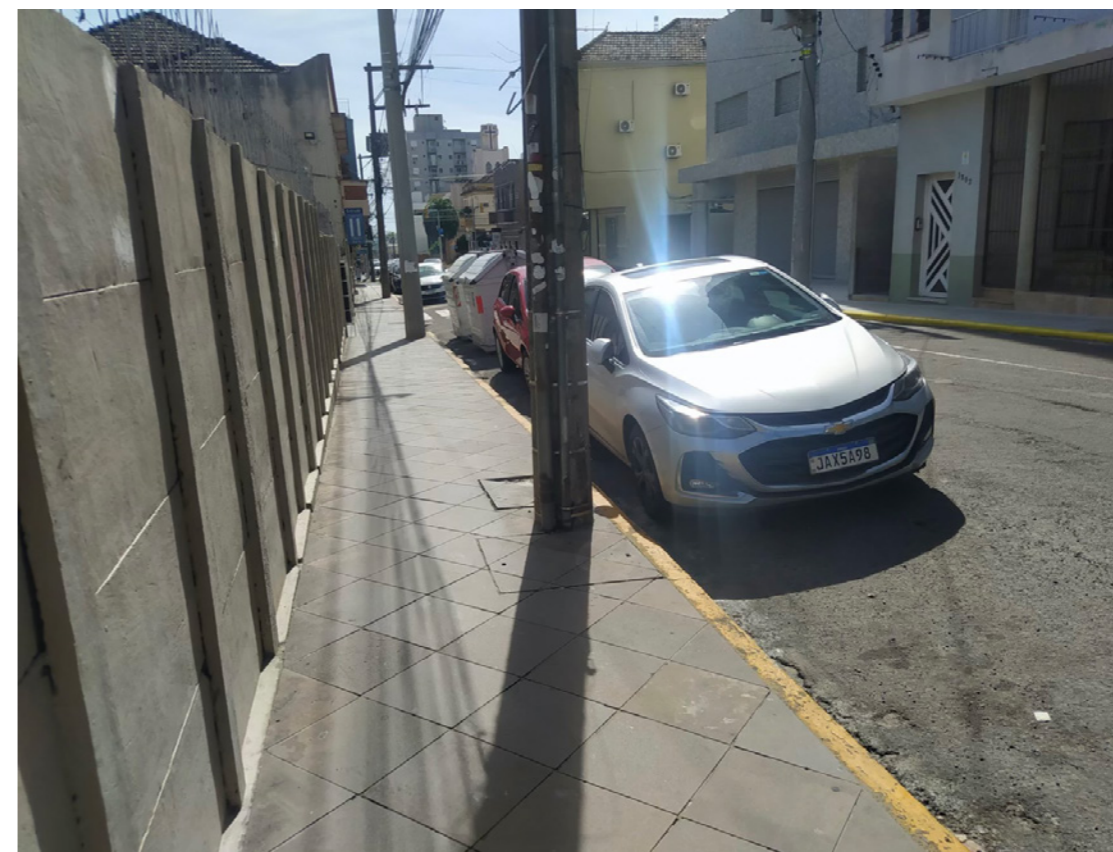


Figura 1 - Muro do estacionamento na rua Silva Jardim antes da intervenção, início de dezembro de 2023. Fonte: Acervo das autoras, 2023.

Figura 2 - Início da intervenção do [com]VIDA em dezembro de 2023. Fonte: Acervo das autoras, 2023.



Figura 3: Intervenção do [com]VIDA e painel "A cidade somos nós e nós somos a cidade" - Paulo Freire". Fonte: Acervo das autoras, 2023.

Figura 4 - Aplicação das palavras no muro pelo [com]VIDA. Fonte: Acervo das autoras, 2023. Figura 5 - Início da intervenção do grupo dos Jardins em janeiro de 2024. Fonte: Acervo das autoras, 2024.

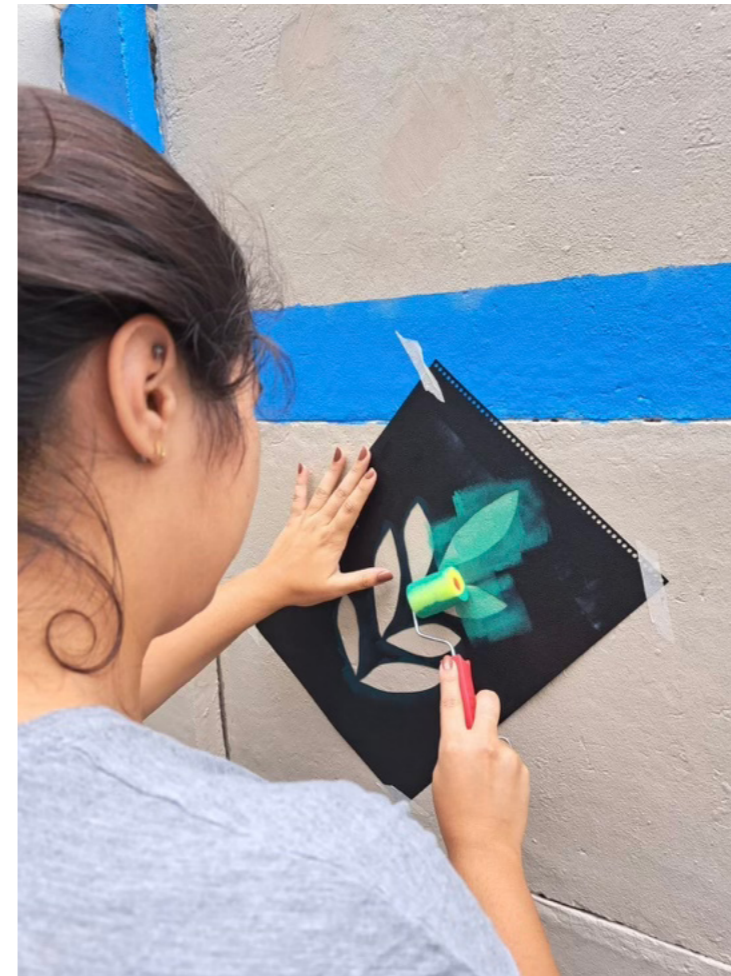


Figura 6 - Aplicação das folhas pelo grupo dos Jardins no muro. Fonte: Acervo das autoras, 2024. Figura 7 - Intervenção do grupo dos Jardins. Fonte: Acervo das autoras, 2024.



Figura 8 - Muro finalizado à espera de outras intervenções. Fonte: Acervo das autoras, 2024.



ISSN 2526-7310

Handwritten text in a cursive script, likely a historical document or manuscript. The text is written in a dark ink on aged, slightly yellowed paper. The handwriting is dense and fills most of the page, with some lines appearing to be part of a list or a series of entries. The script is characteristic of the early modern period, possibly from a region like the Netherlands or Germany. The text is oriented vertically on the page, which is a common format for certain types of historical records or accounts.